República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO L – SUPLEMENTO "D" AO Nº 4 QUINTA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 1995 BRASÍLIA – DF

CONGRESSO NACIONAL

ANEXOS ÀS ATAS DAS REUNIÕES DE INSTALAÇÃO (1ª REUNIÃO), E DE OITIVAS E DE APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL E ENCERRAMENTO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A APURAR OS FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador JARBAS PASSARINHO
RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES
(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

DEPOIMENTOS E REUNIÕES

03/12/93 - Depoimento do Sr. Antônio Cipriano;
06/12/93 - Depoimento do Sr. Manoel Ailton Reis;
13/12/93 - Depoimento do Sr. Levi Manoel da Silva;
14/12/93 - Depoimento do Sr. Deputado Flávio Derzi;
16/12/93 - Depoimento do Sr. José Luiz Maia;
17/12/93 - Depoimento do Sr. P. C. Farias;
21/12/93 - Depoimento do Sr. Deputado Messias Góis;
21/12/93 - Depoimento do Sr. Walter Anichinno.

Depoimento do Sr. Antônio Cipriano

O SR. ROBSON TUMA - V. Sª poderia dizer seu nome completo?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Antônio Cipriano Lira.

O SR. ROBSON TUMA - O Sr. jura dizer a verdade, somente a verdade de tudo que souber e lhe for perguntado?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - O que estiver dentro das minhas possibilidades de responder, responderei com a convicção de que estarei dizendo a verdade.

O SR. ROBSON TUMA - Por designação do Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho, nós, Deputados Robson tuma e Moroni Torgan, viemos representar a Comissão para ouvir V. Sª.

Passo a palavra ao Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN - Sr. Lira, V. Sª trabalhou algum tempo na Comissão de Orçamento?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Na parte de Orçamento, tem mais ou menos 22 anos que eu trabalho na parte técnica do orçamento. Praticamente na Comissão só quando fui designado para responder pela Subsecretaria participei diretamente nos trabalhos das Comissões, entre a data da designação e mais ou menos até a época em que aconteceu o fato com a esposa do Dr. José Carlos. Aí eu fiquei praticamente mais ligado a ele, dando assistência aos trabalhos, na parte do Senado, mas, como existia uma designação do Dr. Schetinni para dar assessoramento mais direto ao Relator, fiquei só coordenando a parte funcional dos servidores do Senado junto à Comissão. Então a minha participação foi relativamente pequena nesse período, e foi um dos momentos em que tive mais contato com a parte política da Comissão. A minha participação, em todos esses anos, foi mais técnica e operacional junto à Subsecretaria de Orçamento, ao PRODASEN e ao DOU na parte técnica operacional. Não tinha quase nenhuma participação nas decisões políticas que eram tomadas, não tinha conhecimento dessas decisões, senão após elas serem tomadas e passadas a nós mais no nível técnico do que em termos de decisão política.

O SR. MORONI TORGAN - V. Sª disse que, quando soube do problema José Carlos, atuou mais diretamente, era isso? V. Sª tem algum grau de amizade com José Carlos?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, é uma afinidade de mais de 22 anos trabalhando não só na parte de Orçamento, mas um ano no grupo de trabalho, logo em 1971, em que eu trabalhei juntamente com ele, e depois na parte de Orçamento. Então, existia uma relação mais do que de coleguismo e de amizade. É uma relação quase que, digamos assim, entrava na parte afetiva, na parte emocional. Então existia um entrosamento muito grande em termos de relacionamento pessoal, nos entendíamos em termos de até não precisar um falar as coisas com o outro. É só um entendimento, muitas vezes ele não falava para mim as coisas e eu nem perguntava. Então existia uma certa... Mas o relacionamento era mais do que funcional. Então, por isso é que, acontecido o fato, eu me dirigi lá e me coloquei totalmente à disposição para ajudar naquilo que foi possível.

O SR. MORONI TORGAN - Vou passar a palavra ao Deputado Robson Tuma, enquanto...

O SR. ROBSON TUMA - Sr. Lira, V. Sª disse que trabalhou quanto tempo na Comissão de Orçamento?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Na parte técnica operacional mais de 22 anos.

O SR. ROBSON TUMA - A informação que tenho é que V. Sª ficou como assessor da diretoria algum tempo.?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, não existia essa... Eu fazia esse trabalho de, como se diz, assessoramento, mas em termos de coordenar a parte de pessoal e a parte operacional da...

O SR. ROBSON TUMA - Em que época?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Hum?

O SR. ROBSON TUMA - Em que época que V. Sª era mais ligado ao diretor?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Isso aí é difícil de determinar, aqui. Inclusive, na época do Dr. Lacerda, eu também já existia algumas funções que se podiam dizer que revestiam em termos de assessoramento. Quando eu era designado para desenvolver e dar suporte técnico ao desenvolvimento de sistemas junto ao PRODASEN. Mas, praticamente, em termos de assessoramento direto a parlamentares, nunca fui designado - talvez por exercer essa função de coordenação técnica diretamente no órgão ou falando pelo órgão, muitas vezes. Então, eu não posso quantificar quando isso ocorreu.

O SR. ROBSON TUMA - A informação que tenho é que o senhor ficou lotado nesse Departamento de Orçamento, que é uma Subsecretaria...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Subsecretaria de Apoio Técnico ao Orçamento Público.

O SR. ROBSON TUMA - Subsecretaria de Apoio Técnico ao Orçamento Público. Do dia 1º/01/1985 ao dia 31/03/1993.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - De 1985? Não, é antes disso. Não tenho a data precisa, mas eu era auxiliar de gabinete do diretor logo que foi criada a Subsecretaria - se não me engano, em 1972 ou 1973.

O SR. ROBSON TUMA - E o que senhor sabe sobre o que acontecia lá?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Como?

O SR. ROBSON TUMA - O que o senhor sabe sobre o que acontecia lá na época do José Carlos?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - O que eu sei? Em que termos?

O SR. ROBSON TUMA - Em termos ilegais, de coisas erradas, de pessoas que iam, de empresas que iam, de representantes de empreiteiras...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - O conhecimento que tenho é o mesmo conhecimento que muitas pessoas têm: é de ouvir falar. Vou dizer com a maior convicção: em momento algum, durante o período em que trabalhei no Orçamento, participei, tomei conhecimento ou me foi dado o menor vestígio de que existia um processo corrupto como o que está sendo divulgado e sobre o qual muitas coisas estão praticamente constatadas, em termos de...

O SR. ROBSON TUMA - Então o senhor acha que não é verdade o que estão falando?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Acho que não posso afirmar que não é verdade nem que é verdade, porque eu não participei. A minha participação no Orçamento era apenas operacional. Eu recebia as decisões; isso não implicava em que eu tivesse conhecimento de que por trás daquilo existiam irregularidades ou má-fé nas emendas. Eu apenas recebia aquelas emendas e nós operacionalizávamos aquilo. Não tínhamos conhecimento ou nenhuma desconfiança de que estava sendo feita alguma coisa.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor é que operacionalizava tudo o que vinha das emendas que o José Carlos...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Eu coordenava essa operacionalização. Muitas vezes muita coisa passava para mim e eu distribuía tarefas. Eu fiscalizava determinados procedimentos operacionais, eu designava pessoas para algumas tarefas, convocava pessoas para trabalhar em determinadas tarefas, mas o procedimento operacional era feito principalmente por quem trabalhava direto com determinadas relatorias com que tinham contato. Eu não tinha contato com os relatores, muitas vezes apenas os conhecia de nome. Há muito relatores que eu conhecia de nome, simplesmente por manusear a documentação que me vinha. Eu indicava... Determinados problemas que existiam, em termos de fornecimento de relatórios à Comissão - muitas vezes eu ficava direto no PRODASEN. Alimentava, em termos de... para as reuniões, mas eu não participava das reuniões, não tinha nenhum contato com os relatores; isso era feito pelos funcionários designados para relatar, para fazer os relatórios e dar auxílio operacional na coisa.

Então, não é que eu esteja querendo me colocar fora de todo esse processo, mas a minha participação não me dá elementos para fornecer a todo esse processo investigatório qualquer testemunho, porque eu não participei, eu não conheci, não tinha a menor desconfiança.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor tinha um contato forte com o José Carlos?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Isso é que, muitas vezes, é até difícil de explicar, porque existia uma identificação entre nós dois, em termos de trabalho, existia uma confiança mútua, da minha parte e acredito que da parte dele, no meu trabalho. Era um relacionamento, embora existisse um sentimento de identificação e de afetividade até fora da parte operacional, mas se restringia apenas ao trabalho do Orçamento. Até na sua vida particular eu não possuía uma certa intimidade, porque me resguardava de determinadas intimidades e não questionava sobre determinadas intimidades.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor disse que a única coisa que sabe é aquilo que ouvia falar. O que o senhor ouvia falar?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Como?

O SR. ROBSON TUMA - O senhor disse que a única coisa que o senhor sabe é o que muita gente lá sabe e o que o senhor ouvia falar. O que é que todo mundo sabe e que o senhor ouvia falar?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Era o que a imprensa divulgava: que existia um grupo dentro da Comissão de Orçamento que dominava a Comissão.

O SR. ROBSON TUMA - Isso é o que o senhor ouvia falar? Que alguém tinha lido uma matéria no jornal que dizia isso?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, o que os jornais publicavam.

O SR. ROBSON TUMA - Então, o senhor disse que sabe, e muita gente que está lá sabe, e o que se ouvia falar. O que é isso "o que se ouvia falar"? O senhor falou isso no seu depoimento há 5min., no máximo.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Tive a oportunidade de ser chamado, por exemplo, para dar explicações do funcionamento da mecânica da Comissão, inclusive, até junto com a diretoria-geral do Senado, em termos de dar respostas à imprensa a respeito do que era questionado, como era o funcionamento, por que determinados Parlamentares tinham força dentro da coisa.

O meu entendimento de todo esse processo é que esses Parlamentares, por força política, por designação das Lideranças, detinham um poder de decisão dentro da Comissão. Mas aqueles que chegavam e diziam, na imprensa, que existia um grupo que dominava a Comissão, que eram os donos do Orçamento, que decidiam a aprovação da emenda, aquilo, para mim, no meu entendimento, era simplesmente que essas pessoas detinham a confiança de todos os Parlamentares da Casa, das Lideranças. Eram indicados e

procuravam fazer o seu trabalho da melhor maneira possível. Eu não tinha nenhuma desconfiança de que eu estava trabalhando em uma Comissão em que um grupo estava em conluio. Até hoje não vejo nenhuma maneira de nós, técnicos, termos, durante o período, detectado qualquer atividade irregular nessa Comissão, porque tudo se processava acima da transparência dos trabalhos da Comissão. Eu, por exemplo, nunca fui à casa do Deputado João Alves. Se fui ao gabinete dele, foi por três vezes. O meu trabalho, a minha condição de coordenação, ficava como se eu fosse a parte operacional e o Diretor, o Dr. José Carlos e o Dr. Lacerda, faziam a parte política, os contatos políticos. Então, eu não tinha o menor contato com esse pessoal. E não tinha nenhum dado que me fosse passado ou que eu percebesse nas minhas tarefas que desse para eu desconfiar de qualquer pessoa; do próprio José Carlos!

O SR. ROBSON TUMA - E as emendas que foram colocadas depois da aprovação do Orçamento?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Qual o processo? Do Deputado Fiúza?

O SR. ROBSON TUMA - Exatamente.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Isso, já vi todo esse processo de denúncias de que foram colocadas emendas. Acho isso mais uma figura. retórica de determinadas pessoas.

O SR. ROBSON TUMA - Que pessoas?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Por exemplo, assisti a um programa de televisão do Jô Soares, onde o Dr. Orlando José Leite de Castro Neto foi para a televisão e disse que foram colocadas 43 emendas, com base no relatório que ele fez. Qual é o meu entendimento? De que todas aquelas 43 emendas, que ele disse que existiam no relatório, e eu tomei conhecimento desse relatório, e que eram emendas que foram colocadas simplesmente porque está nesse relatório, não existe esse subprojeto? Se examinarmos nesse relatório uma linha a baixo ou uma linha acima, está o mesmo quantitativo, está a mesma coisa. Isso é uma afirmação tão dolosa como esse processo que fizeram com o orçamento, porque isso não é verdade. Foram simplesmente acertos técnicos e operacionais feitos em função de erros técnicos durante o processo de orçamento.

Se examinarmos esse relatório que embora eu, como conhecedor de muitos relatórios, considero-o fraco, é um relatório mal feito, não dá toda a demonstração... Todas essas 43 emendas medidas, examinei-as uma a uma. Elas têm um respaldo em um documento que foi mandado pelo Senador Mauro Benevides, a pedido do Senador Ronaldo Aragão, com pedidos de Parlamentares para alterar determinados subprojetos que estavam erroneamente lançados.

Não existe essa figura de emendas que foram colocadas. Se usarmos essa semântica, tudo que foi feito depois do processo normal de emenda foram emendas colocadas no orçamento.

O Deputado Fiúza, quando recebeu a incumbência de ir para a relatoria, recebeu o processo em andamento. Então, determinados procedimentos que foram feitos pelos Relatores parciais tinham erros que tivemos que consertar depois do procedimento, inclusive do relatório parcial, porque existiam erros técnicos. Então, todo o processamento do meu conhecimento foi simplesmente técnico.

O SR. ROBSON TUMA - Então essas quarenta e poucas emendas...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Quarenta e três emendas que foram incluídas.

O SR. ROBSON TUMA - São legais?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não digo que possa ser dito legal em todo o processo, depende do ponto de vista político.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor é o técnico, o senhor é que tem que dizer.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Na minha visão técnica, não existiu nenhum...

O SR. ROBSON TUMA - Para o senhor são emendas perfeitas?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - São. O procedimento que foi feito...

O SR. ROBSON TUMA - E as outras 700 e tantas?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Deputado, essas são anteriores ainda a esses procedimentos. Foram emendas provenientes de acordos de destaques que eram feitos na Relatoria. Para o processo não ser entrancado, existiam vários destaques. Então, a Comissão deu ao Relator Ricardo Fiúza a autonomia para adequar esses destaques, para que o processo não sofresse uma ruptura. O processo foi feito dentro do PRODASEN, com a presença, muitas vezes, do próprio Deputado Ricardo Fiúza autorizando determinados pedidos de Parlamentares, destaques, junto com várias outras pessoas que foram. E isso era-nos passado. Não víamos nenhum dolo em todo esse processo. Entendíamos que o processo tinha sido reaberto em função de pressões políticas em se aprovar aqueles destaques. Então, o que fazíamos lá era simplesmente arrumar meios técnicos para operacionalizar aquelas emendas. Não existia, no nosso conhecimento - e não existe até hoje no meu conhecimento - que houve qualquer colocação de emenda nesse período. Foram simplesmente aprovações e solicitações de Parlamentares. Esse é o meu entendimento até hoje de todo esse processo.

Agora, o meu outro entendimento no questionamento político que foi feito desde a época - e durante todo esse tempo - e acaba na CPI, é que foi dada ao Relator parcial uma autorização, mas essa autorização não tinha uma definição de quais emendas. Existiam destaques, existiam pedidos, existiam emendas aprovadas na época da relatoria parcial que

muitos Parlamentares, depois que descobriram que tinham sete emendas aprovadas, foram verificar e essas sete emendas não representavam o seu interesse maior. Então, eles solicitaram destaque para mudar aquelas emendas por outras que foram de áreas...Esse é meu entendimento até hoje.

Agora, sob todo esse questionamento que se está fazendo em relação a essas medidas aprovadas, eu não vejo nenhum dolo. Agora, sobre o que foi feito na parte do Executivo nessas dotações globais, em influências políticas, eu tive conhecimento, pela televisão. É de estarrecer quem trabalha no processo. Determinados procedimentos que foram feitos, tanto na área de decisão política como na liberação de recursos, quebram toda a formalidade que conhecíamos, em termos técnicos. A minha avaliação e a minha visão do processo não me fornecem elementos nenhum para dizer que, durante o processo que pegamos, na época do Deputado Fiúza... Só para o senhor ter um parâmetro de que eles dizem que essas 43 emendas foram colocadas no Orçamento, o senhor pega um ofício do Senador Mansueto de Lavor ao Presidente Humberto Lucena, onde ele, depois de feitos os autógrafos, ele elenca uma série de irregularidades técnicas que foram constatadas depois que foi feito. Num processo, agora...

O SR. ROBSON TUMA - Irregularidades técnicas.

O SR ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Irregularidade em termos de existirem erros técnicos em determinados projetos e que tinham sido consertados. Foi classificado numa função errada, o nome do município estava errado, a emenda era de um parlamentar da Paraíba, ela foi classificada porque se usa ...

O SR. ROBSON TUMA - Problemas de redação.

O SR ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Problemas de redação operacional. Isso foi consertado agora, no processo, para 1993. Eu vejo isso apenas com o objetivo...

O SR. ROBSON TUMA - V. Sª está falando de erros de redação, ou de coisas que podem criar dúvidas e devem ser mudadas?

O SR ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Eu não vejo dúvida nenhuma. Do mesmo jeito que não vejo dúvidas nessas 43 emendas que foram questionadas e que alguém foi lá, por problemas que não são ...

O SR. ROBSON TUMA - Essas 43 também são de redação ?

O SR ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - São emendas que foram constatadas, por exemplo, que estavam classificadas numa programática diferente. Já existiam, por exemplo, mudou um código com aquele mesmo título de subprojeto, só que o número dele era diferente, porque não existia um entrosamento grande na hora de se elaborar a proposta aqui, no Executivo, com o DOU. Então, existia um mesmo título de um mesmo subprojeto, só que lá, no DOU, ele tinha um código. Então, no DOU, eles chegaram lá e aproveitaram aquilo que estava na memória do computador deles. Mas o título é o mesmo,

O SR. ROBSON TUMA - Então, foi no DOU que foi feito aquilo?

O SR ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - O DOU tinha, porque durante...

O SR. ROBSON TUMA - Sim, mas foi no DOU que foram feitas essas 43 emendas?

O SR ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, não foram feitas. As 43 emendas já existiam.

O SR. ROBSON TUMA - Tudo bem, mas no DOU é que se fez

O SR ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Fez-se a correção desses erros.

O SR. ROBSON TUMA - O José Carlos disse que não foram feitas no DOU.

O SR ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - É declaração dele, eu...

O SR. ROBSON TUMA - V. Sª acha que ele está mentindo?

O SR ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, eu não sei qual foi a pergunta que foi feita a ele e por que motivos ele disse. Eu não posso dizer que foi ... Mas essas correções e muitas outras foram procedimentos que só poderiam ser feitas na fase... Por exemplo, aquela mudança de uma unidade do Ministério da Saúde para fundos. Aquilo só poderia ser processado quando todo o processo estivesse terminado, porque era, simplesmente, passar de uma unidade para outra. Mas os projetos permaneceram os mesmos, os valores permaneceram os mesmos. Então, foi só um procedimento técnico que se realizou em função de maneiras e rotinas técnicas de se proceder a determinadas coisas que só podem ser feitas no final do processo. Lá no DOU, quando eles classificam em nível de natureza, é que se pode constatar determinados erros que passam por todo o processo operacional nosso, porque determinadas minúcias, o Congresso não conhece, em termos técnicos de se dar uma execução às alterações ou emendas apresentadas ao Orçamento.

O SR. ROBSON TUMA - Antes de passar a palavra para o Deputado Moroni Torgan, só queria fazer mais uma pergunta: então, o José Carlos fazia, mais ou menos, o papel político? Quando chegavam a V. Sª, V. Sª dava a emenda e falava: olhe, tem que, tecnicamente, tirar isso?

O SR ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Distribuía-se para diversos setores.

O SR. ROBSON TUMA - V. Sª fazia uma análise técnica, e o José Carlos fazia a parte política.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não se fazia a análise técnica. Determinados procedimentos eram quase que automáticos. Essa análise técnica, muitas vezes, era feita junto aos Relatores parciais. Então, esses procedimentos, dada a sua natureza eminentemente técnica, que era a nossa participação, apenas classificávamos uma determinada emenda, dava toda a codificação e entravam com aquilo nas memórias dos computadores.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor disse aí que ficou estarrecido quando ficou sabendo da proporção de tudo isso. Para quem trabalhava no processo, o senhor se sente traído?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Como?

O SR. ROBSON TUMA - O senhor se sente traído?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não sei se posso retratar esse sentimento de traição, Deputado, porque as informações que consegui assimilar de todo esse processo e a minha relação de amizade que tive com ele e determinadas informações que vejo hoje distorcidas não me levam a criar dentro de mim um sentimento de frustração.

Só tenho uma convicção: trabalhei lealmente, comigo, com a instituição e com os meus colegas.

Não alimentei esse sentimento de traição ou qualquer outro sentimento, dadas as informações que tenho de todo esse processo, que não me garantem uma certeza de muita coisa que se diz.

O SR. ROBSON TUMA - Vou passar a palavra para o Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN - Sr. Antônio Lira, o senhor tem algum antecedente criminal?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Nenhum.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor responde a algum inquérito policial?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não. Foi feita uma queixa-crime contra mim num estacionamento aqui no parque da cidade, porque uma vez uma senhora queria passar na minha frente. Houve um entrevero, ela fez uma queixa-crime contra mim. Fui chamado na 1ª DP e fiz a minha defesa, mas não tenho nenhum processo em andamento na Justiça. Não fui chamado novamente pela delegacia. Não sei como está esse processo, se foi arquivado ou se não foi.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor teve alguma vez algum procedimento relacionando a contrabando ou coisa parecida?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não.

O SR. MORONI TORGAN - Nunca teve nada disso?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Tenho, em minha casa, todas as notas fiscais de tudo que comprei durante toda a minha vida.

O SR. MORONI TORGAN - Isso nem pode ser considerado grande coisa.

O senhor afirma que essas quarenta e poucas emendas, que foram colocadas posteriormente, vieram com solicitação de autoridades. Quais foram as autoridades que fizeram essas solicitações?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Quais as emendas? As quarenta e três emendas?

O SR. MORONI TORGAN - Isso.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Existe um documento que foi mandado ao Poder Executivo, assinado pelo Senador Mauro Benevides, como Presidente do Congresso; um pedido do Senador Ronaldo Aragão, que era Presidente da Comissão na época, pedindo aquelas correções de erros.

O SR. MORONI TORGAN - Esse documento tem cópia aí certamente.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Acredito que há cópia. Se a Comissão desejar, tenho uma cópia dessa documentação. Está comigo. Se quiser, forneço uma cópia.

O SR. MORONI TORGAN - Seria interessante, se pudesse.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Eu só pediria que fosse indicado uma xerox, porque nós estamos com problema de xerox e eu, por exemplo, não tenho acesso.

O SR. MORONI TORGAN - Não, não tem problema, aqui mesmo, se tiver à mão pode ser tirado.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Segunda-feira posso trazer para V. Exª, para tirar cópia.

O SR. MORONI TORGAN - Quero entender uma coisa que não consegui entender na sua explanação: o senhor disse que tudo que foi feito de modificação foi legal. Todos os anos o Orçamento...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Na minha visão técnica.

O SR. MORONI TORGAN - Sim. Todos os anos o Orçamento era votado e depois modificado?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Deputado, isso é um processo. Muitas vezes é difícil um técnico dar a dimensão exata do que seja esse entendimento de modificação, porque depende do que a pessoa está querendo entender ou fazer com esse dizer da modificação. A proposta chega ao Congresso, recebe determinadas emendas, tanto do Executivo quanto do Legislativo, durante o processo. Então isso é passado aos Relatores parciais, depois ao Relator-geral. Cada um tem a sua atuação nesse processo. Todavia existem a decisão política e a parte operacional. Então o que acontecia conosco na parte operacional? Ficávamos correndo atrás do processo, na introdução de emendas no processamento eletrônico, para municiar os Relatores, nas relatorias parciais, para municiar a Comissão durante as reuniões...

O SR. MORONI TORGAN - Talvez eu não... V. Sª está preocupado em emitir o juízo sobre se é certo ou se é errado. Não estou preocupado com isso. Estou preocupado em saber, justamente, a parte técnica, se, após a aprovação feita pelo Plenário, eram feitas modificações nos Orçamentos anteriores.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Modificações de natureza técnica, de pedidos de parlamentares para mudar, por exemplo, o município de uma emenda que ele considerava errado ou que não atendia a suas aspirações em termos de destinar...

O SR. MORONI TORGAN - E isso acontecia em todos os Orçamentos?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Como?

O SR. MORONI TORGAN - E isso acontecia em todos os Orçamentos, depois da aprovação?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Em todos os Orçamentos.

O SR. MORONI TORGAN - Isso depois da sua fase de aprovação. Ele havia ido a plenário, havia sido aprovado e essas pequenas modificações eram feitas?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Isso é o que queria que V. Exª entendesse: é que o processo, por ele, o operacional, não acompanhar a decisão política... Por exemplo, existia uma decisão política na Comissão e nós não a acompanhávamos.

O SR. MORONI TORGAN - Veja bem, entendo, inclusive, o seguinte...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Existia sempre aquela possibilidade de se alterar determinadas coisas, porque não estava terminada a parte operacional.

O SR. MORONI TORGAN - Deixe-me só lhe explicar uma outra coisa que talvez até sirva para esclarecer.

Entendo que o técnico não tem que perguntar se aquilo é certo, errado, bom ou ruim, mas tem que cumprir aquilo que foi determinado pela pessoa de quem ele está a serviço.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - E cumprimos.

O SR. MORONI TORGAN - Por isso que tiro, nesse momento, a responsabilidade do técnico de qualquer coisa.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Também não vejo nenhuma responsabilidade minha em todo esse processo.

O SR. MORONI TORGAN - Isso queria deixar bem claro, porque o técnico vai estar a serviço de quem? De um relator, de um relator substituto ou de um parlamentar. É como a assessoria legislativa. O parlamentar pede um parecer favorável a tal coisa. Se a assessoria é contra ou a favor, não interessa. O que interessa é que ela tem que dar um parecer favorável a tal coisa. Então, nesse ponto, quero deixar bem claro isso.

O que me interessa é saber - V. Sª já respondeu, talvez seja o caso de apenas fazer um resumo disso - se nos Orçamentos de 89, 90, 91, 92 e 93, se após a aprovação do Plenário houve novas inclusões ou modificações ou coisas dessa natureza.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Até antes desse período; até nos Orçamentos da época antes da Constituição.

O SR. MORONI TORGAN - Até antes havia?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Mas eram alterações...

O SR. MORONI TORGAN - Que tipo de alterações?

Há alguém à porta querendo falar comigo. Enquanto isso...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Correções de valores errados, de títulos errados, de municípios errados, má colocação em um determinado Ministério, que não seria o apropriado para ser realizada aquela execução. Então era uma variedade de modificações, e, como o processo operacional não acompanhava a decisão muitas vezes até de Plenário, que aprovava a redação final, porque, na verdade, operacionalmente muitas vezes estava ainda numa fase de fechamento da parte de relatoria parcial e o Plenário já havia aprovado a redação final, que não existia; nem as emendas, muitas vezes da parte da Relatoria parcial, ainda continham erros. Então, alterava-se até o que havia sido feito na parte das Relatorias setoriais ou parciais. Por quê? Porque existiam erros que eram constatados na fase já de elaboração do autógrafo ou até da lei, porque, passada a parte de autógrafos, o DOU passava a operacionalizar a parte dele, que era voltada mais para a execução.

Então, eram constatados erros. E se procurava simplesmente a formalização de um documento do Presidente do Congresso com pedido para ser feita aquela alteração, porque foi constatado o erro. Muitas vezes, erro constatado no próprio DOU, em função de falhas técnicas nossas. Não consistia nem em pedido de nenhum Parlamentar, mas existiam pedidos de Parlamentares. Muitas vezes, Parlamentares chegavam lá num determinado município - construção de uma estrada vicinal no município tal - e constatavam que ainda existia a possibilidade de ele mudar aquele município. Ele chegava lá, pedia, vinha um ofício do Presidente do Congresso e fazia a alteração. Mas o valor continuava o mesmo, só mudava o município.

Então, no meu entendimento, na minha visão técnica, a aprovação...

O SR. MORONI TORGAN - Então, sempre houve esses ofícios de Presidente do Congresso ao DOU?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Ao DOU para correções técnicas.

O SR. MORONI TORGAN - Para modificações?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Para correções técnicas. E, no meu entendimento, esses ofícios vão continuar enquanto...

O SR. MORONI TORGAN - Essas correções técnicas seriam o quê? Desde que não alterasse o valor da verba?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não alterava o valor, não alterava a destinação, não altera nem o município..

O SR. MORONI TORGAN - O local, por exemplo.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - O local. Mas eles mandam, por exemplo, reparos na BR tal, localizada dentro do Ministério da Integração Nacional. O

Ministério da Integração Nacional não tem como fazer uma obra numa BR; isso é função do DNER. Então, o Parlamentar muitas vezes não conhece a mecânica da coisa; coloca uma BR e ela fica sob jurisdição federal, não pode ser feita pelo município, a não ser através de convênio.

O SR. MORONI TORGAN - Sim, o Parlamentar pode não entender, mas aí entra um detalhe, porque é para isso que existe a assessoria técnica do Orçamento. Aí a assessoria tem que entender, o senhor há de convir, senão não é assessoria!

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Deputado, o Congresso nunca teve uma assessoria ao nível mínimo desejável para manipular as emendas, embora isso atinja a parte técnica.

O SR. MORONI TORGAN - Nesse caso, quero perguntar uma coisa: se não teve, como é que o Sr. José Carlos foi para Diretor do DOU?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Isso aí é uma avaliação para ser guindada que não compete a mim avaliar.

O SR. MORONI TORGAN - Sim, mas o Sr. José Carlos não tinha competência na tarefa de assessorar o Orçamento? Ele era incompetente?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, isso aí não. Ele tinha competência.

O SR. MORONI TORGAN - Então, há contradição nisso. Se ele é competente, a assessoria tem que entender disso.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Uma coisa, Deputado. No meu entendimento, quando eu disse isso, é que existe uma competência de direção, de tomada de decisão. Mas a parte operacional de determinadas coisas precisam de determinados conhecimentos que os técnicos muitas vezes não tinham.

O SR. MORONI TORGAN - Mas então...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Embora tivessem uma competência muito maior para elaborar outras...

O SR. MORONI TORGAN - Não dá para entender, não dá para entender.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - É difícil de entender.

O SR. MORONI TORGAN - Se sou Diretor de um órgão que se propõe a assessorar justamente para tudo isso do Orçamento, para saber a tipificação, para saber a quantificação, a qualificação que devo colocar no projeto e tudo o mais e se tenho uma assessoria que não vale nada, tenha a santa paciência, não vale nada tanto quanto ela!

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não é esse o juízo de valor. Tenho comigo que a preocupação do Parlamentar, quando ele faz a emenda, é que a emenda saia publicada na lei. Agora, os aspectos...

O SR. MORONI TORGAN - Aí é obrigação da assessoria dizer. Por exemplo, o exemplo que o senhor disse: essa obra feita na BR não pode ser no Ministério de Integração Regional, tem que ser no DNER.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Mas existiam diversos erros...

O SR. MORONI TORGAN - Isso não vai dar problema nenhum do Parlamentar aceitar um negócio desses.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA -... que vinham passando por todas as etapas do processo e que só eram constatados no DOU. Nós trabalhávamos com milhares e milhares de emendas.

O SR. MORONI TORGAN - Não, milhares em termos, porque no fim das contas o que interessava para vocês eram as aprovadas, e as aprovadas não eram tantas assim. O que vocês iam trabalhar, para ver a real finalidade, sobre as emendas aprovadas, não são os milhares que entram de proposição de emendas. Estou errado?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Como?

O SR. MORONI TORGAN - Onde vocês trabalham para tipificar emenda, para saber se ela está no relatório, certa e tudo o mais, porque, no relatório, as emendas que não são aprovadas só vai o número delas no relatório. Não é isso? As que são aprovadas é que vai, aí, a descrição completa.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Mas se procurava sanar todos os erros e fazer uma verificação técnica de todas as emendas, mas passavam emendas. Embora se tivesse todo um cuidado, mas existiam determinadas coisas que caracterizavam, por exemplo, chegaram a constatar que tinham destinado verba na fonte 115, lá para Santa Catarina. Então, a fonte 115 é característica de aplicação exclusiva no Nordeste. Então, no final do processo. Tudo isso passou pela mão de muitas pessoas.

Então, devido ao turbilhão do trabalho que era feito, poucas pessoas, embora fossem inteiramente dedicadas ao trabalho, mas eles não tinham como não deixar passar. Então, quando chegaya lá na fase do DOU, aparecia uma emenda, destinada, na fonte 115, para Santa Catarina. É um erro grave, mas ocorreu. Isso...

O SR. MORONI TORGAN - Dessas quarenta e poucas emendas a que tu te referes, quais eram os erros mais comuns?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Eram erros de classificação em subprogramas, que não eram os apropriados. Eram erros de... Não eram praticamente nem erros; era simplesmente um projeto, por exemplo: Construção do Abrigo de Nossa Senhora. Tinha um código: 1205. Lá no DOU, já existia aquele título, só que com código diferente. Então, simplesmente pegou-se... E o DOU utilizou aquela codificação que ele tinha, daquele subprojeto. Mas o restante da classificação... Então, eles compararam com o que existia de cadastro no DOU, aqui no cadastro do PRODASEN, de título. Não existia daquele, eles lançaram que não existia, e que diz que aquilo é emenda de pará-quedas.

Mas, em uma linha acima, está a mesma classificação, só que com um código de subprojeto diferente, com um mesmo valor, com a mesma natureza de despesa e o título é o mesmo. Então, o que existe de dolo e caracteriza em se colocar uma emenda? Isso é o maior absurdo que uma pessoa possa chegar e dizer, com base num relatório desse, que houve colocação de emenda.

O SR. MORONI TORGAN - Ali.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Ali.

O SR. MORONI TORGAN - Quem preparou esse serviço?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Foi feito junto ao PRODASEN, que deve ter pego uma fita do DOU, que foi usada para a lei. Pegaram a fita que o PRODASEN tinha, os dados que o PRODASEN tinha e, então, compararam.

Se não for feita uma análise, qualquer relatório que se faça com isso, no primeiro lance, você vai ver que.. pode-se constatar e dizer que houve má-fé, houve colocação... Não é isso! Tem que se analisar determinado..., ver o que aconteceu na coisa. Pegaram lá o relatório, portanto existiam lá na...

O SR. MORONI TORGAN - Então, na sua convicção, não nenhuma má-fé?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não. Até onde eu pude verificar, com o que eu verifiquei, eu não acompanhei todo o processo de feitura da elaboração da lei, porque nós fomos convocados para uma determinada tarefa, o Ministro Fiúza já não era mais nem relator, não tínhamos mais, praticamente, nenhuma tarefa operacional para ser realizada, porque ele já estava no âmbito de elaboração da lei...

O SR. MORONI TORGAN - Quem era o chefe do DOU nessa época?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA- Dr. José Carlos.

O SR. MORONI TORGAN - Dr. José Carlos.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Ele era o chefe do Departamento. No meu entendimento técnico e do que eu conheço e do que pude verificar, houve alterações, mas eu não vejo nenhum dolo, nenhum artifício de se colocar.., porque ele está pautado dentro de um documento, assinado pelo Presidente do Congresso Nacional, com pedido do Presidente da Comissão de Orçamento, com pedido de parlamentares que estavam interessados nessas emendas...

O SR. MORONI TORGAN - Houve mudança de local de aplicação da verba, nessas 43?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - De local de município, houve. De ministério...

O SR. MORONI TORGAN - De ministério, também...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Passaram de um ministério para outro. Verbas aprovadas para o Ministério da Integração Regional foram passadas para o DNER. Posso trazer o relatório para o Deputado, na segunda-feira, para que seja tirada uma cópia. Acredito que já existe este documento na Comissão.

O SR. MORONI TORGAN - Tenho um entendimento um pouco diferente sobre toda essa história. Para que V. Sª tenha uma idéia a respeito da minha compreensão, acho que se trata de um projeto do orçamento, e que eu saiba, o orçamento é enviado ao Presidente para que este o sancione, como ocorre com um projeto de lei, não é?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - É uma redação final do Congresso, um autógrafo, é a aprovação do Congresso que é enviada ao Presidente para que este a sancione e vete aquilo que ache que tenha erros.

O SR. MORONI TORGAN - Sancionar aquilo que esteja certo.

Então, veja bem: em se tratando de um projeto de lei, não consigo entender como aprovamos um projeto de lei, na sua redação final, e depois desta se façam modificações. Isso porque, quando se trata de um projeto de lei, um número, uma vírgula, seja lá o que for feito de modificação...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Respeito o raciocínio de V. Exª, mas, segundo a minha visão de técnico, não concordo com isso porque aquilo que o Congresso quer, aquilo que o Congresso aprova é consubstanciado no autógrafo que é mandado no documento.

Segundo a minha visão, o erro que existe é que o Congresso aprova a lei de orçamento e não tem conhecimento do orçamento formalizado. A falta desse conhecimento não formalizado é que dá margem a que se façam alterações, porque o documento não está pronto. É como se fosse qualquer outra lei que é modificada no último momento.

O SR. MORONI TORGAN - Mas isso é ridículo. Não se pode aprovar uma coisa que não se conhece.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Mas muitas coisas no Congresso, na parte relativa ao orçamento, eram aprovadas na base da confiança. Não existia o documento formal, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN - Aí é que se dá margem para a safadeza!

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Mas todo o mundo aprovava.

O SR. MORONI TORGAN - Todo o mundo, não, porque eu nunca aprovei nada dessa maneira.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Deputado, quando eu falo "todo o mundo", uma matéria que é aprovada no orçamento consciente ou inconscientemente, subentendem-se vários outros... Segundo a minha visão técnica, existem vários instrumentos que dão a qualquer parlamentar a possibilidade de obstruir a votação do orçamento.

O SR. MORONI TORGAN - Segundo a minha visão, o fato de se mudar o nome de um local já é gravíssimo, porque se está mudando a aplicação de uma verba de um município para outro.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Mas muitas vezes aquilo pode ser um erro técnico, ou seja, foi colocado o nome correto do município, mas o código foi o de outro município. E aquilo passou por todo o processo...

O SR. MORONI TORGAN - Isso devia ter sido visto antes da votação.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Mas muitas vezes não se chega a ter conhecimento, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN - Isso porque se não foi visto devia ter sido vetado. Não devia ir verba para ninguém. Se há erro no processo, o mesmo não deve ser consertado no DOU.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Mas, Deputado, existem várias retificações.

O SR. MORONI TORGAN - Para se consertar os erros do processo do orçamento, existe até a fase de votação da redação final. A redação final já tem este nome porque é final sim, porque não se faz mais nada depois que ela aconteceu. V. Sª está há vinte e dois anos aí e sabe disso, ou seja, que, em se tratando de projeto de lei, a redação final é final sim. Posso ser presidente do Congresso, posso ser presidente da Câmara, posso ser presidente seja lá do que for, quem aprova não é o Presidente do Congresso, não é o Presidente da Câmara, não é o Presidente da Comissão. Quem aprova é o Plenário. Por isso, quem tem que mudar ou não alguma coisa é o Plenário. E isso está na lei; inclusive a LDO diz isso, ou seja, quem aprova é o Plenário. Muitas vezes se a verba, por exemplo, é para o município "x", é porque a bancada daquele Estado achou que aquele município merece, mas pode achar que outro município não mereça. Mas, se por qualquer aspecto político, alguém resolve colocar o nome de outro município porque tem, por exemplo, um amigo nesse município, isso é gravíssimo.

Isso que V. Sª está denunciando, segundo o meu ponto de vista, é gravíssimo; ou seja, que em todos os orçamentos ocorreram inclusões depois da aprovação da redação final.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não foram inclusões. Foram alterações.

O SR. MORONI TORGAN - Sim, alterações. Dá no mesmo.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Alterações essas que hoje nós vemos até em publicações do **Diário Oficial** com relação a outras matérias; ou seja, retificações. Sai uma publicação...

O SR. MORONI TORGAN - Não, de lei não. Não se retifica lei sem a aprovação do Plenário. Só se o Diário publicou errado a lei; aí é diferente.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Mas é justamente isso.

O SR. MORONI TORGAN - Se ele publicou errado a lei. Mas ele vai ter que se basear na lei que saiu aqui do Plenário.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Foi mandado um nome de uma pessoa com a grafia diferente. Então, é republicado.

O SR. MORONI TORGAN - Mas a lei tem que ter a grafia certa; a lei tem que ter tudo certo.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Mas o erro ...

O SR. MORONI TORGAN - Porque senão, de repente, vou aprovar uma lei aqui dizendo: "No Brasil, não pode haver pena de morte"! Aí chego lá e faço uma retificação e tiro o "não". Fica: "No Brasil, pode haver pena de morte".

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - O senhor me desculpe, mas aí já é uma mudança no conteúdo da vontade do que foi aprovado.

O SR. MORONI TORGAN - Sim. E as outras mudanças que aconteceram também são mudanças no conteúdo da vontade. A vontade que foi aprovada...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Tem o autor da emenda, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN - Não, mas a vontade não é do autor da emenda; aí é que está o engano. A vontade é do Plenário de aprovar aquilo que o autor da emenda quer. Tenho vontade de colocar verba para todos os Municípios do Ceará! Então, vão ter que me respeitar, e vou ter que incluir no DOU todos os Municípios do Ceará para ganhar a verba!

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não foi nesse sentido que foi feito.

O SR. MORONI TORGAN - Mas é isso que estou dizendo.

Então, não pode; Não pode um negócio desse! Eu tenho a vontade, eu quero que todos os 180 Municípios do Ceará ganhem verbas.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Acredito que todos os Parlamentares.

O SR. MORONI TORGAN - Eu tenho essa vontade. Agora, tenho que submeter a minha vontade a quê? Ao Plenário! Por isso que existem emendas, destaques e tudo o mais, para que o Plenário diga do que da minha vontade pode ser aprovado. Então, não é assim: "a minha vontade era essa"! A minha vontade é determinada pelo Plenário.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Na minha visão técnica, respeitando o entendimento de V. Exª do processo, não vejo essa alteração da maneira que V. Exª está propondo. Não vejo as alterações que eram feitas de caráter operacional e até de modificações de Municípios, de ministérios. Eu via essas alterações e vi até ontem. E acredito que amanhã V. Exª poderá constatar que, após a aprovação do Plenário, mesmo o

Congresso tendo todo um processo organizado de aprovação de emendas, existirão esses erros técnicos, porque isso é inerente ao trabalho volumoso, é inerente ao erro da pessoa humana. E esses erros terão que ser corrigidos. Então, amanhã, daqui a um ou dois anos, V. Exª vai ver, após a aprovação do autógrafo no Congresso, o Presidente do Congresso se dirigindo ao Presidente da República para pedir alterações em determinados aspectos técnicos da emenda. Ou senão vai ter de se operacionalizar aquilo que é formalmente passível de ser operacionalizado, que é feito uma emenda, quando vem um crédito pedindo alteração...

O SR. MORONI TORGAN - Para mim, para evitar safadeza, só há um modo!

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não é essa possibilidade de alteração ou não que vai diminuir a safadeza. Acho que a safadeza depende da concepção...

O SR. MORONI TORGAN - A abertura...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - ... das pessoas daquilo que não lhe pertence, que é a coisa pública. No processo mais transparente que existe pode haver safadeza, dolo, como diz V. Exª; e não existe nenhum processo. Simplesmente, é se fazer o julgamento desses procedimentos incorretos e aplicar as punições devidas. Mas não é a possibilidade ou não de existirem essas correções, que computo como passíveis de ter existido no passado, está existindo no presente e de existir no futuro que...

O SR. MORONI TORGAN - A falta de fiscalização gera a impunidade; e a impunidade gera a safadeza. Se, de repente, delego ao Presidente do Congresso algo que o Plenário deve fazer, estou delegando errado. Não existe essa delegação para isso.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Nisso aí concordo plenamente com V. Exª. Essa delegação é como se diz, quando se dá um cheque em branco para uma pessoa ela poderá usá-lo comedidamente ou colocar com valores acima das expectativas das pessoas.

O SR. MORONI TORGAN - Só que nunca vi o Plenário dar essa delegação ao Presidente do Congresso.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Deu ao Relator para providenciar as correções. Penso que um Presidente do Congresso Nacional tem autoridade para fazer chegar ao Presidente da República uma correção de erros técnicos. Creio que se torna imensamente inviável que, diante de erros operacionais que foram constatados, convocar-se o Congresso para novamente ele ser aprovado, apenas por erros técnicos e uma redação mal elaborada.

O SR. MORONI TORGAN - Só para ter uma idéia, canso de ver projeto ser vetado por erro técnico.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Aí já é um outro tipo de juízo de valor.

O SR. MORONI TORGAN - O que vejo nos vetos do Presidente é que, no mínimo em 30%, a justificativa é vetada por erro técnico.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Mas o erro técnico muitas vezes é de conceito, não se restringe à técnica.

O SR. MORONI TORGAN - Então não há esse negócio. O erro técnico veta para o parlamentar se preocupar e saber se as emendas dele estão corretas, porque se não estiver correta vai ser vetada.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Mas muitas vezes o Deputado faz a emenda correta, apenas a utilização do projeto...

O SR. MORONI TORGAN - Não, se ele fez a emenda correta, aí é outra coisa. Se ele fez a emenda correta, se está tudo correto e lá o funcionário errou. Isso é diferente. Se ele fez a emenda errada, o problema é dele.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Vários erros.

O SR. MORONI TORGAN - Eu acho que o Presidente do Congresso, aí sim, pode dizer que a emenda, o documento original diz isso, e houve, por um erro do funcionário, isso. Inclusive o funcionário teria que ser responsabilizado,porque não pode...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Às vezes vêm do próprio gabinete erros ...

O SR. MORONI TORGAN - Se vier do gabinete do Deputado o problema é dele. Ele vai ser vetadó, esse é o problema. O Deputado tem que ter pertinência para poder cuidar disso.

O senhor disse que há 22 anos é amigo do José Carlos.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Sou.

O SR. MORONI TORGAN - Essa amizade começou quando? Há 22 anos, é lógico.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Há 22 anos, quando eu fui designado para trabalhar num grupo de trabalho da reforma administrativa do Senado. Eu trabalhava na Diretoria do Pessoal e fui como elemento da Diretoria do Pessoal trabalhar nesse grupo de trabalho. Ele era uma das pessoas que me indicaram para trabalhar nesse grupo de trabalho da reforma administrativa. Nós começamos a trabalhar nessa época lá, e como existia um processo de convocação de pessoas para trabalhar no Orçamento durante o preparo das emendas, como estávamos ligados a esse grupo, que era dirigido pelo Diretor da Assessoria, fomos convocados. Desde esse processo ele passou a ser a pessoa que dava o assessoramento mais de perto, antes da Constituição.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor trabalhava junto com ele, no mesmo setor algumas vezes?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Muitas vezes, eu era praticamente , como se diz...

O SR. MORONI TORGAN - Tinha alguém que trabalhava com ele que era de maior confiança que o senhor?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não posso identificar uma pessoa assim. Pode haver em outras atividades ligadas a ele.

O SR. MORONI TORGAN - Ele confiava no seu trabalho, senão não ia ficar esse tempo com o senhor.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não teria, ele viajava e deixava as coisas para eu resolver, eu era designado para acompanhar os trabalhos feitos no DOU. Nunca encontrei nenhum...

O SR. MORONI TORGAN - Como o senhor via o enriquecimento rápido dele?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Deputado, eu só vim a tomar conhecimento desses fatos relacionados ...

O SR. MORONI TORGAN - Estou perguntando isso porque ele dizia para a família, ele justificava isso para o pessoal. Só quero saber se a mesma justificativa ele dava para o senhor.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não tive essa constatação desse aumento patrimonial.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor nunca foi na casa dele?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, eu fui diversas vezes, tive contatos, mas eram muitos espaços e sempre mantendo uma certa ética em termos de qualquer juízo de valor. Porque eu nunca tive a preocupação de ficar bisbilhotando a vida de ninguém e fazendo alguma comparação em termos do que a pessoa possuía ou comprava, ou... Eu sempre tive.. o que ele possuía era proveniente do trabalho dele juntamente com o da esposa; eu não via nenhuma incompatibilidade na vida que ele levava, com qualquer possibilidade de fazer qualquer juízo de que ele recebia algum recurso de quem quer que fosse. Só fiquei sabendo depois, quando saiu na televisão e até hoje eu não...

O SR. MORONI TORGAN - Fizeste alguma viagem com ele?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Como?

O SR. MORONI TORGAN - Fizeste alguma viagem com ele?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Fiz sim, ficamos, inclusive, uma vez fui ao Rio de Janeiro fiquei no apartamento da...; fui a...Hum? No apartamento do sogro dele, no Rio de Janeiro, em Copacabana, uma vez que nós fomos acompanhar o orçamento que era...O que é feito no DOU hoje, antigamente era feito no Centro de Processamento do IBGE, no Rio de Janeiro. Então, quando existia qualquer dúvida ou qualquer problema técnico, a gente acompanhava; fui a Fortaleza, num congresso de orçamento; em Recife, em Belo-Horizonte...Como? Não, não, no orçamento. Depois que ele foi para o DOU, nosso contato era mais por telefone. Eu achei por bem continuar como funcionário do Congresso.

O SR. MORONI TORGAN - Ele te convidou para ir pro DOU?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Como? Não chegou a praticamente a convidar, ou dar, ou ter alguma insistência em termos de eu ir pra lá. Mas eu sei se eu quisesse ter ido para o Executivo, não só para trabalhar com ele mas com outras pessoas. E fui convidado, mas não tinha nenhum interesse porque eu via o Executivo como uma casta diferente do Legislativo. Então optei em continuar...

O SR. MORONI TORGAN - Casta diferente em que sentido?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Como? É você precisava participar de um determinado time por um tempo para poder ter um tratamento igual àquele que eu tinha aqui dentro do Congresso em termos de relacionamento, em termos de... Então, não vi nenhuma vantagem...

O SR. MORONI TORGAN - Fizeste viagem pra Fortaleza, Recife e Rio Janeiro. Algum outro lugar?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Belo Horizonte; eu fui a um congresso da...

O SR. MORONI TORGAN - Vocês iam com a esposa junto, não?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, não. Ele, acho que em Fortaleza ela foi depois, ela esteve lá. Minha esposa não me acompanhou, porque eram viagens rápidas e os recursos não proporcionavam essa...

O SR. MORONI TORGAN - Essas viagens geralmente eram pagas como?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Essas viagens eram pagas pelo Senado.

O SR. MORONI TORGAN - Pelo Senado.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Pelo Senado. Eram indicações da... para comparecer a congresso de orçamento.

O SR MORONI TORGAN - Isso foi em Belo Horizonte. Não teve viagem para o exterior?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, eu nunca participei de nenhuma viagem pro exterior.

O SR. MORONI TORGAN - Nem sozinho?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Como?

O SR. MORONI TORGAN - Nem sozinho?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Nem sozinho. Nunca tive assim a...

O SR. MORONI TORGAN - O José Carlos... Chegou a andar no avião dele, não?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Como?

O SR. MORONI TORGAN - Chegou a andar no avião dele, não?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, não tinha conhecimento que ele tinha avião; só vim a saber pelos jornais, porque o meu conhecimento depois que ele saiu do...

O SR. MORONI TORGAN - Ele sendo o seu amigo, e todo amigo comenta... O relacionamento em casa dele estava difícil, o que o levou ele a pedir a morte da mulher pra aqueles dois bandidos?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não faço esse juízo de valor em relação à morte da esposa dele.

O SR. MORONI TORGAN - Qual é o seu juízo de valor?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Eu não tenho..., estou simplesmente atônito em relação a esse fato. Até hoje eu me resguardo ao desenrolar de todos esses fatos. É uma situação muito ingrata para todos aqueles que o conheceram, porque se verdadeiro for tudo isso que está dizendo, essa pessoa é outra pessoa que não aquela que conhecemos - todos, no relacionamento da amizade.

O SR. ROBSON TUMA - Primeiro quero fazer uma pergunta para o senhor. O senhor disse que quando ele foi para o DOU vocês perderam mais contato, passou a ser de vez em quando, por telefone. Não é isso?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - É. Muitas vezes...

O SR. ROBSON TUMA - Como é que o senhor explica então a ida e a aparição - inclusive posso até pedir as fitas às emissoras de televisão - porque o senhor o acompanhou em todo o processo do "seqüestro", na época da esposa dele?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Olha Deputado, nós já tínhamos voltado a trabalhar juntos novamente. Ele sendo diretor do DOU, e tinha voltado ao processo de assessoramento depois que ele deixou o DOU. Ele era assessor da Presidência do Senado.

O SR. ROBSON TUMA - Como é que o senhor acha melhor eu analisar isso: como uma omissão do senhor de ter dito, depois, que o senhor não teve mais contato com ele ou como falta da verdade?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, durante a época em que ele estava no DOU os nossos contatos foram menores. O fato do seqüestro...

O SR. ROBSON TUMA - Enfim, isso aí cabe à assessoria depois analisar. Quero saber uma coisa. O senhor conhece a Dª Neide?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - O senhor não me deixou terminar. O senhor me fez uma pergunta.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor pode falar.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - O senhor me perguntou por que eu me dirigi, durante o período do seqüestro, à casa dele. A partir de julho ele passou a ser assessor...

O SR. ROBSON TUMA - O senhor acompanhava ele.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Acompanhava como?

O SR. ROBSON TUMA - O José Carlos, na época do eventual seqüestro.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Se eu acompanhava ele, na casa dele?

O SR. ROBSON TUMA - O senhor não só esteve na casa, como também o acompanhou à Delegacia.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, nunca fui à Delegacia. Deixe-me terminar para explicar muito bem a V. Exª a minha participação nisso.

A partir de julho ele passou a ser assessor da Presidência e viria a assessorar a Comissão; era assessor da Presidência do Senado à disposição do Presidente, o Deputado Messias Góis.

Foi feita gestão para que eu coordenasse os trabalhos da assessoria e voltasse, e fui indicado a responder pela subsecretaria, após a chegada dele aqui, a partir de agosto, a partir de setembro do ano do seqüestro.

(Fora do microfone)

- Como?

Um dos pedidos foi dele, porque já tinha prometido a mim mesmo que não voltaria a trabalhar mais na área de orçamento, porque era uma área muito desgastante.

O SR. ROBSON TUMA - A mesma promessa que ele tinha feito, de não voltar mais a trabalhar no orçamento?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - É, eu o vi certa vez numa reunião social nossa em que ele disse; inclusive, brinquei com a Beth. Ela estava presente nessa reunião social e ela disse que duvidava. Eu também duvidava, porque é um problema de uma cachaça, que eu também tinha prometido.

Então, o fato de eu ter ido à casa dele, porque tomei conhecimento, nós já estávamos trabalhado juntos, ele estava trabalhando junto ao Senador Mansueto de Lavor. Então, ao meio-dia do dia seguinte ao sequestro, fiquei sabendo no Senado. Não perguntei a ninguém, não perguntei a ele se ele queria a minha presença. Dirigi-me, imediatamente, para lá e, inclusive, disse ao próprio Senador Mansueto de Lavor que eu poderia continuar dando os meus préstimos na coisa, mas a minha atenção maior seria para ele porque entendia que ele estava numa situação tremendamente violenta, e a família. Eu me predispus, durante quarenta e poucos dias, a dar toda assistência a ele e à família. Inclusive, à própria polícia

que estava investigando a coisa. Inteirei-me de todos os fatos que poderiam levar a um eventual contato. Fui orientado pela própria polícia.

Durante todo o processo, não tive a menor informação ou a menor desconfiança de qualquer fato que levasse ele a estar envolvido nessa lamentável ocorrência.

Então, não julgo que o meu procedimento tenha sido ou poderia ser de outra forma. Eu acho que, como amigo dele de muito tempo, eu não poderia, numa hora dessa, passar um minuto pensando em ir ou não. Então, essa é a explicação que tenho sobre a minha participação.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor conhece D. Neide?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Neide?

O SR. ROBSON TUMA - Do Banco Nacional. Quem era o seu contato no Banco Nacional?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, eu nunca tive contato com o Banco Nacional.

O SR. ROBSON TUMA - Nunca teve contato no Banco Nacional.

Se a gente analisar a sua conta telefônica, nunca vai ter uma ligação...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - A única conta que tenho, Deputado, é no Banco do Brasil. Tenho duas contas: uma, particular, e outra de minha filha, que estuda em Lavras, só para movimento no Banco do Brasil. Tive conta na Caixa Econômica e encerrei, tive conta no Banco de Crédito Real e encerrei, tive no Banco Cidade, em 73, quando fui comprar um carro e foi encerrada logo após o pagamento do financiamento, se não me engano, em 74, quando comprei um Fusca. Tenho todos os canhotos dos talões de cheques que usei durante toda a minha vida todinha. Pode ser vasculhada minha conta...

O SR. ROBSON TUMA - Não, não é isso. Se eu olhar na sua conta telefônica, não haverá ligação nenhuma para ninguém do Banco Nacional?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Como?

O SR. ROBSON TUMA - Nas suas contas telefônicas não há nenhuma ligação?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Do meu conhecimento, não.

O SR. ROBSON TUMA - Por que havia anotações sobre o senhor na agenda pessoal do José Carlos?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Anotações minhas?

O SR. ROBSON TUMA - Exato.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Deve ter sido o meu telefone.

O SR. ROBSON TUMA - Só isso?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Que eu saiba... Se eu tiver conhecimento das anotações que ele fez na agenda dele, eu posso dar as explicações ou, senão, ele próprio. Se a questão for telefone, ele tem os telefones de casa, da minha sogra, da minha mãe; isso ele deve ter.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor sabia do contato dele com o Deputado João Alves?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Como?

O SR. ROBSON TUMA - O senhor sabia do relacionamento dele com o Deputado João Alves?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, o relacionamento funcional e a identidade dos dois, isso era do meu conhecimento. Mas até que ponto esse relacionamento era... eu sei que o Deputado o solicitava quase que...

O SR. ROBSON TUMA - Participastes de alguma reunião com o Deputado João Alves?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, nunca fui à casa do Deputado João Alves. A única reunião política, de políticos, onde existia a participação de políticos, que eu presenciei, foi quando estava respondendo pela Subsecretaria de Orçamento, quando fui à Comissão e à reunião de vice-líderes. Iam tratar da aprovação dos parâmetros do relatório preliminar do Senador Mansueto de Lavor. Foi essa a minha única participação em termos de decisão política, de políticos ou de relatores que existiam.

Durante todo o tempo que participei do Orçamento, a minha atuação se restringia mais à Subsecretaria de Orçamento. Muitas vezes só passei a participar das reuniões do Orçamento quando fui responder pela Subsecretaria de Orçamento.

O SR. ROBSON TUMA - A tua sala, quando tu trabalhavas, era longe da sala do José Carlos?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, porque trabalhamos em vários lugares aqui, Deputado.

O SR. ROBSON TUMA - É, mas nesses últimos três anos, vamos dizer...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Hein?

O SR. ROBSON TUMA - Nesses últimos três anos, de 90 para cá?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - De 90? Praticamente só havia a sala da secretária e a minha, quando era no...

O SR. ROBSON TUMA - Era perto da do José Carlos, era longe?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, praticamente perto.

Havia uma sala grande, a dele, havia a sala da secretária e eu ficava numa sala contígua.

O SR. ROBSON TUMA - Nesses últimos tempos?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Porque eu era assistente técnico.

O SR. ROBSON TUMA - Quem era a secretária dele?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Havia várias secretárias.

O SR. ROBSON TUMA - Não, quem era a secretária dele?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, não existia essa... porque existia um rodízio. Ele era uma pessoa que nècessitava de gente. Então, existia um rodízio de pessoas. Existia a Beth, existia a Sade, existia a Nanci, existia a Célia, mais proximamente. Depois existiam outras pessoas que também faziam o trabalho de secretário, porque ele, praticamente, quando foi diretor daqui, muitas vezes ficava num período de almoço...

O SR. MORONI TORGAN - Mas nesse caso tem uma secretária que é mais ligada.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, não existe uma figura de uma ...

O SR. MORONI TORGAN - Quem é que ficava ali, recebendo sempre um telefonema?

O SR. ANTÔNIO CIPIRANO LIRA - Poderia ser uma das quatro, conforme o horário.

O SR. MORONI TORGAN - *Quem são as quatro?*

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Elizabeth Gil Barbosa Viana, Maria Sádia Batista, Nanci... acho que de Carvalho Godói, ou Godói de Carvalho. Célia... não me recordo bem o nome... Braga, funcionária das Comissões.

O SR. MORONI TORGAN - Ele não foi sempre Diretor do Departamento de Orçamento. Quem era a secretária que sempre esteve com ele, dessas quatro? Como o senhor, que quase sempre o acompanhou.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Poderia se aventar que a Beth... Elizabeth seria a pessoa. Mas não existia essa indicação formal de unicidade. Mas ela poderia ser a...

O SR. MORONI TORGAN - Mas eu não estou dizendo... Alguma dessas quatro o acompanhou ao DOU?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, nenhuma.

O SR. MORONI TORGAN - Nenhuma. Quem era, antes dele ir para o DOU e na volta do DOU, quem ficou com ele?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - *Na volta? Mas ele não tinha,* praticamente, secretária aqui.

O SR. MORONI TORGAN - Na volta, ele não tinha?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, não. A volta dele aqui foi na época do Deputado Fiúza, em que ele ficou respondendo ainda no DOU e assessorando o Deputado Fiúza, na parte política, e quando ele foi assessor do Presidente, a serviço da Comissão, ele não tinha local. Ele trabalhava no gabinete do Deputado Messias Góis...

O SR. MORONI TORGAN - Mas aí é que ele foi chamado para a Subsecretaria, é isso?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Em agosto. A partir de setembro. Praticamente, a secretária que ficou ligada lá era a Elizabeth, na função de... Mas prestava serviços a ele esporadicamente.

O SR. MORONI TORGAN - A sua sala, sendo perto - e ele já disse que recebeu muitos empreiteiros e coisas assim -, o senhor via isso acontecer?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - *Ele recebia, não digo muitas pessoas,* mas várias pessoas, mas nunca as identifiquei como sendo ligadas a empreiteiros. Não me era passado isso por ele e eu não tinha curiosidade alguma em termos de saber se eram empreiteiras, se eram ligadas às empreiteiras ou se não.

Mas eu não via esse movimento, porque ele era uma pessoa que durante todo o período em que trabalhamos juntos não tinha um horário de trabalho. Ele trabalhava mais fora. Então por isso...

O SR. MORONI TORGAN - Vocês não chegaram a comentar sobre fraudes no Orçamento?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Quando existiam essas notícias que diziam existir fraudes no Orçamento, o comentário era sempre aquele de que eram pessoas mal informadas, ou que pegavam alguns fatos que ocorriam durante o Orçamento, *simplesmente para utilizar aquilo com dividendos políticos ou para denegrir a imagem do* Congresso, ou para atingir determinadas pessoas. Não existia essa constatação da fraude ou a discussão se fora feita a fraude ou não.

O SR. MORONI TORGAN - Foi feito algum procedimento para apurar fraude no Orçamento?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Procedimento para apurar fraude?

O SR. MORONI TORGAN - É, um procedimento administrativo, uma sindicância, alguma coisa assim?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não. A única coisa de que tive conhecimento foi que eu tive foi após o período que saí de lá é que foi feito esse pedido para apurar parece que pelo Senador Eduardo Suplicy e o do Senador Pedro Simon.

O SR. MORONI TORGAN - Quem era o Presidente do Congresso?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - O Presidente era o Senador Mauro Benevides.

O SR. MORONI TORGAN - E foi feita uma sindicância?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - O que ouvi falar é que foi feita esta sindicância e apresentado esse relatório. Não sei se este de que tive conhecimento que o Dr. Orlando apresentou como sendo de coisa... Mas que seja do meu conhecimento é só isso;

além do pedido de uma CPI, feita depois do relatório do Deputado Fiúza, mas que foi arquivada.

O SR. MORONI TORGAN - Foi arquivada por quem?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não tenho conhecimento de quem autorizou, só sei que foi arquivada; e um parecer que foi apresentado à Comissão parece-me que pelo Senado Magno Bacelar.

Não tenho conhecimento de nenhum pedido de qualquer sindicância e eu mesmo não participei de nenhum levantamento.

O SR. MORONI TORGAN - O José Carlos informa que ganhou em torno de três milhões de dólares justamente para fazer essas arrumações no Orçamento e para liberações. Por que ele ganhava esses milhões de dólares, na sua opinião?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Deputado, eu não faço nenhuma idéia. Resguardo-me de fazer qualquer juízo de valor sobre tudo isto.

O SR. MORONI TORGAN - Não estou pedindo juízo de valor. Ele ganhou três milhões de dólares para corromper o Orçamento; o senhor, como técnico, diga-me como se corrompe o Orçamento.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Pelo que deduzi de tudo isso, pelas informações que aparecem no...

O SR. MORONI TORGAN - Não quero pelas informações, quero sua opinião como técnico. O senhor é um técnico; estou fazendo-lhe uma pergunta técnica. Alguém disse que ganhou três milhões de dólares para corromper o Orçamento. Quero saber como se corrompe o Orçamento; ou o Orçamento é incorruptível?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Acho que nada é incorruptível, desde exista uma mão dupla no sentido do corruptor e do corruptível.

Não conheço o mecanismo completo da parte de execução do Orçamento. Acredito que o simples fato de ser colocada uma emenda no Orçamento não dá a garantia de ser um veículo de corrupção, se ela não tiver, durante todos os passo por que passa no Executivo, sem ocorrer.

O SR. MORONI TORGAN - Por que o José Carlos ganhou esse dinheiro?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Deputado, até hoje me pergunto se isso é verdade.

O SR. MORONI TORGAN - Ele disse; então ele está mentindo, ele não ganhou o dinheiro? O dinheiro que estava lá não apareceu. Ele mesmo mostrou onde estavam os 900 mil dólares.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Eu assisti a isso pela televisão, assisti aos testemunho de pessoas, quero acreditar em tudo aquilo que dizem. Mas no meu entendimento, até hoje existem muitas coisas que não me habilitam a dar um juízo de valor sobre tudo isso que está acontecendo.

O SR. MORONI TORGAN - Quais são essas coisas?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - De ele aparecer com três milhões de dólares, de ele ter recebido o dinheiro de coisas, isso pode ser. Mas nunca fiz esse julgamento, nem passou pela minha cabeça a possibilidade de...

O SR. MORONI TORGAN - O senhor tem que fazer esse julgamento porque o senhor é o homem de maior confiança dele aqui; o senhor por vinte e dois anos esteve do lado dele. Então, se um dos meus melhores amigos se confessa um dos maiores corruptos da nação, é lógico que serei um dos suspeitos. Portanto, tenho que começar a fazer esse juízo para saber como vou separá-lo de mim, porque o senhor certamente vai querer separar essa parte corrupta do José Carlos da sua pessoa.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Essa é outra pessoa, não é o José Carlos com quem eu trabalhei.

O SR. MORONI TORGAN - No momento que o senhor me diz que não está preocupado com isso, que o senhor não está interessado, isso soa muito estranho para mim porque eu estaria muito preocupado se eu tivesse um grande amigo meu sendo o maior corrupto da Nação, porque o primeiro suspeito de participar da corrupção com ele sou eu.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Depende do que o senhor entende com a minha colocação de amizade. A minha participação e o meu relacionamento de amizade com ele era no sentido de trabalho, de confiança.

O SR. MORONI TORGAN - Mas tu há de convir que tu era de trabalho e confiança de um homem que se diz corrupto.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Mas só vim a saber disso, Deputado, quando na televisão.

O SR. MORONI TORGAN - Mas isso tu estás dizendo agora; ele pode dizer outra coisa.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Mas isso tenho convicção, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN - Mas ele pode dizer outra coisa.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Ele pode dizer o que quiser, qualquer pessoa pode dizer, mas tenho a minha consciência tranqüila, Deputado. O senhor pode abrir a minha vida toda. Não tenho nada a esconder. Agora, o fato de as pessoas acreditarem nisso ou não, isso não me compete exigir. Agora, tenho a minha consciência tranqüila de que executei as minhas tarefas funcionais da melhor maneira possível, com o maior rigor técnico e com a maior honestidade, não só com a Constituição, mas comigo mesmo.

O SR. MORONI TORGAN - Estou ouvindo do senhor e não esperava ouvir outra coisa, compreendeu, não esperava ouvir outra coisa.

O SR ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Agora o senhor me pergunta: como é que eu vejo?

Eu vejo isso abismado.

O SR. MORONI TORGAN - Agora o que me estranha é o senhor não se preocupar com um fato, que é um fato. Porque se alguém aparecer como o melhor amigo do PC Farias, que há 22 anos anda com ele, no lugar que ele vai, ele vai junto, por exemplo, ele voltou para cá; o senhor voltou para a companhia dele. Quer dizer, então, demonstra que o José Carlos tinha uma grande confiança no senhor e o senhor nele. Agora...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Isso eu acredito, mas não chegar ao ponto de receber propina.

O SR. MORONI TORGAN - Agora veja bem, se o PC que está chegando ao Brasil agora tivesse alguém que andasse sempre do lado dele, fosse de grande confiança dele, tu achas que essa pessoa não deveria ser investigada?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Acredito que sim, tanto que eu...

O SR. MORONI TORGAN - Então o senhor acredita que o senhor deveria ser investigado.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, estou pronto e aberto a qualquer investigação. Pode ser vasculhada a minha vida profissional.

O SR. MORONI TORGAN - Então é isso que não entendo: se o senhor vai ser investigado o senhor não se preocupar com o que o José Carlos está dizendo ou coisa parecida, ou que ele é. O senhor diz: - Não, sobre isso não emito qualquer juízo, sobre isso...Não. O senhor tem que fazer um juízo sobre isso, porque a sua vida está em jogo, sua vida está dependendo disso.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não acredito que a minha vida está dependendo disso. Tenho todo um procedimento, durante toda a minha vida, e tenho ela aberta. Ela pode ser vasculhada na hora que o senhores quiserem. Tenho todas as minhas declarações de Imposto de Renda, desde a primeira até a última, tenho todos os talões de cheques que usei na minha vida, Deputado, todas as minhas contas estão aí. Não tenho nem um tostão dentro da minha conta que não seja proveniente de salário, e nem fora dela. Se o senhor quiser citar um negócio de dólar, eu posso dizer para o senhor que nunca tive na minha carteira um dólar, aquele dolarzinho que todo mundo diz que é para chamar a coisa. Nunca tive um dólar. Se eu peguei num dólar, na minha vida, foi em duas ou três vezes, foi de outras pessoas. Não negocio com isso, porque sempre tive, na minha vida, que não tive necessidade. Se tivesse necessidade de viajar para o exterior, talvez eu pudesse ter levado, mas eu teria que recorrer aos órgãos oficiais e...

O SR. MORONI TORGAN - O senhor nunca viajou para o exterior, não é?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Nunca viajei para o exterior e nunca comprei um tostão de doleiro. Então, tenho a minha vida tranqüila.

A minha única preocupação é com as pessoas que ficam preocupadas comigo. Mas, quanto à minha pessoa, Deputado, tenho a maior tranqüilidade. Já fui na delegacia três vezes dar depoimento, vou mais outras três, mas só posso falar aquilo que conheço.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor vai ser chamado. Isso sem dúvida nenhuma!

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - A única coisa que me chateia é que tenho que tomar tempo, tenho que deixar muitas vezes o convívio da minha família, tenho que deixar o meu trabalho para sair depois, mas estou tremendamente tranqüilo quanto à minha pessoa porque me conheço, tenho a minha convicção interior e o meu procedimento...

O SR. MORONI TORGAN - O senhor não tem, por exemplo, nenhum procedimento contra o senhor, o senhor não tem coisa nenhuma. Nesse ponto, realmente o senhor não tem o que temer.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não consigo alcançar essa preocupação que o senhor está querendo que eu tenha, se todo o meu procedimento em toda a minha vida foi correto.

Eu, como funcionário, só executei tarefas...

O SR. MORONI TORGAN - E se o José Carlos, qualquer hora dessas, disser: - "Olha, eu ganhava 100 e dava 10 para o Lira.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, mas aí eu coloquei esse dinheiro aonde?

O SR. MORONI TORGAN - Pode enterrar num canto, pode fazer o que quiser, compreendeu? Se ele disser, tu hás de convir que fica... Claro que tu não vais colocar embaixo do colchão como ele, não é?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não. E querendo vasculhar a minha casa também, ela está aberta para ser vasculhada.

O SR. MORONI TORGAN - Não, não vejo razão para isso.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Agora, não acredito que uma pessoa... São essas as avaliações que faço, que pessoas tenham uma quantia relativa em dólares e guarde... Eu não...

O SR. MORONI TORGAN - Teria que ter alguma preocupação, porque uma denúncia dessa por parte dele, tu há de convir que te deixaria numa situação difícil!

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Mas eles terão que chegar para mim, falar e descobrir dólar na minha casa ou onde eu o enterrei; eu não enterrei! Pode até aparecer. Aí vai ser, no meu entender, uma armação. Eu posso estar sujeito. Agora, isso aí é uma carga da qual não posso fazer juízo porque pode ser feita com qualquer um. Mas, dentro do meu íntimo, tenho absoluta certeza de que não pratiquei nenhum ato, nem a nível pessoal,

nem a nível funcional e nem familiar. Disso tenho a tranqüilidade. Então, fico tranqüilo. A única perda de tranqüilidade é justamente a preocupação dos meus familiares. Porque o que já colocaram no jornal sobre a minha pessoa são coisas que acho muito mais graves do que o que fizeram no Orçamento. São informações da imprensa, jogadas num papel, que acho de uma irresponsabilidade muito maior do que o que foi feito no Orçamento, porque as pessoas que têm uma certa autoridade e que estão buscando a verdade lançam mentiras e calúnias sobre outras pessoas. Mas nem isso me atinge; me atinge no sentido de que traz preocupação as outras pessoas, não à minha. Quanto a isso eu...

O SR. MORONI TORGAN - Voltando ao tema do depoimento, Antônio Cipriano Lira, na presença do Deputado Robson Tuma e Moroni Torgan, designados, oficialmente, pelo Presidente Jarbas Passarinho.

O que o senhor pensa sobre esses milhões e milhões de dólares que dizem que Deputados e José Carlos ganharam com o Programa do Orçamento? O senhor acredita que o Deputado João Alves ganhou mais de 200 vezes na Loteria?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Isto ouvi falar pela televisão. Os órgãos maiores para falar sobre isto são os órgãos da Caixa Econômica e as investigações que a CPI está fazendo.

É inacreditável, Deputado. Não me passa pela cabeça que a pessoa possa - pode até existir ou, então, o sistema de apostas da Caixa está errado, em termos de proporcionar a pessoas que mesmo jogando milhões a chance de ganhar essa quantidade. Isto aí, é uma coisa que a CPI tem que pedir auxílio de pessoas gabaritadas na avaliação técnica dessas possibilidades, para obter uma resposta. Eu, no meu juízo de valor, é ficar abismado, é saber que uma pessoa tem a possibilidade de ganhar essa quantidade de apostas.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor disse que não acredita que uma pessoa possa ganhar tantas vezes na Loteria. Mas o Deputado João Alves....

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - No meu juízo de valor.

O SR. ROBSON TUMA - ...tem milhões de dólares, como está sendo constatado pela CPI. O próprio José Carlos disse que ganhou alguns milhões de dólares do Deputado João Alves, ou seja, que eles ganhavam dinheiro - a suspeita de que eles ganhavam dinheiro e até (falha na gravação)...confirma isto - que ganhavam dinheiro na elaboração do Orçamento. E o senhor sendo o técnico de confiança do Sr. José Carlos, o senhor diz que não sabe nada, não consigo acreditar nisso.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, não. Aí, Deputado, o senhor me desculpe...

O SR. ROBSON TUMA - E diz, inclusive, que não sabe nem como poderiam ganhar dinheiro.

O SR. MORONI TORGAN - Peço para aguardar a resposta. Está tendo um..... Devido a um problema técnico, voltamos ao depoimento do Sr. Antônio Cipriano Lira.

Peço ao Deputado Robson Tuma que formule a pergunta novamente.

O SR. ROBSON TUMA - O José Carlos confessa que ganhou milhões de dólares do Deputado João Alves. O senhor disse que não acredita na possibilidade de alguém ganhar, que o senhor não pode acreditar que alguém consiga ganhar 200 vezes, 20 vezes - sei lá quantas vezes - na Loteria para ter os milhões de dólares que o Deputado João Alves teria. E o próprio José Carlos confirma que todo esse dinheiro é feito por causa da elaboração do Orçamento. O senhor era o técnico de confiança do Sr. José Carlos. O senhor confirmou isto - que era da pessoa de confiança na área técnica do Sr. José Carlos. Como é que explica - como é que o senhor consegue explicar, então, para a gente que o senhor não sabe de nada, não sabe da possibilidade de se ganhar dinheiro na elaboração do Orçamento, que o senhor não vê a possibilidade de alguém ganhar dinheiro na elaboração do Orçamento? Eu queria entender isto.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Deputado, talvez, seja difícil para mim - talvez tenha dificuldades de explicar - mas eu quero tentar explicar isto. A minha participação, a minha amizade que tinha e o conhecimento que eu tinha com o José Carlos era no trabalho técnico do Orçamento.

O SR. ROBSON TUMA - É exatamente por isto que estou fazendo esta pergunta ao senhor.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - O meu trabalho técnico no Orçamento, a minha ligação com o Dr. José Carlos, não me dava nenhuma condição de eu poder avaliar ou interferir ou saber ou conhecer atitudes ou o relacionamento que ele tinha com o Deputado João Alves, porque isto é feito...Em nenhum momento, no ambiente de trabalho, eu presenciei qualquer ato ilícito dele.

O SR. ROBSON TUMA - Tudo bem. Eu quero saber....

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Quanto a pergunta sobre o meu conhecimento de quantas vezes o Deputado João Alves ganhou na Loteria, eu disse que não posso fazer um juízo de valor sobre isto porque eu não tenho requisitos. Os meus conhecimentos técnicos não me possibilitam dizer se é possível ou não. Ele pode ter usado de outros artifícios que não seja o de jogar na Loteria. Todo mundo têm conhecimento da pessoa comprar o bilhete depois de corrido.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor acredita no José Carlos.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Como técnico, trabalhando....

O SR. ROBSON TUMA - Então, se ele disse que ganhou dinheiro na elaboração do Orçamento, pergunto, novamente, para o senhor: como se poderia ganhar dinheiro elaborando o Orçamento da União?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Deputado, se o senhor está me perguntando como se poderia ganhar dinheiro de forma ilícita, não só no Orçamento mas em vários outros setores. Mas eu não tinha conhecimento de como ele agia. Pode ser até verdadeiro o que ele disse.

O SR. ROBSON TUMA - Mas é a mesma pergunta que eu fiz...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Mas eu não tenho nenhuma prova, nenhum conhecimento, nenhuma sensação de que existia, no relacionamento que ele tinha com o Deputado João Alves, alguma coisa ligada a essa troca de dólar.

O SR. ROBSON TUMA - Como se pode burlar o Orçamento? Como se pode fazer, no Orçamento, alguma coisa que leve alguém a dar dinheiro para ele?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Foi o que a televisão todinha estampou, Deputado...

O SR. ROBSON TUMA - Fale para mim, o senhor é técnico de orçamento, o senhor é obrigado...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não me considero um técnico superentendido em orçamento; eu conheço determinadas partes do Orçamento, mas na parte de execução não posso afirmar.

O SR. ROBSON TUMA - Eles não ganhavam para executar o Orçamento, eles ganhavam para elaborar o Orçamento, o senhor deve saber.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Mas o que V. Exª está querendo saber, como eles ganhavam dinheiro no Orçamento não se restringe simplesmente ao fato de elaborar. São outras etapas. Isso está dito na televisão. As pessoas recebiam recursos para uma determinada verba e aplicavam a verba.

O SR. ROBSON TUMA - A pergunta é simples.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não é que eu não queira falar, mas não tenho elementos para dar para V. Exª.

O SR. MORONI TORGAN - É uma pergunta simples. Por exemplo, eu posso lhe dizer como um delegado, que é a minha profissão, pode se corromper: no momento em que ele tem um flagrante na mão e se nega a lavrar o flagrante, faz vista grossa e deixa o cara ir embora. Em um caso de entorpecentes, por exemplo, pega um traficante e, em vez de enquadrá-lo no art. 12, enquadra-o no art. 16. Quer dizer, essas são fórmulas que alguém que é técnico da sua profissão sabe que pode fazer corromper na sua profissão. Eu citei um exemplo da minha, que é de delegado de polícia: como pode agir um delegado corrupto, como um delegado pode ganhar dinheiro para isso. Ele pode deixar de indiciar em inquérito pessoas que deveriam ser indiciadas, coisas dessa natureza. Então, a pergunta que o Deputado Robson está fazendo é a mesma minha: dentro da sua área, como um técnico corrupto pode ganhar dinheiro?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Deputado, não acredito que eles ganhavam dinheiro sozinhos. A resposta seria: destinarem-se recursos a uma determinada entidade e não se fiscalizar a aplicação daquele recurso, a entidade não usar aquele dinheiro para fazer a obra a que foi destinada.

O SR. MORONI TORGAN - Então seria incluir no orçamento recursos para obras...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, necessariamente não precisaria ser objeto de emenda, Deputado. Poderia ser uma destinação global que vinha do Executivo.

O SR. MORONI TORGAN - Até agora eu estava tranqüilo com relação ao seu questionário. Agora está me causando estranheza.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Por quê?

O SR. MORONI TORGAN - Porque o senhor está fugindo de uma pergunta que é simples. Um médico, como ele pode ganhar dinheiro? Ele pode fazer uma prótese dizendo que é de platina e usar acrílico. E o senhor está fugindo. Eu não quero saber de onde eles ganhavam. Quero saber, dentro do Orçamento, como se pode ganhar dinheiro fraudando o Orçamento?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Olha, Deputado, eu não conheço.

O SR. MORONI TORGAN - Aí é que é difícil.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Eu não conheço.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor, sendo um técnico que trabalha há 22 anos lá, dizer que não sabe o jeito de alguém fraudar o Orçamento.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não conheço, porque eu tenho a concepção de que a colocação de uma emenda passa pela assinatura de um deputado; ela é aprovada pelo Congresso e...

O SR. MORONI TORGAN - Não foi o deputado que pediu para o José Carlos para ele fazer emendas, para ele ajeitar emendas...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Eu fiz emendas para deputado.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor fez emendas para deputado?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Fiz a mando dele.

O SR. ROBSON TUMA - A mando do Sr. José Carlos?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA -Do José Carlos não. O nosso trabalho, para vários senadores, para vários deputados.

O SR. ROBSON TUMA - O senhor lembra?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Como? Não, agora, no exercício de memória eu posso até... emendas para o Deputado João Alves, emendas para o Senador Mauro Benevides, emendas para o Senador Nabor Júnior, emendas para... Mas qual era a nossa preocupação? Pegar a idéia do parlamentar e colocar aquilo em termos técnicos. Agora, o senhor me pergunta como. Existem n formas de se apropriar do recurso.

O SR. MORONI TORGAN - Então me diga algumas.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - A pessoa elabora uma emenda, apresenta aquela emenda, a emenda é aprovada, vai para o Executivo, o Executivo libera o recurso.

O SR. MORONI TORGAN (fora do microfone) - Quero saber na elaboração, não na execução.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Mas não existe. O Congresso não tem poder de pagar uma verba. Se existia um conluio na elaboração...

O SR. MORONI TORGAN - Ao invés de botar como é que podemos colocar uma verba que sabemos que vai ser... Por exemplo, se ganha dinheiro no Orçamento como? Ganha-se dinheiro destinando-se verbas, e aí tu mesmo concordastes, ou para obras fantasmas ou para obras superfaturadas. É assim que se ganha dinheiro no Orçamento.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - É um parlamentar assinar uma emenda, ou o relator aprovar a proposta de alguém, ela aparecer na proposta que o Legislativo manda para o Executivo, ela não ser sancionada, ela ser paga, e a pessoa não...

O SR. ROBSON TUMA - Até então o senhor disse como um deputado poderia ganhar ou um relator parcial ou um relator-geral ou uma autoridade do Executivo poderiam ganhar dinheiro com o Orçamento. Quero saber como faria o técnico. Por que o Sr. José Carlos ganhou milhões de dólares? Porque ele era bonito e o João Alves gostava dele ou porque tinha alguma fórmula técnica para se colocar ou porque ele ajudava tecnicamente a fazer aquilo? Por quê? Tem que haver algum explicação. O senhor, como técnico, pode nos dar as possibilidades que levariam a isso.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Deputado, se o José Carlos colocou, como V. Exª está dizendo, emendas no Orçamento a pedido de uma empreiteira.

O SR. ROBSON TUMA - (fora do microfone) - ...colocou emendas no Orçamento a pedido de empreiteiras. Pergunto ao senhor como ele pôde fazer isso. Por que dariam dinheiro para ele? Porque ele é bonito?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não é uma explicação assim tão simples, porque eu não tenho esse juízo de valor, mas ele poderia... Na minha concepção de técnico, qualquer inclusão que se fizesse no Orçamento, partindo de um técnico, ela teria de ser do conhecimento de um parlamentar; mesmo que ele fizesse de livre e espontânea vontade, não só o José Carlos, mas qualquer um - e isso passei para vários colegas meus -, os parlamentares ficariam sabendo.

Essa era uma das preocupações que tínhamos no trabalho nosso no Orçamento. Não constatei em nenhuma denúncia qualquer emenda que fosse colocada por um técnico, nem do Dr. José Carlos. Todas as alterações de que tive conhecimento partiram de parlamentares e tinha...

O SR. ROBSON TUMA (fora do microfone) -...de que ele nunca ganhou dinheiro na Comissão de Orçamento?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não. Na parte técnica, que era a que nos tocava, não. Poderia ganhar nas reuniões que eram feitas - se foram feitas - e nos acordos que foram feitos - se foram feitos.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Como?

O SR. ROBSON TUMA - Por que dariam dinheiro nessas reuniões?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Porque ele tinha um trânsito junto aos relatores, junto ao Presidente da Comissão, tinha a confiança dessas pessoas, tinha prestígio político, dirigiu o DOU. Não tenho nenhum conhecimento, não posso falar sobre algo que não conheço, de algo que não presenciei.

Estou à disposição...

O SR. MORONI TORGAN - Quais eram os deputados que mais faziam reunião com o Sr. José Carlos?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Olha, Deputado, sei que ele participava de muitas reuniões com as lideranças, participava de reuniões com o Presidente da Comissão...

O SR. MORONI TORGAN - Da liderança é uma coisa. Quero saber quais são os deputados que mais faziam reuniões com ele, fora das reuniões normais que são agendadas pela Câmara.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não tenho conhecimento sobre um determinado deputado, ou vários deputados.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor, nesses vinte e dois anos, não pode se lembrar de um deputado que o senhor via mais na sala dele ou ele indo mais na sala de algum deputado?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, não tinha essa, lá; na época em que nós trabalhávamos, os deputados não tinham esse caminho para a parte na subsecretaria; ela ficava no 21° andar. As reuniões dele com os parlamentares se restringiam mais à área da Comissão, à área de Plenário, nas próprias lideranças. Não existia uma freqüência de reuniões na Subsecretaria.

O SR. MORONI TORGAN - Então nunca foste em nenhuma reunião com o José Carlos e parlamentares fora do Congresso?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Em termos de conhecer decisões políticas, não; posso ter ido em reuniões técnicas. Fui na casa do Deputado Fiúza, para tomar conhecimento de decisões que estavam sendo tomadas na casa do próprio Deputado Ricardo Fiúza, onde estavam presentes vários outros deputados que auxiliavam o Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. MORONI TORGAN - Quem eram os deputados presentes?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - O Deputado Eraldo Tinoco, do Piauí-PDS, José Luiz Maia, José Carlos Aleluia, Deputado Manoel de Castro; é o que me passa na cabeça agora.

Eram deputados que...

O SR. MORONI TORGAN - Há alguns outros, desses que foram citados, que estariam lá nessa reunião?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não me recordo. Fui umas duas ou três vezes nessas reuniões e, como elas se prorrogavam noite adentro, porque o Deputado Ricardo Fiúza, quando chegava, era depois das 11 horas, e no outro dia e tinha de estar no PRODASEN, e eu não me demorava.

Depois passei a ir lá só para levar relatórios setoriais; praticamente relacionados com o Deputado Eraldo Tinoco, para fornecer elementos.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor lembra se tinha algum deputado do Ceará presente?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Do Ceará? Não me recordo, porque muitos deputados eu conhecia lá na casa dele e não ligava o nome, não conhecia nem o nome. Muitos deputados, depois, no trato, é que eu começava a... Existem muitos deputados que participaram da Comissão, que eu conheço de nome, já falei por telefone, mas não conheço...

O SR. MORONI TORGAN - Esses foram os que o senhor identificou na casa?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Eu trabalhava mais de perto dando informações acerca dos relatórios parciais para tomada de decisão em cima da elaboração do relatório do Relator-Geral.

O SR. MORONI TORGAN - E só na casa do Deputado Fiúza que o senhor foi para reuniões dessa natureza ou houve algum outro lugar?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Tinha a casa de um deputado... Porque a casa do Deputado Fiúza era uma casa de porta aberta, então, com o movimento incessante de parlamentares, muitas vezes, para tomada de decisão, eles usaram um apartamento de um deputado que estava... Ele não tinha família, o apartamento, praticamente, estava vazio, só ele que morava lá, não tinha nenhuma infra-estrutura, inclusive, para ceder. Era muito ruim para as reuniões, mas eles usavam, para uma certa privacidade.

Posso verificar o nome do deputado, não sei se tenho anotado aqui. (Pausa) Pedro Correa, apartamento 203, do mesmo bloco do Deputado Fiúza, passávamos pelo elevador.

Quando existiam muitas pessoas que estavam aguardando o Deputado Ricardo Fiúza, então, muitas vezes, eles passavam a se reunir no apartamento. É o único apartamento que eu me recordo que freqüentei durante esse período em que eu estava...

O SR. MORONI TORGAN - Essas reuniões, o José Carlos participou de algumas?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Participou, eram reuniões abertas, ele estava presente. Outros técnicos que eram chamados lá, também estiveram presentes, muito rapidamente, só para conversar com o Deputado Ricardo Fiúza sobre a elaboração do texto do relatório final.

O SR. MORONI TORGAN - Qual era a pauta dessas reuniões.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não existia uma pauta, eram decisões que iriam ser tomadas em termos de quanto iam ser remanejados de determinados Ministérios para atender as emendas, o quanto seria aumentado para determinados Ministérios já em função da aprovação de parâmetros.

O SR. MORONI TORGAN - Nessa época o Deputado Fiúza ainda era o Relator, ou já era Ministro?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Era o relator. Ele só foi Ministro quase no final...

O SR. MORONI TORGAN - O José Carlos ainda era diretor do Orçamento.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Já era diretor do DOU.

O SR. MORONI TORGAN - A sua presença lá se devia a quê?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Simplesmente para tomar conhecimento de algumas providências na área técnica, em termos de fornecer dados para os técnicos que iam trabalhar junto a determinadas relatorias. Continuou a mesma divisão de setores, na área de saúde, embora tenham feito alguns remanejamentos de técnicos de uma área para outra, permaneciam... aqueles dados, por exemplo, do Ministério da Saúde iam para um determinado grupo. Então recebíamos determinados parâmetros que iam ser utilizados, a feitura de bancos e de recursos para acatar emendas, a geração desses bancos, procedimentos, questão de tempo, questão de fornecer tipos de relatórios, quais os relatórios que eles queriam para o dia seguinte para poderem trabalhar e analisar, as emendas dos parlamentares que já tinham sido aprovadas e que seriam sujeitas a alguns cortes ou alguma suplementação de recursos. Era de caráter eminentemente técnico.

O SR. MORONI TORGAN - Com outros relatores o senhor fez também esse tipo de reunião?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não. O nosso trabalho era restrito, nessa época, a ser fixado basicamente em partes do PRODASEN, simplesmente operacional. Tínhamos uma orientação, inclusive do Dr. José Carlos, de não dar acesso a pessoas

estranhas, nem mesmo parlamentares. Então não existiam... só alguns relatores que estavam trabalhando diretamente com o Deputado Fiúza, como era o caso do Deputado Eraldo Tinoco.

O SR. MORONI TORGAN - Não dar acesso a quê? Só para entender.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não dar acesso; não fornecer informações porque estávamos trabalhando. Aquele era um local restrito ao pessoal que estava trabalhando. Existia uma orientação para que qualquer pessoa estranha que não fosse o relator geral...

O SR. MORONI TORGAN - Inclusive parlamentares?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Inclusive parlamentares.

O SR. MORONI TORGAN - Essa orientação veio de quem?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Do Relator Geral, do Dr. José Carlos.

O SR. MORONI TORGAN - Que não deveriam ser dadas informações a parlamentares sobre a elaboração do Orçamento, é isso?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não. No processamento que existia, muitos parlamentares iam lá, queriam saber quais as emendas deles que tinham sido aprovadas, tudo mais. Essas informações não podíamos...o nosso tempo tinha que ser utilizado única e exclusivamente para o processo operacional. Então qualquer informação que tivesse de ser dada seria dada ou pelo Deputado Ricardo Fiúza ou pelo Deputado Eraldo Tinoco ou qualquer outro relator que estava trabalhando com o Deputado Ricardo Fiúza. Éramos proibidos de dar qualquer informação

O SR. MORONI TORGAN - Essa ordem veio por escrito, foi verbal?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Ordem verbal. Isso fazia parte de procedimento de anos anteriores, porque era um trabalho muito duro. E, muitas vezes, o fato de alguém querer dar uma informação para um Parlamentar poderia implicar, amanhã, ver frustrada, aquela informação não ser confirmada, porque o processo estava em andamento. Muitas vezes o relator aprovava uma emenda, mas, daí a pouco, em função de um outro pedido, ele tirava depois daquela emenda.

O SR. MORONI TORGAN - Sim, mas depois de aprovada a redação final, não tinha mais esse problema.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Tinha, porque o processo operacional não tinha sido terminado. Era justamente esse o grande problema.

O SR. MORONI TORGAN - Quer dizer que mesmo depois de aprovada a redação final...?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - O processo ainda não tinha sido terminado.

O SR. MORONI TORGAN - A orientação que vocês tinham era a de não dar orientação para ninguém, a não ser...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não dar informação, porque não tínhamos uma informação elaborada. Não tínhamos, não sabíamos quais as emendas dos Parlamentares que tinham sido aprovadas, porque estava todo ele em processamento de máquina; estavam sendo tomadas decisões ainda em cima dos pedidos...

O SR. MORONI TORGAN - Quer dizer, estavam sendo tomadas decisões do que seria aprovado ou não.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Como? É, em função dos destaques que foram feitos e que o relator se comprometeu em examinar... depois que apresentou o relatório-geral da Comissão. Estava-se num processo.

O SR. MORONI TORGAN - Quais eram as outras pessoas mais ligadas ao José Carlos aqui?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Várias pessoas trabalhavam na área técnica conosco, pessoas da Câmara.

O SR. MORONI TORGAN - Mais ligados, que o acompanhavam.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não me passa pela cabeça uma pessoa que fosse ligada, que tivesse ligações. Ele tratava com várias pessoas.

O SR. MORONI TORGAN- Quais eram os Parlamentares que ele mais elogiava e de que ele mais gostava?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Eu nunca ouvi dele...

O SR. MORONI TORGAN- Ele nunca comentou contigo: - Esse rapaz aqui é bom de trabalhar! É uma pessoa...

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Já me falou do Senador Almir Gabriel, que era um Senador que tinha uma postura tanto técnica como de avaliação do Orçamento... que dava a ele e a todos os técnicos... impingia um certo respeito pela sua pessoa, na maneira de conduzir...

O SR. MORONI TORGAN - Desse ele falou que impingia respeito. E dos outros? Ele nunca falou que...?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, do Senador Ronan Tito, uma vez ele comentou que era muito sério.

O SR. MORONI TORGAN - Sobre o João Alves, ele disse, alguma vez, se era sério?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não. Ele nunca emitiu juízo?

O SR. MORONI TORGAN - Sobre Cid Carvalho?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não. Nunca deu nenhuma...

O SR. MORONI TORGAN - Sobre Ricardo Fiúza?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, era uma pessoa que ele disse que aprendeu a admirar, que era uma pessoa dinâmica, tinha uma presença...

O SR. MORONI TORGAN - Ele disse que eram sérios Ronan Tito e Almir Gabriel?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Os comentários comigo... Poderia ter juízo de valor nesse sentido de vários outros Parlamentares mais não emitiu ou nós não tivemos oportunidade de conversar sobre esse assunto.

O SR. MORONI TORGAN - Nas horas de folga, qual era o assunto predileto de vocês? Não vai me dizer que em 22 anos vocês só falaram em Orçamento!

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, discutíamos futebol, ele torcia para o Atlético Mineiro. Das vezes que fomos a Belo Horizonte, fui com ele ao campo - eu era flamenguista - para um jogo do Flamengo e Atlético,...

O SR. MORONI TORGAN - Ele era de Belo Horizonte?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Ele era de Belo Horizonte.

O SR. MORONI TORGAN - Foi algumas vezes com ele a Belo Horizonte?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não. Fui uma vez só nesse seminário de orçamento.

O SR. MORONI TORGAN - Aí foram nesse jogo do Atlético?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Tinha um jogo do Flamengo com o Atlético, fomos assistir juntos; fui para a torcida do Atlético, não podia torcer para o Flamengo, porque estava na torcida do Atlético e o Flamengo ganhou de dois a um do Atlético.

O SR. MORONI TORGAN - Por enquanto é isso. Gostaria de saber mais um detalhe: o senhor, então, de processos e inquéritos, foi só uma batida que aconteceu no Parque da Cidade?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - É. Há uma reclamação de uma...

O SR. MORONI TORGAN - Uma queixa-crime.

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Uma queixa-crime, eu fui chamado. Fui à delegacia.

O SR. MORONI TORGAN - Foi um abalroamento?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - É, um abalroamento no parque da cidade quando teve uma coisa e a mulher se sentiu vilipendiada...

O SR. MORONI TORGAN - Muito bem. É só isso que existe contra o senhor? Mais nada?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - É, não tenho nenhum...

O SR. MORONI TORGAN - Outra coisa que eu queria saber. O senhor disse que nunca viajou ao exterior. O senhor já foi até cidades fronteiriças nossas?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não, nenhuma vez.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor nunca foi a nenhuma fronteira?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Não. Fui perto no Rio Grande do Sul, até Cachoeira do Sul em uma viagem com a minha sogra e com a minha mulher, mas não cheguei a...

O SR. MORONI TORGAN - Mais perto de fronteira que foi, foi Cachoeira do Sul?

O SR. ANTÔNIO CIPRIANO LIRA - Foi Cachoeira do Sul. Nunca fui ao Paraguai, não gosto de fazer compra daquela bagulhada. Nunca fui a Manaus.

O SR. MORONI TORGAN - Tudo bem. Eu estou satisfeito, não sei se o Deputado está. Então, gostaríamos de encerrar o depoimento nesse momento.

(Levanta-se a reunião à 12 horas e 32 minutos.)

Depoimento do Sr. Manoel Ailton Reis

Ata da 32ª. Reunião, realizada em 06 de dezembro de 1993.

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e noventa e três, às quinze horas, na Sala nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senador Jarbas Passarinho (Presidente), Deputados Odacir Klein (Vice-Presidente), Roberto Magalhães (Relator), Senadores Nelson Carneiro, Iram Saraiva, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Miranda, Elcio Alvares, Francisco Rollemberg, Jutahy Magalhães, Pedro Teixeira, Pedro Simon, Cid Sabóia de Carvalho, Eduardo Suplicy, Bello Parga, José Paulo Bisol, Mário Covas, Lavoisier Maia, Deputados Fernando

Freire, Pedro Pavão, Luiz Salomão, Mário Chermont, Nelson Trad, Sigmaringa Seixas, Aloízio Mercadante, Roberto Rollemberg, Lázaro Barbosa, Zaire Rezende, Maurício Najar, Vicente Fialho, Luiz Máximo, Sérgio Miranda, Costa Ferreira, e Roberto Franca. Presentes ainda, os Senhores Deputados Vivaldo Barbosa, Gilvan Borges, Moroni Torgan, José Dirceu e Jandira Feghali, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "apurar fatos contidos nas denúncias do Senhor. José Carlos Alves dos Santos, referentes as atividades dos Parlamentares, Membros do Governo e Representantes de Empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União". Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos da Comissão dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. Comunica, ainda, que a reunião de hoje tem por finalidade de tomar o depoimento do Senhor Manoel Ailton Soares dos Reis, Diretor da Construtora Odebrecht e, solicita ao Senhor Deputado Odacir Klein que faça as perguntas de qualificação do depoente. Após o juramento de praxe, tece algumas considerações, colocando-se imediatamente à disposição dos Senhores Membros da Comissão. A seguir, passa-se a fase interpelatória, quando usam da palavra pela ordem de inscrição os Senhores Deputados Roberto Magalhães, Odacir Klein, Senador Eduardo Suplicy, Deputados Vivaldo Barbosa, Fernando Freire, Roberto Rollemberg, Senador Francisco Rollemberg, Deputados Nelson Trad, Aloízio Mercadante, Pedro Pavão, Senador Garibaldi Alves Filho, Deputado Luiz Salomão, Senador Gilberto Miranda e Deputado Luiz Máximo. A Presidência suspende os trabalhos por dez minutos. Reaberto os trabalhos prossegue-se as inquirições, usando da palavra os Senhores Deputados Lázaro Barbosa, Roberto Franca, Senador Mário Covas, Deputados Zaire Rezende, Moroni Torgan, José Dirceu e Valdomiro Lima. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO À ATA DA 32ª. REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A APURAR FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO Sr. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, DESTINADA A TOMAR O DEPOIMENTO DO SENHOR MANOEL AILTON SOARES DOS REIS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está aberta a reunião.

Vamos dar início a mais uma reunião desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Vamos proceder a nossa reunião, tomando o testemunho do Dr. Ailton Reis, que foi convocado por nós para prestar seu testemunho hoje, às 15 horas.

Convido o Dr. Ailton a sentar-se à mesa e ao Vice-Presidente a fazer as perguntas de praxe.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Manoel Ailton Soares dos Reis.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - 48 anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado Civil.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Rua Tenente Pires Ferreira, 143, aptº 1702 - Barra - Salvador (BA).

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Engenheiro civil.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar onde exerce sua atividade.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos tomar o termo de compromisso.

Solicito à bancada da impressa que se dê ao incômodo de levantar-se.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Juro dizer a verdade e somente a verdade do que sei e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dr. Ailton, o senhor tem o tempo de até uma hora para a exposição que quiser fazer, a contar de agora.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Exmº Sr. Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Senador Jarbas Passarinho, Exmº Sr. Relator desta Comissão, Deputado Federal Roberto Magalhães, Srs. Deputados, Srs. Senadores, demais presentes, dirijo-me a V. Exªs da seguinte forma:

Exmº Sr. Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, antes de mais nada, devo dizer a V. Exª, ao eminente Relator, Deputado Roberto Magalhães, e aos demais membros do Congresso Nacional aqui presentes, que tenho consciência da minha responsabilidade neste momento.

Ao aqui comparecer, o faço representando a mim mesmo e à Organização Odebrecht, da qual faço parte, com muito orgulho. De outro lado, reconheço ser do meu dever dar aos fatos recentes, que comoveram o País, a sua devida dimensão; seja esclarecendo o que for necessário, seja fazendo vir abaixo as injustas suspeitas que ora pairam sobre respeitáveis membros do Congresso Nacional.

Por dever de cidadania e justiça, devo iniciar o meu depoimento nesta Casa, afirmando, em alto e bom som, que nada existe que possa comprometer os Srs. Parlamentares, cujos nomes foram apontados como constantes de listas que teriam sido encontradas em minha residência em Brasília.

É importante dizer, desde logo, que, até o presente momento, nada me foi exibido formalmente como arrecadado em meu escritório particular, que se situa em minha residência, conjugadamente à suíte.

Como a minha atividade profissional exige permanentes deslocamentos, sobretudo entre as cidades de Brasília, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro - já que tenho duas residências, uma em Brasília e outra em Salvador, inclusive declinei, no início, a residência de Salvador, mas são duas residências; eleitoralmente e para efeito de domicílio minha residência é Salvador, já que estou aqui com a família desde fevereiro deste ano - passei a ter dificuldade de organizar papéis de ordem pessoal, relacionados, muitos deles, aos meus compromissos perante a empresa para a qual trabalho. Por isso, resolvi ter, em minha residência em Brasília, para organização e acesso, se necessário, documentos relacionados com o meu trabalho.

Tendo ocorrido uma ação de busca em minha residência, inspirada no falso argumento de que estivesse a destruir documentos, o que é uma inverdade absoluta, iniciou-se exame unilateral de diversos papéis que teriam sido arrecadados, o que ensejou, a despeito da exigüidade de tempo e sem que eu fosse ouvido, uma acusação orquestrada, colocando-se, a mim pessoalmente e, por via oblíqua, a empresa em que trabalho, como se integrasse um grupo sinistro voltado para a espoliação do patrimônio público.

Quero deixar bem claro, e com todas as letras, que jamais efetivei, em meu nome ou da empresa em que trabalho, qualquer pagamento a quem quer que seja, em razão de procedimento que pudesse configurar benefício indevido para mim ou para a Organização Odebrecht.

Desejo frisar, ainda, que todos os valores recebidos pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. decorrem, como decorreram, de obras efetivamente realizadas ou em fase de realização.

Cumpre, ainda, assinalar que todos os empreendimentos da Odebrecht, envolvendo obras públicas, são levados a efeito através de licitações vencidas regularmente e na forma da lei. Por outro lado, a Organização Odebrecht, como sabem muitos nesta Casa, defendeu veementemente a adoção dos critérios de menor preço e do uso do seguro garantia pela nova lei de licitações, como forma de assegurar obras econômicas, sem riscos de não conclusão das mesmas.

Sempre a postura da Organização Odebrecht, quanto à lei de licitações, foi propugnar por sua democratização, com adoção de critérios justos e adequados, de sorte a propiciar real competição entre as diversas empresas do setor.

Dito isso, quero deixar patente que não tive acesso ou conhecimento formal ao material que se diz apreendido em minha residência. Com efeito, não presenciei a diligência policial em minha residência, em Brasília, no dia 25 de novembro, porque me encontrava em São Paulo. Por esta razão, evidentemente, não posso assegurar, de pronto e de imediato, tudo o que existia em meu arquivo pessoal, envolvendo, de resto, muitos anos de experiência profissional.

Afirmo, no entanto, categoricamente, ser uma ofensa inadmissível o que vem sendo dito pela imprensa, reproduzindo, basicamente, conclusões apressadas do Senador José Paulo Bisol. Veicula-se, assim, a infamante acusação de que a Organização Odebrecht seria uma espécie de sociedade secreta, com o poder de influenciar, em seu nome e de seus concorrentes, postos como se integrasse um imaginário cartel de ações do Governo, ditando-lhes prioridades, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal.

Apresentando-me a V. Exªs, gostaria de informar que trabalho na Organização Odebrecht há 20 anos, tendo atuado principalmente na área de execução de projetos. Sou engenheiro civil formado em 1969, na Bahia, com cursos de pós-graduação em fundações e obras de infra-estrutura, pela Universidade Gama Filho e pelo Centro de Processamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também tenho especialização e pós-graduação em concreto armado e protendido e, como tal, executei obras em vários Estados, podendo citar, dentre outros, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Sergipe e outros Estados. No Exterior, profissionalmente atuei no Peru e no Equador.

No elenco das obras de cuja execução ocupei-me, peço permissão para registrar as obras do Edifício Sede do BNDES e Torre do Rio Sul, ambas no Rio de Janeiro; a implantação da Mina de Timbopeba para a Vale do Rio Doce, em Minas Gerais; e uma hidrelétrica no Peru.

Na verdade, estive diretamente ligado a obras, no Brasil e no Exterior, durante dezessete anos, tendo, assim, acumulado, nesse longo período, larga experiência técnica e gerencial, podendo perceber como o custo das obras públicas sobe, assustadoramente, diante de paralisações constantes, em virtude da falta de regularidade no fluxo de recursos. O problema se agrava, na realidade brasileira, diante da inflação corrosiva e de juros sabidamente exagerados.

Muitas foram as crises que vi de perto em razão desse problema, muitas vezes desembocando na paralisação de obras essenciais para a comunidade, com o comprometimento de programas sociais de indiscutível valor.

Os compromissos da empresa, diante de inadimplementos dos contratantes, em geral o Poder Público, tinham - como têm - que ser atendidos, sob pena de quebrar, de descrédito, de falência. A rigor, ninguém desconhece a situação catastrófica das contas públicas neste País. Isso vem agravando-se a cada dia. Se não defendermos de forma eficiente os projetos em que trabalhamos, se não estivermos diuturnamente informados sobre o fluxo de recursos para esses projetos, se não atuarmos imediatamente sobre a possibilidade de garantirmos as liberações indispensáveis, viabilizando o pagamento de faturas por serviços realizados, colocaríamos em risco não apenas a possibilidade de trabalho de mais de quarenta mil colaboradores, cujas famílias deles dependem diretamente, mas também as próprias obras que executamos, em favor do progresso nacional, causando, assim, graves e imensos prejuízos para as múltiplas comunidades onde atuamos.

É necessário dizer que a política da CNO, por tudo isto que acabo de dizer, é de não concorrer em empreendimentos para os quais não haja perspectivas de fontes adequadas para o provimento dos indispensáveis fluxos de caixa. Assim sucedeu em muitos casos e cito aqui, como exemplo, as obras nos CIACs.

No que diz respeito às minhas atribuições atuais, como Diretor da Construtora Norberto Odebrecht, em Brasília, devo dizer que dentre as suas finalidades está a de compensar esses efeitos devastadores, que têm origem na profunda desorganização do Estado brasileiro.

Através de um trabalho profissional, sério e dedicado, procuramos:

- verificar a inclusão das obras por nós contratadas no Orçamento da União, quando esta for a fonte;
- verificar a liberação dos recursos de diversas fontes para as nossas obras;
- orientar as obras que devem ser iniciadas, paralisadas ou continuadas em função de projeções dos fluxos de recursos;
- interagir com as equipes dos contratos, visando agilizar os processos burocráticos em órgãos públicos ou junto aos clientes, de forma a não prejudicar o andamento da obras.

É também de minha responsabilidade representar a Construtora Norberto Odebrecht junto a associações e entidades de classe, para definir o posicionamento do setor nos temas de relevantes interesses na indústria da construção civil.

Minha atuação e a da minha equipe perante os órgãos da administração pública, nos termos já explicitados, não é só legítima, como também essencial, para lidar com o permanente estado de inadimplência ou - para usar uma expressão um pouco mais dura - " de calote", com o que se defronta quem trabalha para o setor público neste País.

Essa absoluta certeza da legalidade e legitimidade do que faço me anima, Srs. Parlamentares, além dos deveres que já nomeei, a aqui vir, apesar do clima adverso e persecutório já instaurado pelos excessos e precipitações.

Tem havido de tudo nesse cenário em exageros. Chegou-se ao ponto de se fazer, inclusive, malévola e leviana insinuação de suborno, atribuída a um delegado de Polícia, a quem estou interpelando judicialmente, seja pela apreensão de documentos em

minha casa sem a observância do devido procedimento legal, matéria já objeto de requerimento formal junto ao Supremo Tribunal Federal (documento que anexo à presente), sem falar no jogo de informações precipitadas, tudo conduzindo até a possibilidade de supressão ou inclusão de papéis, gerando, afinal de contas, perplexidade e incerteza, a justificar a indagação que explicito: se aqui compareço como testemunha ou como suspeito, com todas as prevenções já dirigidas, pelo menos, por alguns que já avançaram em seus juízos de valor.

A propósito, creio que a quebra de sigilo de minha conta-corrente, já ocorrida, de algum modo, com a diligência de busca e apreensão, tornou-se uma necessidade, para espancar e afastar insinuações perversas que têm sido veiculadas.

Entretanto, tenho perfeita consciência de que somente minha palavra poderá conter os ânimos exaltados pela divulgação deturpada desse episódio de invasão à minha casa, a partir da informação incorreta e inexata de suposta destruição de documentos.

Sobre os documentos, eu gostaria de dizer:

De início, reitero, quanto ao material apreendido, que não me foi dado qualquer acesso ao exame dos documentos agora questionados. Alegou-se, na Polícia Federal, que não se achavam devidamente autuados. Assim se falou aos advogados da empresa. No entanto, os jornais estampavam e publicavam o que teria sido apreendido!

De qualquer modo, tomo como referência o que foi divulgado pelos jornais, com base em relatório do Senador José Paulo Bisol.

Assim, a partir de documentos diversos, sem qualquer sistematização, ou através de ligações artificiais, procurou-se dizer que existiria um conluio entre a CNO e as demais empresas concorrentes no mercado brasileiro.

Referiu-se, ainda, a suposta existência de pretensas facilidades na liberação de recursos na Caixa Econômica Federal, bem como houve alusões a nomes de autoridades e parlamentares, listas de brindes, listas de campanha eleitoral, critérios de rateio do lucro da CNO e assim por diante.

Na verdade, fez-se uma confusão generalizada, estabelecendo-se ilações descabidas e despropositadas, com interpretações subjetivas e maldosas, obedecendo-se a critérios apressados e inconseqüentes.

Exemplo do que acabo de dizer - e de que muitos já se deram conta -, vem a ser a divulgação do organograma representativo de uma teia de ações ilícitas, interpretando-o, com inescondível má-fé, como representativo de um esquema de poder paralelo que envolveria o controle de empresas concorrentes.

A distorção é evidente. Confunde-se ato formal de reunião de empresas do setor, que inclusive constituem uma associação de classe, como existem em vários setores da atividade econômica, com algo de proibido, secreto e cartelizado. Na reunião citada no relatório do Senador José Paulo Bisol, o assunto em pauta era o das concessões de obras e serviços públicos, prática comum nos países mais desenvolvidos, pois as concessões aliviam o setor público de pesados investimentos, liberando recursos para as atividades prioritárias do Estado, isto é, Saúde, Educação e Segurança.

Tratou-se, especificamente, da Ponte Rio-Niterói, que se encontra em situação precária de manutenção. O que há de ilegítimo em reunião desta natureza, destinada a formular proposições concretas, voltadas à implantação do regime de concessões de serviços públicos?

A propósito, vale salientar que a Lei Federal relativa ao assunto não foi, até agora, aprovada pelo Congresso.

Quanto à questão inerente ao suposto cartel consubstanciado no documento datado de 6 de agosto de 1987, da ANEOR - Associação Nacional de Empresas de Obras Rodoviárias, tenho a esclarecer o seguinte:

- não tive qualquer relação, direta ou indireta, com esta questão, pois me encontrava, à época, respondendo por outra área da empresa;

- considero estranho que o documento publicado pela imprensa indique a data de 6 de agosto de 1987, endereçado à atual sede da CNO em Brasília, cujo prédio, na data em questão, ainda não existia;

- a atuação da CNO no segmento rodoviário é inexpressiva, tendo apenas contratos menores em andamento, todos ganhos em concorrências por menor preço;

Quanto às siglas utilizadas internamente na empresa, tais como LE, DPA, RAI, RM, RV, RG, etc., carta endereçada pelo Presidente da Odebrecht S.A., Emílio Odebrecht, ao Senador Jarbas Passarinho, Presidente desta CPI, esclareceu plenamente o equívoco em que incorreu o Senador José Paulo Bisol. De qualquer forma, junto a estes meus esclarecimentos iniciais, as resoluções internas da Organização Odebrecht que encerram esta questão.

A respeito da acusação de que haveria um acréscimo de 36%, como taxa mínima de lucro no curso das obras realizadas pela CNO, era totalmente improcedente.

Na verdade, não sei de onde se extraiu tal conclusão. Não tem nenhuma lógica ou nexo. Os balanços da empresa, **aqui juntados**, provam que a margem de lucro jamais atingiu tais patamares. Em termos especulativos, este número poderia representar o valor dos encargos previdenciários e trabalhistas incidentes sobre a distribuição de lucros pela empresa a seus funcionários, denominados internamente de parceiros ou colaboradores. Ou ainda, o valor correspondente aos dividendos distribuídos pela CNO à **holding** Odebrecht S.A., cujo mínimo fixado pela Lei de Sociedades Anônimas é de 25%.

A propósito, vale esclarecer que a Organização Odebrecht pratica, há mais de 40 anos, um sistema de remuneração que valoriza a produtividade do trabalho, dividindo os

ganhos resultantes, antecipando-se à regulamentação do art. 7, inciso XI, da Constituição Federal, que consagra o direito do trabalhador de participar nos lucros ou resultados das empresas.

Quanto aos nomes de parlamentares citados em listas que teriam sido encontradas em minha casa, devo dizer que nada existe de irregular no relacionamento que tenha tido com qualquer deles, sendo certo que vários, inclusive, não tive oportunidade de conhecê-los.

Jamais paguei a qualquer deles importâncias relacionadas com atuação no Congresso Nacional, em favor ou desfavor de quem quer que seja.

Existe uma confusão absoluta entre os documentos que têm sido divulgados de maneira sensacionalista, tumultuando-se o esclarecimento dos fatos, pois há pessoas que já têm as suas "deduções" preestabelecidas, enquadrando-as da forma que melhor se compatibiliza com seus objetivos marcadamente políticos.

Antes de mais nada, quanto à campanha de 1994, busca-se dizer que existiriam diversos parlamentares vinculados à Construtora Norberto Odebrecht. Na verdade, diante da nova lei eleitoral em vigor, iniciou-se, **internamente**, processo de avaliação de nomes e pretensões políticas diante do pleito eleitoral que se aproxima, gerando, perante a empresa, estudos destinados a colaborações de campanha, nos termos e limites dos dispositivos legais que cuidam da questão. O objetivo nada tem a ver com interesses escusos ou subalternos.

É claro que a lei não foi feita para ficar no vazio.

A discussão interna da Construtora Norberto Odebrecht obedece critérios bastante preliminares, sem qualquer envolvimento pessoal de qualquer dos nomes elencados, cujo registro se deve ao perfil de probidade, liderança e sintonia com os conceitos sócio-políticos em que crê a Organização Odebrecht.

Quanto a indicações de percentuais que estão sendo exibidos pela imprensa, reitero que jamais houve qualquer solicitação, proposta ou exigência de parlamentares para o recebimento de valores. Por outro lado, a CNO, por mim, ou por qualquer outra pessoa, jamais prometeu ou ofereceu dinheiro ou vantagens pessoais, a Deputados ou Senadores, ou autoridades do poder público. Por conseguinte, tudo que se diga sobre propina, favorecimento, corrupção, resulta de ilação e de conjectura.

Existem, de fato, algumas anotações pessoais, do mesmo modo que os jornais vêm divulgando documentos, a pretexto de inferir pagamentos a tal ou qual parlamentar. Nada disso procede.

Eventuais percentuais anotados, aqui ou ali, nada representam além de estimativas do valor real, na data do efetivo pagamento ou recebimento, das verbas nominais aprovadas no Orçamento da União, levando em conta a distância temporal entre a data da lei e a liquidez representada pelo pagamento dos serviços efetivamente prestados. Outras tantas vezes, têm relação com estimativa de remuneração variável dos integrantes das equipes responsáveis pela execução de projetos específicos. Ou ainda, aí sim, uma valoração pessoal e subjetiva para balizar internamente critérios para eventuais e futuras colaborações em campanhas políticas, sem qualquer deliberação da empresa como tal e sem o conhecimento, é importante frisar, sem o conhecimento de seus possíveis destinatários.

Quanto à lista de brindes de fim de ano, é evidente que não passa de uma cortesia usual, sem qualquer conotação de favorecimento a quem quer que seja. Na verdade, existe a prática - que não é recente ou exclusiva da Organização Odebrecht -, remetendo-se lembranças singelas, agendas e livros de arte, e concedendo-se especial estímulo à arte regional, através da aquisição de lotes de quadros, esculturas de artistas locais, conferindo-se, assim, o registro do apreço e da consideração da Organização Odebrecht a figuras representativas da sociedade. Não há nada diverso do que ocorre no mundo nessa época de congraçamento. Além disso, busca-se divulgar, dessa forma, a cultura brasileira.

Quanto a disquetes que teriam sido apreendidos, só se identifica no episódio especulação. Jamais me convocaram para eventual decodificação, para se verificar o que neles se contém. Não há o que temer. Tenho a consciência tranquila e a certeza de que sempre agi com retidão.

Como já disse, o que desejo é restabelecer a verdade dos fatos, seja inocentando cabalmente aqueles que tiveram seus nomes maldosamente divulgados, seja rebatendo as acusações do Senador Bisol contra a Organização Odebrecht e a minha pessoa.

Tudo isso sem permitir que utilizem a mim ou aos referidos documentos para incriminar indevidamente inocentes!

Aproveito para novamente desculpar-me com aqueles que tiveram seus nomes envolvidos, por ter sido o causador involuntário de dúvidas sobre a honorabilidade dessas pessoas.

Considero esta CPI o foro apropriado para o debate e a investigação que conduz. V. Exªs representam a Nação. Ponho-me agora à disposição de V. Exªs para quaisquer outros esclarecimentos que julgarem necessários com vistas a colocar uma pá de cal sobre as dúvidas decorrentes das apressadas conclusões a que chegaram os afoitos examinadores daqueles papéis.

São estas as minhas considerações iniciais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Suplicy...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, como Relator não tenho prioridade?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem. Apenas não cheguei à oração principal do meu período. Senador Suplicy, V. Exª pediu para assinar a lista, mas

não há necessidade, porque V. Exª goza - e gosta também - do privilégio de poder fazê-lo depois. Por isso mesmo o Deputado Vivaldo não quis assinar aqui.

Tem a palavra, com a reclamação atendida, o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Senhor Presidente, não foi uma reclamação, foi uma mera lembrança.

Dr. Ailton, vou passar às mãos de V. Sª um conjunto de cópias xerox de anotações a mão, pedindo que V. Sª informe se essas cópias correspondem a originais que estiveram em sua residência de Brasília e foram apreendidas em sua residência de Brasília.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Isso efetivamente corresponde a manuscritos de caráter pessoal e devem ter sido extraídos dos originais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não.

Em face da afirmação de V. Sª, faço uma pergunta que parece já ter sido respondida em parte, mas creio que pela sua importância devemos nela insistir. Essas anotações constantes nos referidos papéis que foram apreendidos são de responsabilidade de V. Sª ou apenas foram entregues a sua guarda e administração?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Relator, entendi que o senhor me pergunta se são de minha responsabilidade. São escritos de ordem pessoal, única e exclusivamente de meu conhecimento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Certo.

V. Sª já afirmou aqui que o senhor e a empresa eximem de qualquer responsabilidade parlamentares e outros políticos que, em função desses papéis, tenham sido - não acusados - mas colocados sob algum tipo de suspeição, isto é, essas notas não têm a co-responsabilidade de nenhum dos políticos, parlamentares ou não, nela citados. É isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito.

O SR. RELATOR *(Roberto Magalhães) - Sendo assim, pergunto* a V. Sª o seguinte: como se explica que nesses manuscritos existam nomes de parlamentares, por extenso ou abreviadamente, tendo ao lado indicações de obras sob responsabilidade da ODEBRETCH e percentuais, que variam de 0,27 a 5%?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Com relação à pergunta do ilustre Relator, Deputado Federal Roberto Magalhães, como coloquei na minha ilustre explanação, afirmo que não há aqui colocações com relação a percentuais que não sejam estimativas de caráter pessoal, visando definir duas questões: primeiro, a minha avaliação em função de situações de provisionamento de campanhas políticas de 1994, que não é de conhecimento de nenhum parlamentar, que não é de conhecimento da organização, ou seja, são conjecturas minhas. Já que pela lei eleitoral passamos a nos arruar, visando no futuro em cumprimento a lei dar o nosso apoio de maneira clara e transparente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, podemos considerar que V. Sª afirma que esses percentuais se referem a futuros apoios políticos.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Unilateralmente estabelecidos.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Exatamente. Sem conhecimento, a não ser da minha pessoa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dr. Ailton, faria mais uma pergunta: se é assim, por que além de nomes de obras e de percentuais aparecem - vou dar dois exemplos a V. Exª - uma fração expressa em bilhões de cruzeiros que redundam no número inferior àquele que é o percentual inicial. Exemplificando, temos aqui, manuscrito de março de abril de 1993... V. Sª já o tem em mãos?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Está aqui nesta relação?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Está. Devo ter colocado os números 1, 2 e 3.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Na segunda página, provavelmente.

Manuscrito de março e abril de 1993, Rio Grande do Norte: Barragem Oiticica - DNOCS. Em seguida, FUNASA, manuscrito de 23 de março de 1993: emenda parcial OP - 3%.

V. Sª já encontrou?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Encontrei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - 15 bilhões sobre 17 bilhões é igual a 2,5%. Logo em seguida, temos uma outra hipótese, que é uma emenda parcial do MEC, com 2%, e uma fração de quatro bilhões sobre nove bilhões, que é igual a 0,4%.

Qual é o nexo entre o percentual ao lado do parlamentar, essa fração e esse novo percentual que surge?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Quero esclarecer ao ilustre Relator que não há relação de percentual com o parlamentar. O que existe é que tenho a liberdade, dentro da organização, de iniciar, mandar parar ou aumentar ritmos de obra. *Como tal, tenho a autoridade de alocar centros de resultados/ custos.*

No entanto, volto a afirmar categoricamente que nada do que se refere aqui tem a ver com qualquer tipo de pagamento, com qualquer solicitação que possa ter sido feita. Isso aqui foram situações configuradas em avaliações de caráter pessoal ou com o responsável direto, para oportunamente poder propor, regionalmente, situações de caráter político-institucional e de uma maneira aberta e transparente.

Então, não há como querer fazer qualquer correlação com nomes e situações, porque aí sim o nome da obra refere-se ao centro de custo - como chamamos em nossa

organização -, ao qual irei alocar futuramente, porque isso aqui é utopia, uma situação teórica. Isso tudo que está aqui é teórico e parcial, e simplesmente vazou.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dr. Ailton, estou entendendo. V. Sª já disse que os 3% são uma estimativa de auxílio futuro, hipotético, político; e quanto a essa fração de 15 bilhões sobre 17 bilhões? O que expressam esses valores?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esse valor expressa um percentual ao qual, dentro da conjuntura regional, a ele alocar um volume de verba de caráter político, iria debitar a um determinado programa aquele valor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A explicação de V. Sª não se harmoniza com a minha experiência de político; mas, evidentemente, V. Sª tem o direito de fazer declarações, e temos de ouvi-lo sem contestar.

Eu lhe pediria mais uma ajuda importante. Recebi todos esses papéis e um relatório do Senador José Paulo Bisol e verifiquei que todas as iniciais estão decodificadas. Todavia, há algumas que não estão.

Então, pediria o obséquio de que V. Sª me informasse, ainda sobre os documentos um, dois e três, o seguinte: tem Barragem Oiticica - DNOCS, Estado do Rio Grande do Norte, LN, 2%; G., 0,5%; Estado, 1%; CW, 3%; NR, 0,5% e MN, 3%. Ora, considerando que o Estado não se candidata e que este deve ser o do Rio Grande do Norte, indagaria: esse percentual é também a jura política no Rio Grande do Norte?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Todos esses percentuais se referem a uma previsão de caráter político não solicitada e do não conhecimento de qualquer pessoa e não tem nenhuma outra correlação que não seja como uma previsão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer que o fato de um Estado como o Rio Grande do Norte...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - São políticos do Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim, mas o Estado tem apenas 1%, e temos aí Deputados com 3%, 5%...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É importante ressaltar que esses percentuais não podem ser tomados dessa forma. Vou figurar um exemplo para ver se me faço entender: se ficar consignada determinada verba para o Rio Grande do Norte, sobre aquela verba é que esses percentuais se aplicariam.

Como coloquei, essa situação aqui é de caráter pessoal, não está aprovada pela Organização e seria objeto de uma proposição para futura eleição em 1994.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor teria algum constrangimento em traduzir para nós o que seja LN, G, CW, NR e NN?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sr. Relator, se for fazer aqui analogia com o nome, estarei pecando com os meus princípios. Se citar nomes ou situações de pessoas que não conhecem ou não sabem o porquê do conteúdo aqui. Então, se V. Exª permitir, preferiria não declinar nomes, mesmo porque não tenho nada a ver com nomes, nada a ver com situação futura. Hoje as pessoas estão vivas e amanhã podem não estar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quero dizer a V. Sª que esses mesmos percentuais se repetem em relação a outra obra, Baixo Açu, no mesmo Estado, com uma sigla a mais: Brasília - BSB.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Reitero a minha colocação...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - ... de que todas as configurações constantes da presente lista são objeto de estudos feitos por mim, visando representar sempre situações teóricas para uma visão futura, que não pode ser interpretada de maneira direta com relação a qualquer solicitação, pagamento ou promessa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço silêncio ao Plenário, por obséquio.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dr. Ailton Reis, temos aqui um papel apreendido também com os outros em que está expresso o seguinte:

"Brasília - DF, 02 de setembro de 1993.

Para o Deputado José Geraldo Ribeiro - Fax nº 061 318 2224. Pólo Cloroquímico Sergipe: US$17,550; Formoso A, Bahia: US$52,702; Belo Jardim, Ipojuca, Pernambuco: US$ 5,195; Nassau, Pernambuco; Nassau Pernambuco, duas vezes." Num deles, são projetos, se não me engano, de canais no Recife, não é isso, Projeto Nassau?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Projeto Nassau, em Recife.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - US$ 17,054 e US$ 5,465; Porto de Natal: US$ 211. Total: US$ 119,502.

Como sou pernambucano, conheço o Projeto Nassau e iniciei a obra de perenização do rio Ipojuca, que, para ser concluída, depende de uma barragem que é exatamente esta, a barragem de contenção de Belo Jardim, e como nunca o Deputado José Geraldo Ribeiro esteve em Pernambuco, que eu saiba, nem jamais me procurou para tratar desse assunto, pergunto a V. Sª qual a explicação para Pernambuco estar três vezes nessa lista ao lado de dólares e um Deputado de Minas Gerais que, pelo que eu saiba, não tem qualquer relacionamento com Pernambuco.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sr. Relator, este documento não foi encaminhado ao Deputado José Geraldo, mas era uma solicitação que ia ser feita para emendas ao Orçamento deste ano e que efetivamente, já em setembro, o problema orçamentário não foi levado à frente e este documento não foi encaminhado ao Deputado José Geraldo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Este fax foi redigido, mas não foi expedido?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não foi expedido.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Temos aqui uma documentação interna da ODEBRECHT de 03.09.93 para Brasília (documento 5): " Origem: escritório do Recife. Destino: unidade escritório de Brasília, Dr. Ailton Reis.

"Peço seu empenho junto ao Tio (tio com T maiúsculo) no sentido de complementar os valores prometidos para o terceiro trimestre com a publicação da portaria correspondente, sem o que DENOCS e CENIR não podem pagar.

O que foi dispensado pela portaria do Paulino foi a celebração de convênios do DNOCS com os governos dos Estados, permanecendo a exigência das prestações de contas. Foi também dispensado a contrapartida de 30%. Lembra que foi prometido pelo Tio para o terceiro trimestre do dia 20.08."

Aí vem uma relação de obras: Oiticica, Canoas, Olinda. Qual é a obra que V. Sªs tem em Olinda? É um hospital?

O SR. AILTON SOARES DOS REIS - Temos um hospital.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - "Olinda-Açu, ligação do Moxotó. Valor prometido pelo Tio: 10.070 milhões; 11.575 milhões; 2.154 milhões e 5 milhões. Liberado para empenho." Aí vem alguns valores e, na última coluna: "falta liberar para empenho: 5.499, 7.199 milhões e 1.428 mil."

Queria saber quem é o "Tio".

O SR. AILTON SOARES DOS REIS - Em resposta ao ilustre Relator, efetivamente é um assunto de 1992. Não consigo me recordar desse suposto Tio". Mas pode ser considerado que sou o "tio-pai" de todo esse pessoal que está lá nos estados Porque tenho essa missão de evitar que as obras paralisem. Por isso eles recorrem a mim, porque o "tio-pai" deles sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O senhor prefere ficar como "tio" ou como "pai"?

O SR. AILTON SOARES DOS REIS - Perdoe-me, Senador. Considero que a responsabilidade é minha.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dr. Ailton, tenho duas correspondências em que o "Tio" aparece sempre com muito prestígio. Veja essa outra:

"Irrigação do Moxotó:

Peço esforço no sentido de priorizar junto ao Tio que essa prioridade seja passada a PG a fim de que o DNOCS complete a operação."

No primeiro documento que passei às mãos de V. Sª aparece aqui, também, não o "Tio" mas, uma letra "P". Não sei se é de "Pai".

O SR. AILTON SOARES DOS REIS - Esse documento é o mesmo?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É o mesmo. Não tem "P" aí. Aqui os documentos estão muito apagados. É um bilhete para o senhor e não está assinado. Está quase ilegível, e diz:

"Estivemos hoje com o Dr. Luiz Marques (LM) que nos informou não ter recebido instruções do Tio ou do "P" para colocar valores diferentes para a CNO do que esse que colocou até hoje. Que foram colocados, certamente. Recebendo os quatro que você entregou... Bom, o importante aqui é o seguinte: "Informo também que no terceiro trimestre a OAS fica com 32 bilhões e a CNO... É uma empresa, a CNO?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É a Construtora Norberto Odebrecht.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ah, sim. A OAS fica com 32 bilhões e a CNO, com 24 bilhões; e a EIT com 16 bilhões de cruzeiros. A EIT é uma empresa potiguar, da terra do Senador, não é isso? Se V. Sª não se lembra do tio, não vai se lembrar do "p". Porque o tio é muito mais sugestivo. Esquecendo-se do tio, não vai se lembrar do "p", que é uma letra que não tem maior...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Relator, essa questão que envolve o tio ou o pai, porque me parece que é o que se refere aqui, eu insistiria que, efetivamente, quando surge uma coisa desse tipo, o tio e o pai têm que ser um só. Sou eu que tenho essa responsabilidade. E as questões citando aqui a OAS e a EIT, essas são uma constante de todas as empresas que lutam para ter recursos, e de que os regionais têm ciúmes, desejos, necessidades e ficam preocupados que seus projetos não paralisem e procuram obter informações para ver se estão sendo desmerecidos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tenho aqui um novo documento, semelhante, e perguntaria: há algum engenheiro, algum funcionário chamado Azambuja no seu escritório?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Azambuja...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não tem Azambuja?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deixe-me ver...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Vou dizer o que é, e passo às suas mãos. É o seguinte: há uma série de recomendações, para incluir a duplicação da BR-101, de Pernambuco, 6 bilhões; RFFSA, valor 5 bilhões, etc. E aqui é para o Orçamento de 1992. É

dirigido ao Azambuja, com a seguinte recomendação: "Peço encaminhar para o nosso amigo do MINFRA os seguintes pleitos". Como não sabemos quem é o tio e muito menos o "p", se pudermos decifrar o amigo do MINFRA, já será uma grande vitória para nós.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O Azambuja é uma pessoa que trabalha conosco aqui em Brasília, em resposta à solicitação de V. Exªs. E essa questão dos pleitos, de ter valores orçamentários, ela vem de todas as partes. Dos nossos escritórios, das nossas regionais, em função de quererem que seus programas sejam prioritários.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O MINFRA é o Ministério da Infra-Estrutura.

Não está assinada por V. Sª?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, eu não tinha conhecimento desse...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não está assinado por ele. Perguntei, mas não está assinado por ele...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu não tenho conhecimento do documento. Apenas...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O documento é Azambuja.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu sei que os pedidos de inclusão de verbas... Efetivamente todo mundo pede, mas nem sempre é possível.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O documento é para o Azambuja, pede que o amigo do MINFRA ajude, mas não tem assinatura. Ou está apagada, quer dizer, devido ao tempo, a xerox mal feito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Sª se lembra, em 1992, quem era, em Belo Horizonte, o contato para os assuntos do Orçamento da União de 1993? O contato da Odebrecht de Belo Horizonte?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A nossa pessoa em Belo Horizonte, que tinha...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É, o contato. Quem quisesse tratar desse assunto de obras, etc.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Olha, o responsável pela área de Belo Horizonte era o DS, William Urquisa(?). Agora, especificamente assim, não sei se ele...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não. Aqui o Urquisa assina William Urquisa Veloso, e é para V.Sª. Diz que "anexa a relação dos programas de interesse da DS/MG-AS, dependendo da conveniência, podemos dar entrada nas emendas por aqui. Caso prefira fazer por aí, avise para que preparemos a justificativa."

O nome do contato em Belo Horizonte, para o seu pessoal, sobre assunto OGU/93, é Sávio Duarte.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sávio Duarte. Trabalha no escritório, é administrativo do William Urquisa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Certo. A Odebrecht tem alguma obra no São Francisco, particularmente em Pernambuco? Petrolina, talvez?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Na área de Petrolina, não. O que temos é a irrigação de Itaparica.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Itaparica é parte em Pernambuco, parte na Bahia?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Temos aqui mais uma correspondência para V. Sª, cuja assinatura está aqui, está muito viva, mas não consigo decifrá-la. Trata que, nessa semana, seguiram para o DNOCS 4 bilhões para Canoas; Baixo Açu, 2 bilhões; Canoas, 2 bilhões; Belo Jardim, 1,6. Em relação aos empenhos liberados, havia uma série de importâncias em bilhões, para Oiticica, Baixo Açu, Saco Nova Olinda - onde é Saco Nova Olinda?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Paraíba.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Canoas, de novo. E aí diz: "CODEVASF. Nessa semana seguiram 5 bilhões para a CODEVASF; Formoso A. Como só tinha de empenho 1,5 bilhões, foi pago nesta data, o restante o Dr. Lócio está providenciando ainda hoje o empenho para atualizar Formoso A." O Dr. Lócio é o diretor?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Aí vem uma afirmação: "Estava havendo, nos trabalhos da CODEVASF, uma operação tartaruga. O Dr. Lócio agiu e conseguiu o retorno normal do trabalho. Ele irá lhe procurar para falar sobre o assunto."

Essa greve tartaruga era contra a CODEVASF ou contra a Odebrecht?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não me recordo muito desse documento, mas pelo que estou depreendendo do que está escrito, deveria ser alguma operação tartaruga dentro do órgão, ou seja;...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não tenho dúvida. É porque o assunto tendo extravasar de um órgão público federal para a empresa, fico na dúvida se foi um movimento contra a própria empresa, se foi uma sabotagem a um projeto da empresa...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, eu diria que não, ilustre Relator. Tenho a impressão que deve ter havido algum tipo de greve no órgão. A CODEVASF é um órgão centralizado, aqui, em Brasília, e toda regional depende daqui. Então, provavelmente a burocracia local não estava funcionando, e essa operação tartaruga aí

devia ser alguma greve, alguma coisa desse tipo. Mas nada contra a Organização, até porque esse projeto é em Bom Jesus da Lapa, na Bahia, e está perto de sua conclusão, falta cerca de 10%, já está em assentamento, não tem...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dr. Ailton, não sei se V. Sª sabe, mas o Relator tem a prerrogativa de inquirir primeiro e, se quiser, inquirir por último. Vou me reservar para, por último, voltar a perguntar a V. Sª, lembrando que tudo o que perguntei ficou assim, parece-me, sem muito convencimento, a questão de que aqueles números não têm nenhuma vinculação com os Deputados. Não que eu ache que eles recebam propinas, mas acho que o número tem a ver com um código qualquer, classificação qualquer, porque está junto do nome de cada um.

Outra coisa são aquelas iniciais que constam, em relação à obra do DNOCS, no Estado do Rio Grande do Norte, e que V. Sª não quis revelar. É um direito seu, mas sei que, claro, não falta nesta CPI, na sua assessoria, condições de rapidamente se chegar a uma conclusão e, afinal de contas, coisas de menor monta começam do tio, afinal apareceram tantas pessoas aí, outras poderiam ter.

Quero apenas, encerrando esta primeira fase, dizer a V. Sª que nós não estamos aqui para condenar ninguém; nós estamos aqui para tentar uma profunda reforma no Estado brasileiro. E eu, que não sou ingênuo, tenho a impressão, pela minha experiência de administrador e de governante que fui, de que, no dia em que as concorrências públicas forem as mais límpidas, as mais sérias, todos ganharão, inclusive os empreiteiros.

Digo isso a V. Sª porque, quando Governador, ninguém ganhou concorrência - pelo menos eu tenho essa convicção - que não fosse lícita. E muitas empresas grandes, inclusive a de V. Sª, perderam muitas concorrências. Jamais recebi qualquer reclamação desses empresários. E jamais andaram falando mal de mim porque no meu Estado se agia com mão de ferro. De modo que a cooperação que V. Sª puder dar para que não só esta CPI, mas o Congresso e, de um modo geral, o Estado brasileiro possam reformular profundamente as estruturas do Estado e recolocar as relações entre o Estado, os empresários e os segmentos da sociedade em seu lugar, ajudará a, efetivamente, criar um novo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, V. Exª deve até estar estranhando que eu vá fazer perguntas na sessão de hoje. Vou usar o microfone do próprio depoente, para facilitar as perguntas e respostas, até para que ele possa ir olhando os documentos junto comigo, porque enquanto ele depunha e respondia ao nobre Relator, eu olhava os documentos e chegava à conclusão de que ele precisa nos dar algumas explicações.

Dr. Ailton, V. Sª nos disse que "tio" é uma forma carinhosa de ser tratado por pessoas, inclusive vinculadas à imprensa. Este documento é uma correspondência do Sr. Murilo Martins, do escritório de Recife, para o Dr. Ailton Reis, do escritório de Brasília. No meu entendimento, se "tio" fosse o Dr. Ailton Reis, no cabeçalho ele escreveria "tio" e um ponto, ou dois pontos, ou uma vírgula, e depois diria: "Peço o seu empenho junto a Fulano de Tal no sentido de complementar os valores prometidos para o terceiro trimestre". Aqui, não. Aqui, Murilo Martins se dirige ao Dr. Ailton Reis, e consta o seguinte: "Peço seu empenho junto ao tio". O Dr. Murilo não chama de "tio" a pessoa a quem ele dirige a correspondência. A pessoa é V. Sª, e o Dr. Murilo diz: "Peço seu empenho junto ao tio no sentido de complementar os valores prometidos para o terceiro trimestre", etc.

E esta outra correspondência é dirigida ao Dr. Ailton Reis, assinada também pelo Dr. Murilo Martins. E consta aqui... Está um pouco ilegível, mas estivemos com o Dr. Luís Marques, que nos informou não ter recebido instruções do "tio". Uma correspondência dirigida pelo Sr. Murilo Martins, da empresa, para V. Sª, da empresa - dirigida ao Dr. Ailton Reis -, não o chamando de "tio" e dizendo que o Dr. Luís Marques não recebera instruções do "tio" para a liberação de recursos. Se o "tio" é V. Sª, como se dirigem a V. Sª dizendo que o "tio" não liberou recursos.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein, quando eu me expressei na figura do "tio" ou "pai", foi figurativo. Eu avisei que, na realidade, a correspondência é do diretor regional para a minha pessoa. Como eu - são correspondências antigas - não me recordei do que ele se referia aí de "tio", uma coisa que estou lendo agora, um documento antigo, então eu me responsabilizei, mas não me colocando como eu sendo... Talvez eu tenha me expressado de uma forma errada. Efetivamente, o que eu quis dizer é que não me recordo de quem seja a figura do "tio" ou do "pai", mas me considero como responsável por atender o pleito e ter a responsabilidade em função da provocação feita pelo diretor regional.

Não sei se complementa o esclarecimento.

O SR. ODACIR KLEIN - Na verdade, V. Sª não respondeu quem é o "tio", e ficou muito claro que o tio não é quem V. Sª disse quando respondeu às primeiras perguntas. Mas enquanto V. Sª respondia, eu olhava também os documentos que estavam em suas mãos, e V. Sª dizia que os percentuais constantes ao lado das iniciais LM, G, Estado e depois BSB e outras iniciais eram percentuais para possíveis contribuições futuras, vindo essas pessoas a ser candidatos. Mas tudo isso está num contexto. O contexto é o quê? Estado do Rio Grande do Norte, Barragem de Oiticica, emenda parcial DNOCS; e ao lado do DNOCS vem LM, G, Estado, BSB, vem BSB mais iniciais de três pessoas. Depois, vem irrigação Baixo Açu, de novo DNOCS, emenda parcial, DNOCS, as iniciais de novo, repetidas para as mesmas pessoas, para Estado e para BSB. Depois vem CENIR, também repetição de iniciais de pessoas.

Pergunto a V. Sª: o que tem a ver com ajuda eleitoral futura uma emenda parcial destinada ao DNOCS, outra emenda parcial destinada ao DNOCS, uma para a Barragem de Oiticica e outra para a irrigação de Baixo Açu, e o que tem a ver DNOCS, CENIR, e essas entidades com campanhas eleitorais futuras e iniciais de pessoas cujos nomes V. Sª diz que não quer revelar?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sr. Vice-Presidente da Comissão, Deputado Odacir Klein, como afirmei desde o início na minha explanação, as situações configuradas aqui são de caráter restrito, interno à minha pessoa, de não conhecimento da empresa, nunca implicou qualquer solicitação, promessa ou pagamento a quem quer que seja. A situação configurada aqui são aprovisionamentos regionais. Daí porque a colocação, quer dizer, é um aprovisionamento visando à futura campanha, em que vou debitar os custos futuros aos programas do Rio Grande do Norte: Barragem de Oiticica e Barragem de Baixo Açu.

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, era isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra. Por favor, use os dez minutos de que dispõe.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Ailton Reis, há quanto tempo V. Sª trabalha como diretor no Grupo Odebrecht?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Digníssimo Senador, Dr. Eduardo Suplicy, estou no Grupo Odebrecht há 20 anos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Sª falou, em seu depoimento inicial, que ocorreram reuniões entre os diretores das empreiteiras apenas para tratar de assuntos do interesse da Associação Nacional dos Construtores. Como eram convocadas tais reuniões e onde elas aconteciam?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Exª pergunta de maneira generalizada ou algum caso específico?

O SR. EDUARDO SUPLICY - As diversas reuniões correntes, corriqueiras, da Associação Nacional dos Construtores, ou das entidades mencionadas por V. Sª no depoimento inicial.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - As associações não têm uma sistematização de reunião. Ela envolve sindicatos do Brasil inteiro. Às vezes são promovidas pela Câmara Brasileira de Construção, quando o assunto lhe compete, e aí vêm os sindicatos regionais de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul. Às vezes, essas reuniões são aqui em Brasília e podem ser no Rio de Janeiro.

O SR. EDUARDO SUPLICY - São convocadas por edital?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - As reuniões de associações e sindicatos não são convocadas por edital, a não ser quando ela é especificamente para mudança de diretoria, como os estatutos dessas associações prevêem. Isso é regulamentado através dos estatutos sociais de cada entidade.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Onde estão registradas as atas das reuniões de tais associações?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Senador, não tenho condições de afirmar para V. Exª uma coisa em que não tenho participação efetiva. Posso citar a V. Exª que sou do Sindicato da Construção Civil com base no Rio de Janeiro. Sou Vice-Presidente do Sindicato Nacional da Indústria e da Construção. Eleito, é um Sindicato que congrega duzentas e poucas empresas a nível nacional, entre grandes e pequenas, e nós e nos reunimos a cada 15 dias - as atas encontram-se à disposição, porque estão registradas lá no sindicato do qual participo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E aqui, em Brasília, de quais reuniões o senhor participava?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Participei de uma reunião que está aí, para discutir o assunto da ponte Rio-Niterói, por uma convocação da Câmara Brasileira de Construção, juntamente com os sindicatos de São Paulo e Belo Horizonte, quando se discutiram alguns assuntos de interesse da classe.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, gostaria de registrar um requerimento que vou fazer sobre as atas de reuniões das diversas entidades mencionadas; mas ao final da reunião.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Nobre Senador, se V. Exª me permite...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sim.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Exª está falando das reuniões citadas em meu depoimento?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Das diversas entidades, as empresas construtoras... vou pedir ao senhor, ao final - porque tenho que ser sucinto -, que encaminhe à Mesa, por favor, todas as entidades como: Associação Nacional dos Construtores, Sindicato dos Construtores da Construção Civil, das quais o senhor e a Norberto Odebrecht participaram, para que possa a CPI encaminhar às mesmas o pedido das atas das respectivas reuniões.

O senhor mencionou como teórico e pessoal, relativamente às eleições de 1994, as contribuições que hipoteticamente seriam feitas aos que contribuíssem para os propósitos da Odebrecht. Mas isso...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Permita-me, Senador, não para quem contribuísse, mas para quem tivesse alinhamento político com as teses que defendemos, de desburocratização, de redução da participação do Estado brasileiro, de privatização e de modernidade. Só para efeito de esclarecimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Bem, o senhor mencionou ao Sr. Relator que as proporções indicadas, nos diversos exemplos, referiam-se a obras, por exemplo, da FUNASA, do Hospital Universitário de Teresina, da Adutora Pedro II e, assim, por diante. O senhor mencionou que eram porcentagens referentes a contribuições que V. Sª atribuiria àqueles que contribuíram... e aí não é propriamente...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Acho que V. Exª está interpretando errado, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Estou interpretando o que V. Sª mencionou ao Relator, quando ele perguntou especificamente sobre aquelas comissões.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Então, eu gostaria de repetir para ficar um pouco mais claro.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas eu queria completar a pergunta. Isto é algo novo, ocorrido nos anos de 1992, 1993, 1994, referente à 1994 ou houve prática semelhante no passado? Porque o senhor há de convir que os políticos que conhecem essa prática, ou seja, de que a Construtora Norberto Odebrecht, por avaliação de V. Sª, seu Diretor, permite que possa se dar 2,37%, 0,65%, 0,98% ou até 4 ou 5% para determinado político que vai ajudar na indicação de uma obra ou na elaboração de emenda - talvez seja algo para 1994 - mas, se é uma prática recorrente de anos anteriores, isso significa que pelo menos alguns dos políticos já sabem da prática da Odebrecht. Já sabem que se reiterarem aquela prática ou aquele comportamento serão beneficiários para as eleições de 1994.

Queria saber desde quando existe esta prática por parte da Odebrecht, já que V. Sª é diretor da mesma há 20 anos?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Senador Eduardo Suplicy, reitero que a interpretação do que coloquei não corresponde ao que, efetivamente, poderei explanar depois.

Quanto à pergunta propriamente dita, quero dizer que - como afirmei nas minhas colocações preliminares -, durante os 17 anos, trabalhei diretamente vinculado a canteiros na execução de obras no Brasil e no Exterior. Então, não tenho condições de conhecer a respeito de que forma essa questão política foi tratada no passado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Sª era responsável pelas avaliações de ajuda financeira para campanhas anteriores?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, porque, inclusive, não era o meu papel; eu trabalhava em obra.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, a Odebrecht nunca ajudou políticos nas campanhas?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Senador Eduardo Suplicy, essa questão foi explanada para a imprensa pelo nosso Presidente em algumas oportunidades. Seria um contra-senso, demagogia e faltar com a verdade - já que jurei falar a verdade - dizer que não contribuímos; devemos ter contribuído de várias formas. Correto?

O SR. EDUARDO SUPLICY - As sugestões de V. Sª, os seus trabalhos e avaliações pessoais, muitos dos quais estão aqui delineados, têm sido considerados pela construtora Norberto Odebrecht?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Reitero que são exercícios especulativos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas têm sido adotados pela Norberto Odebrecht?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não sou político, mas, pelo conhecimento que tenho, só iremos tratar de política quando os Partidos e os seus diretórios definirem quem são, realmente, os candidatos, até por que hoje existem quatro ou cinco candidatos com a mesma função, e a Lei Eleitoral não o permite. Faremos tudo dentro da lei; cumpriremos, religiosamente, o que a lei determinar.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Impressionou-nos muito, dentre os documentos apreendidos em sua residência, a quantidade de ofícios aos Governadores, aos Prefeitos e aos Ministros do Governo. O interessante é que consta, na maioria dos ofícios, a assinatura de recebimento. Sr. Ailton Reis, como é que a empresa obtinha esses ofícios? Esses ofícios eram obtidos através dos funcionários dos Ministérios ou diretamente do emissor? Havia solicitação formal da empresa para obter esses documentos?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Senador Eduardo Suplicy, como disse nas minhas colocações preliminares, nos meus 25 anos de engenheiro, nunca sofri uma tamanha violência como a que ocorreu comigo e com a minha família, a qual está na Bahia traumatizada. O que fizeram comigo é um desacato ao ser humano e ficará marcado pela minha vida inteira.

Nunca tive um mínimo de contato nem com pessoas, nem com empresas, nem com Poderes Públicos, nem com a Polícia. Sou um trabalhador que dedica a sua vida; tenho o orgulho de dizer que fiz obras no Brasil inteiro. Tenho um currículo, com o qual posso participar de todas as concorrências em qualquer lugar deste País. Quem me conhece sabe da minha probidade.

Efetivamente, essa situação me deixou bastante abalado, até porque algumas coisas de caráter pessoal foram levadas. Eu estava em São Paulo quando me telefonaram e me perguntaram: "Como está a ação de busca e apreensão em sua casa?" Eu respondi: "Estou em uma reunião empresarial aqui em São Paulo. Estão com uma ação de busca e apreensão em minha casa?" Pedi licença a quem me comunicou e liguei para a minha casa; ao fazê-lo, pedi para a minha esposa que estava chegando - foi minha filha quem atendeu às pessoas que foram fazer a busca e a apreensão - que ela fizesse uma listagem de tudo e que não deixasse

que saísse nada sem uma lista. A invasão do meu domicílio foi feita de uma maneira lamentável.

Fui político estudantil. Quando eu tinha 15 anos, fiz moção de louvor a Ernesto Che Guevara*; tomei posições políticas, porque penso que é importante que o jovem participe da política, para que ele tenha uma consciência do País. Participei do Diretório da Escola de Engenharia na época da Revolução, isto é, logo após a Revolução, e o trauma que presenciei quando da invasão do Sindicato da PETROBRÁS na Bahia foi muito parecido...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo, porque essa história pode ser humanamente comovente, mas não responde à pergunta que fiz, depois perco minha oportunidade.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Senador, desculpe-me mas o que eu queria dizer a V. Exª era o seguinte: ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Talvez me comovesse por proximidade de pensamento, mas, aqui, no caso...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Estou ficando cada vez mais preocupado, porque não consigo obter a resposta, Sr. Presidente.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É que eu não conheço todos os documentos, Senador. Essa é a questão.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu gostaria de saber apenas como é que V. Sª obtinha aqueles ofícios. V. Sª recebeu uma porção de ofícios que estavam na sua casa; era feita uma solicitação formal da empresa? Quem lhe entregava esses ofícios?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tinha pensado que fosse algum ofício específico que V. Exª estava querendo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não, V. Sª tem todos os ofícios dos Ministérios. Quem lhe dava isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O nosso contrato, a nossa relação contratual com os clientes, os donos das obras, Senador, com o Estado, com o Município, eles, os clientes nossos - os que têm o contrato com a empresa - nos fornecem. Não sei se há algum mal a empresa que tem um contrato, ter uma carta da pessoa que está com o contrato. Ou seja, a relação contratante e contratado é normal.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Há 44 obras citadas nesse ofício; eram todas obras que estavam sendo executadas pela empresa? Essa resposta é importante, porque o Presidente Jarbas Passarinho encaminhou ofício às empresas envolvidas na investigação, para que informassem as obras que estão sendo realizadas com recursos do Orçamento da União. Mas como tem sido difícil obter as respostas é que lhe pergunto: todas as 44 obras, eu poderia...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu gostaria de ver o documento, se o Senador me permitir.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Vou citar 10 das 44 para V. Sª saber. São: Pirapama; Projeto Habitação, em Passarinho, em Pernambuco; Urbanização, em Penedo; Infra-estrutura Urbana, em Arapiraca; Esgoto, em João Pessoa; Esgoto, em Campina Grande; Adutora de Pedro II; Drenagem, em Natal; Esgoto, em Natal; Água,. em Valente; Abastecimento de água, em Valente; Adutora, em Candeal.

Citei algumas das 44, para não citar todas.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito, são todas nossas, Senador. Agora, tenho a impressão que a solicitação feita aqui na Comissão, no caso específico da Construtora Norberto Odebrecht já foi feita e encaminhada. Se V. Exª está se referindo à relação que foi solicitada. É isso?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sim. Última pergunta. Eu gostaria de - embora não querendo ser filho ou sobrinho - perguntar, quem é que escolhe ser sobrinho ou filho? V. Sª é quem escolhe quais as pessoas que vai adotar como sobrinho ou filho, ou algum Parlamentar chegou e disse: eu gostaria que o senhor fosse meu tio ou meu pai.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Senador, a pergunta...

O SR. EDUARDO SUPLICY - É que V. Sª foi quem definiu que é tio ou pai.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Retiro minha colocação, porque não foi feita nesse sentido, certo?

Coloco apenas que a responsabilidade de atender..., eu trabalho, nós trabalhamos descentralizados, e sou responsável por estender o apoio aos diretores regionais. Então, essa responsabilidade de apoiar ou mandar parar a obra ou reiniciar, é minha.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu gostaria de registrar que fiz a pergunta com a mesma seriedade com que V. Sª respondeu à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª por não prosseguirmos no campo da adoção.

Vamos adiante.

Se V. Exª pudesse evitar o direito de adoção seria bom.

Com a palavra Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sim, Sr. Presidente, muito obrigado a V. Exª.

Sr. Ailton Reis, além das questões que nosso Presidente acaba de sublinhar, de tios e pais, V. Sª fez uma afirmação realmente de tamanha importância para os trabalhos desta CPI, que não foi à toa que tanto o Relator, quanto o Vice-Presidente e o Senador Eduardo Suplicy, reiteraram a mesma indagação e o mesmo questionamento, também uma perplexidade a V. Sª a qual não posso fugir.

V. Sª justifica que os nomes colocados, as iniciais, ao lado de emendas relativas a obras, os percentuais ali colocados são, segundo informação de V. Sª, análise unilateral de V. Sª, cálculo unilateral de V. Sª, para contribuição à futura campanha. V. Sª traz, com essa afirmação, para nós da CPI, um quadro de perplexidade, porque a atividade de fazer uma emenda é, por princípio, uma atividade em que o Parlamentar tem de atender a uma exigência pública, a um interesse público determinado. V. Sª, certamente, como qualquer cidadão, reconhece isso como dever parlamentar. Mas, V. Sª reconheceu uma virtude especial em apresentar emendas ou ser relator especial ou ser um relator-geral: é que V. Sª, além de a pessoa do Parlamentar atender o interesse público, V. Sª sentiu, na sua avaliação - que é unilateral, segundo V. Sª afirma -, que a pessoa merece uma contribuição de campanha. E, pelo cálculo unilateral de V. Sª, certamente, essa pessoa, esse Parlamentar, alguns deles merecem vultosas contribuições para suas campanhas.

Eu até fico aqui a imaginar como é que V. Sª acha que o Ministério ou o Estado, que vai receber essa contribuição, possa fazer campanha. E mais: V. Sª, na lista que o relatório do Senador Bisol e do Deputado Aloizio Mercadante nos propiciou, colocou quase todos os relatores parciais das emendas que interessavam à organização para qual V. Sª trabalha, bem como o Relator-Geral, como merecedores também de uma contribuição para campanha, a tal ponto que, se o Relator-Geral viesse a receber todos os percentuais para cuja campanha V. Sª indicou querer contribuir, ele faria a mais estrondosa campanha da história da República.

Realmente é essa a explicação que V. Sª nos traz aqui ou há algo realmente que esses números expressam diferente do que V. Sª está nos dizendo?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Deputado Federal Vivaldo Barbosa, parece-me que a minha explanação não foi bem entendida. Então, se V. Exª me permite, eu gostaria de colocar duas questões que considero relevantes: a primeira é dizer que a Odebrecht não faz emendas; nós não temos esse direito nem essa delegação...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Nem eu afirmei isso.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito; mas é importante que eu ressalve isso porque ficou um pouco parecido. Então, quem solicita as emendas nossas são os governos...

O SR. VIVALDO BARBOSA - "Emendas nossas" V. Sª acabou de dizer?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não; dos nossos programas, está certo? Os nossos programas, as obras nas quais estamos trabalhando. Vou configurar um exemplo aqui bem claro sobre essa questão de emendas. Como explanou o ilustre Relator, acho que daria para contribuir um pouco com essa questão. E, logo em seguida, se V. Exª me permite, volto à questão...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Estou preocupado com o tempo. Eu gostaria que encarássemos a questão de frente para podermos avançar no tempo.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A definição de emendas não tem nada que ver com pagamentos. Jamais vamos pensar em uma situação dessa porque seria uma deformação; não existe isso; não existe de maneira... Reitero que não temos compromissos. Não prometi, não pago nada com relação a emendas, porque seria uma utopia, um contra-senso, seria desvirtuar todo um processo e nossa organização não se presta a isso. Gostaria que isso ficasse bem configurado nas minhas declarações, porque ela pode ser objeto de alguma interpretação diferente. Nós não assumimos nenhum tipo de compromisso nem propusemos, nem criamos ilusão com relação a esse tipo de assunto.

O que está configurado nesse documento são situações de caráter pessoal, porque vou alocar... previsão, futurologia. Esse percentual não tem nada que ver com o valor da emenda. Se eu determinar que...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Tem que ver com o quê, Sr. Ailton? Se não tem que ver com a emenda, está ao lado da emenda, ao lado do valor da emenda, tem que ver com o quê, então?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É que vou, no futuro, debitar ao programa e vou aprovisionar...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Esta é que é a razão, realmente, por que eu gostaria que V. Sª nos revelasse o seu pensamento sobre isto. Por que um deputado ou um senador, ao apresentar uma emenda, merece essa contribuição da Odebrecht?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não é essa a conotação que eu quis colocar. Quero voltar a dizer que a Odebrecht não faz nenhuma promessa, não assume nenhum compromisso...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Não questiono isto. Apenas por que a pessoa que apresentou a emenda merece a contribuição na sua campanha futura, segundo esse cálculo que V. Sª vai debitar à obra?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, essas simbologias existentes aí são de minha responsabilidade. Fui eu quem fiz. Como disse ao senhor, esses percentuais aí tem a ver com o volume de recursos que será destinado a um determinado Estado e, a partir dali, haverá desmembramento de percentual em relação àquele volume determinado para um processo de campanha, porque temos limitações.

Estamos aprovisionando 12 milhões de dólares para colaborar com a campanha, dentro de um processo previsto na lei eleitoral.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Como explicar que a cada emenda V. Sª alocou um percentual em relação ao Relator-Geral? Ele receberia de cada emenda uma percentagem na sua campanha?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Então, por que está este percentual relacionado à Relatoria Geral?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Está relacionado com a obra. Ele está relacionado com a obra, com o projeto e não com a Relatoria.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Mas V. Sª...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A Relatoria...

O SR. VIVALDO BARBOSA - ... caprichou em destacar a Relatoria. Além da obra em si, caprichou em especificar a Relatoria.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu quis determinar... Isso é uma simbologia em função das possibilidades de fontes de recursos que um determinado programa possa ter. Não tem correlação direta com o nome das pessoas e, sim, um aprovisionamento de recursos de campanha.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Segundo o que está aqui - diversos exemplos que podemos pegar, inclusive aqueles que o Relator-Geral pegou -, além do Relator-Geral, V. Sª também colocou a emenda parcial com percentagem; pela liquidez, outra percentagem; no Estado, outra percentagem. Já que V. Sª tinha apenas a intenção de debitar aquela obra, por que esta riqueza de detalhes?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Porque eu vou fazer uma avaliação da estrutura do contrato em função do volume de ingressos que ele propiciar, seja através de fontes do Estado, seja através de recursos do Tesouro.

Deputado, é importante que eu dê um dado ao senhor: a participação da Odebrecht no Orçamento da União é de apenas 10% do seu faturamento no Brasil. Então, a nossa organização e a minha pessoa estão, neste momento, sujeitas a um nível de desgaste em que o custo/benefício disto realmente não compensa, porque estamos sendo objeto de um questionamento muito maior, muito mais profundo, para uma participação pequena no processo orçamentário. A questão orçamentária...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Desculpe-me, Sr. Ailton, acho que não há questionamento da participação da Odebrecht no processo orçamentário. O questionamento é por que em cada obra que a Odebrecht consegue contratar, ela aloca um percentual vinculado às pessoas que fizeram a emenda naquela obra. Este é o questionamento.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Deputado, não há vínculo da pessoa que emendou a obra, não há vínculo com a pessoa que emendou a obra. Não há...

O SR. VIVALDO BARBOSA - As iniciais das pessoas que fizeram a emenda nas obras não tem nada a ver então?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Isso aí é uma simbologia de caráter pessoal de que assumo a responsabilidade. Seria um crime eu dizer que isto está vinculado a uma determinada pessoa que eu nem conheço, nunca estive com a pessoa. Não posso afirmar ao senhor uma coisa que não existe.

O SR. PRESIDENTE - (Fazendo soar a campainha)

O SR. VIVALDO BARBOSA - Estou encerrando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estou encerrando é vago. Eu queria saber quando vai encerrar.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª vai concluir que estou encerrando. Esta foi realmente uma das questões. A outra questão fundamental que traz inclusive V.Sª aqui é a de que, pelo relatório, teria sido constituída uma sociedade secreta ou, segundo os criminalistas, e temos tantos ilustres ao nosso lado, seria uma **societas sceleris** para a prática de violações, as boas práticas parlamentares e orçamentárias.

Há um documento em que V. Sª relata, parece que é uma ata que V. Sª fez da reunião do dia 06.10.92 em que há a participação de diversas empreiteiras nesta reunião. Esta reunião foi destinada a quê? Qual o objetivo?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu gostaria de conhecer a ata a que o senhor se refere.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Algum funcionário poderia levar... Acho que há um funcionário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Daqui a pouco, V. Exª estará conivente com o depoente, pelo menos, na troca de papéis, na cortesia.

Está faltando realmente alguém. O Dr. Panicea não prestou atenção, mas estava ocupado por um correligionário de V. Exª. (Pausa.)

Deputado Vivaldo, já vamos também para...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, não me recordo desse documento e poderia, depois, encaminhar uma posição para o senhor.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Porque realmente esse documento é muito central ao relatório e é o único documento onde aparecem as indicações de diversas empreiteiras de uma reunião para definir o objetivo comum.

Nesse objetivo comum é que estamos realmente interessados e são diversas empreiteiras, com seus respectivos representantes, numa reunião em que o documento...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Está muito apagado. Ele é do dia 6.10.92 e o que pude depreender é que se trata de uma reunião para tratar do assunto de concessões. Esse assunto de concessões, no caso, que não é o assunto da Ponte Rio-Niterói porque quando me referi ao assunto com o Senador Eduardo Suplicy, falava da Ponte Rio-Niterói e acredito que o Senador entendeu, essa reunião é sobre concessões...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Concessões de quê? Estradas? Pontes?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tenho a impressão de que se trata de estradas.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Privatização de estradas?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Exatamente.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Então, essas empreiteiras se reunirão, segundo V. Sª. está informando, não para licitação, mas para participar do processo de privatizações.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Na realidade, o processo de privatização no Brasil é algo muito novo e quase todas as empresas têm o interesse de conhecer a tecnologia que é muito recente e se troca, se intercambiam informações, já que todos querem ter oportunidade de participar do processo de concessões. Veja-se o número de participante que teve na Ponte Rio-Niterói e nos programas da Rodovia Rio-São Paulo, mas foi especificamente sobre assuntos rodoviários.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Teria muito mais questões para talvez o depoente não responder, mas realmente não posso fazê-las mais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Essa é a angústia de todos, Deputado. Todos gostariam de ter muito mais tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Freire.

O SR. FERNANDO FREIRE - Sr. Ailton Reis, sem desejar ser repetitivo, observa-se nos documentos que há uma graduação de percentagens relativas a emendas parciais, por exemplo, X por cento, Relator-Geral, Y por cento, liquidez, Z por cento e assim por diante.

V. Sª poderia explicar, sem desejar ser repetitivo, com clareza, o que significa isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O ilustre Deputado Fernando Freire se refere a aquilo que está sendo tratado pelo...

O SR. FERNANDO FREIRE - Precisamente.

Refiro-me àquilo que consta naquela documentação que V. Sª tem em seu poder.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A relação de percentual existente não tem nada a ver com o compromisso, solicitação, promessa ou pagamento a quem quer que seja, porque sabemos todos, os senhores mais do que eu, que o Orçamento é uma questão autorizativa, é uma questão teórica.

Não existe esse tipo de compromisso. Nenhuma empresa séria trabalha com compromissos de emenda. Essa questão de responsabilizar o projeto com relação a uma previsão futura de valores que serão destinados ao processo de campanha eleitoral.

Esse percentual se aplicará ao montante que ficar consignado para aquele Estado e para a relação parlamentar que ficar definida. Essa é a teoria.

O SR. FERNANDO FREIRE - Dr. Ailton, V. Sª vai me permitir extrair um caso específico. Esse caso é relacionado ao Rio Grande do Norte, à Barragem de Oiticica. V. Sª parece-me que tem em seu poder esse papel.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Às perguntas já feitas podem ser recusadas novas respostas.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Pois não, ilustre Deputado.

O SR. FERNANDO FREIRE - Dr. Ailton, V. Sª vai verificar que tem emenda parcial - 3%, Barragem de Oiticica, Rio Grande do Norte; Relator-Geral - 3%; DNOCS - 2%; Estado - 1% e Brasília aparece dentro de um conjunto totalizando 6,5%.

Pergunto a V. Sª o seguinte: todas essas siglas embutidas referem-se a Parlamentares, apenas a Parlamentares?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essas siglas não se referem a Parlamentares, não têm analogia, Deputado. São questões de simbologia que dizem respeito a um problema de uma previsão a ser proposta à empresa, quando tiver que decidir o processo de campanha. Se quisermos fazer relação aqui com o Parlamentar, com o compromisso de valor de emenda, não vamos conseguir porque eu seria um tremendo irresponsável se permitisse. Não posso, não tenho esse direito. Nossa organização não tem esse direito e eu não posso dizer uma coisa que não existe.

Então, esses papéis são rascunhos feitos em minha residência. Reitero : é unilateral. Já pedi desculpas, em meu pronunciamento, a Parlamentares que foram citados; Parlamentares que nem conheço e que não têm nada a ver com essa questão de pagamento. Se não houver um convencimento disso, acho que só com a abertura das contas, como é o caso da minha, que já está aberta, é que se pode checar essa posição. Não há como querer vincular um tipo de compromisso que não existiu, seria uma temeridade, uma infelicidade. Essa questão aqui é uma infelicidade total da qual assumo a responsabilidade. Mas não posso, de maneira nenhuma, ser irresponsável. Citações de nomes, de percentuais que existem aqui não podem ser utilizados para vincular qualquer compromisso porque seria, de minha parte, um crime.

O SR. FERNANDO FREIRE - Dr. Ailton, só para esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só queria fazer uma recomendação aos meus nobres pares: não é cabível que se repitam as perguntas sistematicamente. Não estamos aqui numa sistemática de fazer perguntas para ver se as respostas acabam levando o Depoente a contradições.

Várias vezes já foi feita a pergunta sobre valores relacionados com emendas e nomes ou iniciais. Seria mais interessante se essas perguntas tivessem alguma novidade a respeito do assunto.

O SR. FERNANDO FREIRE - Está havendo, Sr. Presidente, um interesse na pergunta anterior, que se tratava, na verdade, de inquirir o se essas siglas indicavam apenas e tão-somente parlamentares. Eu gostaria de saber se continha nessas siglas não-parlamentares também.

Era essa a razão da pergunta.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito. Ela é de cunho político, ao nível estadual e federal. Os prováveis futuros parlamentares não têm conhecimento desses raciocínios colocados nesses documentos.

O SR. FERNANDO FREIRE - Perfeitamente, Dr. Ailton. Existem aqui também, nesse papel, duas obras indicadas nesse documento manuscrito. Uma se refere à Adutora Pedro II, no Piauí, e a outra à drenagem da zona sul do rio de Natal. Indicam emenda parcial JLM, que foi interpretado por esta Comissão como de autoria de um Deputado. Entretanto, por pesquisas realizadas, só encontrei, em 503 Deputados, um parlamentar com tais iniciais, e esse parlamentar não é autor de nenhuma dessas emendas para essas obras e sequer pertencia à Comissão de Orçamento em 1992/93.

O que V. Sª poderia informar sobre isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Efetivamente V. Exª está constatando uma coisa que eu venho dizendo: não há relação entre emenda/percentual e parlamentar. Não existe isso.

Em alguns momentos, V. Exª encontra rubricas, encontra um determinado nome que são simplesmente situações dentro' dos meus pensamentos de identificar parlamentar regional que possa apoiar o programa, por solicitação do cliente, do dono da obra.

O SR. FERNANDO FREIRE - Então, Dr. Ailton, nós podemos concluir, finalizando, que V. Exª afirma que esses tais percentuais significam uma indicação de auxílio para a campanha do próximo ano, sem prévio entendimento com os parlamentares citados nos documentos. Essa conclusão é correta?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa conclusão é correta e - permita-me só para complementar - sem aprovação e conhecimento da Organização. Seriam proposições futuras num processo de avaliação que eu estava fazendo e concluindo. Não houve solicitação, não houve promessa, não houve pagamento, até porque não poderia existir.

O SR. FERNANDO FREIRE - Já conclui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Ailton, faça o favor de responder à seguinte pergunta inicial: V. Sª está investido e falando em nome da Odebrecht ou em nome pessoal?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado Roberto Rollemberg, eu fui convocado como pessoa física e integrante da Organização Odebrecht. Naquilo que me compete, estou como pessoa física e, quanto à Organização, o que me disser respeito eu responderei.

Eu não posso falar pela Organização, pela construtora como um todo.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Muito obrigado. É porque depois vou pedir algumas coisas de V. Sª e eu queria saber se é o Sr. Ailton que está me respondendo ou a Odebrecht.

Outra coisa que eu queria saber, para certificar as minhas perguntas: a Bandeira brasileira é o símbolo nacional, o nome é Brasil, eu não entendi bem a sua simbologia com nomes. Na última pergunta do Deputado Fernando Freire, V. Sª chegou próximo. Se simbólico ou não, V. Sª lembrou de determinado nome; porque não entendi bem simbologia com nome escrito. Eu queria saber o que é que, simbolicamente, esses nomes significam para o senhor.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não há declinação de nomes.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Estão escritos nos papéis nomes de Deputados.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu gostaria de ter conhecimento do papel a que V. Exª está se referindo.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Como ninguém se referiu a nomes, também vou continuar como os colegas, não me referindo. Mas nos documentos que V. Sª leu, existem nomes e, na frente, os percentuais.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Vou tentar atender à solicitação de V. Exª: segundo me recordo, um dos primeiros documentos que o Relator me entregou aqui tem nomes e, do lado, percentuais, e há nomes sem percentual. Esses percentuais...

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Quero saber dos nomes. São símbolos com nome?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, são nomes. Só está nominado.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Isso significa coisas.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não entendi a pergunta do ilustre Deputado.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - É muito simples. Tenho a impressão de que dei um exemplo claro. A bandeira é símbolo nacional, o nome é Brasil. O senhor coloca nomes de deputados com percentuais e informa que isso é uma criação simbólica.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Naquela parte que se refere aos nomes, afirmo a V. Exª que foi identificação de parlamentares que, futuramente, poderiam ser apoiados em suas campanhas. Eles, inclusive, não sabem. Peço mil desculpas por isso, pois vários deputados citados nesse documento não têm nenhum conhecimento, nem me conhecem. Trata-se de documentos internos que foram tirados da minha casa, com a maior violência que uma pessoa pode sofrer.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Não entramos num acordo sobre símbolos e nomes, além do que V. Sª não está investido de autoridade para falar em nome da Odebrecht. Está falando sobre aquilo que é pessoal, que V. Sª pode informar, e em defesa da Odebrecht.

Sr. Ailton, de 1989 a 1993, a Odebrecht teve ou tem obras em execução em todos os Estados ou há algum Estado em que não esteja presente?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Se bem entendi a pergunta do ilustre Deputado, V. Exª deseja saber, de 1989 para cá, quais são as obras, em cada Estado, que a Odebrecht teve. Em que nível: municipal ou estadual?

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Em todos os Estados.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não temos.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Quais são os Estados em que V. Sª não teve nenhuma obra, de 1989 a 1993?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É muito difícil eu conseguir me reportar ao ano de 1989. Entretanto, posso encaminhar um quadro, se V. Exª me permite, para não incorrer no risco de fornecer alguma informação que não corresponda à verdade.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Solicitaremos por escrito ou, nesta oportunidade, já consignados, se V. Sª se comprometer a informar.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Comprometo-me a encaminhar.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - A empresa tem o nome das emendas que geraram recursos que estão sendo aplicados nas obras da Odebrecht?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Desculpe-me, Deputado, não entendi a plenitude da pergunta.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Um de nós dois está complicado. Quais são as emendas de Orçamento que geraram os recursos que estão sendo utilizados pela Odebrecht, de 1989 a 1993? É difícil para V. Sª responder, mas gostaria do seu compromisso de encaminhar isso à Comissão.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tenho esse material constando da parte que foi apreendida em minha casa. Essa questão orçamentária - como coloquei - representa cerca de 8% nos dois últimos anos e representava cerca de 2% durante o ano de 1991; 1990 pode ter 1% ou 2%. Acho que é possível ter isso em 1991, 1992.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - O que V. Sª tiver pode encaminhar à Comissão.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tão logo tenha acesso aos documentos que foram retirados de minha casa, os quais não tive ainda oportunidade de checar, sem dúvida alguma, terei condições de apresentá-los.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Eu gostaria que V. Sª entendesse que queremos obter essas informações porque hoje, no País, existem muitas pessoas interessadas em desmoralizar o Congresso Nacional, todas as empresas nacionais, as empreiteiras e construtoras. Contudo, sabemos da importância, principalmente da engenharia nacional, perante o mundo e não gostaríamos também que todas as empresas fossem chamadas de corruptas, como, geralmente, fala-se dos políticos todos. Queríamos separar as coisas. Como a Odebrecht não está sob investigação, mas tem obrigação nessa luta contra a corrupção de ajudar a CPI, eu queria que V. Sª mandasse pela Odebrecht esses dois requerimentos que eu fiz.

Vou concluir, Sr. Presidente.

Quando V. Sª fala que há uma projeção para uma colaboração futura das campanhas eleitorais, existe um documento, dentre esses apreendidos da sua casa, em que políticos pedem antecipação de recursos que V. Sª diz que são legais, que é legal essa perspectiva de colaboração. Mas existe documento em que se pede antecipação de receita para campanha eleitoral. V. Sª tem conhecimento desse fato, não o nome?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Deputado, quanto a esta questão, eu gostaria de retificar uma posição e responder a pergunta do senhor objetivamente. Em primeiro lugar, essas intenções de contribuições futuras não é uma posição da Odebrecht, é uma posição minha para a Odebrecht. Não foi aprovada, porque será avaliada futuramente, só para efeito de... Quanto à questão levantada e amplamente noticiada pela imprensa, é altamente lastimável que ela tenha sido colocada da forma como foi, porque foi uma condição de interpretação unilateral. Aquela solicitação nunca existiu, foi uma posição do regional que me encaminhou, e eu ao fazer, aí sim, uma relação que não apareceu em lugar nenhum, não sei por quê. Mas existe uma relação, esta sim nominal, para

apreciação de nomes. Jamais poderia uma pessoa da envergadura, do nome, da competência, que é um símbolo nacional... Realmente, acho lastimável que, em nosso País, procure se fazer danos com coisas desse tipo. O que houve ali foi muito mais uma força de expressão, de desejo do nosso pessoal regional do que uma solicitação.

Eu repudio na íntegra e acho lastimável que possamos ter pessoas de envergadura...É um patrimônio nacional que tem que ser preservado. Infelizmente, o pior disso tudo é que, perante o senhor ou perante o Brasil inteiro, sou o causador disso, porque invadiram a minha residência.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, vou encerrar por aqui, porque não queremos citar nomes - e ele quase citou nomes. Mas é realmente em defesa dos símbolos nacionais que queremos apurar quem é responsável ou não, independente de partidos, siglas, etc. Também isso é válido para as empresas nacionais. Elas precisam se livrar da corrupção, como precisamos nos livrar da mesma.

Quero reiterar os dois pedidos, que é o da comunicação das emendas ...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - E serão atendidos.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - ...que geraram recursos e que caíram na Odebrecht e o pedido para que V. Sª levasse a comunicação pessoal de nós Deputados à direção da Odebrecht. Da próxima vez que um funcionário, engenheiro, a quem homenageamos, comparecer a CPI, o Presidente da Companhia deveria se colocar à frente e se oferecer à CPI para vir responder em nome da empresa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Ailton. Estamos aqui ouvindo já a terceira ou quarta vez S. Sª dizer que os documentos foram violentamente retirados da sua casa. Estamos trabalhando com esses documentos. A CPI, através desta Mesa, não baixou nenhuma diligência nesse sentido. Pergunto ao depoente se esta violência está atribuindo à CPI ou a quem.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa violência, que vai ficar registrada na História de nosso País, quer a gente queira ou não, é debitada à Polícia Federal, com a participação clara, efetiva - porque os jornais colocaram o ilustre Senador Bisol, que não conheço - saindo de dentro da minha residência carregando todos os documentos. Então, não posso, de maneira nenhuma, considerar que isso foi a posição de uma CPI; não tenho conhecimento para tal e nem acredito que a CPI, com as pessoas de responsabilidade que têm aqui, autorizaria um ato arbitrário desse. Considero que é de responsabilidade e estamos cobrando isso na justiça.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Da CPI não partiria jamais nenhum ato de arbítrio. Agora, quando o Delegado faz uma apuração paralela à da Comissão Parlamentar de Inquérito, se ele foi à casa de V. Sª, foi certamente, no que estamos entendendo, com o documento suficiente para poder lá entrar, o mandado de busca e apreensão. De maneira que, quanto a isso, gostaria que deixasse bem claro aqui que, a partir da iniciativa que tomou o Senador José Paulo Bisol de copiar todos os documentos, não temos aqui nenhuma razão para aceitar - se houvesse -, da parte do Dr. Ailton, qualquer tipo de acusação de prática de violência pela CPI.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Dr. Ailton Reis, V. Sª disse nesta Casa, nesta Comissão que sofreu uma violência. Devo dizer a V. Exª que também, em parte, sofri uma violência, porque fui levado por esta Comissão, desde quarta-feira, praticamente, a dispensar meu trabalho em outras áreas para examinar a documentação apreendida em sua casa. Devo dizer que dividi aqueles documentos, porque o volume era muito grande: havia documentos de ordem interna, organizacional da empresa, normas de comportamento, maneira de fazer - como aquele livro americano **Como Fazer Amigos e Conquistar Pessoas** -, como se aproximar, de produzir condições de se formar uma cadeia de solidariedade em favor daquela empresa.

Naquela oportunidade, trouxe para esta Casa uma série de documentos, os quais fiz chegar ao seu Presidente Jarbas Passarinho como uma supersíntese de relatório, onde eu dizia isso que acabo de dizer.

Mas, chamava a minha atenção três tipos de documentos encontramos: um diz respeito intrinsecamente à função da empresa; outro, sobre Parlamentares que seriam colaboradores e que, portanto, não recebiam nenhuma propina ou qualquer coisa desse tipo, mas que esperavam no futuro, uma ajuda na sua campanha estadual ou municipal; e outros que diziam que era preciso até fazer uma coaptação com alguns Deputados da oposição e cita nomes - não vou citar nomes -, para que eles ficassem menos "denuncistas", criassem menos problemas, para que as coisas corressem melhor. Ora, em tese os documentos foram esses, ao lado de uma anotações que V. Sª reconhece da sua firma, que me fez passar uma noite com uma lente de aumento, procurando decifrar aqueles nomes e aquelas siglas, chegando a um número razoável, um número que me surpreendeu.

Dr. Ailton, isso deixou-me muito confuso, porque pareceu-me que os contatos da Odebrecht tinham uma densidade muito maior do que aquela que esperávamos, inicialmente, nesta Comissão.

Ao lado disso, encontramos alguns documentos interessantes, por exemplo: era a alta capacidade executiva, digamos assim, da empresa de ser informada a tempo e à hora de tudo. Tem aqui um documento do Dr. José Carvalho, comunicando a V. Sª "notas para desembolso da CEF". Diz como seria feito o desembolso, o índice de frustração e, para minha surpresa, o Amapá e Pernambuco não sofreram nenhuma frustração por parte do desembolso da CEF.

Logo em seguida, vem do SDR uma informação interessante: "obras de drenagem e pavimentação do sistema viário de Recife". Segundo informações de Cássio Fernando, essa obra é 66% da OAS e 33% da CNO. Ora, somando 66% com 33%, parece-me, dá 99%. Perguntaria também: esse 1% ficaria por conta dessa possível ajuda, que já não seria compatibilizada na empresa? Se V. Sª me permitir, vou fazendo as perguntas ou V. Sª prefere responder?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Gostaria de responder, porque não tenho a vivência parlamentar, então fica difícil para mim. Não tem nenhuma correlação.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Esse 1% desaparece como?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu não sei a que se referem esses percentuais.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - A obras de drenagem e pavimentação nos canaviais de Recife.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Mas é físico, ou é financeiro...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Valor total.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu poderia ter acesso ao documento?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Poderia, mas eu tenho uma pergunta a fazer em seguida, que diz respeito ao meu Estado: em 1991, ou seja, um ano antes, um relatório da nota da Segunda Reunião sobre o Orçamento-Geral da União - 1991 diz assim:

> "Pólo Cloroquímico: o Governador J. A. está disposto a priorizar o Pólo, porém aguarda uma proposta de mudança do projeto, para, em 1992, estar o projeto priorizado, com Cr$ 10.774.293.200,00? (dez bilhões setecentos e setenta e quatro milhões duzentos e noventa e três mil e duzentos cruzeiros)."

Pergunto então a V. Sª: essa priorização, essa mudança dependeu de entendimentos com a Odebrecht ou são entendimentos com o Poder Executivo? Como V. Sª me informa isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Respondendo à pergunta do Senador Francisco Rollemberg, o Projeto do Pólo Cloroquímico de Sergipe foi priorizado pelo Governador e obteve das autoridades o respectivo endosso, coisa que não ocorria anteriormente; inclusive, eu vivi de perto esse problema da priorização do Pólo, porque todas as ações institucionais foram feitas anteriormente.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Das quais participei...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Das quais V. Exª participou. Havia uma animosidade muito grande, de caráter político, para levar à frente o Pólo Cloroquímico de Sergipe. Não sabemos o porquê, mas não havia interesse político do Governo federal no deslanche do Pólo Cloroquímico de Sergipe. Ficamos satisfeitos com as ações do Governo que permitiu, num processo de prioridade, deslanchar o Pólo, que veio, como V. Exª deve saber...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Houve então uma mudança na proposta do projeto, e esse ponto pertencia à priorização; mas V. Sª não sabe qual é?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O que eu sei é que realmente havia animosidade contra o projeto; não havia interesse em que fosse implantado em Sergipe um Pólo Cloroquímico; depois, com as ações do Governador João Alves, isso mudou, e a obra saiu.

Se V. Exª me permite - não sei se é o caso -, nós reiteramos o nosso direito de acompanhar, junto aos setores competentes, efetivamente, com os nossos contratantes, todos os programas. A Organização jamais negou isso. Sempre os acompanhamos. Posso, inclusive, afiançar a V. Exª que hoje estamos num tremendo drama, porque se não houver definições, teremos um processo de paralisação da maioria das obras, de agora até o mês de março.

Portanto, mesmo com um processo de acompanhamento, não sabemos se vamos parar, se vamos demitir o pessoal. Esse é o grande drama do empresariado. Não temos uma definição sobre se vai haver recursos para trabalhar em dezembro, janeiro, fevereiro e março; o que vamos fazer? Esse é o grande problema que o ilustre Relator colocou aqui como uma contribuição nossa. Com acompanhamento, estamos tendo esse problema; imagine sem o acompanhamento: talvez as obras parassem o ano inteiro; vão parar metade das obras no Brasil inteiro daqui até março, do jeito que as coisas estão, por falta de definição.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Mas então V. Sª afirma que a CNO não tem emendas no Orçamento; ela não propõe, não sugere, não participa disso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A Odebrecht acata, aceita e apóia as decisões do seu cliente: quem tem o direito de definir, priorizar é o contratante, é o cliente.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Mas estou perguntando isso porque tenho em mãos uma lista de emendas, em que se diz: "Lista de emendas da CNO", e é de um determinado Ministério. Vem a relação dos parlamentares que apoiaram o MINTRA, Furnas, LL, e por aí vai. V. Sª disse que a Odebrecht não tem nada a ver com essas emendas?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esse vício de linguagem que todos nós às vezes empregamos é questão de um processo de educação; ninguém é dono

de emenda. Os parlamentares é que têm o dever, a obrigação de propor, em função do conhecimento pleno e amplo das prioridades do Estado ao qual ele está locado.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Queria lembrar ao senhor que há um fato interessante: ao lado das emendas dos parlamentares, eu tive acesso a um documento, em que estavam relacionadas uma série de obras, que dizia "apoiadas por...". "Apoiadas por..." já não eram apoiadas por parlamentares, governadores e pessoas outras que até não tinham mandato parlamentar.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É natural, ilustre Senador, que um programa sendo prioritário no Estado, todas as pessoas que têm projeção política, que têm compromisso com a comunidade, queiram ver aquele projeto deslanchar. Eu tenho certeza que o senhor irá defender os programas de Sergipe, independentemente do partido político que o senhor apóia, porque, em Sergipe, se as forças políticas, pela sua dimensão, não saírem em busca do seu Estado, seria lastimável.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Para a minha alegria, as forças políticas de Sergipe sempre se unem em torno de seus interesses.

Mas, para finalizar, há uma nota para reunião do dia 28/09/93:

"Apoio político do Nordeste. Governos estaduais. Seremos forçados a participar, em apoio a candidatos, para aqueles Estados onde estamos trabalhando, visando:

- Priorizar os nossos projetos em andamento, e que terão continuidade no próximo governo;..."

Certamente não creio que sejam aqueles devaneios do senhor de anotar assim ao lado do papel, na borda do papel.

"...- Dar liquidez aos nossos créditos futuros e passados;

- Contabilidade em função do passado;

- Confiabilidade em função do passado, para que os vícios não venham a ocorrer.

E há uma declaração aqui que foi motivo de celeuma, semana passada, porque o senhor Miguel Arraes veio solicitar ao Sr. Presidente Jarbas Passarinho um documento para confirmar que ele, em nenhum momento, pedira qualquer subvenção ao Emílio Odebrecht. Aqui, neste item "a", no momento, temos o pedido de Miguel Arraes, que está com uma campanha na rua e diz estar precisando de apoio mensal até janeiro. O orçamento mensal da despesa é de 30 mil dólares, e pede uma parte desse total. Ainda há a observação: "Ele está enquadrado na observação "d". Nos demais Estados" - para a minha alegria, e certamente para a alegria de V.Exªs -"não houve pressão ainda". Mas, o documento que eu vou passar a V. Sª para que reconheça se é de sua autoria, cita um grupo de parlamentares: "deputados amigos que nos apóiam em CPIs, projetos, emendas, etc, sem cobrar, e esperam apoio nas eleições". Vêm alguns nomes e depois ele diz: "necessidade de composição com alguns, em função de reduzir áreas de agressão".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito a atenção do Plenário. Estamos dando hoje, aqui, a impressão muito desagradável de que cada um só presta atenção a si próprio, quando pergunta. Nós estamos ouvindo perguntas importantes.

Continue, por favor, Sr. Senador.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Continuando: "Necessidade de composição com alguns, em função de reduzir áreas de agressão" - e cita dois deputados. "Observação: é provável que surjam mais alguns nomes, no decorrer do processo, que não tenham sido aqui referidos. Em nível de deputados estaduais (teremos que apoiar alguns ex-secretários, entre parênteses), os valores serão pequenos, em relação aos federais".

V.Sª reconhece este papel como um dos papéis que foram detidos na sua casa, e que foi motivo de algum devaneio, de alguma elocubração, de uma preocupação para as próximas eleições?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esse documento, Senador, como já coloquei aqui anteriormente, ao chegar em minhas mãos foi engavetado, porque o seu conteúdo não corresponde. Não houve essa solicitação. O que houve aqui foi um desejo da pessoa que me encaminhou isso. Ao ler e tomar conhecimento, engavetei, porque, como expliquei aqui anteriormente, tenho duas residências, uma em Salvador...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - V.Sª permite que eu o interrompa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Claro.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - V.Sª, para salvaguardar o bom nome do nosso colega Miguel Arraes, por que não dá o nome da pessoa que levou esse documento? Não seria interessante, porque, aí, V. Sª salvaguardava o nome do Miguel Arraes.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A pessoa que me encaminhou isso é da nossa Organização. Como foi encontrado em minha casa, o responsável sou eu, que me retrato perante o ilustre Deputado Miguel Arraes, que considero um patrimônio do nosso País. Duas mil desculpas ao Deputado Miguel Arraes.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Finalmente, Sr. Presidente, vou encerrar, porque creio que o Sr. Relator já usou bem da palavra, os outros colegas que o antecederam também o fizeram, outros terão algumas perguntas a fazer.

Quero dizer a V. Sª que fiquei perplexo com um fato: foi denunciado ao Brasil, à Nação, que a Odebrecht comandava um **holding** de empresas, e eu esperava, ao examinar essa documentação, encontrar documentos comprobatórios de que a Odebrecht comandava um **holding**, certamente com documentos de outras empresas. Ora, não encontrei esses documentos.

V. Sª acredita, então, que há um **parti pris**, há alguma indisposição para com a Odebrecht neste instante?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - *Considero que foi uma* coisa lastimável, talvez o volume de documentos, a falta de conhecimento da Organização levaram a uma precipitação. Talvez se tivesse sido convidado para prestar algum esclarecimento, essa configuração pudesse não ter se deformado, porque a nossa Organização tem feito grandes coisas pelo nosso País.

Estamos pagando um ônus muito grande aqui e lá fora. Isso interessa muito a uma Empregiro(?), a uma Grand Lavor de Marseille (?), a uma Spimbatioli(?), a uma Enterprise(?), a uma Scanças(?), da Suécia. Todas as empresas, hoje, que atuam, não só na América Latina, como na África, nos Estados Unidos, têm interesse em cortar o crescimento da Odebrecht, porque nós investimos no mercado externo para sobreviver, treinar recursos humanos e poder conviver com a recessão brasileira.

O que pedimos é que haja o reconhecimento, que nos ajudem a levar o nome do Brasil para fora.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Dr. Reis, finalmente, eu só queria acrescentar: V. Sª, com seus devaneios, cria um problema muito sério para este País. Consegui, através de lentes, como disse, identificar quarenta nomes e várias siglas. Veja V. Sª que problemas criou quando não explicou bem. Temos, por exemplo, TV, não sei o que é isso, JF, ML, PL, GULL-PT, por aí vai, ET, JF.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Senador, é a minha privacidade, esses documentos são rabiscos internos meus que vieram à público, não sei com que intenção, entendo que não contribui. Sou uma pessoa séria, honrada e trabalhadora. A Organização Odebrecht vem contribuindo com o nível de emprego e com um Brasil moderno. Não merecemos isso que está sendo feito. Lastimo e peço desculpas, mais uma vez, a todos os políticos que estão mencionados ou ...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Então, V. Sª entendeu minha pergunta anterior. Porque a minha preocupação é que, em sendo uma **holding**, não tendo encontrado nada que imaginava, V. Sª diz estar ocorrendo com a Odebrecht nesse instante.

Finalmente, a última pergunta: V. Sª, pessoalmente, está sendo perseguido?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tenho mania de perseguição, Senador. Agora, quem me conhece sabe que esse é um fato inusitado, difícil de perceber qual é a intensidade, o que houve realmente. Fico estupefato que uma pessoa que tem vinte e cinco anos fazendo engenharia...se se pedir o atestado aos CREAs deste Brasil inteiro, de Santa Catarina até o Rio Grande do Norte, onde executei obras, diretamente... Então, não mereço o que está sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concluiu?

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, V. Exª permitiria formular uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Qual é o artigo? Qual é o artigo do Regimento que V. Exª gostaria...

O SR. NELSON TRAD - Preliminarmente, Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª que me ajudasse na identificação do artigo, mesmo porque não sou um computador regimental. Mas V. Exª me ajudaria, no sentido de apontar se estou ou não andando nos caminhos legais do Regimento. Trata-se de uma dúvida a respeito da validade desta audiência pública que estamos realizando, caso o depoente insista na afirmação de que os documentos que estamos hoje sustentando para validade dessa reunião, não foram colhidos **manu militari**. V. Exª, evidentemente, explicou que a CPI não tomou a iniciativa de colhê-los, mas ficou de forma desconfortável para todos nós a omissão. Aí é que vai minha questão de ordem, para que a Mesa declame à Nação a respeito da validade dessa prova emprestada pela Polícia Federal. Se ela, a prova, foi colhida mediante mandado de busca e apreensão domiciliar - que reconheço traumática pela expressão profissional e social do ilustre depoente - por um despacho de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, íntegro, sereno, equilibrado, o Ministro Moreira Alves. É do conhecimento da nossa Comissão, este fato oficial, que esta prova emprestada tem origem hígida para que possibilite a identificação da idoneidade da nossa audiência nesta tarde?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Art. 403 do Regimento do Senado diz:

> **Art. 403** - Constituirá questão de ordem, suscitável em qualquer fase da sessão, pelo prazo de cinco minutos, qualquer dúvida sobre interpretação ou aplicação deste Regimento.
>
> **Art. 404** - A questão de ordem deve ser objetiva, indicar o dispositivo regimental em que se baseia, referir-se a caso concreto relacionado com a matéria tratada na ocasião, não podendo versar tese de natureza doutrinária ou especulativa.

E cabe à Mesa decidir a questão de ordem se não houver quem a contradite. Não é o caso, me parece.

A CPI como Comissão Parlamentar de Inquérito significa, portanto, a sua Mesa Diretora, não havia tomado conhecimento desses fatos senão depois que ele ocorreu. A CPI não teria nenhuma dúvida, também, de solicitar a autoridades oficiais se fosse necessário o mandado de busca e apreensão. Tudo me leva a crer que se tratou de uma delação, uma denúncia, que foi depois objeto por parte do delegado dessa iniciativa.

A informação precisa que tive, e portanto não poderia pôr em dúvida, partida do nobre Senador José Paulo Bisol, é que foi preterida pelo Ministro Moreira Alves. Foi o

Ministro do Supremo que determinou o mandado de busca e apreensão, o que pode, entretanto, ser verificado depois.

O SR. NELSON TRAD - É o que nos basta para a tranqüilidade da continuidade dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tranqüilidade nossa. Pelo menos eu acho que não vamos nos confundir aqui como uma Corte atrabiliária que não é

Agora, relativamente à pergunta do Senador Francisco Rollemberg, é que achei importante nesse momento, Dr. Ailton, é a primeira que se diz aqui um nome completo, que vem sempre para mim. Recebo sistematicamente, aqui, solicitações de pessoas, cujos nomes foram de qualquer modo lançados, ao conhecimento da Nação brasileira, inclusive pela televisão, que se sentiram ofendidos, estão entrando com uma ação contra a Odebrecht. No momento mesmo recebo uma comunicação do nobre Senador Teotônio Vilela Filho, que diz que ajuizou contra a Construtora Norberto Odebrecht perante a Justiça do Distrito Federal, requerendo seja aquela empresa notificada judicialmente, que será processada criminalmente e responderá civilmente pelos danos morais e materiais decorrentes do envolvimento do meu nome - que é o dele - em documento apócrifo encontrado entre a documentação apreendida.

Esse aqui não é o primeiro que chega. No episódio relacionado com o nobre Deputado Miguel Arraes. Ele me fez uma carta, pedindo que eu informasse se, de acordo com uma publicação do **Correio Braziliense**, S. Exª teria dito que teria pedido essa contribuição. Então, S. Exª me solicita, em uma carta, que informe se, nos documentos apreendidos, dos quais só tive um conhecimento muito superficial, havia alguma assinatura dele.

A resposta pura e simples de que não há assinatura não era, do ponto de vista do Presidente da CPI, total. Eu teria de dizer que não havia assinatura, mas havia isso, que o nobre Senador Francisco Rollemberg leu ainda há pouco.

V. Sª poupou o seu funcionário, dizendo que foi um funcionário seu, mas isso ficou muito distinto de todos os outros casos. Enquanto nos outros há uma presunção de participação, neste caso, se já está até mensurado o valor mensal que deve ele ter para a sua campanha, está perguntando com quanto a Norberto Odebrecht pode contribuir. De maneira que se pode imaginar que só as desculpas que V. Sª está apresentando aqui não vão, naturalmente, livrar a empresa dessas ações.

Agora, não quero senão dizer que a mim cabe receber esse tipo de protesto e dar, na medida do possível, respostas. O Deputado Geddel Vieira Lima também entrou com ação e já me deu documentação sobre isso, e o Deputado Pedro Irujo está levantando a mão ali, dizendo que já entrou também. Parece que ele não comunicou ao Deputado Osmânio Pereira.

Então, como V. Sª vê aqui, parece que há uma unanimidade dos nomes citados, porque foram, apenas presumidamente, pessoas que a própria companhia poderia vir a ajudar. Esse é um ponto que quero deixar claro aqui.

Não vamos fazer a diversão do nosso trabalho; vamos continuar e dar a palavra ao Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOYZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, eu iniciaria a minha argüição, para tentar ganhar tempo, solicitando ao depoente que reconhecesse esses documentos que foram encontrados em sua residência.

Pediria ao secretário que os encaminhasse para que ele desse uma olhada, porque vou remeter-me futuramente a esses documentos e gostaria de antecipar-me e fazê-lo de uma vez só.

Todos esses documentos referem-se, em uma análise rápida, a contratos e programas de que a Odebrecht participa. Efetivamente, quanto à veracidade, não tenho condições (de me posicionar. São documentos antigos, razão pela qual fica difícil aprofundar-me. Apenas, preliminarmente, afianço que o que está aqui tem referência com nosso programa.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, eu queria saber quais são os documentos que o depoente está reconhecendo como sendo dele.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu estava com a mesma curiosidade.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Vou mencionar isso na minha argüição.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu queria aqui, de público, protestar contra a tentativa de desqualificar o Senador José Paulo Bisol, que teve uma atitude das mais corajosas e respeitáveis de enfrentar essa estrutura poderosa, que é a Odebrecht, e esse cartel de grandes empreiteiras do País e trazer essa denúncia a público.

Em segundo lugar, antes, portanto, da minha primeira questão, quero dizer que o depoente se referiu a uma ata de uma reunião em que grandes empresas participaram dizendo que era uma audiência convocada pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção a respeito da ponte Rio-Niterói. Está correto?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O Presidente dessa entidade, Marcos Santana, acabou de me telefonar e alegou que jamais convocou uma reunião desta natureza com essas entidades. O ex-presidente da entidade, Deputado Luís Roberto Ponte, veio aqui a meu lado e disse-me também que jamais foi convocada uma reunião para desenvolver esse

tipo de acordo institucional, além de que essa ata se encontra entre as grandes empresas e é um dos documentos que induzem à existência de um cartel poderosíssimo que controla pelo menos 70% das verbas da construção civil no Brasil.

Dito isto, passo a minha primeira pergunta.

De uma leitura preliminar, rápida, constata-se que a Odebrecht montou uma estrutura complexa, absolutamente competente e poderosa no sentido de acompanhar todos os passos, etapas e procedimentos do processo de elaboração de liberação e de definição do Orçamento. V. Sª é o principal responsável por essa estrutura dentro da empresa. Estou correto?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Durante os dois últimos anos, sou o responsável. Antes não tínhamos estrutura para isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nessa planilha apresentada por V. Sª, há uma estimativa de apoio de campanha para o próximo ano, em que diz: relator-geral, CR$19 bilhões - 2,37%; relator-geral, CR$ 17 bilhões - 2,65%; relator-geral, CR$19 bilhões - 2,87%; relator-geral, CR$4,6 bilhões - 2,73%; relator-geral, CR$ 23,5 bilhões - 1,95%; relator-geral, CR$ 10,492 bilhões - 2,21%; relator-geral, CR$13,430 bilhões - 2,83%; relator-geral - 3%; e assim segue.

A minha pergunta a V. Sª é a seguinte: quanto custa a campanha do relator-geral?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado Aloizio Mercadante, vou reafirmar. Eu pediria ao Presidente da Mesa para não repetir, já que falei várias vezes sobre esse assunto, e para mim está sendo extremamente cansativo.

Não há uma correlação com o percentual e a proposição futura de ajuste de campanha nessa dimensão que está colocada. Expliquei anteriormente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Sª disse que esses cálculos se referiam a uma avaliação unilateral, portanto, não os responsabilizou pelo recebimento em relação à campanha do próximo ano. Mas o senhor disse que era uma estimativa de apoio de campanha. E mais; o senhor disse que a empresa já tinha designado 12 bilhões de dólares para financiamento de campanha do ano que vem. Estou ou não correto?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu coloquei aqui que eu desenvolvi estudos de proposição de caráter pessoal, a ser encaminhado para apreciação da empresa, incompleto, que não tem aprovação da mesma. E que os interlocutores, as pessoas aí constantes não têm conhecimento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, como relator, peço a palavra para um esclarecimento. Qual a data do papel? E relator-geral de quê? Porque pode ser do Orçamento, de Comissão de Orçamento...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - No caso, todos são relatores parciais do Orçamento, o que dá a entender...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não. Digo o geral, aí.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E relator-geral do Orçamento. E aqui é o Orçamento de 1993.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Coloquei essa posição desde o início como uma simbologia. Porque se eu fizesse a correlação estarei cometendo um...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Evidente. Mas em relação a 1991, que é um documento que V. Sª leu, portanto, não é uma "intenção de", é passado. O título diz: Estratégia para a condução do Orçamento-Geral da União de 1991. Resumo da evolução dos recursos de interesse da Consultora Norberto Odebrecht no Orçamento-Geral de 1991...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, desconheço esse documento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Sª acabou de ler.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Acabei de dizer que tem citações que correspondem à construtora. Mas este documento eu não cuidava em 1991, e ressaltei que não cuidava. Então, não tenho condições de fazer qualquer tipo de alusão a uma coisa...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas V. Sª há de reconhecer comigo o seguinte: "ações a serem desenvolvidas para reverter as indisponibilidades", que é vossa responsabilidade da empresa. Está escrito: "Elaboração de justificativa técnicas. GC, SDS, S e outras. V. Sª esclareceu as siglas no início desse depoimento com toda a segurança. Peço agora a mesma segurança para reconhecer.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Estou disposto a ajudá-lo na discussão do documento, embora reitero que em 1991 não estava cuidando desse assunto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito. Quem cuidava?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tínhamos uma estrutura montada...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Como "não tínhamos"? Se aqui diz: "escolha das obras prioritárias...; resumo das justificativas; identificação de Parlamentares com envolvimento na região; orientação dos Parlamentares sobre justificativas técnicas. V. Sª tem um documento passo a passo, data a data de como influenciar no Orçamento. Na introdução diz o seguinte: "Prioridades solicitadas ao Relator João Alves: 186 milhões de dólares. Sabe quanto dá 3% disso aqui? 6 milhões de dólares. Os recursos do Sr. João Alves vinham da Loteria Esportiva ou desse tipo de propina que era pago ao relator-geral?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, V. Exª é um homem inteligente e respeitado no meio político e empresarial, e tem uma responsabilidade muito grande com este País...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Exatamente por isso estou fazendo essa pergunta.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito. Não vamos fazer alusão à dotações. Primeiro, não sei se isso foi realidade e desconheço o documento, embora esteja disposto a...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Aqui está o resumo da evolução dos recursos de interesse da Construtora Odebrecht.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Estou dizendo que não conheço o documento. Data de 1991, e estou disposto a debatê-lo com V. Exª

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - No entanto, quero ressaltar que não sei se esses números... porque quando falamos em números...eu gostaria depois de ter a oportunidade para dar algumas contribuições sobre obras, custos de obra, sobre a famosa palavra superfaturamento. Eu gostaria, em algum momento, que me dessem a oportunidade de eu falar alguma coisa se for do interesse da Comissão saber.

Quando falamos em números, criamos um processo que deixa todo o mundo assustado. Quero dar um dado para o Deputado, que a minha experiência em lidar com o processo de apoiar a gestão dos nossos contratos na viabilização de recursos, para que não paralisem, vou dar um dado ao Sr. Deputado: um orçamento feito no mês de abril, em cruzeiros, transforma-se em dólar; quando chega no final do ano, em que se discute a inflação do ano seguinte, chega-se a um tipo de multiplicador. É a discussão entre o Orçamento e o Poder Executivo. Durante o transcurso do ano, esse famoso orçamento de que todos falamos muito é o volume de ingresso real, que corresponde mais ou menos, na sua totalidade, a 8%. Desses 8% de investimento, o que se está investindo em obras na realidade, nesses famosos orçamentos, é 8% de um volume que chega... Vamos considerar um volume de investimentos na faixa de 8 a 10 bilhões de dólares. É 8% o volume de investimentos que o nosso País está tendo. Por isso, estamos cheios de obras inacabadas. Mas essa é outra questão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Exatamente. V. Sª falou muito de outra questão, mas não da pergunta. Peço inclusive que desconte o tempo, Sr. Presidente, porque não houve uma resposta objetiva. Peguei os cálculos do Relator Geral para o ano que vem. Inclusive, existe um documento entre os documentos apreendidos que menciona 3% para cada emenda do Relator Geral. Aventei que se tratava de um documento do ano de 1991, em que o Relator João Alves - cuja movimentação bancária é da ordem de 32 milhões de dólares, retirando, evidentemente, empregadas domésticas e outras contas conexas - disse que os seus recursos vinham da sua boa sorte na Loteria Esportiva. No entanto, verificamos que ele gasta mais do que arrecada na Loteria. Daí por que a questão para esta CPI é de onde vêm os recursos do Deputado João Alves? Estou chegando à conclusão de que uma parcela significativa de seus recursos - não usada para campanha, porque está incorporada ao seu patrimônio, na sua conta bancária e nas aplicações - veio exatamente desse esforço que fez em atender à Construtora Norberto Odebrecht que lhe solicitou - está escrito, aqui, "solicitadas ao Relator" - 186 milhões de dólares. Quer mais? Quarenta e seis milhões de dólares dos relatores parciais; são mais de 200 milhões de dólares. O que é mais importante, Sr. Presidente, para esta comissão e para o país discutir? Que 268 milhões de dólares não foram colocados nesta Casa. Eles vieram já do Poder Executivo para os interesses da Construtora Norberto Odebrecht. E essa é uma discussão que também temos que fazer porque é o outro lado da minha argüição. Eu deixaria...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Exª me permite, Deputado?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Pois não.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não vamos ser injustos. Tecnicamente...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Injustos com quem?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Com a formação de uma opinião sobre números.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas os números não são meus. São da Odebrecht.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não são. V. Exª tem que pegar, me permita, eu...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O orçamento autorizativo. Concordo com V. Sª.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Exª me permita. Vou fazer um trabalho a pedido do Deputado Roberto Rollemberg, em que esses números poderão...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ...ser menores. Concordo com V. Sª.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Serão extremamente desse tamanho. Para o nível de desgaste que estamos tendo com tudo isso, não há nenhum interesse da Organização. A Odebrecht não sobrevive com o problema orçamentário da União...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Sª há de concordar que, de 1989 para cá, uma das empreiteiras que cresceu a participação relativa dentro do Orçamento é a Odebrecht. Graças ao trabalho de V. Sª e de outros competentes técnicos nessa estrutura que conseguiram ter influência dentro do Estado brasileiro e dentro do Congresso Nacional para

colocar os seus recursos. Concordo que, como se trata de uma verba autorizativa, parte dela não foi liberada. Mas vamos então aos outros números. Vamos dar prosseguimento ou meu tempo se encerrará.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Seria oportuno lembrar que, quando o depoente deu a resposta, fez um gesto em relação ao valor. E quando isso for reproduzido na taquigrafia, ficará um entendimento exatamente contrário do que o...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Porque o total aprovado pela Construtora Norberto Odebrecht, no orçamento autorizativo, é de apenas 626 milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pequeno o valor.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É. Apenas 626 milhões de dólares. É evidente que o orçamento liberado e executado é menos, a metade. No orçamento geral é a metade. Pela competente estrutura desta empresa - vou demonstrar agora - dentro do Estado brasileiro, acho que é mais da metade. De qualquer forma, podemos depois avaliar.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, chegamos no passado a ter realmente consenso para discutir processo de lei de licitações. Eu pessoalmente não, mas tenho V. Exª como um homem do futuro deste País. Então, eu gostaria de, oportunamente, poder debater tecnicamente, discutindo essa documentação com maior profundidade, trocar experiências.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Naquela ocasião, a Odebrecht veio me procurar para defender em plenário a aprovação do seguro-garantia, com 15% - V. Sª sabe disso -, e o meu voto no plenário foi "não", porque era mais uma manobra das grandes empreiteiras para criar um cartel nas obras de grande vulto. Era um instrumento de uma barreira à entrada, que é mais de 10% do valor das obras. E conseguiram, inclusive, muitos votos no plenário, mas o meu e o do meu Partido V. Sª não teve.

E agora vamos continuar o trabalho, passando sobre leis de licitação, porque a resposta já foi dada.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Oportunamente, eu gostaria de voltar a discutir o assunto com V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Dos 15%?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Da alimentação, do seguro-garantia. Entramos com dez obras contratadas nos Estados Unidos, em competição, a nossa Organização.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nós perdemos, o Governo vetou e já encaminhamos um projeto de lei junto com os Deputados Luiz Salomão, Luís Roberto Ponte e Paulo, do PTB, para 5% o seguro-garantia, que é o que vai moralizar e valorizar o emprego.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Acho que alimentação é um direito...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Vamos seguir. Eu tive uma experiência pessoal da tentativa de envolvimento do cartel na lei de licitações. De qualquer forma, vamos continuar, voltando ao nosso ponto.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A única empresa que não **(ininteligível)** isso foi a Odebrecht, as outras não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É. Vemos que a divisão de trabalho é muito bem feita.

V. Exª aqui diz o seguinte: "Pontos críticos - análise CNOB." O que é B? Estrutura B?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - CNO nacional.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Brasil?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É. Brasil.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Aqui tem: análise da fonte de recursos, Caixa Econômica Federal,.realizada de janeiro a setembro, 70 milhões de dólares; tendência outubro/dezembro, 19; total, só na Caixa Econômica Federal, 90 milhões de dólares; novas contratações outubro/dezembro - 940, 91 milhões de dólares; previsão de ingressos para 1992, 80 milhões de dólares; pontos críticos - há o seguinte comentário: prioridades, fidelidade dos clientes com o programa da Construtora Norberto Odebrecht; estratégia de atuação: apoio político de campanha, ou seja, o apoio político de campanha sempre aparece vinculado ao programa estratégico da Construtora Norberto Odebrecht, de um lado, e, do outro, à colocação de emendas no Orçamento ou sobretudo o Relator parcial ou o Relator-Geral. Há um terceiro que aparece em outra documentação, que é a liberação de recursos das dívidas contraídas pelo Poder Público.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Infelizmente, eu não posso assumir essa condição como o ilustre Deputado coloca, porque isso não pode ser generalizado, nobre Deputado. Temos um respeito muito grande pelos Parlamentares e esse respeito é mútuo, porque a Organização não é essa figura deformada que está querendo colocar a nível público. Tenho certeza de que essa posição será revista e nos colocamos à disposição para colaborar no processo de discussão disso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente e Sr. Relator, eu pediria a atenção para esse parágrafo do Item 2 de um dos documentos, que é sobre Metas e Técnicas Econômicas e Financeiras do PA/91, Programa de Ação/91, Filosofia e Estratégia de Atuação.

Vou ler literalmente:

"Foram desenvolvidas ações no sentido de ocuparmos espaços, intimidade, para total domínio das diretrizes estabelecidas pelos órgãos nos programas de contratação e desembolso da Caixa Econômica Federal e Ministério da Ação Social."

Repito: total domínio das diretrizes estabelecidas pelos órgãos, dos programas de contratação e desembolso da Caixa Econômica Federal e Ministério da Ação Social.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, qual é a data?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - 1991. Programa de Ação de 1991.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O que V. Exª quer saber de mim sobre isso, da Organização?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, não quero saber. Temos uma vasta documentação. Tenho exemplos aqui do total do negócio.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Mas V. Exª está lendo com a conotação e com uma interpretação unilateral. Podemos ler qualquer documento e utilizarmos...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Vamos pegar os dados? Vamos pegar alguns dados, então.

Recursos junto à Caixa Econômica Federal - Contratação prevista, 140 milhões de BTNs. Realizado: 234 milhões de BTNs. Foi mais do que foi contratado. Liberação: previsto, US$ 119 milhões; realizado, US$ 90 milhões. No caso da inflação, é menos. Mas são US$ 90 milhões liberados.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu confirmo os números e desafio que possa ser feita uma avaliação dos volumes de serviços de todas as obras que deram decorrência a isso. Porque - veja bem, Deputado - não são os Odebrechts, é outra... Olha, número é um negócio assombroso, no tempo e no espaço; número é um negócio complicado. E projeções de recebimentos têm que estar... Empresa não recebe dinheiro direto, empresa recebe contra uma prestação de serviço. V. Exª jamais vai encontrar, na nossa organização, recebimentos, seja do setor privado, público, estadual ou federal, que não corresponda a um serviço efetivamente realizado. E se recebemos esses recursos, Deputado, lhe asseguro que foram atestados, têm as medições, os clientes aprovaram e foi feita a prestação de contas.

Eu gostaria de frisar: são números. É um problema, realmente, de competência da nossa organização. Agora, o fato de ser competente não significa que ele deva ser punido. Ele deve ser incentivado. Agora, se isso daí redundasse em não fazer a obra, em não procurar contribuir com o desenvolvimento, aí sim, eu estaria do seu lado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Sª está dizendo que para todo trabalho, todo recebimento, a empresa Norberto Odebrecht exige uma contraprestação de serviço!?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, nós executamos. Infelizmente, nós executamos primeiro, bancamos o processo inflacionário, que é uma das questões sobre que eu acho que deve ser feito um fórum permanente de debates.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Portanto, imagino que também todo pagamento feito pela Norberto Odebrecht exija uma prestação de serviço para quem pagou.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, aí é uma interpretação do Deputado. O que eu coloquei é que os serviços que nós recebemos são decorrentes de faturas...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Há várias auditorias no Tribunal de Contas da União para serem analisadas quanto a isso. Ontem, inclusive, nós pudemos verificar, toda a população brasileira, num programa da Globo, à noite, o **Fantástico**, o superfaturamento de obras, de responsabilidade dessa empresa, na região Nordeste, sobretudo ligadas ao DNOCS. Portanto, nós vamos analisar; a CPI...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, V. Exª me dê uma oportunidade, me permita...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, meu tempo vai se esgotar, e eu não tenho condições.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Exª falou em superfaturamento e eu queria discutir...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nós vamos ter tempo para discutir isso ao avaliar as obras todas, que é outra parte. Aqui, o que me interessa em relação a V. Sª e a esta CPI é a sua responsabilidade dentro da empresa. V. Sª diz que não tem competência para defender toda a empresa. Portanto, faça sobre aquilo que é de sua responsabilidade, que é o que nos interessa. Ou seja, essa estrutura de política institucional enraizada dentro do Estado brasileiro, sobretudo em alguns órgãos-chave que liberam dinheiro para as grandes empreiteiras.

Aqui, eu quero citar um exemplo concreto disso. Estou aqui com um inquérito policial, coordenado pelo Delegado Paulo Lacerda, do caso PC, e que tem uma relação direta com o que nós estamos discutindo e eu queria demonstrar.

Nós temos aqui vários cheques da Construtora Norberto Odebrecht para empresas de Paulo César Farias, que forneceram notas frias. Aqui, inclusive, a conclusão é a seguinte:

"Assim sendo, face aos veementes indícios de que o referido nas notas fiscais constitui documentação ideologicamente falsa, deverá se proceder,

mediante procedimento fiscal, à análise dos elementos disponíveis junto às empresas beneficiárias da nota fiscal simulada, com vista à glosa de valores devidamente apropriados, etc".

E aqui há vários cheques da Norberto Odebrecht. Um cheque de setenta e sete milhões e seiscentos mil cruzeiros, de 10/9/90; um cheque de trinta e oito milhões, quatrocentos e noventa e nove mil cruzeiros novos, de 24/8/90; as notas fiscais todas para a EPC e para a Mundial Aerotáxi.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, esse assunto...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Deixe-me concluir. V. Sª já vai ter o tempo para responder.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Acho que esse assunto eu desconheço.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Em 92 V. Sª já estava nessa responsabilidade?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esse assunto que o ilustre Deputado colocou aí não é de meu conhecimento. Eu não trato desse assunto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu sei. Sei que quando V.Sª vem para argüição, vem muito preparado. Nós encontramos na sua casa setenta perguntas e respostas para o Caso Magri. Antes de ir para uma audiência, V. Sª está totalmente preparado. Mas como isso aqui é de responsabilidade de V. Sª dentro da empresa, eu gostaria de perguntar. Quem sabe V. Sª poderia...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Permita-me, Deputado. V. Exª não pode dizer o que é de responsabilidade minha dentro de minha organização.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Sª não é o Diretor de Planejamento Estratégico Institucional? Diretor?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Minhas funções foram lidas no início aqui, e esse assunto não diz respeito à minha pessoa. Eu pediria a V. Exª...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas V. Exª disse aqui que a sua responsabilidade como tio ou como pai da estrutura era impedir a paralisação das liberações de verba.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Impedir a paralisação...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A paralisação das liberações de verba, a dívida contraída, o que é uma verdade, e que o Estado não paga muitas vezes e que gera toda essa deformação que estamos analisando. Uma das responsabilidades de V. Exª, o que disse literalmente, era impedir a paralisação.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, não sei...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Correto ou não?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Trabalhamos em um sistema descentralizado. A estrutura organizacional da Odebrecht foi encaminhada. Apóio as solicitações dos nossos contratos em função dos compromissos dele com os clientes. Não sou um homem de linha. Sou um homem de apoio. É diferente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas V. Exª poderia responder-me o seguinte: são dois milhões e setecentos mil dólares, dez cheques fornecidos.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Desconheço esse assunto. V. Exª não pode...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Sª não sabe o que vou perguntar ainda.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Mas V. Exª está tratando de um assunto que não conheço.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sei que V. Sª não quer discutir o inquérito do PC, mas quero fazer uma pergunta concreta. No dia 03/02/92, houve um cheque de cento e vinte e um milhões, quarenta e três mil e quatrocentos cruzeiros para a Mundial Aerotáxi Ltda. No dia 19/02, portanto, duas semanas após, foi liberada uma parcela de desembolso pelo Comitê de Financiamento à Exportação, na sua sétima reunião, para uma exportação para Angola, da Construtora Norberto Odebrecht e Furnas, num consórcio, no valor de sessenta e oito milhões de dólares.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, o que verificamos com esse processo? Que esse competente enraizamento na Caixa Econômica Federal, que domina todos os domínios dos programas de diretrizes na liberação de recursos, é feito por meio desse tipo de procedimento. Quer dizer, assim como se financia a campanha aqui, há funcionário público ou empresas de intermediação de interesses dentro do Estado, como era o caso do Sr. Paulo César Farias, recebendo parte dos recursos que a construtora libera para poder liberar o seu financiamento?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, peço que conclua, porque, com todos os descontos, já passamos até a responder.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Como se liberam os recursos? Como se orientam as diretrizes que controlam o Estado?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Permita-me colocar duas coisas, Deputado: primeiro, não tenho nenhuma correlação com esse assunto de Angola de liberação dessa questão. Quanto à questão da Caixa Econômica, eu gostaria de dizer ao Deputado o seguinte:

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quem é o responsável por essa área na Odebrecht? V. Sª poderia responder. Se não é V. Sª, quem é o responsável?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Permita-me o seguinte: o responsável pelo processo de seguimento na Caixa Econômica chama-se os contratos, empresas estaduais de água e de saneamento. Quem recebe o dinheiro não é a Odebrecht. Nenhuma empresa recebe direto da Caixa Econômica. V. Exª tem que responsabilizar os Estados, para checar dentro dos Estados se os serviços do...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Está certo, mas vi centenas de ofícios de governadores e de deputados e orientações de V. Sª, pedindo para pressionar para liberar recursos.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não é normal que a população brasileira receba água, Deputado?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Veja bem, volto àquela questão: V. Exª é um homem extremamente inteligente e suas colocações têm uma repercussão muito grande.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Sª também é muito inteligente, por toda essa estrutura por que é responsável.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não sei se a troca de amabilidades está ajudando. **(ininteligível)** Peço a compreensão do resto do Plenário.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra, porque esse assunto é da maior importância. Inclusive V. Exª assinou hoje à tarde um ofício para o Presidente Itamar Franco, pedindo exatamente informações na área da Caixa Econômica, na área do saneamento, na área da habitação popular, e eu não gostaria de deixar passar esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu só queria concluir, Sr. Presidente e Sr. Relator, dizendo o seguinte: é evidente que quando a Construtora Norberto Odebrecht trabalha com o setor privado, os valores das obras são outros. Não é necessária essa estrutura poderosíssima de corrupção, quer dizer, na contraface do Estado existe uma das mais poderosas estruturas de acompanhamento do Orçamento que jamais essa Comissão do Orçamento chegou à 10% das informações, do rigor e da consistência dessas informações. Agora, esta CPI vai ter que propor uma reforma do Estado, medidas profundas e modificações, e mais, temos o desafio de entrar dentro da Caixa Econômica Federal, do Ministério da Ação Social e do DNER.

Quero concluir dizendo o seguinte: se bem que na opinião pública o que importa é o Congresso Nacional, o Congresso Nacional não tem responsabilidade por um terço dos recursos que a Construtora Norberto Odebrecht coloca e libera dentro do Orçamento. Portanto, temos que entrar no Executivo e ver a outra ponta desse esquema que começa e termina dentro do Executivo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra como relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Como eu disse, V. Exª enviou à Presidência da República, hoje, um ofício da maior importância, solicitando dados de 1989 para cá, exatamente nessas áreas - de financiamentos da Caixa Econômica inclusive. Então, eu queria aproveitar, enquanto não vêm os dados solicitados ao Planalto, para indagar do Dr. Ailton o seguinte: certamente, pelo que vi, a Construtora Norberto Odebrecht não é um cliente da Caixa Econômica, não toma dinheiro emprestado à Caixa Econômica, certo?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito. A Caixa Econômica financia diretamente construtores e...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Certo. Perfeito. Então, tudo que ela recebe da Caixa Econômica é em função de prestação de serviços a municípios maiores, a estados e à própria União. Queria saber o seguinte: quais são as áreas em que primordialmente a Odebrecht atuou nesses últimos quatro anos (estradas, saneamento, habitação popular, barragens)? Quais foram os segmentos?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Relator, eu não tenho assim de cabeça, mas poderia informar mais ou menos que a nossa participação no setor rodoviário, nos últimos quatro anos, é muito pequena, 2 ou 3%, talvez, do nosso faturamento. Na área de saneamento, assim como houve em 1990, este ano vai ter 15, porque os financiamentos acabaram. Então, na área de saneamento, cerca de 8 ou 10%; na área de energia, também cerca de uns 10%.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Sª poderia me informar se nessa atividade houve consorciamento com outras empresas?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Temos alguns consórcios inclusive em alguns Estados e em licitações...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E em Pernambuco, V. Sª sabe que tem lá o Projeto Nassau e também participação na construção de alguns trechos de estradas pelo DNER. Eu pergunto: a Odebrecht trabalha sozinha em Pernambuco ou se associou, quer na área de estradas, quer no Projeto Nassau, a outras empresas, outras empreiteiras e quais?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tenho esse conhecimento. Sei que no Projeto Nassau estamos só e, nos outros programas, eu teria que pedir as informações ao Diretor Regional. De cabeça, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, antes de inquirir o Dr. Ailton, perguntaria se as primeiras perguntas feitas pelo Deputado Aloizio Mercadante constam naquele relatório primário do Senador José Paulo Bisol, nos documentos referentes? E se consta o número das páginas?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Aloizio Mercadante poderia responder?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, parte da documentação consta. A outra parte, a Presidência nomeou uma diligência composta por mim, o Senador Francisco Rollemberg e o Deputado Moroni Torgan; encaminhamos, na sexta-feira, toda documentação para o Relator e para o Presidente. As informações que o Relator não se utilizou, na sua argüição, o Senador Rollemberg utilizou parcialmente, eu utilizei parcialmente e tenho certeza de que o Deputado Moroni fará o mesmo, para tentar aproveitar dados que tivemos muito pouco tempo para poder processar. Hoje, ficamos praticamente toda manhã tentando preparar e complementar a intervenção.

Alguns documentos não são do conhecimento de todos os parlamentares, mas é da Mesa, do Relator e da diligência que foi tomada para esse trabalho específico.

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu não posso estar satisfeito, é lógico, porque eu faço parte também da Comissão de Patrimônio Fiscal e não tenho conhecimento desses documentos. E acredito que outros parlamentares também.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas essa matéria, Deputado...

O SR. PEDRO PAVÃO - Apenas a pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, mas não pode ficar sem também o direito de uma réplica. Essa matéria, em primeiro lugar, não é pertinente à Subcomissão de Patrimônio. Foi em conseqüência dessa primeira diligência feita, que se fez a segunda e a terceira.

Ainda hoje, pela manhã, estavam sendo ouvidos pelos três Parlamentares os disquetes; são 68 disquetes, e não dava tempo de informar a todos.

O SR. PEDRO PAVÃO - São 84 disquetes.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - São 84 disquetes. Agora, eu mesmo não conheço. Era preciso aproveitar para se fazer perguntas.

O SR. PEDRO PAVÃO - Apenas cabia, naturalmente,...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª. não está sendo marginalizado. As informações chegarão todas a V. Exª.

O SR. PEDRO PAVÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É melhor V. Exª. contar o seu tempo a partir de agora.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de informar ao Deputado Pedro Pavão que o relatório do Senador José Paulo Bisol, no qual eu ajudei e sobre o qual tenho co-responsabilidade quanto às suas virtudes e aos seus defeitos, corresponde a apenas cinco caixas de documentação. Mais dez caixas de documentos...

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu apenas perguntei se fazia parte do processo.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Mais dez caixas estão sendo levantadas; são 84 disquetes, 45 megabytes, e alguns documentos que estão aí e que foram entregues à Mesa não correspondem nem a 10% da documentação que lá está. Essa argüição, num certo sentido, é prematura, e ainda vamos ter muita informação sobre os documentos.

O SR. PEDRO PAVÃO - Estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, a partir deste momento começa o tempo de V. Exª.

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu gostaria de perguntar ao ilustre depoente, Dr. Ailton Reis - que é uma pessoa inteligente, já demonstrou tudo isso - se poderia memorizar o porquê da criação da CPI que investiga a Comissão de Orçamento? V. Sª se lembra do fato que levou à criação da CPI?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tomei conhecimento através da imprensa, e todos nós, no Brasil inteiro, temos lido bastante sobre esse assunto.

O SR. PEDRO PAVÃO - Então, V. Sª. tem conhecimento natural de que a denúncia do Sr. José Carlos Alves dos Santos prende-se a dois esquemas dentro da Comissão de Orçamento: um, dentro das subvenções sociais, e o outro, que relaciona diretamente o Parlamentar ou, mais diretamente, aqueles que faziam parte da Comissão de Orçamento, para com as empreiteiras.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito.

O SR. PEDRO PAVÃO - Qual seria o grau de gravidade ou de credibilidade que V. Sª poderia dar a essa denúncia do Sr. José Carlos Alves dos Santos, a partir da qual foi criada a CPI do Orçamento e que é pertinente, naturalmente, ao envolvimento das empreiteiras para com os Parlamentares?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, não tenho condições de fazer uma avaliação desse tipo, a não ser achar que deve ser feito tudo, e a reformulação do Estado brasileiro, porque tudo isso que está aí é decorrente de um modelo. Por que as obras no Brasil saem caras? Porque o Estado é inadimplente, porque ninguém cumpre com compromissos, porque há uma desordem. O mais importante que se pode obter é uma rearrumação do modelo brasileiro, ou seja, é avançar com a privatização, se não esses problemas todos ocorrerão.

Então, dentro do que V. Exª me pediu para opinar, não tenho profundidade para me manifestar. Apenas eu gostaria de dizer que achamos muito positivos, não temos nenhuma ressalva contra os trabalhos da Comissão, estamos dispostos a colaborar com ela. A nossa empresa é competente, trabalhamos com produtividade e podemos dar grandes contribuições, desde que não haja...

O SR. PEDRO PAVÃO - Naturalmente a opinião pública lá fora não tem essa consideração que V. Sª tem. Foram apreendidos documentos em sua residência que o senhor contesta, o senhor assume a paternidade dele, eu digo, não é da empresa, são rascunhos que o senhor fez. Na realidade, o que se traz a público, o que se traz a todos que estão presenciando a sua inquirição é que as obras são superfaturadas, que existiu, naturalmente, o favorecimento por parte dos Parlamentares, da Comissão de Orçamento, que houve facilidade dentro do Executivo para que essas obras, os recursos fossem liberados ao ponto de V. Sª acrescentar valores.

O mais triste de tudo isso é que, sem citar nome de Parlamentares, pois V. Sª já assumiu esta paternidade e não adianta querermos consertar, V. Sª já assumiu a paternidade que é sua idéia, pelo menos a idéia de se criar aquele fato, mas a opinião pública, que lê jornal, que vê televisão e ouve o radio, não tem essa mesma concepção e formação, portanto, estamos aqui tentando subtrair, tirar de V. Sª aquilo que estamos procurando de todos os depoentes.

Já tivemos depoentes que ganharam na loteria, depoentes muito importantes relacionados com os números aplicados em seus papéis. Tivemos depoentes que disseram que a sobra dos recursos, ou seja, a movimentação financeira das suas contas prende-se ao fato de ajuda financeira, ajuda natural que vieram através de contribuições de empresários, de empreiteiras, por que não dizer?

Então, já ficou caracterizado, já houve, por parte desses Parlamentares, uma grande contribuição quando disseram que a sobra de recursos de campanha, doado pelas empresas, é que fizeram com que suas contas se avolumassem. Já houve uma contra-informação dessa que V. Sª está nos dando. Lamentavelmente V. Sª não trouxe nenhum subsídio.

Por exemplo, o Dr. Cecílio, da C. R. Almeida, que depôs aqui na Comissão de Subvenções, foi claro e transparente: as empreiteiras ajudam; "dou o que é meu". Ele assumiu a paternidade de ter contribuído com candidatos e até com o Presidente; isso é muito importante para nós. Não é justo que a ODEBRECHT também não tenha feito e não fará isso. Na verdade, V. Sª não nos deixa contente e, mais do que isso, a opinião pública continuará ainda mal informada, pois todos aqueles que têm conhecimento sentam aí e procuram não contribuir, lamentavelmente.

Pergunto: a ODEBRECHT mantém algum cofre, em algum banco da cidade, alugado, de Brasília?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, inclusive disseram que em minha casa tinha um cofre, também.

O SR. PEDRO PAVÃO - Pergunto em nome da empreiteira ou em nome de V. Sª?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Nenhum cofre.

O SR. PEDRO PAVÃO - No Banco Itaú?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, que eu tenha conhecimento não.

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Sª está sob juramento. Está sendo gravado apenas esta pergunta; V. Sª alega que não tem conhecimento e que a empresa não tem?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Exª me dê oportunidade de ver. Permita-me que foi dito que eu tinha oferecido 1 milhão de dólares, que foi dito que eu tinha ...

O SR. PEDRO PAVÃO - Não, não é isso.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Gostaria de ressaltar, porque essas coisas ditas tornam-se um problema.

O SR. PEDRO PAVÃO - Naturalmente V. Sª fez a quem perguntou. Não estou preocupado com isso. Minha pergunta é se a empresa mantém, ou V. Sª, um cofre.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu não, que a empresa tenha feito, não tenho conhecimento.

O SR. PEDRO PAVÃO - Se a empresa fez, não foi com seu aval? Tenho aqui em mãos, e vou passar a V. Sª, um informe de 9 de dezembro de 92, procedente de Goiânia, descrevendo o "compromisso", em março de 90, através de fibra 072/90 de 3,27% do valor do contrato estimado em dólar, 421 mil 470 dólares sobre a construção do Edifício sede da Justiça Federal em Goiás. Ele, bem transparente, é lógico que não está assinado. Vou passar, construção do Edifício sede da Justiça Federal, Goiânia, concorrência 001/89, Goiás. Aqui então está um demonstrativo em anexo. Vou passar às mãos de V. Sª, para que possa me responder...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tenho conhecimento desse documento.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não faz alusão a quem possa ter encaminhado? É da empresa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, não tenho conhecimento desse documento.

O SR. PEDRO PAVÃO - Muito obrigado, está respondido.

Eu faria a seguinte pergunta, agora mais pessoal, porquanto V. Sª disse que estaria aqui tanto em nome próprio como em nome da empresa: V. Sª poderia declarar as fazendas de sua propriedade e qual o custo da compra dessas fazendas, se é que V. Sª as tem?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu, ilustre Deputado, adquiri a minha primeira fazenda no interior da Bahia em 1979, comprada com esforço e muito trabalho. Essa fazenda foi se ampliando em torno de si mesma. Todas as escrituras, minha declaração de imposto de renda, tenho tudo para colocar à disposição de V. Exªs.

O SR. PEDRO PAVÃO - Em 1979, V. Sª já trabalhava na Odebrecht?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tenho vinte anos de Odebrecht. Trabalhei em duas empresas, Sr. Deputado: em uma empresa entrei com estagiário e trabalhei seis anos; depois, fui para a Odebrecht e tenho vinte anos naquela empresa.

O SR. PEDRO PAVÃO - Naturalmente essa propriedade foi adquirida com o seu trabalho junto à Odebrecht, ou V. Sª teria um outro rendimento que justificasse o investimento?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O Sr. Deputado é de qual Estado?

O SR. PEDRO PAVÃO - Sou de São Paulo.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - As fazendas em São Paulo são bem diferentes. Na minha fazenda, hoje, o gado está comendo mandacaru. Não sei nem se V. Exª conhece...

O SR. PEDRO PAVÃO - Não; eu fiz apenas uma pergunta: V. Sª adquiriu a dita fazenda...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Em 1979, com meu trabalho na construtora...

O SR. PEDRO PAVÃO -.na construtora Odebrecht?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - ... nos meus 20 anos de trabalho de 16 horas por dia e, às vezes, até 18.

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu apenas vou encerrar a minha inquirição, lembrando que V. Sª pediu duas mil desculpas aos parlamentares acusados, o que naturalmente...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Acusados não...

O SR. PEDRO PAVÃO - De uma forma ou de outra, já estão na mídia como acusados de pertencerem a uma máfia, como é citado por alguns parlamentares dentro da Câmara dos Deputados ou por intermédio da Comissão de Orçamento.

Assim, faço-lhe a seguinte pergunta: V. Sª assume judicialmente o mal que causou a eles ou, neste ato, representa apenas a sua empresa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa pergunta...

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu preciso de uma resposta. V. Sª assumiu a paternidade da confecção dos documentos, em nome da empresa ou em seu nome?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Quem é que assume o trauma da minha família que está lá com meus filhos?

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu lhe dou todo o direito de se defender, mas lhe fiz uma pergunta.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tenho condições de responder. Não sou advogado, sou engenheiro. Não tenho condições de responder a sua pergunta.

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Sª foi bastante transparente quando lhe perguntaram... já lhe fizeram essa pergunta, só que não exigiram a resposta.

V. Sª assumiu a paternidade da confecção desses documentos e pediu duas mil desculpas a todos os parlamentares que ali foram relacionados. Eles já estão na televisão, no rádio, no jornal, já são manchete de **Veja** e coisa que o valha.

Assim, faço-lhe a seguinte pergunta: V. Sª responde judicialmente pelo ato que cometeu, pessoalmente?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, não posso assumir uma questão desse tipo, porque também sou vítima nesse processo. Sou vítima, nobre Deputado.

O SR. PEDRO PAVÃO - Nem em nome da empresa nem em seu nome próprio?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa é uma pergunta que tem de ser feita à Organização.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mas por quê? Pedir mil desculpas não vai resolver nada. Alguém vai ter que pagar pelo ato que cometeu. Apenas isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Espero também que seja resgatada a minha dignidade.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, algumas das perguntas que eu iria fazer já foram feitas. Restou apenas aqui a avaliação de um documento que teria sido encontrado na residência do Dr. Ailton. Daí porque pergunto a S. Sª: foi encontrado em sua residência um documento dando conta de que haveria uma reunião ou que foi realizada uma reunião, com a presença da Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. Esta reunião teria a

participação da equipe do DOU, onde haveria a presença de um consultor independente, como se fosse elemento da Assessoria da Câmara, mas que, na verdade, seria o representante da sua empresa.

V. Sª confirma isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não conheço esse documento, Deputado. Não é do meu conhecimento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - V. Sª não reconhece esse documento? Não tem notícia dessa reunião.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tenho notícia dessa reunião.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Esse documento, não sei se V. Sª, nesse curto espaço de tempo, teve a oportunidade de analisar, diz respeito a uma análise sobre a ampliação da capacidade de investimentos do Orçamento de 1993, em que se fala também do empenho da empresa que V. Sª representa, no sentido de que não venham ser reduzidos os percentuais do Orçamento para 15%, no caso de investimentos, já que o volume de emendas ficará em cerca de 600 milhões de dólares, retirando-se 200 milhões que estão destinados ao DNER e que, tradicionalmente, não saem do DNER, ficam 400 milhões que poderão ser remanejados. V. Sª poderia esclarecer?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Felizmente eu gostaria de colaborar com o Senador do Rio Grande do Norte, mas realmente não tenho conhecimento dessa matéria, desse documento. Realmente não tenho como colaborar nessa avaliação.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - V. Sª não reconhece a... Ele foi apreendido na residência de V. Sª.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Na minha residência-escritório, todos os nossos representantes regionais encaminhavam documento, como o famoso documento que tem deixado todos nós irritados, o documento famoso. Eles mandavam documentos. Não significa que tenho ligação direta ou responsabilidade com documentos, daí porque a pergunta do ilustre Deputado. Funcionei como banco de dados, armazenando documentos, olhava o documento, não tem sentido, colocava-o no local... não tenho conhecimento desse documento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Mas V. Sª admite que possa ter recebido esse documento de quem? Mesmo sem dar a ele a importância que V. Sª afirma.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É difícil avaliar, Senador, realmente não tenho condições de avaliar... Sei que são feitos estudos de processos de avaliação. Não sei se a pergunta do senhor é quem elaborou esse documento?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Já que V. Sª não reconhece...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Porque, no momento, não estou... quando num documento, tenho participação, dando uma olhada rápida, tenho conhecimento. Esse documento, não tenho conhecimento de causa, não sei se é nosso. Essa é a questão. Não estou familiarizado com esse assunto e com esse documento para poder me pronunciar.

Não vamos imaginar que todos os documentos levantados lá em casa, possa conhecê-los ou tê-los feito indiretamente. Aí seria realmente...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, as minhas perguntas foram calcadas nesse documento. Já que o Dr. Ailton afirma desconhecê-lo a despeito de ter sido apreendido na residência dele, até me dispenso de fazer outras perguntas, mas gostaria apenas de ressaltar aqui o que diria o nosso consultor. Ele faria um estudo, após análise da Receita, vendo o seu impacto no Orçamento, e proporia saídas para o problema. Nesse momento seria possível constatar se o Executivo subestimou a Receita Ordinária - Fonte 100, que nos interessa, e superestimou a receita de seguridade de outras fontes vinculadas.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sinto muito não poder contribuir numa intensidade maior.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Depoente, foram apreendidos em sua residência mais de 80 disquetes.

Pergunto, inicialmente, se o senhor digita e elabora pessoalmente os seus arquivos e diretórios, ou se o senhor usa outra pessoa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Desses disquetes desconheço a quantidade, até porque deveriam ter sido anotados. Então, questiono os disquetes...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perguntei se o senhor digita.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não digito. Não sei...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Está respondida a pergunta.

Peço que o Relator, por gentileza, empreste aquelas anotações manuscritas ao nobre Depoente, para que eu lhe indague o seguinte: às páginas 1 a 3 há uma caligrafia; às páginas 4 e 5 há outra caligrafia; às páginas 6, 7 e 8 há outra caligrafia; e, à página 9, volta a haver uma caligrafia anterior. Portanto, nem todas essas páginas foram escritas por V. Sª. Confere?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Confere. A minha caligrafia está na primeira.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ótimo. Quero, com isso, dizer, Sr. Presidente, Sr. Relator, que, ao contrário do que disse o Depoente, outras pessoas sabem ou sabiam dessa relação de percentuais e de obras com indicação, sobretudo, de iniciais de parlamentares.

Ao contrário do que disse o Depoente, pelo menos quatro pessoas tinham conhecimento dessa questão. Não era um assunto de domínio restrito do Sr. Ailton Reis.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esta é uma colocação que o Deputado está fazendo. Posso esclarecer.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então esclareça.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Dê-me o maço todo que esclareço.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª esclareça, porque há documentos com pelo menos três caligrafias, e mais os disquetes que V. Sª confessou que não digitou. Portanto, quatro pessoas, pelo menos, sabem...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O que há nos disquetes, que eu não conheço?

O SR. LUIZ SALOMÃO - As mesmas coisas que constam destas páginas. O nobre Relator não tem mais as folhas e posso encaminhar para o Depoente.

Gostaria que V. Sª identificasse a caligrafia de cada uma dessas notas.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esta aqui é minha. Esta aqui, esta...

O SR. LUIZ SALOMÃO - A sua é a mais "garranchuda"?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Depois, há uma letrinha de forma, mais direitinha. Essa letra, de quem é? Essa que está na sua mão esquerda?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É possível que no momento em que eu estava fazendo, porque deve haver em duplicidade isso aqui com a minha letra...

O SR. LUIZ SALOMÃO - E quem passou a limpo?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não me lembro. Infelizmente, não...

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª, então, reconhece que outras pessoas da organização conhecem essa história, o que é uma irresponsabilidade?

No início do seu depoimento, V. Sª disse que somente V. Sª sabia...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Permita-me, Deputado. Eu coloquei que eu era o único responsável...

O SR. LUIZ SALOMÃO - E era de conhecimento restrito. Anotei a sua frase.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - ...e estava guardado comigo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª disse que era de conhecimento restrito.

Há, pelo menos, três pessoas...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Na colocação que V. Exª está fazendo, ilustre Deputado, retifico, para que não haja nenhum tipo de colocação com relação a alguma omissão, ou situação colocada...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pergunto, então, o seguinte: quem faz a estimativa do percentual ou do valor do auxílio a ser dado aos candidatos a Presidente da República nas eleições de 1994? V. Sª fez para Governadores e Deputados.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa questão de Governadores, Deputados, e como V. Exª mesmo pede, de Presidência da República, essa questão é encaminhada para um colegiado...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quem decide isso, o Sr. Emílio Odebrecht?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É um colegiado da organização, do qual não participo. Indico o que pode ser acatado ou não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sªs - falo no plural - tinham a intenção de montar o PNO - Partido Norberto Odebrecht -, financiando mais de quarenta parlamentares?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não temos essa pretensão com relação a financimentos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas atuavam como uma Bancada aqui dentro. Quando dizem...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu desconheço...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Em seus documentos, há anotações dizendo que há uma lista de Deputados que atuam em favor da Norberto Odebrecht, em CPIs, em Comissões Permanentes, aprovando emendas em seu favor?

Uns cobrando e outros com promessa de apoio futuro.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, V. Exª é também um dos expoentes, em termos de competência.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Economizemos os elogios.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu sou uma pessoa que leio, também, e acompanho o trabalho parlamentar. O que ocorre é o seguinte: aquele documento é uma manifestação unilateral de um servidor da empresa, que não foi levado adiante, ok? Essa não é a posição da Organização.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ok.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A Organização não endossa.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Só adianto a V. Sª que não é unilateral, porque há, pelo menos, três ou quatro pessoas que participaram disso.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Esse documento que o senhor citou... O famoso documento que o senhor citou.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Tudo bem. Vamos adiante. V. Sª costuma se reunir com parlamentares fora do Congresso Nacional?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Todas os encontros que tive, quase na sua totalidade, que eu me recorde, foram feitos... Aliás, não foram muitos, não, Deputado. Talvez possa ter...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Onde foram feitos, senhor?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Nos gabinetes. Aliás, muito poucos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas V. Sª tem na sua agenda, marcado para o dia 16/08, um encontro na residência da Deputada Roseana Sarney.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Hum.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª tem conhecimento disso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu tinha um encontro marcado com a Deputada Roseana Sarney, que não se efetivou, para conversar sobre o processo de concessões; mas não se realizou.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Marcado pela Dª Angélica?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Minha secretária aqui em Brasília.

O SR. LUIZ SALOMÃO - De que se ia tratar nessa reunião?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ia tratar sobre assunto de concessões.

O SR. LUIZ SALOMÃO - De estradas ou de energia elétrica? Concessão de serviços públicos...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Concessão de serviços públicos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ligados à energia elétrica?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, não; em caráter geral.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Estava prevista a presença de um membro do Executivo nessa reunião?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem. Como V. Sª explica, então, a existência, nos papéis apanhados, na sua residência, de um ofício minutado e de um ofício de igual teor, firmado pela Deputada Roseana Sarney, propondo a modificação, o aumento de verbas para o Programa de Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário e de Abastecimento de Água de Imperatriz, no valor de 7,2 bilhões? Foram V. Sªs que prepararam esse ofício para a Deputada?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Esses documentos a que V. Exª se refere, Deputado, vieram do meu representante, lá, do Maranhão, que lhe foram entregues pelo Governador do Estado. Esse programa de Imperatriz é um programa de saneamento, cujo contrato é com o Estado. Lamentavelmente, a emenda, não se sabe por que, saiu para o município. Portanto, o Governador do Estado teve reiteradas reuniões aqui com os poderes competentes e não se conseguiu que... Essa mudança, inclusive, não foi efetivada.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª não acha uma coincidência estranha, de baixa probabilidade, terem sido apreendidos, na sua residência, documentos, emendas redigidas para o Sistema de Esgoto de João Pessoa e de Imperatriz com o mesmo teor, um firmado pelo Deputado Ivan Burity e outro pela Deputada Roseana Sarney, com o mesmo teor?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tenho esses documentos... Não tenho...

O SR. LUIZ SALOMÃO - O Porto de Natal é uma obra da Construtora Norberto Odebrecht?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tenho a impressão de que lá existem dois programas, sendo nosso um deles.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Um dos programas?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Uma das obras é nossa, que deve estar concluída.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª poderia detalhar o relacionamento entre a Odebrecht e o Ministério da Fazenda, no que diz respeito à execução orçamentária e a liberação de recursos?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não existe, não conheço nenhuma empresa, nem nós, que tenha relacionamento com o Ministério da Fazenda.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas eu tenho aqui, em minhas mãos, dois documentos para os quais chamo a sua atenção: o primeiro é sobre um plano de conversa - aquilo que os americanos chamam de **talk plane** - de V. Sª com o Sr. José Carlos Alves dos Santos; outro, com o Sr. Aurélio Nonô Valença. Além disso, tem aqui um memorando, assinado por V. Sª, convidando os Srs. Francisco Squetine e Paulo Fontenelle para fazer uma

palestra para os membros da Organização Norberto Odebrecht. Nesses documentos, V. Sª fala em descobrir meios de se elevar os valores que estão alocados para a Odebrecht e de conseguir espaço para as emendas de interesse da Odebrecht, que valem US$500 milhões.

V. Sª lembra desses documento?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu gostaria de ver esses documentos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Peço à Secretaria que os encaminhe. Estão firmados por V. Sª. Só se V. Sª negar a sua assinatura.

É sua a assinatura da última página?

V. Sª ou a Norberto Odebrecht pagou ao Sr. Squetine (?) ou ao Sr. Paulo Fontenelle por essa consultoria?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Em primeiro lugar, não tivemos reunião com o Paulo Fontenelle.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas estava programada.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Estava programada, mas não houve. Com relação ao Squetine (?), houve realmente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Os senhores o pagaram, como procederam com o Sr. Aurélio Valença.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não o pagamos. Quanto ao assunto Aurélio Valença, que nem conheço...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, V. Sª teve uma conversa com ele.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu, com Aurélio Valença?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim, senhor.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ele prestava consultoria para a CVPO, atividade esta que ele deixou, no momento em que entrou para o Executivo. Trata-se de um rapaz de grande valor.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Todos reconhecemos. Mas ele confessa, em declarações prestadas à imprensa, que prestava consultoria privada quando era membro da Assessoria de Orçamento da Câmara e que deixou essa consultoria quando passou para o DOU.

V. Sª concorda, então, que o grupo Norberto Odebrecht tinha entre os seus consultores o Sr. Aurélio Valença?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Durante um período, o Aurélio prestou consultoria à CVPO.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Remunerada?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu não sei lhe afirmar se foi remunerada ou não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Foi remunerado o Sr. Francisco Squetine, que fez uma palestra para o grupo?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sªs da Odebrecht arrogam-se o direito de acompanhar toda a tramitação orçamentária no sentido de garantir o fluxo de recursos para a continuidade de suas obras. Esta é uma situação. Outra é a tentativa de influir na composição do Orçamento, que está confessa nesse documento, nessa conversa programada com o Sr. José Carlos Alves dos Santos e com o Sr. Aurélio Valença.

Além do Dr. Eliseu Resende, que foi consultor da Odebrecht, o Sr. Wando* Borges também faz parte dos quadros da empresa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Wando Borges, não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ele não está chefiando ou chefiou recentemente uma missão do grupo Odebrecht à Tailândia?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu não tenho conhecimento.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Sª não tem conhecimento, mas saiba que esteve.

V. Sª é o responsável pela articulação da Construtora Norberto Odebrecht com as outras empreiteiras naqueles órgãos onde há acordos de preços?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, nós não participamos de nenhuma reunião para acordar preço.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª é quem cuida da fila, assim esquematizada: a que está em primeiro lugar ganha e, depois, passa para último, e assim sucessivamente.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Nós nunca participamos dessa famosa fila a que V. Exª está se referindo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª é quem articula a prestação de serviços entre empreiteiras na linha das subempreitadas?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Também não, Deputado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Por exemplo, com a SERVAZ, que tem como principal cliente, em aluguel de máquinas, a sua empresa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa questão operacional a que V. Exª se refere não se existe.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª, diante de uma lista que lhe foi indagada...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Permita-me, Deputado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pois não.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Exª me perguntou uma série de coisas sobre as quais não tenho conhecimento. V. Exª está me perguntando...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Estou lhe perguntando algumas e afirmando outras, mesmo que V. Sª decida não endossar a minha afirmativa.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - As outras foram perguntas?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Foram perguntas.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Porque nenhuma delas corresponde às minhas atribuições.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O nobre Relator indagou de V. Sª sobre as siglas, sobre as abreviaturas LM, G, ESTADO, C.W, NRMN. Essas siglas estão encabeçadas pelo Rio Grande do Norte. V. Sª pode fazer um esforço de memória para dizer quem é LM?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Infelizmente, Deputado, não posso...

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª disse que eram políticos do Rio Grande do Norte. Seria o Senador Lavoisier Maia?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu disse a V. Exª que a intenção futura de apoio político estaria na linha política, mas não me referindo a esse alinhamento que V. Exª colocou.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Seria o Senador Lavoisier Maia?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não sei.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor não sabe?! A letra é sua! Como o senhor não sabe se L.M. é o Senador Lavoisier Maia? O senhor foi irresponsável até agora, agora o senhor tem de se definir. Ou é o Senador Lavoisier Maia ou não é o Senador Lavoisier Maia, e faço-lhe outra pergunta em seguida. V. Sª tem que ter a hombridade de dizer. Se V. Sª escreveu, tem o dever de dizer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Depoente conhece o Senador Lavoisier Maia?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está ali, é aquele.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Coloquei as questões todas, inicialmente, com relação aos negócios das listas. Então, não vejo...

O SR. LUIZ SALOMÃO - A sua resposta ao nobre Relator pode ter sido aceitável para ele; para mim, é inaceitável. V. Sª, irresponsavelmente, com o conhecimento de pelo menos mais três pessoas, cujas caligrafias constam de outras folhas, arrolou, entre os percentuais, entre as anotações, a sigla LM. Há uma dúvida na CPI se se trata do ex-Deputado Luís Marques, até anteontem Diretor-Geral do DNOCS, ou se se trata do Senador Lavoisier Maia. V. Sª tem de dar uma resposta a esta questão, para não enxovalhar a honra de pessoas que, neste caso, têm siglas coincidentes.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, coloquei aqui e reitero que não tenho como dizer nomes de siglas.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª tem o dever de fazer isso. Foi V. Sª quem escreveu.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra, como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quero fazer um apelo ao digno Depoente para que, se possível, resolva essa questão, porque estamos, aqui, diante de um Senador da República, cujas iniciais correspondem...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Se é para declinar que é o Senador Lavoisier Maia, está declinado **a priori** que não é ele.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não era possível sairmos daqui sem esse esclarecimento.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Gostaria de indagar novamente a V. Sª...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pode ser Luís Maria, Lourenço Marques; outros nomes.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª também colocou no seu papel: porto de Natal, relator, e as iniciais VL. V. Sª estava se referindo ao Deputado Valdomiro Lima? Ao lado há o percentual 1,85.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não me recordo, não posso afirmar. Já pedi...

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª, além de irresponsável, é esquecido. V. Sª é irresponsável e esquecido. Então, vou refrescar a sua memória.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Meu caro Deputado, diz o jurista...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perdão, excedi-me, Sr. Presidente. Peço desculpas e retiro a expressão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a V. Exª que conclua, pois já ultrapassou o tempo em sete minutos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perdão, Sr. Presidente, mas é uma questão extremamente importante, para refrescar a memória tão frágil do nobre Depoente. Diz ele que "Tio" ou "P" poderiam ser ele próprio. O nobre Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein, já desmascarou essa farsa, mostrando que, pela forma com que está redigida, por quem é o sujeito, quem é a referência, não poderia ser ele.

Um dos expedientes, o ofício, a referência DSMM 4792, de Murilo Martins para AILTON REIS, fala que o que foi dispensado pela portaria do Paulino foi a celebração de convênios do DNOCS com os Governos dos Estados, permanecendo a exigência, prestação de contas, etc. Muito bem, descobrimos que o Paulino referido é o Sr. Paulino Garcia, secretário executivo do Ministério da Agricultura, aliás uma pessoa falecida, e firma a Portaria nº 213, de 21 de agosto de 1992. Então, já identificamos o "P" deste dilema, deste mistério que tinha sido colocado pelo Sr. Relator, é o Sr. Paulino Garcia, ex-Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, porque ele é o autor da portaria a que se refere o memorando do Sr. Murilo Martins. Eu lhe pergunto agora: não sendo o senhor o tio, quem seria o tio? O Ministro Cabrera, chefe do Sr. Paulino?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, qual o objetivo do tio, do senhor conhecer o tio? Porque não estou entendendo?

O SR. LUIZ SALOMÃO - "Peço seu empenho junto ao tio no sentido de complementar os valores prometidos para o terceiro trimestre..." e assim por diante. Pergunto-lhe, em primeiro lugar: seria o Ministro Cabrera, chefe...?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A responsabilidade de dar este apoio é minha.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Peço à Secretaria que informe ali com o documento. O nobre depoente está muito esquecido. O codinome "tio" refere-se ao Ministro Cabrera?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não sei, Deputado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Como é que o senhor recebe uma solicitação do Sr. Murilo Martins, seu colega de Norberto Odebrecht, pedindo que o senhor interfira junto ao "tio" e o senhor nega que conhece...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É irrelevante para mim se fosse o tio ou o pai, porque a responsabilidade de dar o apoio...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas para nós é relevante, porque o senhor está faltando com a verdade. Pergunto-lhe o seguinte: seria o Sr. Cabrera? O senhor diga sim ou não.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Seria o Presidente Collor?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então o PC Farias?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Hã.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela idade...

O SR. LUIZ SALOMÃO - O seu silêncio é suficiente.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não posso, não posso...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela idade dos dois primeiros parece que não caberia ser tio mesmo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado. Com a palavra o nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, sem descontar do tempo das minhas perguntas, gostaria que V.Exª fizesse um esclarecimento, não só a este Plenário, aos membros da CPI, mas também a todo o País.

Em conversa telefônica com o Delegado Magnaldo, fui informado que no dia em que foi fazer a busca dos documentos na casa do depoente, entrou em contato com o Senador Bisol, membro da Subcomissão de Patrimônio e que o mesmo esteve presente na apreensão dos documentos, como também entrou na residência do depoente. Sr. Presidente Jarbas Passarinho, seria muito importante que V.Exª esclarecesse a todos parlamentares da CPI, e como disse...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quem é esse cavalheiro aí? Assessor; que fica de costas para a Mesa; nem todos gostam de vê-lo de costas.

Dr. Gilberto.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª declarou que fez um contato com o Delegado Magnaldo...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Fiz um contato com o Delegado Magnaldo por telefone e ele me informou que entrou em contato com o Senador Bisol, membro da Subcomissão de Patrimônio, e convidou-o a ir à apreensão dos documentos. Informou ainda que o Senador esteve presente e que também entrou na residência do depoente.

A pergunta que faço a V.Exª, para esclarecer à CPI e ao País de uma vez por todas, é se V.Exª recebeu esse comunicado do Senador Bisol e se V.Exª autorizou o Senador Bisol a ir como membro da CPI na apreensão dos documentos ou se o Senador Bisol foi por sua livre e espontânea vontade como parlamentar?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Entendo bem a pergunta de V.Exª. Só receio que daqui a pouco esteja sentado ali naquele lugar.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, a intenção não é esta de jeito nenhum, mas está criando-se uma polêmica...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A pergunta é oportuna. Veja V.Exª que até comigo estava em silêncio, obsequioso. Estava em silêncio obsequioso. Acabamos de ouvir o nobre Senador, pelo Amazonas, que declara ter falado com o Delegado

Magnaldo. E está presente aqui no plenário o Delegado Federal que, a partir deste momento, começa a ser também uma ligação conosco, e a ele disse que, por escrito, mandei um documento dizendo que a ligação da CPI com o Delegado Magnaldo, que faz um inquérito paralelo a este, era o Deputado Moroni.

Porque o Delegado Magnaldo convidou o Senador Bisol, eu não sei. Qual o tipo de afinidade, qual a razão pela qual fez o convite, porque isso é sem dúvida uma descortesia, no mínimo, com esta Mesa. Não saí de Brasília um dia; o Deputado Roberto Magalhães, que é o Relator, e o Deputado Odacir Klein também não; nem à noite. É bom deixar isso claro. Então, por que não fomos contactados para acompanhar, se fosse o desejo do Delegado? Essa pergunta eu gostaria de fazer realmente, mas a ele, porque se colocamos aqui uma pessoa de ligação, deve ser essa pessoa de ligação conosco. Isso já nos deu aborrecimentos.

Vou tratar desse assunto aqui, em uma das nossas reuniões internas, naquelas que, antes de acabar, a imprensa já sabe de tudo que se fez. Agradeço a V. Exª a pergunta. Não houve autorização, não houve designação. Todos os casos que temos tido têm sido exatamente através de diligência nomeada. Satisfaz V. Exª?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Satisfaz. Muito obrigado, Sr. Presidente. Os dez minutos agora com o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Começo a contar agora o tempo de V. Exª.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O senhor poderia confirmar ou negar se alguma vez realizou reunião sobre Orçamento, liberação de recursos junto a algum órgão da Administração Federal, na residência da Deputada Roseana Sarney ou de algum membro daqueles citados pelo jornal? Sim ou não?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor realizou algum tipo de negócio, compra e venda, pagou algum valor a alguma das pessoas, a algum dos parlamentares citados pelo jornal?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor é acostumado a almoçar, jantar, fazer reuniões na residência de parlamentares?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, porque nunca fui convidado, nunca tive oportunidade.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Nunca foi convidado. No seu conceito, qual o lucro bom, justo, de modo geral, em qualquer país do mundo, de uma empresa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O lucro maior é aquele de receber em dia, não importa quanto.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Pergunto a V. Exª, sou empresário.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A margem de lucro real é 10%.

O SR. GILBERTO MIRANDA - 10% é real? Como V. Sª explica se, nas suas anotações, havia 3%, mais 3%, mais 8%? No meu entender, para concluir, se o lucro é 10%, como a empresa se propunha a distribuir 10% em campanhas eleitorais, por sugestão de V. Sª, que é um homem competente, que está há vinte anos na empresa? Só para que eu entenda que não existe superfaturamento nas obras da Odebrecht.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Já expliquei que esses percentuais não têm nada que ver com o problema da obra. São percentuais em relação a um valor que será consignado para a campanha política; não têm nenhuma relação com o valor de obra. Senador Gilberto Miranda, esse assunto de obras superfaturadas - permita-me um minuto - foi falado muito aqui e eu gostaria de falar um pouco sobre o problema.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Agradeço. O senhor me desculpe, mas só tenho dez minutos, senão o Presidente me cassa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não lembre meu passado!...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Desculpe-me. Eu gostaria de retirar dos Anais a palavra "cassação". O Presidente toma o meu tempo de dez minutos.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Obras superfaturadas são obras que a pessoa fatura, recebe, mas não fez.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sei, mas nas suas anotações consta...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não temos isso.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Nas suas anotações consta 10%. Para quem tem lucro de 10%, a empresa iria trabalhar de graça. Não acredito que empresa nenhuma trabalha de graça.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É exatamente por isso que esses percentuais não se referem, não têm nada que ver com lucro.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Como é que V. Sª, já em abril, fazia as anotações, atribuindo valores a dar a parlamentares, baseado em lei eleitoral, se a mesma não estava aprovada?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tínhamos apenas previsões de um processo de acompanhamento. Mas volto a dizer que nada foi prometido, nada foi solicitado, não era de conhecimento dos parlamentares; eram elucubrações internas minhas.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. depoente, o senhor poderia, para que não tenhamos mais surpresas nesta Comissão, tendo em vista que existem aproximadamente

oitenta disquetes e muitos documentos ainda, explicar-nos ou esclarecer-nos, de preferência sem omitir nada, que surpresas mais o País pode esperar? Essa lista pode aumentar? Existe mais irresponsabilidades de V. Sª, em anotações, sem que parlamentares ou pessoas saibam? É uma pergunta.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A relação de documentos que saiu de minha casa deveria ter sido anotada para que eu também tivesse conhecimento.

O SR. GILBERTO MIRANDA - No relatório do Senador José Paulo Bisol, que todos os Senadores tivemos a oportunidade de ver, consta que há parlamentares que foram citados e claramente usados sem receberem nada e há outros que foram enganados pela empresa. Quais foram citados, quais foram enganados, quais foram usados?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É uma boa pergunta para ser feita ao Senador José Paulo Bisol.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quais os valores ou qual o montante de valor que a Odebrecht conseguiu liberar do Orçamento do DOU, quando este estava contingenciado?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A Odebrecht não consegue liberações; quem consegue são os donos dos contratos, são os governos estaduais. Como já afirmei anteriormente, só para elucidar essa questão, a nossa participação em dotações orçamentárias é mínima, variando em torno de 5 a 8% nos últimos três anos.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Nos papéis encontrados na sua residência, pudemos ver um extrato bancário do Banco Econômico, se não me engano, no qual se observa que, entre o dia 22 de julho e 26 de julho, em apenas quatro dias, V. Sª movimentou Cr$600 milhões (seiscentos milhões de cruzeiros); para nós é muito difícil, tendo em vista que isso foi em julho, calcular quanto seria em dólar essa quantia. Seu imposto de renda resiste(registra?) a esses valores? V. Sª tem essa disponibilidade? V. Sª recebe na sua conta dinheiro da empresa para outras despesas, sem que seja diretamente na conta da empresa? V. Sª assina cheques pela Empresa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Exª fez uma série de perguntas; não peguei todas, mas vou tentar esclarecê-las.

Meu imposto de renda todo está à disposição integral do País, dos Srs. Parlamentares, não há nenhuma dúvida; se todos os impostos de renda deste País estivessem arrumados e dentro do figurino, como o meu...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Cr$600 milhões (seiscentos milhões de cruzeiros) é muito ou é pouco? V. Sª tem esse dinheiro à disposição para, em quatro dias apenas, dar cheques no valor de Cr$600 milhões (seiscentos milhões de cruzeiros)?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Senador, eu tenho minha renda: 50% advém da venda de gado, atividade à qual me dedico em todos os fins de semana. Trabalho em todos os fins de semana.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não quero saber se V. Sª tem gado ou não; apenas se resiste(?) ou não, Sr. Depoente. V. Sª tem esse valor disponível?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tenho.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Então está ótimo.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não é só V. Exª quem tem dinheiro não, Senador.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Penso que não cabe a V. Sª perguntar a mim; quem pergunta a V. Sª sou eu. V. Sª só está aqui para responder; e eu não estou, em nenhum momento, querendo abusar do fato de V. Sª estar na frente da televisão, de jeito nenhum. Estou simplesmente fazendo perguntas que não foram feitas, e tenho aqui a cópia de seu extrato do dia 27 de julho, em que movimentou Cr$600 milhões (seiscentos milhões de cruzeiros). Eu só quero saber se V. Sª tem, se V. Sª resiste(?), se a empresa deposita ou não.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tenho tudo em ordem. E lhe digo mais: mantenho uma conta-corrente diária de tudo o que faço, e quando a Polícia Federal esteve em minha casa, ela levou esse levantamento desde o dia primeiro de janeiro. Estão lá os ingressos e saques, tudo muito bem detalhado, e o Senador teve acesso a isso.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. depoente, após todas as denúncias, V. Sª pretende, caso os parlamentares que constam dessa relação, irresponsavelmente escrita, não tenham nenhuma punição - espero que muitos ou a maioria, pelo que ouvimos de V. Sª não têm nada a ver, não sabiam, simplesmente eram suas anotações -, V. Sª ainda pretende mandar essa lista de apoio para 1994 a esses parlamentares?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa é uma questão que a organização é que vai definir.

O SR. GILBERTO MIRANDA - A empresa ainda pretende mandar presente para aquela lista que apreendemos na sua casa? Acredito que ninguém mais está querendo receber presente da Odebrecht.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Os brindes, as agendas tão polemizadas, tenho certeza que todos nós os recebemos em nossa casa de todos os amigos que nos consideram.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Eu queria aproveitar para pedir ao Presidente da Mesa, e farei posteriormente o requerimento, a quebra do sigilo do fax da Odebrecht em Brasília, e se V. Sª tiver, da sua casa. Nós encontramos um fax entre os papéis: Brasília (DF), 2 de setembro de 1993, para o Deputado José Geraldo Ribeiro, fax (061) 318.22.2?, e não dá para se ver. Aí há o nome de duas obras de Pólo Cloroquímico, Formosa (BA), Belo Jardim...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Senador, tenho a impressão de que V. Exª está tratando de um assunto que eu tratei. No seu caso, é o próprio **fax** ou é uma minuta?

O SR. GILBERTO MIRANDA - É uma minuta.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ah, é a que tenho também. Ele nega que tenha sido expedido.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ele nega a extensão do pedido?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Negou.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Eu gostaria de fazer um requerimento à Mesa para pedir, depois, que possamos analisar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Tendo em vista o bom andamento dos trabalhos, eu atendo os apelos do Deputado José Sarney Filho, no sentido de retificar a minha informação de que havia um ofício da Deputada Roseana Sarney pedindo liberação de verbas. Eu me equivoquei. Na verdade, é um pedido para transformar o executante do município em Estado.

Era só essa retificação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Fica feita a retificação.

Eu vou conceder a palavra ao nobre Senador Elcio Alvares, que é um dos padrões nossos, aqui, da forma elegante de fazer inquirições.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente e eminentes colegas, eu tinha algumas perguntas, mas, dentro da economia de tempo que deve nos assistir, eu quero dizer que o depoente já manteve uma linha de depoimento declarado. O depoente se escusou na negativa, então eu não gostaria de ser repetitivo e nem tampouco, a esta altura, deixar de respeitar aquilo que o depoente quer dizer perante esta Comissão. Porque mesmo que nós possamos divergir, no momento em que venhamos a fazer um juízo a respeito de suas respostas, eu tenho normas, sou um advogado, de que o depoente, neste momento, quando presta depoimento, tem o direito de dizer sim ou não. Agora, a conclusão do nosso julgamento, evidentemente será feita na sessão de julgamento. Portanto, para não ser repetitivo, porque acho que as perguntas mais importantes já foram feitas, principalmente por aqueles que estão tendo o trabalho altamente louvável e elogiável de fazer um levantamento. Eu digo neste momento que a nossa Subcomissão de Subvenções Sociais por não ser, talvez, a Subcomissão que tivesse qualquer envolvimento com a Norberto Odebrecht - também não averiguou nem apurou alguma coisa de relevância - razão pela qual, neste momento, declino da minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V.Exª e entro na lista dos suplentes, concedendo a palavra ao nobre Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, Sr. depoente, V. Sª prestou compromisso de dizer a verdade; se reservou, no entanto, o direito de não declinar a identificação das pessoas nominadas através de siglas. Estas siglas já foram de conhecimento público, em virtude de uma apreensão legítima, legal, feita em sua casa por determinação do Supremo Tribunal Federal. Eu acredito que dentro dessas circunstâncias V. Exª não tem o direito, pelo contrário, V. Exª tem a obrigação de declinar os nomes das pessoas identificadas por siglas. V. Exª prestou o compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, e V. Exª sabe que todas essas siglas já são do conhecimento público. Portanto, volto a insistir que o senhor está aqui sob compromisso, sob as penas da lei, de declinar esses nomes.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Deputado, sobre essa questão de declinar nomes, eu pediria ao Deputado que reconsiderasse, em função, como já expliquei, de que eram anotações de caráter pessoal. Estou disposto, à semelhança do que foi feito aqui, a colocar, como no caso, por exemplo, do Senador Lavoisier Maia, que não é o nome dele que está ali; do Deputado Valdomiro Lima, não é o nome dele, está certo? E outros que V. Exª, por acaso, esteja querendo mencionar dentro do processo de...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Posso intervir por um momento?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estará o Deputado Luiz Máximo, cujo nome também as iniciais são L e M...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Não, não tenho a mínima preocupação com o L e M, sou Deputado apenas a partir de janeiro deste ano, não sou do Rio Grande do Norte, sou de São Paulo. Portanto, a preocupação não é essa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas, a empresa é nacional.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Então, V. Sª persiste na intenção de não fazer a declinação dos nomes referentes àquelas siglas?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O motivo a que me reservo para não declinar é que essas anotações estão restritas e em caráter pessoal, e não redundam em solicitações, em promessas, em pagamentos. No momento em que declinar nomes, aí, as pessoas estarão "pichadas" por coisas que não existiam. Então não posso, porque não houve solicitação, não houve pagamento, não há como estar declinando nomes de anotações de caráter pessoal.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Eu recebo a posição do depoente, embora com ela não possa concordar e, obviamente, faremos, no momento oportuno, a avaliação desse seu comportamento.

Outra pergunta que faço é a seguinte: V. Sª disse que a questão dos percentuais, da indicação de Parlamentares, tudo não passou de um mero exercício de elucubração, com uma projeção para o futuro de eventuais contribuições para campanhas.

Temos documentos que foram apreendidos na sua casa datados de 1993, após a aprovação da lei eleitoral, que permite a contribuição de pessoas físicas e jurídicas, mas temos também documentos datados de 9 de abril de 1992. V. Sª falou que tinha que fazer esse trabalho dessa maneira para depois submetê-lo à apreciação de um colegiado superior da organização. Quer dizer que mesmo em 1992, em abril de 92, sem a existência ainda da lei eleitoral, porque ela só foi aprovada na Câmara em 15 de setembro de 93, aprovada no Senado no dia 22 de setembro de 93, e que veio a ser publicada no dia 1º de outubro deste ano, quer dizer que naquela oportunidade a ODEBRECHT já tinha, então, como programação eventual auxílio a políticos em campanhas?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Já tinha mesmo sabendo que naquela oportunidade a proibição...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A proibição de pagar. Não pagamos nem fomos solicitados para tal, então, são previsões para estudo, que poderiam ser aprovados ou não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Mas, sim, quer dizer que existia a intenção, porque estava sendo feita essa projeção, seria submetida a órgão colegiado e mesmo se não fosse aprovada a lei teria essa intenção para futuro dado?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, essa decisão seria tomada só na época da campanha em 1994.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Uma outra pergunta que tenho que fazer a V. Sª é a seguinte: qual o seu grau de relacionamento com o Sr. José Carlos Alves dos Santos?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O meu relacionamento?

O SR. LUIZ MÁXIMO - O seu relacionamento.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Estive com o Dr. José Carlos Alves dos Santos umas duas vezes, uma formalmente, através de uma audiência que pedi, quando tomei conhecimento da pessoa dele, pareceu-me uma pessoa extremamente competente, e apenas nos deu alguma informação sumária da visão orçamentária e nada mais que isso.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Porque dentre os documentos apreendidos em sua residência tem um denominado agenda, reuniões e palestras. Está aqui marcado agenda, almoço com o Dr. José Carlos Alves dos Santos, Brasília, 15 de setembro de 1992. V. Sª também programou almoço com o Dr. José Carlos dos Santos?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Como afirmei, estive em torno de duas a três vezes com o Dr. José Carlos Alves do Santos. É possível ter estado em um almoço com ele.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Sª não se lembra com precisão.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Com precisão, a data não; mas me recordo, isso pode ser, inclusive, perguntado a ele, não sei se ele se lembra de mim, porque numa conjuntura dessas, três vezes só que possa ter estado, num período de um ano e meio, é possível, talvez, que ele me conheça superficialmente.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Também dentre os documentos apreendidos em sua residência...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Significa que esses aspecto do conhecimento através de solicitação, informação, ou de conceituação técnica é possível que possa ter sido o motivo dessas reuniões.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Dentre esses documentos, recolho um que traz a seguinte epígrafe: Programas com o Deputado JCA; depois vem a sigla MBES. Tem aqui várias emendas, obras de drenagem nas Avenidas V. da Gama, Ugungé e Bunogó(?) em Salvador - Bahia. Valor solicitado com 11 milhões 750 mil, valor atendido, 2 milhões; depois tem outra emenda para o sistema de adutora de São José do Jacuipi na Bahia, valor solicitado 11 milhões, valor atendido, 1 milhão. Depois vem o sistema de adutora de Capela do A Alegre e Pintados na Bahia; valor solicitado 11 milhões, valor atendido 10. Depois temos emendas relativas ao Ministério da Integração Regional, obras de infra-estrutura urbana na Região Córrego de Salgadinho - Alagoas. Valor solicitado 3 milhões, valor atendido 1 milhão e 600. Depois temos mais emendas aqui. Mais uma, duas, três, quatro, cinco outras emendas. Gostaria que V. Exª explicasse o que quer dizer isso: "Programas com o Deputado JCA."

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Queria ter uma cópia do ...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pede o segurança para apanhar o programa com o Deputado.

O SR. LUIZ MÁXIMO - É. Gostaria que explicasse o que quer dizer esse "Programas".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É bom que se explique. É bom que se explique.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Peço para devolver, pois não tenho outra cópia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Para aliviar um pouco a tensão...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, em resposta a sua pergunta, a citação dos "Programas", na realidade, era apenas para referir que os dois primeiros programas eram emendas do Deputado Aleluia da Bahia. Não tem nenhum outro tipo de conotação.

O SR. LUIZ MÁXIMO - É apenas para referência.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - As duas primeiras emendas eram do Deputado Aleluia.

O SR. DEPUTADO - Mas não tem o nome do Deputado Aleluia.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A organização também tinha ou tem o modo de proceder, fazer ofícios, cartas, projetos, encaminhar, apresentá-los a Governadores, Prefeitos, Parlamentares, para que subscrevam que a ODEBRECHT os encaminhasse, porque foram apreendidas minutas de ofícios neste sentido.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essas minutas de ofício apreendida em minha residência-escritório são fornecidas pelos nossos clientes. Pode ter sido pelo Governador, pode ter sido pelo Prefeito ou Presidente do órgão. Não me parece que isso configure nenhum tipo de decisão que possa prejudicar qualquer situação, porque visa um conhecimento nosso.

Deputado, o grande problema é o seguinte. É o dilema de parar ou seguir com a obra. O governante, o dono da obra, quer que a obra seja tocada. E ao querer que a obra seja tocada precisa que os recursos vão para lá; ele faz a versão dele, mas a ação de acompanhamento que é o nosso caso, porque a ação institucional é de responsabilidade do poder político. E principalmente os Governadores, Prefeitos e Presidentes de autarquias do Nordeste, que é a maioria desses programas que estamos falando, têm dificuldades de conseguir, porque há uma competição muito grande a nível nacional. Então, evidentemente que a ele não interessa que a obra pare e a nós não interessa ter contrato-obra paralisado, daí por que o nosso conhecimento, porque senão teremos de parar.

Hoje estamos em um dilema: vamos ter de parar quase tudo, porque não temos - nem nós, nem os donos das obras - condições de fazer uma avaliação sobre qual é o volume de ingressos que vai ocorrer nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março.

Então, o nosso grande problema é o de que os nossos colaboradores, os nossos funcionários são pessoas que vêem. A Odebrecht teve, há quatro anos atrás, 20 mil funcionários no Brasil, só a Construtora. Hoje estamos com sete. Esses homens são um patrimônio, porque fizemos obras altamente especializadas.

A posição da Odebrecht de estar participando de obras menores é um problema de sobrevivência dessas famílias e desses profissionais, daí por que, para nós, seria mais cômodo sair desses programas de menor relevância e não nos dedicarmos a esse tipo de programa. Inclusive, esse é um assunto extremamente polemizado dentro da empresa, porque achamos que deveríamos estar fora desses programas, e os homens regionais, os nossos representantes regionais, os nossos gerentes, que têm uma tradição...

Veja-se, por exemplo, o caso de Pernambuco, o caso da Paraíba. Quer dizer, os volumes de obras que estão sendo praticados aí são mínimos; e se isso gerar um volume maior de desemprego, aí é que a situação... Nós sairíamos de sete mil homens para três a quatro mil. Essa é uma decisão que estamos sempre pesando.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Pelo que entendi - se eu estiver equivocado, por favor, corrija-me -, está havendo uma inversão do procedimento. A Odebrecht era e é procurada por prefeitos, governadores, mesmo por presidentes de autarquias, como o senhor falou, por políticos e Parlamentares para que ela interceda junto ao Executivo para a liberação dos recursos?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O senhor entendeu mal a minha colocação.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Se entendi, quero que o senhor me retifique.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu citei o exemplo aqui colocado pelo Senador Francisco Rollemberg de que o pólo cloroquímico lá de Sergipe, que foi uma obra atrofiada durante muito tempo, talvez porque interesses políticos não quisessem que...

O SR. LUIZ MÁXIMO - A campainha, Sr. Presidente, é uma advertência para mim?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não é advertência; é apenas uma lembrança sonora de que V. Exª já ultrapassou quatro minutos do seu tempo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Quatro minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas ouço V. Exª.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Vou, então, encerrar, fazendo uma última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A mim ou a ele?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Eu olhei para V. Exª para ver se obtinha a sua aquiescência.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Então, pergunto ao Depoente o seguinte: nos documentos apreendidos há também uma minuta de um projeto da Companhia de Água e Esgoto do Amapá - CAESA -, onde é feita uma observação no mínimo intrigante: "mudar os termos para não ficar manjado". Peço a V. Sª que a comente.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não conheço essa citação, nem esse documento.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor não a conhece, não tem nenhum comentário a fazer, nenhuma explicação a dar? A empresa...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esse documento... Como disse a V. Exª e aos demais ilustres Parlamentares, eu recebo solicitações, informações.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Mas mesmo assim, mesmo recebendo as informações, o que quer dizer isso? Eu transmitindo isso para o senhor, agora, o que significa "mudar os termos para não ficar manjado"? O que quer significar isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Como não escrevi, não posso dar a interpretação.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Mas o senhor não sabe o que significa não ficar manjado?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não sei qual foi a intenção de quem colocou isso.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor não sabe, então, dar qualquer interpretação a essa frase?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, seria... Como não participei da discussão que levou a essa observação, não tenho como...

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor sabe, pelo menos, o que significa manjado?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É evidente, Deputado.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor sabe o que significa. O senhor pode explicar-nos, na sua concepção?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O senhor quer que eu explique a palavra manjado?

O SR. LUIZ MÁXIMO - O que o senhor entende sobre o que seja manjado.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Manjado é conhecido, evidente, não é? Não sei se foi essa a intenção da pessoa que colocou.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sim, porque normalmente é um termo muito utilizado na gíria policial; entre aqueles que procuram praticar algo que não seja lícito, usa-se essa expressão: "cuidado para não ficar manjado, para não ficar marcado, para não deixar pista, não deixar rastro." Esse é o significado que normalmente se tem, pelo menos no meu Estado é assim. Mas se na Bahia ou no Amapá tem outro significado, como o Deputado José Dirceu fala de "manjar", não sei. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concluiu, Deputado?

Vamos tomar um intervalo. Talvez nos socorramos do novo Aurélio para verificar se há alguma identificação no verbete diferente dessa. Mas creio que V. Exª acertou em cheio a interpretação, pelo menos no vulgar.

Tomaremos um intervalo de 5 a 8 minutos.

(A reunião é suspensa às 19h34min e reaberta às 19h40 min)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Barbosa.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Dr. Ailton Reis:

Na semana passada, as instituições tremeram diante do relatório aqui apresentado pelo eminente Senador José Paulo Bisol.

Dentre as graves colocações que S. Exª fazia, uma delas era a de que as prioridades do Estado brasileiro eram fixadas não por este, mas pelas empresas empreiteiras e acusava a Odebrecht de comandar um **pool** de empreiteiras que definiriam as prioridades do Estado brasileiro, mantendo uma política de interferência junto aos governantes no sentido da fixação dessas prioridades.

Decorridos alguns dias, constatou-se que as coisas não eram bem assim. Entretanto, pergunto a V. Sª se a sua empresa mantém como política o trabalho de influir junto aos governantes para definição de obras a executar.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Deputado Lázaro Barbosa, a Odebrecht não pode, não tem o direito e não faz nenhuma ação isolada visando priorizar os seus programas. Na realidade, a nossa ação é de acompanhamento para evitar que as obras sejam paralisadas. A decisão de paralisar ou não também não é nossa. A única decisão que temos é a que não podemos ir ao mercado financeiro captar recursos para tocar a obra. Fizemos muito isso no passado e tivemos que ir buscar dinheiro no exterior para pagarmos as nossas dívidas. A nossa experiência foi desastrosa, levando-nos quase a fechar a organização no Brasil.

Começamos a fazer obras; os governadores querem obras, os prefeitos também e, na hora de obter os recursos, aí é que é o problema. O que precisamos é que haja uma consciência de priorização de obras, de concluir as obras atuais, de não lançar programas novos e, para isso - essa decisão também não é da Odebrecht nem de nenhuma empresa; é daquele que tem responsabilidade com a comunidade quem decide o ritmo de uma obra é responsável por ela: o contratante - o governador, o prefeito.

Todavia, seria descabido que nós, prestadores de serviço, não apoiássemos os clientes, desde que solicitados, para que o programa pudesse ser tocado. A nossa função não é decidir nem influenciar; é apoiar, desde que esse apoio seja solicitado. Ninguém apóia quem não quer, em nada na vida.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Dr. Ailton Reis, tornou-se lugar comum citar ultimamente que as obras públicas no Brasil têm um preço muito mais alto do que em outros

lugares do mundo. V. Sª, com a sua experiência de administrar obras de porte, tanto no Brasil quanto no exterior, confirma essa versão? E se confirma, quais as razões?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A nível de países do Primeiro Mundo, não há a menor dúvida de que o Brasil faz obras bem mais caras; a nível de países de Terceiro Mundo, salvo outros países da África que, talvez, trabalhem com custos mais elevados do que os nossos, não sei; estamos mais ou menos nivelados em termos de América Latina.

Vamos separar duas coisas: obras superfaturadas de obras com preço alto. As superfaturadas são aquelas obras em que a empresa fatura e recebe mais do que ela fez. Estou falando como engenheiro, tecnicamente. Como tal, obras superfaturadas são aquelas que se faturam, mas se executou menos do que estava previsto. As obras brasileiras são obras caras, porque não há um cronograma; os projetos não são bem estudados; não há responsabilidade quanto a pagamentos e o fluxo de caixa com o custo financeiro elevado é que determina o preço da obra. O preço da obra é função do tempo.

Outro fator importante é a inflação. Se houver regulamentação de que o Estado possa cumprir com suas responsabilidades, não tenham a menor dúvida de que os custos de obras brasileiras têm que ser reduzidos substancialmente.

O SR. LÁZARO BARBOSA - A juízo de V. Sª, essas seriam as causas determinantes das obras públicas no Brasil serem mais caras do que as do mesmo porte, realizadas nos países de cultura mais amadurecida?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Na minha avaliação, há também um fator relevante que são os projetos bem escolhidos, que tenham custo-benefício. Há um problema de projetos mal estudados que se alia a esse assunto da inflação, do processo de falta de recursos. Há obras no Brasil feitas em dez ou quinze anos. Não tem alguém que assuma o custo financeiro. Ou a empresa que está construindo, ou o proprietário, ou o Governo. Alguém assume o custo; algo que pode ser feito em três anos, no Brasil, é feito em dez. Ninguém aguenta! Sai ruim e caro para todo o mundo. Ninguém ganha dinheiro no processo inflacionário. Numa obra, hoje, feita com a inflação de 30%, aparentemente, o faturamento de 100% é um número grande. No dia em que ele receber aquele 100%, representará 70%. Há um processo de deformação próprio do processo inflacionário e de uma política melhor orientada nesse sentido.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Dr. Ailton Reis, V. Sª concorda que o modelo de gestão da coisa pública no Brasil precisa mudar inteiramente?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa bandeira, o nosso grupo vem defendendo uma menor participação do Estado. Evidentemente, o Estado tem que estar presente nos grandes temas, nos problemas fundamentais da população. É inevitável que se caminhe de uma maneira associada com os problemas da sociedade, visando compatibilizar essas questões de iniciativa privada, capital estrangeiro e o Governo como um todo.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sr. Presidente, vou encerrar as perguntas. Na verdade, entendo como o nobre relator mais ou tão importante, ao mesmo tempo, como definir responsabilidades de possíveis Parlamentares envolvidos no tráfico de influência e que tenham com isto quebrado o decoro parlamentar para a indicação dessa CPI, para que sofram as punições cabíveis. É preciso que geremos, no âmbito desta CPI, condições para despertar a consciência do País para reformar as nossas instituições. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado. Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Franca.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa: Dr. Manoel Ailton Soares dos Reis, V.Sª é um dos diretores da empresa Odebrecht e, certamente, conhece muitos Parlamentares pessoalmente ou por meio da Imprensa.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Pessoalmente, não, mas gostaria de conhecer. Conheço pela imprensa, porque leio muito.

O SR. ROBERTO FRANCA - Não conhece muitos, mas conhece alguns?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Alguns.

O SR. ROBERTO FRANCA - V. Exª me conhece?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, senhor.

O SR. ROBERTO FRANCA - Já me viu?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Pessoalmente, não. Conheço de nome por várias manifestações de V. Exª através da imprensa, da televisão. Conhecia de nome talvez porque tenha um amigo também chamado Roberto Franca.

O SR. ROBERTO FRANCA - V. Sª tem um amigo chamado Roberto Franca?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sim.

O SR. ROBERTO FRANCA - É um amigo particular?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, é conhecido do Rio de Janeiro.

O SR. ROBERTO FRANCA - Do Rio de Janeiro?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sim.

O SR. ROBERTO FRANCA - Não, porque a família Franca é grande na Paraíba. O prefeito Francisco Franca é parente distante. Faço essa indagação porque a família Franca é uma. Tem muito França. É importante saber se V. Exª realmente tem um amigo com esse nome ou um nome maior. O meu é Roberto Franca Filho.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. O Roberto Franca que conheço é do Rio de Janeiro.

O SR. ROBERTO FRANCA - Eu gostaria de conhecer esse Roberto Franca do Rio de Janeiro, Sr. Presidente. V. Sª certamente facilitará esse contato.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Para maior esclarecimento, qual é a correlação?

O SR. ROBERTO FRANCA - Veja bem. Meu nome foi citado na lista de parlamentares amigos do Nordeste. Pode ser que em outras circunstâncias também apareça um Roberto Franca. Por isso, tenho interesse nesse particular...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - No caso específico dessa famosa lista, o nosso pessoal da área Nordeste encaminhou essa fatídica lista para cá, que foi arquivada.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Ailton Reis, sei que essa lista não foi de autoria de V. Sª; foi de um escritório regional do Nordeste.

Então, é plausível supor que a organização tenha feito avaliações de outras regiões ou só do Nordeste?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Estava fazendo em outras regiões mas sem conexão com o meu trabalho.

O SR. ROBERTO FRANCA - Criou-se para a Região Nordeste um estigma muito forte. Parece até que a Região só desenvolve ações no Nordeste. No entanto, sabemos que é uma empresa que trabalha no Brasil e no exterior.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa observação é importante.

O SR. ROBERTO FRANCA - De forma que, se tivesse sido encontrado um documento com avaliação global, talvez tivéssemos uma avaliação global, como já vimos em outros documentos que a empresa faz, do ponto de vista estratégico, e pudessem ser incluídos 200 ou 300 parlamentares que estão sendo avaliados. Por coincidência, o Líder do Governo é de Pernambuco. Por isso S. Exª é mencionado. Parece até que, no caso do Nordeste, a empresa tem uma relação especial de amizade com alguns parlamentares do Nordeste. Nesse ponto aparece o Deputado Miguel Arraes, que é uma liderança nacional com base em Pernambuco e que foi mencionado pela viabilidade da sua campanha que está na rua.

V. Sª afirma que a empresa também recomendou a elaboração de documentos parciais por todo o Brasil?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, essa questão foi colocada pela imprensa de uma forma deformada. Seria leviandade, irresponsabilidade, incompetência da empresa se propor a fazer uma avaliação e criar uma situação desagradável para ela e para os outros.

O lado pejorativo não pode ser debitado à nossa organização. Eu não quero entrar no mérito dos aspectos políticos e parlamentares, o que não me compete nem à nossa organização. Efetivamente, estou aqui em meu nome pessoal e da empresa para reiterar que, na lista de pessoas que estão em meus manuscritos pessoais, não há qualquer alusão a pagamentos, a solicitações ou a qualquer coisa dessa natureza. A lista em que constou o nome do Deputado Miguel Arraes foi inserida dentro de um contexto de uma pessoa de uma visão que não é a da organização como um todo e, na hora em que ela veio ao meu conhecimento, acusei porque achei que não tinha cabimento. E checamos essa posição. Foi um problema de má interpretação, de um desejo e não de uma solicitação. São coisas muito diferentes.

É natural que as pessoas que estão lá no Nordeste desamparadas e precisando de apoio, no nosso caso... porque, se deixarmos o nosso pessoal lá sem apoio, pára tudo. Essa é que é a questão. Se deixar o Estado da Paraíba sem apoio, pára. Então, isso foi feito com boas intenções. Infelizmente, criou-se essa celeuma toda e está-se prejudicando todos: a mim, pessoalmente, minha Organização e o nome de muitos parlamentares que estão aí. E eu estou aqui para resgatar, em meu nome pessoal e no da Organização, esse mal-estar criado. É preciso haver grandeza de espírito de todos, porque desejar mal ao próximo é um pecado.

O SR. ROBERTO FRANCA - Estou com um documento aqui, em caráter confidencial e restrito, assinado por V. Sª, que diz respeito ao resultado de uma reunião mantida às 10h30min, com o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda. A Odebrecht tem algum interesse na privatização da ELETROBRÁS?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Olhe, não temos nenhum plano com relação à privatização do setor elétrico. Defendemos a privatização como modelo institucional. Mas, em princípio, não temos nenhum programa voltado para o assunto setor elétrico, a não ser receber as dívidas, que vêm sendo um calote muito longe

O SR. ROBERTO FRANCA - Num outro documento, Dr. Ailton, há uma referência a avaliações macropolíticas, analisando cenários futuros - "se nada for feito, PT no poder". E há um Item 4, que fala no que fazer: então, liberar bandeiras que possam unir, entusiasmar e responsabilizar o empresariado e, nesse item, dá como exemplo a privatização e a revisão constitucional. Em outro item, fala-se, também, que devemos considerar lutar pela concentração do Congresso na reforma constitucional. V. Sª poderia explicar no que a Odebrecht está pretendendo lutar, de que forma, para que o Congresso, vamos dizer, concentre-se na revisão constitucional? Há um interesse específico, no caso da Odebrecht enquanto empresa, nessa revisão?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Evidentemente, como parte da sociedade, todos os brasileiros têm condições e devem opinar sobre os grandes temas. A capacidade de influenciar ou não é um problema difícil de ser mensurado, mas é um direito de todos os cidadãos poder opinar sobre os grandes temas.

O SR. ROBERTO FRANCA - Quer dizer, então, que há um item...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - As questões políticas aí são um outro tipo de avaliação.

O SR. ROBERTO FRANCA - Porque há um item aqui muito grave, quando identifica como uma coisa que deve ser considerada a dissolução de passeatas e de CPIs para envolvimento de empresários de qualquer setor. Veja que é muito grave o fato de uma empresa se dispor a considerar a hipótese de entrar, não sei de que forma, na dissolução de passeatas e de CPIs.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Desconheço essa posição desse documento colocado como da Odebrecht dessa forma. Eu gostaria de conhecer esse documento.

O SR. ROBERTO FRANCA - O documento foi mencionado, está aqui: Documento 1, página 5.

Mas, Sr. Presidente, havia outras perguntas que já foram feitas. No momento estou satisfeito. Talvez o Relator-Geral possa, na sua conclusão, finalizar as perguntas ainda.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Por permuta com o Senador Bello Parga, cuja inscrição fica para o final da lista de suplentes, concedo a palavra ao Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, eu queria agradecer ao Senador Bello Parga, muito gentil e cavalheiro, porque, tendo em vista a necessidade de um compromisso, pedi a S. Exª que invertesse a ordem e S. Exª fez a gentileza de me atender.

Sr. Ailton, como V. Sª se situa na Organização? V. Sª é funcionário da **holding** ou é da Construtora Norberto Odebrecht?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Senador Mário Covas, eu pertenço aos quadros da Construtora Norberto Odebrecht, não falo pela **holding**.

O SR. MÁRIO COVAS - Nos quadros da Construtora, em que nível V. Sª está?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sou diretor estatutário da empresa. Reporto-me ao diretor vice-presidente executivo, que é o Elier, nosso líder empresarial, responsável pela área operacional da gestão da Odebrecht, da Construtora.

O SR. MÁRIO COVAS - Quer dizer que V. Sª teria acima de V. Sª apenas o presidente e o vice-presidente executivo da Organização?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu tenho atividades em Brasília, Salvador, Rio e São Paulo.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas onde é o seu escritório?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Meu escritório é em Brasília.

O SR. MÁRIO COVAS - Eu gostaria de satisfazer uma curiosidade: certamente, o escritório tem condições. Por que é que havia 36 disquetes, mais 12 pacotes de documentos na sua casa e não no escritório?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ilustre Senador Mário Covas, V. Exª me deu, inclusive, oportunidade de colocar, aqui, a conhecimento uma coisa importante: minha casa aqui funciona como escritório, e os documentos se encontravam dentro do escritório, onde tenho minha escrivaninha, onde trabalho a noite inteira. Parte dos documentos se encontrava no **closet**, nos armários, e não no banheiro, como foi amplamente noticiado na imprensa. Parte desses documentos é colocada de forma ordenada, visando ao trabalho da semana, porque eu trabalho, como falei, fora muito tempo. Então, quando chego de viagem, tenho que estar com os documentos para fazer avaliações. Quando são coisas de somenos importância, eu olho e coloco no lugar de não-prioridade. Então, essa questão de os documentos realmente estarem em minha residência é em função da minha disponibilidade de tempo e de que, na realidade, a minha residência funcionava também como escritório pessoal meu.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas os documentos não são de V. Sª, os documentos são da empresa.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sim, eu tinha lá, Senador, os documentos da empresa e os meus pessoais.

O SR. MÁRIO COVAS - Quer dizer que, entre esses documentos apanhados na busca, incluem-se documentos seus?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, os meus documentos foram vistoriados, as prestações de contas, meu imposto de renda, meu demonstrativo de ingressos e saques diários de caráter pessoal, tudo isso foi olhado. Como minha esposa estava presente, pediu que aquilo que não interessasse se mantivesse lá. Então, alguma coisa saiu, outras ficaram. Agora, quanto aos documentos que estão lá, são documentos de trabalho, de manuseio de trabalho.

Os diversos canteiros encaminham documentos para mim. Alguns eu encaminho para o escritório, outros eu arquivo. Esse fatídico documento, que tem sido polemizado, que cita o nome do ilustre Deputado Miguel Arraes, foi exatamente um documento que chegou no escritório, e eu, para não manter um documento daquele no escritório, levei para casa.

O SR. MÁRIO COVAS - Perfeito.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Agora, era imprevisível. O que aconteceu, esse episódio, é importante, foi lastimável e serve de lição para todos nós.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra como Relator. O ilustre depoente declarou que tudo que se continha nesses papéis é de sua responsabilidade, e agora diz que, em relação ao Sr. Miguel Arraes, recebeu. Recebeu de quem?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu falei, permita-me, ilustre Relator, Deputado Roberto Magalhães, esse documento me foi encaminhado pelos nossos representantes locais como encaminhamento para minha avaliação.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - De Pernambuco?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - De Pernambuco. Ao considerá-lo improcedente, arquivei em casa...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou satisfeito.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - ... para ter uma conversa pessoal com quem o encaminhou-me.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou satisfeito. Pode prosseguir.

O SR. MÁRIO COVAS - Tendo em vista suas atividades, qual era a área de influência de V. Sª?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Minha atuação é a nível da construtora Norberto Odebrecht, em apoio aos diretores regionais, como uma extensão do vice-presidente.

O SR. MÁRIO COVAS - Então, V. Sª não tinha uma atuação específica em São Paulo ou em Minas Gerais?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Em São Paulo, eu tinha reuniões com as entidades de classe, porque eu sou Vice-Presidente do Sindicato Nacional da Construção.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Sª tinha era a tarefa de dar apoio a todas as direções regionais. É isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito, ilustre Senador.

O SR. MÁRIO COVAS - Por que uma direção regional encaminhou para V. Sª a relação de pessoas que a empresa deveria ajudar?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Em função da minha posição dentro da organização, foi solicitado aos diretores regionais que encaminhassem nomes, única e exclusivamente nomes, para que eu copilasse esses nomes, incluísse ou retirasse, e fizesse um encaminhamento à empresa para fazer uma avaliação das decisões futuras.

O SR. MÁRIO COVAS - Isso é compreensível. O que é pouco compreensível é por que só a do Nordeste respondeu.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É porque a área Sul é uma área de atuação da CBPO e não da CNO, e da TENENGE Se não, efetivamente, a pergunta do Deputado, do qual não me recordo o nome, perguntou essa posição - acho que foi Roberto Franca - se não estaria em nome de todos os parlamentares, sem nenhum tipo de situação desagradável ou perniciosa.

O SR. MÁRIO COVAS - Então, a única das direções regionais que mandou foi a do Nordeste.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas isso tudo está em um documento só?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O documento que fiz não tem nada a ver com esse que está aí.

O SR. MÁRIO COVAS - Não tem nada a ver com o que o senhor recebeu?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Ele estava nos meus documentos em casa.

O SR. MÁRIO COVAS - Sim, o senhor recebeu e, então, fez essa síntese que está escrita aqui? É isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, de jeito nenhum. Deus me livre! Essa síntese aí não tem nada a ver comigo. O meu encaminhamento à organização, eu gostaria de saber, porque preciso ter acesso aos documentos e encontrar o que eu fiz, até para que isso possa ser melhor avaliado.

O SR. MÁRIO COVAS - Estou me referindo ao documento, nota para reunião de 28/09/93.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Exatamente esse documento não fui eu que fiz.

O SR. MÁRIO COVAS - Alguém mandou para o senhor?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Mandou para mim.

O SR. MÁRIO COVAS - O que pergunto é exatamente isso: por que só uma regional fez isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Junto com esses documentos meus, havia um de Minas Gerais, de Mato Grosso, de todos os Estados do Centro-Oeste.

O SR. MÁRIO COVAS - Sei, mas este não está aqui, não estava lá na sua casa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não sei o que ocorreu aí.

O SR. MÁRIO COVAS - Desculpe-me voltar a um tema que V. Sª já falou tanto, que é o tema das relações que vêm acompanhadas de números, de nomes ou, pelo

menos, de letras e de percentuais. Vou fazê-lo porque acho que há uma certa lógica matemática nas indicações. Nesta obra aqui está escrito: Hospital Universitário de Teresina. Aí vem lá: emenda parcial. Aí tem uma espécie de fração, que não chega a ser uma fração. Está escrito: 2%, 4 bi; em baixo está escrito 19 bi= 0,4; 0,4% de 19 bi é exatamente 2% de 4 bi. Em seguida, vem o nome relator-geral: 3%. E aí 15 sobre 19 bi; 15 bi é a diferença, para 19 bi, de 4 bi; 15 bi sobre 19 bi, 3% disso, dá 2,33%. Essa lógica se repete em todos os casos. V. Sª já acentuou, e não vou discutir esse ponto, de que a sua intenção ao fazer isso era uma projeção futura de eventuais ajudas para a campanha, coisa que, conforme V. Sª salientou, hoje é permitida pela lei. Mas a idéia de V. Sª com relação a isso, eram ajudas para campanha que fossem proporcionais aos fatores, aos valores das emendas?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, Senador, não tem nenhuma correlação, e a prova disso é a relação que falei com V. Exª.

O SR. MÁRIO COVAS - Não, só há uma relação. Aquela relação não fala em valores à anterior. Onde se fala em valores é nesta aqui.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sei, mas afirmo ao Senador que não tem nenhuma correlação.

O SR. MÁRIO COVAS - Há, entretanto, algumas coisas aqui que devemos considerar um pouco. De repente encontro aqui: FUNASA, emenda parcial. E aí tem o nome OP, que, por alguém que andou decodificando o documento, entendeu que significava Osmânio Pereira, porque Osmânio Pereira foi realmente o relator parcial. Bem, mas o relator parcial nem sempre é proprietário da emenda. A emenda tem outra origem.

E é muito engraçado porque nesse caso específico o Deputado foi relator parcial e aprovou uma emenda no valor de 2 milhões, que é o que está aqui. O total aprovado, finalmente, foi 17 milhões; 3% de 2 milhões, dá 0,35%, 17 milhões. A conta está certa. Só que depois do 0,35% se riscou. Como foi V. Sª quem fez esse documento, o que aconteceu? V. Sª entendeu que o Deputado Osmânio Pereira - se é que OP quer dizer isso - já não deveria ser ajudado na campanha?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, senhor, não é essa a interpretação que deve ser dada ao documento. Não há nenhum vínculo com o nome do Deputado, porque eu não conheço Osmânio Pereira.

O SR. MÁRIO COVAS - Sim, mas V. Sª sabe porque riscou. Foi V. Sª que riscou.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu teria que ver o documento. Já deve ter muito tempo e não me recordo.

O SR. MÁRIO COVAS - O documento é de março de 1993.

Ao final do documento há uma coisa que acho digna de observação. Depois de citar todas as obras, há uma observação final consubstanciada em dois pontos: 1 - os percentuais terão que ser revistos afora definição exata dos números quando da aprovação do Orçamento Geral da União; 2 - concentração para identificar interlocutor no caso do porto de Natal.

O que querem dizer essas duas afirmações?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu gostaria de ter uma cópia do documento.

O SR. MÁRIO COVAS - Está no texto batido à máquina, ou melhor, texto batido à máquina, não, perdão, no texto escrito à mão, mas escrito com uma letra mais legível. Estava numerado aí, na...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa questão da primeira etapa, do item 1, aqui são exercícios de especulações feitas.

O SR. MÁRIO COVAS - Hein?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não há uma correlação.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas há alguma razão pela qual esses dois itens foram colocados aí?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu não me recordo, Senador, qual foi o objeto da observação. Tem muito tempo que isso foi escrito.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Sª há de me perdoar, vou ter que fazer uma pergunta de natureza pessoal. Meu companheiro, Senador Teotônio Vilela, que aparece aqui com um percentual e sem nenhuma obra ligada a ele, me pede que faça algumas perguntas, que faço como minhas. Primeiro, como é que o nome dele aparece nessa lista? o senhor tinha intenção de ajudá-lo numa campanha futura?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Qual é essa lista? Pega a lista aí, eu queria ver a lista.

O SR. MÁRIO COVAS - Aí tem, nos trechos feito à mão, acho que é na folha 19.

O senhor conhece o Senador Teotônio Vilela?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não senhor.

O SR. MÁRIO COVAS - Não conhece?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Quer dizer, conheço como brasileiro, como uma pessoa extremamente honrada e que nos merece todo respeito.

O SR. MÁRIO COVAS - Olha aqui, vou lhe passar, é o quarto nome aí.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa lista aqui, com os nomes, onde existem esses percentuais não tem nada de anormal nela, porque ela não significa nenhum tipo de situação...

O SR. MARIO COVAS - Bem, o percentual existe aí para que efeito? V. Sª já disse anteriormente que era intenção sua indicar empresa que ajudassem nas campanhas com os valores que estão aí. O valor no nome dele é um percentual. Não é um percentual de nada, aos outros...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esse caso específico aqui, esse caso dessa lista, não se refere a problema de previsão de campanha.

O SR. MÁRIO COVAS - Qual é o que se refere então?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - São os outros. Os outros documentos. Esse documento aqui, quando fiz essa questão dos percentuais, está vinculado ao volume de recursos que poderia ingressar decorrente dessas fontes, que eram a Fundação Nacional de Saúde, a SUDENE. Isso foi coisa que não se efetivou. Não tem nenhuma correlação.

O SR. MÁRIO COVAS - Muito mais por curiosidade, vou fazer uma última pergunta a V. Sª.

Pessoalmente, ainda tenho a impressão de que o que está demonstrado nessa documentação toda é a organização de uma empresa só e não a de um aglomerado de empresas. Mas há uma longa discussão a respeito de siglas que aparecem aí. Se forem realmente da construtora Norberto Odebrecht, essas siglas são familiares a V. Sª. De modo que vou tentar perguntar a V. Sª o que significa cada uma dessas siglas. O que quer dizer DP-ODB?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Diretor- Presidente da ODEBRECHT.

O SR. MÁRIO COVAS - O que quer dizer CNO?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Construtora Norberto Odebrecht.

O SR. MÁRIO COVAS - O que quer dizer LE?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Líder Empresarial. É uma espécie de Vice-Presidente Executivo.

O SR. MÁRIO COVAS - O que quer dizer RAIS?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Responsável pela Área de Investimentos.

O SR. MÁRIO COVAS - O que quer dizer LLA? Aqui, alguém fala em Lucro Líquido Apurado.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Lucro Líquido Apurado.

O SR. MÁRIO COVAS - O que quer dizer GLC? Alguém aqui diz que quer dizer Geração...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Geração Líquida de Caixa.

O SR. MÁRIO COVAS - Vejo que o pessoal aqui está começando a aprender essas coisas. O que quer dizer RG?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Resultado Gerencial.

O SR. MÁRIO COVAS - O que quer dizer DGI?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Despesas Gerais, que fazem parte do BDI.

O SR. MÁRIO COVAS - Aqui em cima desta lista, está escrito: "Cálculo para o DGI."

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Qual lista?

O SR. MÁRIO COVAS - Essas listas que têm percentuais.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - DGI faz parte do BDI. Não sei por que está escrito DGI aí. DGI faz parte do BDI; são despesas, resultados...

O SR. MÁRIO COVAS - Esses valores escalonados relativos às emendas estão abaixo de um título que diz: "Discriminação dos percentuais de DGI." Em seguida, vem toda essa relação. V. Sª sabe nos explicar o que quer dizer isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu queria ver o documento.

O SR. MÁRIO COVAS - É esse documento que V. Sª já viu; em cima de todos os documentos está escrito: "Discriminação de percentual de DGI."

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Trata-se de problema de aprovisionamento de custos, de centros de custos em termos contábeis. No futuro, isso seria debitado ao centro de custos, de despesas gerais.

O SR. MÁRIO COVAS - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Ailton Reis, temos em mãos uma comunicação interna que já foi comentada aqui e que data de 14 de abril de 1993, a qual partiu de V. Sª para o Sr. Rezende: "Destino - CNO: Assunto - Convite para palestra". Tal comunicação diz o seguinte:

> "Com o objetivo de termos conhecimento da forma como é elaborado o orçamento, bem como de estarmos informados quanto às suas realidades e dificuldades, convidamos para proferir palestra sobre o Orçamento Geral da União de 1993 os seguintes profissionais: Francisco Schettini(?), Diretor da Assessoria de Orçamento da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, que é o responsável pela consolidação das emendas parlamentares e confecção do Orçamento 93, ao nível de Congresso Nacional. Então, foi

convidado o responsável ao nível do Legislativo. Foi convidado, também, o Sr. Paulo Fontenelli e Silva, Diretor da Secretaria de Orçamento Federal - SOF - Órgão da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, responsável pela confecção do Projeto e Lei, proposta do Executivo do Orçamento Geral da União para 1993 e acompanhamento do mesmo para o longo do ano ao nível do Executivo e pela elaboração da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - de 1994 e Projeto de Lei do Orçamento Geral da União para 1994.

Os encontros estavam marcados para Salvador e Rio de Janeiro; logo, não foram aqui em Brasília. V. Sa insiste que é importante a presença e pede confirmação.

Aqui, nos assuntos da palestra, do esquema, vem a análise do Orçamento Geral da União; qualificação; fontes e prioridades; emenda de receita de 3 bilhões de dólares; comprometimento do IPMF com o Orçamento; distribuição, Estados e Municípios; créditos suplementares; expectativas de aumento de arrecadação, Ministérios com maior disponibilidade de recursos para todos os dois. Esta comunicação interna nos chamou a atenção.

Embora já tenha sido colocado anteriormente, farei uma pergunta um pouco diferente da que foi feita. Qual a relação da organização da CNO, da **holding,** com o Sr. Francisco Squetini e Paulo Fontenelli e Silva.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esse é um assunto de competência da **holding,** foi um assunto de interesse da Construtora Norberto Odebrecht.

Na realidade, participei de uma conferência do Paulo Fontenelle, feita no Sindicato da Indústria e Construção, aqui em Brasília. Em função da explanação técnica dele, achei que seria importante que ele transmitisse aqueles conhecimentos.

O SR. ZAIRE REZENDE - Isso está bem claro.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - No caso do Paulo Fontenelle, ficou marcado e ele não pode ir.

O SR. ZAIRE REZENDE - Mas eu havia perguntado qual a relação dos dois com a empresa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não existe nenhum tipo de relação. Foi uma situação, vamos dizer, pontual de uma solicitação que pudesse dar discussão técnica.

O SR. ZAIRE REZENDE - Temos um outro documento: reunião de coordenação geral do DP. Data: 4 de maio de 92; assunto: avaliação 91 e planejamento 92; notas para diálogo: 1 - conclusão do relatório 91; do PA, 92, do DP, apreciado em 30 de abril de 92, no CA, cópias sendo enviadas. Mais em baixo está escrito: providências 3.1 com LEs, que V. Sa diz serem líderes de empresas e RAIs, representantes de autarquias e instituições ou responsáveis pelas áreas de investimento e diz o seguinte: praticamente concluído o processo de comunicação LEs-RAIs-DP, referente às equipes. Pagamento: RVs - remuneração variável 91, iniciado conjuntamente com negociações 92. Pagou um ano e começaram negociações 92.

Outro, agendar encontros LEs-RAIs-DP, referente aos seus programas individuais, tão logo conclua as negociações 92 das equipes. Mais à frente: 3.3 - Créditos em conta-corrente sendo efetuados amanhã para LEs-RAIs e integrantes da ODDP, diretamente vinculados.

V. Sa poderia explicar quais são esses créditos?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Pois não, esse documento que V. Exª leu refere-se ao documento do nosso Presidente, com relação ao tratamento da distribuição de resultados anuais, que ele faz com todos os integrantes da organização.

O SR. ZAIRE REZENDE - Onde entram os Parlamentares e funcionários?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não entram; isso aí é um assunto institucional da nossa Organização, que foi objeto do meu tratamento inicial aqui. A Odebrecht participa, durante quarenta anos, distribuindo resultados com todos os colaboradores. Então, temos uma remuneração fixa e uma remuneração variável.

O SR. ZAIRE REZENDE - Lembro-me da sua exposição. Deixo então uma sugestão para a Subcomissão de Bancos, apenas por uma questão de prudência. Essa reunião foi no dia 4 de maio de 1992. Sugiro, então, verificar, no dia 5 de maio de 1992, as contas correntes daqueles que foram apontados como tendo algum relacionamento com a **holding senior.**

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Da nossa empresa, Sr. Deputado?

O SR. ZAIRE REZENDE - Aliás, V. Sª disse que faz parte apenas da Odebrecht.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Só integrante da nossa empresa.

O SR. ZAIRE REZENDE - V. Sª disse que não é da CNO, não é da **holding**?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esse documento é outro documento; esse documento é da **holding.**

O SR. ZAIRE REZENDE - Naquele primeiro documento que citei...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tem nada que ver com a **holding.**

O SR. ZAIRE REZENDE - Mas, e: origem: CNO-Brasília, Ailton Reis; destino: CNO, Sr. Resende?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Foi para meu conhecimento que a **holding** encaminhou.

O SR. ZAIRE REZENDE - Ainda em uma agenda, que já foi discutida com V. Sª. Agenda: almoço com o Dr. José Carlos Alves dos Santos. Data: 15 de setembro de 1992. Essa agenda tem um ano e três meses.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Foi o dia em que conheci o Dr. José Carlos Alves dos Santos.

O SR. ZAIRE REZENDE - Certo. Então, temos itens da agenda. Fontes de cancelamento para elaboração das emendas por Ministério. Continua depois: item 3 - diálogo permanente com o interlocutor, José Carlos, durante o processo do Orçamento Geral da União de 1993, para obtenção dos documentos e informações visando o sucesso de nossos programas; item 4 - como serão desenvolvidas as ações no PRODASEN: manutenção ou acréscimo dos números nos nossos programas. Continua aqui, já em 1992, a preocupação com o Orçamento, que vimos nessa outra agenda. Agora, a preocupação com 1993, e também com 1994.

Pergunto: V. Sª pode explicar os itens dessa agenda, sobretudo esse aspecto: "ações no PRODASEN", "como serão desenvolvidas ações no PRODASEN"?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não me recordo. O que nós fomos fazer lá foi pedir orientações técnicas e uma visão do... Se é a reunião a que eu fui... Não sei se tem aí a ...

O SR. ZAIRE REZENDE - Agenda. Almoço. Tudo bem. Então, eu perguntaria: qual o relacionamento da Organização com o Sr. José Carlos Alves dos Santos? Ele seria um parceiro?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Nós não temos maior relacionamento. Ele mesmo pode responder isso a V. Exª. Talvez seja a pessoa mais indicada para dizer isso.

O SR. ZAIRE REZENDE - Certo. Temos em mãos uma minuta de exposição de motivos encontrada entre seus documentos. "Alteração da redação do art. 3° da Lei n° 6.528, de 11 de maio de 1978". Há vários considerandos, etc., e depois, no final: "Vem propor a adoção de medida provisória, com força de lei, visando a alteração do art. 3° da Lei n° 6.528, de 11 de maio de 1978, com a finalidade de transferir aos poderes executivos estaduais a aprovação dos estudos para fixação e autorização dos reajustes de suas tarifas". Seria um assessoria a ser prestada ao Governo?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tenho a impressão de que esse documento pode ter sido alguém do próprio Governo ou alguma instituição que nos deu conhecimento.

O SR. ZAIRE REZENDE - Não caracteriza uma interferência da empresa...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Da empresa, de jeito nenhum.

O SR. ZAIRE REZENDE - Certo.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Aliás, ele não está assinado pela empresa; não deve ter timbre nosso...

O SR. ZAIRE REZENDE - Como é que V. Sª sabe?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Porque não vejo como a empresa possa intervir nisso.

O SR. ZAIRE REZENDE - Realmente, V. Sª tem razão: não tem timbre da empresa e não tem assinatura.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O tema que V. Exª colocou é um tema institucional, não é?

O SR. ZAIRE REZENDE - Tudo bem. Outra comunicação interna: a origem. Esta bem recente 22 de outubro de 1993. Origem CNO-Brasília, destino unidade DSGCS para o Sr. WUJPMMHV. Assunto: Orçamento geral da União de 1994.

Então, há várias colocações, cancelamento ou não das emendas parlamentares apresentadas, divulgação dos nomes dos relatores parciais ou setoriais; mudança do local de funcionamento da Comissão Mista de Orçamento; novo cronograma do Orçamento de 1994; e, no final, uma observação: no entanto é muito importante que os nossos clientes - governadores e prefeitos - enviem durante a próxima semana, aos parlamentares que assinaram as emendas solicitando verba ao Orçamento de 1994, para os nossos contratos, que enviem ofício, via **fax**, telegrama, etc, agradecendo pela assinatura da emenda, beneficiando a sua região e, ao mesmo tempo, solicitando o empenho dos parlamentares durante o processo de discussão e votação dos relatórios parciais, setoriais e geral garantindo, assim, recursos para o Estado ou Município. E, finalmente, solicitamos que enviem para nós cópia desses ofícios, telegramas, etc.

Pergunto: por que enviar cópia desses expedientes para a CNO?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É uma questão de ter conhecimento dos programas que estamos trabalhando para poder fazer um acompanhamento.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Deputado Zaire Rezende, V. Exª tem sido sempre tão disciplinado no cumprimento do horário e, hoje, alguns excederam tanto, que comunico a V. Exª que o tempo está excedido em quatro minutos, mas que V. Exª continua com a palavra em função da disciplina de sempre.

O SR. ZAIRE REZENDE - Muito obrigado, Sr. Presidente. Já estou terminando.

Sr. Ailton, o senhor já fez referências ao documento chamado Normas de Consenso. O senhor se referiu, no início da sua defesa, o fato de que, em 1987, existia um prédio ao qual teria sido enviado o documento, levando a CPI a pensar que o documento não teria advindo da sua casa, sob a alegação de que o mesmo datava de dia em que não existia o prédio da empresa.

Eu gostaria apenas de esclarecer que a data original do documento é 6/8/87, mas ele foi transmitido, através de um **fax**, de 24 de abril de 1992 e não de 1987. É interessante que é originário do SINDICON e destinado ao Sr. Maurício Vasconcelos da Norberto Odebrecht, e o senhor nega ter recebido em abril de 1992, em Salvador, um **fax** do Sr. Maurício Vasconcelos da Odebrecht, de Brasília, contendo cópia dessas Normas de Consenso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Negar que recebemos de jeito nenhum, Deputado. Nego que tinha conhecimento desse documento, daí por que nos encaminharam. Nós não participamos da elaboração e nos encaminharam o documento.

O SR. ZAIRE REZENDE - Esse documento, Normas de Consenso, traz na listagem, e consta do seguinte:

> "Na confecção de cada lista será obedecido o seguinte posicionamento, respeitada a numeração original das empresas. Firma contemplada, desclassificada a firma que não apresentou propostas. As empresas serão chamadas pela ordem numérica de cada lista e poderão escolher para primeiro, segundo ou terceiro lugares, em qualquer lote, nos editais da reunião convocada.
>
> § 1º - A firma poderá optar por escolher o segundo lugar, ao invés de primeiro lugar, desde que no lote já exista firma para o primeiro lugar. A mesma situação para o terceiro lugar, ou seja, deverá haver firma no primeiro e segundo lugares e, assim, sucessivamente".

E continua toda uma série... O senhor, então, desconhece?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não temos nenhuma responsabilidade com relação a esse documento. Tomamos conhecimento dele em 1992. Não temos nenhuma obra ganha nessa condição. Temos três contratos com o DNER, todos três ganhos através de licitação de preço mínimo.

O SR. ZAIRE REZENDE - Para nós essa estrutura que a **holding**, ou a empresa utiliza para poder...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É um tremendo mal entendido, o senhor há de convir, porque esse documento não tem nada a ver com a nossa Organização...

O SR. ZAIRE REZENDE - Junto com ele, está um outro **fax** do mesmo dia, mesma data, mesma origem, resultado do acordo ANEOR, empresas coligadas com cinco pedras. As quarenta empresas não contempladas no acordo anterior tiveram prioridade e receberam os primeiros quarentas números ímpares. Total de empresas participantes: 445. Resultado do sorteio para CNO, CBPO: pedra nº 24, CNO. Pedra nº 150 CBPO. Pedra nº 280 CNO. Pedra nº 296 CNO. Pedra nº 341 CNO. O senhor desconhece?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Desconheço a manifestação unilateral que não teve a nossa participação.

O SR. ZAIRE REZENDE - Estou terminando, Sr. Presidente.

O senhor tem sistematicamente negado, assim como também o Dr. Emílio Odebrecht, que exista uma sociedade. O Senador José Paulo Bisol alega que a estrutura administrativa da Odebrecht é utilizada como fachada da organização secreta. O senhor considera, realmente, a CNO uma entidade secreta?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Olhe, isso é lamentável para uma organização que saiu do Nordeste, trabalha valorizando o homem, que é a base do nosso crescimento. O nosso crescimento deve-se à confiança nos homens. Trata-se de um processo centralizado.

O SR. ZAIRE REZENDE - Eu perguntaria, então,...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É incrível que se possa criar um tipo.

Coloco a organização à disposição para poder mostrar com maior clareza essa formação das unidades que compõe a **holding** Odebrecht.

A **holding** atua em três áreas de engenharia: uma é chamada de CBPO, CNO e a Tenenge. A partir daí, temos os investimentos na área química, na área de petróleo e nas áreas de automação.

Deixei aqui vários elementos que entendo serem importantes de se ver e, realmente, não tem qualquer cabimento criar a configuração de uma estrutura sinistra ou de administração de empresas concorrentes ou seja lá o que for.

O SR. ZAIRE REZENDE - A última pergunta seria a seguinte: temos um documento, reunião de Brasília, 22 de setembro de 1992, Orçamento Geral da União de 1993, apresentação de emendas, presentes os Srs. Ailton Reis, José Caetano, Maurício Vasconcelos e outros. Assuntos: não devem ser feitas ações isoladas, evitar a todo custo expor clientes e a organização. Por que essa preocupação em expor clientes e a organização? O que o senhor define como organização?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu poderia chamar de grupo empresarial. A palavra "organização" foi uma opção. Trata-se da Organização

Odebrecht, que hoje está sendo mal entendida. Todavia, organização, grupo ou conglomerado essa é que é a conotação.

O SR. ZAIRE REZENDE - Não, apenas eu... Estou satisfeito.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Desculpe-me a interrupção e me permita somente complementar o outro documento. Veja bem. Não existe nenhuma manifestação malévola no que está dito aí. São manifestações feitas no sentido de disciplina interna, de postura adequada e não com a conotação pejorativa ou negativa.

O SR. ZAIRE REZENDE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA - Sr. Presidente, as perguntas que poderia dirigir ao Depoente já foram respondidas no decorrer desta reunião. De maneira que, declino de fazer qualquer indagação.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito da lista de não membros, onde há três inscritos, Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ailton Reis, o senhor tem uma lista ao lado com nomes de percentuais e o senhor fala em Relator-Geral. Quem é esse Relator-Geral?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, já expliquei essa posição. Não há nenhuma correlação com o Relator-Geral. São situações configuradas, de retórica e não tem nada a ver com Relator-Geral.

O SR. MORONI TORGAN - Relator-Geral não é Relator-Geral?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - São documentos manuscritos por mim.

O SR. MORONI TORGAN - Sim, é isso que eu quero saber. O que Relator-Geral significa nesse documento manuscrito pelo senhor?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa posição estilizada visa apenas estabelecer parâmetros internos, meus, com relação a programas que não têm nada a ver com o Relator-Geral de Orçamento.

O SR. MORONI TORGAN - Com que Relator-Geral tem a ver isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tem a ver com o Relator-Geral.

O SR. MORONI TORGAN - Mas não pode não ter a ver com o Relator-Geral, se o senhor escreveu no papel "Relator-Geral". Tem que ser algum Relator-Geral.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quero ponderar ao depoente que é essencial declinar quem é o Relator-Geral, porque, senão, vários vão ficar sob, não digo suspeição, mas passíveis de serem individuados como Relator-Geral.

V. Sª já afirmou que esse documento é unilateral; que esse documento não envolve nenhum Parlamentar; que esse documento é de sua inteira responsabilidade. Temos Relator-Geral de Orçamento, Relator-Geral de Comissão de Orçamento e pode haver até Relator-Geral não-sei-de-quê. Não. De CPI, não, porque de CPI é Relator, não é geral.

Essa a ponderação que eu gostaria de fazer. Não sei se V. Sª sabe, mas temos aqui o Plenário, 4 Subcomissões (a Patrimonial, a Bancária, a de Emendas e a de Subvenções), que vão estudar e que vão ter que definir quem é o Relator-Geral. De modo que, se V. Sª pudesse dizer quem é, já que V. Sª não está culpando ninguém, seria melhor. Claro que se V. Sª preferir não dizer, não temos nenhuma forma de coagi-lo a isso porque é um direito seu silenciar.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Infelizmente, não tenho como atender à solicitação do Deputado.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor não tem como atender por quê? O senhor não quer dizer quem é?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Não tenho nada a ver com o nome de pessoas aqui.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perdão. Tem a ver com percentagens. E aí é que se complica tudo.

O SR. MORONI TORGAN - Esse relatório é de que ano? O senhor dizendo o ano já ajuda.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Exª está desenvolvendo uma linha de raciocínio de querer confrontar o documento com questão orçamentária.

O SR. MORONI TORGAN - Não. Estou lhe pedindo uma informação simples: quem é esse Relator-Geral? De que ano é esse relatório? São duas perguntas simples. Está difícil de responder ou o senhor não quer responder?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu não tenho agora essa posição. Peço um tempo para pensar nesse assunto.

O SR. MORONI TORGAN - Eu não sei. O Sr. Presidente pode dar um tempo?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que ele está pedindo um tempo fora de hoje.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães)(?) - É claro. Depois ele informará à Comissão, se achar que pode.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor tem que pensar qual é o Relator-Geral?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. A questão não é essa. A questão é que já estão se confundindo um pouco as coisas. Coloquei a posição inicial e agora está-se querendo configurar uma situação diferente. Portanto, eu pediria tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tempo para outro dia?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Posteriormente, encaminho a informação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. Fica, então, esse compromisso do depoente em nos encaminhar, no tempo que ele achar oportuno - naturalmente, não será muito tempo também para nós -, essa informação.

O SR. MORONI TORGAN - Existem vários aspectos coincidentes com o relatório do Orçamento. Vou-lhe mandar esse outro documento.

O senhor disse que tem uma memória boa, que se lembra quando um documento veio para o senhor. Esse documento já lhe foi mostrado e o senhor confirmou que o recebeu. Não é verdade?

Esse documento veio no fim do ano passado. O senhor precisa de um tempo também para saber quem é esse "tio"?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esse documento veio no dia 17/09/92...

O SR. MORONI TORGAN - Que eu saiba, fim do ano passado.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Efetivamente, esse assunto do "tio" já foi colocado aqui e eu...

O SR. MORONI TORGAN - Mas não foi respondido. Essa é a questão. Foi colocada, mas, primeiro, o senhor respondeu que era o senhor, um tratamento carinhoso dado ao senhor.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Eu coloquei no sentido figurado.

O SR. MORONI TORGAN - Segundo, o senhor desfigurou o sentido e disse que não se lembrava direito de quem era esse tio. Quero ver se o senhor, depois de todo esse tempo, já pôde se lembrar?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado Moroni Torgan, a minha colocação é de que é irrelevante essa citação de tio ou de pai, tendo em vista que existe aqui uma solicitação feita por um Diretor Regional, pedindo o apoio; a responsabilidade é minha.

O SR. MORONI TORGAN - Então, os Diretores Regionais participam das reuniões dos órgãos que lhe dão verba?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não recebemos verbas de órgão. Quem recebe as verbas são os Estados que tem contrato e nos pagam pelo serviço que realizamos.

O SR. MORONI TORGAN - Os Diretores Regionais participam dessas reuniões?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Que reuniões?

O SR. MORONI TORGAN - Das reuniões nos órgãos que dão as verbas ao Estado, que são repassadas a V. Sªs.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não existem essas reuniões.

O SR. MORONI TORGAN - Esse documento fala de uma.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Existem reuniões... Há, sim, é raro.

O SR. MORONI TORGAN - Ótimo.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Temos contrato com o cliente. Então, faz-se reunião entre ele e o cliente, o dono do contrato lá.

O SR. MORONI TORGAN - V. Sª pode ler a reunião? Quem a fez?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Informo que a reunião antes desse época foi entregue ao DNOCS.

O SR. MORONI TORGAN - Ao DNOCS?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Reunião deles lá com o DNOCS.

O SR. MORONI TORGAN - V. Sª disse que tio não tem a maior importância. No entanto, penso que tem toda a importância, porque não tem só esse documento; existem outros, de que me lembro, que fala nesse tio. Ele é o responsável por descontingenciar, por mudar verba, por liberar verba - está aí para o tio carimbar a verba para ir para essa construção. No entanto, V. Sª me diz que o tio não tem qualquer importância. Eu queria ter um tio desse, mas não o tenho!

V. Sª acha que tem importância, ou não?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu não vejo relevância nisso. A relevância é se o recurso foi para a obra e se ele foi utilizado, se são serviços medidos e faturados; essa é a relevância.

O SR. MORONI TORGAN - A relevância eu lhe digo. Para terem recurso para essa obra, tiraram-no de outro lugar. Tudo isso tem que ser analisado. Agora, esse tio faz isso. Quer dizer, quem define as prioridades do País é o titio. Eu quero saber quem é esse tio. O documento fazendo referência ao tio é do fim do ano passado; portanto, V. Sª não pode se esquecer de tal documento.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu reitero a posição colocada anteriormente.

O SR. MORONI TORGAN - V. Sª reitera o quê? A primeira, que era figurada, ou a segunda, sem figuração?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A responsabilidade de dar o apoio é minha.

O SR. MORONI TORGAN - Então, V. Sª sabe quem é o tio e não nos quer dizer?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - As expressões, às vezes, utilizadas pelas pessoas e situações escritas, dessa forma, podem levar a essas interpretações.

O SR. MORONI TORGAN - Eu estou lhe fazendo uma pergunta: V. Sª sabe quem é o tio e não nos quer dizer. É isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não sei quem é o tio.

O SR. MORONI TORGAN - Então, esse seu Diretor aí não "batia bem dos pinos". porque falar em tio com V. Sª, um tio que V. Sª nunca soube. No mínimo, foi demitido, porque fazer brincadeira com esse negócio...

Eu queria saber: V. Sª conhece este documento?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Ele foi retirado dos documentos de minha casa?.

O SR. MORONI TORGAN - Foi.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Cita o meu nome? Qual a dúvida com relação ao documento?

O SR. MORONI TORGAN - A dúvida é se V. Sª o conhece. V. Sª disse que tem uma boa memória.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não me recordava, mas tem sintonia o documento.

O SR. MORONI TORGAN - Então, V. Sª o conhece?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Conhecer o documento, não me recordo; agora, tenho sintonia pelo documento.

O SR. MORONI TORGAN - Muito bem, existe uma proposição, na continuação desse documento que diz: "Proposição de funcionamento na operacionalização ... OGU", Orçamento Geral da União, que diz que o responsável pela gestão plena, que compreende as elaborações das emendas, negociará com os Parlamentares, Relatores, parciais e geral; são os GCs, pelo que me lembro, V. Sª era um.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Gerente de contrato.

O SR. MORONI TORGAN - BS que utiliza o apoio do AP CNO. O que é AP?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - AP sou eu.

O SR. MORONI TORGAN - Então, que utiliza o seu apoio e o AP OSA. O que é OSA?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Teria que ler.

O SR. MORONI TORGAN - AP OSA C.MELO. Queria apenas saber que tipo de negociações eram essas, com parlamentares, relatores parciais e geral e, se pensando nessas negociações, é que surgiu aquele relatório geral, percentagem tal, relator parcial, percentagem tal e tudo mais.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É a interpretação que V. Exª...

O SR. MORONI TORGAN - Não estou interpretando; estou lhe argüindo.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tem nada a ver.

O SR. MORONI TORGAN - Mas isso é seu?

Vamos continuar. Aqui diz o seguinte: "Quanto à participação do AP OSA C.MELO...O senhor conhece esta pessoa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Conheço. É da Organização.

O SR. MORONI TORGAN - "...sou de opinião que o mesmo deve ter a postura de contribuir com o apoio do AP CNO BSB..." - que seria o senhor, conforme nos disse - "...nos acessos aos parlamentares. A idéia é adotar-se o mesmo partido utilizado nas eleições estaduais, em que o AP OSA C.MELO contribui com o apoio ao processo, sendo que, neste caso, ao invés de apoiar os DEs, apoiará o AP CNO BSB, além do AP OSA C. MELO não tem tempo ou estrutura para esta operação". O que o senhor me diz disto?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não vejo nada demais no que está escrito.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor não vê nada demais. Então, confirma isso? Vejo o tempo dos verbos, porque aqui diz "contribui" e não "contribuirá". O tempo do verbo é presente, não é para uma campanha no futuro e, aí, vemos um problema gravíssimo, porque essa contribuição estava acontecendo. É um problema muito grave que, infelizmente, parece que o senhor não vê. O senhor quer explicar o tempo dos verbos? Porque não está no

futuro se o senhor, quando explicou, dirigiu-se ao futuro, mas, no documento, dirige-se ao presente.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Qual é a data desse documento?

O SR. MORONI TORGAN - 1992.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Gostaria de ver o documento.

O SR. MORONI TORGAN - Pode ver. Vou encerrar, mas, infelizmente...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não encontrei o tempo do verbo a que o Deputado se referiu.

O SR. MORONI TORGAN - Escreveram outro? Não pode, é a mesma folha. Está "contribui". O senhor vê o verbo contribuir?

Porque senão teria que ser "contribuirá", no futuro.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Esse problema de contribuir...

O SR. MORONI TORGAN - Esse é o problema desta Comissão - a contribuição.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É questão de utilizar o verbo e interpretar da forma que possa ser mais...

O SR. MORONI TORGAN - Só tem uma, é a conjugação que aprendi há 20 anos. Não tem outra forma.

Para encerrar, Sr. Presidente, "para recursos do OGU - 92, apoio nos ministérios executivos, via ação dos governadores e congressistas, que apoiaram na fase de aprovação das emendas (parceiros)". Por que esta palavra "parceiros"?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A palavra " parceiros", diz respeito às pessoas que estariam acompanhando o processo.

O SR. MORONI TORGAN - As pessoas, seus parceiros, que estariam acompanhando o processo?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Da Organização Odebrecht.

O SR. MORONI TORGAN - Da Organização. Então, V. Sª tem parceria com deputados e governadores?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Exª é quem está dando essa interpretação, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN - Depois de deputados e governadores, V. Sª escreve parceiros. Que interpretação quer que eu dê, pois, aqui, não diz funcionários da firma Odebrecht? V. Sª pode responder?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - V. Exª está conduzindo todas as leituras, tentando essa linha de raciocínio. Não posso...

O SR. MORONI TORGAN - Estou dando-lhe o papel. Cada papel que leio, entrego a V. Sª. A condução aqui é de mão dupla: é minha e sua, só que V. Sª não evolui na condução.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu não posso entrar neste raciocínio.

O SR. MORONI TORGAN - É proibido entrar neste aspecto?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - No caso, já é outro mérito; é outra questão.

O SR. MORONI TORGAN - Penso que não. V. Sª veio e não contou o que nos deveria ter contado.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O que V. Exª queria que eu contasse, Deputado?

O SR. MORONI TORGAN - A verdade. Só isso. Mais nada. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado. Com a palavra o Deputado José Dirceu.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Obrigado, Sr. Presidente. Dr. Ailton Reis, V. Sª conhece o documento "Análises e decisões para o momento Congresso X CPI X Empresas", encontrado em sua casa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Conheço-o.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. Sª reconhece este documento?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Reconheço-o

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. Sª poderia identificar, para a Comissão Parlamentar de Inquérito, quem são RC - primeiras notas de RC, acrescidas de comentários de LV, RM, JS e orientação de EAQ? Quem são essas pessoas, esses cidadãos, esses funcionários?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Este documento foi redigido dentro de uma reunião que houve com a figura do RC. As demais pessoas não participaram deste documento.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Quem é RC?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Roberto Campos.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Algo me dizia...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Mas não é o Roberto Campos Deputado, é o Roberto Campos da Odebrecht.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Ainda bem. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perdeu o pulo, Deputado.

O SR. JOSÉ DIRCEU - LV?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - LV é Luiz Villar.

O SR. JOSÉ DIRCEU - RM?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - RM não sei.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Luiz Villar é funcionário da Odebrecht também?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É, mas o Luiz Villar não estava nesta reunião de que participei.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sim, mas os comentários. Quem é RM e JS?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - JS, não sei.

O SR. JOSÉ DIRCEU - E EAQ?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É a O. Emílio, mas Emílio não participou desta elaboração.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Orientação; é só sobre orientação, porque aqui está escrito: orientação de Emílio Odebrecht.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A meu ver, o fato de alguém colocar isto não significa que o Emílio tenha orientado.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. Sª poderia identificar quem fez esta anotação, por escrito, na página 3? Esta é a sua letra?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, Exª.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. Sª sabe de quem é?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Talvez, por exame grafotécnico, poderemos saber os que participaram e de quem é esta letra. Nesta reunião, V. Sªs entendiam pela expressão "Resultado do Cenário se nada for feito", no item 3, do documento. O que significa "nada for feito"?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, eu não... Fui apenas um ouvinte nessa reunião, não tenho condições de opinar sobre a matéria.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Mas V. Sª não pode me explicar o que significa dissolução de passeatas e CPIs para envolvimentos de empresários de qualquer setor; é muito grave esta afirmação.

Sr. Presidente, Sr. Relator, está identificado que o documento é da Organização Emílio Odebrecht, como diz o depoente. Considero que o documento é gravíssimo, porque, ao mesmo tempo que o Depoente diz que é um direito da Odebrecht procurar influenciar, dar a sua opinião, procurar conduzir, como qualquer outra entidade da sociedade civil, assuntos de natureza político-institucional, também é direito de qualquer cidadão fazer passeatas, e fazer CPI é um direito do Congresso Nacional, segundo a Constituição. Obstruir esse direito, impedi-lo é atentar contra a Constituição.

Tratando-se de uma organização tão importante e influente no País, considero que isso vai começar a revelar aquilo que vamos caracterizar, daqui a alguns meses ou anos, como um cartel, como os que conhecemos no final do século passado e começo deste século nos Estados Unidos. Felizmente, Deputados, a imprensa e entidades da sociedade civil puseram fim a essas entidades nos Estados Unidos, com uma legislação antitruste.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Senador?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não, Deputado. O povo de São Paulo não me deu essa honra ainda.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A recíproca pode ser verdadeira?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Qual recíproca?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Veja bem, não gostaria de legislar em situações políticas, porque não é o meu papel.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não é mesmo.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Está certo?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Quero que me responda o seguinte: o senhor, como cidadão, concorda que uma empresa tenha como objetivo perseguir a dissolução de passeatas e de CPIs? Como cidadão brasileiro que o senhor é, concorda ou não?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Penso que o direito é das partes.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não. Isso é uma ilegalidade.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, pediria a palavra, como Relator, para indagar se ouvi mal. CPIs?

O SR. JOSÉ DIRCEU - CPIs.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dissolver CPIs?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Exatamente. "Para envolvimento de empresários de qualquer setor". O texto diz: "Dissolução de passeatas e de CPIs para envolvimento empresários de qualquer setor". Está mal redigido.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Está mal redigido. O Deputado está levando para uma linha...

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não. O Deputado não está levando para linha nenhuma. O texto é claro, está mal redigido não sei por quê.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Tem uma infelicidade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Existe data, Deputado?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Dissolver esta aqui.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tem nada a ver com esta CPI aqui. O que é isso?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Vamos ver a data. Tem a data nos documentos. Não tenho o documento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso seria um objetivo absolutamente inatingível.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Quero deixar registrado que essa - respondendo à pergunta, à colocação do Deputado - não é a posição da Organização Odebrecht. Em nome da empresa, peço que fique consignado nos autos que isso aqui não reflete a posição da Organização Odebrecht.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Outra questão, Sr. Presidente, Sr. Relator. E está dito em um documento: "A imprensa é facilmente mobilizada porque foi infiltrada na mesma ideologia, há muitos anos, pela esquerda. Os informantes delatores estão por todos os segmentos". Pergunto o seguinte: quem atribuiu o direito ao Sr. Emílio Odebrecht e à empresa Odebrecht de emitir essas opiniões e, além disso, propor essas ilegalidades ao País? V. Sª considera que isso é lícito para uma empresa?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Posso dizer que essa não é a posição do Emílio nem da organização.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor afirmou aqui, hoje, que a Odebrecht não é um **lobby**, não é um cartel, também não é uma sociedade secreta. O senhor pode dizer-me, então, o que é a Odebrecht?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Odebrecht é uma organização que vem contribuindo para o desenvolvimento do País, através de programas, de investimentos e da contribuição positiva junto às instituições. Efetivamente, Deputado, se há uma posição política de conflito com as posições do PT, que está muito configurada, não compete a mim, não gostaria...

O SR. JOSÉ DIRCEU - O que tem a ver o PT com isso, senhor? Não estou entendendo.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não. Na realidade, o que o senhor está colocando aí...

O SR. JOSÉ DIRCEU - Estou colocando um documento que foi elaborado pela Odebrecht. Não tem nada que ver com o PT.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sei. Mas há uma manifestação política...

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não tem manifestação política. V. Sª está enganado. Sou um Deputado aqui. Isso não tem nada que ver com o PT. Só estou fazendo uma inquirição, porque é um direito que me deu a Constituição.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Perfeito.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não foi o PT que fez esse documento, foi a Odebrecht.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Como não fui eu que fiz o documento, gostaria de ser poupado de discutir questões políticas.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Vou mudar de questão para o senhor. Fica registrado, Sr. Presidente, que é hora de uma ampla investigação sobre a Organização Odebrecht, para, se ficar caracterizado que é um cartel que atenta contra as leis da economia popular e contra a legislação vigente, tomarmos medidas legislativas quanto a isso.

Os documentos apreendidos na casa de V. Sª trazem listas de brindes. V. Sª nos poderia descrever o que significa, por exemplo, um caso qualquer aqui: o Governador Joaquim Domingos Roriz ou José Henrique de Amorim de Figueiredo; o que significa "LA", "AM", "AB", "OI", "RAP"?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Como?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Vou passar a V. Sª o texto. V. Sª pode fazer uma gentileza; desculpe incomodar. Verifique a primeira indicação de brindes.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - LA - livro de arte; AM - agenda de mesa; AB - agenda de bolso; OI - Odebrecht Informa; RAP - é um outro relatório do qual não estou me recordando.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Todos esses brindes foram enviados?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não; efetivamente, no caso aqui, é definido um brinde: um livro de arte, ou...

O SR. JOSÉ DIRCEU - Livro de arte? Pensei que era livro de ata. O Senador Eduardo Suplicy pede que V. Sª repita, por gentileza.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Livro de arte.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora V. Sª está sendo reinquirido por três.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Sigmaringa Seixas, como é discreto, apenas balbucia. O Senador Eduardo Suplicy não se contém, mas eu tenho a impressão de que ninguém precisaria contribuir, porque o Deputado José Dirceu...

O SR. JOSÉ DIRCEU - O Deputado Sigmaringa Seixas está aqui para conter o meu entusiasmo. Depois do Deputado Roberto Campos, ele ...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Livro de arte, agenda de mesa, agenda de bolso, Odebrecht Informa e o relatório - deve ser um tipo de relatório nosso.

O SR. JOSE DIRCEU - V. Sª afirmou aqui que o objetivo de todos esses apoios eleitorais seria político-ideológico, ou seja, no sentido de alinhar determinados eleitos no futuro com as idéias, as propostas para o País da filosofia da Empresa Odebrecht.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não da filosofia - me permita -, mas dos grandes temas que podem melhorar o nosso País.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Segundo a Odebrecht. Eu li aqui no relatório, e percebi o contrário de V. Sª: a Odebrecht tem uma grande aversão ao PT.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, eu penso que a recíproca aí talvez seja verdadeira.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não, não é verdadeira.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Deputado, permita-me dizer a V. Exª o seguinte: houve várias passeatas montadas pelo PT no Rio de Janeiro, no sentido de boicotar a ação da Odebrecht.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Muito obrigado.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Isso foi constatado, porque assim como há a informação há a contra-informação.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Constatado como? A Odebrecht tem contra-informação?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, todo mundo tem informação.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Não, mas a Odebrecht tem contra-informação?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Mas V. Sª falou que como tem informação tem contra-informação e que a Odebrecht constatou. A Odebrecht tem um serviço de contra-informação?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Nós fomos informados de que a passeata foi montada pelo PT.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Por quem V. Sª foi informado?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Como eu disse a V. Exª: eu só estou colocando isso...

O SR. JOSÉ DIRCEU - Por quem V. Exª foi informado?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Permita-me abster da...

O SR. JOSÉ DIRCEU - A reserva da fonte?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, abster-me da questão política, porque realmente....

O SR. JOSÉ DIRCEU - Isso não é questão política; é uma questão de direito da sociedade, porque é monopólio do Estado - V. Sª o sabe - o poder de polícia. Não me consta que a Odebrecht tem poder de polícia no País. Sei que, pelo jeito, tem.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Estamos falando de greve.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Greve é um direito que está na Constituição.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sei.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu defendi.

O SR. JOSÉ DIRCEU - E nem todas as greves são feitas pelo PT ou pela CUT.

No documento que tenho, "Notas para a Reunião de 28 de setembro", consta o seguinte: "seremos forçados a participar em apoio a candidatos naqueles Estados onde estamos trabalhando visando: priorizar os nossos projetos em andamento, que terão continuidade no próximo Governo; dar liquidez aos nossos créditos futuros e passados; confiabilidade em função do passado, para que o item 1 e 2 venham a ocorrer".

Então fica evidente que, se eu listar para V. Sª todos os documentos que falam de "prioridades, fidelidade, clientes **versus** programa, estratégia de atuação **versus** apoio político na campanha, atuação direta nos Ministérios na conquista das seguintes metas: contratação, contrato de uma prefeitura, contrato de outra; teremos que solicitar ao MARA - Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária recursos de partes orçamentárias sem destinação específica, pois a CONAB não dispõe desses recursos; conhecimento antecipado do orçamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço".

V. Sª percebe - e nos outros documentos todos - que a atuação da Odebrecht, com esses objetivos estabelecidos, é uma atuação absolutamente ilegal, clandestina, e que visa operar por cima do Orçamento, do Governo, da legislação, porque não é como V. Sª disse aqui, para financiar políticos que tenham os mesmos preceitos de certos temas, como privatização e outros, que estão em disputa no País, porque não é isso que dizem os outros documentos. Como é que V. Sª explica isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Sobre essas questões de mérito político, já coloquei que não me vou manifestar.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. Sª me poderia informar qual a função do coronel Paiva Chaves na Odebrecht?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - O coronel Paiva Chaves é responsável pela assessoria de imprensa.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. Sª sabe que ele foi do Serviço Nacional de Informação?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, eu sei que ele trabalhou na Rede Globo.

O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO) - Quem é o coronel Paiva Chaves? Eu conheço vários Chaves.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Eu conheço, inclusive, um general.

O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO) - Sim, eu conheço um general e um outro coronel, que foi meu aluno, que, inclusive, está com problemas de saúde. Qual é o prenome dele?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Aqui não tem o prenome. Só diz o coronel Paiva Chaves.

O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO) - O depoente poderia dizer qual é o prenome?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É João Baptista Malan de Paiva Chaves. Deve ser o coronel a que o Deputado está fazendo referência.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Eu não tenho, não. "Nome de guerra" parece coisa da clandestinidade, mas tenho só o nome de guerra.

O SR. PRESIDENTE (JARBAS PASSARINHO) - Nome de guerra é nome de guerra. Vale na clandestinidade e vale na paz, também.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Esta será a última pergunta.

Tenho em mãos um documento muito importante, porque trata-se de um sorteio por meio de pedras. É sobre um acordo de uma reunião da ANEOR, empresas coligadas com cinco pedras; quarenta empresas não contempladas no acordo anterior tiveram a prioridade e receberam os primeiros quarenta números ímpares. Eu pergunto a V. Sª o seguinte. As obras que eu vou citar: BR222, altura de Itapagé-CE; BR232, de Bom Nome a Salgueiro; BR262, Viaduto de Alpercatas, MG; BR364, no Mato Grosso; BR235, próximo a Aracaju, SE; a Odebrecht venceu essas licitações?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não participamos dessas licitações.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Mas como é que V. Sª explica?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu coloquei, permita-me Deputado, anteriormente, que esses documentos nos foram encaminhados posteriormente.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Mas a data do **fax** foi de antes da licitação ter sido ganha por alguma empresa.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A meu ver, que deve ser verificado então quem ganhou, porque nós não temos nenhuma participação em relação a isso.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. Sª não tem participação em nenhuma dessas obras?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não temos o DNER como uma instituição em que temos predicação.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. Sª me explicaria por que consta, nos documentos encontrados na casa de V. Sª, demonstrativo de emendas atendidas de várias empreiteiras, e não só da OAS, como esse, por exemplo.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu gostaria de ver esse documento.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Com prazer.

Vou terminar, Sr. Presidente. Prometo que serei disciplinado.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Este é um documento que engloba os Estados do Nordeste; foi-me encaminhado pelo nosso pessoal de lá, e pode ter sido elaborado pelo próprio Estado, ou por alguém, para checar as posições de dotações orçamentárias de cada empresa. Não há nenhuma correlação que possa ser comentada.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. Sª tem conhecimento se, entre os brindes, incluíam-se automóveis, ou automóveis alugados para cessão a esses cidadãos citados como tendo recebido brindes especiais da Odebrecht?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tenho conhecimento. Não sou eu que defino esta questão de brindes.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V. Sª não tem conhecimento, então?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - De brindes, de automóveis? Não.

O SR. JOSÉ DIRCEU - De carros alugados para cessão a terceiros?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Onde foi isto?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Temos a informação de que o Sr. Airson Bezerra Lócio, Presidente da Codevasf, teria recebido, como brinde especial, o **leasing** de um Ômega, da Odebrecht.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu desconheço.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª e agradeço também ao Senador Eduardo Suplicy.

Como último inscrito, o Deputado Valdomiro Lima. Depois ainda teremos o Relator, o Vice-Presidente, se quiser fazer uma palavra, e eu gostaria de fazer uma pergunta final. Tem a palavra o Deputado Valdomiro Lima.

O SR. VALDOMIRO LIMA - Eu me inscrevi, logo, que aqui cheguei e, todavia, as respostas que o Dr. Ailton Reis já deu, de certa forma, respondem ou me impedem de fazer as perguntas que eu desejava; como, por exemplo, por que ao lado de uma emenda parcial da Bancada do Rio Grande do Norte estava, entre parênteses, escrito V.L.

Ora, o meu nome é Valdomiro Rocha Lima; V.L. poderia ser Valdomiro Lima. Então, o que ocorreu, Sr. Ailton Reis? A imprensa brasileira noticiou que havia uma emenda e que meu nome estava ao lado dela; e, mais ainda, que havia números, uma fórmula e depois da fórmula... Uma fórmula não. Nem falavam nisso. Disseram logo que havia 1.86, e daí as ilações mais perversas.

Não vou perguntar a V. Sª novamente, porque isso já lhe perguntaram não sei quantas vezes hoje aqui, já se conhece as respostas, inclusive V. Sª também já disse, em determinado momento, uma pergunta feita pelo Deputado Luiz Salomão, com referência ao Senador Lavoisier Maia e com referência ao meu nome e V. Sª disse que tanto o LM não é Lavoisier Maia, como o VL também não é Valdomiro Lima.

Então, as minhas perguntas, Sr. Presidente, ficam prejudicadas. Não posso deixar de colocar a crueldade do que está acontecendo comigo e talvez, acredito realmente, com outros colegas Parlamentares que se vêem nessa situação.

Providenciei desde de quinta-feira entregar ao Sr. Presidente uma autorização para verificar os meus extratos bancários, declarações de imposto de renda, e já corri aos bancos nos quais tenho conta-corrente, solicitando que imediatamente me dêem os extratos de cinco anos atrás, ao menos, para trazer a esta Casa, trazer a esta Comissão. Espero que essa semana ainda isso possa ocorrer.

Quero dizer, Sr. Presidente e Dr. Ailton, que vou poder demonstrar, para conhecimento de V. Sª, parece que organizou, fez essas elucubrações ou sei lá o quê nesses tais documentos que passei os olhos, que sou um Deputado já de cabelos brancos e que estou no sexto mandato, contando os meus de vereador, de deputado estadual, passei pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, fui Presidente da Assembléia, e jamais fui acusado de coisíssima nenhuma.

As minhas contas vão demonstrar, aqui nesta Casa, que tenho, realmente, uma ilicitude praticada na minha vida. Uma ilicitude com a minha família, como costumo dizer. É um empobrecimento ilícito, porque quanto mais me reelejo menos recursos tenho. Então, isso é que vou demonstrar trazendo os meus extratos bancários e as minhas declarações de imposto de renda.

Fiz questão de dizer isso até para que o Dr. Ailton saiba bem e possa, de repente, avaliar o que está causando a nós Parlamentares esse tal exercício ou sei lá o que fez para o futuro ou sei lá para quando. Quero até sugerir ao Dr. Ailton que abandone esses cálculos e que abandone até a idéia, ele e a sua empresa, de ajudar seja lá quem for na campanha que vem. É uma sugestão que deixo nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado. V. Exª sabe exatamente qual foi a diretriz que esta CPI tomou. Quando V. Exª se refere à crueldade, é evidente que as pessoas que estão machucadas, elas passam por essa provação, porque não tivemos outro tipo de conduta, senão a partir dos documentos que chegaram as mãos da CPI, através do Senador José Paulo Bisol, e na análise também pelo Deputado Mercadante, havia suspeita em relação a esses nomes e os nomes com referência a percentuais.

O objetivo nosso foi, precisamente, fazer com que uma prioridade se desse a partir disso. O depoente chegou aqui e já pediu duas mil vezes desculpas, lançou esse problema, já assumiu a responsabilidade de tê-lo feito. Agora, nós que tomamos essa decisão pela a CPI como um todo, lastimamos, mas não nos sentimos verdugos.

O SR. VALDOMIRO LIMA - Sr. Presidente, se me permite, a expressão crueldade não se refere à CPI, que tenho apoiado desde o primeiro dia, tenho estimulado e tenho dito, inclusive na imprensa em geral tanto no meu Estado como fora dele, que isso é uma necessidade, nosso País precisa, realmente, de, não apenas no Legislativo, mas também no Executivo e no Judiciário, ser passado a limpo, como se tem dito.

A expressão crueldade, Sr. Presidente, Srs. Membros da CPI, porque não pertenço a CPI, é o fato em si do que está ocorrendo comigo, e, acredito, é algo de cruel. É isso que eu quis dizer, talvez tenha me expressado mal. Mas até aproveito a oportunidade para cumprimentar a CPI pelo trabalho extraordinário que está fazendo. Sei perfeitamente que V. Exªs, evidentemente, não têm culpa dessas coincidências e ilações que surgem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Devo informar a V. Exª - nós nos conhecemos muito pouco, estamos nos conhecendo agora - que, apesar do que podem julgar, por um passado meu, de vida militar e participação num movimento que eu chamo de cívico-militar de 64, eu desempenho esse papel com extrema repugnância. Não tenho a menor vocação policial, nunca tive na minha vida. Esporadicamente, em mais de vinte e oito anos de serviço no Exército, apenas passei trinta dias no Serviço de Informações, de uma Segunda Seção de Informações, que não era o SNI. Eu até dizia sempre que não tinha vocação para isso, porque eu tinha duas bocas e apenas um ouvido. E o pessoal do SNI, de informações, é o contrário. Mas é que, por isso mesmo, devo dizer que nós temos tido aqui um imenso cuidado, porque ora somos atacados por estar fazendo aqui proteção de alguém, ora corre notícia nos corredores de que nós estamos protegendo alguém. Já se falou aqui em cabeças coroadas que teriam tratamento privilegiado contra outros, quando, ao contrário, os que participam desta CPI acho que podem dar o testemunho unânime da forma isenta pela qual estamos trabalhando. Oxalá que tudo isso possa ser, amanhã, apenas num instante, não digo eu, mas momentos extremamente desagradáveis.

Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Ailton Reis, na primeira parte da inquirição que lhe fiz, V. Sª respondeu a 12 questões, na maioria delas não me convencendo. Mas eu não polemizei, nem procurei, por circunlóquios, tentar envolvê-lo, porque vi que estava diante de um executivo de uma grande empresa, experiente, e que aqui veio cumprir uma missão, com muita coragem, inclusive, a missão de assumir todas as responsabilidades, isentando parlamentares, políticos e a própria organização. Então, eu achei que não tinha porque insistir.

Mas quero agora, nesta segunda parte, dizer a V. Sª que eu jamais tive a política como profissão. Minha profissão sempre foi a de advogado e professor de Direito nesta área que é a de V. Sª: Direito Empresarial e contratos. E quero, nesta segunda parte, deixar de lado as siglas, as iniciais, os percentuais, tudo aquilo que nós já discutimos e centrar sobre essa questão, realmente, da relação entre organizações empresariais e o Poder Público no Brasil.

Então, eu começaria dizendo a V. Sª o seguinte: com a minha vivência de advogado e consultor de empresas, eu sei que uma minuta de **fax**, como esta que está aqui, dirigida ao Deputado José Geraldo Ribeiro, com referência a sete projetos nordestinos e com importâncias em dólar que chegam a cento e dezenove mil quinhentos e dois, jamais seria redigida por distração, nós podemos encontrar na ante-sala de um grande executivo - e é difícil, muito difícil; nós podemos encontrar uma secretária fazendo palavras cruzadas, se o patrão está viajando e tal, mas nunca um **fax** como este.

Então, eu quero dizer a V. Sª o seguinte: este **fax** nasceu, evidentemente, de algum tipo de relacionamento entre a Odebrecht e o Deputado José Geraldo Ribeiro. E eu insisto na minha curiosidade porque, se se tratasse de Minas Gerais, de São Paulo ou até do Espírito Santo, eu consideraria talvez que isso pudesse retratar um relacionamento normal. Mas não entendo como o Deputado José Geraldo Ribeiro trata com a Odebrecht de assuntos do meu Estado, projetos do Recife e projetos do agreste. V. Sª poderia, pelo menos, dizer se houve um tipo de relacionamento frustro ou não entre o Deputado José Geraldo Ribeiro e a Odebrecht?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não, não houve.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E a que V. Sª pode atribuir esta minuta?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A questão dessa minuta era uma solicitação com relação ao Orçamento de 94.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Que vem?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Que vem. Do Orçamento desse ano.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer, a Odebrecht queria esses valores...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Que ele ajudasse a apanhar esses valores.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas veja, Dr. Ailton, V. Sª vai destinar a uma barragem que conheço, porque eu fiz praticamente toda a perenização do rio Ipojuca. Fiz toda ela, praticamente. Está faltando pouco. Essa barragem é de contenção, para evitar a salinização, e 5.195 dólares não é nada.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É que esses números estão multiplicados por dez à terceira; é isso vezes mil.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer que aqui está em milhares de dólares?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Seriam... Como o processo orçamentário, por tudo que ocorreu, foi acabado, não mandei o...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tudo bem. Mas por que José Geraldo Ribeiro? Ele não é sub-relator, não é pernambucano. Por que ele?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu tinha conhecimento de que ele poderia ajudar na complementação orçamentária.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A resposta me satisfaz. Quer dizer, que era um homem que tinha prestígio e podia conseguir essas verbas para sete projetos nordestinos: Cloroquímico, Sergipe; Formosuá, Bahia; Belo Jardim e Ipojuca, Pernambuco; Nassau-Nassau, Pernambuco; Arapiraca, Alagoas; Porto Natal, Natal, evidente.

Segunda pergunta: V. Sª, com a sua experiência, sabe que, de um modo geral - embora isso possa mudar no futuro - até hoje as organizações, sobretudo na área de engenharia pesada, dependem bastante de contratos com o Poder Público, sobretudo na fase áurea do chamado milagre brasileiro, na Década de 70, a União era a principal cliente. E V. Sª sabe, conseqüentemente, que havia uma luta muito grande para obter esses contratos, que muitas vezes não era leal. Essa luta deu exatamente a partida a um tipo de relacionamento pouco saudável e depois ilícito entre empreiteiras e Poder Público.

V. Sª poderia nos dizer, aqui, quais os percalços dessas organizações na luta pelos contratos públicos? Digamos: há uma concorrência e, de repente, a autoridade resolve dispensar a concorrência, por isso ou aquilo, escolhe quem quer. Seria esse um meio de frustrar a livre concorrência, que é uma das regras mestras do mercado; dispensa de concorrência. Essa singela... ficou para o passado, e a legislação hoje já não permite grande margem para isso.

Mas eu perguntaria: e as chamadas concorrências programadas? O senhor já ouviu falar nisso? Tem conhecimento disso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - É plenamente conhecido, mas não existe mais a concorrência programada. Mesmo considerando que a atual lei de

licitação não é completa, ela peca, tem vários defeitos, dá margem a várias interpretações. Existem interpretações duplas, e isso prejudica.

Então, acho que tem de ser melhorada a lei de licitação e sou totalmente a favor, como engenheiro, como integrante da organização Odebrecht, que se rearrume isso de uma forma que crie condições para haver uma tranqüilidade....

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas V. Sª...

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Agora, para isso ocorrer, é importante que o Estado tenha a responsabilidade de definir prioridades e recursos, para que não tenhamos... A grande maioria dos problemas atuais é pela falta de prioridade e falta de definição, de responsabilidade forte dos dois lados.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, o senhor disse que as concorrências programadas já não ocorrem porque há uma nova lei de licitações. Mas até ela havia?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Inegavelmente, havia.

Não que fosse generalizado. Nenhuma empresa de porte se submete a outra. A qualidade entre as dez maiores empresas pode, em algum momento, ter pontos coincidentes, mas não há uma correlação, não há possibilidade, nenhuma aceita. Não é só dentro do Brasil, é fora também. Convivi com empresas francesas, inglesas, italianas, espanholas - que são muito fortes - e percebi que não há uma afinidade que possa montar um cartel de empresas, seja nacional ou estrangeiro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não vamos falar em cartel ainda. Estamos fazendo um passeio histórico pelas ilicitudes das licitações brasileiras. E vou até dizer a V. Sª quando imagino que começou a haver o tipo de licitação programada: quando, no fim do Governo Figueiredo, faltaram dólares, era difícil arrumá-los, algumas empresas tinham, não sei como, excedentes lá fora, etc. Então, tendo esse dinheiro, iam ao governador e ao prefeito dizer: tenho tantos milhões, posso fazer estrada, etc., mas tenho que fazer as obras.

Anteontem - não está mais aqui -, o Senador Gilberto Miranda dizia que soube que coloquei para fora do palácio um empreiteiro. Não vou dizer que procedi dessa forma, mas realmente o recebi duramente porque ele teve a coragem de me propor uma coisa dessas. Quando ele saiu, virei-me para o Secretário da Fazenda e indaguei como aquele empreiteiro pode ter coragem para me fazer tal proposta. Acrescentou o Secretário que pior era o fato de ele ainda ter 5% para dividir por fora.

Portanto, eu vi apodrecer o relacionamento entre organizações empresariais e Poder Público na questão das licitações. Um dos maiores sustos de minha vida, quando assumi o Governo de Pernambuco, foi ouvir do Secretário de Habitação que, em sua Secretaria, toda licitação empata. Perguntei: "empata"? Ele respondeu: "empata". "Mas como?" Ele disse: "É a norma do Banco Central. Fazemos a avaliação, uma estimativa do preço da obra - casas populares - e quem der 10% a mais ou 10% a menos entra; daí, todo mundo coloca 10% a menos, dá-se o empate e a diretoria decide". Eu lhe disse, na época, que, a partir daquele dia, não ia mais haver aquilo. Por isso, sofri uma campanha muito grande, os empresários pernambucanos foram ao palácio dizer que eu ia destruir muitas empresas pernambucanas, porque, quando abrisse - e abri -, os cearenses e baianos iam chegar lá. Os baianos não, mas os cearenses chegaram realmente e ocuparam boa área. Respondi que estava pronto a ajudá-los, mas desde que me dessem um meio lícito, pois não iria praticar uma ilicitude para eles ganharem dinheiro.

O senhor sabia que o BNH, durante muito tempo, prestigiou esse tipo de concorrência?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Essa questão de preço-base dá margem a essas coisas...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A essas coisas muito graves.

E quero aqui, para alegria do nosso Presidente, dizer que, quando eu lutava para acabar com esse tipo de concorrência em Pernambuco, só encontrei arrimo no Exército brasileiro. Não aceitou e recusou-se a usar esse tipo de concorrência.

Isso foi progredindo. Estou fora da administração há oito anos, mas, pelo que sei, estamos hoje vivendo ou estávamos há pouco vivendo modalidades muito sofisticadas de fraude à licitação, que é o preço alto de quem ganha a concorrência e não executa a obra, simplesmente subempreita e ganha uma diferença. Inclusive, tenho notícias, não hoje, de que, no Governo passado, nas áreas de habitação e saneamento, foi muito comum esse tipo de hipertrofia ilícita das licitações.

O Senador José Paulo Bisol fala em sociedade secreta, em **holding** e numa organização liderada pela Odebrecht, que visaria exatamente uma forma sofisticada de, por meio de um grupo de empresas, fazer o que seria, no passado, uma sociedade de poder de participação e dividiriam. Não quero discutir a tese do Senador José Paulo Bisol porque é recente, por enquanto está sob análise e S. Exª não está aqui presente.

Pergunto a V. Sª: a nossa economia é ou não cartelizada?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A economia brasileira?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tenho bastante conhecimento dessa parte que envolve as multinacionais. Mas diria que talvez, em alguns setores, possa haver cartelização. Seria interessante olhar isso sob a ótica das multinacionais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou vendo que V. Sª é competente mais até do que podia imaginar. V. Sª está jogando para multinacional, o que não é bom porque a Odebrecht é multinacional e mente brasileira. Não é verdade?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Falei de um modo geral.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Veja meu raciocínio: se há cartel na indústria automobilística, no vidro, na indústria farmacêutica - que o Governo quis enfrentar e perdeu a batalha, bem como na automobilística - em "n" setores nacionais, por que não vai haver também o cartel das empreiteiras? Do ponto de vista lógico, não é surpresa para mim que exista cartel também das empreiteiras. Só que estamos aqui tentando descobrir como funciona, se ele é um. Tenho a impressão que o Senador José Paulo Bisol pode até ter descoberto uma galáxia, mas em um universo muito maior do que ele pensa.

Estamos aqui buscando exatamente identificar a partir de denúncias levantadas sobre dois esquemas de corrupção: o das subvenções sociais, inteiramente identificado e dissecado; e o das empreiteiras, que estamos tentando dissecar.

É fundamental que possamos deslindar os cartéis dessas multinacionais - dos automóveis, da medicação, etc -, que prejudicam seriamente o consumidor e causam distúrbios no funcionamento do mercado, porque garroteiam a livre concorrência e impõem preços abusivos ao consumidor. Todavia, quando se tratar de empreiteiras, os efeitos nocivos serão muito maiores, visto que não será só a questão do mercado e do consumidor, mas da desmoralização do serviço público pelo aliciamento, pela propina que levou o País à situação de ter, hoje, dentro do Congresso Nacional, uma CPI que tem investigado, constrangidamente, parlamentares.

V. Sª admite a existência de um cartel de empreiteiras na área da construção pesada?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não há espaço, hoje, no Brasil, para a formação de cartéis dessa magnitude. Essa possibilidade inexiste não só na dimensão posta pelo Senador José Paulo Bisol mas porque não há volume de serviço e há desunião. Os interesses são altamente conflitantes. Acho muito difícil essa possibilidade. Não admitiria como uma posição...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - São conflitantes os interesses?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - São.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois em Pernambuco essas grandes empreiteiras estão associadas. A ODEBRECHT não está construindo nenhuma estrada em Pernambuco?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A questão...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas está ou não?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Estamos tentando concluir a duras penas a BR-101.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Com quem? Sozinha?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tenho conhecimento se há outra empresa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Acho que não está sozinha. Mas talvez tenha sido consórcio, não? Pirapama é uma concorrência altamente discutível, polêmica. Houve muita suspeição e realmente não tenho um conhecimento maior porque foi no governo de um adversário meu, o Sr. Miguel Arraes. Não, foi no governo de Carlos Wilson, um adversário com quem até me dou muito bem. Mas não conheço bem. Sei da obra e sei da sua urgência. Agora, não sei se foi consórcio. Porque é preciso notar o seguinte: o consórcio é absolutamente legal. Está previsto na Lei das Sociedades Anônimas, é prévio à concorrência, é levado a registro da Junta Comercial, é ostensivo. E atua como se fosse uma única empresa. Agora, o que não é consórcio e se chama de consórcio são as subempreitadas que se fazem **a posteriori**. E aí é que V. Sª talvez não saiba ou pretenda não confirmar. V. Sª sabe que hoje há empresas grandes, empreiteiras na área da engenharia pesada que praticamente subempreitam 40% dos contratos conseguidos. Quase se transformam num banco de obras para ganhar sem trabalhar, sem dar duro. V. Sª tem conhecimento de que há empreiteiras grandes concorrentes da ODEBRECHT fazendo isso?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não conheço em profundidade que possa emitir uma opinião. Evidentemente que os consórcios hoje são muito mais montados em termos formais, com responsabilidade e divisão de tarefas em função de pouco volume de obra. Minha visão não é de que o consórcio seja feito que não seja por um processo de somar experiências e ter responsabilidades conjuntas. Até porque a capacidade de investimento das empresas reduziu bastante. É muito difícil hoje uma empresa entrar numa obra grande e ter condições de bancar 30 dias de trabalho sem receber. Então uma posição é a de mercado restrito e a outra é a capacidade de ter recursos para tocar sozinho...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tudo bem. Mas eu perguntei se V. Sª sabe que há empreiteiras de grande porte que estão subempreitando até 40% das obras contratadas.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não é o caso da ODEBRECHT.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, concorrentes. Aliás, ostensivamente concorrentes. Mas se estiver certa a tese do Senador José Paulo Bisol, será ostensivamente concorrente, mas ocultamente parceira. Também não quero contestar a tese do Senador. Não quero adotar porque está cedo. Aliás estou adotando em tese. Sem querer responsabilizar, por enquanto, nenhuma empresa. Então, V. Sª não tem conhecimento?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Bom, para terminar, nos negócios gerais da ODEBRECHT dentro do País, qual é o percentual dos seus contratos às custas senão de obras públicas, de obras financiadas com recursos públicos?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - A nível nacional?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Só nacional.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Está se referindo a produção ou ingressos?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, o que quero saber realmente... Vou fazer a pergunta de outra forma. Como ficaria hoje se de repente perdesse todos os seus contratos financiados com recursos públicos ou decorrentes de obras públicas?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Olha, o dano maior disso é realmente de caráter pelo que representa à nossa organização porque está se colocando muito as coisas no lado negativo. Gostaríamos de permanecer dentro do mercado brasileiro, tendo em vista a alta tecnologia que detemos em grandes obras. Fomos a primeira empresa a executar obras em concreto protendido, não temos a intenção de deixar o mercado brasileiro, mesmo que aqui não haja obras. Nós sempre estaremos no Brasil, porque é a nossa base de atuação. Nossos compromissos são com o Brasil, não são com o exterior. Nosso compromisso é aqui.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E o peso maior?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Hoje temos 60% da nossa carteira no exterior, e 40%, no Brasil, de obras públicas e privadas. Estamos mais no exterior, mas a nossa posição é manter um patamar no Brasil que dê para manter a estrutura atual de sete mil homens dentro da Construtora Norberto Odebrecht.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E se V. Sª estivesse no meu lugar, com a missão de buscar e identificar tudo que há de errado - e há muito - entre o poder público e as empreiteiras, por onde V. Sª começaria?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Eu começaria olhando qual é o modelo real brasileiro que deve ser montado para evitar isso, porque o problema não está nas empresas ou na arrumação que se faça agora, e sim em qual é o modelo brasileiro ideal para todos nós brasileiros e que evite qualquer situação indesejável.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Está bem, Sr. Ailton. V. Sª chegou com uma missão, acho até que a cumpriu da maneira melhor que podia - ninguém tem culpa, só eu sou responsável, sou o único. Espero que diante de tudo que V. Sª aqui ouviu, como brasileiro que é e como homem bem situado, possa também sair daqui com uma outra missão: a de ajudar o Congresso, a CPI e o Brasil a resolver definitivamente essa questão dos cartéis, não só os que já conhecemos, mas também esse que estamos começando a decifrar, que é o das empreiteiras.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, peço a palavra só para informar ao Relator, a V. Exª e ao próprio Depoente que o documento a que fizemos referência e que S. Sª reconheceu como elaborado pelo Roberto Campos da Odebrecht, sob a orientação de Emílio Odebrecht, tem a data de 8/11/93, portanto refere-se a esta CPI. Acredito que essa informação é valiosa para o Relator, para a opinião pública brasileira e para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto ao nobre Vice-Presidente se deseja fazer alguma declaração, algum comentário final.

O SR. ODACIR KLEIN - Não, Sr. Presidente. Sairei daqui sem saber quem é o "tio". (Risos)

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, o Sr. Ailton Reis, respondendo ao Sr. Relator, Deputado Roberto Magalhães, mencionou que não haveria condições para a cartelização da área da construção civil pesada, porque o mercado não seria suficientemente grande, pelo que entendi. Ora, esse seria um argumento no sentido contrário, porque exatamente se o mercado for muito grande, aí é que não haverá condições tão fáceis para o domínio do mercado existente.

Gostaria apenas de ponderar isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A judiciosa observação de V. Exª fica registrada.

Eu pretendia dizer alguma coisa, mesmo aproveitando aqui a nossa rarefação demográfica, porque isso que acabamos de ouvir seguramente será, no meu entender, alguma coisa importante para o Relatório que o Deputado Roberto Magalhães irá fazer.

Não vamos, espero eu, fixar-nos apenas em punir pessoas, mas sim, como o próprio Depoente disse ainda há pouco, tentar caracterizar onde estão as falhas estruturais, as falhas legais que permitem a tentação à corrupção.

No ocaso da minha vida, não tenho grandes ilusões. Sabe-se que a corrupção existe em regimes abertos, democráticos, em regimes autoritários e em regimes totalitários. Não vi até agora nada que, na história, me sugira que isso não seja verdade.

Jornalistas estrangeiros ainda perguntavam hoje para mim como é que se poderia compreender ou explicar que no Brasil tivesse crescido tanto o problema da corrupção. E eu me lembrei de uma frase que usei, certa vez, num discurso no Senado e pela

qual paguei, porque nunca fui leniente com ela, mas fui entendido como tal. Dizia eu: "A corrupção começou com Adão, incrementou-se com Eva, a partir da costela do próprio, e só acabará quando o último homem sair da face da Terra, tendo o extremo cuidado de levar pela mão a última mulher". Tal a forma, com orgulho, que eu tinha no passado e em muitas conferências internacionais, tinha de verificar o Brasil respeitado. E, talvez, esta colocação que o Dr. Roberto Magalhães fez ainda há pouco responda: é por isso.

Eu via, por exemplo, o escândalo da Lockhead vendendo aeronaves no mundo e raro foi o país, no caso o Brasil, onde a Força Aérea não foi citada no relatório da corrupção internacional, enquanto o Japão o foi, enquanto outros países poderosos o foram. A Força Aérea Brasileira ficou fora disso. Lembraram da nossa dívida externa. E nós podíamos dizer onde ela estava. Onde ela estava? Em Tucuruí, em Itaipu, no PROALCOOL, no **off-shore** da PETROBRÁS, no salto qualitativo e quantitativo que nós demos, por exemplo, no caso da siderúrgica, passando para sexto produtor de aço do mundo, e está nos projetos fracassados, na Ferrovia do Aço, no Acordo Bilateral Brasil-Alemanha.

Hoje eu tenho uma tristeza, Dr. Ailton, é a tristeza que vem de saber que, em grande parte, o Estado é o responsável por isso. O Dr. Roberto falou, na sua experiência de Governador de um grande Estado, que é Pernambuco, comparado com a minha pequena experiência de apenas 19 meses no Estado do Pará, em 64. E quando esbarrei nisso, eu não tinha vida pública, não tinha experiência nenhuma, saí direto de um quartel-general para governar um Estado, eu louvei, Srs. Deputados e Senadores, prezados amigos, louvei um comerciante, um industrial que chegou para mim e disse: "Governador, eu vim lhe confessar que aqui ou entrávamos dando os 10% ou não tínhamos a menor chance de competir. Ou aderíamos à regra de jogo do Estado ou não tínhamos como sobreviver". Hoje os 10% parece que aumentaram.

Então, essa talvez seja uma posição que leve o depoente me considerar um homem que, nos meus mais de 70 anos, possa ser helenicamente sínico. Mas dizer que eu não espero, em hipótese alguma, que quem esteja envolvido num processo dessa natureza - e não estou dizendo que a Odebrecht está - venha aqui para dizer: "Realmente, nós demos propina ao Deputado Fulano, ao Senador Beltrano, ao Governador, ao Ministro", e assim por diante - sussurra-me o Vice-Presidente: "Ou ao "Tio". O fato é que será extremamente difícil que nós possamos conduzir isso.

Estamos com um imenso desafio. Ainda há pouco o Deputado Valdomiro queixava-se, com razão, da crueldade que o envolveu, que o atingiu, e nós vamos ter esse tipo de queixa generalizada. Por outro lado, Dr. Ailton, se nós não tivermos a coragem e a inteligência de poder cumprir o objetivo desta CPI, vamos passar o recibo de um infame corporação que se defende com medo de mostrar a podridão em que ela vive.

Fizeram-me vários apelos. Seria violar demais a sua condição de pessoa humana para que V.Sª pudesse dizer que realmente esse número aqui ao lado significa alguma vantagem.

Verifiquei que, no início do seu depoimento, muito habilmente - é uma organização muito poderosa, tem advogados do maior renome no Brasil - V.Sª colocou a questão com "em cerca", era uma tentativa de calcular quem poderia ser apoiado pela Empresa. Seria uma imensa hipocrisia nesta Casa, na qual já tenho três mandatos de Senado, que alguém dissesse que foi concorrente a um posto eletivo majoritário, Presidente da República, Vice-Presidente, Governadores, Senadores, e que fez essa campanha com dinheiro apenas do seu bolso. Uma das minhas mais tristes surpresas quando eu era eleitor e admirador de Harold Joseph Laski - evolui, já não sou mais -, foi quando, lendo a crise da democracia, ele escreveu que os candidatos à Câmara dos Comuns, em sua quase totalidade, gastavam mais para chegar à Câmara dos Comuns do que recebiam durante todo o mandato. Eu não era político. Era um jovem Tenente, impregnado da idéia de que devia salvar o meu País.

Vamos continuar a nossa tarefa e vamos tentar fazer com que, onde as confissões não aparecerem, porque até não podem aparecer, as circunstâncias possam trabalhar a nosso favor. E vamos ter grandes dissabores.

E para não terminar com palavras muito graves ou sérias, disse que tinha uma pergunta só a lhe fazer. Num papel, desses vários que vieram aí, estava escrito assim: PA92; num determinado momento, RB versus não sei o quê; em outro, duas letras versus JP. PA lembra Pará.

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - Plano de ação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Plano de ação. JP?

O SR. MANOEL AILTON SOARES DOS REIS - João Pacífico.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado. Está encerrada a reunião. (Palmas)

Amanhã, às 10h, reunião com os Coordenadores.

Está encerrada a reunião

(Levanta-se a reunião às

Depoimento do Sr. Levi Manoel da Silva

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Meu nome é Levi Manoel da Silva. Sou pernambucano da cidade de Cabrobó, radicado em Brasília há 35 anos. Sou ex-funcionário do GEIPOT - Empresa Brasileira de Planejamento e Transportes, colocado à disposição do Ministério dos Transportes, lotado no gabinete do Ministro dos Transportes e demitido, por força de um decreto de extinção do GEIPOT, em 1988, quando o GEIPOT foi extinto por decreto presidencial. Posteriormente, teve revogada a sua extinção por ser uma empresa criada por decreto-lei e aprovada pelo Congresso Nacional.

Estou aqui depondo na CPI, e, aproveitando a oportunidade, solicito aos membros da mesma total sigilo sobre essas declarações que aqui faço, em virtude de as pessoas envolvidas no que vou relatar serem pessoas importantes do cenário político brasileiro, e até que as provas cheguem à tona e a Comissão tenha documentos concretos que possam dar a certeza, a comprovação do que declaro a esta CPI, e até que todos os documentos, a serem levantados, comprovem exatamente aquilo que vou aqui depor.

No Ministério dos Transportes assumi uma função na Assessoria de Relações Públicas, atuando ainda no Governo do Ministro Cloraldino Soares Severo. Posteriormente, assumiu o Ministério dos Transportes o Senador Affonso Camargo. Trabalhei com ele certo tempo. Posteriormente, assumiu o Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, com quem trabalhei por longo tempo. E aqui faço denúncias de irregularidades que presenciei durante a sua administração, principalmente no tocante à minha função: eu gravava todas as reuniões confidenciais no gabinete do Ministro, do Conselho de Marinha Mercante, das empresas estatais vinculadas ao Ministério dos Transportes - como o EBTU, GEIPOT e ENASA - e de outras empresas, das quais não recordo o nome, mas todas do complexo do Ministério dos Transportes.

Também gravava e participava das reuniões do Conselho de Marinha Mercante. Todas as reuniões do Conselho de Marinha Mercante eu gravava. Essas fitas eram gravadas e entregues ao Secretário do CNT - Conselho Nacional de Transportes. Quanto às fitas gravadas no gabinete do Ministro, eram entregues ao chefe de gabinete, Dr. José Roberto de Almeida Neves. E, então, nessas gravações - foi no período de 88 - surgiu a sindicância da VALEC.

A VALEC é uma empresa que administrava e construía a ferrovia Norte-Sul, ferrovia superfaturada, até pelo seu trajeto, que percorria terras de pessoas importantes do cenário político brasileiro. Posteriormente, as empresas que construíam a ferrovia, recebiam, através da VALEC - a VALEC era carteira de crédito -, verba de todos os órgãos, principalmente o DNER. Toda a arrecadação de vários órgãos foram colocados à disposição da VALEC. A imprensa, principalmente, a **Folha de S. Paulo**, em 88, divulgou o superfaturamento da obra, mobilizou todos os segmentos das empresas vinculadas ao Ministério dos Transportes, para que apresentassem defesa da VALEC, por causa da importância faraônica colocada à disposição de uma ferrovia que não traria benefícios ao País; apenas daria maior valorização às terras das pessoas pelas quais passasse. E com isso os próprios técnicos do GEIPOT - Empresa Brasileira de Planejamento, que é o braço esquerdo do Ministério dos Transportes, que faz todo o planejamento - e os técnicos da EBTU - empresa então extinta - não concordavam; eles não concordavam com a fábula da importância colocada à disposição da VALEC.

Cito, ainda, a compra de ferro em outras partes do País, com a finalidade de superfaturamento, uma vez que eles poderiam ser comprados nos próprios locais; mas, não; teriam que ser comprados em outros locais, para haver transporte e, assim, apresentar despesas. Até os dormentes, que poderiam ser construídos nos próprios locais, vinham de regiões como o Pará, transportados para o Maranhão; alegavam que a madeira era de qualidade e precisava, então, vir do Pará, quando no próprio Maranhão havia madeiras e empresas que poderiam fornecer todo aquele material, não sendo necessário o transporte do Pará. Era uma forma de superfaturar, e com isso as empresas que forneciam esse material automaticamente teriam comissões extras.

As reuniões que havia no gabinete do Ministro com o Sr. José Roberto, chefe de gabinete, eram sigilosas; citavam valores codificados em nome da VALEC, sendo seu Presidente o Dr. Paulo Vivacqua quem administrava uma importância fabulosa. Acredito que todos os ministérios juntos não teriam a verba que a VALEC dispunha para a Norte-Sul.

Jornais do País e do exterior frisavam, divulgavam constantemente a obra faraônica que, provavelmente, após a sua construção, ficaria parada porque não haveria fluxo e transporte de cargas; essa obra não traria benefícios, uma vez que começava em Açailândia e terminava em Anápolis. Seu fluxo de carga era desnecessário, puramente desnecessário. As construções de ferrodutos e de pontes eram desnecessárias, porque haveria determinados desvios nos quais se economizaria todo o trajeto da ferrovia.

Mas era interessante que a ferrovia passasse pelas terras de determinados políticos importantes do nosso País, para que houvesse valorização de suas terras; mesmo sabendo que não haveria carga no local. Aos proprietários de terras na região foi informado que eles teriam financiamento através do governo dos Estados por onde a rodovia passasse, e que sensibilizassem a opinião dos políticos dos Estados, para que forçassem a construção da ferrovia.

Os grandes empresários das regiões passaram a receber participação na construção da ferrovia para que dessem apoio a que o Governo, automaticamente, desviasse cada vez mais verbas.

Não esqueço uma das reuniões no Palácio do Planalto, em que fui apresentar um material audiovisual para o nosso Presidente José Sarney. Na reunião, estava presente o então Governador do Estado de Goiás - de quem não me recordo o nome agora - acho que era o Dr. Henrique Santillo, que pouco seria beneficiado pela ferrovia, mas que também estava de pleno acordo com a construção da Norte-Sul. Reunidos em volta da mesa, o Dr. Paulo Vivacqua, da VALEC, fazia exposição da necessidade da construção da ferrovia. O Presidente Sarney estava muito sensibilizado, exatamente porque a ferrovia beneficiaria principalmente as suas terras e as de seus correligionários e políticos. Então, ouvi quando foi desviada uma certa importância em milhões do Ministério da Educação para ajudar a construção da ferrovia.

Posteriormente, em outras reuniões já com um diretor do DNER - do qual não me recordo o nome - em 1988, todo o dinheiro dos pedágios brasileiros, taxas rodoviárias, principalmente de São Paulo, ia para o DNER. Nessa época, o DNER era um órgão arrecadador e não a União; e era um órgão muito rico, porque os recursos não entravam para a União, mas iam direto para o DNER.

Durante uma viagem para pesquisa de custo rodoviário, uma das viaturas que me conduzia teve uma pane no motor - era uma Veraneio. Chegando em Belo Horizonte, a pane do motor não foi verificada a tempo, e a diretoria do DNER de Belo Horizonte resolveu colocar um motor zero quilômetro que tinha em estoque para que não atrasássemos. Isso quer dizer que o DNER era um órgão que dispunha de grande quantidade de verba. Essas verbas foram todas para a Norte-Sul, ficando o DNER em situação crítica, a ponto de as rodovias do Brasil inteiro estarem em situação precária e sem verba, já no final do Governo Sarney.

Por outro lado, o Presidente do GEIPOT - Empresa Brasileira de Transportes - Coronel Stanley Fortes Baptista, foi designado pelo então Ministro José Reinaldo para ser o porta-voz e o elemento de defesa junto à imprensa escrita e falada e à opinião pública para defender o Ministério dos Transportes no sentido da viabilidade da construção da Norte-Sul, que estava no final, necessitando de mais verba, e o Governo Federal não dispunha desses recursos, a menos que se retirasse de outras empresas estatais que então passariam a contribuir para que a obra não deixasse de ser construída.

Então, o Coronel Stanley foi o defensor, principalmente das verbas, o que não convenceu a opinião pública nem os jornalistas, que cobravam constantemente os valores divulgados pelos quilômetros construídos, razões dos ferros que iam para construir a Norte-Sul, que chegariam superfaturados das empresas que a construiriam. Também o superfaturamento - chegava-se a ponto de se falar só em dólar, porque, em cruzeiro, seria impossível -, dos metros quadrados de compactação do solo, a colocação de brita e até os dormentes e os ferros.

E mesmo os valores que as empresas contratadas cobravam da VALEC eram exorbitantes.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Como o senhor sabe que havia superfaturamento?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Exatamente porque era divulgados nas reuniões. E, às vezes, havia discórdia, entre as empresas, dos quilômetros. Alguns empresários queriam frisar que eles tinham o mesmo material, cotado para a construção, no Estado, no local. Não seria necessário o material vir de outro Estado, eles tinham recursos próprios, seria desnecessário. Aí vinha sempre a informação de que o material não era adequado para o tipo de solo, o material não era o certo. Já tinha havido pesquisas de solo e foi constatado que o material não era o suficiente, não era o material certo. Então, as empresas passaram a fornecer o material.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Mas V. Sª tem certeza de que o material do local serviria?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Bom, eu apenas ouvia os empresários frisarem que eles tinham a matéria-prima no próprio Estado. Era desnecessário vir material de outro Estado.

Como também presenciei, nas reuniões da Marinha Mercante - aliás, não é bem Marinha Mercante, mas **Lloyd**, SUNAMAN, e PORTOBRÁS. Essas reuniões eram todas realizadas no sétimo andar e eu as gravava constantemente, a ponto de o Secretário do CNT - do Conselho Nacional de Transportes - chegar para mim e perguntar qual a razão de o Conselho não ser ouvido nessas reuniões, principalmente porque presenciei, nos debates, que foram compradas duas embarcações para serem incorporadas na frota da então **Lloyd** Brasileiro. Foram compradas e não foram entregues, exatamente porque as embarcações estavam fora do padrão nacional. Elas não poderiam competir com o mercado internacional e, por serem de pequeno porte, elas não poderiam comportar uma quantidade de cargas porque já havia navios mais sofisticados para transportar as cargas de nível internacional.

Então, esses navios de pequeno porte não poderiam entrar na frota internacional. Mesmo assim a **Lloyd**, sabendo dessas embarcações, comprou com a verba do Fundo Perdido.

Como também ouvi o então Presidente da **Lloyd**, cujo nome não me recordo no momento, ser indagado das passagens que foram oferecidas para ele e toda a família fazer um transatlântico. Ele disse que era norma os presidentes da **Lloyd** sempre receberem, todos os anos, essas passagens; que aquilo já era corriqueiro e que a empresa já estava acostumada; que aquilo era colocado a fundo perdido - o que achei um absurdo - e que outras empresas de navegação também não concordavam - porque era concorrente a frota nacional - por que razão a empresa sabia que os navios não serviam para o padrão brasileiro para competir com o padrão internacional e mesmo assim concordaram na compra. E pior: os navios não foram entregues. Os navios não foram entregues; foram pagos e não foram entregues, porque a própria SUNAMAN não quis receber os navios. Já sabia então da ineficiência dos mesmos.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sabe com que fundos foram pagos?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Bom, segundo o que ouvi nas gravações era com o recurso da SUNAMAN, que era uma verba a fundo perdido e teria que ser gasta. Automaticamente, iria beneficiar as empresas construtoras, aliás, não é bem as empresas, os estaleiros internacionais que construíam as embarcações. Nesse caso, haveria comissões e gordas comissões. Uma das razões, então, de a SUNAMAN aceitar.

Por outro lado, foi divulgado nas reuniões que navios estavam apodrecendo nos estaleiros e outros navios afundando, já estavam quase submersos, e a SUNAMAN sabia disso e não tinha interesse de socorrer as embarcações, porque a reforma das embarcações não era viável, uma vez que era preferível comprar embarcações de grande estaleiros do que recuperar. Era uma constante nas reuniões da Marinha Mercante, principalmente, a discórdia que havia no Conselho Nacional da SUNAMAN.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Você gravava essas conversas, essas reuniões, como técnico e para que efeito você gravava?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Eu era o técnico de comunicação do Ministério do Transporte. Todas as reuniões eram gravadas na minha sala, porque o Setor de Audiovisual e a sala da SUNAMAN estavam frente a frente; foram, então, colocados os microfones na sala de reunião e a gravação no estúdio. E paralelamente ao estúdio está o salão nobre onde eram realizadas todas as reuniões de grande porte. Eu tinha também um estúdio e equipamentos onde fazia todas as gravações das empreiteiras, gravações dos fornecedores às estatais, das concorrências, todas as concorrências também eram realizadas no salão nobre. Tudo era gravado por mim, como também as gravações de pequeno porte, que era gravado no gabinete do Ministro, diretamente do seu gabinete. Eram as gravações mais confidenciais com políticos, com solenidade de entrega de obras, e principalmente as gravações da VALEC, das discussões da VALEC.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - E essas gravações eram arquivadas, onde, e quem ficava com elas?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Bom, as gravações do gabinete ficavam com o Dr. Roberto, chefe de gabinete.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Não sabe todo o nome?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - José Roberto de Almeida Neves, então chefe de gabinete do Ministro José Reinaldo.

Quanto às gravações da Marinha, da SUNAMAN, essas gravações ficavam com o Conselho Nacional da SUNAMAN. Eu passava todas as fitas para o arquivo desse Conselho. Eu tinha um acervo grande das fitas, inclusive de anos anteriores, de todas as reuniões. Constantemente eu pedia novas fitas para que não houvesse a desgravação das fitas gravadas nas reuniões anteriores.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Acha que essas gravações ainda existem?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Eu acredito que sim. Que essas gravações existem? Existem na SUNAMAN.

Quanto às gravações...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Quantos anos você trabalhou no Ministério dos Transportes?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Eu trabalhei no Ministério de 85 a 88: três anos. Foi eu que fiz o projeto de som do salão nobre e foi eu que implantei todos os equipamentos de som, não só criei o sistema de som e gravação da sala de reunião do 7° andar da SUNAMAN, do Conselho, como também fazia todas as gravações do gabinete do Ministro dos Transportes.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Quer dizer que de 85 a 89 você era o encarregado das gravações?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Eu era a única pessoa que gravava, inclusive era um elemento de confiança.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Não é só da época do Ministro José Reinaldo?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Não, anteriormente já era eu. Mesmo no GEIPOT, todas as gravações do GEIPOT, todos os seminários era eu quem fazia. No DNER, todas as solenidades, inclusive com o Presidente da República, em solenidade de inauguração, todas também era eu quem gravava, mesmo estando no gabinete do Ministro dos Transportes, eu era convocado para o DNER e para o GEIPOT.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Essas gravações, arquivadas, foram arquivadas a que título? Tecnicamente como é que devo me dirigir para requisitá-las?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Essas fitas eram codificadas com o tipo de reunião e a data. Quando eram da VALEC era colocado Reunião da VALEC, Presidente Paulo Vivacqua; quando eram reuniões das empresas, também colocava o nome das empresas - EBTU, GEIPOT, ENASA, SUNAMAN -, de todas as empresas do complexo dos transportes era colocado principalmente o título da reunião e a data. Quando era com o Ministro, eu colocava que era com o Ministro José Reinaldo.

Uma das coisas que mais me chamou a atenção já foi na época, acredito que no início de 88, no casamento da filha do Ministro José Reinaldo, sendo padrinho o nosso então Presidente José Sarney. O casamento foi realizado na Academia de Tênis e para lá foi deslocada uma grande quantidade de equipamentos para que houvesse ornamentação de toda a festa, inclusive os que eram de propriedade do Ministério tiveram retiradas as plaquetas, inclusive por mim, e colocados papéis por cima para que as plaquetas do tombamento não aparecessem; como também foram comprados materiais para iluminação, fio para instalação, uma série de materiais foi comprada em nome do Ministério dos Transportes e colocados para a solenidade do Ministro no dia tal, que era exatamente o dia do casamento da filha do Ministro.

Tomei conhecimento também de que a empresa contratada para o **buffet**, oriunda de Uberaba, também foi paga pela VALEC, como também os 50 veículos que foram contratados por locadoras e colocados à disposição do Ministério dos Transportes para que atendessem às autoridades. Inclusive alguns motoristas do Ministério dos Transportes passaram a dirigir esses veículos.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - E esses documentos relativos aos gastos do casamento?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Esses documentos... fiz alguns memorandos, solicitando material e assinado por mim, Levi Manoel da Silva, chefe do setor de apoio ao gabinete, solicitando ao Dr. Paulo Rui, subchefe do gabinete, material. Como não quis solicitar o material diretamente - eu poderia solicitar esses materiais direto ao setor de compras, pois tinha autoridade para isso, mas não o fiz - fiz direto ao subchefe de gabinete, Dr. Paulo Rui, e coloquei no meu memorando "Visto", para que amanhã, se tivesse algum problema, ele teria autorizado.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Um memorando só ou houve vários?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Não. Foram três memorandos de materiais e esses memorandos encontram-se no arquivo do gabinete, no setor de Apoio ao Gabinete, que arquiva todos os memorandos, todos os pedidos de compra, inclusive o Setor de Compras do Ministério dos Transportes tem em seu arquivo as compras.

Como também na residência do Sr. José Reinaldo, Ministro, havia vários funcionários colocados à disposição. Entretanto havia um decreto presidencial determinando que os gastos em residências de Ministros fossem pagos por eles próprios, e, mesmo assim, o Ministério dos Transportes colocou um total de onze funcionários à disposição do Ministro: quatro **garçons** contratados pela empresa prestadora de serviço, de manutenção, asseio e higiene - foram contratados garções em nome dessa firma para atender à residência do Ministro -, como também jardineiros, inclusive um arquiteto, de quem não recordo o nome no momento - parece que José Maria -, era do Ministério do Transportes e foi colocado à disposição da residência do Ministro para trabalhos de ornamentação, compra de material e deixar a residência em condições de oferecer a recepção do casamento da filha do Ministro, e o padrinho desse casamento seria o Presidente José Sarney.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - V. Sª pode citar o nome de uma ou duas ou três locadoras de carros?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Eu me recordo de que **Rent a Car** foi uma das locadoras, mas houve outras também. Estou tentando recordar os nomes delas. Elas estavam situadas ao lado da representante da então Chevrolet, na Q-503 Sul. Eu não me recordo, no momento, do nome da empresa. Foi ela quem atendeu à maioria dos veículos.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - E o nome do **buffet** de Uberaba que a VALEC pagou?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Eu não me recordo do nome. Eu tomei conhecimento de que foi a VALEC que pagou ou então uma empresa de navegação que era de propriedade do sogro do filho do José Reinaldo, pai da esposa do filho do José Reinaldo, que era proprietário da empresa de navegação que transportava cargas com aval do Ministério dos Transportes.

Continuo à disposição de V. Exªs para prestar mais informações.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - A pergunta fundamental é por que essas reuniões eram gravadas já que os assuntos eram sigilosos?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Acredito que pela segurança que o gabinete oferecia. Só tinham acesso às reuniões o Ministro, os técnicos da VALEC, o Presidente do GEIPOT, que estava sempre presente às reuniões, nunca deixava de estar presente. Algumas vezes o Presidente da EBTU, raramente o Presidente da EBTU estava nessas reuniões; o Presidente da então PORTOBRÁS, que também estava presente constantemente nessas reuniões. Eu não sei as razões, ou seja, por que as reuniões eram sempre gravadas. Quando acabava a reunião, as fitas eram entregues ao então chefe de gabinete do Dr. José Roberto.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Além de gravar as reuniões do Ministro José Reinaldo, V. Sª gravou reuniões de outros Ministros?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Gravei reuniões do então Ministro Cloraldino Severo, do Senador Affonso Camargo, mas nunca foram reuniões feitas a portas fechadas, sempre foram reuniões abertas e com a participação de técnicos; os técnicos do GEIPOT e da EBTU sempre foram convidados para participar dessas reuniões, principalmente quando havia entrega de obras, em que alguns políticos do cenário brasileiro compareciam a essas reuniões, e as mesmas eram sempre abertas, principalmente as do Senador Affonso Camargo. Em todos os eventos de que participava o Senador Affonso Camargo, o Congresso estava sempre presente.

Eu não podia deixar também de relatar que, quando eu entrei no GEIPOT, como técnico, fui lotado na Pesquisa de Custos Rodoviários. Tratava-se de uma pesquisa patrocinada pelo Banco Mundial, um intercâmbio entre GEIPOT e DNER, um convênio entre o Banco Mundial, GEIPOT e DNER, onde eu fui técnico durante dois anos e reparei sofisticados equipamentos de pesquisa, equipamentos de precisão, viajei por várias parte do País fazendo pesquisas de custos rodoviários, pesquisa de solos, fluxos. Foi contratada uma empresa norte-americana, sediada na cidade de Austin, no Texas. Essa empresa fornecia todos os equipamentos necessários a pesquisas e custos rodoviários, desde equipamentos de medição até computadores, oriundos dos Estados Unidos. Essa empresa trouxe técnicos ingleses, franceses, sul-africanos, e americanos. Convivemos durante dois anos. Eu achava um tanto quanto estranho o desperdício nas pesquisas que não eram levadas a sério.

No tocante a testes, com material relacionado com o consumo de combustível, de cada um veículo nacional foi comprado um zero quilômetro, inclusive uma carreta Scania.

Com esses veículos eram feitos testes em rodovias não pavimentadas, em diferentes velocidades, com peso e sem peso. E muitas vezes em um só teste se danificava toda a suspensão de um veículo. Automaticamente, era retirada essa suspensão e jogada fora, e colocados equipamentos novos. Sem contar a grande quantidade de equipamentos eletrônicos que era usada - furado o veículo, instalado em veículo. Era um desperdício; inclusive gasolina, nos testes de consumo era jogado gasolina fora, principalmente quando o País atravessava uma situação difícil.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - O que o senhor quer dizer com essa expressão "jogado gasolina fora ?"

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Simplesmente porque os equipamentos utilizados nas viaturas, que faziam testes de consumo, na sua drenagem, jogava o combustível no solo. Quando esse combustível poderia ser drenado para o tanque das viaturas, não havendo, assim, desperdício de combustível.

Não era só a gasolina; não existia controle de material; não tinha controle de custo. O que era pedido era comprado imediatamente.

Ou o GEIPOT e o DNER tinham uma verba faraônica, através do Banco Mundial para bancar essa pesquisa de custo rodoviário, que iria dizer aos técnicos brasileiros como construir uma rodovia, e se sua durabilidade era satisfatória. Mas o desperdício era muito grande.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Além dos documentos apontados, o senhor teria outros documentos que pudéssemos requisitar, pelo menos no período do Ministro José Reinaldo?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - No período do Ministro José Reinaldo, acredito que poderia se partir, pelos arquivos do gabinete, do Setor de Apoio ao Gabinete, que tem todo o controle das compras, dos pedidos solicitados pelo gabinete, atendendo ao Ministro, como, também, a Receita podia vasculhar e rastrear todas as contas pagas pela VALEC, inclusive os salários do Sr. Paulo Vivacqua e dos técnicos colocados à disposição da VALEC, levantando, então, as empresas, empreiteiras que executavam os serviços, porque a VALEC apenas administrava, não executava as obras. E as importâncias...

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Ela subempreitava? Como era?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Ela subempreitava os trechos, e, então, se cotavam as empresas especializadas no ramo, que executavam a construção. Ela passava, apenas, a administrar os trechos.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Sabe que empresas executavam o trabalho?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Não, no momento não recordo o nome das empresas, porque já faz alguns anos. Mas é muito fácil, porque a VALEC tem todo o controle das faturas de pagamento, e o próprio Ministério, também; há mapas no próprio computador das importâncias pagas às empreiteiras.

Então, esta Comissão poderá levantar através do GEIPOT, que é uma empresa de planejamento, que faz todo o planejamento do Ministério do Transporte, inclusive o GEIPOT tem arquivo em computador das despesas da VALEC - os projetos da VALEC são elaborados no GEIPOT, e executados pela VALEC. A ponto de citarmos: se o GEIPOT é uma empresa de planejamento de transportes do Ministério dos Transportes, com a maior quantidade de técnicos do País, empresa nenhuma no País possuía a quantidade de técnicos, inclusive técnicos com pós-graduação em vários países, técnicos de nacionalidade atuando no GEIPOT. Foi criada, então, a VALEC. Era desnecessária a VALEC, uma vez que existia o setor com as empresas de ferrovia, o Departamento de Ferrovia do Ministério do Transporte, que teria todo o controle de execução, e o GEIPOT, de planejamento. Mas foi criada a VALEC, para subsidiar a despesa da construção da Norte-Sul.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Relativamente a funcionários que tenham tirado proveito disso, você sabe alguma coisa?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Eu acredito que sim, porque o nosso Ministro dos Transportes, José Reinaldo, ex-Diretor do DNOCS, era um simples diretor do DNOCS e após assumir a função de Ministro passou a ter um patrimônio invejável, a ponto de bancar a sua campanha a deputado estadual.

E, constantemente, havia inaugurações no Estado do Maranhão e em Fortaleza, exatamente nos trechos onde a campanha do Ministro ia ser realizada, porque como ele era candidato a deputado teria que efetuar obras de infra-estrutura do Ministério dos Transportes.

Não só ele, mas o Dr. José Roberto de Almeida Neves. Tomei conhecimento, através de um advogado do Ministério dos Transportes, que, provavelmente, nessa época - 90-91 -, com a mudança de Presidente da República, o Dr. José Roberto não estivesse mais no País porque era possuidor de fortunas incalculáveis.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Como? "Não estivesse mais no País"?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Porque a soma das comissões distribuídas dentro do alto escalão do Ministério dos Transportes era faraônica. Como o Presidente Collor ia assumir o País, todos temiam que viesse à tona tudo que foi gasto no governo anterior, e isso não aconteceu.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Eu pergunto agora, havia algum parlamentar que participasse?

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Do meu conhecimento, não, senhor. Durante todos esses anos que atuei no Ministério dos Transportes e no GEIPOT, só presenciei alguns parlamentares quando tinha uma obra a ser entregue. E nunca ouvi citar nome de determinados parlamentares participando, direta ou indiretamente, no problema da VALEC.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - É isso aí; este é um depoimento em que você não prestou compromisso.

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Sim, senhor.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Por favor, antes de encerrar queira deixar o seu endereço atual.

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Meu nome é Levi Manoel da Silva, estou atualmente desempregado porque estou aguardando a minha reintegração de posse ao então GEIPOT. A empresa foi extinta, depois voltou a funcionar; como já frisei no início deste depoimento; estou aguardando a minha reintegração; já entrei na Justiça e estou aguardando essa decisão.

Enquanto isso estou residindo em Belém do Pará, no Conjunto Cidade Nova nº 7, WE 71, casa 621, cidade de Ananindeua, Belém, PA.

Desde já me coloco à disposição da CPI, para que a verdade venha à tona.

O SR. JOSÉ PAULO BISOL - Está certo. Obrigado.

O SR. LEVI MANOEL DA SILVA - Eu que agradeço aos senhores.

Está encerrada a reunião

(Levanta-se a reunião às 20 horas e 10 minutos.)

Depoimento do Sr. Deputado Flávio Derzi

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos dar início a nossa reunião, que tem como propósito ouvir o depoente, Deputado Flávio Derzi.

O Vice-Presidente fará as perguntas de estilo.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

O SR. FLÁVIO DERZI - Flávio Augusto Coelho Derzi.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. FLÁVIO DERZI - Tenho 41 anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. FLÁVIO DERZI - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. FLÁVIO DERZI - SQS 311, Bl. "B", Aptº 404.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. FLÁVIO DERZI - Produtor rural e pecuarista.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar onde exerce atividade?

O SR. FLÁVIO DERZI - Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos tomar o compromisso. Peço que todos fiquem em pé.

O SR. FLÁVIO DERZI - "Juro, dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, vamos aguardar a presença do Relator, sempre pontual; creio que o seu atraso se deva a algum imprevisto.

O SR. FLÁVIO DERZI - Pois não. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao depoente, que dispõe de, no máximo, uma hora para a sua exposição.

O SR. FLÁVIO DERZI - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Srªs. e Srs. Congressistas, membros ou não desta CPI:

Tem pautado a minha vida pública, particular e pessoal com objetividade. Em nome desta objetividade, dispenso-me do direito regimental de fazer esta preleção inicial. Coloco-me, imediatamente, à disposição da Mesa, do Sr. Relator e dos Srs. membros desta CPI.

Entretanto, se V. Exª me permitir, gostaria de apresentar as minhas desculpas a esta Mesa e aos Srs. Congressistas membros desta CPI por ter optado por este horário pouco confortável. Dois motivos me levaram a optar por este horário: primeiro, motivos de ordem absolutamente particular e pessoal, que não vem ao caso relatar; e, segundo, Sr. Presidente, devo ter sido o depoente que menos tempo teve para se preparar, para levantar documentos importantes, inclusive, para o debate a que daremos início. E eu tinha um problema: meu escritório comercial e político se localiza em Campo Grande, e o vôo que teria condições de me trazer esses documentos chegou agora às 19 horas.

Então, Sr. Presidente, eram essas as desculpas que, por questão de respeito a esta CPI, apresento, colocando-me absolutamente à disposição do Exmº Sr. Relator e de todos os membros desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Exª.

Com a palavra o nobre Relator, Deputado Roberto Magalhães.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado Flávio Derzi, em sua entrevista à revista **Veja**, através da qual formulou denúncia contra diversos políticos de projeção nacional, o Sr. José Carlos se refere a V. Exª, incluindo-o entre aqueles que conheciam o esquema liderado e coordenado pelo Deputado João Alves. Ele diz: "Acho que tinha empreiteira. João Alves também falava do Senador Humberto Lucena, atual Presidente do Senado e da Revisão Constitucional. João Alves falava de muitos: o Deputado Flávio Derzi, PP-MS". Aqui se lê: "falava". Entendemos que, se falava, tal se fazia dentro do contexto das denúncias. V. Exª, certamente, tem conhecimento desse texto.

Então, eu queria perguntar a V. Exª o que já perguntei a todos que vieram aqui e que nenhum soube responder: a que V. Exª atribui a denúncia formulada pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos?

O SR. FLÁVIO DERZI - Sr. Relator, perdoe-me, na sua entrevista à **Veja**, o senhor falou em empreiteiras. O senhor poderia... Eu não me recordo mais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mais algum nome? José Carlos: João Alves dizia que o Deputado Paes Landim recebia dinheiro, Pedro Irujo também recebia, Uldurico Pinto também. Tinha os esquemas, acho que tinha empreiteira. João Alves também falava do Senador Humberto Lucena. João Alves falava de muitos. Aí vem: ponto - do Deputado Flávio Derzi, PP-MS.

O SR. FLÁVIO DERZI - Sr. Relator, recebi essas declarações do Dr. José Carlos dos Santos com muita surpresa. Confesso a V. Exª que fiquei perplexo, por várias razões. Em primeiro lugar, sou parlamentar de primeiro mandato. No ano de 1991, ingressei, por indicação da Liderança do Bloco de que o meu partido, o PST, fazia parte, como membro suplente da Comissão do Orçamento.

Com relação ao Sr. José Carlos, passei a ter um relacionamento absolutamente funcional, como todos os membros da Comissão do Orçamento também tinham. Com relação ao Deputado João Alves, meu relacionamento, meu conhecimento com ele iniciou-se no decorrer do meu mandato. Tenho um relacionamento respeitoso, ele é uma pessoa que tem até idade de ser o meu pai. Tenho um relacionamento respeitoso e absolutamente dentro da Casa.

Então, Sr. Relator, Srs. Membros desta CPI e Sr. Presidente, realmente não tenho condições de lhe afirmar com firmeza, com exatidão o porquê de o Dr. José Carlos dos Santos ter-me incluído nessa lista.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, quantos anos V. Exª esteve funcionando como membro da Comissão do Orçamento?

O SR. FLÁVIO DERZI - No meu primeiro ano de mandato, em 1991, fui indicado pelo Bloco PRN, PFL, PST e PSC, se não me engano, como membro suplente. No ano de 1992, fui indicado pelo Líder do bloco como membro titular e, no ano de 1993, este ano em curso, já pertencendo aos quadros do Partido Progressista, partido que resultou da fusão do PST com o PTR, participo da Comissão de Orçamento como membro titular.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª chegou a conhecer de perto o Sr. José Carlos Alves dos Santos?

O SR. FLÁVIO DERZI - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Congressistas, creio que é muito difícil um parlamentar que participou da Comissão de Orçamento ou que participava, não sendo membro, das reuniões da Comissão, das reuniões ordinárias da

Comissão de Orçamento, dizer que não conhecia o Dr. José Carlos Alves dos Santos. Ele era um técnico com prestígio nesta Casa, com conceito de competência e de dedicação. Volto a afirmar, o meu relacionamento com o Dr. José Carlos Santos foi funcional, absolutamente funcional.

Quando o Dr. José Carlos Santos foi indicado para Diretor-Geral do DOU estive com ele por duas ou três oportunidades, não saberia lhe precisar, mas essa agenda é pública, acompanhados, inclusive, em duas oportunidades, com certeza, de prefeitos, de secretários de estado, levando pleitos legítimos do meu Estado, Estado de Mato Grosso do Sul. Pleitos legítimos, protocolados com ofícios, e ofícios claros, fazendo reivindicação para o meu Estado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª em alguma vez chegou a surpreender o Sr. João Alves cuidando de interesses de Deputados, sobretudo na área de subvenções sociais, ao tempo em que ele esteve exercendo funções na Comissão de Orçamento?

O SR. FLÁVIO DERZI - Sr. Relator, como coloquei, eu era membro suplente, em 1991, da Comissão de Orçamento. E não tive oportunidade de estreitar um relacionamento parlamentar naquela Comissão com o Deputado João Alves. Realmente, comecei a participar com mais assiduidade dos trabalhos daquela Comissão em torno já do mês de setembro, do mês de outubro, naquela fase conturbada, em que o Deputado João Alves já enfrentava grandes dificuldades em aprovar o seu relatório preliminar. Então, meu contato com o Deputado João Alves, na Comissão do Orçamento, realmente foi muito distante.

Depois, no decorrer do nosso mandato, nos dois, quase três anos de mandato, realmente passei a ter uma relação respeitosa com o Deputado João Alves, como Deputado.

Se me permite continuar, Sr. Relator. Com relação a subvenções sociais, nunca obtive êxito com relação a nenhuma dotação de subvenção social, sejam as subvenções desses recursos globais, como se fala, sejam daqueles quadradinhos que eram distribuídos para os parlamentares, para preencher, para atender pequenas verbas de subvenção. E confesso a V. Exª: no Mato Grosso do Sul, há entidades seriíssimas, prestando... Sou muito ligado inclusive ao trabalho realizado pelas APAEs de Mato Grosso do Sul e não consegui nenhum recurso sequer de subvenção para nenhuma entidade filantrópica, com trabalho respeitável no meu Estado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª, além da atividade de Deputado, exerce outras atividades remuneradas?

O SR. FLÁVIO DERZI - Sou produtor rural, Sr. Relator. Sou pecuarista e sou agricultor. E desempenho essas minhas funções, essas minhas atividades principais no meu Estado, o Estado de Mato Grosso do Sul. E também sou responsável pela administração geral da nossa organização agropecuária, quando digo nós, do meu pai, capitaneada pelo meu pai, Senador Rachid Saldanha Derzi, que tem a minha participação e a participação do meu irmão, Carlos Magno Coelho Derzi.

Mas hoje a administração, a responsabilidade geral da condução dos nossos negócios familiares, é de minha responsabilidade. Inclusive lhe passaria uma procuração datada de 1979, com validade até hoje, assinada por Rachid Saldanha Derzi e minha mãe, Edwirges Coelho Derzi, dando-me amplos e totais poderes para gerência dos nossos negócios, das nossas atividades de produção, inclusive com poderes absolutos para movimentação bancária, enfim, com todos os poderes importantes para a execução. Sem dúvida nenhuma, tenho uma equipe de gerentes responsáveis pela área administrativa, pela área financeira e pela área de produção.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª, nesse caso, tendo várias fontes de renda, ou, pelo menos, três, presume-se que tenha uma receita elevada. V. Exª tem, assim, uma estimativa dos seus rendimentos nos últimos cinco anos?

O SR. FLÁVIO DERZI - Sr. Relator, Sr. Presidente, companheiros Parlamentares, eu, na sexta-feira, na segunda-feira, pela manhã, tomei conhecimento pelos jornais... Confesso a V. Exª que num encontro com o nosso Presidente na sexta-feira, à tarde, em que eu reafirmei a minha presença hoje e que não haveria adiamento, eu até pedi ao Presidente que me fossem fornecidos alguns dados, principalmente com relação à totalização do meu movimento bancário, para que eu pudesse confrontar com os meus controles internos da nossa organização. Mas, realmente, não foi possível. Houve, creio, desencontros, ou com membros da Comissão, ou com o coordenador da comissão de bancos e não foi possível tomar conhecimento. Mas, na segunda...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Posso interromper um momento?

O SR. FLÁVIO DERZI - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Lembre-se de que eu lhe disse que já indeferira pedidos iguais e não lhe daria, portanto, o conhecimento prévio.

O SR. FLÁVIO DERZI - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Até mostrei-lhe um pedido do Deputado Ibsen Pinheiro que eu indeferira.

O SR. FLÁVIO DERZI - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não foi por não ter achado...

O SR. FLÁVIO DERZI - Perfeito, muita correção. Mas, para minha surpresa, segunda-feira pela manhã, li em dois ou três jornais de circulação nacional o meu movimento bancário, a minha totalização, colocando-me numa posição altamente privilegiada. Não me assustei não, viu, Sr. Relator, não me assustei, não achei que estava muito fora. Mas havia uma pequena distorção com relação aos meus controles internos.

Então, procurei o nosso coordenador, Deputado Benito Gama, que imediatamente autorizou uma reunião com os competentes técnicos do PRODASEN.

Já no final da tarde, fui chamado para me apresentarem a totalização já mais consolidada. Houve um pequeno erro. 3 milhões de dólares, quer dizer, de 9 milhões para 6 milhões de dólares. Entretanto, afirmo-lhe com muita segurança: tenho aqui toda a minha movimentação comercial dia a dia, mês a mês, durante esses cinco anos. Apesar de ter assumido a Câmara dos Deputados no dia 1º de fevereiro de 1991, o meu sigilo foi absolutamente quebrado durante cinco anos; tenho todas essas comprovações de operações comerciais. E, realmente, o resultado que foi apresentado pelo PRODASEN está absolutamente de acordo, em primeiro lugar, com o meu patrimônio e, em segundo lugar, com as minhas atividades de produtor rural.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Bem, realmente o valor que V. Exª expressou corresponde ao que tenho em mãos: de 89 até 93, 100 milhões, 365 mil e 174 dólares, dando uma média mensal em dólares de 111 mil, 169 dólares e uma média anual de 1 milhão, 273 mil e 034 de dólares.

O SR. FLÁVIO DERZI - Se o senhor me permite, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não.

O SR. FLÁVIO DERZI - Então, é absolutamente compatível essa movimentação bancária com a minha movimentação comercial em cima dos produtos da pecuária e da agricultura; é lógico, óbvio que somados a operações de crédito rural. Sou um produtor rural, tenho operações com o Banco do Brasil, com vários bancos na área de crédito rural, crédito comercial, desconto, inclusive, de papagaio, de promissórias, enfim... Então, colocaria de uma forma firme que é plenamente compatível com o meu patrimônio e com as atividades de produtor rural que desenvolvo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª, antes de exercer mandato de deputado, exerceu cargos públicos no seu Estado?

O SR. FLÁVIO DERZI - O meu primeiro cargo público, Sr. Relator, foi o de presidente da Associação dos Criadores e Agricultores de Mato Grosso do Sul no ano de 1984. É uma associação com mais de 60 anos de existência; por lá passaram figuras ilustres do meu Estado, ex-governadores. Ocupei com muita honra, sem dúvida nenhuma, a presidência da entidade de maior representatividade na área da agricultura e da pecuária do meu Estado. Em função desse cargo que ocupei, como Presidente da Associação dos Criadores, em março de 1987, fui convidado para ocupar o cargo de Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso do Sul.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - AGROSUL?

O SR. FLÁVIO DERZI - Não, Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Mato Grosso do Sul. Ocupei essa função por, aproximadamente, um ano e meio e, então, fui convidado para um grande desafio na minha vida, que não desejo ao meu maior adversário: exerci, durante um ano e meio, o cargo de Secretário de Fazenda do Estado do Mato Grosso do Sul. Desliguei-me por motivos inclusive de ordem política, no mês de outubro de 1989 e candidatei-me, no ano de 1990, a Deputado Federal, sendo eleito com 13,85% dos votos válidos no meu Estado, sendo o Deputado Federal mais votado, o que me honra muito e, sem dúvida nenhuma, aumenta minha responsabilidade para com o meu Estado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª tem notícia de denúncia do Ministério Público, que deu entrada hoje no Supremo Tribunal Federal, relacionada a fatos vinculados à AGROSUL em concorrências lá realizadas?

O SR. FLÁVIO DERZI - Não tenho conhecimento da denúncia. V. Exª está me dando esta notícia agora, mas, se me permitir e o Presidente me consentir, gostaria de fazer determinadas colocações sobre o assunto.

Em primeiro lugar, não vejo ligação desse assunto com o tema principal desta CPI, porque são fatos ou problemas que aconteceram no ano de 1987, quando exerci o cargo de Secretário de Agricultura. Gostaria de deixar isso claro. Teria o máximo prazer em prestar todos os esclarecimentos necessários porque é minha obrigação e meu desejo.

Em 1987, o País colhia uma supersafra, saímos do ano de 1986 de uma produção em torno de 60 milhões toneladas para 72 milhões toneladas. Depois de quase dez anos, estamos tentando novamente chegar a esse número. Naquela época, lembro-me com muita saudade que exercia o Ministério da Agricultura um grande brasileiro, Ministro Íris Resende, que tinha como seu Secretário Executivo, hoje colega Deputado, o ex-Ministro Lázaro Barbosa, pessoa por quem tenho o maior respeito e admiração.

O nosso Estado assumindo no mês de março a Secretaria, o nosso Estado colhendo uma supersafra e não tinhamos unidade armazenadora. Não era um privilégio do Mato Grosso do Sul, todos os estados do centro-sul passavam por esse problema.

Passei, Sr. Relator, Sr. Presidente, colegas Congressistas, a percorrer todos os municípios do Estado. O Deputado Odacir Klein era Secretário da Agricultura no Rio Grande do Sul, naquela oportunidade. Pequenos agricultores, na hora de colher o fruto de seu trabalho, perdiam arroz, perdiam milho, perdiam a produção, por falta de armazenamento. Cidades do meu Estado, como Angélica, Costa Rica, Taquarussu, tornaram-se um grande armazém a céu aberto. As ruas eram fechadas para que pudessem secar os cereais.

Iniciamos, naquela oportunidade, um Programa Nacional de Armazenamento com recursos do FNDE, geridos pelo BNDES. Vários Estados, naquela oportunidade, apresentaram as suas propostas. O único Estado contemplado com esse programa foi o Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da sua empresa de armazenamento, Sr. Relator, que

é uma estatal, com diretoria, com conselho fiscal e com a diretoria indicada pelo Governador e vinculada à Secretaria de Agricultura.

Esse financiamento foi concedido a essa empresa. A minha participação política naquela época foi muito grande; tive, inclusive, o empenho, volto a afirmar, do ex-Ministro Íris Resende, que foi um grande defensor, porque o Estado de Mato Grosso do Sul tornava-se... Tínhamos uma secretaria atuante e ele acompanhava esse trabalho.

No início da construção desses armazéns, princípio de 1988, quando o então Secretário Flávio Derzi iniciava a sua projeção, a sua caminhada política - desculpe-me se prolongo, Sr. Relator, mas é importante - surgiram denúncias políticas de irregularidades. O Procurador-Geral da República autorizou ou determinou uma abertura de inquérito, pois se tratava de recursos do BNDES oriundos do FNDE.

Inexplicavelmente? Não. Tenho explicação que depois darei. Esse inquérito levou cinco anos para ser concluído. Veio para Brasília, na Procuradoria, três vezes e teve que retornar ao Estado, porque era um inquérito sem conclusão, com uma série de imperfeições, enfim, levou três anos. Nunca, Sr. Relator, neguei-me a comparecer a todas as Instâncias.

Depus na Polícia Federal, depois de eleito Deputado e antes da minha posse, voluntariamente, pois não recebi intimação. Acompanhei este processo **pari passu**. Eu tinha conhecimento de que tal processo estava na Procuradoria-Geral da República. Esse inquérito chegou de volta, depois - volto a afirmar - de cinco anos; isso há coisa de trinta dias. Os meus advogados tentaram pedir uma vista do processo, inclusive para apresentar um memorial. Tive informação de que ela foi negada. E, por muita coincidência, V. Exª me informa hoje que, no dia do meu depoimento, acabo de ser denunciado.

Agora pergunto a V. Exªs, principalmente àqueles que já ocuparam cargos no Executivo: se houver uma irregularidade na PETROBRÁS - que é uma empresa estatal, com diretoria nomeada pela Assembléia-Geral, quer dizer, é o Governo Federal quem detém a maioria das ações, é por indicação política do Presidente da República, com Conselho Fiscal, com Conselho de Administração, com uma Comissão de Licitação - o Ministro das Minas e Energia pode ser indiciado, pode ser envolvido? Então, foi um inquérito, foi uma denúncia que teve origem em programas absolutamente políticos. E posso dizer hoje que a Polícia Federal de Mato Grosso do Sul - por intermédio do seu Superintendente, por problemas claros, políticos - eu tinha pretensão política no meu Estado, eu desejava ser Deputado Federal, desejava, inclusive, ser candidato a vice-Governador - resolveu levantar isto como uma batalha.

No entanto, volto agora a afirmar, por muita coincidência, hoje, coincidindo com o meu depoimento, era esta a minha denúncia. Era o que tinha a colocar e espero que tenha sido claro. Desculpe-me se me estendi, Sr. Relator, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Deputado, reconheço que em tese, pelas datas que constam desta denúncia, estes fatos estão fora do objeto desta CPI. Reservo-me para um juízo posterior, mas a princípio acho que V. Exª tem razão quando faz esta arguição. Por assim pensar, vou providenciar uma cópia e V. Exª já sairá daqui ela, se quiser.

O SR. FLÁVIO DERZI - O senhor ajudar-me-ia muito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, estou satisfeito. Protesto, se for o caso, com perguntas posteriores.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu que agradeço.

O Vice-Presidente declina de fazer argüição.

Desejo alertar, uma vez mais, todos os ilustres inquiridores que os assuntos que escapem do objetivo da CPI, mesmo que sejam para caracterizar conduta pessoal do depoente, devem ser evitados.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, se assim o desejar. Dificilmente não o desejaria.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Deputado Flávio Derzi, V. Exª conhece a obra para construção de um viaduto sobre a ferrovia em Três Lagoas. Essa obra é objeto de Inquérito Civil do Ministério Público nº 02/92, que investiga a ocorrência de fraude no processo licitatório, pois houve apenas uma empresa concorrente e foi constatada a prática de sobrepreço. O que nos chama atenção no inquérito é a solicitação do promotor para que seja retirada a placa da obra que agradece o empenho de V. Exª e de seu pai, o Senador Rachid Saldanha Derzi, na obtenção de recursos necessários para sua realização. Diz a placa "Obrigado, Senador Rachid Derzi e Deputado Federal Flávio Derzi. Deus os abençoe. Governo de Três Lagoas. Miguel Tabox".

O SR. FLÁVIO DERZI - Se me permite, faltou um detalhe, Sr. Senador: "Os padrinhos de Três Lagoas". Estava escrito na placa. É um detalhe. Por favor, perdoe-me.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Aqui nos autos do inquérito esqueceram dos padrinhos de Três Lagoas. Bem, essa placa foi paga pela própria Construtora Brasília, executante da obra. É fato que essa construtora é de propriedade de um ex-assessor de Londrina - hoje administrada pelo PT -, que se exonerou do cargo quando tudo isso veio à tona, o que, de forma alguma - V. Exª há de compreender - pode ser fator de inibição que eu, como membro do Partido dos Trabalhadores, lhe faça essa questão.

Mas não são apenas esses fatos que relacionam V. Exª à obra. No edital de concorrência, consta a seguinte cláusula: "Os recursos necessários à execução dessa obra serão a fundo perdido, que se viabilizará ficando a empresa vencedora da concorrência pública com a responsabilidade de viabilizá-los, às suas expensas, o mais urgente possível".

Não parece a V. Exª que essa cláusula explicita uma relação muito próxima entre a empresa concorrente e os representantes da obra junto ao Governo Federal, na medida em que a empresa teria que contar com respaldo político dos representantes do Estado ou "padrinhos de Três Lagoas" para cumprir com as suas responsabilidades assumidas na concorrência? Seria essa a explicação da placa instalada pela empresa, agradecendo a V. Exª e ao Senador Rachid Saldanha Derzi?

O SR. FLÁVIO DERZI - Senador Eduardo Suplicy, penso que o senhor levantou um ponto, o qual terei o máximo de interesse em esclarecer em sua plenitude. Agora, para auxiliar o meu esclarecimento, o senhor teria o controle da emenda que deu origem?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Só um minutinho. Peço aqui, Sr. Presidente, que seja descontado o tempo.

O SR. FLÁVIO DERZI - Se V. Exª me permite iniciar, Senador Eduardo Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pois não, o tempo é de V. Exª.

O SR. FLÁVIO DERZI - Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Eduardo Suplicy, esta denúncia foi formulada aqui, em uma reunião plenária da CPI, por um adversário político meu, Deputado Valter Pereira*.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Esta ementa pode ser que tenha sido feita por S. Exª, o Senador Rachid Saldanha Derzi.

O SR. FLÁVIO DERZI - Exatamente, não é de minha autoria.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas está a referência na placa, inclusive eu já havia dito isso a V. Exª.

O SR. FLÁVIO DERZI - Perfeito. V. Exª sempre me recebeu com muita distinção, o que quero agradecer.

O Deputado Valter Pereira fez essa denúncia bombástica aqui em uma plenária e foi para a imprensa. Um jornal de circulação nacional publica: "Senador e Deputado defendem verba para viaduto inútil". Na matéria e na denúncia é dito que esse viaduto situa-se em cima de uma linha férrea que será desativada - é que o Deputado Valter Pereira faz muito tempo que não vai a Três Lagoas -, onde só passa um trem por mês, e que houve superfaturamento.

Pela informação que obtive nesse final de semana, porque fui atrás desse problema, ainda não houve a decisão do juiz para o processo, isto é, são apenas suspeitas de superfaturamento, mas principalmente com relação a um ponto: a transferência de meia dúzia de palmeiras. Trata-se de palmeiras centenárias da nossa Três Lagoas, cujo preço o juiz afirma ter sido superfaturado. V. Exª também deve ter isso, não é, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY - No processo aqui parece que há um orçamento de remoção de palmeira imperial de sete milhões e meio, que, atualizados, seriam cinquenta e três milhões. Todavia, o orçamento para o serviço foi de cem mil cruzeiros e, além de terem cobrado quinhentas e trinta vezes o preço normal, não cumpriram o contrato, pois cortaram a palmeira em vários pedaços, como nos mostram as fotos das fls. 296, em vez de mudá-la com vida. Isso consta do processo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É que as palmeiras eram imperiais; algum republicano cortou-as.

O SR. FLÁVIO DERZI - Basicamente, Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Eduardo Suplicy, a celeuma surgiu em função das palmeiras e dessa placa.

Eu gostaria de colocar que esse viaduto é uma das obras mais importantes da Cidade de Três Lagoas. A cidade está situada na divisa com São Paulo, às margens do Rio Paraná, tendo sido um dos pólos iniciais de agroindustrialização no nosso Estado. Tem um movimento intenso de trens, porque todo minério de ferro ou manganês produzidos na longínqua Corumbá, nas barrancas do Rio Paraguai, atravessando o Estado de oeste a leste, realmente passam por Três Lagoas. E o que é pior: o terminal ferroviário de Três Lagoas está no centro da cidade; o projeto desse viaduto é no pátio, porque o pátio de manobras dos trens de passageiros, da nossa soja, que vai para o Porto de Santos, está no centro da cidade e tecnicamente se constitui num ponto crítico.

Então, o Senador Rachid Saldanha Derzi, em 1989, iniciou gestões para a construção dessa obra da maior importância. Para se ter idéia, àquela época, foi entregue ao Senador um abaixo-assinado com mais de 3 mil nomes, para uma população de 45 mil habitantes. Quer dizer, assinaram 3 mil habitantes de Três Lagoas. Era uma demanda política muito grande em cima do Senador Rachid Saldanha Derzi; S. Exª começou este trabalho em 1989, Senador Eduardo Suplicy, conseguindo o primeiro passo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Permite-me V.Exª que eu fale?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O seu tempo será descontado, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O problema é que o Sr. Presidente é muito rigoroso comigo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Que nobre injustiça, hein?

O SR. EDUARDO SUPLICY - É rigoroso com o meu tempo, não comigo.

Eu gostaria de perguntar sobre a indicação, colocada no edital, de como as pessoas responsáveis, talvez os padrinhos, tinham que viabilizar, junto ao Governo Federal, a verba para a obra, que, segundo este processo, foi objeto de superfaturamento. Eu não estou questionando a necessidade da obra e a sua prioridade.

O SR. FLÁVIO DERZI - Perfeito. V. Exª já me auxiliou e vou adiante.

Então, em 1990, o Senador Rachid Saldanha Derzi apresentou a primeira emenda para o Orçamento de 1991. Veja bem. Sr. Senador, eu até gostaria de apresentar as minhas desculpas, porque meu tempo foi muito curto. Eu fui convocado na sexta-feira. Realmente, eu tive um tempo muito apertado para me apresentar. Eu não consegui saber, Senador - e aí a sua assessoria, não sei se V. Exª tem esse controle -, se esta emenda do Senador Rachid Saldanha Derzi foi aprovada ou não, porque, no PRODASEN, o relatório da emenda, o seu espelho, diz que ela foi rejeitada.

Portanto, Senador, fui procurar na Lei Orçamentária, depois de sancionada, achando Três Lagoas, este viaduto, e, com o carimbo em cima, o que significa que teria sido vetado pelo Presidente Collor, naquela época. Então, eu não posso precisar-lhe, com segurança, se a emenda foi aprovada ou não, mas o Senador continuou. No ano de 1992, ele apresentou uma emenda para o viaduto; em 1993, e para o Orçamento do ano que vem S. Exª também apresentou a mesma emenda.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Deputado, eu lhe pediria uma atenção.

V. Exª já evidenciou como os padrinhos de Três Lagoas se empenharam para obter os recursos. Eu preferiria concluir as minhas perguntas, para que, depois, se houver tempo, V. Exª pudesse...

O SR. FLÁVIO DERZI - Correto.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Se V. Exª me permitir, vou formular a segunda pergunta.

O SR. FLÁVIO DERZI - Não, mas eu não lhe respondi a primeira.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não, mas eu...

O SR. FLÁVIO DERZI - Não, aí não.

Então, com relação à placa, vou ser curto e grosso com V. Exª. Se o Senador Rachid Saldanha Derzi e eu estivéssemos lutando por uma obra superfaturada, nós iríamos deixar colocar uma placa, que realmente foi exagerada, no centro da cidade, Senador? A placa dizia: "Obrigado Flávio Derzi, obrigado Rachid Saldanha Derzi". Se o prefeito mandou colocá-la... V. Exª me está informando, agora, que foi a empreiteira quem pagou, eu não sabia. Eu sei que fomos, lá, fizemos uma festa, comemos um churrasco de comemoração, foi uma grande festa em Três Lagoas.

Sr. Senador, eu quero afirmar, em cima de uma nota oficial, que se precisa dessa comissão, assinada por todos os seus membros. O dever do parlamentar é lutar para aprovar uma emenda; se houver demanda política, é preciso legitimar esses preitos nos Ministérios.

Senador Eduardo Suplicy, eu não tenho por norma, em Três Lagoas, acompanhar os processos licitatórios, e nem há por quê. Isto é da responsabilidade do Poder Executivo.

Com relação às palmeiras, a meu ver, foi o grande problema, trabalhei neste final de semana, Senador. A empresa construtora - listo esses documentos; estão nos autos deste processo que V. Exª tem - apresentou à prefeitura, em tempo hábil, dizendo o seguinte:

> "Para execução da obra do viaduto será necessária a remoção de palmeiras jerivá na Avenida Filinto Müller, conforme consta em nossa proposta no item 3.4. Como esses documentos chegaram agora, às 7 horas, e tive um tempo curto, creio que esse item 3.14 seja do edital. Porém, constatamos que não há possibilidade de efetuar a remoção das palmeiras com vida, para posterior replantio. Portanto, solicitamos a V. Exª autorização para o corte das mesmas, propondo a empresa fornecer graciosamente mudas e plantio em outros lugares etc, sem ônus para a municipalidade."

Muito bem! No dia logo após, foi assinado um instrumento particular da empreiteira - que irei passar ao Presidente e ao Relator -, empreiteira esta que, sinceramente, não é de Mato Grosso do Sul, até então não tinha conhecimento por nenhum dos seus diretores, e esse diretor que V. Exª citou, que faz parte da equipe do grande Prefeito Cheida, de Londrina, que faz parte, inclusive, do meu círculo de amizade, realmente é um técnico de alto gabarito. Então, foi esse item, através desse aditivo, que foi suprimido de todo processo, quer dizer, a prefeitura não pagou, toda celeuma em cima da palmeira com esse aditivo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Estou satisfeito, Deputado, senão não consigo formular as minhas perguntas.

O SR. FLÁVIO DERZI - Agora, eu gostaria de entregar ao Presidente todo o processo, todos os autos do processo que corre lá em Três Lagoas para que o Relator tenha condições de se debruçar e constatar se existe uma vírgula com relação a mim ou ao Senador Rachid Saldanha Derzi.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Vamos a um outro caso: V. Exª tem conhecimento da obra de canalização dos córregos Palmito e Cedro em Cassilândia? Obviamente conhece a importância dessa obra para o município. Essa é uma obra, Deputado Flávio Derzi, para a qual foi apresentada emenda no Orçamento de 1992 - vou aqui recordar -, destinando 3,2 bilhões, tendo sido liberados 2,5 bilhões em março de 1993.

Pois bem! Aqui, mais uma vez, há um inquérito que está sendo gerado pelo Ministério Público de Mato Grosso do Sul. Em 17 de março deste ano, o Promotor Antônio Carlos Garcia de Oliveira recebeu um comunicado do Ministério do Bem-Estar Social informando sobre o repasse de verbas da Secretaria de Saneamento para essa obra.

O SR. FLÁVIO DERZI - De 1992?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Exato. Esse promotor está encaminhando o caso para a Procuradoria-Geral da República, porque até agora nada foi feito na obra, que

está parada há cerca de um ano e meio. Informou-me, ainda hoje, o Promotor Antônio Carlos Garcia de Oliveira que, há um ano e meio que está na cidade, não viu qualquer acréscimo ali de trabalho referente a essa obra, em que pese a liberação dos recursos. Daí a sua estranheza e a sua iniciativa junto ao Ministério Público.

Finalmente, Sr. Presidente, vou fazer a última pergunta para que possa completar o meu tempo. Existe ainda uma outra emenda de V. Exª para a construção de escola em Aral Moreira. Sabe qual é a localização dessa escola em Aral Moreira, Deputado Flávio Derzi?

O SR. FLÁVIO DERZI - Não sei, mas o Município de Aral Moreira é ao lado da minha terra, Ponta Porã, o Município onde fui mais votado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pois bem! A única escola construída no ano passado nessa cidade, segundo nos informou hoje a Prefeitura de Aral Moreira, foi um escola rural com duas salas de aula, acabamento precário e sem forro. Essa obra dificilmente consumiria, Deputado Flávio Derzi, 10% de cerca de 300 mil dólares que foram repassados ao Município.

O SR. FLÁVIO DERZI - É impossível, Sr. Senador. Veja bem...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Só completando: a prefeitura informou hoje que três escolas foram fechadas no ano passado, em Rincão de Julho, Manta Potreiro e Cerro Quatiá.

O SR. FLÁVIO DERZI - *Cerro Quatiá é Paraguai. Fica na divisa.*

O SR. EDUARDO SUPLICY - Provavelmente, o fato de três escolas terem sido fechadas na região no ano passado levanta dúvida sobre a prioridade da obra. Deputado Flávio Derzi, aqui vem a questão...

O SR. FLÁVIO DERZI - A emenda é minha?

O SR. EDUARDO SUPLICY - É sim, a emenda é de V. Exª.

Como explicar essa sucessão de problemas em obras que obtiveram recursos de emendas apresentadas por V. Exª?

Temos visto, neste País, que muitas vezes a força das empreiteiras faz, por exemplo, que hospitais e escolas sejam construídos antes que seja providenciado o seu funcionamento. Esse é um problema dos mais sérios hoje, com respeito aos CIACs, aos hospitais. Quer dizer, constroem-se hospitais, grandes estruturas, escolas, mas muitas vezes antes que se providencie o seu funcionamento.

Então, no caso, se fecharam três escolas na região desse município e foi construída uma pequena escola, para cuja construção foram destinados, possivelmente, somente 10% daquilo que foi liberado, cerca de 300 mil dólares.

O SR. FLÁVIO DERZI - *O senhor está afirmando. O senhor vai agora* formular a sua pergunta? O senhor não me fez pergunta alguma, eu estou aguardando. V. Exª está afirmando.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E estamos com o dobro do tempo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Aqui está a emenda de V. Exª para a obra dessa escola. Foram liberados, em 92, cerca de 300 mil dólares...

O SR. FLÁVIO DERZI - O senhor tem a data da liberação? A sua assessoria é bem mais eficiente e completa que a minha, eu não tenho, o meu gabinete...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Um bilhão, duzentos e setenta e seis milhões e setecentos e vinte mil cruzeiros liberados ao longo do ano de 1992. Isso é o que informam os dados do SIAFI.

O SR. FLÁVIO DERZI - O senhor não tem os dados?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Estão aqui, eu posso...

O SR. FLÁVIO DERZI - A data, somente a data, por gentileza.

O SR. EDUARDO SUPLICY - A informação dada pelo SIAFI assinala...

O SR. FLÁVIO DERZI - O SIAFI apresenta data, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Apenas "ano de 1992".

O SR. FLÁVIO DERZI - Acho estranho o seguinte: a minha emenda, e me recordo muito bem, o Município de Aral Moreira, o prefeito lá é até adversário político meu; era o ex, e o atual. Dizer que Aral Moreira não precisa de escola, Senador, é uma barbaridade. Lá são necessárias muitas escolas; em dois ou três distritos que conheço muito bem tenho pleitos da comunidade pedindo mais escolas.

O que me intriga é que a minha emenda era de duzentos e setenta e seis e setecentos e vinte. Foi liberado um e duzentos e setenta e seis? Quer dizer, cinco vezes o valor? *O senhor não acha estranho?*

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço ao Senador...

É claro que as respostas têm sido longas, mas já está com vinte e um minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Já concluí a minha argüição no que diz respeito à minha palavra.

O SR. FLÁVIO DERZI - Sr. Relator, Sr. Presidente, se me permitem, coloquei que sou o Deputado Federal mais votado no Estado; tive 13,85% dos votos no meu Estado; *fui, na oportunidade, o quarto mais votado em proporção no Brasil*, e dos 72 municípios - hoje são 76 - eu fui o mais votado em mais de 33. Agora vejam bem, os senhores hão de convir comigo que não tenho unanimidade no meu Estado, tenho meu grupo do lado de lá e tenho meus adversários do lado de lá.

O senhor mesmo, quando o visitei, me recebeu da forma mais aberta e prestativa possível, quando conversamos sobre uma denúncia louca de um promotor de

Sidrolândia, uma denúncia irresponsável, que se for levantada aqui... E chegou agora toda a documentação necessária, é uma denúncia sobre uma escola. Agora vejam bem qual é a minha obrigação, o meu dever para com o meu Estado: aprovar uma emenda.

Se houver demanda política, se as lideranças que fazem parte do meu grupo me solicitarem, vou aos Ministérios pedir; outros prefeitos são adversários, não me procuram.

Agora, lhe pergunto uma coisa, Senador: de que forma posso intervir nessas licitações? O senhor falou dessa obra de Cassilândia, do Córrego Cedro e Palmito, uma obra muito necessária. Tem uma emenda minha e de um outro Deputado de Mato Grosso do Sul acopladas.

Agora, o que saiu? Saiu a minha, a dele, ou as duas viraram... Tenho a impressão de que as duas emendas foram fundidas. Então, esse dinheiro de que esse Promotor já está falando, o Promotor de Sidrolândia* - e espero que tenha a oportunidade de falar sobre o caso de Sidrolândia - é irresponsável, quer dizer, aproveitando-se da situação, em que a delação vem campeando, principalmente nos meios políticos.

E já estamos às vésperas de uma campanha política. Líder de bairro, vereador, suplente de vereador têm enviado denúncias aqui contra mim, e acham que isso normal, é do jogo político.

Tenho certeza de que esta CPI saberá aprofundar as suas investigações e separar o joio do trigo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Vivaldo Barbosa, V. Exª tem a palavra.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Flávio Derzi, confesso que, pela terceira vez, tenho de chamar a atenção do depoente sobre o mesmo tema que me toca de maneira especial, embora possa parecer um tema menor, que é a questão do zelo e cuidado fiscal.

Já é a terceira vez, realmente, que tenho esse problema com o depoente, especialmente porque confesso que nunca consigo esconder que estou tocado e até chocado pela notícia de que o próprio Ministro da Fazenda, o arrecadador, o exator número um do País, também não cumpre adequadamente com as suas obrigações fiscais.

O SR. FLÁVIO DERZI - Pois não, Deputado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - E a informação que exatamente a Assessoria da Subcomissão Fiscal e de Patrimônio traz é a de que V. Exª deixou de efetuar declarações acerca de seis fazendas: Fazenda Morro Alegre e Cachoeirinha, situadas no Município de Guia Lopes; Guaiacurus, situada no município de Santa Trindade; Santa Candelária, Santa Maria e Sítio Vencedor, em Corumbá.

Faço essa colocação, mais fazendo a evocação de que os homens públicos deveriam, realmente, ser bem zelosos no cumprimento de suas obrigações fiscais. Indagaria a V. Exª se procede essa informação da Assessoria.

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Deputado Vivaldo Barbosa, para me auxiliar, V. Exª colocou que adquiri quantas propriedades? Eu tinha conhecimento de que estava com o caixa folgado, mas quantas propriedades?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Desculpe-me. Não era com relação à aquisição e nem à época; o fato é que essas seis propriedades não constam das suas declarações de renda, e constam, segundo a Assessoria, registros de imóveis, comprovando que essas propriedades, em alguma época ou data que se pode...

O SR. FLÁVIO DERZI - Registro de imóveis? V. Exª poderia apresentar-me?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito.

O SR. FLÁVIO DERZI - V. Exª falou em Registro de Imóveis; quer dizer que são propriedades que comprei, foram registradas no Cartório de Registro de Imóveis, e que não declarei no meu Imposto de Renda?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Esse é o quadro que se confirmou pela Assessoria.

O SR. FLÁVIO DERZI - Então, se V. Exª pudesse, eu gostaria...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Eu até realmente leria para V. Exª que o Sítio Vencedor, que é de Corumbá...

O SR. FLÁVIO DERZI - Quantos hectares?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Seriam 530 hectares.

O SR. FLÁVIO DERZI - Não é um sítio, é uma fazenda.

O SR. VIVALDO BARBOSA - No Registro, a matrícula é 2.026, e estão registrados como adquirentes Carlos Magno Coelho Derzi e Flávio Augusto Coelho Derzi no Registro de Imóveis da Primeira Circunscrição de Corumbá.

O SR. FLÁVIO DERZI - De Corumbá. Certo. A outra?

O SR. VIVALDO BARBOSA - A outra teria a matrícula oito mil...

O SR. FLÁVIO DERZI - Em que ano, por favor?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Eu verifico. Em 1° de novembro de 1982.

A outra é a Fazenda Santa Candelária, também em Corumbá, com 457 hectares, cujos adquirentes seriam realmente Carlos Magno Coelho Derzi e Flávio Derzi, em 12 de abril de 1983, matrícula 85.

O SR. FLÁVIO DERZI - Mas tem outras.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Eu confesso que conheço, e a existência desses patrimônios não estranha a nenhum de nós.

O SR. FLÁVIO DERZI - Perfeito.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Pela sua tradição e linhagem, não estranha realmente a existência do patrimônio.

A questão que levantei é o zelo fiscal, que deve ter o homem público, de fazer as respectivas declarações. Isso realmente, pelo exame feito, não consta nas declarações.

O SR. FLÁVIO DERZI - V. Exª já me deu e agora tenho condições de lhe responder.

Deputado Vivaldo Barbosa, quando compramos uma fazenda lindeira, vizinha, acoplamos. Então, uma propriedade, essa chácara, o sítio vencedor - que não é sítio, é uma fazenda de 500 hectares - foi acoplado à Fazenda Santa Edwirges, em Corumbá. Se o senhor pegar a declaração de Imposto de Renda, vai ver nela a Fazenda Santa Edwirges; propriedade: Flávio Derzi e Carlos Magno Coelho Derzi. Ela foi comprada, está na minha declaração ou deve constar na minha declaração - sinceramente, eu não teria condições de lhe dar essa informação agora. Em 82 compramos, quer dizer, nossa organização agropecuária, mas já virou Fazenda Santa Edwirges, em Corumbá. E esta, Santa Candelária, também era uma fazenda lindeira. A outra fazenda nossa, Mandioré, em Mato Grosso do Sul, que tem em torno de uns 11 mil hectares, esta, como outras propriedades de vizinhos, foi adquirida. Aí já passa a ser... no outro ano faz-se a anexação e põe a declaração pela área total anexada.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Talvez fosse adequado V. Exª fazer uma nota à própria Comissão para elucidar realmente a questão.

O SR. FLÁVIO DERZI - Com o máximo prazer.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito.

V. Exª tinha solicitado até oportunidade de esclarecer sobre a questão.

O SR. FLÁVIO DERZI - Por favor, o senhor poderia deixar esse...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Depois, ao final, tiro uma cópia.

O SR. FLÁVIO DERZI - Candelária, Morro Alegre e Cachoeirinha. Essas foram acopladas a uma outra fazenda, Suco da Serra, em Guia Lopes da Laguna.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito. V. Exª tinha até solicitado, há poucos minutos, a oportunidade de discorrer sobre a questão da denúncia do Promotor de Sidrolândia. V. Exª até já mencionou que teve realmente atritos com a Polícia Federal, hoje com a Procuradoria-Geral da República, que denunciou.

O SR. FLÁVIO DERZI - Não. Não tenho atritos. Com a Procuradoria, de forma nenhuma. Respeito a Justiça do meu País.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito.

O SR. FLÁVIO DERZI - E confio.

O SR. VIVALDO BARBOSA -E agora com o Promotor de Sidrolândia. Só trago realmente a questão porque ele fez...

O SR. FLÁVIO DERZI - Eu lhe agradeceria muito mesmo.

O SR. VIVALDO BARBOSA - E. V. Exª já mencionou isso. Porque ele realmente traz a questão de uma licitação decorrente...

O SR. FLÁVIO DERZI - Cinco milhões de dólares.

O SR. VIVALDO BARBOSA - ... de uma emenda que V. Exª teria feito. A emenda que V. Exª fez é de número P11604.1.

O SR. FLÁVIO DERZI - Qual o valor?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Cinco milhões de dólares. É realmente um valor alto. Pela informação, muito alto.

O SR. FLÁVIO DERZI - Muito alto. A cidade é pequena.

O SR. VIVALDO BARBOSA - A cidade é pequena, população urbana. Sabe V. Exª quantos habitantes teria no perímetro urbano?

O SR. FLÁVIO DERZI - Sidrolândia deve ter uns 2 mil habitantes. Eleitor, sei bem, tem uns cinco só.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Porque para a obra de infra-estrutura, pavimentação, esgoto e drenagem, cinco milhões realmente é um valor elevado, não é? E quanto à vencedora, VEMA Engenharia Ltdª, é que o Promotor levanta a hipótese de ter alguma ligação com V. Exª e V. Exª tem oportunidade de esclarecer.

O SR. FLÁVIO DERZI - É. seria importante. Se o Sr. Presidente me permitir, eu gostaria de falar rapidamente da denúncia do Promotor, dirigida ao Presidente da CPI. Ele fala: "Na qualidade de Promotor de Justiça da Comarca de Sidrolândia, instaurei procedimento administrativo com base na delação a mim chegada pelo Sr. Nelson Feitosa, (vice-prefeito, brigou com o prefeito) para o especial fim de verificação de fraude licitatória etc, etc, etc". O que é importante, como o Deputado Vivaldo Barbosa colocou, ele menciona de forma muito taxativa que esses recursos da minha emenda são recursos da ordem de cinco milhões de dólares para aplicação em pavimentação, esgoto e saneamento de discutível necessidade. Quer dizer, um Promotor dizendo que esgoto-conduto, quando em Sidrolândia não temos nenhuma estrutura de saneamento, de esgoto, sistema de coleta e tratamento de esgoto, dizer que não é. E no final coloca que a emenda foi do Deputado Flávio Derzi, pedindo à CPI, através do seu presidente e dos seus membros, que o auxilie nas investigações.

Muito bem, companheiros. O número dessa emenda que o Deputado Vivaldo Barbosa colocou está correto - P11604, Infra-estrutura Básica em Sidrolândia - e foi aprovada em sete milhões quatrocentos e vinte e cinco. Após o corte do Projeto de Lei nº 8.690, datado de 27 de julho, em que todas as emendas parlamentares tiveram cortes lineares de 50%, sobraram três milhões setecentos e doze. Na data da licitação - e fiz essas anotações agora porque esses documentos chegaram agora no vôo das 7 horas -, dia 7 de julho, Deputado Vivaldo Barbosa, representava cinqüenta e quatro mil dólares. Quer dizer, uma

concorrência de cinco milhões de dólares em cima de uma emenda minha de cinqüenta e quatro mil dólares. E o que é pior: não foi liberada essa emenda até hoje.

Então, para os senhores entenderem o que estou sentindo, é preciso ter cuidado com essas delações. E este prefeito, afirmei que é irresponsável. E aqui apresento ao Presidente Jarbas Passarinho todo o processo licitatório que solicitei à prefeitura, apesar de o prefeito não ser do meu partido, mas solicitei para que o Relator tenha condições de analisar em que condições foi realizada essa licitação. Mas uma informação do secretário de obras, agora no final da tarde, para mim, diz que a empresa que ganhou é a empresa que apresentou menor preço. Acho que isso é um detalhe. Mas o que é pior: pedi que meu advogado saísse de Campo Grande no sábado. Ele teve grandes dificuldades para chegar a Sidrolândia para pedir o inquérito, porque eu queria ver o inquérito. Na denúncia ele fala que abriu esse inquérito civil. Houve uma dificuldade, ele não quis entregar, meu advogado teve que, hoje pela manhã, pedir ao juiz, que determinou que o entregasse. Ele coloca no dia 12 de novembro... O senhor tem a cópia da denúncia, Deputado Vivaldo Barbosa?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Tenho.

O SR. FLÁVIO DERZI - No dia 17 de novembro, não é?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Isto.

O SR. FLÁVIO DERZI - No dia 12 de novembro ele faz um despacho, considerando que a notícia de fraude licitatória, vindo aos autos por representação do vice-Prefeito Nelson Silva Feitosa, apesar das medidas adotadas, ainda não se confirmou.

Então, Sr. Presidente, no dia 12, o promotor - está aqui a cópia desse inquérito, que eu passarei às mãos desta Mesa, no dia 12, aqui fala que não se confirmou - no dia 17 manda esta denúncia para esta CPI. Em cima de recursos de cinco milhões de dólares, quando, vamos dizer, a minha emenda, na data da última lei do corte, é em torno de 54 mil dólares. Hoje - me ajude, Deputado - é quinze mil dólares? Três milhões e quatrocentos daria quanto hoje? Quinze mil dólares, doze mil dólares? E com o recurso que ainda não foi liberado.

Foi por isso que coloquei, se me permite, nobre Deputado, que esse promotor realmente agiu de forma irresponsável. Inclusive oficiei o digníssimo Procurador-Geral da Justiça do Mato Grosso do Sul sobre essa denúncia irresponsável que teria feito a esta CPI.

Eu passaria às mãos do Presidente da CPI, nobre Senador Jarbas Passarinho. Estou a sua disposição agora. E lhe agradeço a oportunidade.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Então, deputado, dentro dessa mesma linha chegaram também a esta CPI duas denúncias com relação à cidade de Bela Vista. Uma afirma que V. Exª, por meio de uma emenda ou de recurso, conseguiu, por convênio, um repasse à Prefeitura no valor de 100 milhões de cruzeiros - não sei realmente traduzir a quantos dólares isso equivaleria.

O SR. FLÁVIO DERZI - Em que ano, Excelência?

O SR. VIVALDO BARBOSA - No ano de 1992.

Que as cartas-convite foram entregues ao Prefeito, pessoalmente, pelo Deputado Estadual Valdir Neves Barbosa, que seria ligado a V. Exª.

O SR. FLÁVIO DERZI - Não é do meu partido, não é meu companheiro político e tenho problemas pessoais com ele.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Esclarecedor.

O Prefeito, então, de Bela Vista tem alguma relação política com V. Exª?

O SR. FLÁVIO DERZI - Que ano?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Em 1992, ano passado.

O SR. FLÁVIO DERZI - Quando houve eleição?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Em 1992.

(Intervenção fora do microfone)

Não, a eleição para prefeito foi em 1992.

O SR. FLÁVIO DERZI - Não, o ex-prefeito não é do meu partido, mas sempre tive um bom relacionamento com ele.

Quando ele me colocou o objeto desses recursos...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Seria essa transferência de convênio com o Governo Federal de 100 milhões, intermediado por V.Exª, em que...

O SR. FLÁVIO DERZI - Não. Intermediado, não. Reivindicado, por favor.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Intermediado no sentido de...

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Deputado Vivaldo Barbosa, o termo intermediado não aceito. Como Parlamentar de Mato Grosso do Sul, é meu dever legitimar pleitos legítimos para as comunidades mato-grossenses, de todos os municípios.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Não tive a intenção de diminuir realmente a ação parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estou com a impressão de que V. Exª é que está sendo inquirido, Deputado Vivaldo Barbosa. (Risos)

O SR. VIVALDO BARBOSA - Estou colaborando realmente para elucidar e trazer os fatos aqui de maneira clara, Sr. Presidente. Não há nenhum inconveniente no diálogo com o Deputado Flávio Derzi.

O SR. FLÁVIO DERZI - E eu lhe agradeço, Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - As duas denúncias referem-se ao município, no sentido de que, no dia 5, foram feitas as cartas-convite; no dia 10 de novembro, foi feita a licitação e, nesse mesmo dia, o Prefeito a homologou.

O SR. FLÁVIO DERZI - Dia 10 de que mês?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Dia 10 de novembro de 1992.

O SR. FLÁVIO DERZI - Eu já estava saindo...

O SR. VIVALDO BARBOSA - E no próprio dia 10/11/92 foi feito o pagamento dos referidos 100 milhões.

O SR. FLÁVIO DERZI - Certo.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Se V. Exª não tem realmente ligação com o Prefeito, tudo bem, apenas...

O SR. FLÁVIO DERZI - Deputado Vivaldo Barbosa, desculpe-me por eu ser repetitivo. Apesar de eu não ser do mesmo partido do Prefeito, fui o Deputado Federal mais votado de Bela Vista. Conseqüentemente, a minha obrigação é demonstrar serviço, é trabalhar para a melhoria da qualidade de vida daquele Município. Não é verdade?

Embora esteja com dificuldades para precisar o tipo de obra, recordo-me de só ter aprovado para Bela Vista um asilo, ou melhor, um centro de convivência. Lá em Mato Grosso do Sul, esse programa tem sido muito bem divulgado, com um sucesso tremendo, que são centros de convivência de idosos. Vários municípios já vêm desenvolvendo esse programa.

Lembro-me que, já no final da administração, apresentei isso. Mas se trata de um recurso muito pequeno, que, infelizmente, para minha tristeza, não foi suficiente para terminar a obra.

Agora, eu me colocaria...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Exatamente; essa obra não foi concluída.

O SR. FLÁVIO DERZI - Tenho certeza que não tem, porque esse Deputado a que V. Exª se referiu é meu adversário, temos problemas pessoais. Está aqui o meu conterrâneo, um grande Deputado com quem também não faço política, Deputado Nelson Trad, que poderá testemunhar que não tenho a mínima ligação.

Porém, farei um esforço muito grande para apresentar esclarecimento a todas as denúncias que chegaram...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Já considero esclarecido.

O SR. FLÁVIO DERZI - Se V. Exª me permitir, terei o máximo prazer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quero esclarecer o nosso procedimento: um pergunta, o outro ouve e depois responde.

Nós, parlamentares em geral, adoramos apartear. Portanto, peço que tanto o depoente quanto os inquiridores façam perguntas, se possível, breves - não tendo grandes esperanças de ser atendido - e que a resposta também seja breve.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Pelo menos o meu esforço V. Exª sempre tem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Deputado Vivaldo Barbosa, V. Exª é um **gentleman**.(Risos)

O SR. VIVALDO BARBOSA - Deputado Flávio Derzi, a segunda denúncia, também do mesmo município, diz respeito a um convênio que V. Exª teria pleiteado junto ao Ministro Ricardo Fiúza, que foi feito para a canalização de um córrego na mesma cidade, no valor de 94 milhões de cruzeiros, à época - em 4 de agosto de 1992 - e que foi feito numa extensão de 140m, que o convênio foi realizado, recursos foram passados, e a obra até hoje, um ano depois, ainda não foi iniciada.

Gostaria de algum comentário, alguma lembrança de V.Exª sobre esse fato.

O SR. FLÁVIO DERZI - Sim, nobre Deputado Vivaldo Barbosa. A minha predisposição é ser claro e objetivo. Eu nunca pedi no Ministério da Ação Social. E quando eu peço, eu não peço por telefone, não peço pessoalmente; eu peço é por ofício, porque mando para a Câmara Municipal - tenho por norma fazer isso - mando para o Prefeito, mando para os meus correligionários aquele ofício em que eu estou pedindo. Isso é uma prática. Da mesma forma, depois, se houver oportunidade, todas as minhas liberações de recursos, para demonstrar a forma transparente... Por exemplo, a placa do Senador Suplicy, isso é importante. Eu faço questão de ir lá, de lançar. Eu acho que é uma forma de transparência. E mostraria...

O SR. EDUARDO SUPLICY - A placa não era do Senador Suplicy, era dos três padrinhos...

O SR. FLÁVIO DERZI - Dos que V.Exª citou. Por favor, desculpe, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nós já estamos também com o dobro do tempo. As respostas têm sido longas, eu sei.

O SR. FLÁVIO DERZI - Eu tenho por norma fazer comunicações para as Câmaras Municipais. Então, não pedi. Deve ter sido um outro Deputado, e não tenho conhecimento. Esse ponto não tenho condições de esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pode fazer a última pergunta, por favor.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O tempo de V.Exª acabaria às 21h49min. São 22h.

O SR. VIVALDO BARBOSA - A última pergunta eu deixo inteiramente à vontade o Deputado, porque os fatos, as circunstâncias, eu não sei se realmente são pertinentes ao objetivo desta CPI. Trata-se de um empréstimo pessoal de V.Exª junto ao Banco do Brasil, no valor de US$ 600 mil, contraído, com pedido de V.Exª, por um prazo de 10 dias, em 1990, mas com sucessivas prorrogações e que ainda não teria sido liquidado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Vivaldo Barbosa, esse assunto, de fato, não é objeto da CPI; a menos que V.Exª queira...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Não, absolutamente. Não sendo objeto, o que ele até nos dirá, realmente fica....

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu prefiro que a pergunta não seja levada em consideração.

O SR. FLÁVIO DERZI - Sr. Presidente, se V.Exª me permitir, gostaria de esclarecer rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, senão nós faremos disso aqui um campo aberto muito amplo. Afinal, ainda hoje o Senador Pedro Simon pediu que eu fosse autoritário. Eu não quero ser autoritário, mas quero, pelo menos, fazer com que as perguntas sejam ...

O SR. FLÁVIO DERZI - Eu agradeço. Estou a sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, Sr. Relator, ilustre depoente, Deputado Flávio Derzi, eu só quero fazer uma correção aqui. Quando o Senador Suplicy falou de Palmeiras ele deve estar, naturalmente, com as atenções voltadas à decisão do nosso campeonato brasileiro, que vai acontecer em São Paulo entre Palmeiras e Vitória.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso é pertinente ao que nós estamos pisando. (Risos) Não há dúvida nenhuma.

O SR. PEDRO PAVÃO - Ele devia estar preocupado. E naturalmente ele vai dar dor de cabeça para os baianos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V.Exª pode ir adiante, dizer que o Senador é de São Paulo, e aí fala no São Paulo. (Risos) E vai ofender ainda a Bahia.

O SR. PEDRO PAVÃO - E eu sou corintiano. V.Exª, Deputado Flávio Derzi, está prestando para a CPI, hoje, com sua presença, algo de relevância. Sua vinda à CPI, a forma como V.Exª se comporta, vai fazer com que alguns Parlamentares que ainda fogem da CPI ou se escondem da CPI tomem a mesma iniciativa e aqui venham, porque essa cadeira não é para se acusar, não é para se execrar. Ao contrário, essa cadeira também serve, naturalmente, para que o parlamentar se defenda das acusações. Nós estivemos procurando, naturalmente, e é praxe dos Parlamentares que daqui fazem parte como membro titular ou suplente procurar na comissão de bancos as acusações pertinentes a V.Exª ou àquele que está sentado aí.

Temos informações de que não havia nada de relevante. Faço parte da subcomissão de patrimônio e fiscal, também posso falar que não existem provas contundentes com que poderíamos nós, Parlamentares, incriminá-lo. Naturalmente, há alguns fatos que serão levados à Justiça, à Receita Federal. E eu vou fazer alguma perguntinha pertinente à não declaração de Imposto de Renda, ou até declaração de Imposto de Renda, e V. Exª justifique os valores. Entendo que é muito importante a sua presença aqui para nós. E abre uma expectativa para que os outros tenham coragem de aqui vir.

A minha pergunta é a seguinte: no dia 28/05/90, V. Exª recebeu em sua conta bancária uma ordem de crédito no valor de duzentos mil dólares, o que equivale, em dinheiro nosso, a onze milhões de cruzeiros. No mês 8, agosto de 1990, V. Exª recebeu outro crédito no valor de cento e sessenta e dois mil dólares, o que equivale, em cruzeiros, a onze milhões, setecentos e nove e cem mil. No dia 28/05 e no mês de agosto - não tenho a data precisa -, também no ano de 1990.

O SR. FLÁVIO DERZI - Quanto?

O SR. PEDRO PAVÃO - O primeiro depósito de onze milhões de cruzeiros - dia 28/05/90 - e o segundo depósito, no mês de agosto de 1990 também, - em números precisos, porque o primeiro é redondo -, onze milhões, setecentos e nove e cem mil cruzeiros. Gostaria de saber a origem, se há condições de V. Exª nos fornecer a origem desse crédito em sua conta. Posso até dizer-lhe o banco.

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Deputado Pedro Pavão, V. Exª fez uma colocação que eu gostaria de saber se é oficial da Subcomissão de Patrimônio: "até o momento, não há provas contundentes contra o senhor no que se refere a patrimônio". Gostaria que V. Exª fosse mais claro. A minha variação patrimonial, segundo informação da Subcomissão de Patrimônio, está absolutamente dentro dos meus rendimentos líquidos, Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não tem a origem. Gostaria de saber...

O SR. FLÁVIO DERZI - Não, com relação a patrimônio. Banco é uma outra conversa. Então, V. Exª falou... Eu gostaria, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir... Isso pode ficar no ar. Na parte de patrimônio, não existem provas contundentes. Quero saber se existe alguma.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não, a minha pergunta prende-se a esses dois créditos...

O SR. FLÁVIO DERZI - Então, não é patrimônio. Então, vamos colocando em ordem a coisa. Vamos botar ordem. Então, V. Exª falou: com relação à Comissão de Patrimônio, da qual faço parte... V. Exª falou.

O SR. PEDRO PAVÃO - Perfeito.

O SR. FLÁVIO DERZI - ...não existem provas contundentes. Eu até acho que deveria ter um representante oficial da subcomissão, se o coordenador não estivesse presente, para fazer até uma análise, porque para mim, que não estou tendo conhecimento, seria até um motivo tranqüilizador.

Com relação a bancos, vamos a bancos.

O SR. PEDRO PAVÃO - Deputado Flávio Derzi, não é por pertencer a determinada Comissão, que tenho o direito de fazer perguntas em relação apenas àquela Subcomissão.

O SR. FLÁVIO DERZI - Não.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não, tenho o direito amplo de fazer as perguntas que melhor me convierem. Chegaram ao meu conhecimento, naturalmente, esses dois depósitos...

O SR. FLÁVIO DERZI - Agora estamos indo para bancos?

O SR. PEDRO PAVÃO - Isso. Em 28/05/90, V. Exª recebeu uma ordem de crédito na conta corrente - anote o número - nº 16....

O SR. FLÁVIO DERZI - Não, só diga o banco.

O SR. FLÁVIO DERZI - Banco do Brasil, Agência Campo Grande, no valor de onze milhões, equivalente a duzentos mil, seiscentos e trinta e quatro dólares. Veja bem...

O SR. FLÁVIO DERZI - Faço questão de esclarecer. Se V. Exª me der um minuto, eu localizo. Veja bem, no ano de 1990, tive, pelo dado oficial da CPI, da Comissão de Bancos, uma movimentação de dois milhões, duzentos e sessenta e quatro mil dólares nas minhas contas. Quer dizer, não sei mês, porque tenho o total. Muito bem, para sua informação, nobre Deputado Pedro Pavão, tenho uma movimentação em cima, quer dizer, como produtor rural, produtor rural que faz papagaio, produtor rural que faz crédito rural, produtor rural que desconta nota promissória rural, uma movimentação comercial de 3 milhões e 34 mil dólares. Isso, nos meus controles...

O SR. PEDRO PAVÃO - Deputado Flávio Derzi.

O SR. FLÁVIO DERZI - Agora, se V. Exª me informar o mês...

O SR. PEDRO PAVÃO - Um é no mês cinco, maio; e outro no mês oito, agosto, em 1990.

O SR. FLÁVIO DERZI - Ano de 1990, qual é o mês?

O SR. FLÁVIO DERZI - Um é no mês 5 e outro no mês 8.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não, eu acho até que não seria difícil V. Exª achar o valor. Eu gostaria de saber, e a pergunta é pertinente, o seguinte: por que isso não foi declarado no seu imposto de renda no ano de 1990; portanto, o ano base de 1989? É essa a minha pergunta.

O SR. FLÁVIO DERZI - No mês de maio, de 1990, vendi para o Frigorífico Bordon, oitenta e sete vacas gordas; para Brandalise - Companhia Agropecuária, quatro touros por US$4.924 dólares; para Alaor Filho, segundo nota fiscal que tenho aqui, quatro novilhas - detalhe: eu também me dedico à seleção de animais de alta linhagem, PO - daí essas quatro novilhas custarem três mil cento e poucos dólares.

E, por coincidência, nesse mês de maio é o mês em que realizamos três leilões de reprodutores puros, animais controlados pela ABCZ, de origem da raça Nelore. Então, a minha movimentação no mês de maio...

O SR. - (Intervenção fora microfone)

O SR. FLÁVIO DERZI - Desculpe-me. Eu tenho o mês de maio até o dia 2 de... Tenho uma movimentação comercial de 410 mil dólares, no mês de maio.

O SR. PEDRO PAVÃO - A pergunta...

O SR. FLÁVIO DERZI - Qual é o dia?

O SR. PEDRO PAVÃO - Dia 28 de maio. Apenas nesse dia V. Exª tem um crédito de 200 mil, 634 dólares.

O SR. FLÁVIO DERZI - Veja bem, eu tenho justamente no dia 21.05, vários abates no Frigorífico Hawai.

O SR. PEDRO PAVÃO - Deputado Flávio Derzi, vou acabar perdendo o tempo que o Presidente determinou.

O SR. FLÁVIO DERZI - Deputado Pedro Pavão, V. Exª há de convir comigo que eu sou um produtor rural responsável pela administração de uma organização agropecuária no meu Estado, familiar, cujo patrimônio tem origem familiar porque vem dos meus avós e do trabalho do meu pai e dos...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, na qualidade de Relator, peço a palavra para orientar o debate.

Deputado Pavão, esses dados de bancos V. Exª trouxe da Subcomissão de Patrimônio ou da Subcomissão de Bancos?

O SR. PEDRO PAVÃO - Da Subcomissão de Patrimônio.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tenho aqui todos os lançamentos do Banco do Brasil. No mês de maio, qual é o movimento do Sr. Deputado?

O SR. PEDRO PAVÃO - Não, no dia 28.05.90 ele recebeu um crédito fechado no valor de 11 milhões de cruzeiros equivalente a 200 mil, 634 dólares. É apenas um crédito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Bem, S. Exª tem um movimento no mês de 15 milhões de cruzeiros correspondentes a 274 mil, 935 dólares, que é uma parcela bem menor a um número grande de meses. Ele tem meses bem superiores a isso.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Relator, permita-me. S. Exª era Deputado em 1990... **(Soa a campainha.)**

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O que é isso, não estamos numa sessão do Senado.

O SR. PEDRO PAVÃO - Deputado Roberto Magalhães, ilustre Relator, a minha pergunta é pertinente à não declaração do imposto de renda no ano de 1990,

naturalmente o ano base de 1989. E é lógico que o Deputado Flávio não declarou esses depósitos.

O SR. FLÁVIO DERZI - V. Exª verificou que sou um produtor rural...

Sr. Relator, Sr. Presidente, se me permitem, isso vai ser um esclarecimento importante. O produtor rural pode por lei trabalhar como pessoa jurídica ou como pessoa física. Eu, o meu pai, meu irmão, que somos os participantes dessa organização agropecuária, trabalhamos, Deputado Pedro Pavão, como pessoa física. Então, toda movimentação vem na nossa conta.

V. Exª me dizer que não está declarado no meu imposto de renda, pergunto: V. Exª viu minha Cédula G?

O SR. PEDRO PAVÃO - Quem está inquirindo, nesta altura dos acontecimentos, sou eu.

O SR. FLÁVIO DERZI - Desculpe-me. Eu sugiro que V. Exª. analise a minha Cédula G, Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Naturalmente, hoje, o sistema que nos dá esse confronto da sua conta bancária com a de patrimônio é feito por técnicos capazes, idôneos.

O SR. FLÁVIO DERZI - São técnicos do maior gabarito; eu sou testemunha disso.

O SR. PEDRO PAVÃO - Naturalmente. Então, é justo...

O SR. FLÁVIO DERZI - Os técnicos do PRODASEN são um orgulho para este Poder.

O SR. PEDRO PAVÃO - Isso não é de minha competência, e eu não teria capacidade de fazer essa análise. No confronto, aparecem esses dois créditos em suas contas, os quais não são declarados. Agora, V. Exª. tem todo o direito - naturalmente, não seria neste depoimento...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço novamente a palavra como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não se declaram créditos no Imposto de Renda, mas sim resultados.

O SR. PEDRO PAVÃO - Tudo bem, Sr. Presidente.

Sr. Relator, naturalmente, até a própria Comissão poderá discutir isso aqui mais detalhadamente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Gostaria de deixar claro que, como Relator, sou eu que, amanhã, vou ter que dar conta de tudo isso no relatório; sou eu que vou ter que dirimir essas dúvidas. Gostaria exatamente de tentar ajudar o debate.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mas essa é a minha tentativa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado Pedro Pavão, peço-lhe permissão...

O SR. PEDRO PAVÃO - Deputado Roberto Magalhães, eu gostaria de concluir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Pedro Pavão, peço que V. Exª. ouça o Relator, ou terei que tomar uma atitude mais forte aqui.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A Subcomissão pode declarar que o Deputado deixou de declarar tantos milhões de cruzeiros ou de dólares, mas não pode dizer que foi esta ou aquela parcela. Tem-se o resultado global da sua receita.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Pedro Pavão, há 14 minutos, V. Exª. insiste na mesma pergunta; parece que não houve resposta que o convencesse.

O SR. PEDRO PAVÃO - A pergunta era justamente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quero só saber se V. Exª. considera que a resposta do depoente não o convenceu.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não, não. Pode até me convencer. Naturalmente, o depoente não tem condições de me dar essa resposta. Neste momento, estou dando esta oportunidade, para que tenha tempo suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, depois, o depoente lhe passa isso por telefone.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não, a mim, isso não interessa; o depoente tem que passar isso à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, se o depoente disser que não tem condições de dar essa resposta agora, ele ficará obrigado a dá-la posteriormente.

O SR. PEDRO PAVÃO - À Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perfeitamente. Mas gostaria que não levássemos 15 minutos só nessa questão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, não fui eu apenas que demorei; fomos nós.

Deputado Flávio Derzi, analisando a sua declaração de Imposto de Renda de 1991, constata-se que foram incluídos três imóveis rurais: Vale do Sol, Alegre e Caldeirão.

Como V. Exª explica tais aquisições, se o seu movimento financeiro declarado mostra-se insuficiente para essas aquisições, para a compra dessas propriedades?

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Deputado Pedro Pavão, V. Exª poderia repetir o nome das propriedades?

O SR. PEDRO PAVÃO - Vale do Sol, Alegre...

O SR. FLÁVIO DERZI - V. Exª tem o município onde essas propriedades se situam, para eu poder me localizar?

O SR. PEDRO PAVÃO - Não, não tenho o município.

O SR. FLÁVIO DERZI - Esse negócio de esquecimento de fazenda está na moda, mas V. Exª não tem o nome e nem o tamanho da propriedade?

O SR. PEDRO PAVÃO - Também não.

O SR. FLÁVIO DERZI - Qual é a outra propriedade?

O SR. PEDRO PAVÃO - Isso já está incluído no seu patrimônio, já está declarado perfeitamente, como determina a lei.

O SR. FLÁVIO DERZI - Qual é o nome da outra propriedade? Eu não me recordo.

O SR. PEDRO PAVÃO - Uma é Vale do Sol; outra é Alegre e a outra é Caldeirão.

O SR. FLÁVIO DERZI - São três fazendas?

O SR. PEDRO PAVÃO - Talvez, esta seja até a resposta que V. Exª. deu ao Deputado Vivaldo Barbosa. Mas essa V. Exª. adquiriu de fato; essa, V. Exª comprou.

O SR. FLÁVIO DERZI - Estou meio desorganizado.

Nobre Deputado Pedro Pavão, o produtor rural tem a sua vida contábil declarada na Cédula G. Depois de apurados todos os resultados contábeis, passo à receita líquida, ou seja, vendo boi, vendo grão, faço despesas, pago os custos de produção; é óbvio que me sobra um lucrinho. Depois, isso vai para a minha declaração do Imposto de Renda, como pessoa física, como renda líquida. Eu não comprei essas três propriedades.

O SR. DEPUTADO - Está dificultando o seu trabalho. Isso não ajuda; complica.

O SR. FLÁVIO DERZI - Nos últimos cinco anos, não adquiri propriedade. Essas fazendas são arrendadas. Só que sou obrigado, tem um item e sou obrigado a colocar o nome da fazenda, a propriedade da fazenda, a área da fazenda e abrir uma inscrição estadual com o meu nome na propriedade. Então, na Cédula G vai haver, porque estou comprando, transferindo, está morrendo gado, vaca está parindo; então, tenho que fechar toda essa movimentação de atividade rural nessa propriedade que não é minha.

A nossa organização agropecuária, volto a afirmar, por lei, o agricultor e o pecuarista podem trabalhar como pessoa jurídica ou física. Meu pai, eu e meu irmão optamos por trabalhar como pessoa física. Estou aqui com todos os contratos de arrendamento.

O senhor falou em Fazenda Vale do Sol.

O SR. PEDRO PAVÃO - Vale do Sol, Alegre e Caldeirão.

O SR. FLÁVIO DERZI - Estrada, Posto Rosa, Jauru, São Gabriel do Oeste, uma fazenda de 6 mil hectares. O senhor falou na Fazenda Caldeirão, em Bela Vista. O proprietário desta fazenda é Hélio Loureiro de Almeida. O proprietário da Vale do Sol é José Roberto Silva.

O SR. PEDRO PAVÃO - Esses documentos, naturalmente, ...

O SR. FLÁVIO DERZI - Qual é a outra propriedade?

O SR. PEDRO PAVÃO - Alegre.

O SR. FLÁVIO DERZI - Cerro Alegre, no Município de Aral Moreira, de propriedade até de um primo meu, Eraldo Saldanha Moreira, que nos arrendou essa propriedade; ainda tem uma outra, Fazenda Piúva também, de propriedade de Marco Aurélio Morango Azuaga, no Município de Sidrolândia, onde estão apascentadas em torno de mil e poucas cabeças.

Entendeu, Deputado Pedro Pavão? São fazendas arrendadas, mas para efetuarmos a comercialização, a transferência, declarar que a vaca pariu, que tem o bezerrinho, somos obrigados a declarar na nossa Cédula G no Imposto de Renda.

Estão à disposição do nobre Relator esses contratos de arrendamento.

O SR. PEDRO PAVÃO - Faria uma pergunta, para encerrar.

Gostaria de saber, Deputado Flávio Derzi, quantas cabeças de gado existem em todas essas propriedades, nesse conglomerado, nessa **holding.**

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Deputado Pedro Pavão, por favor, o senhor não me exponha, o senhor, hoje, como membro da CPI, tem condições de ter...

Veja bem, a minha vida está desnudada. Foram quebrados o meu sigilo bancário e o meu sigilo fiscal. Qualquer membro desta CPI pode tomar conhecimento das minhas cabeças de gado. Além do mais, depois que passa de mil cabeças é duro para contar.

O SR. PEDRO PAVÃO - É difícil. Peço escusas pela pergunta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, V. Exª tem a palavra.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sabemos, V. Exª já advertiu que, pela Constituição, a CPI apura um fato determinado. V. Exª fixa bem isso como defensor desse princípio.

Gostaria que a Mesa da CPI determinasse o mandato do Depoente para podermos nos firmar no nosso acompanhamento do assunto.

Ao que parece, ouvi o Deputado chegar aqui em 1991, e as perguntas estão referindo-se a antes de 91. Então, não podem estar contidas dentro do objeto da CPI. Isso está confundindo o trabalho. Minha questão de ordem é para que V. Exª fixe qual o mandato do Deputado, e, por força desse período determinado, delimite, no objeto da CPI, o que deva ser perguntado relativamente ao Orçamento. Caso contrário, ficaremos aqui até o outro dia, sem termos objetividade.

Era a questão de ordem que tinha a fazer a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dou provimento à questão de ordem de V. Exª.

Peço ao Deputado que diga apenas quando se iniciou o seu mandato.

O SR. FLÁVIO DERZI - Dia 1º de fevereiro de 1991.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Basta.

O SR. FLÁVIO DERZI - Sr. Presidente, atendendo ao pedido do Deputado Pedro Pavão... No dia 28 de maio efetuei uma operação de crédito, no Banco do Brasil, não de 11, mas de 15 milhões de cruzeiros, que correspondiam, no dia, a 273 mil dólares. V. Exª disse que foram creditados 11, só que foram os juros que devem ter sido descontados, e deve ter sido uma operação, uma promissória rural - e, nesse levantamento que a minha assessoria me passou, não tenho condições de precisar que tipo de operação. Não sei se se trata de crédito rural, se é desconto de INPS, de promissórias, enfim, um crédito comercial. Mas está aqui, Sr. Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senhores, levamos 01h02min com os três inquiridores. Estou percebendo que as perguntas estão dando oportunidade a que determinado tipo de resposta provoque uma hilaridade natural. Quero voltar ao nível que devemos ter. A questão de ordem levantada pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho tem inteira procedência. Se o Deputado foi eleito em 1990, iniciando seu mandato em 1991, não tem cabimento estar aqui perquirindo S. Exª a respeito de coisas anteriores ao tempo em que S. Exª não era Deputado Federal.

Peço, pois, ao nobre Senador Francisco Rollemberg que reponha a CPI no seu rumo.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Sr. Deputado Flávio Derzi, lamentavelmente, por um defeito no computador, cheguei atrasado e não ouvi a exposição de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não houve exposição. S. Exª declinou desse direito.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Pois bem; mas ouvi atentamente as perguntas que foram feitas a V. Exª pelo Sr. Relator e pelos demais membros da Comissão. Evidentemente, algumas dessas perguntas saíram da essência, do núcleo daquilo que se deseja nesta CPI. Assim, proponho-me, atendendo a solicitação do Sr. Presidente, a fazer duas perguntas, as quais anotei aqui de uma maneira rápida, ouvindo o depoimento de V. Exª.

Como V. Exª explica, Deputado Flávio Derzi, a inclusão do seu nome entre aqueles acusados de irregularidades que ocorreram após a aprovação de emendas do Orçamento da União?

Essa, a primeira pergunta. Só tenho duas perguntas, como já disse.

Sr. Presidente, V. Exª prefere que faça logo as duas perguntas ou prefere que se responda a primeira?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não; é melhor uma a uma.

O SR. FLÁVIO DERZI - Senador Francisco Rollemberg, uma figura pela qual tenho o maior estima, admiração e respeito, eu gostaria que V. Exª repetisse a pergunta.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - V. Exª tem se saído muito bem nas suas respostas. Estou tentando colocar as indagações no rumo. Assim, como V. Exª explica a inclusão de seu nome entre aqueles acusados de irregularidades que ocorreram após a aprovação de emendas no Orçamento da União?

O SR. FLÁVIO DERZI - Entendo que...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Tenho até a impressão de V. Exª já respondeu a essa pergunta.

O SR. FLÁVIO DERZI - Como disse ao Relator, o meu nome foi citado pelo Dr. José Carlos Alves dos Santos e eu, sinceramente, não tenho condições de avaliar... Quero confessar a V. Exªs que recebi até de uma forma indignada essa minha citação, por ser eu um Deputado de primeiro mandato. Ele, na revista Veja, teria afirmado que ouviu falar que o Deputado João Alves falou que eu conhecia o esquema. O meu relacionamento com o Deputado João Alves não poderia ser diferente. Eu, como Deputado de primeiro mandato, não tinha um relacionamento próximo. Com relação ao Dr. José Carlos Santos, o meu relacionamento com S. Sª era absolutamente funcional nas atividades da Comissão de Orçamento, como um técnico gabaritado que era na época, e começou, em 1991. Então, Senador, eu não faria uma ilação com relação a isso.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Observei, Sr. Deputado, que V. Exª tem sido muito preciso nas suas respostas. Isso me leva a uma conclusão que talvez seja precipitada, mas que vou traduzir em uma pergunta: tem V. Exª o cuidado, ou melhor, o hábito de acompanhar os recursos relacionados com emendas aprovadas no Congresso por V. Exª?

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Senador Francisco Rollemberg, não tenho esse hábito e até não tenho, eu como os seiscentos parlamentares do Congresso Nacional, não tenho instrumentos para acompanhar. Naquela nota oficial de quinta ou sexta-feira, assinada por todos os membros, ficou caracterizado que assinar uma emenda, lutar pela sua aprovação, é um dever do parlamentar; que quase 100% dos parlamentares tiveram emendas liberadas, e que quase todas as obras ou a totalidade eram executadas sejam por empreiteiras grandes, por médias ou até por pequenas empresas de engenharia local.

Acredito que nenhum dos parlamentares que tiveram emendas aprovadas, Sr. Presidente, têm instrumentos para acompanhar. Após a liberação dos recursos, entramos num vão cego e o que é que falta? Até gostaria que o nobre Relator me desse um minuto da sua atenção: temos que fortalecer a Subcomissão de Fiscalização e Acompanhamento. Nos Congressos do Primeiro Mundo, a Comissão de Orçamento é altamente estruturada, e o setor de acompanhamento e fiscalização é o ponto forte dessa Subcomissão, onde existe estrutura técnica à disposição.

Temos aqui o Tribunal de Contas da União que é auxiliar do Poder Legislativo. Agora, pergunto aos senhores: um parlamentar aciona o Tribunal de Contas quando chega uma denúncia gritante, quando isso deveria ser uma rotina. Chegamos hoje a um ponto - e há parlamentares aqui presentes membros da Subcomissão que foi instalada há pouco, pela primeira vez na história, depois da promulgação da Constituição, foi instalada há pouco mais de um mês e meio - em que a Subcomissão não há nem terminal ou micro que dê condições de consulta ao parlamentar. Há muitos parlamentares que têm, à sua disposição nos seus gabinetes, acesso ao sistema SIAFI, mas, lá na Comissão e nessa Subcomissão, não tem um micro sequer que dê oportunidade para que qualquer parlamentar vá lá fazer sua consulta, saber se aquele recurso foi liberado.

Então, gostaria de enriquecer o debate, porque tenho certeza de que esta CPI vai a fundo, e tem que ir a fundo, pois deve uma grande satisfação à sociedade civil brasileira no sentido de punir os culpados e inocentar os inocentes. Mas temos que terminar esta CPI e tenho certeza de que, com a capacidade de trabalho e a dedicação dos seus membros, temos que sair daqui com propostas, porque senão, daqui a três a quatro anos, estaremos novamente diante desta situação.

Então, Senador Francisco Rollemberg, há uma posição sincera, objetiva: é urgente que a Presidência do Senado e a Presidência da Câmara dêem condições e, se me permitir para não me estender, de quinze dias para cá, aprovamos mais de 114 ou 123 créditos suplementares, com recursos da ordem de 2 bilhões de dólares.

Essa subcomissão é brilhantemente coordenada pelo Deputado Sérgio Machado. Ficamos de arrasto do Executivo, quando deveríamos ter dados, informações, para avaliarmos aqueles pedidos, não é verdade? Não, tivemos que ficar telefonando, solicitando a presença de um assessor, de um diretor de órgão para que nos apresentassem dados.

Gostaria de fazer essa colocação, que é fundamental, que se fortaleça essa Subcomissão de Acompanhamento e Fiscalização. Aí, sim, nós parlamentares aprovaremos as nossas emendas, vamos trabalhar para a suas liberações, mas teremos condições de acompanhar o processo licitatório, o andamento da obra, enfim todo o desenvolvimento desses recursos.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Deputado Flávio Derzi, devo dizer que, quando cheguei nesta Casa, tínhamos uma Comissão de Fiscalização Financeira e de Tomada de Contas, que, posteriormente, foi extinta lá na Câmara e onde fazíamos esse tipo de trabalho. Enfatizei essa pergunta porque V. Exª tem sido argüido nesse sentido, quase a prestar contas das emendas que fez, e V. Exª o fez muito bem e, se o fez, evidentemente, de uma forma ou de outra, V. Exª acompanhou.

Dou-me por satisfeito com as respostas e agradeço ao Presidente ter me concedido a palavra.

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Senador Francisco Rollemberg, eu tive que passar o final de semana atrás desses documentos para apresentar à Mesa, no sentido de contribuir nas investigações.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, Deputado Flávio Derzi. Nesse seu primeiro mandato, V. Exª apresentou alguma emenda para outro Estado que não o de V. Exª?

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Senador Ney Maranhão, por quem tenho admiração...

O SR. NEY MARANHÃO - Obrigado. É recíproco.

O SR. FLÁVIO DERZI - Tenho um enorme respeito pela sua autenticidade, pela forma como defende suas posições.

Fui fundador nacional do Partido Social Trabalhista, o PST. Fui o primeiro Vice-Presidente nacional. Esse meu partido só elegeu dois Deputados Federais, ambos de Mato Grosso do Sul. Portanto, V. Exª há de convir que, no ano de 1991, eu tive demandas. Não me recordo. Tenho certeza que não foi aprovada nenhuma emenda - isso posso lhe informar com garantia - para outro Estado. Creio que recebi uma solicitação para uma faculdade de Roraima, se não me engano, a pedido da provisória do partido que se formava.

Isso é legítimo. A Resolução nº 1 não impede que o Parlamentar apresente emendas para outros Estados. Com base nisso, devo ter apresentado, embora não possa lhe precisar.

O SR. NEY MARANHÃO - Muito obrigado.

Deputado Flávio Derzi, a imprensa nacional tem divulgado que V. Exª, juntamente com seu pai, o nobre Senador Rachid Saldanha Derzi, e vários outros Parlamentares, mantém contas milionárias no Banco Cidade, agência de Brasília. Se V. Exª confirmar essas alegações, eu solicitaria de V. Exª maiores detalhes sobre essa movimentação e qual a relação existente com a atuação de V. Exª na Comissão de Orçamento.

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Senador Ney Maranhão, depois que o meu nome e o do meu pai saíram naquela reportagem da **Veja**, confesso a V. Exª que fomos submetidos quase que a um linchamento moral. Tenho certeza de que, no decorrer das perguntas, outras matérias virão à tona.

Com relação ao Banco Cidade, como V. Exª bem salientou, a grande imprensa deu um destaque muito grande ao fato de o meu pai, Senador Rachid Saldanha Derzi, e eu termos conta naquela instituição. Contudo, isso foi colocado para a opinião pública, por vários jornais, como se fosse uma máfia, tendo sido até aventado a possibilidade de formação de quadrilha.

Senador Ney Maranhão, encaminhamos, meu pai e eu, tão logo saíram essas notícias, um ofício, com o nosso papel timbrado como pecuaristas - e não como parlamentares -, à Diretoria do Banco Cidade, de São Paulo. Se o Sr. Presidente me permitir, recebemos a resposta:

> "Conforme ofício datado e solicitando informações a respeito de conta corrente mantida junto à Agência de Campo Grande, Flávio Augusto Coelho Derzi, agropecuarista, com escritório administrativo, situado a 15 de novembro, 428, desta cidade, possui conta corrente nº tal... - que já foi amplamente levantada - desde 4/11/82 - que coincide quase com a inauguração dessa agência na cidade de Campo Grande - e, desde então, vem mantendo movimentações normais, com eventuais operações de crédito, onde se obteve liquidações pontuais, mantendo conduta irretocável, sem nada que pudesse desaboná-los."

É o idêntico documento atestando as contas do meu pai, que também foram abertas naquele ano. Mantemos com essa instituição uma relação cliente-instituição bancária muito próxima, Senador Ney Maranhão. V. Exª pode avaliar como é duro e pode avaliar os sérios transtornos que as nossas atividades como produtor rural sofreram após essa citação irresponsável do nosso envolvimento.

Posso colocar a esta Mesa, a esta Comissão, que, sem dúvida nenhuma, os prejuízos morais em cima da nossa honra não tem preço que pague e não tem resultado que resgate. Mas também as nossas atividades empresariais, como produtor rural que somos, realmente vêm sendo afetadas sobremaneira, em função dessas notícias, dessas ilações. E eu passaria à Mesa, se a Mesa achar necessário, essa declaração do Banco Cidade de São Paulo.

O SR. NEY MARANHÃO - Estou satisfeito, Sr. Presidente, com a resposta do nobre Deputado Flávio Derzi.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, tendo a minha família um laço de relacionamento de longo tempo e de amizade com a família Derzi, principalmente com o Flávio, como carinhosamente posso chamá-lo aqui, e com o Senador Saldanha Derzi, eu gostaria realmente, nesta noite, de tentar apertá-lo o máximo possível. De todos aqueles depoentes que aqui estiveram, acho que foi o que mais deu respostas concretas, trouxe documentos e acho que, mais uma vez, a CPI fica numa situação realmente delicada. Ou nós, daqui para frente, todos nós que fazemos parte, devemos ser um pouco mais críticos, antes de chamar alguém para colocar nessa cadeira, e termos provas mais concretas ou dados mais concretos ou, senão, vamos repetir esse tipo de depoimento. Vamos deixar parlamentares, deputados e senadores, numa situação delicada em frente da televisão, para o País inteiro, e isso não deve ser feito de maneira nenhuma.

Acho que as perguntas até agora colocadas em nenhum momento embaraçaram o depoente. Todas as perguntas que eu tinha para fazer ao depoente já foram feitas. Então, abro mão das perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. FLÁVIO DERZI - Agradeço as palavras do Senador Gilberto Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Sr. Deputado Flávio Derzi:

Eu queria antes esclarecer que a presença do depoente na nossa CPI não se prende a um julgamento. O depoente vem para prestar informações, para esclarecer aspectos da dinâmica da Comissão do Orçamento e para permitir que a Comissão forme um juízo sobre o que ali se passava.

Acho que a nossa CPI - e é a minha opinião - deve chamar todos aqueles que foram denunciados para prestar depoimento para ajudar a CPI e o Brasil, para que esclareçamos de forma definitiva o que ocorria na Comissão do Orçamento.

A minha Subcomissão, nobre Deputado, tem feito um trabalho exaustivo para analisar o que chamamos de núcleo de poder que havía na Comissão do Orçamento. Temos informações detalhadas de que se formou na Comissão de Orçamento, em torno das relatorias e de algumas sub-relatorias específicas, um rodízio de parlamentares que compunham esse núcleo de poder.

As minhas perguntas a V. Exª se dirigem para o esclarecimento da atividade da Comissão do Orçamento. Assim que V. Exª assumiu o mandato, o partido de V. Exª era um partido pequeno, o PST, tinha dois deputados, e ocupou uma suplência na divisão da Comissão do Orçamento. Mas V. Exª teve uma participação muito ativa na Comissão do Orçamento. Temos os seguintes dados: em 92 e 93, V. Exª aprovou 119 emendas, num montante de 27,6 milhões de dólares, equivalente a 13,8 milhões de dólares por ano. Esse

nível se situa 70% acima da média dos Parlamentares. Logo, V. Exª teve uma ação muito presente ao aprovar 119 emendas, principalmente no ano de 1993, quando cada Parlamentar tinha direito a 30 emendas preferenciais - as emendas que seriam examinadas pela Comissão de modo especial. Isso mostra um certo prestígio de V. Exª na Comissão de Orçamento.

No ano de 1991 - e aí vou fazer algumas perguntas, para que V. Exª nos esclareça essas questões -, V. Exª atuou como colaborador do Relator-Geral do Orçamento de 1992. Não era um cargo oficial da Comissão, mas em torno do Relator-Geral da Comissão.

Principalmente quando houve a mudança, um número de Parlamentares, alguns sub-relatores ajudaram o Relator-Geral a compor um núcleo para, enfim, aprovar o Orçamento. V. Exª confirma esse fato?

O SR. FLÁVIO DERZI - Confirmo. O Deputado Ricardo Fiúza, em função de uma crise que houve, crise esta causada pela não aprovação do relatório preliminar do Deputado João Alves, dentro de um acordo, com o consentimento de todas as Lideranças, assumiu a Relatoria-Geral e escolheu um grupo, alguns Parlamentares para prestar assessoria informal. Eu não poderia ocupar nenhuma relatoria, porque era suplente, como também, no ano passado, não ocupei nenhuma relatoria parcial ou setorial. Como eu era do PST, mas fazia parte do Bloco, que tinha como Líder o Deputado Ricardo Fiúza, ele me convidou para auxiliá-lo. Ainda me lembro bem quando, na oportunidade em que me convidou, perguntou-me se eu entendia um pouco de orçamento, porque viu no meu currículo, talvez lá na Liderança, que eu teria sido Secretário de Fazenda, então tinha um certo conhecimento da matéria orçamentária. Então, convidou-me e trabalhamos arduamente até o final de dezembro.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª poderia informar a esta Comissão quais os outros Parlamentares, além de V. Exª, que participavam desse núcleo de colaboradores informais do Relator-Geral?

O SR. FLÁVIO DERZI - Eraldo Tinoco, Deputado Manoel Castro, Deputado Aleluia, Deputado Benito Gama... Está faltando, não me lembro. Deputado... Sinceramente, Deputado Sérgio Miranda, deve estar faltando, mas, realmente, não me recordo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado. Temos, também, o número desses.

O SR. FLÁVIO DERZI - Deputado Manoel Castro eu falei?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Falou Manoel Castro.

O SR. FLÁVIO DERZI - Que é uma autoridade, como o Deputado Benito Gama, foi Secretário de Planejamento e Secretário de Fazenda na Bahia.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Deputado Flávio Derzi, este é um dos assuntos que mais polêmicas têm criado aqui, na nossa CPI, o Orçamento de 92, nessa fase pós-aprovação pelo Plenário, pois depois do dia 19 de dezembro ocorreram alterações. O Deputado Fiúza usa o argumento de que essas alterações foram consentidas pelo Plenário da Casa, que permitiu que se mudasse as emendas. Isso é contestado porque, após a redação final, não poderia haver alterações, apenas em termos de alguma mudança concreta, correção de algum erro.

O SR. FLÁVIO DERZI - Não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Por favor, estou fazendo a pergunta; posteriormente, V.Exª esclareça ou corrija a minha pergunta. O Senador Eduardo Suplicy tem feito um trabalho aprofundado sobre o tema e nos informa que algumas emendas rejeitadas em 18 de dezembro foram incluídas no Orçamento. Como esse núcleo que auxiliou o Relator-Geral encara essas alterações no Orçamento de 92?

Essa é uma questão apenas informativa.

O SR. FLÁVIO DERZI - Terei o máximo prazer e procurarei transmitir-lhe o maior estoque possível de informações.

Esse núcleo informal de parlamentares - tenho muita preocupação com o nome "núcleo"...O Deputado Ricardo Fiúza tinha um tempo muito curto, pois assumiu no dia primeiro de novembro, quando os relatórios parciais já estavam sendo discutidos, todos os relatores parciais e setoriais já tinham sido escolhidos pelo Presidente e pelas respectivas lideranças partidárias. O trabalho já estava bem adiantado, e ele passou a distribuir tarefas.

Recordo-me de algumas das quais ele me incumbiu. Uma delas seria uma análise de determinados programas do Executivo, vindas na proposta orçamentária do Executivo, discutíveis. Ele me pediu, ou determinou, que eu apresentasse relatórios com sugestões relacionadas a alguns programas oriundos do Executivo - porque a correria era muito grande. Lembro-me de que apresentei alguns no Ministério da Saúde; havia um programa contemplado com recursos quase idênticos de recuperação de hospitais ou de equipamentos de hospitais para campanhas de conscientização - um nome bonito e pomposo, não é verdade? Qual era a minha função? Chamar o representante daquele Ministério, discutir aquele programa e sugerir ao Relator cortes que podiam ser da ordem de 40% ou 50%. Lembro-me bem do AMX, para o qual, naquela oportunidade, vinham recursos vultosos na proposta do Executivo. Havia um programa de lançamento de foguetes - não me lembro em que cidade; acho que Alcântara, se não me falha a memória - para o qual também havia recursos. Essa foi a primeira tarefa.

A segunda tarefa era muito interessante, Deputado Sérgio Miranda. Constatamos que havia, nas diferentes unidades orçamentárias, programas superpostos. Por exemplo, na Secretaria de Saneamento, havia um programa de saneamento básico para um determinado município; na FINASA, o mesmo programa; no Ministério do Bem-Estar

Social, na Secretária de Saneamento, um programa de abastecimento de água num determinado... Então, conseguimos fazer um cruzamento e constatamos que havia uma quantidade muito grande de programas superpostos. Essa distorção foi evitada.

Também tenho um certo conhecimento na área agrícola. Não sei se V.Exª está lembrado que, no final de novembro, o Governo baixou um pacote agrícola. E esse pacote não tinha sido contemplado na proposta do Executivo; o pacote incluía recursos para créditos, para AGF e EGF, para política de manutenção do preço mínimo. O Governo Federal sugeriu a retirada, naquela altura dos acontecimentos...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Após dezembro?

O SR. FLÁVIO DERZI - Não. Foi lançado o pacote no final de outubro. Mas a proposta orçamentária já estava aqui, os relatores parciais já estavam desenvolvendo os seus trabalhos. Chegou-se à conclusão que o Relator-Geral, por meio de emendas, poderia suprir aquelas necessidades.

Não me recordo bem, mas participei de várias reuniões com o ex-Ministro Cabrera e sua equipe, para ajustar aqueles valores do pacote agrícola, em torno, na época, de 50 bilhões de cruzeiros. Essas foram basicamente, devem ter havido outras, as tarefas de que o Relator-Geral me incumbiu e mais algumas. Quando se chegou naquela reta final, houve uma preocupação muito grande de alguns Parlamentares não terem sido atendidos pelos Relatores parciais, então teria que se fazer um estudo no sentido de dar certo equilíbrio. Devo ter tido um contato, um relacionamento com um número muito grande de parlamentares, pegando seus pleitos, suas emendas prioritárias e encaminhando para o Relator-Geral, para que S. Exª determinasse ou tomasse a decisão. Eu respondi?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não no sentido... V. Exª ficou no período anterior. Queria explicações sobre o período posterior à aprovação, mas não vou mais abordar essa questão.

V. Exª era um homem influente na Comissão de Orçamento pelo número de emendas aprovadas, está 70% acima da média dos Parlamentares, e mais ainda, por outro dado que levamos em conta na nossa Subcomissão: várias emendas de V. Exª apareceram como emendas de Relator, de sub-Relator e do Relator-Geral. Há indicação precisa em algumas dessas emendas que aparecem como indicadas por solicitação do Deputado Flávio Derzi.

Neste sentido, Deputado Flávio Derzi, tomando por base esse nosso raciocínio, V. Exª pode dar uma informação à esta CPI sobre como eram escolhidos os sub-Relatores para algumas áreas específicas, algumas áreas que V. Exª teve emendas, por exemplo, SDR, Ministério da Agricultura, Ministério da Ação Social, LBA, FNDE, DNER, justamente...

O SR. FLÁVIO DERZI - DNER?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - DNER, duas emendas. Justamente áreas que o...

O SR. FLÁVIO DERZI - De Relator, DNER?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, de Relator, não. Emenda sua.

O SR. FLÁVIO DERZI - Só duas emendas no DNER.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Duas emendas de autoria de V. Exª. Esta questão para nós é fundamental. V. Exª poderia ajudar esta CPI...

O SR. FLÁVIO DERZI - Com o máximo prazer.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - E o Congresso Nacional para mostrar como se compunha esse quadro de sub-Relatoria nessas áreas especiais, sobre as quais fomos alertados por vários depoentes, inclusive pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos?

O SR. FLÁVIO DERZI - Com relação ao prestígio, à influência, quero confessar que o V. Exª está me dando uma importância que realmente está... que não corresponde.

Com relação ao fato de eu ter aprovado um grande número de emendas, realmente sou campeão de emendas no meu Estado, mas não em valor; em número. O senhor aprofundou este levantamento?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Em termos de valor e número.

O SR. FLÁVIO DERZI - Por exemplo, em 1993, rapidamente, fui, com todo o prestígio, já no segundo ano como membro titular, o quinto Parlamentar no meu Estado, em valor. Pode ficar tranqüilo que o Senador Derzi foi o sétimo, mas em compensação fui o primeiro em número de emendas aprovadas: 55 emendas aprovadas em 1993. O que quer dizer isto? Que a minha média é baixa. Não tenho emendas, se V. Exª fizer o levantamento, de grandes valores, de grandes montas. A minha maior emenda aprovada, acho, está em torno de 59 milhões de cruzeiros. Então é com relação ao prestígio. Quero confessar a V. Exª...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Só para esclarecer essa questão, porque pode haver alguma dúvida. O prestígio que alego deve-se a dois fatos...

O SR. FLÁVIO DERZI - Não, V. Exª falou em função de número de emendas aprovadas.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim. Primeiro por ter participado desse núcleo de colaboradores informais...

O SR. FLÁVIO DERZI - Fui convidado pelo meu Líder.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pelo fato de ter aprovado, em termos de um conjunto do Parlamento, emendas em média, nos dois anos, superior a 70%.

O SR. FLÁVIO DERZI - Em termos de valor ou de quantidade?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Em valor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Flávio Derzi, peço-lhe que façamos de acordo com o nosso sistema de trabalho: pergunta e resposta. Não são permitidos apartes.

O SR. FLÁVIO DERZI - Pois não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O que marca a ação de V. Exª é que, nas liberações, V. Exª tem um número pequeno, ficando em torno da média e não acima. Essa questão não é brincadeira, é importante, porque é ligada à atividade na Comissão de Orçamento, motivo principal desta CPI, tanto é que não estou interrogando V. Exª sobre outros assuntos, e sim sobre sua ação durante a Comissão de Orçamento. Então, não foi um ato provocativo, agressivo falar de prestígios. Espero que V. Exª não tenha levado isso em conta.

Mas quero mostrar apenas que V. Exª, sendo uma pessoa que tinha uma atividade importante na Comissão de Orçamento, poder-nos-ia dar essa informação. Como, em torno dessas unidades que foram levantadas, eram escolhidos os relatores? Porque havia um certo rodízio de relatores; não eram os líderes das bancadas que definiam os relatores; era o Relator-Geral, de acordo com o núcleo que atuava na Comissão. É a última pergunta. Só vou ouvir a resposta de V. Exª.

O SR. FLÁVIO DERZI - Deputado Sérgio Miranda, as suas perguntas, realmente, longe de me irritar, são da maior importância. Gostaria de deixar claro isso. Quero esclarecer que sou campeão em número de emendas, não em valor; e apresento, pelo menos de cabeça, no meu Estado, uma emenda que foi apresentada pelo Relator-Geral que representa, pelo menos, cinco vezes mais do que todas as minhas emendas aprovadas.

Realmente, o meu trabalho é de convencimento, visitando, procurando os relatores parciais, o Relator-Geral, levando os pleitos do meu Estado; realmente, ele é agressivo.

Com relação à escolha, quanto ao ano de 1991, não tenho condições - digo de forma clara, objetiva, olhando seus olhos - de lhe dar informações, porque não participei ativamente dessas indicações; quer dizer, não tenho condições de lhe informar.

Com relação ao ano passado, foi um acordo partidário. E quem indica os relatores parciais e setoriais não é o Relator-Geral, é o Presidente da Comissão, que ouve as Lideranças partidárias - há o problema da proporcionalidade. Neste ano, o eminente Senador Raimundo Lira estava muito rígido, defendendo a proporcionalidade com relação à distribuição dos setoriais e dos parciais.

Com relação a 1991, não tenho condições de lhe prestar informação concreta, porque, quando comecei a intensificar o meu trabalho, os relatores parciais já estavam escolhidos.

Com relação ao ano passado, a escolha foi relacionada à proporcionalidade e dentro de um acordo de Lideranças. E este ano, estava indo para esse caminho.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Deputado Flávio Derzi.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ultrapassamos bastante o tempo novamente.

Concedo a palavra ao Deputado Maurício Najar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, gostaria de fazer algumas perguntas bastante objetivas ao Deputado Flávio Derzi e, de antemão, gostaria de afirmar que estou prosseguindo com umas perguntas que o Senador Eduardo Suplicy ficou impedido de fazer, em decorrência do término do seu tempo.

Deputado Flávio Derzi, no Orçamento de 1992, V. Exª liberou verba para construção de escola de primeiro grau em Aral Moreira, no valor de Cr$1,276 bilhão (um bilhão duzentos e setenta e seis milhões de cruzeiros), que equivalem aproximadamente a US$300 mil (trezentos mil dólares). Essa Emenda é de nº 032.109/5. V. Exª está lembrado dessa emenda?

O SR. FLÁVIO DERZI - Perfeitamente lembrado. V. Exª quer que eu dê mais detalhes?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu gostaria que V. Exª me explicasse se essa escola foi construída.

O SR. FLÁVIO DERZI - Deputado Maurício Najar, eu apresentei a Emenda nº 032.109-5, o número do subprograma é 08.042.01.88.2289.1340 - Assistência Financeira para Construção de Escola de Primeiro Grau em Aral Moreira.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Certo.

O SR. FLÁVIO DERZI - O valor da minha emenda: Cr$276,720 milhões. Esse é o valor da minha emenda.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Certo. E o remanejamento de um bilhão a mais?

O SR. FLÁVIO DERZI - Tecnicamente não captei o que seria remanejamento. V. Exª poderia me explicar?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Aqui está dotação, cancelamento/remanejamento, ou remaneje: um bilhão de cruzeiros, e foi liberado um bilhão, duzentos e setenta e seis milhões de cruzeiros para uma escola.

O SR. FLÁVIO DERZI - Eu não saberia lhe informar, porque não legitimei esse pleito. Apresentei uma emenda que foi aprovada. Se eu tivesse ido ao Ministério, com o prefeito, levando o meu ofício solicitando a liberação, nada mais estaria fazendo do que cumprindo com a minha obrigação para com o Município.

Sou majoritário em Aral Moreira, mas o Prefeito não é meu correligionário político. Não posso lhe explicar. Estou entendendo; já estou aqui com o levantamento do SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira: mais um bilhão de cruzeiros, não é verdade?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Certo.

O SR. FLÁVIO DERZI - Só que aqui no levantamento do SIAFI não consta a data. Quando se fala em 300 mil dólares, qual é a data-base que V. Exª está calculando?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É a média do ano de 1992.

O SR. FLÁVIO DERZI - É discutível.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mas é um dado aproximado.

O SR. FLÁVIO DERZI - Com uma desvalorização cambial de 30 a 35%, o recurso que saiu em junho para dezembro, V. Exª há de convir que tem.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Tenho a impressão de que esse dado é da data da liberação do recurso.

O SR. FLÁVIO DERZI - Então isso aí foi quando da publicação, que foi no mês de abril.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mas eu gostaria de dizer a V. Exª o seguinte: que foi liberado, foi - um recurso equivalente a US$300 mil.

O SR. FLÁVIO DERZI - Não; se foi quando da publicação da lei, e a publicação foi no final de março; se foi liberado em dezembro, V. Exª há de convir que já não é; de 300 mil dólares pelo menos deve ter caído para pouco mais de 100 mil dólares.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu esclareci que esses dados me foram fornecidos pelo Senador Eduardo Suplicy. Presumo que tenham sido da data da liberação do recurso, porque temos, por intermédio do SIAFI, todos esses dados; tanto é que aqui consta: 300 mil dólares repassados ao município.

A pergunta é esta, Deputado: o que mais me preocupa não é se são 250 mil ou 350 mil dólares; o que me preocupa é que a construção da escola era de apenas duas salas de aula, segundo informações da prefeitura. E duas salas de aula sem forro. O montante pleiteado e mais esse um bilhão acrescido na emenda de V. Exª! O mesmo não ocorreu com o Município de Eldorado, para o qual V. Exª também apresentou uma emenda no mesmo sentido e que não passou de cento e oitenta e quatro milhões de cruzeiros.

O SR. FLÁVIO DERZI - Cento e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta mil cruzeiros.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E para esse município, um bilhão, duzentos e setenta e seis milhões de cruzeiros, que foram liberados - sete vezes mais! E presumo que Eldorado seja bem maior do que Aral Moreira.

O SR. FLÁVIO DERZI - Não, é menor.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Que sejam equivalentes.

O SR. FLÁVIO DERZI - São quase do mesmo tamanho.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - São sete vezes mais! Então eu gostaria de ter uma explicação porque se o Prefeito atual é seu adversário, não é seu correligionário...

O SR. FLÁVIO DERZI - O anterior também, infelizmente.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Entendi de suas palavras que V. Exª tinha um bom relacionamento com o Prefeito anterior, apesar de não serem do mesmo partido.

O SR. FLÁVIO DERZI - Deputado Maurício Najar, tenho por norma na minha atuação parlamentar, com relação ao Orçamento, premiar todos... Premiar, não, atender, lutar pela aprovação, apresentar emenda em quase todos os Municípios do Estado, porque, como lhe coloquei aqui, no início, de 72 municípios eu fui o mais votado em 34. Nós temos aquela responsabilidade. Eu lhe coloco de uma forma franca e aberta: a emenda é de minha autoria, de 276 mil, na época 720 milhões. Esses recursos de um milhão, o senhor há de convir, isso é muito importante que se coloque, o mundo está caindo em cima do Congresso Nacional. Nós somos os responsáveis por todas as distorções no Orçamento. Só, nobre Deputado Maurício Najar, que nós temos o poder de substituição, de transferências orçamentárias em pouco mais de 3% do Orçamento; e nesses 3% estão os recursos livres do Ministério.

Então, eu entendo, por este levantamento do SIAFI... O senhor está com o levantamento do SIAFI aí? Se o senhor prestar atenção, não há data de liberação, há?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Aqui diz que foi debitado o valor de 1 bilhão de cruzeiros.

O SR. FLÁVIO DERZI - O nobre Senador Eduardo Suplicy, quando colocou o problema, colocou com o levantamento do SIAFI. O dele deve ser igual ao meu. O senhor deve estar estranhando: "Por que o Deputado está com esse levantamento do SIAFI?" Estou com o levantamento do SIAFI de todas as minhas emendas. Tomei o cuidado de me preparar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Para não nos perdermos, vou formular agora um requerimento à Mesa. Porque quero dizer que a emenda inicial foi de 276 milhões. Agora, se acresceram mais 1 bilhão de cruzeiros, a ponto dessa pequenina escola, de duas salas de aula, sem forro, chegar a 300 mil dólares... Evidentemente que nenhum Deputado teria interesse de acrescer uma quantia tão vultosa à emenda do Deputado, pelo que, tendo em vista...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Maurício Najar...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Tendo em vista que o precedente de Eldorado permaneceu com 184 milhões, e não foi acrescido de mais nada, eu requeiro, Sr. Presidente, talvez até em benefício do próprio Depoente, que seja efetuada, em caráter de urgência urgentíssima, auditoria do Tribunal de Contas, para se verificar a liberação dessa vultosíssima

verba, que pode ser a ponta do **iceberg**; o exame **in loco** da escola construída, porque eu tenho a absoluta certeza de que lá não podem ter ficado mais que 10% desse valor; e o que foi feito do recurso remanescente de 270 mil dólares.

Requeiro mais, que se faça confronto com outras emendas do próprio Deputado, que não tiveram esse enxerto de 1 bilhão de cruzeiros a mais, como aconteceu no Município de Eldorado, que se equivale, no dizer do Depoente, a Aral Moreira.

Solicito, Sr. Presidente, uma contribuição do Deputado no esclarecimento. Disse e repito: pode ser até que seja em favor do Depoente, porque ninguém melhor do que o Tribunal de Contas pode fazê-lo.

Em Vicentina houve o mesmo fato, de 1 bilhão também. No Município de Vicentina...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por favor, V. Exª está se dirigindo à Mesa ou está pedindo aparte ao seu colega?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Como fui alertado... Realmente eu já tinha visto, mas eu não queria, a essa amplitude. Eu deixo a critério, se for deferida por V. Exª essa auditoria que deixo requerida.

Penso que o Tribunal de Contas, pegando essas emendas, indo ao local, pode nos esclarecer definitivamente sobre esses atos, porque eu reputo, entre uma emenda de um município e outra emenda, de outro município, deu sete vezes mais o valor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª já disse isso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu pediria que V. Exª me facultasse a palavra, primeiro para indagar ao Deputado Maurício Najar se ele tem o nome da empreiteira que está fazendo a obra: A. Fonseca S.A., CEMEL, ENGECAN ou HIDROSSOMATE. Uma dessas quatro.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não tenho. É por isso que acho importante essa diligência, e pode ser que tudo fique esclarecido. Tomara que fique tudo esclarecido. Só que nós não temos elementos, a não ser esses dados objetivos: uma pequena escola, liberação vultosíssima para uma pequena escola; ao invés de ter havido contingenciamento, houve um acréscimo de 276, mais um bilhão de cruzeiros, liberando praticamente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O argumento de V. Exª já é conhecido. Para poder dar provimento ao requerimento, eu gostaria de perguntar-lhe: tanto quanto entendi, o Deputado Flávio Derzi afirma que a emenda dele foi de 200 e tantos mil...

O SR. FLÁVIO DERZI - Duzentos e setenta e seis e setecentos e vinte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) -...e que não teve participação no que V. Exª chamou de remanejamento, ou estou enganado? Não foi isso que ouvi?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - *Não sei se ele respondeu dessa forma, porque* não existe um acréscimo a uma emenda, pelo pouco que entendo...

O SR. FLÁVIO DERZI - V. Exª está fazendo uma afirmação, Deputado Maurício Najar, que não aceito.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Se V. Exª não aceita, eu reafirmo. Estou pleiteando uma auditoria ao Tribunal de Contas que vai elucidar tudo. O Tribunal de Contas vai verificar quem enxertou esse um bilhão; se foi o Deputado ou se foi o próprio Ministério da Educação. Nesse caso, vou querer saber quem é o responsável no Ministério. Esse o aspecto que eu gostaria de abordar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a V. Exª que se acalme. Estou atento à colocação de V. Exª. Em primeiro lugar, queria colocar as coisas como foram definidas aqui: a emenda foi no valor de duzentos e sessenta e tantos...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Duzentos e setenta e seis.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Em seguida, V. Exª afirma que houve um acréscimo; depois de uma troca de informações entre V. Exª e o depoente, seriam 300 mil dólares, 100 mil dólares com variação cambial, etc. O fato é que, quando V. Exª diz que essa liberação é sete vezes maior do que a de outra prefeitura e para a construção de uma escola de apenas duas salas, sem forro - foi o que V. Exª disse...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - De acordo com informações do prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, atendendo à solicitação de V. Exª, a Mesa defere o seu requerimento.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Agradeço a V. Exª e peço desculpas ao depoente se, por qualquer razão, o magoei. Tenho certeza de que esse esclarecimento vai deixá-lo em condições de comprovar efetivamente a sua posição junto a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - *Já vimos vários casos aqui*, e V. Exª sabe que, muitas vezes, o autor de uma emenda afirma a sua autoria mas não assume a responsabilidade pela aplicação do recurso, alegando que o prefeito é quem faz a licitação. Isso justamente faz parte do requerimento de V. Exª.

O Deputado Flávio Derzi gostaria de acrescentar alguma coisa?

O SR. FLÁVIO DERZI - Sr. Presidente, nobre Deputado Maurício Najar, concordo plenamente com o levantamento do Tribunal de Contas, porque uma informação não posso lhe dar com segurança - e eu gosto de dar as informações mais ou menos precisas. Esse um milhão de cruzeiros, pela informação que recebo aqui rapidamente, foi liberado na administração desse prefeito que lhe passou esse relatório sobre a escola de duas salas de aula e sem forro.

Assim, entendo que seria interessante...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Inclusive, afirmei pelo menos quatro vezes que também seria muito bom para V. Exª.

O SR. FLÁVIO DERZI - V. Exª fez uma afirmação de que esse um milhão teria sido liberado por meio de uma emenda. A emenda de minha autoria é de 276 milhões e 720 mil cruzeiros. Também não posso concordar com V. Exª sobre essa cotação em dólar, porque nem V. Exª nem eu temos aqui, com o levantamento do SIAFI, a data precisa da liberação.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Isso não será difícil, pela data da liberação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Apenas quero esclarecer ao depoente que a pergunta feita pelo Deputado Maurício Najar, se ela fosse capaz de melindrar V. Exª, a Mesa teria autoridade para impedir que ela fosse formulada ou pelo menos que continuasse.

Quando V. Exª disse que não aceitava, o Deputado Maurício Najar não estava atribuindo a V. Exª nenhum ato ilícito; estava perguntando, a partir do momento em que houve esse acréscimo desses valores, como isso poderia se compatibilizar com uma escola de duas salas e sem forro.

Então, a Mesa fica muito satisfeita de verificar que o Deputado, com essa última informação que deu, inclusive, que essa liberação já não ocorreu nem à época do prefeito anterior, foi com o prefeito atual, que façamos, como V. Exª pediu, com urgência, o levantamento disso.

V. Exª se dá por satisfeito?

O SR. FLÁVIO DERZI - Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Luiz Máximo, V. Exª tem a palavra.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado Flávio Derzi, o Presidente Jarbas Passarinho fez aqui uma referência comum aos que aqui depõem e lutam pela liberação de verbas; quando chega o momento de explicar sobre a aplicação das mesmas, os depoentes, normalmente, dizem que não têm nada a ver com isso, que isso é problema da prefeitura, que isso é problema das entidades destinatárias dos recursos.

V. Exª declarou - e não tenho dúvida a respeito disso - que é uma pessoa que luta em defesa dos direitos ou dos interesses dos municípios do seu Estado. Acredito que isso deve ser obrigação de todo parlamentar, como também deve ser obrigação dele acompanhar a aplicação dos recursos pelos quais lutou. Por isso, julgo muito oportuno o requerimento, formulado pelo nobre Deputado Maurício Najar, para termos um quadro real dessa situação. Pergunto a V. Exª se conhece em seu Estado uma entidade com o nome Centro Integrado de Apoio à Família.

O SR. FLÁVIO DERZI - Poderia repetir o nome, nobre Deputado?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Centro Integrado de Apoio à Família.

O SR. FLÁVIO DERZI - Qual seria a sigla?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Eu não sei a sigla... CIAF - Centro Integrado de Apoio à Família.

O SR. FLÁVIO DERZI - Não, não tenho conhecimento.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Exª não conhece?

O SR. FLÁVIO DERZI - Com esse nome... É uma entidade?

O SR. LUIZ MÁXIMO - É uma entidade assistencial.

O SR. FLÁVIO DERZI - Não tenho conhecimento.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Então, não tenho pergunta em decorrência dessa minha primeira indagação.

V. Exª, no início, ou melhor dizendo, em resposta a umas perguntas com relação ao inquérito civil, promovido pela Promotoria de Sidrolândia* - parece-me que este é o nome do município -, disse que o Promotor é um irresponsável. Eu gostaria que V. Exª esclarecesse se o promotor é irresponsável ou os fatos que motivaram o inquérito é que são irresponsáveis. V. Exª confirma a qualificação dada ao promotor daquele município?

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Deputado Luiz Máximo, o promotor envia uma denúncia para a CPI, dizendo que recursos em função de uma ilha fiscal da lei... O promotor, então, a qualquer indício de irregularidade e, principalmente, no processo licitatório não faz mais do que sua obrigação abrir inquérito, perfeito? Entendo dessa forma.

Agora, ele formula a sua denúncia dizendo que é "relevante sublinhar o valor do contrato administrativo respectivo ascende à astronômica cifra de cinco milhões de dólares" e coloca como origem desta obra, desta licitação uma emenda de minha autoria.

Realmente, a emenda é de minha autoria, inclusive está a cópia da emenda nos documentos que apresento a esta Mesa. No entanto, a minha emenda... Nobre Deputado Luiz Máximo, perdoe-me, mas essas informações, eu as recebi, agora, às 7h da noite, pois mandei meu advogado, assessores, irem a Sidrolândia, inclusive, para trazer o próprio inquérito, para ficar à disposição no sentido de acrescentar aos trabalhos da CPI.

Na data desta licitação que ele cita, a minha emenda teria um valor de 54 mil dólares... Quer dizer, de cinco milhões de dólares para 54 mil dólares, Deputado Luiz Máximo, há uma distância muito grande.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Mas também há uma distância muito grande o caso citado pelo nobre Deputado Maurício Najar.

O SR. FLÁVIO DERZI - Eu gostaria de tratar com V. Exª o caso de Sidrolândia e, então, ficaria à disposição para reabrir a discussão da escola, caso V. Exª julgue necessário.

E até acho muito importante estar enriquecendo esse debate. Essa CPI só discutia grandes obras institucionais, e agora passamos a discutir pequenas obras, cujas emendas têm o seu objetivo político. Acho isso muito importante e quero acrescentar à CPI.

Vejam bem, atribuir-me cinco milhões de dólares por uma emenda de 54, que não foi liberada, Deputado Luiz Máximo?

Outra coisa: no inquérito que me chegou às mãos, porque houve, inclusive, relutância - acredito que esse inquérito civil seja público - e dificuldades para entregar ao meu representante, ele diz, no dia 12 de novembro, que, considerando que a notícia, ou fraude licitatória - vinda por representação do Vice-Prefeito, Nelson Feitosa, apesar das medidas - ainda não se confirmou. E, cinco dias após, ele apresenta esta denúncia à CPI.

Nobre Deputado Luiz Máximo, coloquei o termo "irresponsável", porque V. Exª há de reconhecer a situação de desconforto que eu, como um parlamentar, venho vivendo nesses 60 dias. V. Exª há de convir que é uma posição de constrangimento e desconforto.

Então, talvez tenha exagerado; o Promotor, sem dúvida nenhuma, estava exercendo as suas funções. Agora, então, até retiraria e colocaria uma outra expressão: o promotor, de certa forma, exagerou, quando formulou essa denúncia, nestes termos, a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Luiz Máximo, V. Exª era Promotor, não era?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Fui Promotor no Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Entende-se.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, agora quero falar, se V. Exªme permitir. V. Exª, no início dos nossos trabalhos, exigiu que todos os membros desta Comissão se referissem, inclusive ao primeiro denunciante desta CPI, sobre o qual pesavam as mais sérias acusações, com o tratamento adequado de senhoria e de senhor.

Agora, não pode qualquer um de nós referir-se a qualquer autoridade nos termos e da maneira como o depoente referiu-se, mesmo porque o Regimento Interno de ambas as Casas do Congresso impõe ao parlamentar a linguagem adequada, principalmente em se tratando de um caso onde o próprio depoente disse estar sendo objeto de um inquérito, que tem por objetivo uma eventual propositura de ação civil pública.

Quando se fala que é "irresponsável", o nosso silêncio, ou pelo menos o meu, poderia parecer uma concordância a respeito do que ele diz, portanto, de uma adjetivação, partindo do pressuposto de que aquilo que se cuida do inquérito seria falso ou inverídico. E estamos em uma investigação. Essa é a razão de minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O reparo de V. Exª causou o efeito desejado.

Apenas digo que, quando, por exemplo, há qualquer tipo de agressão à minha origem, eu também me tomo de brios para defendê-la. E V. Exª teria uma razão a mais, não apenas o Regimento da Casa: V. Exª, como Promotor também - e já de outra oportunidade ouvi isso aqui -, teve uma discussão.

Lembro-me bem de que houve aqui uma discussão, um problema, e V. Exª ao efeito chamou contra a exaltação das pessoas e conseguiu. Falei isso apenas para aliviar esse estado de excitação em que, às vezes, ficamos. E para aliviar ainda mais, vamos tomar mais cinco minutos de intervalo.

O SR. FLÁVIO DERZI - Não conheço Sidrolândia, nem sequer o promotor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, claro; mas conhece a classe. É a categoria.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos recomeçar o trabalho. Tive uma informação preciosa a respeito do currículo excepcional de V. Exª. V. Exª não foi um promotor comum, foi o presidente de todos os promotores do Brasil.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Não sei de onde V. Exª tirou isso, mas, de qualquer forma, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Parabéns. Também fui presidente da Sociedade Acadêmica Militar. (Risos.)

Vamos recomeçar o trabalho.

Concedo a palavra ao Deputado Roberto Franca.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, Deputado Flávio Derzi, V. Exª se referiu há pouco, respondendo à pergunta do Deputado Sérgio Miranda, que colaborou com o Relator-geral naquela fase final, como assessoria informal. V. Exª se recorda até que dia V. Exª e a equipe, aquele grupo informal, trabalhou no Orçamento, assessorando o Deputado Ricardo Fiúza? Aproximadamente, se foi antes do Natal, antes do Ano Novo?

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Deputado Roberto Franca, não posso lhe precisar os demais membros que assessoravam informalmente o Deputado Ricardo Fiúza. Recordo-me que trabalhei até o dia 23 de dezembro, porque a família da minha esposa é de Uberaba e fui até lá passar o Natal. E, logo após o Natal - fui daqui direto, de carro, a Uberaba, recordo-me bem disto -, não posso lhe dizer se foi dia 26, 27 ou 28, fiz uma viagem aos Estados Unidos. Então, passei o Ano Novo fora do País e devo ter retornado no dia 10 ou 15 de janeiro - estou me socorrendo da minha esposa, perdoe-me. Realmente, essa minha contribuição foi até véspera de Natal.

O SR. ROBERTO FRANCA - Deputado Flávio Derzi, o Orçamento foi apreciado e votado no dia 19 de dezembro. Ouvi atentamente o depoimento de V. Exª sobre o esforço que fez para aprovação de suas emendas, o que é justo, legítimo, mas parece-me que nesse esforço - queria esclarecer; não estou afirmando - V. Exª parece que adentrou...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Qual foi o verbo?

O SR. ROBERTO FRANCA - V. Exª adentrou no ano seguinte nesse esforço de aprovação de emenda.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ah, sim. Obrigado.

O SR. ROBERTO FRANCA - A pergunta, Deputado Flávio Derzi, é porque no Orçamento - temos um levantamento do PRODASEN - houve centenas de emendas registradas no PRODASEN já durante o mês de janeiro com modificações. Inclusive uma emenda de V. Exª, que havia sido rejeitada anteriormente, aparece no dia 6 de janeiro de 1992, às 10h34min, como tendo sido aprovada, para canalização do Córrego do Ipê, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, a cargo da prefeitura municipal, no valor de 900 milhões.

Evidentemente que não foi a única emenda, foram centenas de emendas que apareceram posteriormente, em janeiro, tendo havido uma rejeição anterior.

Pergunto a V. Exª, que já estava ausente de Brasília, que gestões V. Exª fez, se foi junto ao relator-geral ou a outros membros, relatores parciais - outras foram aprovadas; essa não havia sido -, para conseguir, se através de pedidos, de contatos; V. Exª se recorda? Porque estamos querendo perceber como se deu esse processo de ajuste em que alguns parlamentares ainda modificaram. Foram centenas de modificações, e nenhum parlamentar conseguiu ainda esclarecer.

V. Exª talvez tenha sido o primeiro que mencionou alguns nomes que colaboraram com o relator-geral, mas ainda não conseguiu esclarecer como se deu esse processo de ajuste em que alguns parlamentares anteriormente prejudicados conseguiram aprovar emendas, as quais o PRODASEN registra só posteriormente, no mês de janeiro. Quer dizer, sobre essa **démarche** para aprovação de emendas, ajustar emendas de parlamentares, V. Exª poderia acrescentar algum fato, algum esclarecimento, não somente no caso de V. Exª, mas como se deu essa aprovação?

O SR. FLÁVIO DERZI - Deputado Roberto Franca, é com o máximo prazer e é minha obrigação. Veja bem, entendo que temos que trabalhar com o relatório da véspera da aprovação, que foi no dia 18 de dezembro. O senhor poderia repetir o programa?

O SR. ROBERTO FRANCA - A emenda é a 033564-9. É a canalização do córrego do Ipê, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, a cargo da prefeitura. Essa emenda aparece aprovada junto com centenas de outras emendas que, segundo levantamento, não havia sido aprovada anteriormente. Ela aparece num relatório final do Orçamento.

O SR. FLÁVIO DERZI - Deputado, o senhor está coberto de razão porque estou aqui com o relatório realmente da véspera do relatório final. Não consta essa obra do córrego Ipê, a cargo da prefeitura da capital.

O SR. ROBERTO FRANCA - No valor de 900...

O SR. FLÁVIO DERZI - É uma obra importante para a nossa capital. Apresentei um destaque. Foram apresentados ao relator geral, se não me falha a memória, 1.200 ou 1.700 destaques. Estou no direito, porque uma obra que não foi contemplada no relatório parcial, o relator geral, até o dia da votação, não acatou pelo menos parcialmente, apresentei um destaque.

Foi feito no dia 18 à noite, ou dia 19 - me corrijam - aquele acordo de lideranças porque eram mil e tantos destaques e não haveria condições de serem votados. Foi delegado ao relator geral o direito de corrigir erros técnicos, erros de denominação, podendo haver desmembramento. Por exemplo, uma emenda minha foi aprovada com 200 mil. Eu poderia cancelar aquela emenda, passar para uma outra, acrescer o valor. Por exemplo, uma emenda de 200 mil, eu poderia tirar 100 mil e passar para uma outra emenda que não tivesse sido tão bem atendida. Este acordo previa esse tipo. Não tenho condições de lhe passar com precisão, mas essa emenda foi acrescida. Eu tive várias emendas. Confesso que fiz esse levantamento a grosso modo antes de vir para cá, agora, ainda aqui no Senado. Por exemplo, a emenda Infra-estrutura Urbana em Caarapó foi aprovada com 100 mil, no dia 18, no relatório geral. E neste relatório do dia 18, não sei se V. Exª tem em mãos, está com 50. Com o índice multiplicador, que foi 9.62, representou uma redução de 461 milhões e 200.

Uma outra emenda, construção de um hospital no distrito de Alcinópolis, no município de Coxim, um município que dista 158 quilômetros da sede do município, tinha sido aprovada com 120. Então, 120 era o referencial que tem que se multiplicar pelo índice multiplicador, o indexador, que era 9.60.

Nesse relatório definitivo, qual foi a data que o senhor me falou?

O SR. ROBERTO FRANCA - Não é um relatório. É um levantamento do PRODASEN do dia 6 de janeiro.

O SR. FLÁVIO DERZI - Não, mas o final, quando se consolidou, acho que foi 18 de janeiro, se não me falha a memória. Mas, no final, esta minha emenda, de 120 veio para 20. Então, fatalmente, deduzo eu, essas outras emendas que foram reduzidas, esses recursos tenham sido para acrescer outras emendas ou para aprovar uma dessas dentro do acordo que foi feito. O que não poderia haver era extrapolar o limite aprovado neste relatório por parlamentar. No caso, poderia haver esse remanejamento.

Veja bem, nobre Deputado Roberto Franca, que é uma explicação que lhe dou à primeira vista, porque esse levantamento rápido que fiz foi coisa de meia hora antes de vir para cá.

O SR. ROBERTO FRANCA - Compreendo. Eu queria só chamar a atenção de V. Exª, dizendo que o valor dos abatimentos mencionados, feito agora, dá 70 milhões e o valor da emenda aprovada foi de 900 milhões. De forma que, teria que ter havido anulação de muita coisa para dar esse valor.

Mas não é só o caso de V. Exª. O caso de V. Exª não é o único, evidentemente.

O SR. FLÁVIO DERZI - Se V. Exª me permitir, veja bem o levantamento rápido: infra-estrutura urbana em Naviraí: eram 150, foram reduzidos 50 - V.Exª vê que foi um levantamento rápido -: infra-estrutura urbana em Caarapó: nesse relatório eram 100 mil e também foram reduzidos mais 50. Quer dizer, só aí seriam cinco municípios. Já falei de Coxim; Guia Lopes da Laguna, nesse relatório do dia 18/12, infra-estrutura urbana, 100 mil e, no relatório final passou para 50. Está certo?

O SR. ROBERTO FRANCA - Estou satisfeito, Sr. Presidente. Eu gostaria apenas de fazer um registro, o de que realmente não convence, a mim pessoalmente e a diversos membros desta Casa, de que tenha havido essa possibilidade de delegação; de ter havido uma modificação de tamanha monta, a ponto de aparecerem diversas emendas aprovadas depois da aprovação no Congresso Nacional; modificações significativas, que exigiriam realmente - se fosse haver um remanejamento - um remanejamento, uma modificação de tamanha ordem e exame que, dificilmente, poderia ser feita, até o final de dezembro, durante o período em que essa delegação teria sido feita - o que me faz crer que esse conjunto de modificações, feito no Orçamento de 1992, precisa ser melhor investigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Parece-me que o depoente, quando respondeu a V. Exª, disse que deduzia, que não tinha uma informação precisa no momento.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, citei o exemplo do depoente, porque ele estava participando daquele grupo informal, mas posso assegurar a V. Exª que o levantamento tem sido feito, é bastante abrangente e extremamente preocupante, porque há casos de Parlamentares, Congressistas, inclusive Senadores, que tiveram cerca de 15 a 18 emendas antes rejeitadas e posteriormente aprovadas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Deputado Roberto Franca.

Concedo a palavra ao Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Deputado Flávio Derzi, V. Exª declarou possuir 3.564 reses em sua declaração de rendas do ano-base de 1988; declarou possuir 4.349 reses em sua declaração de rendas do ano-base de 1989 e 3.028 reses no ano-base de 1990. Não declarou reses nos anos-base de 1991 e 1992. Quais os motivos para essa ausência de declaração de reses nesses anos?

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Deputado Zaire Rezende, com o advento desta CPI, quero confessar a V. Exª que não sou um administrador rural dos mais organizados; portanto, vou sair desta CPI perfeitamente organizado, como disciplina.

Realmente, houve um erro técnico, que constatei **a posteriori**, analisando as declarações de Imposto de Renda nos dois últimos anos, se não me engano - não é verdade? -, não foi colocado o número de reses. Todavia, se V. Exª analisar os valores, estão lá: estoque inicial - o valor que representa, vamos dizer, as tantas mil reses -, menos venda no período, mais compra, mais parição, ou seja, produção - quer dizer, as vacas que deram cria - , menos as mortes declaradas, dá o valor final.

Portanto, houve, realmente, um problema técnico - que, a meu ver, não é relevante -, o de colocar o número total de cabeças. Mas da declaração constam os valores correspondentes. Mas está aqui à disposição, Sr. Presidente, Sr. Relator, o DAP, que é uma declaração anual de produtor, muito rígida no Estado de Mato Grosso do Sul, que nós somos obrigados a declarar anualmente. Com relação a esses dois anos que faltaram, 1992 e 1993, estou aqui com um relatório pormenorizado, com todas as declarações. Na Declaração de Imposto de Renda tem valor porque da declaração de Imposto de Renda não constam tantas vacas, tantos touros, tantos bois para engorda, tantos garrotes de dois anos, tantos bezerros, tantas novilhas. Não há essa especificação. Então, são reses. Aqui no DAP há uma declaração pormenorizada. V.Exª só me permitiria não citar, não colocar de uma forma objetiva o número de cabeças, mas está aqui à disposição, e eu passaria essa declaração ao Presidente para ficar à disposição de todos os membros desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Sr. Deputado Flávio Derzi.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu não quero receber porque hoje pela manhã eu solicitei informações da comissão de patrimônio, e a resposta - a Drª não está aqui agora - é que não havia nenhuma irregularidade. Então, se a comissão de patrimônio informa ao Relator que não há nenhuma irregularidade, eu não quero receber nenhum documento do depoente. Recebi essa informação. Pedi de manhã, cobrei de tarde, Dª Cleide foi lá e disse: "Tudo conciliado, não há problema". Então, eu fico com a informação da subcomissão. Eu não vou desprestigiar uma subcomissão da CPI. Então, agradeço, mas não recebo.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, quero prestar agora um esclarecimento ao Sr. Relator. Eu sou membro da subcomissão de patrimônio e fiscal e estou trabalhando em cima das informações que me foram fornecidas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Por quem? Pela sua comissão?

O SR. ZAIRE REZENDE - Pela minha comissão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas a mim não deram. Então, se ao Relator não deram, Deputado, o Relator vai ser coerente, vai ficar com a informação que recebeu da Comissão. Desculpe-me V.Exª, mas oficialmente eu não posso ter outra posição.

O SR. DEPUTADO - Eu, como membro da Comissão, hipoteco solidariedade a V.Exª nessa linha.

O SR. ZAIRE REZENDE - Agradeço.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Infelizmente Dª Cleide não está aqui agora. Mandei de manhã, cobrei de tarde. Resposta: "Tudo conciliado". E eu mandei o levantamento bancário e pedi que fosse checado no patrimônio. Deram-me como tudo correto. Se V.Exª quiser, V.Exª recebe os papéis e lá na subcomissão lhes dá o destino. V.Exª é livre para isso. Eu não recebo nenhum papel para suprir...

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, eu não vou entrar no mérito da decisão do Sr. Relator. Acho que é a Mesa que deve decidir se recebe ou não recebe os papéis.

Sr. Deputado Flávio Derzi, pergunto: V.Exª é proprietário das rádios Tamingo Ltdª, na cidade de Corumbá, e Rádio Itaporã Ltdª, na cidade de Itaporã?

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Deputado, antes de responder, ficam à sua disposição, para uma consulta, essas declarações do número de cabeças, a classificação. Se V.Exª julgar necessário, estão à sua disposição.

O SR. ZAIRE REZENDE - Eu apenas, então, respondendo a essa colocação que V.Exª fez, eu aceito em nome da Subcomissão De Patrimônio E Fiscal.

O SR. FLÁVIO DERZI - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas, se V.Exª aceita em nome da subcomissão, e V.Exª ainda há pouco disse que à Mesa caberia aceitar ou não, V.Exª está atropelando a Mesa.

O SR. ZAIRE REZENDE - Eu tomei o silêncio como negativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. O silêncio, de um modo geral, é o contrário. Quem silencia concorda. (Risos) Mas, já que estamos com um problema interno exposto, o nervo está exposto, eu estou solidário com o Relator, porque não é possível que o Relator, que é quem deve receber exatamente as informações a partir das subcomissões para preparar o questionário que vai fazer, as perguntas, seja surpreendido aqui no plenário com informações inteiramente contraditórias.

Então, se V.Exª recebe em nome da subcomissão de patrimônio, V.Exª cria para mim um problema. Eu prefiro que V.Exª desista de receber, e eu darei depois a decisão pela Mesa.

O SR. ZAIRE REZENDE - Acato a sugestão de V.Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO DERZI - Poderia, Nobre Deputado, formular novamente a pergunta?

O SR. ZAIRE REZENDE - Pergunto: V. Exª é proprietário da Rádio Tamengo Ltdª, na Cidade de Corumbá, e da Rádio Itaporã Ltdª, na Cidade de Itaporã?

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Deputado, eu faço, eu participo, tenho participação - não sei se acionária ou por cotas - de várias emissoras de rádio no Estado. Várias, e a Tamengo, em Corumbá, é uma FM; acho que tenho - não lhe poderia informar agora -, acredito que 20 ou 25%, e na Itaporã também tenho.

O SR. ZAIRE REZENDE - Está bem. Então, segunda pergunta: essas rádios não constam de suas declarações de renda. Que esclarecimento V. Exª oferece para esses fatos?

O SR. FLÁVIO DERZI - É porque elas não dão renda nenhuma; muito pelo contrário, Nobre Deputado, até me dão prejuízo. Até estou procurando vender umas três ou quatro. Talvez seja por isso: não aufiro nenhum resultado, não faço parte da sua administração, da administração, do gerenciamento.

O SR. ZAIRE REZENDE - Mas não foram declaradas como patrimônio.

O SR. FLÁVIO DERZI - Na declaração de bens? Veja bem, pode ser que haja uma falha nesse sentido. Estou com as minhas declarações de Imposto de Renda e até vou checar. Pode ser que haja falhas. V. Exª deve ter dissecado a minha declaração, mas não posso afirmar-lhe agora.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Deputado, em data de 21 de setembro de 1993, V. Exª apresentou ao Banco do Brasil, em Campo Grande, proposta de pagamento de sua dívida para com o banco, por meio da transferência para o mesmo Banco de três fazendas, perfazendo um total de 2.116 hectares, localizadas no Município de Barro Largo, Paraná. Essas fazendas não constam de suas declarações de renda. Pergunto: que esclarecimento V. Exª oferece para esse fato?

O SR. FLÁVIO DERZI - Sr. Presidente, Sr. Relator... Sr. Presidente, volto a afirmar que este assunto não é pertinente ao assunto Orçamento, objeto da Comissão do Orçamento. Veja bem: são operações, quer dizer, são relacionamentos de um empresário rural para com o Banco do Brasil. Eu, como milhares de produtores rurais, fomos altamente penalizados ao longo dos anos, e está aí o resultado da CPI do Endividamento, que comprova a transferência de mais de 20 bilhões de cruzeiros do setor agrícola, do setor de produção, para o setor bancário. E estamos aí aguardando que o resultado desta CPI do Endividamento Rural prospere para dar condições, para que milhares de produtores rurais tenham condições de reduzir pelo menos a sua descapitalização, que foi violenta através dos planos: Plano

Cruzado, Plano Bresser; o último do Collor foi um desastre para a agropecuária nacional. Então, esse assunto não é pertinente ao objeto Orçamento.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, Sr. Deputado, essa CPI foi destinada a apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, referentes às atividades de parlamentares, membros do Governo, representantes de empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União, ou seja, destina-se a investigar possíveis casos de corrupção. Uma das possibilidades dos casos de corrupção é de levar a um enriquecimento ilícito. O enriquecimento ilícito pode levar à criação de um patrimônio oculto. É esse patrimônio oculto que a Subcomissão de Patrimônios investiga. Então, esse foi o motivo da pergunta feita a V. Exª.

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Deputado Zaire Rezende, o meu patrimônio - tenho falado muito em organização agropecuária familiar -, o meu patrimônio, o patrimônio do meu pai, Senador Rachid Saldanha Derzi, do meu irmão Carlos Magno, tem uma origem familiar e de trabalho. Posso afirmar-lhe que representa esse patrimônio mais de 70 anos de luta, que vem do meu avô, Glaucídio Coelho, a quem uma revista de circulação nacional denominou de "boi", quando foi um grande bandeirante, e Mato Grosso do Sul deve muito ao seu trabalho. Foi um homem que abriu e desbravou regiões, formou uma família de doze filhos que têm a sua vida calcada no trabalho. Sem dúvida nenhuma, ele, o meu avô paterno, um imigrante libanês, que chegou ao País com 11 anos de idade e que criou a sua família, constituiu a sua família e consolidou o seu nome como mascate, como marreteiro, no lombo de burros, naquele sertão que era, naquela oportunidade, Mato Grosso.

Então, posso garantir ao senhor, o senhor sendo membro da comissão do patrimônio, que o meu patrimônio é muito bem calçado em cima de origem familiar e de trabalho, através do meu pai, Rachid Saldanha Derzi, que deu continuidade a todo esse trabalho. E, como coloquei no início das minhas declarações, desde o ano de 1978, através de uma procuração - porque trabalhamos como pessoa física - toda administração desses bens passou para a minha responsabilidade através de uma procuração da minha mãe e do meu pai.

Então, tudo isso foi feito com muito trabalho. Recebemos, sem dúvida nenhuma, esta parte material; mas, sem dúvida nenhuma, recebemos um legado muito grande desses dois, dos meus avós, que citei, um legado muito grande de trabalho e de luta. Acredite nisso, Deputado Zaire Rezende.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A pergunta de V. Exª era pertinente. Recebeu a resposta?

O SR. ZAIRE REZENDE - Não recebi, mas estou satisfeito.

O SR. FLÁVIO DERZI - *Eu poderia, se o senhor me permitir...*

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É porque ele já se deu por satisfeito. Fiz a pergunta, porque quando V. Exª achou que era impertinente a explicação dada pelo Deputado Zaire mostra a pertinência com que a Comissão atende a esse problema. Naturalmente que há necessidade de fazer comparações, e essas comparações chegam à elevação do patrimônio, quando for o caso de não ter justificativa. Por isso eu fiz a pergunta se o Deputado se dava por satisfeito.

Senador Mário Covas, V. Exª está com a palavra.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Deputado Flávio Derzi, eu nem pareço mas sou um dos mais velhos aqui. Cheguei à Câmara em 1963 e já naquela época conheci o Deputado Saldanha Derzi. Não tenho uma relação com o senhor seu pai e não tenho o privilégio de ter com o senhor; não tome as minhas perguntas como nenhuma forma de agressão. Mas quero, com esse intróito, simplesmente evitar que V. Exª seja obrigado a todos os prolegômenos que faz antes das respostas. Eu preferia que V. Exª, para nossa facilidade, para que eu pudesse aborrecê-lo o menos possível, para que V. Exª seja o mais expedito possível, tanto quanto possível ficasse nos sins e nos nãos.

Quanto vale uma cabeça dessas que estão aí na sua declaração?

O SR. FLÁVIO DERZI - Senador Mauro Benevides, Senador Mário Covas...

O SR. MÁRIO COVAS - Veja a diferença, V. Exª não sabe nem o meu nome. Eu sei até o de seu pai.

O SR. FLÁVIO DERZI - Isso é uma injustiça, eu tenho uma admiração muito grande por V. Exª.

O SR. MÁRIO COVAS - Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO DERZI - Pode acreditar nisso.

Veja bem, um bezerro desmamado, de 8 a 12 meses...

O SR. MÁRIO COVAS - Não, não é o desmamado.

O SR. FLÁVIO DERZI - ... tem um valor. Uma vaca com cria, ou seja, com um bezerro ao pé, tem um outro valor.

O SR. MÁRIO COVAS - Quanto é que vale?

O SR. FLÁVIO DERZI - Um touro de alta linhagem...A nossa organização tem vários reprodutores nas centrais de inseminação - porque usamos tecnologia de ponta - que têm valores muito superiores. Então se o senhor me indicar a categoria do gado, eu lhe informarei.

O SR. MÁRIO COVAS - Não, eu não falo a categoria do gado, eu falo a categoria que o senhor pôs na sua declaração de renda.

O SR. FLÁVIO DERZI - Veja bem, a declaração do imposto de renda é reses; ele tem e deve ter o valor. Mas são valores médios.

O SR. MÁRIO COVAS - É lógico que é valor médio. Cada boi pesa diferente, cada vaca pesa diferente...

O SR. FLÁVIO DERZI - Exatamente.

O SR. MÁRIO COVAS - Tudo bem, quanto é que vale, em média?

O SR. FLÁVIO DERZI - Em média?

O SR. MÁRIO COVAS - É.

O SR. FLÁVIO DERZI - Em média 300 dólares, 150 dólares um bezerro. Um boi gordo, o senhor multiplica 21 por 20 e dá em torno trezentos e poucos dólares.

O SR. MÁRIO COVAS - Um boi gordo dá 300 dólares, não é?

O SR. FLÁVIO DERZI - Não. Dá mais um pouquinho. Um boi gordo dá uns 360 dólares.

O SR. MÁRIO COVAS - Um boi gordo dá uns 300 dólares; 3.500 cabeças dá...

O SR. FLÁVIO DERZI - Como?

O SR. MÁRIO COVAS - Na sua declaração, há 3.500 cabeças, não é isso?

O SR. FLÁVIO DERZI - Na minha declaração? Não. Acabei de colocar que houve uma falha técnica nos dois últimos anos.

O SR. MÁRIO COVAS - Não estou falando dos dois últimos anos; estou falando de 1990 e de 1991. V. Exª. leu que, num ano, havia 3.500 cabeças; no outro ano, 4.000 ou 3.800 cabeças.

O SR. FLÁVIO DERZI - Exato.

O SR. MÁRIO COVAS - Vamos tomar 3.500 cabeças como valor. São exatamente os anos de 1990 e 1991. Três mil e quinhentas cabeças vezes 300 dólares dariam 1 milhão de dólares? Está correto?

O SR. FLÁVIO DERZI - Não, dá mais um pouquinho, não é Senador Mário Covas?

O SR. MÁRIO COVAS - Mais um pouquinho? Vamos falar em 1 milhão de dólares.

Então, em 1990, quando virou o ano, V. Exª. tinha, só em cabeças, um milhão de dólares. Isso é o que V. Exª. tinha; não é o que a Agropecuária tinha.

O SR. FLÁVIO DERZI - Não existe uma Agropecuária formalizada.

O SR. MÁRIO COVAS - Como não?

O SR. FLÁVIO DERZI - Não existe uma Agropecuária formalizada.

O SR. MÁRIO COVAS - Então, qual é o tipo de relação?

O SR. FLÁVIO DERZI - O produtor rural pode optar...

O SR. MÁRIO COVAS - É lógico que pode.

O SR. FLÁVIO DERZI - O produtor rural pode optar entre trabalhar como pessoa jurídica e como pessoa física. Existe uma organização informal trabalhando em nome do Senador Rachid Saldanha Derzi, dentro de um mesmo esquema de administração...

O SR. MÁRIO COVAS - Há associação de pessoas?

O SR. FLÁVIO DERZI - Rachid Saldanha Derzi, Flávio Derzi e Carlos Magno Derzi.

O SR. MÁRIO COVAS - Uma associação de pessoas?

O SR. FLÁVIO DERZI - Como?

O SR. MÁRIO COVAS - É uma associação de pessoas? É isso?

O SR. FLÁVIO DERZI - Administrativamente, sim.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Exª. chama apenas de Agropecuária, mas não existe nenhuma empresa agropecuária.

O SR. FLÁVIO DERZI - Não, não trabalhamos como pessoa jurídica, mas sim como pessoa física.

O SR. MÁRIO COVAS - Tudo bem. Essa é apenas a sua parte, representada, nesse ano, apenas em cabeças de gado, em 1 milhão de dólares?

O SR. FLÁVIO DERZI - Exato.

O SR. MÁRIO COVAS - *Havia também algumas rádios ou*, pelos menos, havia a participação em algumas rádios, que não apareceram na declaração do Imposto de Renda, mas V. Exª. concorda que havia.

O SR. FLÁVIO DERZI - Não tenho condições de lhe afirmar se apareceram ou não, mas posso...

O SR. MÁRIO COVAS - Tudo bem, mas havia. V. Exª. concorda com isso?

O SR. FLÁVIO DERZI - Pois não.

O SR. MÁRIO COVAS - Veja bem. Vou tentar me ater aos limites do período de Deputado. Volto a insistir com V. Exª.: tome isso como um exercício da responsabilidade nossa.

Vamos pegar o período em que V. Exª é Deputado. V. Exª. ganhou a eleição - quero crer - em 3 de outubro de 1990. É isso?

O SR. FLÁVIO DERZI - Em 1990.

O SR. MÁRIO COVAS - Portanto, no dia 24.10.90, V. Exª. já era Deputado; pelo menos, já havia sido eleito.

O SR. FLÁVIO DERZI - Eu não tinha sido diplomado ainda.

O SR. MÁRIO COVAS - Sim, mas já era Deputado?

O SR. FLÁVIO DERZI - Eleito.

O SR. MÁRIO COVAS - Em 24 de outubro - no final do ano, apenas em cabeças de gado, V. Exª. tinha 1 milhão de dólares -, V. Exª. fez um empréstimo de 60 milhões com o Banco do Brasil.

O SR. FLÁVIO DERZI - Pois não.

O SR. MÁRIO COVAS - Estou citando esse período, porque esse período está ligado à atividade que estamos pesquisando. Era um empréstimo que deveria ser pago em 15 dias; foi feito no dia 24 de outubro, para ser pago no dia 5 de novembro.

Ele teve informações contrárias da agência, mas acabou tendo informação favorável do gerente, que, entre outras razões, diz o seguinte:

> "Por todas as razões de fulcro regulamentar, que contra-indicam a concessão do crédito, seria de se indeferir o pleito. Contudo, convenhamos que se trata de operação emergencial, de curto prazo, de absoluto interesse desta administração, notadamente por favorecer clientes, pela profunda penetração nos tecidos da sociedade."

Parece que esse é o retrato do político, não é? Portanto, sem dúvida nenhuma, levou em conta, naquele instante, o fato de que V. Exª tinha acabado de ser eleito Deputado Federal. De sorte que, a agência não poderia prescindir da representatividade de clientes de tal perfil.

Em 11 de dezembro, deveria vencer o empréstimo, que foi renovado sem pagamento sequer dos juros por mais 32 dias, a dívida se transformou em 110 milhões. Em 06.03.91, a dívida estava em 135 milhões; ela foi transformada em 2 pagamentos semestrais. Em 03.08.92., V. Exª. solicitou a prorrogação dessas dívidas. A última vez de que tenho notícia aqui é em 02.09.92, quando a dívida total já atingia 639 milhões e 20 mil.

É evidente que V. exª. é dono dos seus negócios. Parece-me pouco razoável que um homem que tem a liquidez de V. Exª mantenha uma dívida, que tinha sido feita para 15 dias, por durante dois anos, e - não sei se a informação procede ou não - essa dívida ainda existe enquanto dívida junto ao Banco do Brasil. Isso procede?

O SR. FLÁVIO DERZI - Senador Mário Covas, V. Exª há de convir que, com essa sua pergunta, V. Exª avança em assuntos absolutamente comerciais, que dizem respeito a minha atuação como empresário rural.

O SR. MÁRIO COVAS - Não.

O SR. FLÁVIO DERZI - Não vejo ligação com o objeto principal desta CPI, que é Orçamento.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Exª pode até dizer isso.

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Senador Mário Covas, tenho...

O SR. MÁRIO COVAS - Estou demonstrando claramente que, primeiro, V. Exª pediu empréstimo e já era Deputado. Não foi antes disso; foi depois de ser Deputado.

Em segundo lugar, estou lhe mostrando que o gerente do banco, quando lhe deu, teve em conta esse fato, tanto foi assim que fala no fornecimento do recurso para alguém que tenha alta penetração no tecido social. Isso se prorrogou durante todo o tempo do qual estamos falando. Isso quer dizer que V. Exª tenha alguma culpa em função disso? De jeito nenhum. Estou só especulando a esse respeito, porque a mim me parece razoável que se tente ligar isso a outras coisas. Nem estou indo à origem. Comecei do senhor rico, comecei do senhor com um milhão de dólares só em cabeças de gado. Isso não está em discussão. Estou tentando visualizar os acontecimentos ocorridos enquanto Parlamentar.

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Senador Mário Covas, como administrador, reservo-me o direito de tomar minhas decisões referentes a assuntos que se referem à minha atividade como produtor rural. Reservo-me este direito e entendo que não seria prudente esta CPI avançar em discussões absolutamente comerciais, que se referem a um relacionamento de um cliente, produtor rural, com o banco. Somos clientes muito tradicionais do Banco do Brasil e operamos, há muitos anos, em vários tipos de créditos, como operamos com uma série de outras instituições bancárias.

O SR. MÁRIO COVAS - Está bem. Se V. Exª não quer tratar desse assunto, vamos pegar outra vertente.

V. Exª chegou aqui em 1991. Até onde entendi, seus antecedentes - por ainda ser muito moço - foram uma passagem Secretaria da Fazenda e uma passagem pela Secretaria da Agricultura em seu Estado. Não teve mandatos anteriores a esses?

O SR. FLÁVIO DERZI - Não.

O SR. MÁRIO COVAS - Portanto, quando V. Exª chegou aqui, em 1990, era um homem já acostumado à manipulação de orçamento. Está correto isso? Talvez tenha sido por isso que foi direto para a Comissão do Orçamento. Correto?

O SR. FLÁVIO DERZI - Por indicação do Líder do Bloco, de que o meu partido fazia parte.

O SR. MÁRIO COVAS - *Ninguém vai a não ser por indicação do Líder.*

V. Exª chegou na Comissão do Orçamento em 1991. Que função ocupou lá em 1991?

O SR. FLÁVIO DERZI - Eu era membro suplente da Comissão do Orçamento. E não passou disso.

O SR. MÁRIO COVAS - Como assim? Gostaria que V. Exª fosse mais claro. Não exercitou nenhuma outra atividade?

O SR. FLÁVIO DERZI - Não fui sub-Relator, não fui Relator parcial, que é o termo técnico exato.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Exª mostrou inclusive competência para atuar nessa área. Na relação do que aconteceu em 1992, vejo que, no número de emendas propostas, V. Exª foi o sexto Parlamentar.

O SR. FLÁVIO DERZI - O número de emendas demonstra claramente essa informação de V. Exª. Isso vem me auxiliar. Quero agradecer-lhe porque a média das minhas emendas era baixa.

O SR. MÁRIO COVAS - Não estou aqui para prejudicá-lo.

O SR. FLÁVIO DERZI - Realmente aprovei um número alto de emendas. Coloquei que fui o quinto do meu Estado em valor e o primeiro em número de emendas.

O SR. MÁRIO COVAS - Não consegui encontrar, entre as várias pessoas que estão aqui, outro do seu Estado. De modo que não tenho comparação. Estou comparando com o que aparece como lista dos que maior número de emendas apresentaram.

O SR. FLÁVIO DERZI - Apresentaram ou aprovaram?

O SR. MÁRIO COVAS - Apresentaram. V. Exª apresentou 430.

O SR. FLÁVIO DERZI - Apresentei bastante.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Exª foi o sexto em número de emendas.

O SR. FLÁVIO DERZI - De apresentação?

O SR. MÁRIO COVAS - Mas também não foi muito longe disso no número de emendas aprovadas, foi o oitavo.

O SR. FLÁVIO DERZI - Em número de emendas?

O SR. MÁRIO COVAS - Aprovou 64 das 430 emendas, o que é... Não vejo nenhum mal nisso. É lógico que isso não acontece normalmente com quem chega no primeiro mandato, a não ser que traga um cabedal, que traga algum conhecimento da matéria, o que era o caso de V. Exª, que já tinha passado por uma Secretaria da Fazenda.

No ano seguinte, 1992, V. Exª continuou como membro suplente da Comissão?

O SR. FLÁVIO DERZI - Titular.

O SR. MÁRIO COVAS - Em 1992, V. Exª foi sub-Relator. Foi nesse ano que mudou o Relator?

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Senador Mário Covas, não fui sub-Relator, não exerci o cargo de Relator parcial, por ser membro suplente. No ano de 1992, para elaboração do Orçamento de 1993, fui membro titular, mas também não exerci, não ocupei nenhuma relatoria parcial.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Exª apenas fez parte daquele núcleo que ajudou o...

O SR. FLÁVIO DERZI - ... fui convidado informalmente, junto com outros parlamentares, a assessorar informalmente o Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. MÁRIO COVAS - O que mostra novamente a capacidade de V. Exª, que chegou aqui...

O SR. FLÁVIO DERZI - Ou conhecimento sobre a matéria ou talvez especialização, como queira.

O SR. MÁRIO COVAS - O Sr. José Carlos Alves dos Santos, quando esteve aqui, referiu-se a V. Exª, em meio a suas declarações, dizendo o seguinte: "João Alves também falava em fulano de tal...do Deputado Flávio Derzi e do pai dele, o Senador Rachid Saldanha Derzi".

V. Exª é amigo do Sr. José Carlos?

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Senador Mário Covas, o parlamentar que ocupou ou que participou da Comissão de Orçamento, como membro ou como interessado - e há um número muito grande de parlamentares que, embora não sendo membros, participam de uma forma ativa nas reuniões -, acho muito difícil, repito, ele dizer que não conhece o Sr. José Carlos dos Santos.

O SR. MÁRIO COVAS - Em 1992, V. Exª já o conhecia?

O SR. FLÁVIO DERZI - Em 1991 eu já o conhecia na Comissão de Orçamento e tive com ele um relacionamento funcional. Era um assessor de prestígio, de competência e exercia uma posição importante dentro da Comissão de Orçamento.

O SR. MÁRIO COVAS - O que V. Exª chama exatamente de relacionamento funcional?

O SR. FLÁVIO DERZI - Creio que V. Exª participa de várias comissões temáticas aqui no Senado federal; óbvio. V. Exª deve ter um relacionamento funcional com os técnicos que assessoram as comissões temáticas de que V. Exª faz parte.

O SR. FLÁVIO DERZI - Então, para saber se eu tenho, preciso saber o que quer dizer um relacionamento funcional?

O SR. FLÁVIO DERZI - O relacionamento de um deputado com um assessor técnico que chegou a ocupar, no Congresso Nacional ou no Senado Federal - não tenho precisão -, a Diretoria de Orçamento

O SR. MÁRIO COVAS - Que propriedades V. Exª e sua família têm que constituem esse acervo?

O SR. FLÁVIO DERZI - Veja bem: V. Exª estava falando de José Carlos. Agora é outro assunto?

O SR. MÁRIO COVAS - A menos que V. Exª não queira que eu pergunte...

O SR. FLÁVIO DERZI - Estou absolutamente à sua disposição e tenho o maior interesse em esclarecer todas as suas dúvidas.

O SR. MÁRIO COVAS - Então, desculpe-me, mas quem escolhe as perguntas sou eu.

O SR. FLÁVIO DERZI - Pois não; é que sou meio lento de raciocínio. Perdoe-me, Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Exª tem me convencido de muita coisa, mas disso V. Exª não vai me convencer.

O SR. FLÁVIO DERZI - Mas estou a sua disposição. V. Exª me fez uma pergunta sobre as propriedades rurais. Estou a sua disposição.

O SR. MÁRIO COVAS - Tudo bem. A minha pergunta é a seguinte: V. Exª só se dedica a atividades de terra, de gado ou atividade agrícola?

O SR. FLÁVIO DERZI - Agrícola também.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Exª possui aviões?

O SR. FLÁVIO DERZI - Dois.

O SR. MÁRIO COVAS - Normalmente V. Exª vem para cá nesses aviões?

O SR. FLÁVIO DERZI - Não; são aviões que ficam à disposição dos nossos administradores setoriais, dos nossos gerentes, dos executivos que, sob meu comando, administram as propriedades. As nossas propriedades são distantes geograficamente, temos fazenda no Pantanal, lá no extremo Sul...

O SR. MÁRIO COVAS - Sei, mas V. Exª não vem para cá nesses aviões normalmente?

O SR. FLÁVIO DERZI - Não; não venho.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas V. Exª normalmente vai de avião ou volta de avião.

O SR. FLÁVIO DERZI - Utilizo muito táxi aéreo.

O SR. MÁRIO COVAS - Alguma vez V. Exª utilizou o táxi aéreo Sêneca II da Planalto Táxi Aéreo?

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Senador Mário Covas, agradeço-lhe muito por essa pergunta. (Risos)

O SR. MÁRIO COVAS - Fico satisfeito. V. Exª certamente não vai se aborrecer com a minha indagação.

O SR. FLÁVIO DERZI - Em hipótese nenhuma.

O SR. MÁRIO COVAS - Tenho certeza de que estou lhe ajudando bastante.

O SR. FLÁVIO DERZI - Como coloquei, logo após a citação do meu nome e do Senador Rachid Saldanha Derzi, naquela reportagem da **Veja**. Posso colocar, sem exagero, nobre Senador Mário Covas: passamos até por um processo de linchamento pela grande imprensa.

Sr. Presidente, membros desta CPI, o **Globo** coloca: Deputado Flávio Derzi encabeça a lista de passageiros do Sêneca do José Carlos. Senador Mário Covas, utilizei por várias oportunidades a Plata Táxi Aéreo, uma empresa que não sabia quais eram os seus sócios, uma empresa registrada no DAC, com o guichê no Terminal 2. Eu a utilizei, em várias oportunidades, como utilizei outras empresas de táxi aéreo. Tenho um "sanguezinho" libanês, que me faz pechinchar os vôos e fazer o orçamento antes de utilização desses serviços.

O SR. MÁRIO COVAS - E a vida andava dura, não é Deputado?

O SR. FLÁVIO DERZI - Anda. Eu luto muito, pode estar certo disso. V. Exª não pode imaginar o sacrifício que é produzir hoje neste País, de dar emprego para mais de 400 famílias.

No dia 24/07/73, fiz um vôo na aeronave Cesna 402, prefixo PT-OG com destino a Pontaporã, minha terra natal, cumprindo compromissos políticos em Campo Grande. Pago com cheque nº 447610, Banco do Brasil, agência Câmara dos Deputados, no valor de 105 mil.

No dia 19/08, vôo na aeronave Lear Jet, prefixo PT-LAU, com destino a mesma Pontaporã, pago com cheque...

O SR. MÁRIO COVAS - A notícia do jornal é verdadeira?

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Senador Mário Covas, estou com toda franqueza e com toda objetividade lhe respondendo.

O SR. MÁRIO COVAS - É verdadeira?

O SR. FLÁVIO DERZI - Lógico que não é! Agora, por favor, V. Exª me permita continuar esse relatório que é muito importante para mim.

O SR. MÁRIO COVAS - A notícia do jornal diz que em três meses o senhor viajou três vezes.

O SR. FLÁVIO DERZI - Viajei cinco vezes.

O SR. MÁRIO COVAS - Cinco vezes. Então, a notícia é verdadeira.

O SR. FLÁVIO DERZI - Usei o avião Sêneca, usei os serviços da empresa Plata Táxi Aéreo, registrada no DAC, estabelecida no Terminal 2, pagando com cheque do Banco do Brasil. Inclusive, aproveito a oportunidade passo ao Presidente e ao Relator todos os recibos desses vôos e os contratos de fretamento, que comprovam que não utilizei esse avião Sêneca, poderia até ter utilizado esse avião porque ele estava a serviço dessa empresa de Táxi Aéreo.

O SR. MÁRIO COVAS - Nenhuma das vezes que o senhor voou foi nesse avião?

O SR. FLÁVIO DERZI - V. Exª interrompeu meu relatório, Senador. Eu lhe falei que utilizei o serviço da Plata por cinco oportunidades: no avião Cesna 402, e nas outras quatro oportunidades utilizei um Lear Jet.

O SR. MÁRIO COVAS - Não estou muito afeito a essa terminologia. O avião citado é esse avião Sêneca 2 de que se fala aqui?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O senhor me permite intervir aqui? Senado Mário Covas. O Deputado Flávio Derzi passou-me às mãos o relatório. E, pelo que se vê aqui, ele não andou no Sêneca; ele andou no Cesna e quatro vezes no Lear Jet.

O SR. MÁRIO COVAS - Portanto, a notícia não é verdadeira.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Desculpe intervir... Como?!

O SR. MÁRIO COVAS - Portanto, a notícia que está aqui...

O SR. FLÁVIO DERZI - Nobre Senador, essa notícia é leviana, essa notícia me machucou muito. Outra coisa, Senador Mário Covas: não tenho a sua expressão nacional, não tenho a sua capacidade política que tem acesso fácil à mídia. Tentei desmentir essa notícia, nobre Senador Mário Covas, em vão.

Durante uma hora e meia, estive com dois jornalistas de **O Globo**, no outro dia, apresentei todos os documentos originais, até a cópia dos cheques com que paguei o vôo, que solicitei ao Banco do Brasil. Acho que saiu meia linha ou uma linha.

O SR. MÁRIO COVAS - V.Exª teve toda a oportunidade de desmentir. V.Exª diz que a notícia que está aqui...

O SR. FLÁVIO DERZI - V.Exª; agradeço-lhe, está me dando essa oportunidade.

O SR. MÁRIO COVAS - Muito bem. Portanto V.Exª nunca voou com o Sr. Crisóstemo de Oliveira pilotando o avião, pelo menos que V.Exª saiba?

O SR. FLÁVIO DERZI - É sócio do avião? Aí eu teria, Senador, que pedir informações para o DAC para ver qual é o comandante, para ter as informações de qual era o comandante. Eu contrato uma empresa pelo menos idônea, porque tem registro estabelecido no DAC, e me presta bons serviços.

O SR. MÁRIO COVAS - Uma última pergunta: há muita gente que tem grandes áreas na fronteira, que opera, às vezes, dentro e fora do País, pelo menos em operações financeiras. Sabe-se, por exemplo, que muitos dos que têm pecuária na fronteira, ou naquela região, acabam se valendo, também, de instituições financeiras que ficam fora do Brasil. Uma das instituições mais conhecidas nesse aspecto é o Banco Del Paraná, que fica em Pedro Juan Caballero. V. Exª tem conhecimento dessas transações?

O SR. FLÁVIO DERZI - Acredito que, certamente, V. Exª não deseja me constranger com uma ilação com relação a um relacionamento comercial escuso com o vizinho país do Paraguai. Certamente.

O SR. MÁRIO COVAS - Me perdoe, eu não vou lhe responder isso.

O SR. FLÁVIO DERZI - Conheço Pedro Juan. Fui criado, nobre Senador, em Ponta Porã.

O SR. MÁRIO COVAS - Um minuto! V. Exª não tem nenhuma razão de admitir que as perguntas que eu estou lhe fazendo impliquem em qualquer ilação.

O SR. FLÁVIO DERZI - Certamente.

O SR. MÁRIO COVAS - Se eu tivesse que fazer ilação, eu lhe faria diretamente.

O SR. FLÁVIO DERZI - Pois não.

O SR. MÁRIO COVAS - Estou tentando colocar as perguntas que acho que tenho obrigação de colocar. Comecei dizendo que não levasse isso como coisa de natureza pessoal.

O SR. FLÁVIO DERZI - Eu lhe agradeço, nobre Senador.

O SR. MÁRIO COVAS - Estou fazendo aquilo que suponho seja a minha obrigação.

O SR. FLÁVIO DERZI - Eu lhe agradeço, nobre Senador. O senhor, por favor, me faça a gentileza de repetir a ...

O SR. MÁRIO COVAS - A pergunta que eu lhe fiz é a seguinte: é conhecido que, na região de fronteira, muita gente que trabalha na área da pecuária, acaba trabalhando nos dois lados da fronteira. Há regiões específicas onde isso ocorre de forma mais usual. Um dos lugares em que isso ocorre muito é na região de Pedro Juan Caballero, onde, particularmente, um banco é conhecido por ter grandes transações com gente que opera naquela área. O que lhe perguntei é se V. Exª tem conhecimento dessas transações.

O SR. FLÁVIO DERZI - A CPI da evasão de recursos veio apresentando informações e dados alarmantes. Acho que não vale a pena se preocupar com esse relacionamento comercial entre o Brasil e o Paraguai. Acho que o Congresso e um Senador da sua estatura devem se preocupar com os volumes que saem do sistema produtivo brasileiro e vão a caminho das ilhas, dos paraísos fiscais e da Suíça.

Se existem brasileiros que têm conta ou se relacionam com bancos de Pedro Juan Caballero? Acredito que devam existir. Particularmente, o Deputado Flávio Derzi não tem, como produtor rural, nenhum tipo de relacionamento comercial com o Paraguai; e, quanto menos, relacionamento comercial de cliente com o Banco Del Paraná, que V. Exª citou.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª. Pergunto ao Relator se ainda quer usar da palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Gostaria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, antes de entrar nas últimas perguntas, eu queria colocar uma questão que para mim é relevante. É a seguinte: aqui, quando foi questionado contrato com o Banco do Brasil por parte do Deputado Flávio Derzi, S. Exª alegou que era área privada e que estava fora do alcance desta CPI. Acontece que, sem querer dar uma palavra final, a Constituição da República proíbe Deputado

contratar como pessoa de direito público, salvo se se tratar de contrato de cláusulas padronizadas. Então, está colocado para nós, sobretudo para o Relator, o seguinte problema: se na análise da situação dos Parlamentares investigados, nós nos depararmos com uma situação dessa, ou seja, com infração, por parte do Parlamentar, à norma constitucional. Vamos nos considerar inibidos de declarar essa quebra do decoro ou nós vamos declará-la como questão incidental.

Acho muito importante resolver isso logo porque, se não resolvermos isso previamente, isso vai desaguar no parecer final. E para que termos uma discussão, se podemos resolvê-la antes?

De modo que, Sr. Presidente, deixo essa questão para reflexão de todos. Eu próprio não estaria agora em condições de dar uma opinião final. Temos que aprofundar. Mas é uma questão concreta. Já existe questão dessa natureza pendente de solução e outras que, certamente, vão surgir, como agora surgiu.

Mas isso é apenas o cuidado para não nos esquecermos de que essa é uma questão relevante.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª se refere ao texto constitucional que diz que é defeso aos parlamentares, a partir da diplomação isso, isto e aquilo?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E a partir da posse, isso, isto e aquilo?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É nesse ponto, então, que V. Exª levanta a questão?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Levanto-a porque a tese do Deputado é a de que, primeiro, é um assunto particular. Aí acho que não procede porque a pessoa física é o Deputado. Embora sendo agricultor, pecuarista, não perde a condição de Deputado. Então, aí acho que ele não tem razão. Agora, ele pode ter razão no segundo argumento: de que esse assunto foge ao âmbito desta CPI. Ele pode ter. Não digo que tenha. Porque, se V. Exª exercesse essa atividade através de pessoa jurídica, tudo bem. Mas, como pessoa física, aliás, acho até que é um elemento que V. Exª pode levar como uma norma a ser estudada: o Deputado da família não contratar com o Banco do Brasil, salvo se se tratar de contratos padronizados.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pode, desde que o contrato tenha cláusulas padronizadas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Cláusulas uniformes.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Uniformes. Mas quem é que pode...? Eu não sei se tem.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas temos um caso aqui, e o Senador sabe, na Caixa Econômica, que ele levantou e a Caixa informou que não são uniformes. Não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - De qualquer maneira a questão está levantada.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Está levantada e, evidentemente, talvez até seja o caso de se pedir um parecer. V. Exª entende minha preocupação, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É no sentido de que essa discussão não vá se dar já com o parecer do Relator colocado.

Eu queria ainda fazer algumas poucas perguntas ao Deputado Flávio Derzi.

Deputado, V. Exª é sócio ou administrador da empresa A. FONSECA S/A?

O SR. FLÁVIO DERZI - Não sou.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nem conhece essa empresa?

O SR. FLÁVIO DERZI - Conheço. É uma empresa do Mato Grosso do Sul, tradicional.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E a SEMEL LTDª?

O SR. FLÁVIO DERZI - Conheço. É uma empresa tradicional.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - ENGECAN LTDª?

O SR. FLÁVIO DERZI - Empresa do Mato Grosso do Sul.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - HIDROSSOMAT LTDª?

O SR. FLÁVIO DERZI - Empresa do Mato Grosso do Sul. Mas todas médias, pequenas empresas do Mato Grosso do Sul.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Acho que V. Exª tem o direito de saber por que estou perguntando. É o seguinte: é que há um trabalho feito pela Subcomissão de Emendas, cruzando Deputado, emenda e empreiteira. E, nas emendas de V. Exª, essas empresas aparecem como empreiteiras. Não sei se V. Exª tem condições de confirmar. Talvez não tenha.

O SR. FLÁVIO DERZI - Não teria condições. Não teria condições de afirmar. Mas é provável que são empresas que atuam em Mato Grosso do Sul.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não. Era somente isso, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, só para uma informação, que talvez seja relevante para esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certamente relevante.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Com relação ao requerimento do Deputado Maurício Najar, eu queria informar que obtive a informação relativa à emenda do Deputado Flávio Derzi, da Prefeitura de Aral Moreira, relativa à escola. Quando da sua aprovação, em valores orçamentários, ela tinha um valor de quinze mil dólares aproximadamente. E aquele valor - duzentos e setenta e seis milhões, setecentos e pouco - acabou sendo liberado em três ordens bancárias, que estão registradas também junto ao SIAFI, e em três valores diferentes

no segundo semestre de 92, que são valores tais como 19 mil dólares, 15 mil dólares, 12 mil dólares, sempre em torno de 92 milhões de cruzeiros reais, somando 276 milhões, 760; portanto, cerca de 48 mil dólares.

Acredito que seja relevante a informação solicitada pelo Deputado Maurício Najar, porque há os dois casos em que houve aquele remanejamento e aumento de 1 bilhão sobre o que eu, pelo menos até agora, não consegui obter esclarecimento. Esperamos por essa informação adicional que nem eu nem o Deputado Maurício Najar dispúnhamos quando formulada a pergunta.

Sr. Presidente, quando da pergunta que fiz relativa ao viaduto de Três Lagoas - graças ao bom humor com que V. Exª conduz os trabalhos -, acabamos debatendo o assunto da palmeira imperial, que não era, efetivamente, o mais relevante.

Portanto, quero ressaltar que, naquela questão, o mais relevante é aquela cláusula especial que determina:

> "Os recursos necessários à execução dessa obra serão a fundo perdido, que se viabilizará ficando a empresa vencedora da concorrência pública com a responsabilidade de viabilizá-los às suas expensas o mais urgente possível".

É muito pouco usual que uma empresa seja a responsável por viabilizar os recursos que são do Governo Federal. Era este ponto que eu queria ressaltar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Jarbas Passarinho*) - *Senador Eduardo Suplicy*, agradeço porque, quanto à primeira parte, V. Exª sabe que já está deferido por mim o requerimento. Então, se essa informação de V. Exª pode ser, desde logo, anexada ao requerimento, tanto melhor.

Quanto ao problema das palmeiras, é diferente, visto que os três primeiros inquiridores levaram sessenta minutos - vinte para cada. De modo que, hoje, tivemos um número bem menor de inscritos mas praticamente o mesmo tempo de inquirição.

Pergunto ao Deputado Flávio Derzi se ainda deseja fazer alguma colocação.

O SR. FLÁVIO DERZI - Sr. Presidente, voltando ao assunto do viaduto, confesso-lhe que o prazo que tive para me preparar para esse depoimento foi muito curto. Mesmo assim, eu passaria a esta Presidência todo o processo que se desenvolve no Município de Três Lagoas com relação a essa obra. Tenho certeza de que isso irá contribuir - e muito - para que o Relator analise os autos, bem como auxiliará os trabalhos da CPI como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não foi a primeira vez que o depoente se referiu à falta de tempo. Ainda há pouco, no decorrer do depoimento, S. Exª disse, até agradecendo uma intervenção, que tinha trabalhado no fim de semana todo para obter boas informações. Mais ainda, houve um momento em que eu disse a V. Exª, quando tivemos o nosso encontro, que eu indeferiria o seu pedido de ter o conhecimento prévio de informações, porque essa tem sido a regra que tenho adotado. V. Exª, quando se defendeu, passou-me à mão este documento, que foi encaminhado por mim à Subsecretaria de Emendas, no dia 25 de novembro. Não tive resposta, mas V. Exª pôde trazê-lo.

O SR. FLÁVIO DERZI - Se V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Parabenizo V. Exª por ter conseguido aquilo que desmoralizou a minha decisão.

O SR. FLÁVIO DERZI - Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho, eu consegui essa cópia depois de dez dias que a imprensa tinha publicado essa denúncia. Assim, fiz um apelo à Subcomissão depois de ter lido a denúncia no jornal...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E ela, comovida...

O SR. FLÁVIO DERZI - E já era pública a denúncia, pois tinha sido publicada ou vazada; então me foi entregue.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Que isso não sirva de regra, que a Subcomissão de Emendas não seja tão comovedora e, ao mesmo tempo, tão comovida. Mas, meus parabéns.

O SR. FLÁVIO DERZI - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, eu gostaria de agradecer a esta Mesa e, principalmente, a todos os Congressistas que fazem parte desta CPI, pela forma altamente positiva com que me deram oportunidade de fazer determinados esclarecimentos, contribuir para o debate. Continuo absolutamente à disposição de V. Exªs para qualquer tipo de esclarecimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião à 0h46min.)

Depoimento do Sr. José Luiz Maia

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Srs. membros desta Comissão, vamos dar início à nossa reunião de hoje para ouvir o nobre Deputado José Luiz Maia. O vice-Presidente fará as perguntas de estilo.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - José Luiz Martins Maia.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - 55.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Em Teresina, Avenida Dom Severino 1.183. Em Brasília, SQN 202, Bloco K, Aptº 302.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Advogado, empresário e político.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar em que exerce atividade?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Piauí e Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos tomar o compromisso.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - "Juro dizer a verdade, somente a verdade do que sei e do que me for perguntado".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Deputado José Luiz Maia, V. Exª disporá do prazo máximo de uma hora, em assim querendo utilizá-lo, para sua exposição original.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Presidente, Sr. vice-Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

1. Inicialmente, quero manifestar publicamente minha indignação pelas declarações do Sr. José Carlos Alves dos Santos, publicada pela Revista **Veja** com referência a minha pessoa.

2. Diante das infames declarações, tomei as seguintes providências: imediatas no primeiro dia útil ao seguinte da circulação da revista:

a) Interpelei judicialmente o referido senhor junto ao Procurador-Geral da República, com quem estive pessoalmente em audiência. Coloquei-me à disposição desta CPI, e para cá enviei toda documentação referente às minhas contas bancárias, declaração de Imposto de Renda e também as de minha mulher.

b) Quando aqui compareceu o Sr. José Carlos Alves dos Santos e diante das câmaras para todo o País, disse que, "com certeza", eu era sabedor da existência de um suposto esquema de distribuição de "subvenções sociais", interpelei-o e, frente a frente, dele recebi, como resposta, apenas a declaração de que achava que eu sabia. (As notas taquigráficas comprovam o diálogo que com ele mantive.)

4. Mesmo assim, algumas matérias ainda foram publicadas maldosamente envolvendo minha pessoa. Seguramente, plantadas por algum adversário político, tentando atribuir-me atitudes que não tomei e bens que não possuo, conforme pode ser visto na documentação que já encaminhei à CPI.

5. Quando pensei estar tudo esclarecido, surgiu material apreendido na residência do Sr. Ailton Reis, suposta referência ao meu nome e possivelmente as minhas iniciais. Essas referências estariam ligadas a emendas apresentadas por parlamentares, envolvendo interesses de uma certa empreiteira. Emendas essas com as quais nada tive a ver.

6. Sr. Presidente, esse fato me deixou revoltado e perplexo pela irresponsabilidade de quem o fez. A suposta menção das iniciais de meu nome, JLM nos papéis apreendidos pela Polícia Federal, na casa do Sr. Ailton Reis, não se relacionam com emendas de minha autoria.

7. Quero esclarecer a V. Exª que não conheço o referido cidadão e nem com ele jamais mantive qualquer entendimento por negociações. Não participei da elaboração das emendas assinaladas com as iniciais JLM que foram formuladas por outros colegas, como posso provar, e sobre os quais não quero levantar nenhuma suspeita, pois essa é uma atividade eminentemente parlamentar.

8. A primeira dessas emendas que, inclusive induziu a eminente figura que integra esta CPI é um equívoco. O seu relatório aponta a emenda drenagem da zona sul de Natal, como sendo de minha autoria.

Sr. Presidente, quero passar às mãos de V. Exª o documento do PRODASEN que é a folha do DOU que revela a autoria do autor da emenda.

9. Sobre a segunda emenda de que trata a construção da adutora de Pedro II no meu Estado, desejo dizer a esta Comissão que até poderia assiná-la porque se trata de uma obra da maior importância, de uma região implantada no semi-árido, numa região seca e que precisaria dessa obra.

Mas quero, também, Sr. Presidente, passar às mãos de V. Exª o documento do PRODASEN que comprova que a autoria dessa emenda não tem nada a ver com o meu nome, José Luiz Maia.

Diante disso, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, agradeço a oportunidade de estar aqui para esclarecer qualquer dúvida que ainda paire sobre minha vida pessoal e parlamentar, bem como sobre minha atividade como empresário e político.

Estou à disposição desta CPI, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concluída a breve exposição do nobre Deputado José Luiz Maia, cabe a palavra ao nosso nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, nobres Senadores e Deputados, ilustre Deputado José Luiz Maia:

Deputado, V. Exª integrou a Comissão de Orçamento em que anos e em que funções?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu entrei para a Comissão de Orçamento quando suplente, em 89. Fui alçado à condição de titular, parece-me que no mês de outubro, lá pelo dia 04 ou 05, e fui eleito seu 3º Vice-Presidente.

Em seguida, fui escolhido pelo meu partido para ser Relator parcial do SDR, Sr. Relator.

Concluída a votação desse Orçamento, eu saí da Comissão. Até hoje continuo afastado dela.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Deputado, nos papéis da ODEBRECHT, nos primeiros, revelados à opinião pública - aqueles que nós poderíamos rotular de papéis do Relatório Bisol - há folhas manuscritas, com diferentes datas, com nome de Deputados, de obras, de funções e anotações de outras declarações.

Na primeira página, que é um documento de 09 de abril de 92, nós encontramos a sigla SDR, certamente, Superintendência do Desenvolvimento Regional, o nome de V. Exª por extenso e uma chave com a indicação de duas obras: ETA - ETA, para os que não sabem, é uma expressão muito conhecida e diz respeito à estação de tratamento de água - então, temos ETA-Pirapama.

V. Exª conhece essa obra, tem notícia dessa obra de Pirapama ou não?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, Sr. Presidente. Eu pediria que me mostrassem a anotação.

Eu gostaria de citar de que Ministério é essa...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É exatamente Secretaria do Desenvolvimento Regional, da qual V. Exª foi relator parcial, se não me engano, em 91 para 92, não é isso?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Para 92.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, tem SDR, o nome de V. Exª por extenso, uma chave, ETA-Pirapama, que, por sinal, é uma obra em Pernambuco, na grande Recife, igual 2/3%.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Relator, peço, já que usei de pouco tempo para fazer um relato...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas eu não terminei a pergunta. Aliás, eu não fiz a pergunta, ainda.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Está certo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Peço a V. Exª... não é?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu não conheço a obra.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Certo.

ETA-Pirapama, 2/3%, embaixo SG (maiúsculos) e, finalmente, uma segunda obra: Drenagem...

Deixa eu ver aqui, na versão para a datilografia dá como ilegível. É drenagem. Talvez, adiante, possamos até...

Então, o nome de V. Exª é colocado com a chave e essas duas obras.

A minha pergunta seria exatamente esta:

1º - Se V. Exª conhece a obra. Não a conhece?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não conheço.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tem lembrança se houve, no seu relatório, alguma dotação para essa obra, já que V. Exª foi relator parcial?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu preciso esclarecer, até invocando alguns testemunhos.

Fui relator do SDR em situações adversas. Aquela secretaria dispunha de um volume de recursos muito pequeno para atender à pressão de aproximadamente 3.400 e poucas emendas que foram apresentadas naquela oportunidade. Como fui coordenador da bancada do Nordeste, na Assembléia Nacional Constituinte, fizemos aquele grande movimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive, com o apoio de outros parlamentares; sofri pressões para que acolhesse, dentro daquela escassez de recursos, algumas emendas de valores insignificantes para alguns parlamentares, Sr. Relator. Assim foi feito - e pediria aqui o relatório nº 11 - com essas emendas cujo percentual maior era no valor de 100, 150 mil cruzeiros e a grande maioria oscilava entre 10 e 20 mil cruzeiros, porque era uma maneira de contemplar a todos os parlamentares naquela oportunidade. À época havia um conselho de todos os partidos que participavam da Mesa para analisar preliminarmente esses pareceres setoriais. Essa reunião era presidida pelo Deputado Sérgio Gaudêncio. O Senador Eduardo Suplicy participou de muitas dessas reuniões, todos os partidos lá estiveram. O Deputado José Gaudêncio era do PDT, o Deputado Clóvis Assis, também o

representava nessas reuniões e esse relatório sofreu críticas. A primeira delas é que o Governo estava atribuindo à Secretaria de Desenvolvimento Regional uma ação muito ampla de superposições, atropelando outros setores, porque ela passaria a fazer determinados tipos de obras que eram objetos de outros Ministérios.

A eminente Deputada Irma Passoni, a primeira a se insurgir contra essa pulverização, porque achava que o relator não tivera oportunidade de corrigir essa falha, já que era uma falha da lei, era do Congresso Nacional que havia criado aquela Secretaria e que não nos cabia, na discussão do Orçamento, fazer qualquer reparo a não ser, posteriormente, numa modificação de lei. Reclamava, inclusive, dos valores da emenda, alegando - o que está aqui, nas notas taquigráficas daquela reunião, e está assinalado, às quais passarei ao Sr. Presidente e ao Sr. Relator - que esses valores simplesmente ao invés de melhorar, agravava essa pulverização, a situação.

Ela dizia claramente que com esses valores não se poderia começar qualquer obra, porque sequer as construtoras poderiam instalar ali os seus canteiros de obras. Na mesma linha de raciocínio, aliás, me faz uma ressalva elogiosa no relatório: acha que a intenção do relator foi muito boa, que me conhecia de há muitos anos e que não tinha nada contra a pessoa do relator, mas, sim, a ampla ação que estaria sendo atribuída ao SDR. Em seguida vem o Deputado Paulo Hartung, do PSDB, com o mesmo raciocínio, protestando quanto à essa pulverização. Estão aqui assinalados todos esse pontos.

E ficou decidido também, nessa mesma reunião, com a presença de todos os partidos, que lá estiveram, que este relator transformasse essas emendas em sugestão ao Relator-Geral. Na oportunidade também, Sr. Relator, foi encaminhado a essa relatoria, vários documentos de bancadas estaduais: do Governo de Pernambuco, do Prefeito de Recife, do Prefeito de Olinda, do Governador de São Paulo, de Minas Gerais, do meu Estado, de Sergipe, e outros parlamentares, para que se fizesse emendas de relator sem qualquer valor, para que se pudesse, em identificando-se acréscimo de receita, o Relator-Geral, então, fazer a adequação necessária com os valorès que julgasse possíveis de serem alocados. E quero também pedir o relatório, que vou passar às mãos de V. Exª, onde aparecem todas essas emendas, Sr. Relator, sem qualquer valor ao seu lado.

O meu relatório foi feito como forma de sugestão, ante à escassez de recursos que era imposta pelo relatório parcial que havia sido aprovado pela Comissão.

De modo, Sr. Relator, que a minha participação - e quero passar esses documentos como prova de que esse relatório foi depois ao plenário, aprovado -,e quero destacar mais uma vez, foi a primeira vez que emenda de relator foi submetida ao plenário da Comissão e não um ato isolado do relator.

O relator sugeriu, e aqui estão. Foram 61 emendas de relatores apresentadas, mas a nenhuma delas, Sr. Relator, foi atribuído valor pelo Deputado José Luiz Maia.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, embora não considere esta uma matéria importante, porque acho que ter mais ou menos recursos, depende da área, da prioridade, da estratégia, enfim, e depende também das diretrizes, se é que havia diretrizes na Comissão de Orçamento, embora não empreste importância a esse número, em 1992 V. Exª apresentou 566 emendas. Tem esse número aí?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, absolutamente. Não apresentei 560 emendas.

Acolhi emendas de parlamentares...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Certamente, como sub-relator.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Como sub-relator apresentei 61 emendas e estou entregando a V. Exª os documentos que comprovam essas emendas. Estão em suas mãos. Eu daria e, se me permite, faria a leitura de cada uma aqui.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª tem todo direito de contestar, e se tiver tempo, no final, vou checar os números. Vou dar para V. Exª, pois acho que a hora é esta, porque V. Exª tem o direito de ter a informação de que em 1990, pelo que tenho em mãos, vindo da Comissão de Emendas, V. Exª apresentou 35 emendas e aprovou 08. Em dólares, para considerar uma moeda constante, as emendas apresentadas chegariam a 517 milhões e as 08 emendas aprovadas chegaram ao valor de apenas 2 milhões e 800 mil.

Em 1991 apresentou 181 emendas, aprovou 62. Mais uma vez uma grande defasagem. V. Exª apresentou emendas no valor de 324 milhões e só aprovou emendas no valor de 18,5 milhões de dólares.

Em 1992 é o que estou lhe dizendo. Parece-me que essas emendas que lhe são atribuídas são as chamadas emendas de relator.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não há problema. V. Exª tem o direito de contestar. Daria aqui, numa versão preliminar, um valor superior a 1 bilhão de dólares.

Mas V. Exª contesta esses valores. Eu vou lançar e no final nós voltaremos, se for o caso, a tratar delas.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Tenho aqui a relação nominal de cada uma, a quem foi atendido, os valores e até a liberação desses valores, Sr. Relator.

O que eu assinei, Sr. Relator, foram exatamente 61 emendas de relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tem V. Exª o valor dessas 62?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Teria que mandar somar, mas tenho o valor unitário de cada uma delas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim, mas veja, nobre Deputado, são 62 emendas!

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não posso ter o valor porque elas saíram da minha relatoria sem esses valores, sem valor nenhum. Elas foram incluídas...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Porque esse número de 62 aparece como sendo das emendas aprovadas em 1991...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Para 1992.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Para 92, exatamente.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - São 61 emendas, não 62.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Agora, em 1992, é que aparecem 566 emendas.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Minhas emendas?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois é.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não sou nem da Comissão de Orçamento!

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, Deputado. Estou informando. V. Exª tem o direito de contestar.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - É um erro brutal.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perfeito. E, em 1993, 45.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Tenho um relatório de todas as minhas emendas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não acho isso importante, já disse desde o início, mas acho que número não há, porque deixá-lo impreciso.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Exatamente. Vou ouvir V. Exª...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Acho que é interesse de V. Exª, inclusive.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Gostaria só que o senhor repetisse, por gentileza: 91...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Vou mandar tirar uma xerox e lhe entrego uma cópia.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Ótimo! Porque vou responder ao senhor com documento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Isso.

Bem, a minha próxima indagação a V. Exª diz respeito, ainda, ao mesmo manuscrito da ODEBRECHT, documento datado de 23 de março de 1993: Adutora Pedro II, que já vi aqui que foi uma emenda coletiva da bancada.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não senhor, a emenda que lhe passei é uma emenda individual. Pode até ter outra emenda coletiva da bancada.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, V. Exª, no ano seguinte, é que fez uma individual. A primeira não foi coletiva?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não senhor, não fiz nenhuma emenda para a adutora de Pedro II. Não sou autor de nenhuma emenda para a adutora de Pedro II. Passei a V. Exª, agora mesmo, a emenda que me é atribuída e que não é de minha autoria. Passei agora para o Presidente, V. Exª está com elas nas mãos. Não quis citar o nome do parlamentar por uma questão de ética. Se V. Exª não tiver, quero passar novamente a V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, se está aqui, nós saberemos no final, porque o Relator perquiri duas vezes.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Está bem!

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, tem a Adutora Pedro II. Temos aqui emenda parcial, Emenda P, em seguida, JLM. Foi V. Exª relator dessa emenda em algum momento?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu não era da Comissão de Orçamento. Nesse período do Orçamento de 1993, estive viajando, estive em missão fora do Brasil, viagem oficial. Cheguei aqui, exatamente, dois dias antes do Orçamento. Votei e fiz uma viagem com o eminente Senador Esperidião Amin à cidade de Erexim. Quando voltamos, à noite, havia uma reunião convocada com as Lideranças de todos os partidos e foi o único momento em que tomei conhecimento desse Orçamento, Sr. Relator, para discutir o corte. O PT, o Senador Almir Gabriel, todos os outros defendiam um corte linear e, desse corte, a alocação de recursos para atender à saúde, que está em dificuldade; posteriormente, um saldo que sobrou foi atribuído aos partidos para fazer um rateio com os seus parlamentares.

Eu tomei a seguinte decisão: convocar um representante da Liderança no meu partido para uma reunião na Liderança com todos os parlamentares que tinham emendas e destaques apresentados até aquela data daquela reunião. Eles fizeram essa reunião, acertaram, porque cada partido teria um percentual para cada parlamentar. Se não me falha a memória, foi o acerto que fizeram, com a participação do PT, do PDT, de todos os partidos nessa reunião.

E a única coisa que fiz, Sr. Relator, foi, depois do entendimento dos meus parlamentares no partido - porque não foram só os que eram da Comissão -, concordar e dizer um "de acordo" para encaminhar ao Sr. Relator-Geral essa matéria.

Portanto, não fazia parte da Comissão de Orçamento, não tenho a menor responsabilidade com a aprovação dessa emenda.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Bem, V. Exª contestando a segunda, contesta a terceira automaticamente. A terceira, da mesma data, tem o seguinte teor: Drenagem Zonal Sul, Ministério do Bem-estar Social, RP = (JLM = 0.765 sobre 13.430 x 4% = 0,23%).

Não sei qual é essa matemática, não sei exatamente qual é esse...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Este é outro assunto que já passei às mãos de V. Exª, que é uma emenda de um parlamentar do Rio Grande do Norte, contra o qual não quero que paire qualquer dúvida. Essa emenda não é de minha autoria. Acho que isso foi um raciocínio de um louco, só posso dizer que foi. Não tenho nenhuma vinculação com essa cidade, a não ser de respeito e de admiração, mas também passei às mãos do Presidente e está com V. Exª o autor dessa emenda. E as circunstâncias são as mesmas, porque eu não participava e nem participei da Comissão de Orçamento de 1992 a 1993.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Bem, encerraríamos aqui o capítulo dos chamados papéis ODEBRECHT, na versão, de acordo com o parecer do Senador Bisol.

Temos os segundos papéis que são, na realidade, decorrentes da degravação dos disquetes. E nós temos aqui algumas referências de menor importância; apenas referências nominais. A única que poderia ter importância está apenas com iniciais e nós não podemos dizer que seja V. Exª o referido.

"Programa:

Drenagem dos canais da região metropolitana do Recife, Projeto Nassau - Pernambuco, a cargo da prefeitura - Órgão SDR". Aí tem, "SG-JLM (2/3%)".

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu fui relator e essa emenda de relator foi feita por mim também, sem qualquer valor. E o senhor conhece, perfeitamente, o prefeito de Recife, nesta época. Eu nunca estive tratando desse assunto com o prefeito. Recebi apenas um pleito da bancada de Pernambuco e o incluí.

Nunca permiti ao Sr. Ailton Reis que fizesse qualquer conjectura de apoiamentos políticos para as minhas campanhas futuras. Com esse cidadão eu nunca tive nenhuma tratativa, não o conheço. Conheci-o aqui, quando ele prestava seu depoimento. De modo que não posso ser responsabilizado por um assunto que é unilateral, diria que até, de maneira perversa, porque ele está envolvendo aí nomes de figuras da maior respeitabilidade neste País.

Vi aqui, há pouco tempo, alusões à solicitação de recursos para apoio de campanha que a própria CPI, de certa forma, considerou descaracterizado porque não havia documento nenhum. E não acredito que aquilo seja verdade. São exercícios que ele fez sem consultar ou sem pensar em qualquer outra coisa aí, porque eu não tenho nenhuma responsabilidade com algo que não fiz. E duvido, Sr. Relator, que encontrem qualquer documento meu nessa empresa, nesses caixotes, nesses disquetes ou em qualquer Ministério, fazendo pleito para acompanhar a tramitação ou a liberação de tais recursos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, o último papel que eu tenho, mais uma vez manuscrito, ou seja, este é disquete...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) -... mas nos papéis dos disquetes, ou melhor, nas anotações dos disquetes, mais uma vez também sem nome por inteiro, só as iniciais, diz respeito ao esgotamento sanitário do canal de Salgadinho - Maceió - Alagoas. V. Exª relatou alguma vez essa matéria?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Qual é o ano que conta aí, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Os disquetes não trazem o ano. Os papéis, manuscritos, cada um deles tem uma data. Os disquetes não têm.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Qual é o Ministério?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É o seguinte: órgão: Ministério da Saúde - FNS.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, senhor. Aí deve haver um erro, porque não...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Esgotamento sanitário do canal de Salgadinho - Maceió - Alagoas.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não foi. A minha deve ser JTM, aí no caso, mas eu não acredito que... Eu nunca relatei nada de Ministério da Saúde.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Bem, então resumindo, V. Exª contesta,...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Absolutamente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) -... seja porque não tinha ligações ou não propôs emendas com valores, ou porque estava no exterior no momento em que foi votada a matéria?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, senhor. Eu estou contestando é porque eu nunca relatei nada do Ministério da Saúde.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não. Eu falo tudo que nós conversamos até agora sobre os papéis da ODEBRECHT.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Hã, o relatório... A ODEBRECHT eu contesto veementemente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim. Mas são três argumentos distintos.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - São três argumentos. Primeiro, quando fui relator atendi à bancada de Pernambuco...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Fazendo as Emendas sem valor.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Fazendo as Emendas sem valor, que o senhor está com o documento nas mãos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sem valor.

A segunda razão é que quando tratamos ainda dos manuscritos em que tivemos aqui a obra do Nassau, no Recife, e de Pirapama, V. Exª estava viajando. Estava na Europa. Não estava nem aqui.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não. Nessa época do canal de Nassau, se for no relatório da SDR, atendi ao apelo do prefeito. Mas também estava na mesma situação, sem valor definido.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim, Deputado. Mas é que o que estamos dizendo está sendo gravado.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu estou sabendo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, é preciso que fique muito claro.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - E é, exatamente, o que estou tentando, deixar aqui claro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É do nosso mútuo interesse que as coisas fiquem claras. Então, vamos recapitular: quanto à ETA do Pirapama e da drenagem - ilegível, não sabemos de que - com o nome de V. Exª, por extenso, V. Exª respondeu que apenas acolheu a emenda, sem valor, da bancada de Pernambuco, não é isto?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Na segunda hipótese, que foi emenda parcial - JLM, com aquele valor de 0,21 -, V. Exª afirmou que, inclusive, estava fora do País nessa época.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, quero dizer para o senhor...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não estava fora?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Essa emenda de drenagem da Zona Sul, não é isto?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, aqui já é Adutora Pedro II.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Adutora Pedro II...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A drenagem da Zona Sul - não sei se é Zona Sul, aqui está ilegível.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - É, Natal.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ela e Pirapama que, aliás, a datilografia lhe atribui quatro obras, mas eu verifico que são só duas. As outras duas são um equívoco: colocaram as quatro obras no mesmo caixão, no mesmo quadro, quando V. Exª, na realidade, só está em duas. É por isto que estou usando, aqui, o manuscrito e não a datilografia. E esta, aqui, acho que está muito clara, porque o senhor declara que fez a emenda, está certo? A ETA e a drenagem.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu quero, se o senhor me permitir - e, aí, eu preciso, Sr. Relator, ler as emendas de relator que fiz...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, Deputado, não precisa.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Mas, Deputado Roberto Magalhães, porque as emendas que fiz de relator, sinceramente, estão todas aqui neste papel.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tudo bem. Agora, sabe o que acontece?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Agora, eu posso até ter acolhido emenda de algum parlamentar de Recife, de Pernambuco, para incluir recursos e não me lembro. Eu me lembro das de relatores, mas as emendas de parlamentares é muito difícil, porque eu atendi um sem-número de emendas.

Agora, se o senhor me permitir - já que eu não usei o tempo, a hora....

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Está bem, V. Exª lerá, não tem problema. Mas vamos, primeiro, colocar essas três obras porque V. Exª já respondeu exaustivamente e vai findar na degravação uma coisa que, talvez, não nos esclareça mutuamente.

Então, primeiro: SDR - Superintendência do Desenvolvimento Regional, José Luiz Maia; ETA/Pirapama e Dragagem - Zona Sul. A resposta de V. Exª é que foi relator parcial, atendeu pleitos, inclusive da bancada de Pernambuco, mas fez as emendas sem valor, deixando para que o relator-geral colocasse os valores.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Na segunda, que é a Adutora Pedro II, V. Exª afirma que não assinou nenhuma emenda.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não assinei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não assinou, não foi relator e que estava fora do País, inclusive quando foi votado.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu cheguei dois dias antes da votação final do Orçamento. Viajei...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estava fora do País e chegou dois dias antes.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Cheguei e viajei para Santa Catarina, em 13 de março. Viajei com o Senador Esperidião Amin, para Erexim, lá no Rio Grande do Sul.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E a terceira, que é da mesma data, que é a drenagem da Zona Sul, vale a mesma resposta de V. Exª.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Exatamente. A drenagem da Zona Sul...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não relatou.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não relatei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estava fora e chegou nas vésperas.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Deputado Roberto Magalhães, eu não sou autor dessa emenda, viajei e não acompanhei a tramitação do Orçamento...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Exatamente isto.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Cheguei aqui, no Brasil, e viajei com o Senador. Cheguei no dia 12 e viajei no dia 13 com o Senador Esperidião Amin.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Com relação ao único assunto que argüi a respeito dos segundos papéis da ODEBRECHT, ou seja, dos disquetes - construção da ponte sobre o rio Poti, em Teresina, Piauí, foi isto?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não. O senhor está falando agora sobre ela.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não. Então, dá licença. (Pausa) "Drenagem dos canais da região metropolitana de Recife", não é isto?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Exatamente. Foi emenda de relator, como o senhor falou.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Esta, também, V. Exª reconhece que foi....

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Emenda de relator, atendendo ao pedido do prefeito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Também sem valor.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sem valor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E ficou para ser atribuído pelo relator-geral.

Tem outras anotações que acho secundárias e, por isto, não vou argüí-lo sobre elas.

Bem, Sr. Deputado, V. Exª sabe que isto aqui não é um tribunal. Nós não estamos aqui para julgar, estamos aqui para investigar. E a nossa grande curiosidade é saber o porquê dessas anotações a mão nos primeiros papéis da ODEBRECHT e nesses segundos. V. Exª não tem nenhuma idéia, nenhuma versão, nenhuma hipótese para nos ajudar a descobrir o sentido desses papéis?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Olha, Sr. Relator, a citação do meu nome pelo Sr. José Carlos me chocou profundamente. Magoou-me, feriu-me e mudou completamente a minha vida. Mas lhe confesso que o que mais me afetou foi a irresponsabilidade dessas anotações, com as quais não tenho a menor responsabilidade. Nunca tratei de qualquer assunto orçamentário, de qualquer outra natureza, com esse cidadão; nunca fiz qualquer apelo a essa construtora para que me desse apoio em minhas campanhas futuras. É um assunto para mim absolutamente estranho, e digo a V. Exª, num gesto de ira, de absoluta irresponsabilidade, porque ele envolve nomes de pessoas da mais alta dignidade nas suas elucubrações, e não posso, com toda sinceridade, ser responsabilizado por um papel que é feito de maneira unilateral.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não, Sr. Deputado.

Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito. No final voltarei a tratar sobre aqueles números que ficaram...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perfeito. Pergunto ao Senador Eduardo Suplicy se quer usar a palavra agora?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho, Deputado José Luiz Maia, gostaria de passar às mãos de V. Exª um documento que foi, inclusive, citado pelo Deputado Roberto Magalhães - por favor - e são controles da ODEBRECHT encontrados na residência do Sr. Ailton Reis. Todos eles se referem a obras da empresa ODEBRECHT, no Orçamento de 1992, que trazem as suas iniciais - JLM manuscritas no topo da folha. V. Exª mencionou há pouco que algumas das emendas, mencionadas pelo Deputado Roberto Magalhães, não seriam de autoria de V. Exª. Entretanto, gostaria que examinasse as emendas aí citadas, se poderia identificar como suas, as emendas que estão aí relacionadas. Eu poderia ajudar...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não. Esta emenda é de relator que fiz, atendendo exatamente a um apelo do prefeito de Recife.

O SR. EDUARDO SUPLICY - A primeira: Projeto Nassau.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Projeto Nassau.

O SR. EDUARDO SUPLICY - A segunda...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - A segunda emenda é uma construção da ponte do rio Poty em Teresina. Teresina, como todos conhecem, é uma Mesopotâmia. Ela precisa de acesso, a cidade, em sua zona leste, precisa de várias pontes, e é uma reivindicação permanente do Estado, do município a construção de várias pontes. A emenda eu fiz, está sendo construída pela Construtora Lourival Parente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sei. A terceira: Saneamento ambiental na Lagoa do Oiteiro, em Penedo - Alagoas.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, a terceira ainda é a mesma que está aqui. Construção do rio Poty. A quarta...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não, mas constando outra de saneamento ambiental da Lagoa do Oiteiro em Penedo.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Lagoa do Oiteiro foi uma emenda de relator, atendendo a um pleito do Deputado Antônio Holanda, que é o representante majoritário

daquele município. Também, Senador, naquela mesma circunstância em que V. Exª assistiu, foi feita sem valores.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Certo. Por último a construção do hospital universitário em Teresina; são duas emendas, também de autoria de V. Exª, não é?.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Senador, houve um momento, e quero aqui esclarecer a V. Exª duas coisas. Primeiro, essa sigla que está aqui não é a minha, é JP e PM, não sei o que lá. Não é minha. Quando se criou aqui aquela modalidade de emendas coletivas, toda a bancada do Piauí atendeu ao apelo da Universidade Federal. É o único Estado do Brasil que não conta com um hospital federal. E, aliás, atendi ao reitor sem maiores pretensões, pois foi um apelo que acho que não me poderia furtar em atender, porque se tratava de uma obra da maior importância para aquela universidade. Mas não tratei do acompanhamento dessa emenda, sequer sei se foi liberada.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Deputado Luiz Maia, esses documentos parecem ser controles para a liberação de recursos junto ao Governo, pois essa informação consta como sendo um pleito registrado em cada um dos documentos. Qual seria a razão de se inserir o nome do autor da emenda nos documentos de controle da solicitação de liberações?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Em nenhum momento procurei qualquer Ministério para tratar dessa matéria. Digo-lhe com toda sinceridade que não posso fazer qualquer avaliação por uma anotação unilateral do Sr. Ailton Reis. Nunca tratei com ele sobre essa matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Preciso insistir numa questão já formulada.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu preciso esclarecer; estou aqui para isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Essa é uma questão já levantada pelo Sr. Relator, mas acho que preciso repetir para ter maior precisão.

O fato de existir percentuais ao lado de suas iniciais, como no caso do Projeto Nassau, 2 a 3%, não indica que isso seria a remuneração da empresa àqueles que a ODEBRETCH chama de seus parceiros em diversos documentos? Pois, assim, está escrito nos documentos da ODEBRETCH.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Senador, tenho uma longa convivência com V. Exª, interrompida no período em que foi para São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - De 1983 a 1987 estivemos juntos.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - V. Exª conhece minha vida, sou um homem modesto, de hábitos familiares, e não creio que V. Exª esteja fazendo qualquer ilação de que isso aqui seja um pagamento à minha pessoa por esses trabalhos.

V. Exª está querendo um esclarecimento e estou lhe dando uma resposta. Estou ferido, porque não tenho nenhuma responsabilidade com o que fez esse cidadão, inclusive com Senadores da maior respeitabilidade, contra os quais não acredito que possa pairar qualquer dúvida. De modo que esse assunto, Senador, não tenho como lhe responder. Foi uma atitude unilateral, e dessa empresa, confesso a V. Exª, não tenho qualquer responsabilidade, no que diz respeito à obra ou com qualquer assunto que ela esteja envolvida.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas talvez V. Exª possa, até como interessado no esclarecimento disso, procurar junto à CPI explicar as razões, o porquê, por exemplo, que as liberações davam liquidez aos projetos da organização, possibilitando a formação do que denominavam lucro líquido ajustado, sobre o cálculo do percentual de remuneração dos ditos parceiros. Diante de tantas evidências, que outra explicação poderia haver para que a ODEBRECHT ou o Sr. Ailton Reis colocasse tais percentuais?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Confesso a V. Exª, e já disse que não tenho mais que responder sobre isso. Trata-se de uma atitude unilateral. Não tratei desse assunto com ele e nem lhe dei o direito, porque não o conheço para fazer qualquer elucubração sobre isso. E digo mais a V. Exª, também não sei se essas emendas foram liberadas ou não. Confesso-lhe que não fiquei satisfeito com o pedido de desculpas que ele me fez, aqui, no plenário. Estava aguardando o momento de vir a esta CPI, porque fui - e o Sr. Presidente sabe muito bem disso - o primeiro parlamentar a comparecer a esta CPI, mandando os documentos das minhas contas bancárias, minhas declarações de Imposto de Renda e coloquei-me inteiramente à disposição para esclarecer qualquer dúvida sobre minha pessoa neste processo. Nunca fugi. E quero dizer mais, Senador, sempre fiquei em Brasília, aguardando o momento certo de vir aqui para poder esclarecer. Agora, Sr. Senador, não posso absolutamente lhe responder por um assunto que foi tomado, como ele disse aqui, de maneira unilateral, e eu digo que irresponsável com relação a mim e a tantos outros.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Em outro documento, nós encontramos um relatório de avaliação da participação da ODEBRECHT no Orçamento de 1992, onde V. Exª, como citou, foi relator da Secretaria de Desenvolvimento Regional...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Em 1992 não...

O SR. EDUARDO SUPLICY - No Orçamento de 1992; durante 1991 para 1992.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Aí, sim, está certo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sendo este um dos órgãos mais visados pelas empresas construtoras.

Relatam que no projeto de lei encaminhado ao Congresso, conseguiram introduzir 66 obras, representando 390 milhões de dólares, graças à atuação desse esquema de organização da ODEBRECHT junto a governadores e parlamentares para o envio de ofícios, dentre outras formas de pressão.

Nos relatórios parciais foram acrescentados 54 milhões de dólares. Vou ler um trecho dessa avaliação que diz o seguinte - palavras de diretores da ODEBRECHT:

> "Obtivemos no Orçamento Geral da União para 1992, 27 indicações de relatores parciais que foram atendidas pelo relator-geral, num total de 94 milhões de dólares para a ODEBRECHT."

Verificamos aqui que as empreiteiras tinham muito apreço pelas apresentações de emendas e indicações dos relatores parciais. Este mesmo apreço se verifica na empresa SERVAZ, que incluiu o nome de V. Exª numa lista de pagamentos por ter aprovado emenda para obra da AGESPISA, no Orçamento de 1991, conforme diz a Revista **Veja**, de 3 de novembro.

Deputado José Luiz Maia, V. Exª há de entender que tenho de fazer essas perguntas.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - E eu quero isso. V. Exª está me dando uma grande oportunidade, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Como V. Exª explica que nas duas empreiteiras investigadas mais a fundo por esta CPI, tanto o caso da SERVAZ quanto o da ODEBRECHT, V. Exª figura com destaque em ambas?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Senador, eu sou um político influente no meu Estado. Sou um político que trabalha e que luta, não só pelo Piauí, mas por toda a região Nordeste.

Esse cidadão me procurou mais de uma vez no meu gabinete, pedindo para que eu assinasse essa emenda da AGESPISA. V. Exª pode olhar na Revista **Veja** que ele não faz alusão a qualquer percentual do meu lado. Só fala que JLM, emenda da AGESPISA.

Passo às mãos do Presidente certidões que pedi à Comissão de Orçamento, que provam que eu nunca fiz a emenda que foi solicitada pelo Sr. Onofre Vaz para o sistema de abastecimento de água de Teresina.

Aqui estão todas as emendas que foram por mim aprovadas para o meu Estado, - desde 1988 até este Orçamento. E essa emenda, eminente Senador Eduardo Suplicy V. Exª me deu uma grande oportunidade de tirar mais essa pecha de cima de mim - eu não a fiz.

Aqui estão todas as certidões da Comissão de Orçamento, ano a ano, e V. Exª não vai encontrar, nem nas emendas aprovadas e nem nas que foram rejeitadas, qualquer emenda destinada a essa empresa.

Fui obrigado a pesquisar essa obra. É uma obra, nobre Senador, financiada pela Caixa Econômica de Federal, no Governo passado, o qual eu fazia oposição. Apoiei o Governo do ex-Governador Alberto Silva, e depois nós rompemos com ele, quando ele estava nas tratativas para implementação dessa obra, e o atual Governador do meu Estado fez uma ação dura em cima desse problema de superfaturamento. mas ela não é obra de recursos orçamentário e sim de recursos financiados pela Caixa Econômica.

Vou passar às mãos do Presidente, naturalmente V. Exª vai ver, uma certidão de todas as emendas que fiz para o meu Estado, alias que fiz durante o meu período de vida orçamentária aqui no Congresso Nacional. Não consta, não existe emenda do Deputado José Luiz Maia para o sistema de abastecimento de água da AGESPISA.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Para concluir minha argüição, lembro-me que V. Exª acompanhou de perto o que ocorreu na conclusão do Orçamento de 1992. V. Exª, certamente, se lembra daquilo que foi delegado ao Deputado Relator Ricardo Fiúza. Era possível a todos os parlamentares membros da Comissão Mista de Orçamento, até às 16 horas do dia 19 de dezembro de 1991, entregar a ele eventuais modificações. Por exemplo, se um parlamentar tivesse 100 milhões de cruzeiros para cidade "a", se ele quisesse poderia dizer: "prefiro que seja na cidade "b" e "c". Então, por escrito, isso deveria ter sido entregue ao Deputado Ricardo Fiúza até às 16 horas daquele dia. Até esse horário ele poderia fazer modificações de erro e de fato a fim de que ao se iniciar a sessão do Congresso Nacional, às 19 horas daquela tarde, tivéssemos já a redação final aprovada.

Era esse o entendimento que também V. Exª tinha, ou V. Exª entendeu que poderia o relator, após aprovação da redação final, estar acrescendo, modificando o Orçamento da União, como acabou-se registrando no PRODASEN?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Quero dizer a V. Exª, em rápidas palavras, duas coisas. Foram dois momentos aquela célebre reunião do dia 18 da Comissão de Orçamento, da qual V. Exª. participou conosco, lá, também por proposta do Deputado Paulo Hartung, representando as lideranças todas. V. Exª sabe que o Paulo Hartung, o Deputado Eduardo Jorge, V. Exª, o Senador Almir Gabriel e tantos outros que participavam daquela discussão - Deputado Clóvis Assis e Carlos Caiado, que é membro desta Comissão, mas que está ausente -, todos ali, naquele momento, decidiram e o Deputado Paulo Hartung foi o porta-voz para que se desse ao relator-geral a oportunidade - já que havia quase que mil e trezentos destaques e não havia tempo, material de equacionar -, que desse a ele a autoridade para que pudesse tentar implementar aqueles destaques e trazê-los à votação no dia 19.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Portanto, naquele mesmo dia.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - A reunião foi no dia 18, primeira reunião. No dia 19 o Deputado Ricardo Fiúza trouxe uma lista enorme - parece. O Deputado Genoíno, Victor Faccioni admitiram não fosse lido, que ele fizesse aquelas adequações necessária

daquela matéria. Essa matéria foi votada com base numa lista - V. Exª viu lá, uma pilha imensurável, V. Exª estava no plenário naquele mesmo dia.

Então até aí, eminente Senador, eu sei, porque no dia 20 viajei para meu Estado, Piauí, passei o Natal. Voltei no dia 27, 28 para preparar uma viagem à China que tive a alegria de fazer, liderada pelo Deputado Vivaldo Barbosa, mais os Deputados Aloizio Mercadante, Gastone Righi, Haroldo Lima.

Não sei, sinceramente, o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já havia passado 7 minutos, por isso tive que interromper.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Muito obrigado Sr. Presidente.

V. Exª já esteve, por espontânea vontade e por iniciativa própria, junto a alguns companheiros na Subcomissão de Bancos para dar conta e explicações pela sua movimentação bancária e financeira, que registra índices além da sua remuneração parlamentar, decorrentes das suas atividades. Como há, nessa movimentação, um registro do ano de 92, que é mais elevado do que a média dos anos anteriores, quase o dobro dos anos anteriores, queria que V. Exª - inclusive porque a manifestação foi exclusiva para aqueles parlamentares - pudesse, diante desta Comissão, dar as explicações por essa sua movimentação financeira, que é além das remunerações parlamentares normais.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Perfeitamente. Essa é uma oportunidade muito importante para mim

O que me motivou a ir à Subcomissão de Bancos? Estava na minha Liderança, no final da tarde - e aí vou invocar, de novo, o testemunho do Presidente do meu partido -, quando lá chegou um jornalista trazendo-me valores absolutamente exagerados de que eu teria, no mês tal, não sei quantos milhões de dólares e, inclusive encontrei o eminente Deputado Aloizio Mercadante, a quem muito respeito, e comentei esse assunto com S. Exª. Procurei o Presidente da Comissão e disse a S. Exª : - Olha, eu estou precisando, porque essa notícia é séria. Fui buscar os meus extratos de conta. Não sou muito organizado, não sou totalmente organizado nem totalmente desorganizado, e mostrei ao jornalista o erro que havia sido incorrido, na administração daqueles valores.

Por isso, Sr. Presidente, eu não forcei nem pedi a V. Exª, em nenhum momento, tenho tido, até por uma questão de ética, de respeito, eu nunca procurei o Presidente Jarbas Passarinho para tratar de qualquer assunto que evitasse a minha vinda ao plenário desta Comissão. Fui o primeiro a se oferecer a vir aqui depor. Quero deixar isso bem claro - V. Exª estava comigo. Sempre fui pequeno e médio empresário no meu Estado, desde 1965. Tenho um projeto agroindustrial, aprovado pela SUDENE, na qual dei entrada antes de ser parlamentar. É um projeto de cláusulas uniformes, um projeto de produção de leite, de alimentos, que, graças a Deus, vem funcionando muito bem, porque sempre quis mostrar que a SUDENE e a SUDAM poderiam ou poderão ser um grande instrumento de geração de emprego e de riquezas para a Região Nordeste. Tenho um projeto que vem funcionando muito bem. Além disso, tenho a minha atividade de produtor rural. Sou vocacionado para a produção de matrizes leiteiras, com melhoria de raças, através de um processo de inseminação artificial, e como as vacas não só parem fêmeas, normalmente utilizo aqueles touros, aqueles garrotes para fazer uma troca, no sentido de ter também um pouco de engorda lá na minha propriedade. A par dessa atividade de pecuarista, e V. Exª pode ver na minha declaração de renda que estão constando aí o meu rebanho, as minhas ações, eu desenvolvi outros programas de produção irrigada, de semente selecionada, semente de capim que, hoje, é um dos grandes negócios. Se tiver alguém aqui de Mato Grosso ou de outro Estado, sabe que é um grande negócio a venda de sementes de capim, de hortifrutigranjeiros. Produzo sementes de milho, de feijão, de arroz selecionado. Produzo leite, que forneço, pois, no meu projeto tem uma pasteurizadora de leite.

Então, Sr. Deputado, tenho outras rendas que não a de Deputado. O meu salário de Deputado deve corresponder, aproximadamente, a 25% do meu movimento bruto. E vou mais além ainda para lhe esclarecer: se se fizer uma média, porque há um engano, muito gente pensa que você fazer uma circulação de dinheiro, principalmente nas atividades que tem, pensam que é dinheiro que fica parado na conta, mas é dinheiro que circula, que entra, sai, volta, sai de uma empresa para outra, que volta para uma atividade. Há um sistema de vendas futuras, por exemplo, de engorda. Então o cidadão chega e diz: "quero te pagar uma parte".

No Nordeste não estamos ainda totalmente organizados no que diz respeito à questão de frigorífico; as declarações das cédulas G, as vendas agrícolas, geralmente, são incluídas na declaração do Imposto de Renda, apuradas no final para pagar, no meu Estado. A partir do meio do ano passado forçamos e ele criou a categoria de produtor rural; desde esta data começamos a ter uma caixa diário com toda movimentação e notas fiscais que são extraídas. No passado, essas coisas não aconteciam, recebíamos os recursos, fazíamos os depósitos, não podíamos ficar com eles parados, havia aquela circulação de dinheiro.

Quer dizer, não sou só um Deputado Federal, tenho uma atividade, tenho duas empresas que rendem recursos.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Antes de prosseguir queria chamar a atenção do Sr. Presidente de que, como V. Exª não utilizou o tempo inicial, certamente, está utilizando-o nas respostas, agora. O Deputado José Luiz Maia não fez a explanação inicial, por isso está, realmente, demorando nas respostas exatamente para dar as explicações. V. Exª compreenderá na administração do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo. Mesmo quando o depoente responde quase que silabicamente V. Exª sempre tem o prazer de passar dos 10min.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Vou tentar ser mais breve.

Mas, Deputado, eu havia feito a pergunta de maneira específica. No ano de 92 há uma diferença grande com relação aos anos anteriores, pois vai acima de 900 mil dólares de movimentação, quase chegando a 1 milhão de dólares. Nos anos anteriores, realmente, foi quase a metade disso, 400, 500 mil dólares. Como a atividade agrícola - segundo informação da Receita Federal - V. Exª não declarou, tendo renda em 89 e 90. Em 1990 só fez investimentos de custeios, sem Receita.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Vencimento de investimentos.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Exatamente, em 91 com a renda não muito expressiva, em torno de 67 mil dólares; mas, no ano de 92 há uma renda expressiva de atividade agrícola, 243 mil dólares, o que poderia explicar o avanço para mais de 900 mil dólares de movimentação financeira de 92. Mas ainda não é o suficiente, V. Exª poderia fornecer alguns detalhes?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sabe V. Exª que não se começa um projeto de cima para baixo. Um projeto agrícola é lento e gradual, e no setor agrícola tem-se uma série de dificuldades, há o aspecto natureza que influi; em que pese eu estar numa área que diria ser um privilégio, um oásis dentro do meu Estado, porque tenho, aproximadamente, no meu projeto, uma área de 2.561 hectares mais 1.700 e poucos hectares que, somados, dariam mais ou menos 4.000 e poucos hectares, todos eles bem situados e implementados.

V. Exª há de convir que em 91 ele começa a crescer, porque é quando o negócio começou a ser fortalecido. Aí é que vem o problema da circulação dos recursos. Agora, se não fosse esta CPI, eu estaria hoje transformando todas essas atividades para o processo industrial, tirando isso da minha pessoa física, para o processo da empresa. Infelizmente, tive que permanecer em Brasília não sendo possível fazê-lo. Ainda, em 93 haverá um movimento razoável.

Gostaria de lembrar V. Exª que temos, não só na venda de novilhos, na venda de bois de engorda, na venda de sementes selecionadas de arroz, milho e tudo, que justificam plenamente - já que o senhor está vendo aí, quero dar-lhe uma média anual entre despesa, saque, diria entradas e saídas - uma média de, aproximadamente, 480, 470, se for um pouquinho mais é um assunto que me foge à memória, mas minha circulação final, ao longo desses cinco anos, em função dos projetos que tenho e da empresa, é em torno disso, eminente Deputado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito. Eu compreendo, Deputado, a questão da circulação, aí, mas a origem? Porque se não veio de renda, de atividade agrícola, e como também não há declaração de dividendos, a origem dos recursos que se movimentam, eu tenho aqui, só em 92, um dado...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - A minha receita em UFIR e em dólar. Eu tive a minha receita líquida em dólar, em 92, em torno de quatrocentos e poucos mil dólares, está declarado no Imposto de Renda. Eu transformei eu UFIR e em dólar, no último dia...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito. Essa é uma das diferenças que a Receita aponta, porque, exatamente, há um ingresso de rendimentos tributados e não-tributados neste período, nesta faixa, mas a movimentação financeira foi um pouco mais do dobro disso. Justamente, como é que se compatibiliza isso?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Porque foi exatamente na fase de maior maturação de meu projeto. Está aqui declarado no Imposto de Renda, e se eu lhe der a informação, são 5 milhões 368 mil cruzeiros e 80 centavos, transformados em dólar, do dia, dá em torno de 433 mil e 400 dólares, foi o rendimento líquido que eu tive em 92. Então, tudo isso aqui está plenamente justificado. E quero dizer mais uma coisa: até o eminente Relator fez alusão a isso aqui, no depoimento do Deputado Flávio Derzi. Nós temos uma série de rendimentos, de atividades do setor rural, que você inclui no movimento e faz, no final, são rendimentos não-tributáveis. Você faz a soma final destaca aquela parcela que vai ser tributada e aplica o percentual de tributação. E é exatamente o que acontece com a minha declaração de renda, que bate ano a ano.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Talvez algumas das origens porque realmente, V. Exª ainda não focalizou a questão da origem mesmo.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - A origem, são vendas de gado. Eu tenho aqui, em 92, eu vendi 576, se não me falha a memória, 587 cabeças de gado. Dessas, foi em torno aí, de trezentas e poucas novilhas. Eu tenho aqui o rendimento da atividade rural líquida, em torno de 338 mil UFIRs. E as outras atividades que tenho. Agora, o senhor há de convir que temos vendas futuras. V.Exª faz vendas para entregar na frente, a questão da engorda: V.EXª recebe, V.Exa. vende sementes de capim, que o cidadão chega lá, com o caminhão; V.Exª pesa, paga, vende a semente selecionada. Porque a nossa dificuldade é que, no Governo Collor, muitas agências do Banco do Brasil, neste País, foram fechadas, e não vamos entregar uma mercadoria a ninguém que não conhecemos, por um cheque que não sabe se é verdadeiro. Então, lá, a moeda, eminente Deputado, ou é a troca ou é o dinheiro mesmo.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Compreendo.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Isso aí foi explicado. Estavam lá algumas pessoas.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Segundo as anotações da Receita Federal e da Subcomissão de Bancos, há três depósitos na conta de V. Exª, no início de 92, que talvez explique essa questão da movimentação e origem, que, no mês de janeiro de 92, nos dias 24 e 27, totalizam 179 mil dólares.

Como segundas anotações, aqui, da Receita, não há atividade rural declarada neste período e nem ganho de capital...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - No período de ... ?

O SR. VIVALDO BARBOSA - No mês de janeiro de 92.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não há atividade rural declarada? Há, sim.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Segundo anotação da Receita, não há nenhuma receita de atividade rural e nem ganho de capital. Seriam de que natureza, esses ingressos ?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Há receita, está na declaração do Imposto de Renda. Eu tenho aqui a declaração, e tenho um resumo. Atividades, lá, que são 338 mil UFIR. Sem falar nas frações.

O SR. VIVALDO BARBOSA - No mês de janeiro ?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, isso no período. As atividades nossas, Deputado, veja bem, semente de capim, você compra, no Nordeste, quando começa a chover. Boi, você compra quando ele está gordo, para fazer isso. Isso é o que acontece com quem conhece a atividade rural e quem for agropecuarista aqui, ruralista, sabe muito bem disso.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Então, esses créditos, em janeiro, decorreram de alguma dessas atividades ?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - É claro, é evidente.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª pode especificar isso ?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Ah, Deputado, eu tenho venda de novilhas, tenho venda de sementes, eu tenho venda de sementes selecionadas de feijão, de arroz, eu tenho venda de leite, eu tenho venda de bois, eu tenho tudo isso. Aliás, saindo daqui, espero, com fé em Deus, quero convidá-los para visitar lá, para saber como é que um projeto da SUDENE funciona.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Segundo, também, essas mesmas anotações, há rendimento de aplicações financeiras, feitas em 93, início de 93, também janeiro de 93 desse ano, que não foram - cujos volumes que poderiam gerar esses resultados financeiros -, segundo a Receita, colocados na declaração de V. Exª ano-base 92.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Já que V. Exª está com os documentos bancários nas mãos, V. Exª vai verificar um erro que o Banco do Nordeste cometeu, quando nos informou o documento para o imposto de renda. Ele omitiu um rendimento, uma aplicação, e lançou exatamente no dia 2, no dia 3 ou no dia 4 como esse documento na minha declaração de renda.

Esse é um extrato que eu faço questão de mandar para o eminente Deputado Vivaldo Barbosa, porque comprova que não foi erro do meu contador, foi erro do Banco do Nordeste. Estou com ele assinalado e vou passar às mãos de V. Exª.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Acho que talvez seja mais conveniente endereçar ao Relator, porque são encaminhados ao Relator e o Presidente ajuda a elucidar.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Perfeito. Exatamente.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Outra questão, na última ordem de questão, porque há também as revelações de que V. Exª tem movimentação financeira de débito e crédito com as suas empresas, da qual é acionista majoritário, ou cotista majoritário. E há uma venda que V. Exª fez de uma das ações ou quotas, deve ser quotas, de uma das empresas Mucambo ou Mocambo...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, eu vendi as minhas quotas da Mocambo para a Mepal.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Para a Mepal?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Exatamente, no valor de quase 400 mil dólares.

O SR. VIVALDO BARBOSA - A Mocambo tem patrimônio compatível com essa estimativa de valor das quotas?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - O patrimônio líquido da minha empresa é em torno de 4 milhões e quatrocentos e poucos mil dólares, Sr. Deputado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Certo.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Quero - não é esse daqui não -, o patrimônio líquido da minha empresa, da Mocambo, é em torno de 3 milhões, 406 mil 390 dólares e cinco centavos.

O SR. VIVALDO BARBOSA - E V. Exª não retirou esse crédito da Mepal, isto é, Mepal não pagou a V. Exª pelas anotações.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, isso foi uma escrituração meramente contábil.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sei. Ela tem recursos financeiros de caixa para efetuar, assumir esse débito, enfim, do ponto de vista formal ou fiscal?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não há débito, Deputado, inclusive está regular. A Receita Federal e esta CPI já estão exatamente fazendo essa fiscalização. Temos uma lei que nos garante fazer isso. Até pediria, tenho um documento aí, poderia citar, senão, mandar aqui para o Sr. Relator, exatamente a lei que diz que é possível fazer esse tipo de incorporação. Apenas integralizei o capital da Mepal com as minhas quotas que tinha na Agropecuária Mocambo S.A.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª está compreendendo que essas informações e anotações vêm exatamente no ano de 92, e aí a Receita faz uma observação de que não é 92. V. Exª não teria informado receitas suficientes para os imóveis e bens

adquiridos nesse ano. Foram adquiridos três apartamentos, três carros e um lote de terreno, e aplicações financeiras no valor de 200 mil dólares, mais ou menos.

Mas eles informam que não há, realmente, compatibilidade dessas aquisições com os ingressos declarados às receitas tributadas ou não.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Vou mostrar a V. Exª que há: primeiro, porque eu tive uma receita líquida de 433 mil dólares. Tenho aqui uma pasta com os documentos, que provam a aquisição dos meus apartamentos. Tenho o apartamento que disseram, na praia, na reportagem de **O Globo**, que valia não seis quantos milhões de cruzeiros, e esse apartamento - está aí na Comissão de Patrimônio -, foi pago com o cheque do BRADESCO no dia 04/02/92, portanto, utilizando recursos que eu trazia das minhas aplicações financeiras dos anos anteriores no BRADESCO. Se V. Exª verificar os meus extratos de contas vai ver que havia um fluxo normal. E um outro cheque, de 38 milhões e 300 cruzeiros, também do BRADESCO, foi pago exatamente no dia 27 e compensado três ou quatro dias depois.

Tenho outro apartamento, adquirido da Construtora Mafrense, edifício Vilage Atalaia. Comecei a comprá-lo no dia 24.09.91, pagando prestações módicas, de 575 cruzeiros, 650, 800, 2 milhões e 210, e como as prestações eram baseadas naquele índice de reajuste da construção civil, que estava alto, eu liqüidei esse apartamento, também com cheque do BRADESCO, pago no dia 27.02 e compensado com cheque do Banco do Brasil, da minha conta aqui em Brasília, no dia 12.03.93.

E outro apartamento que paguei em espécie. Infelizmente, eminente Deputado, nesse tumulto de papel eu não trouxe o recibo, mas vou encaminhar para o Sr. Relator para comprovar que estão todos eles compatíveis com a minha receita.

A questão dos carros eu preciso explicar a V. Exª. Dos carros que comprei, fiz três contratos de mútuos aqui na Câmara dos Deputados. Houve até um problema, está no PRODASEN, porque o salário da gente entra integral e você faz, depois, um débito lá na conta para destacar para aquele mútuo. Eu fui sorteado nesses dois carros. Eu comprei um Monza, já esse Monza a álcool, com injeção direta, preciso dar este detalhe, mas, três meses depois, esses carros tiveram uma série de problemas, e a revendedora me ofereceu a oportunidade de trocar esse carro por uma Suprema e me fez um desconto. E eu paguei essa Suprema com a transferência que fiz da minha conta, no Banco do Nordeste, para a revendedora P. Machado S/A, em Teresina.

Muito obrigado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, nobre Relator, nobre Deputado José Luiz Maia, V. Exª, quando aqui esteve o Sr. José Carlos Alves dos Santos, teve um diálogo um tanto entreverado, porque ele afirmava que V. Exª conhecia o esquema das subvenções sociais e que tinha conhecimento, aquela discussão toda que V. Exª teve com ele. Apesar das afirmativas dele, V. Exª negou que tivesse conhecimento desse esquema e que dele participasse, mas V. Exª tinha uma considerável ascendência sobre o Sr. José Carlos Alves dos Santos. V. Exª concorda com essa afirmativa?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Ascendência, não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Prestígio?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Absolutamente. Eu sempre considerei o Sr. José Carlos Alves dos Santos, como quase todos os Congressistas desta Casa, como um técnico competente e até estranho que V. Exª também não tivesse essa imagem dele. O José Carlos que vi sentado aqui não era aquele José Carlos que circulava pelo Congresso, no Senado Federal.

Nunca tive ascendência sobre José Carlos. Inclusive, eminente Deputado Salomão, com ele tive muito pouca convivência.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem, então, eu gostaria de saber por que o Sr. José Carlos Alves dos Santos, num documento que foi apreendido na sua residência, instrui o seu pessoal, quando ele era do DOU, para suplementar, com acréscimo dos valores abaixo, as seguintes emendas: nº 4156/4167, Deputado José Luiz Maia.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Para onde, Deputado?

O SR. LUIZ SALOMÃO - As emendas não estão descritas aqui.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu queria que V. Exª...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Estou perguntando a V. Exª o seguinte...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Qual é o valor delas?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Veja bem, só estou dizendo a V. Exª que ele manda instruções e dá um código, que é do DOU, não é daqui, para que sejam suplementadas emendas de V. Exª, dos Deputados Felipe Mendes e Maluly Netto, cancelando, parcialmente, as seguintes ementas tais, tais, tais.

Passo às mãos do Relator. Pensei que ele conhecia esse documento. - - - -

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu gostaria porque nunca fiz emenda e nunca pedi para...

O SR. LUIZ SALOMÃO - São emendas referentes à obra de interesse da empreiteira OAS.

Nobre Deputado, V. Exª tinha um razoável prestígio também na área do setor elétrico e na área dos cargos públicos. V. Exª é responsável pela indicação do Sr. Francisco Borges, Diretor Financeiro da CEPISA. Também do Presidente Joaquim Olegário de Barros Almeida?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, absolutamente, não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Como é que o senhor explica que uma obra que estava no programa do planejamento da ELETROBRÁS para 1996, que é a linha de transmissão que ligaria Picos a Pio IX ou Itapissuna, previsto para 96, V. Exª apresentou uma emenda no Orçamento Geral da União, do ano de 1992, apresentou em 91, que foi aprovada pelo Relator Ricardo Fiúza, e que foi liberada, no montante de 1,3 milhões de dólares, em etapas. Apesar das primeiras liberações terem sido glosadas pela ELETROBRÁS, de uma obra que não deveria ter sido feita naquele ano, não estava no planejamento, mas que com o seu prestígio V. Exª conseguiu incluir, seu prestígio junto ao relator, e conseguiu liberar - esta obra não foi executada e evaporaram-se 1,3 milhões de dólares nas contas da CEPISA. V. Exª tem conhecimento desse fato?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eminente Deputado, o senhor terminou a pergunta, eu já posso responder?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, estou perguntando se V. Exª tem conhecimento desse fato?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu tenho conhecimento da emenda e a necessidade dessa obra para o meu Estado. Quando V. Exª terminar eu vou explicar se é que...

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª tem conhecimento de que a obra não foi feita?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eminente Deputado, o Piauí é um dos únicos Estados do Nordeste que não tem uma fábrica de cimento. Meu Estado é o que apresenta, ao longo de mais de 30 anos, a mesma renda **per capita**, com os índices negativos mais vergonhosos. V. Exª vai me dar já que eu não usei o meu tempo...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Estou ouvindo V. Exª, eu não disse nada.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - O Presidente vai...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre depoente, eu não disse nada. V. Exª pode fazer o discurso sobre o Piauí que eu estou aqui para ouvi-lo.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Essa fábrica de cimento está parada, exatamente, dependendo de uma rede de alta tensão, sem a qual não pode funcionar, Deputado Luiz Salomão.

É papel do Deputado - e eu sou voto majoritário naquela região, que é o local mais árido do Piauí, onde chove menos de 300 milímetros por ano e precisa de emprego, porque o Estado precisa de ICM para se fortalecer. Então, o que fez o Deputado Luiz Maia e o que está fazendo? É lutar para que recursos cheguem e essa linha possa ser construída. Se ela saiu da ELETROBRÁS, se entrou nas Centrais Elétricas do Piauí e não foi feita, isso é um problema que o Tribunal de Contas tem que averiguar.

Eu estou frustrado pela não realização dela e até acho que esta CPI vai oportunizar a que ela seja apressada e que possa ser construída.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem.

Nobre Deputado, só para um enriquecimento mútuo, aqui, quero esclarecer a V. Exª que o Piauí não é o único Estado que não tem fábrica de cimento.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Estou falando do Nordeste.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ah, bom. Então, V. Exª precisou melhor.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Aliás, como eu defendo a Linha Vermelha de V. Exª, acho que é tão importante quanto essa fábrica de cimento para nós.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu não nego a necessidade de construir não só essa linha como várias linhas de transmissão. O que pergunto é o seguinte: V. Exª é o patrono dessa emenda, e o patrono da liberação dessa emenda, segundo o seu compadre Francisco Borges, padrinho de casamento de sua filha. Este senhor era o executante orçamentário da CEPISA. Lá ingressaram 1,3 milhões de dólares apesar de um relatório de dois técnicos da ELETROBRÁS - que eu tenho aqui em mãos, se V. Exª depois quiser tomar conhecimento -, recomendando que fossem sustadas as liberações porque as primeiras parcelas haviam sido desviadas e a obra não tinha sido feita. Foi o prestígio de V. Exª que conseguiu a liberação desses recursos no DOU?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Olha, Deputado, o governador do Estado tem interesse na realização dessa obra. Eu quero dizer a V. Exª que tenha a paciência, eu estou lhe respondendo. V. Exª me perguntou se eu fui o responsável pela liberação.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quem está impaciente aqui é o Presidente, que fica contando o tempo.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu disse aqui, mas o senhor me perguntou.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Estou com toda a paciência para lhe ouvir.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu quero dizer a V. Exª duas coisas: primeiro, que a ELETROBRÁS fez uma agressão com o Estado do Piauí, porque a emenda diz o seguinte: aloca recursos do FND à ELETROBRÁS para subscrever o capital social das Centrais Elétricas do Piauí, com o objetivo de execução dessa lei. O que fez a ELETROBRÁS? E eu estou aqui com os contratos aditivos. Vou passar para a relatoria...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Tenho todos os contratos. V. Exª tem que me informar sobre isso. Conheço bem a matéria.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Ela fez um contrato de financiamento com o juro acima da base real, Deputado. Agora, não tenho nenhuma responsabilidade. Briguei, sim, para liberar, ajudei o governador, estive com ele em audiências, para ajudar a liberar, porque essa obra é importante. Agora, as Centrais Elétricas do Piauí é que precisam assumir a responsabilidade de conclusão dessa obra, e a ida de V. Exª lá valeu a pena.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª, então, admitiu que usou do seu prestígio para liberar os recursos no DOU e, para contrariar, para fazer com que o Sr. José Maria Siqueira de Barros, seu correligionário, Presidente da ELETROBRÁS, liberasse os recursos para a CEPISA, a despeito da recomendação técnica de que não o fizesse.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Esse recurso não vem do DOU, eminente Deputado...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vem do Tesouro. Desculpa, não quis dizer do Tesouro, desculpe...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Ele vem do FND, ele vem do BNDES e aprovado por um Conselho. V. Exª sabe muito mais do que eu...

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª está enganado nesse ponto, está equivocado. Os recursos foram liberados pelo Tesouro nacional. Eu tenho os documentos aqui, para se, V. Exª quiser, conhecer depois. Então, deixo esse ponto demarcado: V. Exª reconhece que usou do seu prestígio para liberar os recursos do Tesouro...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Do Tesouro, não. Eu solicitei da ELETROBRÁS o repasse dos recursos. Eu acompanhei o governador em audiência...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Com o seu correligionário José Maria Siqueira de Barros...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não. Não. Eu tratei desse assunto com o Ministro das Minas e Energia, com o governador, para que esse assunto fosse resolvido. Então, se esse dinheiro foi perdido dentro da CEPISA, quem deve ser responsabilizado são as Centrais Elétricas do Piauí e não o Deputado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mesmo o senhor reconhecendo que foi V. Exª quem indicou o Sr. Francisco Borges?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu acho que o Sr. Francisco Borges é um diretor e é responsável pelos seus atos, com a diretoria toda...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Do ponto de vista da Lei das Sociedades Anônimas, V. Exª tem razão; mas do ponto de vista político é que a gente pode discutir um pouco.

Nobre Deputado, tenho informação de que V. Exª, em fevereiro de 90, foi a Buenos Aires acompanhado do Deputado Jesus Tajra, com as respectivas senhoras.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Fui, sim.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Que foram recebidos, ou foram convidados, pelos diretores da Mendes Júnior,

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, absolutamente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Marcos Mendes e Moisés.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Absolutamente. Não tivemos o menor contato com esse cidadão. Não conheço ninguém da Mendes Júnior...

O SR. LUIZ SALOMÃO - As suas contas de hotel não foram pagas por essa empresa?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Foram pagas por nós. E, se me permitirem, analisar em meus cartões de créditos, que estão todos vasculhados, meus cheques estão todos aqui, os senhores vão verificar que isso é mais uma felonia que fazem com a gente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Estou lhe indagando, não estou lhe acusando.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, senhor, absolutamente. Foi uma viagem. Nós pagamos com os nossos créditos aqui.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor voltou a Buenos Aires em 91?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Nunca fui em 91. Fui uma única vez a Buenos Aires.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor não voltou num jatinho - Citation III, prefixo PTLH?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Absolutamente. Eu nunca fui a Buenos Aires, Deputado Luís Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Como?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Só fui uma vez a Buenos Aires.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor não viajou nesse jatinho?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Nesse jato, não, senhor.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Deputado, V. Exª conhece a Planus Engenharia?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Conheço.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Lá do seu Estado.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Lá do meu estado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ela tem preferência para a execução de obras para a CEPISA.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Olha, eu conheço a pessoa do diretor da Planus Engenharia, mas lhe confesso que não sei se ela tem preferência de obras lá dentro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª, alguma vez, intercedeu em favor da Planus Engenharia?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Absolutamente. Nunca.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Uma última indagação, Sr. Presidente, é a seguinte: nas suas contas bancárias, sobretudo na de nº 09784-8, do BNB, aparecem créditos avisados no valor de 30 mil dólares, - 30 mil, 40 mil e 30 mil, nos dias - 26/08/92, 25/09/92, 30/10/92 e 27/11/92. V. Exª tem idéia da movimentação dessa conta do BND?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Tenho idéia da movimentação da minha conta e já justifiquei. Com toda a sinceridade, são oriundas das minhas ações.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não seriam, das suas...?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Das minhas ações como empresário, como produtor...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não seriam liberações de recursos do FINOR, destinadas as suas empresas, que passaram, transitava pela sua conta pessoal?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Deputado, é até bom que V. Exª diga isso...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, lhe pergunto; não estou lhe dizendo...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, eu quero dizer que é possível. E pode até acontecer. Eu faço adiantamento para as minhas empresas e podia ressarcir-me disso. Mas, eu tenho um saldo credor nas minhas contas.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Com relação às aplicações - eu tentei acompanhar, mas não foi muito fácil - gostaria de saber se as aplicações do final de 1992 e que ingressam no ano de 1993 referem-se à resposta que V. Exª deu ao Deputado Vivaldo Barbosa. Havia um equívoco no lançamento, um equívoco no extrato. É isso mesmo?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, não. Ele falou sobre o problema de uma operação. No extrato do Banco do Nordeste, que é fornecido para fins de declaração de Imposto de Renda, houve uma falha, mas eu vou mandá-lo depois.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, eu estou falando dos extratos bancários, mas não para fins de Imposto de Renda.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Exatamente, extratos bancários. Ele forneceu os extratos bancários para fins de Imposto de Renda sem fazer alusão a uma aplicação que existia e, no dia 4, ele fez o lançamento da aplicação.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas na sua declaração de Imposto de Renda de 1992 não consta isso.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não consta exatamente por um erro do Banco do Nordeste e nós já estamos justificando isso perante a Receita Federal. Já estamos mandando o documento para eles. Não foi culpa do contribuinte, foi culpa do banco e se tivermos que ser penalizados por causa disso vamos penalizar o banco, vamos recorrer ao banco.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quer dizer que a sua omissão com relação à declaração do exercício do ano-base de 1992 decorre disso?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Como é?

O SR. LUIZ SALOMÃO - A sua omissão, ou seja, o fato de V. Exª não haver declarado essas aplicações decorre do fato de que o banco não...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - As aplicações, não! Houve uma única falha e foi essa do Banco do Nordeste, que entregou o extrato com um saldo absolutamente diferente do que era a realidade. E o tal documento que foi encaminhado...

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª declarou uns 30% do valor. Não é isso?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Deputado, o contador identificou isso quando recebeu os extratos. Nós pedimos, para fins de Imposto de Renda, um resumo final e os bancos mandam aquela aplicação do dia. Só que houve uma falha do banco, ou seja, havia uma aplicação e ele lançou essa aplicação...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Tudo isso em relação ao Banco do Nordeste?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Exatamente. Está lá justificado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - A mesma coisa se observa com relação ao BAMERINDUS e ao BRADESCO.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu quero garantir a V. Exª...

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª resgatou, em 12/01/93, 339 milhões, 225 mil, 355 cruzeiros reais e 31 centavos, ou seja, o equivalente a 25 mil dólares, no Banco BAMERINDUS.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Certo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - E resgatou, em 08/01/93, 446 milhões, 981 mil, 150 cruzeiros reais e 3 centavos, ou seja, o equivalente a 34 mil dólares, da conta nº 28305-3, do BRADESCO, e essas aplicações não estão na sua declaração de Imposto de Renda.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - V. Exª está dizendo que eu resgatei.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Se eu resgatei, eu saquei o dinheiro. Não é?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim, V. Exª resgatou no começo de 1993 aplicações que foram feitas em 1992 e que não constam da sua declaração de Imposto de Renda - uma no BRADESCO e outra no BAMERINDUS.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Olhe, eu peço a V. Exª, com toda a sinceridade...V. Exª viu esses documentos com mais precisão do que eu porque todas as informações de extratos de bancos do final do ano estão com a minha contabilidade, para tal fim.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Gostaria então de encarecer a V. Exª que encaminhasse depois à Subcomissão de Patrimônio os esclarecimentos referentes a essas duas contas. V. Exª quer anotar?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Está certo. Pois não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - BAMERINDUS - 29493-46, BRADESCO - 28305-3.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Vou mandar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Deputado José Luiz Maia, V. Exª, como eu, vem de uma família de origem bem pobre. Eu estou adiantando-me para falar isso porque todas as vezes a pergunta se volta contra mim. Trata-se da relação entre Zona Franca e o meu patrimônio. Na Zona Franca, nos últimos vinte anos, consegui fazer meu patrimônio; ou seja, numa área incentivada. V. Exª disse, em seu depoimento, que tem projeto aprovado na SUDENE antes de se tornar parlamentar. Quantos projetos V. Exª tem aprovados e qual a data aproximada, qual o ano, pelo menos, dos mesmos? Gostaria de saber se esses projetos o ajudaram a aumentar o seu patrimônio.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eminente Senador Gilberto Miranda, V. Exª vai dar-me a oportunidade de esclarecer um assunto que também foi muito lamentável e, objeto de muitas crises, por parte da imprensa.

A SUDENE laborou em equívoco e me atribuiu a propriedade de dois projetos. Tenho um único projeto, eminente Senador, que dei entrada na SUDENE em 1982 e que foi aprovado em 1983. E até hoje nunca mudou o comando acionário, é implantado numa área de 2 mil e 561 hectares, é produção de leite pasteurizado, e produção de alimentos, fruticultura, e graças a Deus não é um projeto grande, mas, é um projeto que está funcionando razoavelmente bem.

E o cadastro da SUDENE, de maneira precipitada, porque, um grupo que estaria adquirindo um outro projeto, abriu uma perspectiva de que eu poderia participar com até 30% a 35% no capital de um outro projeto, fez o registro como se eu tivesse subscrito aquelas ações, quando na realidade eu nunca as fiz.

E esse empresário abriu, também, neste mesmo ano de 1984, uma porcentagem de 1,5% para que eu subscrevesse. Nunca subscrevi essas ações e elas desaparecem, exatamente, em 1985, eminente Senador.

Então, nunca comprei projeto de SUDENE. Apresentei um projeto de SUDENE, em 1982, e, até hoje, venho trabalhando para provar que bem aplicado, ele é rentável, pode gerar empregos.

O mais não é vantagem. Esse projeto era para dar 13 empregos e estou dando mais de 35 empregos, hoje.

Então, essa a resposta que posso dar a V. Exª, lamentando, profundamente, esse equívoco em que a SUDENE laborou

O eminente Senador José Paulo Bisol, que mandou dois auditores, naquela autarquia, e vi isso nos jornais, declararam claramente, absoluta normalidade no meu projeto, e que eu não era detentor do segundo projeto.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Muito obrigado, Deputado José Luiz Maia. V. Exª mantém alguma conta no exterior?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Tenho uma conta no Banco do Brasil, declarada no Imposto de Renda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Em que país?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Nos Estados Unidos.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª tem idéia do saldo que mantém nessa conta? É volume alto? Baixo?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - São mil e poucos dólares. Vou explicar a V. Exª como se deu isso. Saindo do Brasil, uma vez, fui a Miami, com a minha família, para Disneylândia, fui alugar um carro, levei **traveller-check**, naquela época o Brasil não tinha cartão de crédito internacional, foi a maior vergonha que passei.

Depois fui a Nova Iorque, imaginei que fazendo aquele depósito, pudesse conseguir no Banco do Brasil esse cartão de crédito. Graças a Deus, pouco tempo depois, o Brasil abriu essa linha e consegui, então, o tal cartão de crédito internacional. E esses recursos foram depositados, com saldos, 5 mil dólares, com saldo de cheque de dólar de viagem, **traveller-check**, e o outro, numa missão da ONU, que recebi 4 mil e 500 dólares, e fiz o depósito lá.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Muito obrigado. Deputado José Luiz Maia, alguma vez, V. Exª realizou algum tipo de negócio, de compra, venda, ou algum empréstimo com alguma das pessoas citadas por José Carlos dos Santos?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Absolutamente. Nenhum negócio, nenhum relacionamento, nunca comprei nada, nunca recebi nada, nunca vendi nada, nunca dei nada, nunca ganhei nada.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª alguma vez teve algum tipo de reunião, com algum diretor da ODEBRECHT, ou voou em algum avião da Odebrecht?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Acabei de dizer, aqui, eminente Senador, que não tenho o menor relacionamento com essa empresa.

Nunca utilizei qualquer aeronave de Odebrecht, não conheço o Sr. Ailton Reis, já repeti isso, aqui, várias vezes. não tenho nenhum relacionamento com essa gente.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª era amigo pessoal do Sr. José Carlos dos Santos? Freqüentava a sua casa? Não houve nenhum tipo de relacionamento social?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Nunca fui à casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos, nunca participei de almoço, jantar, ou festa em sua homenagem.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª conhece o Sr. Onofre Vaz? Goza de sua amizade? Tem relacionamento? Participa de festas. jantares, algum tipo ?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Nunca. O Sr. Onofre Vaz esteve no meu gabinete, por uma, duas ou mais vezes, não nego isso ao senhor, pedindo para que eu assinasse emendas destinadas à obra da GESPISA.

Já passei, eminente Senador, aqui ao Presidente a certidão da Comissão de Orçamento provando que nunca fiz emenda para o Sr. Onofre, e com ele nunca participei nem sequer de encontros fora do meu gabinete.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª recebeu alguma vez apoio financeiro de alguma das empreiteiras citadas aqui na CPI ?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Absolutamente, não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora estou mais satisfeito, Senador, porque tomamos um princípio aqui na linguagem falada de dizer "absolutamente". Absolutamente é neutro, serve absolutamente sim ou não; agora o nobre depoente disse "absolutamente, não". Quando se diz absolutamente estamos entendendo que é uma negativa, e absolutamente é apenas de modo absoluto.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - É apenas uma repetição pleonástica, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Era bom realmente dizer como disse agora: absolutamente, não. O senhor conhece o fulano de tal? Absolutamente. Absolutamente sim ou não?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, estou dizendo não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então é não. (Risos)

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, absolutamente não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado José Luiz Maia...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Vou tirar o absolutamente e vou para o não, ou para o sim.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado José Luiz Maia, V. Exª passou à mão do Relator duas folhas de papel, na qual eticamente V. Exª não quis citar o nome do Deputado ou Senador que tenha feito emenda para aquelas obras. Eu gostaria que V. Exª tornasse público esses nomes, pois acho importante para esta Comissão.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Senador, eu queria que V. Exª me poupasse, porque acho que essa matéria não envolve nenhuma responsabilidade também dos parlamentares, eles estavam no seu pleno exercício de direito de apresentar emendas para os seus Estados, para as suas regiões, para os seus municípios. Eu deixo com o Relator. Se V. Exª me permite, com toda humildade, lhe fazer esse apelo, de que o próprio Relator se quiser, se o desejar que o faça, porque eu não gostaria de fazer alusão.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Gostaria de consultar o Relator se S. Exª acharia importante tornar público, ou se depois, no final da argüição, voltaria ao assunto?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Gostaria de saber do que se trata, porque estava aqui consultando uma relação de emendas...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Trata-se das duas emendas que passei a V. Exª: da drenagem de Natal e Pedro II.

O SR. GILBERTO MIRANDA - E não citou o nome de quem fez as emendas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Bem, no final vou argüir ainda o Deputado, e já que V. Exª tem interesse, eu falarei sobre esse assunto. Fica bem assim?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Está ótimo.

Uma última pergunta. Deputado José Luiz Maia, por que V. Exª fez questão de aprovar junto aos membros da sub-relatoria 61 emendas pelos seus membros, e por que V. Exª não colocou o valor?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - É porque o parecer preliminar, eminente Senador, estabelecia limites para que os relatores setoriais pudessem trabalhar. Eu não podia ultrapassar aquele limite, que me parece era de 3 milhões, 549 mil cruzeiros, se não me falha a memória. De modo que havia uma pressão muito grande, foram mais de 3 mil e 400 emendas apresentadas, e eu, com o grau de relacionamento que tinha no Congresso Nacional, imaginei que podia aprovar uma ou duas emendas de parlamentares. E aí se deram uma série de destaques, uma série de pressões de governadores de Estado, de obras que foram iniciadas e que seriam paralisadas se não fossem incluídas; programas prioritários do Governo de Pernambuco, do Governo de Sergipe, do Governo de Santa Catarina, que todos estavam a braços com problemas de enchentes e desabamentos... e essas emendas foram apresentadas sob a forma de sugestão, com mais uma grande ... Quero destacar isto, Senador: é que nunca um relator setorial submeteu ao Plenário da comissão aprovar essas emendas de relatoria.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Obrigado a V. Exª.

Com a palavra o Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Eminente Deputado José Luiz Maia, meu velho companheiro de partido, com quem tanto tempo militei ao lado, não só no plenário da Câmara dos Deputados, mas nas comissões, é com pesar que o vejo aqui neste instante. É com pesar, porque tenho de V. Exª uma excelente impressão, de um homem honrado, de um homem sério. E V. Exª, nesta manhã, vem procurando demonstrar isso àqueles que o conhecem de longa data.

Mas, Sr. Deputado, entenda a minha situação, eu estou do outro lado da mesa, como poderia ser V. Exª.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - É o papel de V. Exª e eu respeito.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Então, vou, como dizia o Aparício Torelli, "começar pelo princípio", já que tantas perguntas que eu pretendia fazer já foram feitas por outras pessoas. Mas quero ouvir de V. Exª, talvez mais uma vez, algumas pequenas explicações, haja vista que o nome de V. Exª, nos documentos que nós tivemos oportunidade de compulsar, apreendidos no escritório da ODEBRECHT e, posteriormente, nos disquetes, é um dos mais citados. Diga-se de passagem, suas citações, na maioria das vezes **en passant**, sem compromisso algum, em dois casos em que nós ficamos sem entender de que se tratavam aquelas discriminações e tal.

Por isso, eu começo pelo princípio, com a seguinte pergunta: Sr. Deputado, V. Exª foi um membro proeminente na Comissão de Orçamento e, como todo parlamentar, conheceu muito bem o Sr. José Carlos. Outros depoentes aqui chegaram e agrediram o José Carlos: "É um mau caráter..." e palavras de outro tipo que prefiro não dizer da tribuna, mas que os jornais estão plenos. Disseram que esse indivíduo não prestava, não valia coisa nenhuma, que tinha compromissos, que é um criminoso, que matou a esposa e tudo o mais.

Mas V. Exª não disse isso, evidentemente, porque V. Exª nos disse que tem dele a impressão que quase todos nós tínhamos, de um excelente técnico. Mas esse excelente técnico, esse homem que V. Exª, como muitos de nós, admirava, não tem nenhum problema pessoal com V. Exª, tem? Teria algum problema pessoal com V. Exª?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Absolutamente, não. Pelo menos, eu não tenho conhecimento que ele tivesse, já que eu não tinha com ele nem relações de amizade, nem relações de distância. Era um relacionamento meramente...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Nem foi co-responsável pelo afastamento dele, ou indicação para o DOU, coisa alguma?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu era, eminente Deputado, eu sempre tive por meta ter muito cuidado. Eu nunca fiz uma indicação aqui, em caráter federal, a não ser secundando, na Liderança, alguma coisa. Mas eu não sou responsável pela indicação do José Carlos para lugar nenhum.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Certo.

V. Exª foi um dos primeiros parlamentares a procurar-me, encontrar comigo, casualmente, e procurar-me, pedindo que eu interferisse junto à Mesa para que viesse depor.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Para?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Que viesse depor.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Exatamente. Foi.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Para que comparecesse o mais rápido possível...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - O mais rápido possível, eu lhe pedi isso.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG -...não só pelo seu sofrimento pessoal...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Perfeito.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG -...como pelo que representava esse sofrimento para aqueles que são seus familiares. Eu quero deixar este depoimento aqui.

E disse-me V. Exª naquela ocasião, entre outras coisas, que era um empresário rural - V. Exª afirmou aqui -, que tem um projeto na SUDENE, no setor de irrigação, que era produtor de melão, melancia, coisas desse tipo.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não só de melão e de melancia. Aliás, é um grande negócio, às vezes até ironizam a gente quando falamos disso, mas é um grande negócio. Eu estou produzindo melão, eu estou produzindo melancia, eu estou produzindo semente selecionada de arroz, de feijão. E o mais importante para mim, hoje, é a venda de semente, o andropogon. V. Exª sabe que hoje está virando ouro. É um dos negócios excelentes que existe na nossa região.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sim.

Essas produções de frutíferas - melão e melancia - é para o consumo do Piauí, ou V. Exª é um exportador?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Olhe, Senador, veja só: os caminhões chegam, compram, às vezes, eu mando vender em Teresina, nas cidades próximas, entendeu?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Mas não exporta?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, não exporto.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Não produz em escala de exportação?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, ainda, não, mas vou chegar lá.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Chega já?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - É.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Muito bem!

Então, eu lhe faria a terceira pergunta: sendo V. Exª um nome citado a todo instante nestas páginas aqui, a que V. Exª atribui isso? A que V. Exª alega que seja esse fato? Por que tão citado?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Olhe, inclusive, num dos papéis da ODEBRECHT ele fala que eu sou um homem influente. Influente, por que, eu não sei.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - É, ele cita que V. Exª é... Mas não cita V. Exª, não, cita vários outros parlamentares.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu cheguei aqui, eminente Senador, cansado de ver a miséria e a fome na minha região.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Da nossa região.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Cansado de ver o sofrimento daquela gente e passou um Globo Rural na sexta-feira que me doeu lá dentro. E eu preso, amarrado com esse episódio da CPI sem poder gritar, sem poder brigar, vendo o meu povo nanico e passando fome e sede. E achei que a classe política nordestina faliu porque nunca se preocupou na definição de um programa permanente de convivência do ano da seca. Aqui, quero invocar uma entrevista que assisti com muito brilhantismo do Relator desta Comissão, eminente Deputado Roberto Magalhães, quando era Governador de Pernambuco, numa entrevista que fez com o Sr. Olavo Setúbal. Onde cobraram de nós a definição de programas prioritários.

Deputado, vim para aqui exatamente para tentar contribuir com os meus companheiros para que mudasse essa feição no Nordeste, que deixássemos de ser miseráveis. Fizemos uma grande união aqui, com as bancadas do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, para lutar e fui um dos seus coordenadores. Depois, fui alçado à Liderança do meu Partido. Talvez, por isso, me tenham incluído nesta história. Mas, digo a V. Exª que não é com a ira, com xingamentos, que revelo minhas amarguras e as minhas tristezas, é com serenidade.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Eminente Deputado José Luiz Maia, fizemos parte de alguns grupos de estudos do Nordeste, e confesso que no primeiro ano de mandato fiz parte de um grupo coordenado, naquela época, por um Senador do Ceará, Alcântara, e por um Senador, pai do ex-Presidente Fernando Collor. Esse trabalho foi oferecido ao Governo do Presidente Médici, naquela ocasião. Naquela ocasião, V. Exª não estava aqui, mas eu estava. Nós lutávamos pela irrigação, inclusive pela instalação que à época parecia ser uma solução as **dry-farms**, as fazendas secas, a implantação da algaroba e xerófitas de todo tipo, para que fizéssemos no Nordeste não uma pecuária de mercado, mas uma pecuária e uma agricultura de sustentação, para que, pelo menos, pudéssemos produzir alimentos para isso. Este testemunho eu dou. É quando da chegada de V. Exª, V. Exª se incorporou a esse grupo nordestino.

Mas, Sr. Deputado, não é o instante de conversarmos isso. Pediria a V. Exª a permissão para fazer duas pequenas inquirições.

No Estado do Piauí, especialmente, que é o Estado de V. Exª. O Hospital Universitário de Teresina. V. Exª pode me informar quem foi o autor da emenda parcial que está gravada, entre parênteses ET?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Senador, só tenho aqui os rabiscos do Sr. Ailton Reis que trata dessa matéria.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - V. Exª não tem a menor idéia de quem seja ET? Não conhece o autor da emenda?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não conheço.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Muito bem. Sendo V. Exª um piauiense que, por certo, conhece as autoridades da sua terra, aqueles que manuseiam ou que participam do poder público, poderia me informar, então, quem, é no estado do Piauí, o senhor que é conhecido como J. Pádua?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - J. Pádua?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Não conhece?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Posso até conhecer, mas não estou me lembrando. Não tenho a menor idéia. Pode ser alguém da universidade.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Vou ler para V. Exª, pelo seguinte, porque não está só na universidade. Emenda parcial ET: 2%, 4 bi sobre 19%, 0,4% - relator-geral. Quem foi o relator-geral naquela oportunidade?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não posso atinar, não sei. Acho que o Deputado Eraldo Tinoco foi o relator-geral dessa matéria, nesse época.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra para evitar que possa haver um lapso na Ata dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É fácil saber o relator-geral pela data, Senador.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Eu sei, mas gostaria de ter ouvido dele. Sinceramente, quero saber qual foi o ano, quando foi.

Teresina, Zona Sul. Emenda parcial JLM. Esse JLM é V. Exª?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Teresina, Zona Sul?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Não, Drenagem Zona Sul. Ministério do Bem-Estar Social, emenda parcial, entre parênteses JLM. Esse JLM que fez essa emenda, V. Exª acha que é V. Exª?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu tive oportunidade, eminente Senador, de passar ao Presidente e ao Relator o documento do PRODASEN que mostra que essa emenda não é minha e sequer eu era da Comissão de Orçamento.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, eu faria a última pergunta e me daria por satisfeito.

V. Exª disse ao Senador Gilberto Miranda que tem uma conta no exterior de 9 mil dólares. É normal, não tem problema nenhum.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Declarada no Imposto de Renda.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - V. Exª foi à ONU no ano passado e eu também fui. Estávamos lá.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Estávamos naquela época.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Estávamos lá e recebemos através do Banco do Brasil.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - É.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Mas sendo V. Exª um empresário, V. Exª mantém essa verba, esses 9 mil dólares ainda, em Nova Iorque, e se mantém acha que faz sentido, em detrimento das suas empresas aqui no Brasil?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Senador, isso é até uma forma de poupança.

Infelizmente, quando a gente ultrapassa a barreira dos cinqüenta anos, tem que ficar preparado com alguma reserva técnica para uma eventualidade.

A mim tanto faz ter lá como aqui, mas procurei o banco do meu País, e isso eu acho que não tem crime nenhum, porque na própria declaração de renda tem o campo em que você pode fazer essa declaração.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Nem eu sugeri, sequer de longe, que houvesse qualquer crime.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sei.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Eu quis tirar uma dúvida.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Exato. Agora, eu lhe garanto que na hora em que fizer falta, eu trago.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Eu agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, eminentes colegas, de uma maneira geral, dentro desta Comissão, os integrantes das subcomissões se limitam às investigações dentro do âmbito da competência de cada um. E eu confesso, Sr. Presidente, que tenho adotado, aqui, um comportamento - talvez seja, ainda um resquício, eu torno sempre a repetir isso, de uma longa atividade profissional - de observar o depoimento das pessoas que vêm aqui prestar o seu testemunho para, então, tirar algumas ilações ou conclusões que ensejassem perguntas.

Eu ouvi com muita atenção a inquirição feita pelo Relator Roberto Magalhães e algumas revelações, até certo ponto, tocaram no meu sentido processual de ver as coisas com toda a realidade, com isenção, sem qualquer vontade de colocar ou de tirar pontos que sejam negativos ou positivos em favor do depoente: a alegação, inclusive, da não autoria de algumas emendas que lhes são atribuídas e, também, na parte da variação patrimonial, que me chama muito a atenção. Parece-me que o Deputado tem, realmente, respaldo das suas contas.

Então, eu não tiraria das perguntas antecedentes qualquer tipo de pergunta que eu pudesse trazer agora, mas quero fazer um registro, Sr. Presidente, perante a Comissão, que a Subcomissão de Subvenções Sociais tem tido um comportamento muito escrupuloso, profundamente sóbrio, agindo com a máxima serenidade, como se não bastasse o comportamento do seu coordenador, que é o Senador Garibaldi Alves Filho, que é um homem conhecido por todos nós pela sua extrema tranqüilidade em avaliar todos os fatos.

Dentro da nossa Comissão, é do meu dever declarar isso, agora, neste momento, já que o eminente Senador Francisco Rollemberg, que é um dos mais brilhantes integrantes da nossa subcomissão, abordou aspectos relacionados com a diligência que lhe foi cometida e da qual saiu com muito brilhantismo, mas, em relação a nossa Subcomissão, por delegação, agora, do nosso coordenador, Senador Garibaldi Alves Filho, quero deixar claro: nos levantamentos efetuados nada consta em relação ao Deputado José Luiz Maia.

Era minha obrigação, Sr. Presidente, razão pela qual, no âmbito da minha competência, da minha atividade, eu declino, então, do interrogatório, fazendo este registro que é do meu dever.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, Senhor depoente, nobre Deputado José Luiz Maia, uma das tarefas que me foi designada na subcomissão, por duas vezes, foi analisar uma farta documentação apreendida na residência do Sr. Ailton Reis, diretor da construtora Norberto Odebrecht.

Num dos documentos, e que foi anexado por mim, pelo Senador Rollemberg e pelo Deputado Moroni Torgan, ao nosso relatório sobre essa construtora, que é um relatório do plano de ação de 91, elaborado pelo Sr. Renato Freire de Araújo, faz o seguinte balanço da empreiteira:

> "Apresentamos - nós, CNO - um total de 63 emendas à LDO e 06 destaques e conseguimos introduzir 20 subprogramas de nosso interesse."

Em seguida ele fala o seguinte:

> "Prestamos aos clientes da CNO na solicitação correta para inclusão de programas no projeto de lei, obtendo sucesso. Ao todo foram enviados 70 ofícios aos ministérios, inclusas 66 obras da CNO no projeto de lei, representando 210 milhões de dólares, sem considerar METROFOR, Metrô de Brasília, e uma parte do reassentamento de Itaparica, considerando esses três programas 390 milhões de dólares no projeto de lei orçamentário.

Apresentamos no Orçamento Geral da União, de 1992, emendas para 110 programas da CNO e conseguimos aprovar 60 programas dos relatórios parciais, no montante de 54 milhões de dólares.

Obtivemos, no Orçamento Geral de 92, 27 indicações de relatores parciais, que foram atendidas pelo Relator-Geral, um total de 94 milhões de dólares para a ODEBRECHT, ou seja, indicamos, através dos relatores parciais para o relator-geral e fomos atendidos em 94 milhões de dólares.

Apresentamos no Orçamento Geral da União, de 92, junto ao relator-geral, verbas no total de 102 milhões de dólares para 50 programas da CNO.

Portanto, - conclui - considerando então o projeto de lei do Executivo, relatórios parciais e relatório-geral, temos verbas para 152 programas, num total de 646 milhões de dólares.

Uma única empreiteira coloca no Orçamento Geral da União e faz o balanço por escrito.

É fácil. Podemos verificar que tudo isso é verdade junto ao PRODASEN.

Portanto, V. Exª está de acordo que é impossível uma estrutura poderosa como essa operar sem a conivência de parlamentares que atuavam dentro da Comissão de Orçamento, colocando emendas, valores e protegendo interesses que, evidentemente, não são os públicos, mas interesses de uma grande empresa como é esta poderosa estrutura da Construtora ODEBRECHT.

V. Exª esta de acordo ou não com essa avaliação?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Deputado Aloizio Mercadante, confesso a V. Exª que me surpreende a organização dessa empresa. Também não posso negar isso. Agora, na minha área as emendas de relatoria que foram feitas, não creio - e daqui a pouco, direi ao eminente Relator Roberto Magalhães, ao responder as suas perguntas - que existia um grande número de obras dessa empresa. Sequer sabia, porque esses pleitos vieram ém nome das pessoas que nomearei aqui. Estão todos anotados e V. Exª ficará sabendo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª foi relator parcial nesse ano...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Do SDR?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - DO SDR.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quem indicou? Foi o Relator João Alves? Quem o indicou para essa função?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não. V. Exª há de convir que todas as indicações dos relatores... O Deputado João Alves saiu desse episódio e fui indicado pelo meu partido ...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quem era o Líder?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Era o Deputado Victor Faccioni, pessoa isenta, sem a menor responsabilidade...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não apareceu em nenhum momento?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Absolutamente! É homem íntegro, que quero aqui destacar, sobre todos os aspectos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E ele o indicou para a Comissão?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Veja bem, o Presidente da Comissão é quem escolhe, levando em conta o critério da proporcionalidade partidária...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Acatando as indicações das lideranças.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Acatando. Evidentemente que os partidos têm, pelo número de parlamentares... O que nunca conseguimos foi sair de algumas áreas e isso foi indicado. É a SDR, naquele tempo, era um órgão sem maior expressão. Ele ganhou depois.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sim, mas V. Exª, na condição de relator parcial, no SDR, aprovou 62 emendas...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sessenta e uma! Se aparecer outra não foi aprovada por mim e sem valores...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sessenta e uma emendas...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA -... especificados, porque ela foi aprovada no Plenário da Comissão com a participação de seu partido, que aprovou, criticando apenas a pulverização do dinheiro....

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quero só registrar. Não pretendia eu entrar no assunto, mas já que V. Exª mencionou, protestamos ...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Ah, sim, protestou!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ... quando da votação do Orçamento...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não. Não! Protestaram contra a votação do Orçamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Contra alguns relatórios parciais e V. Exª também insinuou isso em relação ao Orçamento de 1993. Eu quero lembrar, porque isto tenho aqui em mãos. O PT foi contra, propôs retirar 1,5 trilhões da Integração Regional, 1,5 trilhões do Bem-Estar Social, 1,2 trilhões do DNER, num total de 4,2 trilhões de cruzeiros, para destiná-los ao INAMPS, Pessoal, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Educação.

Agora, estamos aqui, a pergunta é muito objetiva e eu gostaria que V. Exª se detivesse, para eu poder utilizar o meu tempo.

V. Exª aprovou 61 emendas quando era sub-relator parcial do SDR, que é uma área de interesse das grandes empreiteiras. No entanto, o que me espantou, inclusive não só a mim, mas a todos os outros que trabalharam no material da ODEBRECHT, é que o nome de V. Exª ou a sigla que representa o nome JLM, que, às vezes, está escrito na íntegra ou parcialmente, aparece sucessivas vezes, vinculado a percentagens e valores de emendas de interesse da Construtora Noberto Odebrecht. É um nome que aparece com ênfase, não aparece isoladamente numa única oportunidade, aparece com recorrência, portanto, nos induz à necessidade de uma análise muito cuidadosa, porque é evidente que essa empreiteira não colocaria 620 milhões de dólares no Orçamento, se nós não tivéssemos pessoas dentro do Legislativo e do próprio Executivo atuando em conivência.

Agora, onde aparece o nome de V. Exª? Por exemplo, na Adutora Pedro II, do Ministério do Bem-Estar Social.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não tenho nada que ver com isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Aí V. Exª diz o seguinte: não apresentei esta emenda. É verdade, V. Exª não apresentou esta emenda.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não era da Comissão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Em seguida, drenagem zona sul, do Ministério do Bem-Estar Social.

V. Exª vai dizer: não apresentei esta emenda. É verdade, V. Exª não apresentou esta emenda.

Agora, eu perguntaria, porque na Adutora Pedro II há uma emenda, no passado, que foi de V. Exª, a Emenda 00909-2.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - A Adutora Pedro II não é minha, absolutamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não é?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - A de Pedro II, não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Pedro II V. Exª nunca apresentou nada.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Pode ter sido uma emenda coletiva, mas eu nunca apresentei emenda para a Barragem de Pedro II.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É que consta a assinatura de V. Exª na emenda. Mas de qualquer forma é menor.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Coletiva.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quem era o relator parcial do Ministério do Bem-Estar Social?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Era o Deputado Paulo Mourão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - De que partido?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Ele é do PDS.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E quem o indicou para a relatoria?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Ele foi indicado, foi solicitada a indicação do nome dele, e eu fiz a indicação do Deputado Paulo Mourão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Foi solicitada, não. V. Exª disse que quando foi sub-relator, foi indicado pela Liderança do partido.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu indiquei o Deputado Paulo Mourão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Indicou o Deputado Paulo Mourão, que era o responsável por colocar essas emendas parciais, onde conta essa porcentagem e esses valores. V. Exª concorda com isso?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - V. Exª terminou a pergunta?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Lógico que estou perguntando.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Na realidade, o relator foi indicado por mim, foi sugerido por mim o nome dele, o Deputado Paulo Mourão.

Agora, com relação a esses números, já respondi dizendo aqui, não tenho nada que ver.

Quero dizer outra coisa para o senhor; o Sr. Aílton Reis...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Também já cometi este erro no passado, não me sinto agredido.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Quero dizer que ele faz um exercício de futurologia.

O Senador Raimundo Lira, sequer ainda havia definido quem seriam os relatores setoriais do Orçamento agora para 1994 e ele já põe lá, Deputado Roberto Balestra e entre parênteses, José Luiz Maia. Nem sequer havia decidido quem seriam os relatores parciais; e eu perguntei ao Senador Raimundo Lira semana passada: Senador, por gentileza, o senhor havia definido quem seriam esses relatores parciais? Quer dizer, é um exercício de futurologia, Deputado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª há de concluir e de concordar que V. Exª foi relator parcial num ano, indicado pela Liderança do seu partido; no outro ano aparece uma indicação do relator parcial, do vosso partido, onde V. Exª era o Líder do partido, e junto à aprovação dessas emendas parciais aparecem valores, que não são futurologia, a saber: 1 bilhão sobre 19,2 bilhões, faz o cálculo de 4%, que é a porcentagem que ele designa para os relatores parciais, que dá 0,21% vinculado ao nome de V. Exª.

A mesma coisa em relação à outra emenda, quer dizer, aquilo que foi colocado pelo relatório parcial 775 milhões de cruzeiros, sobre 13,430 bilhões de cruzeiros, 4% dá 0,23, associado ao nome de V. Exª.

Por quê? Porque o documento da empreiteira é muito claro, não é quem assina a emenda que tem a responsabilidade pela emenda, mesmo porque eles dizem como abordar parlamentares, sugerindo interesses da região e argumentos técnicos.

Há parlamentares, dentro do esquema da Comissão do Orçamento, que coordenavam esses processos. E o que me espanta é porque há um vínculo entre V. Exª e esta emenda na medida em que foi V. Exª que indicou um relator parcial para aprovar essas emendas. Portanto V. Exª tinha uma intimidade com esse relator parcial, V. Exª tinha uma ascendência sobre esse relator parcial, V. Exª foi quem o colocou nessa condição na Comissão de Orçamento.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Quero dizer - se terminou o argumento - que V. Exª também se fosse Líder, que o Líder do seu partido indica vários relatores para atender na Comissão de Orçamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas o nome dele não aparece com porcentagem em nenhuma emenda na Construtora Norberto Odebrechet.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sou um homem, nobre Deputado, voltado para o setor empresarial, defendo economia de mercado e ele está dizendo essa história toda. Agora, não tenho nenhuma responsabilidade com essa atitude irresponsável do Sr. Ailton Reis. Nunca lhe autorizei, nem permiti que utilizasse o meu nome ou sigla de meu nome em qualquer documento. Também nunca lhe pedi qualquer projeção de futuros apoios de campanha, porque não preciso do seu apoio. Com essa construtora, eminente Deputado Aloizio Mercadante, não tenho o menor relacionamento.

Devo dizer, repetindo, até me tornando enfático, que não creio que V. Exª faça esse juízo de mim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não estamos fazendo aqui qualquer tipo de juízo, estamos aqui para apurar a verdade e vamos, ainda que seja custoso, do ponto de vista pessoal, procurar avançar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Mercadante, está ultrapassando em quatro minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sei, Presidente, mas as respostas têm sido relativamente longas.

Não acho que colocar emendas no Orçamento seja simplesmente uma tarefa do parlamentar que acredita em economia de mercado. Acho que é um tarefa de qualquer parlamentar. Por exemplo, eu fui indicado, na época, relator parcial junto com V. Exª e renunciei, não por causa da economia de mercado, mas porque sabia que existia um esquema de corrupção e só tinha um ano de mandato nesta Casa e não quis participar nesta condição. Mas isto é um problema de responsabilidade de cada um.

Só quero voltar à questão porque V. Exª, em 1992, apresentou uma Emenda R00826-9 do Pólo Cloroquímico de Sergipe.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Para o Orçamento de 1992.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Exatamente!

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Tenho aqui uma carta do Governador de Sergipe que foi exatamente isso. Essa emenda, Deputado Aloizio Mercadante, foi uma solicitação do Governo do Estado de Pernambuco. Ela entrou nas mesma circunstância das outras emendas, foi sugerida sem valor, pois o relatório foi aprovado. Eu dispunha de três milhões quatrocentos e poucos mil cruzeiros para atender tudo isso. Então, essa emenda foi submetida ao Plenário da Comissão de Orçamento e foi aprovada. Um certo relator lá aprovou uma emenda por solicitação do eminente Senador Eduardo Suplicy, para a Prefeitura de São Paulo, com o apoio de todos nós, que foi uma emenda para estrutura...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Está V. Exª sendo muito hábil em citar outros nomes, mas estamos aqui analisando é que junto a esse Pólo Cloroquímico aparece novamente o nome de V. Exª...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, aí o senhor tenha a paciência! Eu não tenho...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E em relação à Barragem Petrônio Portella, Emenda nº 058.867/9. Também foi V. Exª quem apresentou.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Olha, em relação à Barragem Petrônio Portella, ela é uma barragem defendida pelo Deputado Paes Landim, pelo Deputado Mussa Demes, e vem sendo construída ao longo de vários anos no Estado. O ano passado ela quase foi a pique. Confesso a V. Exª que posso até ter sido signatário dessa emenda, também, talvez com outros parlamentares, mas não tenho responsabilidade com ela, porque também não era da área da SDR.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Agora V. Exª também apresentou emendas relativas ao Hospital Universitário de Teresina, à Construção da ponte sobre o Rio do Poti.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - A ponte sobre o Rio do Poti, sim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Poderia V. Exª apresentar?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Apresentei sim, e já expliquei isso aqui, Deputado. Tenho, inclusive, os valores em dólares dessas emendas, eminente Deputado.

Apresentei, sim, essas emendas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Apresentou?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Quem constrói é uma empresa de Teresina, de nome Lourival Passales Parente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Porque V. Exª há de convir também que uma outra coisa que chama a atenção é que na documentação da SERVAZ, o nome de V. Exª também está associado a um valor de 10 milhões de cruzeiros na época, com uma parcela liberada no mês de maio no valor de 5 milhões de cruzeiros relativa a projetos da ETURB. Por sinal que já existe uma auditoria da ETURB, mostrando superfaturamento expressivo em relação a construtora Andrade Gutierrez e SERVAZ.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Quanto a isso aí eu não tenho nada que ver. Eu só fiz uma emenda para a Prefeitura de Teresina, de infra-estrutura urbana, e já passei aqui para o Sr. Relator a documentação que me foi mandada pelo eminente Prefeito Raimundo Alves Ferraz, do PSDB, que é meu adversário político. Mas vendo a injustiça e as ilações que se faziam sobre essa empreiteira em relação a mim, no meu Estado, o prefeito me mandou a prestação de contas, provando que essas emendas foram apresentadas, foram construídas por outras construtoras que não era a SERVAZ.

E essa obra que V. Exª se refere, foi financiamento da Caixa Econômica, segundo informação do Prefeito Heráclito Fortes, do PDT. E os recursos que para lá foram alocados foi por gestão pessoal dele junto à Ministra Margarida Procópio.

Com esse pessoal da SERVAZ, eminente Deputado, eu digo a V. Exª, olhando no seus olhos: eu não tenho nada que ver. Nunca tive o menor relacionamento com essa gente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Bom, eu queria concluir, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: que ainda que seja uma documentação unilateral, evidentemente todos os documentos de empreiteiras serão unilateral. Acho difícil que esta CPI possa ter acesso a recibo, porque muitas vezes o pagamento de campanha ou pagamento de propina, evidentemente, como nós vimos na casa de José Alves dos Santos, são feitas através de dólares. Eu peguei em cima do armário, junto com o Senador Elcio Alvares e o Senador Gilberto Miranda, 910 mil dólares e a Polícia Federal havia tirado 1 milhão e meio de dólares. Ele mesmo disse aqui que malas de dólares eram distribuídas na Comissão de Orçamento. -

Ora, o nome do Deputado José Luiz Maia aparece associado a valores e percentagens sempre com vínculo direto ou indireto. Quer dizer, ou é o SDR, como no caso de alguns projetos ETA, Nassau etc, que já foi mencionado pelo Relator, ou é a adutora Pedro II com emenda parcial e outras do gênero, Hospital Universitário, mas que V. Exª indicou o relator parcial, que é do seu partido e que tinha responsabilidade - e nós já verificamos em outras situações que isso se repete com a construtora Norberto Odebrecht em vários dos relatórios parciais, ou seja, a responsabilidade, às vezes, não é de quem assina a emenda, nem é do relator parcial. Existem parlamentares que coordenam essas operações por essas empresas e que têm a responsabilidade ao longo do tempo de colocar os valor, de induzir e encaminhar e solicitar ou por escrito ou verbalmente que valores sejam colocados. E se nós não desvendarmos esse esquema, evidentemente nós não vamos conseguir descobrir como é que 620 milhões de dólares dessa construtora aparece no Orçamento Geral da União e ela mostra o nível de controle que ela tem sobre o Executivo e sobre esse plenário, através de alguns parlamentares.

Infelizmente, Deputado José Luiz Maia, V. Exª sabe que até este momento, deste material da construtora Norberto Odebrecht, V. Exª contou e eu conversei com mais uma oportunidade, não vi nada em relação ao nome de V. Exª. Não há nada na subvenção social e não vejo na conta bancária isoladamente nada que possa induzir. Mas acho que esses são indícios muito graves. E V. Exª há de concordar. V. Exª aparece em duas empreiteiras em situações semelhantes e associado a relatoria parcial, que V. Exª ou era o relator ou havia indicado o relator parcial.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu quero, Sr. Presidente, que V. Exª me permita duas coisas, olhando bem seriamente nos olhos de V. Exª. Tenho a impressão que V.Exa. não pode fazer esse juízo de valor a respeito de mim. Eu lhe digo com muita sinceridade, com muita tranquilidade, com muita humildade, que tenho um profundo respeito por V. Exª. Mas, Deputado Aloizio Mercadante, eu sou um homem de origem humilde, que aprendeu a trabalhar, a calejar as mãos, a dar emprego, a brigar, a lutar, e digo com muita franqueza: não posso acreditar que V. Exª me queira atribuir responsabilidade com anotações unilaterais feitas irresponsavelmente por esses dois cidadãos, com os quais eu não tenho o menor relacionamento. Então, eu quero deixar isto claro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, peço que dê por encerrado o assunto. V. Exª já está com 22 minutos a mais. Há reclamações...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu só queria dizer o seguinte: eu não poderia fazer - se fosse, isoladamente, a informação de um documento ou de algum projeto em que V. Exª não tivesse qualquer participação, eu estaria, aqui, para sequer perguntar sobre isto. Agora, à medida em que o nome de V. Exª aparece sucessivas vezes em relação a projetos de verbas aprovadas ou liberadas, onde V. Exª ou era o relator parcial ou tinha indicado o Relator parcial, é evidente que eu não posso ter a mesma convicção em relação a possibilidade de participação de V. Exª nesse Processo do esquema da Comissão de Orçamento e que é evidente que a Nação inteira, hoje, sabe que existia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pavão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra V. Exª pela ordem.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, é para pedir a V. Exª vênia e ler, aqui, um bilhete que recebo do Deputado Jesus Tajra em que me pede que comunique à Comissão:

> "Sr. Deputado Luiz Salomão, considerando que V. Exª citou o meu nome, ao indagar ao eminente Deputado José Luiz Maia sobre viagem que fizemos a Buenos Aires, devo esclarecer, a bem da verdade, que essa viagem foi programada com a Agência de Turismo API, tendo sido pago em cruzeiros, aqui mesmo, no Brasil, passagens e notéis pois a viagem se estendeu a Bariloche. Peço comunicar à Comissão.
>
> Assinado: Jesus Tajra.
>
> P.S.: Não será difícil conferir com a empresa."

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - No caso de ele conferir com a empresa... porque dizer que foi por uma agência de turismo, até aí não elucidou definitivamente. Quem pagou à agência de turismo, que o Deputado diz é que pode se

verificar. Se não teremos de ouvir agora, e o próprio Deputado José Luiz Maia pode informar.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Pagamos a viagem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato. O Deputado José Luiz Maia já tinha tido, inclusive, que cheques estavam aí para serem conferidos.

Tem a palavra o Deputado Pedro Pavão.

Vamos ver se nós vamos nos conter nos 10 minutos porque, hoje, é uma posição muito difícil para mim, porque se trata do Líder do meu partido na Câmara e se eu insistir em marcar o tempo que deve ser - porque já estamos dobrando o tempo - pode haver algum maledicente que suponha que eu estou desejando proteger o depoente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quero fazer uma correção nas notas taquigráficas, porque quando eu disse "deste plenário" eu estava falando do plenário da Comissão de Orçamento e, evidentemente, não do plenário desta CPI, mas do plenário da Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Faça-se a correção gramatical. Está acabado o assunto.

Tem a palavra o Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu ia tentar corrigir.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Depoente Deputado José Luiz Maia, eu tinha, aqui, quatro anotações de perguntas que iria fazer ao ilustre depoente mas já foram feitas. Eu quero deixar, aqui, registrado, apenas uma colocação que o Deputado Aloizio Mercadante fez e que para mim é estranha. Em 1991, S. Exª foi indicado, pelo seu partido, para assumir uma sub-relatoria. Não assumiu essa sub-relatoria por ter conhecimento de um esquema já naquela época montado. E eu lhe pergunto: por que não trazer a público, já naquela época, e quem sabe, até, não estaríamos reunidos, aqui, hoje, por uma denúncia de um cidadão de reconhecida capacidade?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito. Sr. Presidente, só queria responder ao Deputado Pedro Pavão que nós não só demos conhecimento a público, em várias matérias de jornais, como o meu partido pediu uma CPI para a Comissão de Orçamento, que não foi aprovada pelo Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu vou pôr ordem nesta Casa, Deputado Pedro Pavão. Todas as vezes que V. Exª pega o microfone, eu tenho uma detonação de problemas. V. Exª sabe que não pode interpelar ninguém. Ouça o depoente!

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu não vou interpelar. Eu disse apenas que estranhava...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Toda a citação nominal vai exigir uma explicação pessoal, no mínimo.

O SR. PEDRO PAVÃO - Tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos acabar com isto. Vamos ouvir o depoente.

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu dispenso o meu tempo....

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu não o estava ouvindo, aqui, estava conversando com o relator e não ouvi.

O SR. PEDRO PAVÃO - Minhas perguntas e pedidos já foram respondidas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu disse que não interrompi. Eu estava conversando com o Relator.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, eu dispenso as perguntas ao depoente porque elas já foram respondidas. Apenas isto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Deputado José Luiz Maia, espero fazer uma inquirição objetiva e espero, também, respostas objetivas.

O Sr. José Carlos Alves dos Santos, em depoimento perante esta CPI, vinculou o nome de V. Exª, diretamente ao chamado Esquema das Subvenções Sociais. V. Exª tinha conhecimento desse esquema, sabia que havia na Comissão de Orçamento um grupo de parlamentares que enviava, entregava do Deputado João Alves relações de entidades para receberem subvenções sociais das dotações globais do Ministério?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Deputado, a cada ano, com exceção do ano passado - parece-me - ou deste, recebemos um ofício da Comissão de Orçamento estabelecendo prazos para que se mandassem aquelas relações. E eu lhe digo até com toda a sinceridade, talvez eu me tenha salvo dessa questão das subvenções, porque não tenha me aprofundado nessa história. Digo a V. Exª, com toda a sinceridade, que sempre detestei esse tipo de liberação de recursos para entidades que não cumpriam ou não cumprem bem as suas funções.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, o que eu quero saber de V. Exª não são as entidades, as verbas...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - O senhor me perguntou se eu sabia, eu disse a V. Exª que não sabia. Tanto que não pedi subvenção ao Sr. João Alves.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - E nunca entregou lista ao Deputado João Alves?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - O eminente representante da Comissão de Subvenção fez agora um depoimento dizendo que não encontrou nada nesse setor sobre o Deputado José Luiz Maia.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu só quero saber: V. Exª nunca entregou lista?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não entreguei.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito bem! Em relação à questão do outro esquema, Sr. Presidente, Sr. Deputado, eu considero que essa questão da Comissão de Orçamento, na avaliação que nós, na nossa Subcomissão, estamos fazendo do processo interno da Comissão de Orçamento, nos chama a atenção a seguinte questão: até o ano de 91, quando houve a primeira crise na Comissão, com as denúncias de imprensa e a saída do Relator-Geral, alguns parlamentares ocupavam, numa forma de rodízio - podemos dizer assim - algumas sub-relatorias importantes; após a crise de 91, houve uma alteração: sub-relatorias importantes eram ocupadas por outros parlamentares que não tinham expressão anterior na Comissão de Orçamento, mas os relatórios eram feitos a quatro ou seis mãos.

Nesse sentido, a pergunta que o nobre Deputado Aloizio Mercadante fez tem um sentido que a indicação do Relator do Ministério de Bem-Estar Social, que nos anos anteriores foi o Deputado Genebaldo, por dois anos, o Deputado Fábio Raunheitti e o Deputado José Geraldo. Em 92, foi um Deputado indicado pelo Partido de V. Exª. V. Exª influenciou alguma das emendas apresentadas no relatório do Relator parcial?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Deputado Sérgio Miranda, eu fiz a indicação de todos os membros da Comissão de Orçamento. Eu designei o Deputado Ruberval Pilotto para coordenar a Bancada do Partido na Comissão de Orçamento, como fiz este ano em relação ao eminente parlamentar Basilio Villani. Exatamente porque as funções de liderança me prendiam em reuniões no Colégio de Líderes, discutindo as questões maiores do País, e eu entendia que estava na hora de deixar que eles tomassem, por iniciativa própria, os seus caminhos nesse sentido.

De modo que quero dizer a V. Exª que não influenciei, em nenhum momento, o Relator Paulo Mourão sobre nada. Não nego a V. Exª que alguns parlamentares que nos procuravam pedindo isso: se o Senhor for relator, o senhor vai receber da Liderança do seu Partido pressões de parlamentares pedindo para que o relator acolha as suas emendas. Então, essa matéria eu quero deixar bem claro com o senhor. Eu não influenciei em qualquer ação do Relator Paulo Mourão.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª não indicou ao Deputado Paulo Mourão, Sub-Relator do Ministério do Bem Estar e Ação Social, nenhuma emenda, nem no que diz respeito à Adutora Pedro II, nem à questão da drenagem da Zona Sul de Natal?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Confesso ao senhor que não, e digo ao senhor, com toda a sinceridade, que fiz um apelo para que incluísse as minhas emendas destinadas ao meu Estado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Segunda questão, em relação também a esclarecimentos de perguntas do Relator. V. Exª está relacionado no documento da SERVAZ, que é a mesma documentação da **Veja**. A **Veja** errou, porque, na relação, o que existe no documento da SERVAZ, é que ele relaciona o nome de V. Exª a um valor explícito - valor: 10 milhões - Orçamento de 91 - ETURB.

Eu analiso essa expressão "ETURB" não como empresa, mas estrutura urbana em Teresina que é uma emenda de origem de V. Exª. Nesse sentido, não existe relação direta com a despesa, mas apenas com essa emenda de estrutura urbana em Teresina. V. Exª fez essa emenda?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Olha, Sr. Deputado, já respondi sobre essa emenda no primeiro momento. Quero dizer a V. Exª que o Prefeito de Teresina é do PSDB; hoje, o Dr. Raimundo Wall Ferraz encaminhou-me a prestação de conta e a comprovação de que a SERVAZ nada teve a ver com a construção dessa obra. Passei às mãos do Presidente e do Relator, e se V. Exª quiser passo também para V. Exª, para que possa ver que a SERVAZ não teve nada ver. Inclusive, nem sequer concorreu.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Essas respostas são importantes para que continuemos a nossa investigação.

V. Exª pode explicar para esta CPI por que num ofício encaminhado ao Relator-Geral, Deputado Ricardo Fiúza, pelo Deputado José Carlos Vasconcellos em relação a algumas emendas do FND, principalmente uma, Financiamento ou Participação do FND no Capital das Centrais Elétricas de Minas Gerais - CEMIG, para a construção da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, em Minas Gerais, está escrito o seu nome?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Quero dizer a V. Exª que não tenho nada a ver com essa emenda, nunca fiz emenda para Minas Gerais. Agora, nesse papel o senhor deve encontrar duas emendas do Piauí. Uma para essa rede de alta tensão, questionada pelo eminente Deputado Luiz Salomão, e uma outra para a construção de uma rede de transmissão de alta tensão, Piripiri - Parnaíba. Quanto a essas aí assumo completamente a responsabilidade; sobre a outra, não, Deputado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª tem alguma explicação para essa Comissão...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Acho que aí teria de se mandar fazer um exame grafotécnico.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nas duas outras emendas que constam do documento existe o nome de V. Exª e são obras para o Piauí. Por que a mesma pessoa, com a mesma letra, além dessas duas emendas, incluiu uma emenda para Minas Gerais?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Se eu pudesse, Deputado, eu lhe explicaria, mas tem que perguntar a quem escreveu.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. V. Exª, quando foi sub-relator do SDR nos chamou a atenção para a seguinte questão: no processo de liberação de verbas do SDR há uma concentração em três Estados. Oitenta por cento das emendas apresentadas por V. Exª são para os Estados do Piauí, que acho lógico, porque é o Estado de V. Exª, com 20%; para o Estado de Pernambuco com 38%, e para o Estado de Sergipe com 22%. Analisando essas emendas, o Estado de Sergipe inclui a emenda do Pólo Cloroquímico. Chama-me a atenção, então, e por isso queria mais um esclarecimento de V. Exª, que em relação ao Pólo Cloroquímico existe um outro documento apreendido na ODEBRECHT que associa o Deputado José Geraldo: Pólo Cloroquímico de Sergipe a 17 mil e 550 dólares.

Eu queria saber três questões em relação a este assunto. V. Exª tem condições de explicar essa concentração em três Estados?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Primeiro, se eu não colocasse as emendas para o meu Estado eu seria execrado.

O senhor sabe, Deputado Sérgio, que o Piauí possui a última fronteira agrícola a ser integrada ao processo produtivo deste País. O senhor vai encontrar nas estradas que ligam Bertolínia a Uruçuí-Ribeiro Gonçalves, que é exatamente no processo de escoamento de produção. E V. Exª sabe que o Presidente Collor ganhou a eleição de Presidente da República quando saiu batendo na questão do apodrecimento dos cereais que estavam sendo produzidos no Mato Grosso e nos outros Estados brasileiros porque não tinha como escoar. Estava acontecendo isso no meu Estado. Tenho uma carta do meu Governador dando prioridade a essa obra. A outra, Sr. Deputado Sérgio Miranda, temos essa Região onde está sendo implantada essa fábrica de cimento que precisa de estrada para escoar a produção. Além do mais, nesta Região - estou falando sobre o meu Estado...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim, mas quero falar sobre os outros Estados.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Briguei, destaquei com o Relator geral para incluir.

Com relação aos outros Estados, eu já disse aqui, encaminhei ao Relator geral, que o meu relatório foi aprovado no plenário sem a citação de qualquer valor, está confirmado nos depoimentos, nas notas taquigráficas da Deputada Irma Passoni que reclamou e sugeriu que fosse feita sob forma de sugestão do Deputado Paulo Hartung e de tantos outros parlamentares que lá estiveram.

Inclusive, Deputado, é um documento que está aqui, que tenho a alegria de passar às mãos de V. Exª para que V. Exª veja que foi o primeiro Relator setorial que submeteu emenda de Relator ao plenário para que o Relator geral acolhesse.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O meu tempo está se esgotando.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª começou às 12h13min.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Acho que a pergunta não foi respondida e depois nós poderemos ter mais esclarecimentos a nível da Subcomissão.

Eu tenho apenas uma última pergunta, caso o Senador Jarbas Passarinho tenha paciência. Diz respeito ao entendimento deste processo da Comissão de Orçamento.

V. Exª tem o seu nome relacionado em documentos apreendidos na casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos? A emenda de infra-estrutura de Teresina, Piauí, e a emenda de dragagem com aterro hidráulico no rio Poti, em Teresina.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Essa de dragagem não é minha.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Ambas a cargo do Ministério da Ação Social, existe um documento com essas duas emendas.

Chama-nos a atenção é que a primeira emenda é de V. Exª; a segunda emenda não é de V. Exª, o segundo programa resultou de uma emenda apresentada pelo Deputado Manoel Moreira. V. Exª, por ser do Piauí, tem alguma informação a esta Comissão sobre a razão pela qual o Deputado Manoel Moreira fez essa emenda para o Piauí? E por que na casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos ele relaciona o nome de V. Exª a esses dois subprojetos? V. Exª pediu a liberação de verbas para o subprojeto aprovado pelo Deputado Manoel Moreira?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, Sr. Deputado.

Eu devo ter chancelado o pedido, por solicitação do prefeito, da emenda de minha autoria. Não costumo, absolutamente, invadir a área de qualquer outro parlamentar. Não sei por que razão o Deputado Manoel Moreira fez a emenda, e eu não fiz solicitação para que elas fossem liberadas.

Também não acredito que tenha documento meu na casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos pedindo liberação. Pode haver citação.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Citação de V. Exª.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - A emenda é de minha autoria, porque eu não fiz nenhum apelo ao Sr. José Carlos Alves dos Santos para liberar esses recursos. Eu fui diretamente à ministra, na época, com o prefeito Eráclito Fortes, do PDT, solicitando que ela liberasse os recursos. Os recursos foram liberados, Sr. Deputado. Aliás, não foram liberados no total. Foram liberados 700 e poucos milhões de cruzeiros. Foram realizadas as obras pelas construtoras que já passei para o Sr. Relator.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Máximo.

Tenho que pedir desculpas para o Deputado Sérgio, pois errei na minha aritmética. S. Exª só ultrapassou 4 minutos.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, nobre Deputado José Luiz Maia, V. Exª se revelou perplexo pelo fato de o seu nome aparecer citado em diversas oportunidades. Eu também fico perplexo pela freqüência com que o nome de V. Exª aparece mencionado nos depoimentos do Sr. José Carlos Alves dos Santos, em documentos apreendidos na casa dele, no chamado dossiê ODEBRECHT e, também, na publicação da revista **Veja**, veiculando documento de uma pessoa que teria sido executivo da SERVAZ, onde aparece o seu nome como o de uma pessoa que supostamente estaria incluído na lista dos que receberiam benefícios dessa empresa.

Pergunto a V. Exª, que se revelou indignado e perplexo - eu também estou perplexo: a que V. Exª atribui a circunstância do seu nome aparecer, com muita assiduidade, em todos esses documentos apreendidos e nesses depoimentos? A que V. Exª pode atribuir isso? Porque há uma frequência muito grande a respeito e fico me indagando o porquê. V. Exª já prestou aqui inúmeras explicações a respeito de fatos relacionados com perguntas que lhe foram feitas e até agora fico me indagando o porquê dessa insistência.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Essa pergunta também me faço, eminente Deputado. Confesso a V. Exª que, a partir da citação do Dr. José Carlos, fiquei um leão ferido, amargurado, torturado e lhe digo com muita sinceridade, eminente Deputado, que nunca tive com esse senhor qualquer relação que não fosse congressual.

Com relação ao documento da ODEBRECHT, do Sr. Ailton Reis - porque não creio que seja da empresa -, já repeti várias vezes aqui que só uma mente doentia poderia fazê-lo de forma unilateral, eu diria até perversa.

O que diz respeito à questão da SERVAZ, talvez pela influência política que eu tenha no meu Estado e as dificuldades que ele teria para resolver os problemas com o Governador, que reduziu ou que cortou as suas obras lá para evitar seu faturamento - como foi feito claramente, digo alto e bom som -, talvez me tenha tentado sem que eu lhe desse oportunidade de continuar com essa conversa, buscasse caminhos para abrir suas portas.

Mas, nobre Deputado Luiz Máximo, a única coisa que digo a V. Exª é que não sei explicar e só lamento que isso tudo tenha acontecido neste final de ano, porque lhe digo, afirmo-lhe, olhando nos seus olhos, com toda a franqueza: não tenho nenhuma responsabilidade com tais criaturas!

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado, é exatamente isso que sempre me pergunto, e V. Exª disse que faz essa pergunta a si próprio. V. Exª afirmou agora, reiterando o que já dissera, que seria um comportamento perverso do Sr. Ailton Reis fazer essa relação de nomes. Mas me pergunto: não foi o Sr. Ailton Reis que divulgou esses documentos? Não foi ele que trouxe a público esses documentos? Ele tinha esses documentos em sua casa, ele próprio os elaborava. Então, ele seria perverso em que sentido? Ele estaria elaborando esses documentos, arrolando nomes de Parlamentares e de outras autoridades com o objetivo de tornar isso público por qualquer outra razão. Porque, segundo ele disse quando depôs aqui, manifestou sua indignação, que foi apreendido à sua revelia, sem que ele sequer se encontrasse presente. Eram documentos, enfim, de ordem particular. Então, fico me indagando por que uma pessoa ficaria em sua casa arrolando nomes, dando percentuais, fazendo cálculos e guardando em sua casa! Se ele que tivesse trazido a público, poderíamos até fazer um raciocínio em outro sentido.

É nisso que quero que o senhor me ajude para eu tentar compreender tudo isso que aconteceu.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu até pediria que o senhor me ajudasse também a chegar a essa conclusão, porque ele citou eminentes nomes do seu partido com os quais tenho o melhor relacionamento e respeito. E digo a V. Exª com muita sinceridade: não acredito que qualquer um daqueles nomes citados do seu partido tenha também qualquer responsabilidade com aquelas indicações inseridas naquele papel.

Fique certo V. Exª de que estou também perplexo, como deverão estar os eminentes membros do seu partido, citados pelo Sr. Ailton Reis. De modo que vou até conversar com os eminentes citados para ver se chegamos a uma conclusão, porque eu lhe confesso que aquilo foi um ato unilateral e irresponsável.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Meu nobre Deputado, apenas quero fazer aqui uma breve observação: que não me preocupa a sigla partidária de qualquer pessoa. Eu, quando recebi a indicação do meu partido para participar desta CPI, eles já sabiam da minha forma de atuar, da minha forma de agir. O nome, para mim, do Parlamentar, eu abstraio a sigla partidária. Em absoluto. V. Exª pode estar consciente disso, nobre Deputado. No que depender de mim, as pessoas que tiverem qualquer indício de envolvimento, que caracterize a incompatibilidade de comportamento com o decoro Parlamentar, para mim, não interessa o partido. Para mim, a instituição está acima deles.

Prosseguindo na minha pergunta, nobre Deputado - e V. Exª sabe que outro objetivo não me impulsiona, a não ser o meu dever para com esta Comissão e perante à sociedade, que é o de procurarmos esclarecer os fatos. E nós só poderemos atingir esse objetivo...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - V. Exª está dando-me uma oportunidade de tentar esclarecer.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Exato. E outra coisa não me move a não ser isso, nobre Deputado. Vou fazer-lhe uma pergunta e V. Exª responderá sim ou não, enfim, recebemos as informações dos mais variados lugares: V. Exª, por acaso, possui um imóvel no Município de Parnaíba, na praia de Luiz Correia?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Possuo sim.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Este imóvel V. Exª arrolou na sua declaração de bens?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Está arrolado na minha declaração de bens. Aliás, passei aqui, há pouco tempo, eminente Deputado, os documentos que comprovam o pagamento, o cheque, a origem do cheque e tudo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estamos nos tornando repetitivos nas perguntas.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Todos os bens que tenho e que foram solicitados aqui estão na minha declaração de bens.

O SR. LUIZ MÁXIMO - É que esse bem, Sr. Presidente, com essa localização de Parnaíba, eu não o localizei.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não é Parnaíba. É a praia de Luiz Correia.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Eu não conheço o Estado do Piauí, infelizmente. Então, pelo nome que tenho, procuro checar com os documentos. Então é a minha obrigação, se não for para esclarecer ao Plenário, pelo menos para me esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É um direito de V. Exª. Apenas acho que a partir do momento em que o depoente já respondeu questão igual, nós poderemos evitar a pergunta. Mas a curiosidade de V. Exª é que prevalece.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Agradeço, Sr. Presidente. Mais uma pergunta com relação aos seus bens, nobre Deputado: V. Exª é proprietário, tem participação numa revendedora, ou concessionária, ou loja de veículos no Bairro do Jockey, em Teresina?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Tenho sim. Sou participante minoritário e não está declarado, nobre Deputado, porque é na declaração do Imposto de Renda de 1993 que ela vai aparecer.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Ano-base de 93, exercício de 1994. Sr. Deputado, pergunto a V. Exª... eu iria perguntar, mas o Sr. Presidente vai falar que a pergunta foi feita. Então, fico na dúvida se pergunto ou não - V. Exª será juiz da pertinência ou não da minha pergunta, porque já foi feita, mas os esclarecimentos prestados pelo eminente Deputado não me satisfizeram, ou talvez eu não os tenha compreendido. Por isso pergunto, se V. Exª achar que é impertinente, a indefere.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu ainda não sei qual é a pergunta! (Risos)

O SR. LUIZ MÁXIMO - Exatamente, eu vou fazer e já estou colocando a V. Exª. Na evolução patrimonial de V. Exª, no período compreendido de 1º de janeiro de 1992 a 31 de dezembro de 1992, houve um ingresso de recursos declarados, no total, em UFIR, de 3.318,550,20 UFIR. Sendo que nesse período, o total de dispêndios, em UFIR, soma também 3.508.164,14 UFIR. Houve um acréscimo patrimonial, a descoberto, e que não há uma justificativa, pelo menos até onde sei, no total de UFIR, de 189.613,94, o que equivale, mais ou menos, a 112.357 dólares. Então, a pergunta que faço a V. Exª: Há justificação da origem dos recursos necessários para a cobertura?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto a V. Exª se deseja respondê-la, apesar de já ter dado resposta a pergunta igual.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Exatamente. Sr. Presidente, apenas quero dizer que depois que foi feita a apuração da minha variação patrimonial, fiquei com uma saldo um UFIR de 87.418. Então, acho que alguma coisa esteja batendo errado na informação que V. Exª colheu, porque isso está constando na minha declaração de Imposto de Renda, está qui no resumo, e já passei também esses documentos. Quero dizer a V. Exª que tenho um saldo e não é um saldo pequeno.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Então, poderá a subcomissão competente fazer esse esclarecimento.

Uma última pergunta: V. Exª, não sei que indagação lhe foi feita aqui, fez referência ao pagamento de um bem, não estou lembrado se apartamento, em espécie.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sim, senhor.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Esse bem, foi apartamento?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Um apartamento.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Em quanto importou esse apartamento?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Na época, foram 45 milhões, não posso lhe precisar, mas está em UFIR aqui na declaração.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor pagou em espécie, quer dizer, em dinheiro?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Em dinheiro, sim.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Qual a razão do senhor ter pago em dinheiro?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - O senhor pode pagar em dinheiro, cheque, ou troca.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Eu sei que pode.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Isso é questão de vontade, o dinheiro é uma moeda nacional. Tenho um amigo que não anda com cheque e sim com uma mala de dinheiro na mão; um grande empresário, de Fortaleza, que paga em dinheiro. Eu apenas me dei o direito de pagar em dinheiro. A mim me compete; e tenho saldo na minha declaração de imposto de renda e minhas contas bancárias, paguei em dinheiro porque é a moeda corrente nacional. Cheque, uso se quiser e pago com dinheiro se quiser.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Apenas é uma curiosidade, porque achei interessante pagar uma importância levando o dinheiro na mala.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Quero dizer mais uma coisa para V. Exª. Tenho recebido muito mais disso das pessoas que vão lá na minha fazenda comprar, pagam em dinheiro e eu trago em malas.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Exª.

Chamo o nobre Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Deputado José Luiz Maia, quando o Deputado Aloizio Mercadante perguntou a V. Exª a respeito de seu relacionamento com a empresa SERVAZ, V. Exª negou esse relacionamento. No depoimento prestado pelo Sr. Onofre Vaz - proprietário da empresa - à Subcomissão designada pela CPI para ouvi-lo, foi registrado o seguinte diálogo:

"O SR. LUIS ALBERTO: E com o Deputado José Luiz Maia?

O SR. ONOFRE AMÉRICO VAZ: Tenho obra no Piauí e estive duas, três vezes, ou até mais, no gabinete dele lutando e pedindo se talvez ele poderia nos ajudar lá. Mas parece que quando eu estava afinando minha viola a festa já estava acabando, a festa que digo, o prazo, já estava acabando. O senhor entende? Então estávamos, não sei, parece que... porque deixávamos sempre para o pessoal e nós, naquela agonia, ficávamos em São Paulo, corre aqui, corre ali, as coisas não estavam saindo, não é? Quando íamos entrar já estava na UTI.

O SR. LUIS ALBERTO: O senhor já esteve umas duas ou três vezes com ele no gabinete?

O SR. ONOFRE AMÉRICO VAZ: No gabinete dele sim, senhor.

O SR. LUIS ALBERTO: Na época em que ele era membro da Comissão de Orçamento?

O SR. ONOFRE VAZ: É, sim senhor."

Pergunto: que considerações V. Exª faz a esse respeito?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Nobre Deputado, V. Exª até me ajudou quando consegui de V. Exª essa nota taquigráfica. Exatamente isso ratifica o que disse aqui nesta Comissão. O Sr. Onofre Vaz procurou-me, mais de uma vez, em meu gabinete, pedindo que eu assinasse emendas destinas às obras dele no Piauí, sobretudo as obras da AGESPISA*, e eu não as fiz e encaminhei à Comissão de emendas, através do eminente Deputado Maurício Najar.

Encaminhei já, aqui, ao Presidente e ao Relator-Geral uma certidão da Comissão de Orçamento que prova que nunca fiz emendas destinadas a esta obra. A única obra para a qual fiz emenda para a Prefeitura de Teresina, neste período, foi para a infra-estrutura urbana, que foi construída por duas empresas que já repeti aqui. Está nas mãos do Sr. Relator a prestação de contas que o eminente Prefeito Raimundo Ferraz me encaminhou, comprovando que essas obras não foram feitas pela SERVAZ, de modo que não fiz qualquer emenda com o Sr. Onofre, e foram as poucas vezes que ele me apareceu; nunca o vi fora do meu gabinete.

V. Exª mesmo foi quem teve a gentileza de me ceder as notas taquigráficas, as quais confirmam o que disse aqui.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Deputado, V. Exª, em resposta à pergunta do Deputado Vivaldo Barbosa a respeito de créditos recebidos em suas contas bancárias, em 24 e 27 de janeiro de 1992. Créditos esses em valores já convertidos em dólares: 97.681, em 24 de janeiro, ordem de pagamento do Banco BRADESCO; 55.865 dólares, de 27/01/93, depósito em dinheiro, Banco BANESPA; 27/01/92, 25.454 dólares, depósito em cheque, banco BANESPA, num total de 179 mil dólares, declarou serem provenientes de receitas da atividade rural, afirmou. Verificando sua declaração de rendas para o ano de 1992, constatamos que não existe declaração de receita de atividade rural em janeiro e, também, nos quatro meses seguintes.

Pergunto: Que explicações V. Exª oferece para tal fato?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Presidente, essa resposta eu já dei, já provei que houve uma movimentação no campo da agricultura.

Eu pergunto se sou obrigado a responder, eu não me nego a responder, porque, eminente Deputado, eu sou de região altamente produtora de pecuária, e V. Exª sabe que existe, na região, a figura da venda futura, e isso tudo já foi explicado. Eu quero perguntar ao Sr. Presidente e até o Relator já admitiu como normal...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perdão, o Relator?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, eu quero dizer que já dei essa resposta...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A mim?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - ... aqui, no plenário da Comissão, atendendo...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ao Relator, Deputado?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, atendendo à pergunta do Deputado Vivaldo Barbosa.

Então, nós temos operações ...

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, volto a repetir a pergunta. É um complemento à pergunta feita pelo Deputado Vivaldo Barbosa. Vou dizer novamente: V. Exª, em resposta à pergunta do Deputado Vivaldo Barbosa, a respeito de créditos recebidos em suas contas bancárias, em 24 e 27 de janeiro de 1992 - e eu disse aqui quais são os valores, ordem de pagamento do BRADESCO: 97.681 dólares; depósito em dinheiro do BANESPA: 55. 865 dólares; depósito, em cheque, do BANESPA: 25.450 dólares,

perfazendo 179 mil dólares, V. Exª afirmou serem provenientes de receitas da atividade rural. Mas, verificando sua declaração de rendas, para o ano de 1992, constatamos que não existe declaração de receitas de atividade rural. Em janeiro, que é o mês que está sendo citado e, também, nos quatro meses seguintes. Então, por isso que a pergunta foi feita: Que explicações V. Exª oferece para tal fato ?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - As explicações, eminente Deputado, é que na atividade rural existe a figura da venda futura. V. Exª recebe o dinheiro para entregar produto, lá na frente. Isso é normal, nas atividades rurais. Se houver algum agropecuarista aqui, vai saber muito bem disso. O senhor é de uma região altamente produtora de bovinos, sabe muito bem que existe as vendas, existe até a Bolsa de Futuro. Isso é normal, na atividade rural, em que você entrega, você confia, porque no campo eminente Deputado, a palavra... é como aquela história do fio de cabelo. Então, esta é a razão: você recebe, para entregar lá na frente. Uma série de negócios que são feitos, desta natureza. O que ela não poderia ficar fora era do corpo da minha declaração do Imposto de Renda, porque aí, sim, seria fraude fiscal.

O SR. ZAIRE REZENDE - O senhor, normalmente, trabalha sempre com operações em Bolsa de Futuro?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, porque o Piauí é um Estado ainda muito pobre, e as pessoas chegam lá e fazem negócios através até de telefone: "Eu vou te mandar um dinheiro, tu recebe aí, tu faz, eu mando lá, você paga e eu vou fazer isso". Lá não temos Bolsa de Futuro. Eu quero dizer a V. Exª que isso é o normal, na atividade rural.

O SR. ZAIRE REZENDE - Gostaria que o senhor prestasse uma informação, posteriormente. Quais são os emitentes desses cheques que foram depositados em sua conta, nas datas específicas ?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Ah, eu vou tentar localizar, pois podem até ter sido meus, mesmo.

O SR. ZAIRE REZENDE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR.BENITO GAMA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, esses valores referidos pelo Deputado Zaire Rezende, no dia 27 de janeiro de 1992, equivalente a US$ 55.865, isso foi um depósito em dinheiro.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Em dinheiro.

O SR. BENITO GAMA - E o do dia 27 de janeiro de 1992, equivalente a US$ 25.454, foi depósito em cheque, que a Subcomissão de Bancos vai rastrear e identificar o emitente desse cheque.

É só para esclarecer a V. Exª, ao Deputado Zaire Rezende, ...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Quer dizer, uma explicação já está dada, só falta a outra, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Zaire concluiu?

O SR. ZAIRE REZENDE - Concluí, Sr. Presidente, mas eu quero apenas acrescentar que nós estamos aqui com o anexo da atividade rural da declaração de 1993, ano-base 92, onde, realmente, não consta.

O Sr. Relator, inclusive, tem uma cópia também deste anexo.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não conta nesses dois períodos. Mas conta no movimento geral do ano.

O SR. ZAIRE REZENDE - Durante. Somente a partir de junho é que foi declarado entradas em atividades...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª me permite intervir para tentar facilitar o diálogo?

Já que eu tenho uma cópia, passo às mãos do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Conta do período que entrou em junho.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Mês a mês.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o nobre Senador Bello Parga, representante do Maranhão. (Pausa)

Ausente.

Passo à lista dos não-membros.

Chamo o nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, nobre Deputado José Luiz Maia, como V. Exª se dirigiu a vários colegas da Comissão com a expressão - e eu quero me dirigir, agora, com a mesma expressão do "olho no olho" -, ...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Pois não.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - ... abstraindo o percentual, abstraindo emendas, qual era a participação de V. Exª no esquema político de poder na Comissão de Orçamento desde 89? Vou terminar a pergunta: No "jumbão", no Orçamento de 90, nos Orçamentos de 91 e 92?

Considerando que todas as vezes que se criticou e se denunciou o núcleo de poder da Comissão de Orçamento, V. Exª sempre tinha, com relação ao Deputado João Alves, ao Deputado Genebaldo, ao Deputado Cid Carvalho, ao Deputado Manoel Moreira, uma relação extremamente estreita e nunca fez nenhum crítica a eles nas críticas que eram feitas na Comissão de Orçamento e no Plenário?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Deputado Genoíno, V. Exª está fazendo uma afirmação...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu estou fazendo uma pergunta.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Uma pergunta. Então, vou dar uma resposta. Não tinha nenhum relacionamento próximo com o Sr. João Alves, com o Sr. Manoel Moreira, com o Sr. Genebaldo, enfim, com todos aqueles. Inclusive, Deputado Genoíno, votei contra as vinculações de emendas, que foram implantadas no Orçamento da União, que veio do D.O.U para a Comissão de Orçamento. Fiquei apenas - e nesse momento eu apoiei o Partido do Deputado Vivaldo Barbosa, até por solicitações de um Ministro, amigo meu, para que eu ficasse com a questão dos CIACs.

Ajudei a derrubar o relatório do Sr. João Alves. Quero dizer a V. Exª que teve mais um episódio que não me vincula completamente a S. Exª: quando fui Relator da Subcomissão da Assembléia Nacional Constituinte, eu quis apresentar um projeto em que se restabelecesse o plano plurianual e que os Orçamentos fossem peça de curto, médio e longo prazo, e que os Parlamentares não fizessem emendas ao Orçamento, mas sim cuidassem com o Executivo, com os municípios, com os Estados num plano das diretrizes. Que o nosso trabalho fosse para definir as metas nos planos plurianuais, para que se evitassem essas loucuras que aconteceram na Comissão de Orçamento.

Agora, quero dizer a V. Exª que não tenho com o Deputado Manoel Moreira, com o Deputado João Alves, com o Deputado Genebaldo e com os outros que V. Exª citou a não ser uma relação congressual, e com o Genebaldo - e V. Exª também o fez em várias oportunidades -, tratou em mesa a discussões de lideranças esses assuntos.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Qual foi o assunto tratado nas reuniões realizadas? V. Exª frequentou a casa do Deputado João Alves ...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Absolutamente. Nunca freqüentei a casa do Deputado João Alves.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - ... para discutir o Orçamento?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Duvido que alguém diga, e isso daqui o Sr. José Carlos Alves dos Santos negou nas suas notas taquigráficas: que eu tivesse participado de qualquer reunião com o Sr. João Alves ou com quem quer que fosse.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E nas reuniões, Deputado José Maia, que se realizavam naquela sala da Comissão de Orçamento, que foi chamado aqui o "Tribunal de Nuremberg" inadequadamente?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Ah! Naquelas reuniões participavam todos os partidos, inclusive o Partido de V. Exª, representado pela eminente Deputada Irma Passoni, pelo Deputado João Paulo, pelo Deputado Eduardo Jorge. Ali se definia como deveriam ser adequados os relatórios que dos pareceres setoriais do Orçamento.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E em relação ao "jumbão" de 89, que teve um processo de obstrução?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não tive a menor participação. Como é?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E na discussão do "jumbão" de 89, que teve um processo duro de discussão em plenário? Ele veio da Comissão com o apoio do núcleo da Comissão de Orçamento.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Quero dizer a V. Exª que eu era um mero suplente, sem nenhuma participação, não tem emenda nenhuma naquele "jumbão" de minha autoria.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nobre Deputado José Luiz Maia, como V. Exª se referiu que há um candidato praticamente majoritário em algumas regiões do seu Estado, e é uma informação política, e como V. Exª tem um contato muito estreito com as suas bases, com as prefeituras, em relação ao Orçamento de 92, eu gostaria de perguntar se V. Exª tem conhecimento da emenda nº R00823-8.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - R00823-8...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Exatamente. V. Exª tem conhecimento que essa emenda foi executada?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, não. Essa emenda teve uma aprovação no valor de 16 bilhões 643 milhões.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Foram executados 3 bilhões, é isso?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, senhor. Esse crédito contingenciado dela... O valor liquidado foi de 6 milhões 641 mil 280.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E por que só foi executada a metade da obra? V. Exª tem conhecimento?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - São cento e poucos quilômetros, Deputado, de estrada, e ela está andando plenamente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Ela foi executada em apenas cinco quilômetros com esse valor.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, ela tem uma parte... Essa estrada está numa região muito difícil, ela tem uma área que é de extrema dificuldade, a chamada Ladeira do Uruçuí. E essa parte foi a parte mais demorada e mais complicada para que fosse realizada. Ela, agora, começa a andar com rapidez. Ela venceu essa primeira etapa e está andando com racional agilidade agora.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E a emenda referente à construção do Açude Algodão, em Cocal?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Essa emenda sequer foi liberada, Deputado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Mas ela está executada.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Ela nem foi liberada.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Executada no valor de 92.814, e a obra não existe.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu quero dizer a V. Exª...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Dado do SIAFI.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - ... que é uma questão do DNOCS.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sim, porque saiu dinheiro no valor 92 mil.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - ... para o DNOCS, mas ele não contratou a obra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Mas foi executada.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, ele não contratou a obra. O dinheiro deve estar retido no DNOCS.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E sobre a Emenda nº 00824-6, pavimentação trecho Fronteiras-Pio IX...e a rodovia PI-142142?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Quero dizer a V. Exª que essa estrada já está asfaltada, tem quase 16 ou 17 quilômetros asfaltados no trecho Pio IX-Fronteiras. No trecho Simões-Marcolândia, que é a mesma rodovia, ela já deve estar, inclusive com outro problema grave, que é uma ladeira que tem lá, foi feito um corte muito grande, e que é até a chamada estrada do algodão. Ela também deve ir aí com 14, 15 ou 16 quilômetros de asfalto.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Outra pergunta, nobre Deputado José Luiz Maia: V. Exª informou à Comissão que o seu projeto de financiamento - parece que foi isso, mesmo se não foi, V. Exª pode me corrigir - ...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não é financiamento, é incentivo.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sim, esse projeto de incentivo da SUDENE teve origem antes que V. Exª fosse eleito Deputado, não é isso?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Olhe, Deputado Genoíno, inclusive a Comissão de Patrimônio...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não quero entrar no patrimônio.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu dei entrada no projeto em 82, ele foi aprovado em 83.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Em 1983.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Exatamente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - V. Exª ainda não era Deputado.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, eu assumi no dia 1º de fevereiro de 1983.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Está certo.

E a evolução das fases desse projeto, das liberações, datas, valores? O que V. Exª pode informar?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Devo informar a V. Exª que a SUDENE, inclusive porque não repassa com regularidade os recursos dela às empresas do Nordestes, e esse é um dos grandes problemas, o próprio auditor do Senador Bisol, que lá foi, constatou exatamente que a SUDENE deveria ter repassado já, porque a parte de investimentos que eu deveria fazer já fiz. Quem está atrasada é a SUDENE. Ele está completamente regular, foi auditado já, acho que até em função da CPI e acho que dentro de 3 ou 4 dias eles estão concluindo essa vistoria, e o meu projeto está absolutamente normal.

Agora, os investimentos que eu deveria fazer já fiz, estou aguardando agora que a SUDENE participe com o seu capital.

Quer dizer hoje, Deputado Genoíno, que a lei que V. Exª ajudou a votar aqui, que modificou aquele antigo sistema do fundo perdido, estabelece penas rigorosíssimas para quem desvia esse dinheiro dos projetos da SUDENE, e eu, como Parlamentar, devo dizer que tenho o cuidado necessário para fazê-lo se não perfeito pelo menos racional.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nobre Deputado, há uma dúvida que nós encontramos em vários depoentes aqui relacionada com a relação do José Carlos. O José Carlos tinha uma relação com a Casa, mas particularmente com quem estava na Comissão de Orçamento. Quando ele vai para DOU, os Deputados, nem todos os Deputados, porque isso não é encontrado em todos os Deputados, mas alguns Deputados, e por coincidência da Comissão de Orçamento, se dirigem diretamente a ele com os pleitos: Deputado Cid Carvalho faz isso, Deputado Genebaldo, Deputado José Geraldo, e V. Exª, nos cadernos de anotações do José Carlos, com a letra dele, tem os pleitos de parlamentares, autoridades do Governo e os pleitos de V. Exª. Por que essa relação era direta com o José Carlos? Só das pessoas da Comissão de Orçamento na medida em que as reivindicações de outros parlamentares, em geral, da Casa, normalmente ia para o Ministro, ia com ofício. Por que esses pleitos em relação ao José Carlos era para algumas pessoas da Comissão de Orçamento, porque está nos papéis, e não era de ofício, eram anotações, bilhetes?

Qual é que era a natureza da relação do José Carlos? Qual era a horizontalidade? Não tinha verticalidade da relação com o José Carlos, porque não é com todos os Deputados?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu acho que V. Exª me permitiu uma grande oportunidade...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Porque estão escritos os bilhetes, as anotações.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - As anotações sim, bilhete, talvez não.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Anotações de papéis.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Porque eu geralmente costumo dirigir-me ao Ministro. Eu faço um ofício a ele, fiz ao Ministro do Planejamento, e aliás aqui nós tivemos um momento no Brasil que você não tinha sequer Ministro do Planejamento, tinha Secretário de Planejamento, não sei nem o que era.

E não tenha dúvida nenhuma que o DOU era o órgão mais importante, era o homem que fazia, e esse Orçamento de 82 foi altamente contingenciado. Tanto, Deputado, que no valor das minhas emendas que foram aprovadas aqui, eu quase que não liberei nada. Eu estou aqui com o relatório oficial também, todas elas os senhores vão ver, e eu fiz ofício ao Secretário de Planejamento, telefonei para o José Carlos porque o Ministro disse que ele encaminhou aquele pleito para o DOU, que teria que preparar aquela relação. Esse foi o papel que fiz porque ele era uma autoridade, ele não era o homem que é hoje.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Isso. Está certo. Agora, o que é estranho, e eu vou terminando, Sr. Presidente, é que não freqüentavam com a mesma assiduidade - os pedidos do então todo-poderoso José Carlos no DOU - os pedidos do conjunto dos parlamentares. O que freqüentam as anotações do José Carlos era das pessoas mais citadas na Comissão de Orçamento, e V. Exª sabe que, eu não estou fazendo julgamento de valor. Desde 89, foi a primeira matéria, tem surgido matérias na imprensa sobre o núcleo da Comissão de Orçamento, e V. Exª sempre freqüentou essas matérias e nunca as contestou.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - O senhor está enganado.

Eu não freqüentei essas matérias desde 89, V. Exª tem, me perdoe...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - As matérias dos sete anões.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Absolutamente. Não, não, não. Eu tenho... apenas uma vez eu fui citado até ao lado do eminente companheiro do seu partido, Eduardo Jorge, como homens influentes na Comissão de Orçamento.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Certo.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Porque o Deputado Eduardo Jorge defendia, como eu defendo, a sua política da saúde. Eu só fui uma única vez citado como homem influente e estava ao lado dele, até para alegria minha, eu estava bem guardado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Aí V. Exª há de convir que eu tenho uma dificuldade. Não há um pedido do Deputado Eduardo Jorge, uma solicitação para o José Carlos, e tem de V. Exª.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - O Deputado Eduardo Jorge é Deputado por São Paulo, Deputado Genoíno, e V. Exª é de uma região como a minha, de pobres, de famintos, de miseráveis.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Isso.

Por que essa região de pobre e famintos é tão generosa para gerar ouro em planta de capim, que V. Exª afirmou aqui? Por que ela é tão pobre para o povo e generosa para alguns empresários que são políticos?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu quero dizer a V. Exª que antes de ser político eu era empresário.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Certo.

A última pergunta nobre Deputado: quando alguns Deputados perguntam a V. Exª sobre cheque, sobre patrimônio, V. Exª responde com tranqüilidade; quando falo em depósito, em dinheiro na conta de V. Exª, V. Exª fica contente?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Com mais tranqüilidade ainda.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não, quando é em dinheiro, quando é depósito em dinheiro?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Porque isso é próprio da minha atividade rural, eminente Deputado...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não, é porque eu estou perguntando o seguinte: quando fala em depósito em dinheiro na conta de V. Exª, V. Exª revela para nós uma alegria, um contentamento, por quê?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu quero dizer a V. Exª, eu não sei, eu acho que V. Exª devia fazer a pergunta direta. O que o Senador Mário Covas fez a um interpelado aqui. Eu quero dizer a V. Exª que eu não tenho cheque de ninguém nas minhas contas.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado. Tem a palavra, como último inquiridor, a nobre Deputada Jandira Feghali.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, Deputado José Luiz Maia, vou fazer algumas perguntas que considero objetivas e aguardo que, da mesma forma, as respostas assim sejam dadas.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Tranqüilo, se eu puder.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Acho que aqui é conceitualmente muito claro que o papel do Parlamentar é fazer emendas, e que não necessariamente essas emendas podem ser dirigidas ao seu Estado, porque somos Deputados Federais e algumas emendas podem ser direcionadas a outros Estados, em áreas que achamos importante. Mas o que nós estamos apurando aqui é o inter-relacionamento entre alguns deputados citados e denunciados como participantes de um esquema. E essa inter-relação é importante que seja apurada e vista aqui. Diante dessa questão e dos nomes de alguns deputados já denunciados e que já fizeram os seus depoimentos, e que têm já algumas irregularidades absolutamente comprovadas, é que eu faço a seguinte pergunta - vou reiterar uma pergunta que considero que não foi respondida ao Deputado Sérgio Miranda: num **fax** dirigido ao Deputado José Geraldo Ribeiro, que já fez depoimento e que está, na minha opinião, incluído nessa conceituação que coloquei antes, de comprovação de irregularidades já feitas por esta CPI, foi encaminhado um **fax** pela CNO, ou seja, Construtora Norberto Odebrecht, onde ele situa algumas emendas e algumas obras, cujos valores colocados ao lado certamente não correspondem ao valor da obra, como 17 mil dólares, 21 mil dólares, 5 mil dólares. Isso mais

me parece, na verdade, percentual de valores globais dessas obras, ou seja, pode-se chamar de propina, de rateio, seja lá o nome que se queira dar. E dentre essas emendas que têm esses percentuais do lado, que constam no fax ao Deputado José Geraldo Ribeiro, estão três obras de emendas de sua autoria, que são o Pólo Petroquímico de Sergipe e duas de Nassau, em Pernambuco. Gostaria que V. Exª ajudasse esta Comissão no sentido de esclarecer qual é essa inter-relação entre o Deputado José Geraldo com a Odebrecht, três emendas suas e percentuais, ao lado, valores ao lado que me parece correspondem a percentuais de valores globais dessas obras?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eminente Deputada Jandira, eu quero dizer à senhora que essas emendas são emendas de relator, aprovada pelo Plenário da Comissão como forma de indicação ao Sr. Relator-Geral para, em havendo recursos, alocar o valor que fosse conveniente alocar. E esse parecer foi aprovado no Plenário da Comissão de Orçamento. Eu já encaminhei ao Sr. Relator-Geral, provando que foram reivindicações dos governadores de Pernambuco, do prefeito de Pernambuco e do Governador João Alves que, inclusive, está com uma carta aqui, que também estou passando para o Relator, no momento em que se fazia esse relatório. De modo que a emenda não é de autoria do Deputado José Luiz Maia. Ela foi transformada numa emenda do Plenário da Comissão de Orçamento.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sim, mas o senhor não me respondeu a que o senhor atribui a essas emendas estarem relacionadas pelo menos ao **fax**, ao Deputado José Geraldo e com esses valores ao lado...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eminente Deputada, só o Sr. Aílton Reis pode decifrar isso.

A SRª JANDIRA FEGHALI - O senhor não tem nenhuma explicação para essa vinculação?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Absolutamente. Primeiro que não tenho relacionamento nenhum com esse senhor, nem muito próximo com o Deputado José Geraldo, a não ser o congressual.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Uma outra pergunta se relaciona a uma análise aqui dos quadros de evolução dos recursos declarados no seu Imposto de Renda. O senhor foi relator... V. Exª foi relator em 91, correto?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Fui, sim.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Do SDR. E olhando aqui a evolução do quadro dos créditos bancários, em relação à remuneração de parlamentar e a sua declaração de renda, que coloca aí a receita de recursos provindos da sua atividade agropecuária, nós percebemos um diferencial muito grande entre o que é a remuneração de parlamentar com o volume que se eleva, de forma flagrante, no quadro de 91 e 92, e isso não corresponde à declaração de recursos na sua receita nos mesmos anos-base. Eu queria entender, poderia até dar algum exemplo, na evolução desses quadros. Por exemplo, a evolução do ano-base do seu patrimônio a descoberto, pelo que está analisado aqui, é de 112 mil 357 dólares na relação entre o que foi declarado, a sua variação patrimonial e a sua remuneração de parlamentar. Gostaria que houvesse alguma justificativa concreta, ou uma explicação concreta, por parte de V. Exª, a essa correlação, ou seja, a remuneração de deputado, na relação com os créditos bancários, na verdade, apresenta um diferencial muito grande, em particular, no ano de 91 e 92, ano em que V. Exª foi relator da Comissão de Orçamento. Isso não corresponde à declaração do Imposto de Renda da Receita Federal nesse mesmo ano-base. Gostaria de entender como é que o senhor explica essa variação patrimonial e esses créditos bancários e por que os mesmos não fazem parte da sua declaração de Imposto de Renda.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eminente Deputada, tenho a impressão de que está havendo um equívoco. Já expliquei isso aqui, detalhadamente, à Comissão de Orçamento, a esta CPI. Eu tive uma variação patrimonial e expliquei, no começo, que há um processo, um projeto de maturação. Eu tive uma receita líquida, em dólar, no ano de 1992, de aproximadamente 433 mil dólares. Eu quero dizer que um projeto não se faz na hora em que se pensa nele. Ele tem um período de maturação e tem um período de consolidação e é isso que está acontecendo com o meu projeto. Ele está entrando exatamente na fase de produção, de produtividade, agora. Eu garanto a V. Exª que está na minha declaração de Imposto de Renda. Se V. Exª analisar com cautela vai verificar que isso consta da minha declaração de Imposto de Renda.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Eu tive toda a cautela possível nessa análise e realmente não consegui correlacionar essa informação. Até porque V. Exª, em questionamento anterior, inclusive se referiu à questão das operações futuras.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - É claro.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Só que, na verdade, não sei se a operação futura passa para o ano seguinte também. Isso porque a própria declaração do Imposto de Renda de todo o ano não corresponde a essa declaração.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Na nossa região, há um clima muito árido e eu tenho um pequeno oásis dentro do meu Estado. As pessoas, às vezes, vendem os seus rebanhos para receber lá na frente porque não podem receber naquele... São essas operações que ocorrem no campo. Se V. Exª conversar com qualquer produtor rural, de qualquer lugar, vai encontrar isso.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Aliás, tenho observado que há muitos produtores rurais na Casa. Esta CPI tem conseguido demonstrar isso.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu sou muito feliz por ser produtor e digo a V. Exª, com sinceridade, é uma das grandes atividades.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Só que considero não respondida a pergunta e queria registrar isso.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - É um juízo que faz V. Exª.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Outra pergunta, segundo depoimento anterior, parece-me que V. Exª comprou um apartamento da Construtora Mafrense.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Comprei.

A SRª JANDIRA FEGHALI - A Construtora, parece-me, recebeu repasse da Construtora Odebrecht para a construção da Adutora Pedro II. Tem V. Exª essa informação?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu quero dizer a V. Exª que esse apartamento da Construtora Mafrense foi comprado muito antes de essa obra ter sido iniciada e licitada. Eu sequer sabia que a Construtora Mafrense trabalha com a Odebrecht e isso deve ter acontecido agora, neste ano, e o meu apartamento foi comprado em 1992, no início de 1992.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Pergunto a V. Exª de que forma foi pago esse apartamento, Deputado?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu já expliquei isso aqui ao Sr. Relator. Já passei-lhe o documento e a informação sobre a data do cheque, tudo direitinho, e o banco em que foi pago.

A SRª JANDIRA FEGHALI - E isso também consta da sua declaração?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - V. Exª, que teve cuidado ao examinar esse...deve estar sabendo.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Eu estou perguntando isso a V. Exª.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Ela consta da declaração de Imposto de Renda.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Certo. Uma última questão. Eu estava relendo o depoimento do Dr. José Carlos Alves dos Santos, depoimento em que ele faz algumas citações e diz que, com absoluta certeza, que V. Exª fazia parte do esquema do Orçamento, que V. Exª era considerado de confiança no sentido de acertar e distribuir recursos orçamentários. V. Exª até já respondeu que não freqüentava a casa do Deputado João Alves, mas ele afirma que V. Exª freqüentava a casa do Deputado João Alves em reuniões para discutir o Orçamento. Obviamente, V. Exª negará todas essas citações, mas gostaria de sabe a que V. Exª atribui essas citações do seu nome no depoimento do Dr. José Carlos Alves dos Santos, que, segundo V. Exª, era uma autoridade dentro da Casa, não seria a pessoa que é hoje, mas naquele momento era uma autoridade e gozava da confiança da Casa? Gostaria de saber a sua valoração sobre esse depoimento e saber a que V. Exª atribui essas formulações.

A SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eminente Deputada, V. Exª estava aqui no dia em que o Sr. José Carlos Alves dos Santos estava depondo?

A SRª JANDIRA FEGHALI - Estava.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - V. Exª assistiu aos momentos em que eu o inquiri nesta Comissão?

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sim.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - O Sr. José Carlos Alves dos Santos negou, em todos os momentos, que eu participasse de qualquer esquema - isso consta das notas taquigráficas - disse que eu não tinha nada que ver com esses encontros que se realizavam com as autoridades, que eu não participava desses encontros, que eu não fazia parte daquele grupo denominado de sete anões - isso também está nas notas taquigráficas - que eu não tinha nada a ver com a questão das emendas orçamentárias, disse que apenas que eu sabia da existência do esquema de entregar relações para liberar subvenções ao Deputado João Alves.

E, há pouco tempo, aqui, falando pelo Presidente da Subcomissão de Coordenação, o Senador Elcio Alvares ratificou uma certeza que eu já tinha, ou seja, de que eu não tenho nada que ver com essa questão de subvenção.

E, inclusive, quando o eminente Relator Roberto Magalhães, o inquiriu, indagando, nos momentos finais da sua inquirição, aqui, o eminente Presidente Jarbas Passarinho disse o seguinte, eminente Deputada:

> "Não se trata, nobre Líder - aqui respondendo a mim. Aí o Senador Jarbas Passarinho disse: No caso, talvez, pudesse fazer uma pergunta, acho - é o que diz o nobre Senador Bisol - mas ele já respondeu a essa pergunta: estava fulano envolvido, aquela coisa toda. Prestará a nós, na análise que vamos proceder, ao depoimento; essa é a proposta que faço ao Plenário: fazer uma sessão para analisar, pois parece que, em certos momentos, houve contradição, por interpretação nossa ou dele.
>
> É o caso, por exemplo, do Deputado José Luiz Maia, quando houve dois momentos em que essas opiniões me pareceram conflitantes.
>
> Houve uma declaração em que ele colocava o Deputado José Luiz Maia como pertencente ao esquema. Ele veio aqui e se defendeu através de perguntas, e saiu satisfeito.
>
> O Sr. José Carlos Alves dos Santos - Mas eu disse subvenção, falei subvenção".

E, lá na frente, ele responde de novo ao eminente Relator Roberto Magalhães, na mesma natureza.

O SR. JANDIRA FEGHALI - Assisti à sua inquirição ao Dr. José Carlos Alves e não tenho essa mesma interpretação. Ele negou algumas questões mas reafirmou, naquele momento, que não viu V. Exª pegar dinheiro, como também não afirmou dos outros.

Mas reforçou algumas denúncias feitas quanto à sua participação.

Eu passaria, Sr. Presidente, o restante das perguntas ao Relator, porque o meu tempo já se esgotou.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, como sempre, o meu querido colega Senador Eduardo Suplicy. Se for para reinquirição, não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não, é uma indagação à Mesa.

O depoente, Deputado José Luiz Maia, informou que havia solicitado aprovação de projeto junto à SUDENE em 1982, antes de ser Deputado, mas, respondendo ao Deputado José Genoíno, informou que a aprovação se deu em 1983, portanto, quando já era Deputado.

É algo semelhante ao que aconteceu com o Deputado Flávio Derzi, que havia solicitado um empréstimo junto ao Banco do Brasil, em 1990, antes de ser eleito, mas que teve a aprovação já quando houvera sido diplomado. No caso, aqui, acho que já havia, se não me engano, ou sido eleito, ou tomado posse.

A informação que solicito à Mesa, Sr. Presidente, é se a Comissão Parlamentar de Inquérito já terá solicitado à SUDENE e à SUDAM um levantamento completo de projetos aprovados por esses organismos, relacionados a Parlamentares - pelo menos no período que está sendo coberto pela CPI - porque se trata de algo que a CPI, ao longo dos seus trabalhos, vem levantando e que tem sido inclusive a preocupação - aliás, hoje, na Imprensa do próprio Deputado Roberto Magalhães, como Relator. Então, eu gostaria de perguntar se já foi feito isso, porque, de outra forma, eu até organizaria um requerimento para que isso fosse feito, porque acredito seja muito importante.

O SR PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho melhor que V. Exª faça esse requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Só pergunto se a Comissão de Patrimônio...

O SR PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, não. Consultei a Mesa e isso não foi objeto sequer de cogitação.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, vou formular o requerimento.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, encaminho a V. Exª e ao Relator para, junto à Comissão de Emendas, fazer o exame de que houve um repasse. Estou com a informação aqui da construtora ODEBRECHT e da Mafrense. Esse repasse, inclusive, foi objeto de uma matéria de página inteira do jornal **O Estado de S. Paulo,** confirmada com os prefeitos. Diz-se que no repasse a empresa que recebeu a emenda subempreitou por um valor menor.

Essa é uma questão que diz respeito ao exame sobre a ação das empreiteiras; e, no caso das construtoras Mafrense e ODEBRECHT, esse exame da Comissão de Emendas, através do nosso coordenador Sigmaringa Seixas, é muito importante para saber como foi feito o repasse para a Mafrense.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acha V. Exª que essa pode ser uma questão interna da própria subcomissão, que teria autoridade para fazer, ou não?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Acho que sim. Existe só uma informação: como há uma questão duvidosa sobre que construtora era proprietária do apartamento que o nobre depoente comprou, talvez essa investigação se estenda nesse sentido. E que o Relator possa esclarecer junto ao depoente essa questão, porque não vou inquiri-lo nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ou a Comissão toma conta logo disso e faz, ou então fará um requerimento à Mesa se assim o desejar.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra, o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado José Luiz Maia, ao início dos nossos trabalhos, quando tive a oportunidade de argüi-lo, V. Exª contestou os números que eu tinha em mãos, especificamente os relativos ao Orçamento de 1992, quando eu disse que V. Exª tinha apresentado 566 emendas no valor, em cruzeiros, de pouco mais de 187 bilhões e, em dólares, a média anual de 1,1 bilhões. Fiquei de verificar para, no final, colocarmos a limpo.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Naquela hora, eu até disse que não achava uma questão importante, mas secundária.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Certo, mas é bom ser conferido.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Solicitei do PRODASEN, que realmente confirma que V. Exª apresentou em 1991, para o Orçamento de 1992, 566 emendas pessoais.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - O senhor disse que eu apresentei 566 emendas...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Apresentou 566 emendas pessoais, fora as de relator...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - E quantas foram aprovadas?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) -... 62, totalizando 628 emendas. Eu tenho tudo isso aqui, emenda por emenda, e à disposição de V. Exª, se quiser.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Agora, eu gostaria de saber de V. Exª se essas 560 emendas foram aprovadas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, evidentemente que não, e não falei em aprovação de emendas.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - São emendas minhas para o meu Estado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu não fiz esse levantamento, evidentemente.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA Tem razão, está certo, eu apresentei as emendas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A nossa controvérsia...

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Agora vou lhe dar...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu tenho, se são as aprovadas, eu tenho. Das pessoais - 566 -, V. Exª aprovou 96. E mais: das emendas de relator, aprovou 61.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Se V. Exª me permite, gostaria de lê-las aqui, ou então passar às mãos de V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, eu tenho.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA Eu quero explicar. V. Exª tem o meu relatório?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tenho o relatório e tenho todas elas, uma por uma, as que foram aprovadas e as que não foram aprovadas. Estão aqui.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Está sem os valores. E o senhor tem o relatório da minha votação?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Votação?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Quando eu apresentei em plenário da comissão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, porque a nossa controvérsia foi apenas no mérito.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA Está certo, está bom, não tem problema.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) V. Exª tem aí a relação completa?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu tenho.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu tenho também aqui; mandei buscar em função da controvérsia.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - E bateu com as minhas emendas aprovadas: 96.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então o PRODASEN não errou?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não errou.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nem eu fui infiel ao PRODASEN. E cumpri com V. Exª o compromisso de no final esclarecer a respeito.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Exatamente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, como o Relator tem o privilégio de falar antes, durante e no final das argüições, ocorre que alguns deputados me pedem - e até sou muito parcimonioso nisso - que eu formule questões que eles não tiveram oportunidade de formular.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Eu vim aqui para... Estou à disposição, eminente Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Uma delas, inclusive, é de pessoa ligada à própria Subcomissão de Patrimônio, que indaga se V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito aos insaciáveis membros da imprensa que seqüestrem o Deputado Genoíno para fora do plenário, para que ele possa, cavalheiro que é, ouvir o debate entre o Relator e o Sr. José Luiz Maia.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Tenho medo dessa palavra, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É verdade, mas V. Exª parece que não correu bem este risco.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Se V. Exª é proprietário de uma Rádio Cantoense Ltdª. em Canto do Buriti, Piauí.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Sr. Presidente, isso é o negócio mais interessante do mundo! Essa Rádio foi dada numa concessão, nunca foi instalada, caducou, não tem nada disso!

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não.

A outra questão é muito técnica. Em todo o caso, vou fazê-la agora. Não sei se V. Exª tem condições de discuti-la no momento.

> "Da análise da evolução dos recursos declarados e dos dispêndios ocorridos durante o ano de 1992, incluindo-se os saldos aplicados no mercado financeiro, omitidos na sua declaração, apurou-se um acréscimo de patrimônio a descoberto não justificado de 189 mil. 613 UFIRs, equivalentes a 112 mil, 257 dólares americanos. Ano base de 1992, exercício de 1993".

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, 93; ano base 92.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Exatamente. Ano base, 92; exercício, 93.

Tem condições de responder?

Ainda tem aqui inclusive uma observação, que também acho que não é decisiva, de que nesses cálculos não foram levadas em contas as despesas com manutenção, alimentação do contribuinte e da família.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Olhe, eminente Relator, inclusive tenho um saldo na minha declaração do ano base de 93 de 84 mil UFIRs. Tenho, por força da minha própria atividade, uma série de redução dos custos. Então, quero dizer para V. Exª que a minha variação patrimonial está contida na minha declaração de Imposto de Renda. Eu queria passá-la a V. Exª. V. Exª pode analisar e verificar que tenho saldo. Além disso, tenho uma receita da minha mulher, que é funcionária pública; tenho uma série de custos que são bem reduzidos, Sr. Relator, porque tenho a carne, tenho uma série de produtos que trago, que economizo e que fazem parte do meu dia-a-dia.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Bem, V. Exª tem todos esses dados arquivados aqui na Subcomissão do Patrimônio.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Em quaisquer outros esclarecimentos, eminente Relator, estou à disposição para, a qualquer hora...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, eu não vou pedir que V. Exª se dê ao trabalho de examinar isso, porque passarei para a Subcomissão.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Está certo, perfeito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Qualquer dúvida, o senhor será informado.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Aliás, já procurei o Senador Bisol, em algumas oportunidades, para discutir isso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ele estava aqui neste instante, mas acho que não está mais.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Mas vou procurá-lo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, era o que eu tinha a indagar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado!

Vice-Presidente, deseja perguntar? (Paua)

Nobre Deputado Luiz Maia, deseja ainda fazer alguma consideração final?

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA - Não, Sr. Presidente, apenas aproveito a oportunidade para agradecer a esta Comissão de Inquérito a oportunidade de aqui ter vindo para tentar colaborar, contribuir e esclarecer.

Não os vejo aqui como juízes finais. V. Exªs são homens da maior responsabilidade que não só têm a responsabilidade de acusar, mas também a mais importante, que é a de inocentar. E esse é um papel muito importante desta CPI.

Creio que pude, dentro do possível, esclarecer as indagações que me foram feitas. Mas digo a V. Exª que continuo inteiramente à disposição desta CPI, porque, se existe a necessidade de um homem ser rebuscado, dissecado, eminente Senador, sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado!

Convoco os membros coordenadores das subcomissões para uma reunião hoje, às 16h, na Sala 7 e, conseqüentemente, as representações do PT e do PDT.

Aviso que as novas convocações serão:

- no dia 21, o Deputado Messias Góis;
- no dia 22, o Senador Ronaldo Aragão;
- no dia 23, véspera da véspera de Natal, o Deputado Ibsen Pinheiro.

Todas elas às 9 horas e 30 minutos.

O Sr. Onofre Vaz, tantas vezes citado e tantas vezes intimado, sofre do coração e, segundo as informações do seu advogado, que juntou laudo médico, deve estar desde o dia 4 de dezembro em pré-operatório, devendo operar-se hoje. É a última informação, o que nos faz, portanto, não poder contar com sua convocação imediata.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a reunião e agradeço a presença de todos.

(Levanta-se a reunião às 13h25min)

Depoimento do Sr. P. C. Farias

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos dar início à nossa reunião de hoje para ouvir o depoimento do Dr. Paulo César Farias.

Quero fazer uma recomendação ao pessoal da imprensa, que está aí em grande número hoje: iniciou-se agora, a partir desta minha palavra, a nossa reunião. Qualquer tipo de manifestação, como ainda há pouco aconteceu, não será tolerada. Isso não vai virar, em nenhum momento, palco. Nós vamos ouvir um depoimento, como ouvimos os outros em todas as outras circunstâncias.

Vamos iniciar pelas perguntas de praxe do Vice-Presidente.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Paulo César Cavalcante Farias.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Quarenta e oito anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Ladeira São Domingos, 208, Maceió, Alagoas.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Empresário e advogado.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar onde exerce a atividade?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Alagoas e São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Convido todos os presentes para, de pé, ouvir o juramento do depoente.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dr. Paulo César, aqui, os depoentes dispõem de uma hora, no máximo, para uma exposição preliminar para, depois, então, se proceder ao interrogatório.

V. Sª pode usar a palavra, a partir de agora, ao seu critério.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Exmº Sr. Presidente desta CPI, Senador Jarbas Passarinho; Exmº Sr. Deputado Roberto Magalhães, Relator desta CPI; Exmº Sr. Deputado Odacir Klein, Vice-Presidente desta CPI, Srs. Senadores; Srs. Deputados; jornalistas aqui presentes; meus advogados Nabor Bulhões e D'Alembert Jaccoud, minhas senhores, meus senhores:

Convocado que fui por V. Exª, Senador Passarinho, estou aqui, cumprindo o meu dever cívico de cidadão de comparecer a esta CPI, na qualidade de testemunha, para, em sendo perguntado sobre os termos a que se refere e para que fora criada esta CPI, dar informações e a responder às perguntas - estou disposto a isso.

Gostaria de dizer a V. Exª que, em falando à Comissão que me fora ouvir, narrei, por cerca de 2 horas e meia, respondendo a uma série de indagações que me foram feitas pelos Srs. membros daquela Comissão Especial.

Se V. Exªs não viram o videoteipe que foi gravado, informo-lhes que há, ali, uma série de perguntas que, creio, serão repetidas aqui. Gostaria de dizer a V. Exªs que tudo aquilo que já respondi à Comissão Especial, passa a ser a minha resposta.

Todos os senhores conhecem a trajetória e a história dos fatos que aconteceram desde junho de 1992, quando foi instalada uma CPI, que levou o meu próprio nome - aqui presente o Deputado Benito Gama, Sr. Presidente. Desta época para cá, venho sofrendo a maior perseguição política que um homem pode ter sofrido neste País. Ainda ontem, depondo perante o MM. Juiz da 10ª Vara, foi dito...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dr. Paulo César, não quero interrrompê-lo, mas peço ao senhor que se atenha ao problema desta convocação.

A referência a respeito de outros problemas que V. Sª tenha vivido não estão na nossa cogitação.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Muito obrigado, Senador. Quero dizer a V. Exª então que atendo à sua recomendação, desculpe-me! Vou encerrar aqui esta alocução e fico à disposição de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado!

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, na qualidade de Relator, solicito que a palavra me seja facultada no final, abrindo mão do interrogatório que eu poderia fazer agora.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto ao Vice-Presidente se deseja perguntar.

O SR. ODACIR KLEIN - Se entender oportuno, interpelarei durante a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A Mesa decidiu ontem, Srs. membros da Comissão, ao contrário do habitual, de dar preferência ao Senador Suplicy e ao Deputado Vivaldo Barbosa como requerentes da CPI, darmos hoje a preferência aos requerentes da convocação. E pela ordem exatamente de entrada de requerimentos, em primeiro lugar o Deputado Luiz Salomão e em, seguida, o Deputado Aloizio Mercadante.

O Deputado Luiz Salomão tem a palavra.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, eu gostaria de requerer a V. Exª, se me permitisse, porque tenho muitos documentos que quero passar ao depoente, se V. Exª me convidaria a sentar naquela cadeira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu veria isto como uma inovação. Em todo o caso, a partir do momento em que houver necessidade de passar documentos, tenho elementos à disposição de V. Exª, que desde já ficarão à disposição.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado, então, Sr. Presidente!

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. depoente, eu não pretendia interpelar novamente o depoente, exceto no que dissesse respeito aos Deputados, Senadores e Governadores cuja campanha V. Sª financiou. Mas, com a oportunidade que o Sr. Relator me dá, vou tentar demonstrar a esta Comissão que a afirmativa de V. Sª de que nunca recebeu dinheiro público - foi uma afirmativa que V. Sª fez - é falsa, ou melhor, que vale o óbvio: V. Sª se cevava dos recursos do Orçamento da União, mas não os recebia diretamente de nenhum órgão público ou de uma ordem bancária do Banco do Brasil.

Depois, pretendo demostrar que V. Sª influía decisivamente na execução financeira do Orçamento Geral da União, que é o objeto desta CPI. E não apenas em obras públicas, mas também nas despesas de custeio previstas no Orçamento.

Quero lembrar então à Mesa que, além da questão das obras e das subvenções, há outros gastos do Orçamento que esta Comissão também tem o direito de investigar; e que esta execução financeira foi dificultada para que V. Sª pudesse vender facilidades.

Terceiro, quero demonstrar que, ao contrário do que nos disse também no Quartel General da PM, V. Sª tinha relação íntima com vários membros importantes do Executivo, que atuavam sobre seu comando e que ganhavam recursos como sócios do assalto aos cofres públicos.

Quarto, quero provar ainda que V. Sª intermediava recursos públicos de vários órgãos para empresas, com detalhes para a empresa Construtora OAS.

Quinto, quero esclarecer a ação ilegal de V. Sª, interferindo no processo eleitoral com recursos obtidos através de recursos do Orçamento, arrecadados pela venda de prestígio e pela extorsão, para eleger uma bancada capaz de "modernizar" o Brasil e de liberalizar a economia.

Finalmente, seu envolvimento com Parlamentares que defendem emendas orçamentárias do interesse de seus Estados, mas também de empreiteiras.

A primeira parte, nobre depoente, eu gostaria de começar transcrevendo aqui o depoimento do Sr. Luiz Evaldo Rios Leite perante a Polícia Federal, no qual, esse dirigente da Construtora Queiroz Galvão afirma que, em 1990, solicitou a colaboração de V. Sª para a campanha do então Presidente Fernando Collor; o depoente declarou à Polícia Federal que não cedeu a esses recursos porque a construtora Queiroz Galvão não tinha esse hábito. V. Sª nos informou que a Queiroz Galvão contribuiu significativamente. V. Sª confirma?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sr. Presidente, esse assunto de campanha política...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não. Só quero que V. Sª confirme o que nos disse...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só se houver correlação com o final do que ele vai perguntar.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Então não vou responder porque não é pertinente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente só estou pedindo que ele confirme um depoimento que nos prestou no quartel-geral da PM. Lá, ele nos disse que a Queiroz Galvão tinha contribuído com muito mais de 45 mil dólares. Depois justificarei a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como ele disse, na introdução, que tudo que ele disse lá no quartel é o que ele diria aqui, a confirmação é tática.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então muito obrigado, Sr. Presidente.

Prossegue esse dirigente da Queiroz Galvão, dizendo que apesar desta recusa, em maio de 1991, portanto fora do período eleitoral, estando novamente o declarante em Maceió, veio a ser outra vez procurado por Paulo César Cavalcante Farias, este dizendo que a Construtora Queiroz Galvão, por não ter, até aquele momento, dado qualquer ajuda - isso quem diz é o dirigente da Queiroz Galvão - se poderia contribuir com pagamento de algumas dívidas de resto de campanha de 1990. Que havia um débito de 45 mil dólares.

Seguindo aqui, esses 45 mil dólares foram pagos pela Queiroz Galvão, na conta de Flávio Maurício Ramos, no Banco BNC de São Paulo, no valor de 12.262.464.084,67.

Diz o dirigente da Queiroz Galvão que o pagamento de 12 milhões, feito em nome de Flávio Maurício Ramos, na realidade, foi contabilizado nos registros da Construtora Queiroz Galvão como despesas gerais diversas - à conta da obra denominada Pirapama.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Portanto, colocada no Orçamento da União.

O SR. LUIZ SALOMÃO - No Orçamento. Que informa que a Construtora Queiroz Galvão participa de um consórcio, juntamente com ODEBRECHT, OAS, sob a liderança desta última, tendo por objetivo a construção da barragem de Pirapama, para o abastecimento de água do Recife. Então ele informa que esta dotação foi consignada a débito das despesas gerais desta obra. Portanto, com recursos do Orçamento, foram pagos 45 mil dólares neste pagamento.

Depois tenho aqui, Sr. Presidente, cópia do cheque administrativo sacado pela Construtora Xingó Ltdª É preciso esclarecer ao Plenário que a Construtora Xingó Ltdª foi uma sociedade limitada, formada pelas empresas que integram o consórcio que constrói Xingó. Vale dizer, pela CONSTRAN, pela CBPO e pela MENDES JÚNIOR.

Tenho aqui o contrato social para mostrar que a única obra feita pela Construtura Xingó Ltdª foi a hidrelétrica de Xingó. E há depoimentos de vários dirigentes desta construtora que tentam explicar como é que saiu um cheque de 270 milhões de cruzeiros, depositado também na conta de Flávio Maurício Ramos, conforme cópia do cheque administrativo fornecido pela Polícia Federal e que integram os autos. Portanto, como se trata de um sociedade Ltdª, cuja única atividade é a construção da usina hidrelétrica de Xingó, posso afirmar que, não havendo outra fonte de receita para essa sociedade, também foram recursos do Orçamento da União, que financiaram, fizeram **funding** desse cheque de 270 milhões de cruzeiros.

Além disso, Sr. Presidente, temos aqui o depoimento do Sr. Alexandre Funari Negrão, Diretor-Presidente do Instituto Químico de Campinas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª permite uma interrupção?

V. Exª citou duas vezes o mesmo nome, cheque para quem?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Flávio Maurício Ramos, que é um fantasma do esquema PC, sobejamente conhecido de todos que acompanharam a CPI de Paulo César Cavalcante Farias.

Em seguida, Sr. Presidente, eu quero anexar aos autos, o depoimento desse Sr. Alexandre Funari Negrão, Presidente do Instituto Químico de Campinas, que, numa descrição detalhada de um depoimento, não vou cansá-los com a leitura dele, narra que vendeu à CEME - Central de Medicamentos, uma partida de remédios e que não conseguia receber a fatura da CEME, do Ministério da Saúde, em função de uma chicana armada pelo Sr. Luís Ribeiro, Presidente daquela entidade. E que depois é procurado por Luís Calheiros, que também posso mostrar adiante, é um membro do esquema PC, e que diz que só vai ser liberado se ele contribuir, primeiro, com vinte e, depois, ele diz para dez por cento do valor da fatura.

E o depoente Sr. Alexandre Funari Negrão acaba cedendo, depois de meses de espera do pagamento destas faturas, até que ele comparece ao escritório que ambos têm - Luís Calheiros e PC Farias -, no edifício Vitória Place, em São Paulo, e depois acaba pagando os dez por centos cobrados por Luís Calheiros. Há aqui a indicação de quais são os fantasmas que recebem esse cheque: Manoel P. Araújo etc. Recursos que saem do Tesouro Nacional e que se acabam nos cofres do esquema PC Farias.

Como esse do Sr. Alexandre Funari Negrão, do Instituto Químico de Campinas, há também o depoimento do Sr. Carlos Eduardo Sanches, da MS, Indústria Farmacêutica, que eu também vou poupar o Plenário a leitura, que reproduz o mesmo esquema, com o mesmo Sr. Luís Calheiros que informa sua relação com PC Farias etc, etc, e que também contribui com dez por cento da fatura que recebe da CEME.

No primeiro caso, um milhão e meio de dólares; no segundo caso, seiscentos e poucos mil dólares, segundo o depoente.

Teria também o depoimento do Presidente da VIRTUS, Indústria e Comércio Ltdª, também, indústria farmacêutica, Sr. Celso Ricardo de Morais, que repete rigorosamente a mesma coisa; é uma repetição de dezenas e dezenas de depoentes que a Polícia Federal convocou e que confessaram ter recebido do Tesouro Nacional, através da CEME, e repassado dez por cento disso ao esquema PC, creditando esses valores nas contas dos fantasmas conhecidos e, também, entregando dinheiro, cheques e dólares a Luís Calheiros e ao esquema PC.

De modo que eu afirmo e gostaria de ouvir se reconhece o fato de que entrou dinheiro do Tesouro Nacional nos seus bolsos, ou nos seus cofres. Apenas o senhor não recebeu diretamente, o senhor recebeu através daqueles que, efetivamente, prestam serviços ou vendem mercadorias ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª quer passar algum documento à Mesa?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Claro.

Gostaria de saber se o depoente está em condições de confirmar?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - A colocação feita pelo Deputado Luiz Salomão, em mostrando esses documentos, documentos que, inclusive, desconheço porque jamais fui chamado pela Polícia Federal para responder alguma coisa sobre isso, para começar. Segundo, a colocação do Deputado em relação a estes fatos, querendo juntá-los ao Orçamento, é uma tentativa de algo que possa ser privado, ou que possa ter algo comigo. Porque eu não posso responder pelo Sr. Luís Calheiros. Eu não conheço o Sr. Alexandre; eu não conheço o Sr. Luís Evaldo; eu não conheço Eduardo Sanches. Mas como ele indagou de V. Exª, e falou-se de uma tal de obra Pirapama, sobre isto

eu gostaria de responder. Exatamente porque este fato tem qualquer relação com o Orçamento.

Quero dizer a V. Exª e ao Deputado Salomão, primeiro, que não conheço o Sr. Luís Evaldo, até porque o Sr. Luís Evaldo é um Diretor de segunda categoria da Companhia Queiroz Galvão e eu não tratava com ele. Segundo, se uma empresa que deu uma ajuda de campanha lançou este recurso que ela deu em obra tal, obra qual que for, isto é problema deles, isto é problema da construtora, não é problema meu. Eu não sei nem o que é Pirapama.

O SR. LUIZ SALOMÃO - É problema da Nação.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não é problema da Nação, é problema do contribuinte. É problema dele com o imposto de renda. Não tem nada a ver com o Dr. Paulo César Farias.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas são os contribuintes que arrecadam para o Tesouro.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Está respondida a pergunta, Presidente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, passo, então, à segunda parte e recordo que o Sr. Paulo César Farias, na diligência que realizamos na segunda-feira próxima passada, declarou que não nomeou ninguém na administração Collor. V.Sª confirma essa afirmativa?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Absolutamente não nomeei.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Que não tinha maiores relações com nenhum dos funcionários do primeiro e do segundo escalão do Governo Collor?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu os conhecia aqueles que vieram da campanha política.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas não tinha maiores relações depois que o Governo se desenvolveu?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Maiores relações não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu pergunto a V.Sª se reconhece esta agenda?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não sei. De longe...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Gostaria de pedir que...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Traga à Mesa.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sim, reconheço.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deseja tê-la de volta?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não. eu gostaria que V.Sª acompanhasse, folheando as páginas...

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sr. Presidente, posso... um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Esta agenda foi retirada da minha casa sem autorização judicial.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Absolutamente.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Por uma operação aberrante da Polícia Federal, com trinta policiais vistoriando a minha casa onde estavam minha mulher e os meus dois filhos. A autorização judicial foi para procurar o cidadão Paulo César Farias e não para os meus pertences.

Eu desconheço isso como prova.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dr. Paulo César, o fato de essa agenda ter sido obtida de maneira que V.Sª considera ilegítima e ilegal não destrói a pergunta feita pelo Deputado Luiz Salomão se V.Sª reconhece a agenda. E, em reconhecendo a agenda, naturalmente sobre ela pode responder.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu reconheço a agenda sim.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado.

Sr. Presidente, quero esclarecer que o Delegado Paulo Lacerda apreendeu... não foi ele que a apreendeu, aliás... me cedeu a agenda...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu até não discutiria isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - ...com a indicação de que foi apreendida com autorização judicial, mas isso não vem ao caso. Depois nós vamos ter que discutir essa questão de novo. Mas eu gostaria de pedir ao depoente que colocasse a agenda na página referente ao dia 16/1, ou melhor, dia 13 do 1 de 90. Essa agenda é de 1990, está preenchida dia a dia com detalhes, mais ou menos até agosto, e está vaga a partir daí.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - 13 de?

O SR. LUIZ SALOMÃO - 13 de janeiro.

Marcelo Ribeiro? V.Sª reconhece ter encontros com esse senhor antes de ser indicado Secretário Nacional de Transportes?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Lógico. Ele representava a Construtora Tratex, que nos ajudou na campanha política. Não tenho mais nada a declarar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V.Sª teve vários encontros com ele. Eu tenho aqui várias datas: 16/1, 26/6 - almoços etc.

V.Sª conhece o Sr. Pedro Torres?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não sei quem é.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas esteve com ele nos dias 22 e 27/1/90. Gostaria que folheasse a página. O dirigente do INCRA no Estado de Alagoas.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Pedro Torres?

O SR. LUIZ SALOMÃO - É. Não importa.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - 22 de quê?

O SR. LUIZ SALOMÃO - 22 e 27/1 de 90.

O importante é V.Sª dizer se lembra ou não lembra desse cidadão.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, não sei quem é.

O SR. LUIZ SALOMÃO - José Luiz Miranda, ex-Diretor do Banco Central?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não me lembro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor esteve com ele no dia 29, aliás...

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Olha aqui, ô Deputado...

O SR. LUIZ SALOMÃO - "Olha aqui" não. O senhor não pode falar assim comigo.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Desculpe, desculpe, Deputado Salomão, não quis te ofender. Olha aqui, V. Exª sabe que eu vim de uma campanha política da qual fui o tesoureiro, e nós tivemos uma campanha vitoriosa. Se o Brasil inteiro queria falar comigo, a culpa não é minha não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Essa não é a questão que me preocupa. Eu quero saber se o senhor conhece o Sr. José Luiz Miranda?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Beth Luporini?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Puxa, essa moça...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Secretária do Dr. Marcos Coimbra...

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Responsável pelo brilho de todo o palácio.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Ela foi secretária na campanha política. Eu a conheço como secretária da campanha política.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Valfrido Salmito?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Nunca ouvi falar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Consta na página referente à semana de 29 a 3 de fevereiro, nas observações. Não?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Marcelo Ribeiro, de novo, no dia 5 de fevereiro; Paulo Guida - Rede Ferroviária Federal.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, absolutamente. Paulo Guida é um empresário paulista que é dono de uma agência de viagens, com o qual as nossas empresas operam. Então, meu Deus, isso é uma coisa privada.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eduardo Cunha.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Nosso braço direito na campanha política do Rio de Janeiro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Depois Presidente da TELERJ.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Quantos anos depois? Dois anos depois?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não; meses.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Assumiu a Presidência da TELERJ no Governo Collor.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não. Acho que assumiu a TELERJ em 1991 ou 1992.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não. Lindolfo Paixão.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não sei quem é.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ex-Diretor da PETROBRÁS.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não sei quem é.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Craveiro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Senador Mário Covas, pela ordem.

O SR. MÁRIO COVAS - É um defeito pessoal meu, mas é que aqui no fundo está um pouco difícil de escutar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quem? Os dois?

O SR. MÁRIO COVAS - Os dois.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Recomendo ao serviço de som que o ampliem.

O SR. LUIZ SALOMÃO - José Marciano Rauber.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Fale mais próximo do microfone, por favor.

O SR. LUIZ SALOMÃO - José Marciano Rauber.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Rauber.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ex-Presidente da ECT.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Esse eu conheco.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Aqui na sua agenda: Diretor-Geral dos Correios. V. Exª anota ao lado. Antes da nomeação do Sr. José Marciano Rauber, o senhor anota no dia, na semana: "Objetivos da semana". É interessante chamar a atenção para isso Presidente, porque nessa parte da agenda - pena que os senhores não possam ver - estão os objetivos da semana. É uma agenda francesa, com o planejamento da semana. Então, a partir dos objetivos da semana tem vários nomes, e o que se destaca aqui é o nome do Sr. Rauber - Diretor Geral dos Correios - ao lado, "Ok" e, ao lado, "ACM".

Depois, o Sr. Elmer Prata Salomão.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não sei quem é.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Presidente do DNPM.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Nunca o vi na minha vida.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Está anotado na sua agenda, e escrito, ao lado: Presidente da Sociedade Brasileira de Geologia. Gostaria que o senhor consultasse a página referente à semana de 19 a 24 de março; está escrito: DNPM; entre parênteses: Octávio - que suponho seja Octávio Lacombe - e Sérgio Jacques de Morais. Embaixo: Elmer Prata Salomão - Presidente da Sociedade Brasileira de Geologia.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Ok.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Embaixo: Eduardo Cunha, TELERJ. - TELERJ ou CSN. Depois: Túlio/R. - março. É isso? Está escrito Roraima.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu lembro o que é isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Edson Antônio de Oliveira, que, aliás, suponho ser - pelo o que está escrito aqui, "Super, Polícia Federal" - deve ser a mesma pessoa que trouxe V. Sª da Tailândia, preso?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Conheci-o nesta viagem.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Curioso que V. Sª já tinha na sua agenda, no dia 19 a 24/3, está aqui: Edson Antônio de Oliveira, Chefe da INTERPOL - Superintendência/Rio. Embaixo, Roberto Lopes Galvão - Super/Rio - Receita Federal. Coincidentemente, os dois emplacaram.

Cláudio Dantas, V. Sª conhece?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Conheço.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Diretor de Operações do Banco do Brasil.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Ele é de Alagoas.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Certo.

V. Exª esteve com ele ou falou com ele no dia 10?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Pode ter sido.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Está bem. Pérsio Albuquerque.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Também alagoano.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Também alagoano. Diretor de Coordenação de Itaipu, anotado na sua agenda nos dias 26 a 31/3. Localizou aí?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Localizei, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Luiz Salomão, permite-me uma pergunta?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quando V. Exª diz Diretor de Itaipu já o era na ocasião?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Posteriormente?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Emplacou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Emplacou.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nélio Fombauchman?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não sei quem é.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Está na sua agenda. João Santana - semana de 19 a 24/3 também -, depois Secretário de Administração. Pedro Godim - primeira semana de abril, dia 9/4.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não sei quem é Pedro Godim.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Antônio José Cansansão. V. Exª conhece.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Esse rapaz acho que é de Alagoas.

O SR. LUIZ SALOMÃO - É também de Alagoas. É o Presidente do Docas de Santos, José Luitgard de Figueiredo.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Nosso companheiro de campanha, Secretário...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Companheiro de campanha do MEC, não é? Secretário Executivo do MEC.

Lourival Mônaco.

PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Esse eu não sei quem é.

O SR. LUIZ SALOMÃO - No dia 16/04, aparece aqui: Departamento Nacional de Combustíveis, na segunda-feira, 16/04; DNC - Departamento Nacional de Combustíveis, Lourival Mônaco, acabou Presidente da FINEP.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não conheço.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem, mas está na sua agenda.

Dia 17/04 - Aqui em baixo, V. Sª localiza: Jantar com Ibrahim Éris, Presidente do Banco Central.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - É capaz de ter acontecido sim.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Para evitar maiores especulações, V. Sª poderia esclarecer se no dia 12/04, em que aparece Itamar, era Itamar Franco ou Itamar Malta, provavelmente Malta, não é?

PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não me lembro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Está bem.

No dia 21/04, V. Sª também cita aqui o Sr. Ronaldo Miragaia, que aparece em várias citações da sua agenda.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Ronaldo Miragaia é meu amigo pessoal. É Presidente do SALGEMA, em Alagoas, e, pelo que sei, não foi nomeado para nada.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Foi assessor da PETROBRÁS.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, ele é funcionário do PETROBRÁS.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim, não estou dizendo que não é!

Paulo Roxo?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não sei quem é.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Caixa Econômica Federal, está indicado aqui.

Washington Vieira, ou Viegas, - CODEMA.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não sei quem é.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Roberto Medeiros, na semana de 16 a 21/04 também.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Também não conheço.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Está escrito aqui embaixo: CODEMA - Washington Viegas.

Embaixo: José Maurício Viegas - DATAMEC -, Mário Couto Verde. Nas páginas de 16 a 21, nos objetivos da semana, aqui embaixo.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Ah, sim, sim!

O SR. LUIZ SALOMÃO - Roberto Neolis, Paulo Roxo - CEF.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Paulo Roxo não sei quem é.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas está aqui. Paulo Roxo - CEF. Tem negócio de carro, CODEMA - Washington Viegas.

O senhor está vendo aqui DATAMEC?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - DATAMEC, não; CODEMA, estou vendo. Também não sei quem é.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vamos adiante.

Página seguinte: Dia 28/04, Leleco Barbosa.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Poxa vida! O Senhor conhece mais do que eu!

O SR. LUIZ SALOMÃO - Hein?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - O senhor deve conhecer mais do que eu, porque é carioca.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, não o conheço pessoalmente. Só sei que foi Diretor da TVE, da Fundação Vitor Verebi. Aparece aqui, Superintendente da Receita Federal, em São Paulo, não é isso?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Conheço sim. Não nomeado por mim.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Antônio Maciel Neto?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não sei quem é Antônio Maciel Neto.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Antônio Maciel Neto começou no Departamento de Comércio Exterior do Ministério da Economia e acabou Secretário Executivo da Ministra Dorothéa.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não conheço ele.

O SR.LUIZ SALOMÃO - Luís Marques - DNOCS.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Também não conheço.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Dia 05 de maio de 90.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Salomão, vamos ver a agenda toda. Uma agenda de um homem que declara que o Brasil inteiro quis falar com ele?!

O SR. LUIZ SALOMÃO - Já estamos em maio. Presidente, V. Sª, como eu, não acolheu a informação...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu não suporto esse V. Sª! É o único que não aceito; senhor eu aceito

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perdão. V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A minha pergunta é só pelo seguinte: seria um pouco seletiva?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Estamos encerrando, está bem!

Jorge Vandame - TELEBRÁS; Beltiê - CODESP; Ozires Silva - Ministro; Luís André Rico Vicente - Secretaria de Minas e Metalurgia; Carlos Chiarelli - Ministro; Nelson Baeta, V. Sª conhece?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Muito superficialmente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Consta da sua agenda, na semana de 21 a 26 de maio.

Eu gostaria de chamar a atenção para este ponto, porque, onde consta Nelson Baeta, está escrito: Nelson Baeta - Finanças +. A curiosidade é saber quem é o tio, se V. Sª ou ele?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Isso é uma derivação de V. Exª!

O SR. LUIZ SALOMÃO - Rubens Costa - Secretário Nacional de Energia; Hector Pimenta, da SASSE; José Henrique Damorino - dia 26/06; José Maria Siqueira de Barros - Presidente da ELETROBRÁS, data: 06/06/90. V. Exª confirma?

Gustavo Sampaio Pimentel - CONESP.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não sei quem é.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Egberto Batista - 11.06.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Conheço.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pedro Paulo - 12/06 e Alceni Guerra - 13/08.

Bom, o que eu quis mostrar com isso, Sr. Presidente, é que o nobre depoente mantinha uma relação bastante diversificada com vários funcionários da máquina administrativa do Governo.

Gostaria de pedir que restituísse a agenda.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Pois não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Porque eu tenho a guarda dela com muita responsabilidade.

V. Sª, então, não atribui maior importância a essa questão da sua agenda?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - De maneira nenhuma.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas V. Sª pagava viagens para muitos desses funcionários, não é?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - V. Exª está afirmando. Eu não sei, não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Tenho aqui um laudo da Polícia Federal com uma ampla listagem de todas as pessoas que viajaram pela Líder Táxi Aéreo e, custeado pelo seu esquema, depois viajaram através da Aero-Turismo, agência de viagens, e também pela Al-Táxis Turismo Ltdª

Bom, vou citar alguns nomes que a Polícia Federal relacionou, depois sugeriria que o nobre Relator pedisse uma cópia para anexar aos autos. Tenho que devolver esse documento também.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Presidente Passarinho,

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Posso fazer uma colocação?

Primeiro, desconheço essa perícia da Polícia Federal. V. Exª sabe que isso é uma peça unilateral, onde não há contraditório, onde não há defesa.

Quando se voa em um avião, alugado pela Líder, a Líder pode pôr lá na lista de passageiros quem ela quer.

Então, acho que isso não tem nenhum credenciamento e queria dizer a V. Exª que são documentos que desconheço e não sei de que maneira eles foram feitos.

Queria fazer essa colocação a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. O fato de V. Sª desconhecê-los, evidentemente, não impugna a inquirição que está sendo feita pelo Deputado Luiz Salomão. V. Sª pode dizer que o desconhece. Ele tem o documento obtido de maneira legal.

Pergunto se o documento para V. Exª, Deputado Luiz Salomão, é válido para a inquirição?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, não vou nem inquirir, mas quero acostar aos autos esse documento, porque se trata de um laudo de exame contábil do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal - quero aqui, também, fazer o meu registro, apesar das dificuldades, da carência do Orçamento, do desmantelamento que o Governo Collor impôs - que tem feito um trabalho basilar para a recuperação moral da sociedade brasileira.

O que fizeram os peritos do Instituto Nacional de Criminalistica foi detectar todas as faturas que a Líder Táxi Aéreo emitiu contra a Brasil Jet Táxi Aéreo Ltdª, que supõe ser uma empresa - supõe não, tem certeza - controlada pelo Sr. Paulo César.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - É verdade, sim.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quanto àquelas prestadas pela empresa Al-Táxis Turismo Ltdª e pela Aero-Turismo, os documentos fornecidos permitem concluir que os pagamentos foram realizados por Paulo César Farias ou por suas empresas. E aqui tem dois peritos que assinam e carimbam em cima. De modo que, para mim, é absolutamente válido.

Não quero polemizar com o depoente sobre essa questão, mas quero informar ao plenário que aqui constam o Sr. Carlos Moraes, que era sócio da Dª Zélia; o Sr. Cláudio Humberto e a acompanhante em várias viagens; o Sr. Cláudio Vieira e acompanhantes; ...

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - O Deputado me permite?

O SR. LUIZ SALOMÃO - ... Não. Eduardo Cunha; Eduardo Teixeira; Elizabeth Luporini, esposa do Ministro Alceni Guerra; Geraldo Bulhões - é o Governador; João Santana - várias vezes - Secretário, e, depois, Ministro; José Henrique de Amorim Figueiredo - várias viagens; Lafaiete Coutinho - várias viagens; Luiz Calheiros - que ele diz desconhecer - várias viagens pagas pela Brasil Jet; Marcelo Ribeiro; ...

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Presidente...

O SR. LUIZ SALOMÃO - ... Ministro Alceni Guerra; Marcos Coimbra; Ministro Osires Silva; Ministro Chiarelli; todos com várias viagens.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, me permita perguntar-lhe qual é o objetivo a que V. Exª quer chegar?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quero demonstrar, Sr. Presidente, que o Ministério voava nas asas da Lear Jet, pagos pela Brasil Jet. É isso.

Só para concluir, Sr. Presidente: Ministro Osires Silva; Ministro Rogério Magri; Ministra Zélia; Walter Annichino; Ramon Arnus - que todos temos curiosidade; Deputado Ricardo Fiúza; Alberto Policaro, ex-Presidente do Banco do Brasil; Ana Acioli; Caio Farias eu não sei quem é, Daniel Tourinho, várias viagens, já não é funcionário, Fernando Amorim tem muitas viagens, eu não sei quem é esse cidadão, Flávio Mesquita idem, Jorge Melanias, aqui já não são funcionários pelo menos conhecidos, José Carlos Lopes, mas eu pediria, então, Sr. Presidente, que a Secretaria providenciasse cópias para que nós pudéssemos acostar aos autos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O depoente pediu a palavra, Deputado Luiz Salomão.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Presidente, eu gostaria de saber somente as datas dessas viagens.

O SR. LUIZ SALOMÃO - São todas listadas, com os percursos, não é? Será fácil...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas é que usamos do princípio, e o Dr. Nabor fica ciente disso, que não demos nenhum documento antes do depoimento, mas depois do depoimento o depoente tem direito de tê-los todos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, para mostrar que a relação era realmente íntima, é importante conhecer o depoimento do Sr. Eloísio Lopes, da RODONAL.

Esse cidadão narra, em várias páginas do seu depoimento, que foi pressionado por Paulo César Farias, por Luís Calheiros, e esse caso é especificamente por Paulo César Farias, a fazer doações.

Era hábito do Sr. Paulo César Farias, Sr. Presidente, atribuir a determinadas pessoas uma dívida: "Você me deve um milhão de dólares". Isso é verdadeiro com o Sr. Eloísio, também é verdadeiro com o Sr. Onofre. Pelo menos eles declaram.

E o Sr. Eloísio disse que deu 3 milhões de dólares, no período do Governo de Fernando Collor, para PC Farias.

Agora, o mais curioso é que esse cidadão declara que num certo momento emitiu um cheque administrativo de sessenta milhões de cruzeiros.Esse recurso é sacado em dinheiro e depositado na mesma data, na conta da EPC. Isso tudo acontece no dia 13 de setembro de 1990.

O SR. DEPUTADO - Às vésperas da eleição.

O SR. LUIZ SALOMÃO - É no dia 14 de setembro, no dia 14, 13 para 14, foi assinada a Portaria nº 541, publicada no **Diário Oficial** de 17 de setembro, aumentando as tarifas e liberando as tarifas...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - De autoria de quem é?

O SR. LUIZ SALOMÃO - De autoria da Ministra Zélia Cardoso de Mello, que era Ministra da Economia, liberando tarifas que há três meses vinham sendo pressionadas. Só para ilustrar o grau de eficiência desse esquema.

Além disso, Sr. Presidente, eu acho importante acostar aos autos vários cheques apreendidos pela Polícia Federal em nome do Sr. João Mauro Mosquero, que foi presidente da CONAB.

Há aqui quatro cheques devidamente copiados e consignados no extrato bancário do Sr. Flávio Maurício Ramos e do Sr. João Mauro Mosquero. Além disso, Sr. Presidente, cópias de cheques do esquema PC, de fantasmas do PC, da própria EPC, para o Sr. Carlos Henrique de Moraes.

Há também uma coleção de cheques e depósitos efetuados na conta do Sr. João Carlos Freitas de Camargo, cheques emitidos por Flávio Maurício Ramos e José Carlos Bonfim; idem na conta da Ministra Zélia.

Com isso, Sr. Presidente - eu gostaria de encaminhar isso ao Relator - acho que fica bem caracterizada essa intimidade promíscua entre o esquema PC e determinados funcionários do Executivo.

A terceira parte, Sr. Presidente, é sobre a intermediação de negócios que o esquema PC, o Sr. Paulo César, fazia de negócios com o setor público dependente do Orçamento da União. Volto a insistir: dependentes do Orçamento da União. Aliás, peço escusas, porque usei o caso da RODONAL, que não é do Orçamento da União, mas era para mostrar a eficácia e a celeridade com que os despachos eram dados.

Para iniciar, na oitiva que fizemos na segunda-feira, o advogado do depoente levantou uma questão que acolhemos, em homenagem ao advogado e ao depoente, tentando

impugnar a transcrição do winchester do computador apreendido na VERAX, louvando-se do que seria o voto do Ministro Carlos Veloso.

De fato, o Ministro Carlos Veloso diz, num certo trecho, que se percebe que a apropriação do computador não foi feita de forma legítima, porquanto não havia um mandado judicial.

Sr. Presidente, esse equipamento foi apreendido por outra razão, apoiado em outra lei que não tem a ver com o Código Penal, que é a da sonegação fiscal, pois era um equipamento contrabandeado. Esse equipamento foi apreendido porque não estava acompanhado dos documentos de importação.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Sr. Paulo César Cavalcante Farias.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Os documentos a que o Deputado Luiz Salomão está-se referindo são documentos apreendidos ilegalmente, sem termo de apreensão. Desconheço o que há dentro desse computador, não sei quem os inseriu lá dentro, não sei quem inseriu lá dentro essas informações.

Digo, mais, a V. Exª que 7 Ministros do Supremo Tribunal Federal...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não é fato, Sr. Presidente.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - ... quando da aceitação ou não da denúncia feita pelo Sr. Procurador da República, os Ministros desconheceram esse documento por tratar-se de documento absolutamente ilegal.

Queria pedir licença a V. Exª para não falar nada sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É direito de V. Sª., como é direito do Deputado Luiz Salomão utilizar-se de um documento que, se amanhã for considerado ilegítimo, o Relator terá suficiente capacidade para julgar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, só para esclarecer o seguinte: não há um acórdão do Supremo impugnando esse documento. O que há é o voto de um Ministro, diga-se de passagem, um voto meio ligeiro, porque S. Exª não examinou, não pediu os documentos. S. Exª se louvou na intervenção, na sustentação oral, certamente brilhante, feita pelo Dr. Nabor Bulhões. Quer dizer, S. Exª, o Ministro Carlos Mário Velloso, não teve o cuidado de verificar se tinha ou não o termo de apreensão, e o termo de apreensão existe, que é da Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Queria que V. Exª me permitisse interrompê-lo. Não façamos julgamentos sobre o Supremo Tribunal ou sobre nenhum dos Ministros de lá. Essa matéria, para mim, passa a ser, como dizem os advogados, despicienda.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quero dirigir-me ao Relator para, apesar da contestação, informar-lhe que há aqui uma planilha de 3 páginas de computador - isso aqui está resumido -, sintetizando com códigos - isso já foi publicado na imprensa, mas acho que vale como prova dos tentáculos espalhados pelo esquema PC -, e há vários negócios aqui envolvendo entidades públicas. Negócios da **COTIA TRADING**, com a importação de arroz, com a importação de milho, ou exportação, açúcar etc.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Deputado, há datas aí?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Esses documentos são de 15 de agosto de 1990.

Também trens: FERRONORTE, trem de Fortaleza, trem de Curitiba, trem do Rio de Janeiro. Há uma linha vermelha aqui, que se supôs ser a Linha Vermelha. Enfim, há uma série de informações que precisariam ser decodificadas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, esta relatoria encarece que todos os documentos que V. Exª considerar importantes para a CPI sejam encaminhados à Mesa, para que possamos, inclusive, apreciar o aspecto jurídico que foi aqui levantado, que é a questão do **winchester** da VERAX.

Nós é que não podemos julgar o Supremo. Mas podemos ir ao Supremo para saber se ele julgou ou não esse documento.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeitamente. Só estou esclarecendo à Mesa que até me curvei à reação do Senador Elcio Alvares que, naquela reunião, no quartel da Polícia Militar disse: "Bom, se é assim, não devemos perguntar." E eu não perguntei.

De modo que, hoje, lendo o voto com atenção - pedi até o Senador Elcio Alvares que verificasse se havia um acórdão -, constatei que não é um acórdão que nos forneceu. O que está escrito: "Tribunal Pleno" etc., pode ter sido datilografado não sei por quem. O fato é que li as notas taquigráficas, li esse documento entregue pelo advogado Nabor Bulhões e não me convenci de que esse documento...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas eu insisto que esta matéria deva ser ultrapassada.

Pergunto ao Deputado José Dirceu se S. Exª está ouvindo bem e ao Senador Mário Covas se o som melhorou?

O SR. MÁRIO COVAS - Melhorou.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, quero só informar ao plenário e passar ao Relator, primeiro, essas planilhas que contêm todos os negócios do esquema; segundo, a estratégia e o diagnóstico preparado pela equipe, do que vou ler trechos muito rápidos.

"Diagnóstico - Refluir: retirada estratégica de modo a reduzir sensivelmente o grau de exposição e de vulnerabilidade. O sentimento

generalizado contra o lobista titular vem se cristalizando e consolidando dia a dia. Liberar as áreas não elegíveis, admitir que não é possível enquadrar todos os Ministérios" - este é um voto de unidade - "repensar as áreas de atuação, parceiros/ CAFI" - e esta sigla me intriga há uma semana - "tanto o valor nominal como a sua redistribuição, de modo a possibilitar que as próprias empresas tenham espaço para atender a base da pirâmide decisória. Alagoar: repensar a atuação operacional, como envolver os políticos em um acordo operacional. Por conveniência e necessidade, o **Big Boss** modificou a estratégia de atuação por claras, evidentes"...etc.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª está lendo para provar que isso tem uma conexão com os...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Com a questão do gasto público.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - ...públicos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Isso. E com os políticos - e não havia ainda um acordo operacional, mas se desejava celebrá-lo. Isso põe, um pouco, uma interrogação sobre aquela questão: se há ou não uma conexão entre o esquema PC e a máfia do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dou a palavra ao Sr. Depoente.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sr. Presidente, gostaria de dizer a V. Exª que qualquer documento que não é absolutamente legal - isso está inserido na própria Constituição nossa - ... se alguém escreveu isso para me incriminar, eu não sei. Então, eu diria a V. Exª que isso são ilações que o eminente Deputado Luiz Salomão, com sua brilhante inteligência, aumenta mais ainda. E eu queria pedir a V. Exª que desconsiderasse isso, porque isso tudo foi feito ilegalmente e eu não sei de quem é a responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A declaração de V. Sª está tomada a termo, e peço a V. Sª que não minimize a inteligência do Relator. O Relator saberá considerar o que é e o que não é cabível para o seu Relatório.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Muito obrigado e as minhas desculpas ao Relator.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Posso continuar, depoente?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Claro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - É porque ele está me interrompendo sem pedir à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu dei a palavra a ele.

O SR. LUIZ SALOMÃO -

"Por maior que seja o expurgo, o mercado sempre terá em conta o relacionamento entre os dois amigos e que ele é mais duradouro do que um casamento e, paliativamente, irá buscar soluções para seus problemas, não importando quem sejam os futuros interlocutores."

E diz mais:

"São mais do que evidentes as tentativas orquestradas, tanto nos meios de comunicação como de alguns empresários e, até mesmo, de algumas autoridades, de se vincular todo e qualquer escândalo ao nome do P, de modo a, se não acabar com ele, pelo menos reduzir substancialmente sua ação junto aos órgãos de decisão. Nesse sentido, nota-se, também, a tentativa de atingir as pessoas mais ligadas a P, com vistas a reduzir sua ação e influência. Devem-se discutir, também, novos conceitos de CAFI com níveis de projetos para determinadas áreas."

Depois, tem a equipe: "Paulo, Morais, Luís Calheiros, Ismael, Aleluia, Bandeira e Rui" - todas pessoas notoriamente ligadas ao Sr. Depoente.

"Composição e atribuição às Coordenações - membros natos da Coordenação-Geral: Paulo - Coordenador-Geral; Bandeira - Coordenador-Adjunto, Brasília; Rui - Coordenador-Adjunto, São Paulo; Rose" - supõem-se ser Melanias - "Tesouraria Central, São Paulo; Jorge - Processamento de Dados." Supõem-se ser Jorge Melanias.

Então, Sr. Presidente, só para constarem esses documentos. E há também uma frase aqui que me parece digna de nota. Diz, assim: "Na manutenção dos controles, a criação do Núcleo de Coordenação e Trabalho dos Coordenadores Setoriais visa a introduzir as "barragens" necessárias" - e pode-se dizer que é entre aspas para não se pensar que é de Pirapama - "para preservar e liberar o Coordenador-Geral" - que antes estava dito aqui PC - "para as reais e fundamentais questões do sistema."

Peço que se faça chegar isto ao Relator.

Além disso, Sr. Presidente, nesse micro há arquivos que foram traduzidos - ele deveriam ter sido apagados e foram recuperados graças a um **software** importado. E descobre-se que há vários arquivos com a OAS WK1, cujo **password** - palavra-chave - é Sara. E aqui, Sr. Presidente, é extremamente curioso, porque há referências a obras importantes como Morro do Recife, a obra de Pirapama, o shopping, antecipações, Itati, Paraguaçu, escolas técnicas, PRODURB, GENIBAL - um projeto no Ceará; enfim, uma série de projetos que foram alvo das investigações e não foram considerados suspeitos na Subcomissão de Emendas, enquanto eu fazia parte dela.

Aqui há uma planilha, encabeçada pela sigla OAS Mercado CAFI, e aqui a descrição dos projetos: saneamento, PRODURB, Desenvolvimento PROBASE, habitação cooperativas, MEC, recursos alocados, PROSAÚDE etc. E há vários comentários...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Essa sigla OAS é uma sigla identificada?

O SR. LUIZ SALOMÃO - É a Construtora Norberto Odebrecht, Sr. Presidente, porque nesses documentos está escrito... Vou ler um trecho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Qual a construtora?

O SR. LUIZ SALOMÃO - OAS.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª falou Norberto Odebrecht.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Desculpe; quis dizer OAS.

Mas quero ler aqui um trecho que é esclarecedor. Por exemplo:

"Obra de Pirapama, formada pelo consórcio OAS - um terço, Odebrecht - um terço, e Queiroz Galvão - um terço".

Peço desculpas ao Deputado Maurício Najar por ter me equivocado. É um consórcio na obra de Pirapama, formado pela OAS - um terço, Odebrecht - um terço, e Queiroz Galvão - um terço. Não teve repercussão na planilha, uma vez que seu início estava previsto para abril.

Além disso, diz embaixo:

"Da liberação do Barra Shopping só ocorreu no dia 02/03, e foi integralmente debitada à OAS por ter liderado o consórcio: OAS 45, Nacional 45 e Participa 10%."

Fui verificar que se trata de um shopping construído na Bahia, com a participação de fundos de pensão de entidades públicas. Por isso, a meu juízo, isso está ligado à questão do Orçamento, é exatamente o Consórcio Barra, com essas três empresas.

Há também a questão das escolas técnicas, e há uma discussão para mostrar que das 16 escolas técnicas somente 4 foram assumidas integralmente pela OAS, as demais serão desenvolvidas negociações pela empresa no sentido de ser cobrado o CAFI respectivo.

Sr. Presidente, anexo também, para esses diversos projetos, informações fornecidas pela Caixa Econômica e pelo Ministério da Ação Social, por solicitação da Polícia Federal. E para cada um desses projetos: Canal do Camurujipe, o Ministério informa que não havia convênio; Pirapama, ele diz o número do convênio, as funcionais programáticas, que são os códigos do subprojeto, o número das ordens bancárias, o seu valor e a data. Eu considero isso extremamente importante para o nobre Relator.

- Projeto Garanhuns, que o Deputado Relator conhece bem, no seu Estado, todas os códigos dos subprojetos, as liberações e as OBs.

- PIRPENEDO, deve ser projeto de irrigação de Penedo, que ele informa que não há convênio com o Ministério da Ação Social.

- Canal de Maceió, há convênio, aqui estão listados as funcionais programáticas, as OBs?, os valores e as datas.

- Corredores Viários de Alagoas, não há. Com os do Recife, há, tem aqui os vários pagamentos efetuados, as empreiteiras executantes.

Sr. Presidente, anexo também essas informações com o rastreamento feito no CIAF, indicando as liberações, quem são os autores das emendas, para efeito do relatório do Sr. Relator. Creio que há uma documentação bastante completa.

Anexo também os contratos enviados pela Caixa Econômica Federal. Sobre essa matéria, não vou me estender sobre os projetos habitacionais, mas faço chegar às mãos do Sr. Relator esses informes.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito a V. Exª que acelere.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vou acelerar, Sr. Presidente, já estou na última parte, onde pretendo demonstrar que, primeiro, há uma brutal contradição entre o depoimento prestado pelo depoente, perante o Supremo Tribunal Federal, em julho passado, e o depoimento que nos prestou no Quartel General da Polícia Militar. Lembro-me, e os nobres Deputados que estiveram na diligência também hão de se recordar, que nós ouvimos do Sr. Depoente como ele arrecadou recursos para a campanha.

Vou refrescar a memória daqueles que não assistiram o vídeo: ele declarou que arrecadou de 90 a 100 milhões de dólares para a eleição de 1989, arrecadou de 70 a 80 milhões de dólares para a campanha de 1990, e que isso foi destinado exclusivamente à campanha.

Eu indaguei como é que ele havia recolhido recursos em 1990 para cobrir as despesas de campanha de 1989, como vários depoentes informam, dezenas de empreiteiras, de empresas outras como a SHARP, a Votorantim etc., se havia a informação pública de que sobraram 53 milhões de dólares da campanha de Collor para a presidência. S. Sª me corrigiu, que não eram 53 milhões de dólares, como foi fartamente propagado pela imprensa, ou como foi invocado pelo Presidente da República de então, que sobraram "a[illegible]as" 28 milhões de dólares.

E S. Sª declarou, lá na Polícia Militar, que esses 28 milhões de dólares foram gastos na casa da Dinda, em despesas pessoais do Presidente, do próprio depoente e dos seus colaboradores. Não foi isso?

No entanto, V. Sª declarou...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A resposta foi com o assentimento de cabeça?

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª poderia declinar?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sim. Foi isso que declarei.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É porque a taquigrafia necessita do som registrado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeito. Na oitiva feita no Supremo Tribunal Federal perante o Ministro Ilmar Galvão, O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS disse o seguinte:

> "Ficará provado, olhando as contas de Alberto Alves Miranda - que era o fantasma da época -, que houve uma sobra de 28 milhões de dólares; que essa sobra foi aplicada pelo Sr. Najun Turner; que gostaria de dizer que desse montante de 28 milhões de dólares, cerca de 8 milhões de dólares foram transferidos, à disposição do Sr. Presidente da República; que esses recursos eram administrados pelo Sr. Cláudio Vieira; que os 20 milhões de dólares restantes foram aplicados na campanha de 1990, nada restando".

Então, o nobre depoente fez uma afirmativa perante o Ministro Ilmar Galvão e outra afirmativa perante a diligência. São, teoricamente, informações irrelevantes para o nosso caso, porque se trata da campanha de 1990, mas gostaria que houvesse a confirmação dessa contradição.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Deputado, isso deve ter sido um lapso de memória. Na realidade, o mais importante foi dizer da sobra e como a sobra foi aplicada. Mas isso é um problema pessoal meu. V. Exª não tem nada que ver com isso nem a CPI.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu tenho a ver com isso sim; quero saber por que o senhor cobrou contribuições para a cobertura de campanha de 89, financiada com recursos públicos, como foi o caso da Queiroz Galvão, se havia uma sobra. Se havia sobra, o senhor não poderia cobrar cobertura de despesa de campanha! O senhor estava extorquindo!

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Presidente Passarinho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Gostaria de dizer a V. Exª que o Deputado está querendo me incriminar, fazendo afirmativas que não são verdadeiras e do espírito dele. Gostaria de dizer a V. Exª que aqui sou uma testemunha, não sou réu.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª pode não responder, mas não pode interpretar meus desejos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E deve ficar muito claro: se houvesse uma tentativa de incriminação, ela, evidentemente, não seria levada em consideração. O que há é uma tentativa, que me parece de lógica formal, utilizada pela Deputado Luiz Salomão para chegar à uma conclusão: se havia ou não necessidade de - no momento que já não havia eleição - esses recursos saírem de órgãos públicos ou não. Parece-me que esse é o pensamento do Deputado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª interpretou corretamente o meu raciocínio. Quero esclarecer de novo ao Relator que não sou promotor; e eventualmente serei juiz, mas não de V. Sª. O que quero que V. Sª esclareça é: como é que V. Sª pode afirmar que estava cobrando da Queiroz Galvão, que estava cobrando da SERVAZ, que estava cobrando de dezenas de outros empresários cobertura de despesas a descoberto da campanha de 89 em 90 e em 91, se havia sobra da campanha de 89, declarada por V. Sª, perante o Supremo Tribunal Federal. Aqui V. Sª diz que aplicou o recurso; a nós - e agora V. Sª confirmou -, que o dinheiro foi entregue ao Presidente da República. Portanto, gostaria que V. Sª esclarecesse esse aspecto fundamental: se V. Sª tomou dinheiro proveniente do Orçamento para cobrir despesas de campanha havendo sobra de campanha anterior.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Presidente Passarinho, gostaria de pedir permissão para não responder esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É seu direito. Peço ao Deputado Luiz Salomão que não se alongue, porque estamos com quase 30 pessoas inscritas para inquirir.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Passo adiante. O nobre depoente diz - estou saltando várias coisa, aqui - o seguinte, à página 8 do depoimento ao Supremo Tribunal Federal, indagado sobre os depoimentos de Renato Bayar, Ricardo Sampaio, Joaquim Lira, Jari Braga, João Evangelista Tenório, José Ermírio de Morais etc., que "todo o dinheiro recebido das empresas acima mencionadas o foi da forma acima descrita, havendo sido tudo devidamente contabilizado e coberto por notas fiscais, com pagamentos de impostos e serviços e tributação no imposto de renda. Que na escrita da EPC tudo está contabilizado; que, à época, o Dr. José Ermírio de Morais era o presidente da VOTORANTIM etc., mas que tudo foi contabilizado, na conta oficial da EPC, e que a empresa não tinha contas com nomes fictícios nem caixa 2". V. Sª confirma essa declaração?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sr. Presidente, gostaria de dizer que isto é assunto meu, perante o Supremo Tribunal Federal.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem. Então, eu gostaria de chamar a atenção do nobre Relator quanto a esta contradição, porque a nós O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS já explicou, lá na PM, que ele não tinha registros das contribuições da campanha; quem tinha dado, quem não tinha dado.

Qual é a minha curiosidade nisto? Saber dos doadores, quem era detentor de obras públicas, fornecedores do Governo, para fazer o nexo com o Orçamento. Mas S. Sª disse que não tinha registro, que se esqueceu, que só vai reconstituir na sua memória isto, quando forem apresentadas alegações finais no julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

Agora, é uma contradição que S. Sª declare ser super organizado, que tudo foi contabilizado, que pagou impostos etc., pela EPC, e não tenha feito uma contabilidade paralela para o esquema de campanha.

Volto, para encerrar, a pedir ao nobre depoente que tome a sua agenda de novo, porque eu queria lhe fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, vamos encerrar?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vamos encerrar já, Sr. Presidente. S. Sª declarou-nos e declarou também ao Supremo Tribunal Federal, que havia financiado vários parlamentares e que não tinha nenhuma relação com nenhum dos parlamentares arrolados na máfia do Orçamento. Eu gostaria que confirmasse...

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - O que é verdade.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vou demonstrar que não é, Sr. Presidente. Eu gostaria que ele confirmasse se financiou as campanhas de José Carlos Martinez; V. Sª poderia ir respondendo?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sr. Presidente, eu não gostaria de responder esse assunto, porque é inerente à campanha política e inerente à minha defesa. Não gostaria de responder.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É seu direito.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então, Sr. Presidente, só registro que ele declarou que financiou José Carlos Martinez, Geraldo Bulhões, Ronaldo Cunha Lima e Joaquim Francisco, que esta lista não era exaustiva. Iria perguntar a ele se financiou Jaime Campos e José Agripino. V. Sª quer responder hoje ou não?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Responderei isto no Supremo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Declarou-nos, também, que financiou José Camargo, Cleto Falcão, Antônio Holanda, Roberto Torres, Vitório Malta, Augusto Farias, Euclydes Mello, Sebastião Curió.

V. Sª financiou Antônio dos Santos Soares Cavalcante?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não sei nem quem é.

O SR. LUIZ SALOMÃO - É um Deputado do Ceará, aqui, que recebeu de José Carlos Bonfim, o fantasma, cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Salomão, toda a parte inicial de V. Exª está muito recebida pela Mesa, aquela com relação ao Orçamento.

É questão de campanha, como V. Exª está vendo, o depoente se recusa a responder e pouco servirá. V. Exª pode concluir.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu só gostaria, então, que ele verificasse na página do dia 20.02 se reconhece as suas anotações referentes... No dia 20.02...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - De que ano?

O SR. LUIZ SALOMÃO - De 1990, na semana de 07 a 12 de maio, consta aqui o Deputado Pedro Irujo. V. Sª tinha contato com ele?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Conheço o Deputado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor disse que não tinha contato com nenhum Deputado que havia sido relacionado, e o nome Pedro Irujo aparece aqui.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu disse a V. Exª que nenhum dos Deputados, pretensamente investigados aqui, eu os ajudei em campanha política. Isso que eu disse.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, V. Exª disse que não tinha nenhuma relação - mas isto está nas notas taquigráficas, não precisamos discutir.

Para encerrar, pergunto o seguinte: V. Sª teve encontros com as seguintes personalidades: Emílio Odebrecht, 15.01, 02.05, 05/06,19/06, 14/02, 30/05.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Confere?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não sei, ele que está dizendo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vários contatos com o Sr. Emílio Odebrechet nestas datas.

Com o Sr. Sérgio Mendes, diretor da Mendes Júnior em Brasília, no dia 22/01/90; com o Sr. Valduque Vanderley da COVAN no dia 22/01/90; Antônio Queiroz Galvão - que é seu contato na Queiroz Galvão - no dia 22/01/90; Ricardo de Almeida, filho de Cecílio Rêgo Almeida, no dia 29/01/90; César Motta Pires, da OAS, no dia 30/01/90; Sérgio Mendes, novamente no dia 31/01/90. Nesta está anotado NUCLEBRÁS, Angra III a; Murilo Mendes no dia 27/03/90 de novo; Elus Nolis, Presidente da TRATEX, também Presidente do Banco Rural, na semana de 26/03 a 31/03 ele aparece nos seus objetivos; Cecílio Rêgo Almeida, no dia 17/04; Soares, da OAS, no dia 19/04; Ricardo Almeida , Serra Almeida de novo, no dia 19/04; Ellos, novamente, no dia 24/04; Otávio Lacombe, aquele que aparece ao lado da sigla dele - PM- no dia 12/06; Roberto Amaral, diretor da Andrade Gutierrez em São Paulo, no dia. 18/06; os banqueiros Walter Moreira Salles, no dia 7/02; UNIBANCO - endereço da UNIBANCO no Rio etc. José Safra, Edimon Safidie, dia 07/05/90; 09/05/90; 10/05/90; café com Safidie, jantar em 23/05/90, Edimon Safidie do Banco Cidade; Manoel Pires da Costa, da Bolsa; Olacir de Morais, Banco Itamaraty, 19/02/90; José Safra, no dia 22/90; Olacir, de novo, no dia 22/02/; 22/05; jantar Alfred Nother, do UBS; Roberto Marinho, do Banco Roma, nos dias 09/03; 05/06; 11/06; José

Safra, no dia 29/03; Leol Cocre, no dia 29/03; Olacir no dia 09/03. Jacinto Pereira, Ivolssi Iospi, no dia 06/06; Ângelo Calmon de Sá, no dia 11/06 e BNP.

Aqui uma série de contatos com outros empresários. Os banqueiros são também altamente interessados no Orçamento da União, tanto que na Constituição estamos impedidos de emendar o serviço da dívida - isso é algo que pretendo mudar se houver a revisão constitucional. A indagação que lhe faço é se essas pessoas é que compunham o grupo de financiadores desse esquema eleitoral?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Deputado, em primeiro lugar, o que está na minha agenda são assuntos particulares meus. Em segundo lugar, já disse a V. Exª que não falarei aqui sobre campanha política.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem. V. Sª poderia devolver-me a agenda?

Como última informação, gostaria que distribuíssem uma cópia dessa transcrição para os Srs. membros da CPI.

Essa é uma fita de duas horas de duração, selecionei dois trechos para a oitiva da comissão, muito rápida, uma coisa de três minutos, em que o Sr. Onofre Vaz, da SERVAZ, que não virá mais a esta Comissão - porque inventou uma operação - tem uma conversa gravada cujos trechos vou tentar que os senhores ouçam.

A transcrição está aqui. A gravação é muito ruim, e o Sr. Onofre fala muito mal.

> "Degravação de trechos selecionados pelo Deputado Luiz Salomão de uma fita cassete.
>
> **O SR. ONOFRE VAZ** - Eu tive aquele dia de noite, eu fui falar com o Amazonino, né? O Amazonino não me autorizou a falar, porque esse negócio da gente falar é...(O Sr. Onofre Vaz relatando **ipsis verbis** a fala do Sr. Amazonino Mendes) Onofre, eu vou te contar uma coisa aqui, mas se você contar vai envolver o PC, eu sou Senador da República. Tava com ele e com o Egberto, ainda não havia acertado várias coisas lá. Não era nada seu. Aí eu toquei no seu nome:Escuta, como vai o nosso amigo Onofre? Só para testar o PC. Aí o Egberto falou: Ah, o Onofre bateu coco comigo. Bateu coco. Aí o doutor Paulo César falou: Oh, comigo não. Comigo ele honrou, lutou, fez sacrifício. Inclusive ele sempre acreditou, cumpriu. Nós precisamos ajudar ele.. (O Sr. Onofre Vaz interrompe o relato **ipsis verbis** da fala do Sr. Amazonino Mendes). Então foi por isso que o doutor (...) pagou aquele dinheiro pra mim e disse: Onofre, o PC quer te ajudar (O Sr. Onofre Vaz volta a reproduzir **ipsis verbis** o relato do Sr. Amazonino Mendes)."Ai o
>
> Egberto falou com o PC: Não dá! Ele apareceu com crédito lá doutor. Não é por aí, cê tá entendendo? O crédito não foi liberado nada." (O Senhor Onofre Vaz interrompe novamente o releto **ipsis verbis** do Senhor Amazonino Mendes)(...). "Então eu fico doido, a gente não sabe (...) Aí é uma desgraça. E o Amazonino falou: "Onofre, é isso, mas se você falar que eu estive com o PC, que fiz uma reunião secreta com esse tema, pra acertar aquele negócio, a minha vida com o PC..."(...)
>
> **O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS** - Sr. Presidente,...
>
> **O SR. PRESIDENTE** (Jarbas Passarinho) - Não é audível.
>
> **O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS** - Mas pergunto se...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A pergunta é: que estava sendo passado na fita?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, seria talvez melhor nós lermos a transcrição.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeito. A transcrição está aí, anexa aos autos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O que eu quero dizer, Sr. Presidente, completando essa transcrição com o depoimento do empresário Onofre Vaz, em que ele declara que foi extorquido para poder liberar as suas faturas em obras feitas nos Estados do Amazonas e do Tocantins e que só conseguiu essa liberação depois que Jorge Bandeira e PC Farias autorizaram e combinaram um pagamento de 700 mil dólares, à época, expressos por Cr$40 milhões. A CPI tem em seu poder a ordem de pagamento da SERVAZ para a EPC. Eu concluo isso...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E essa liberação era de fundo público?

O SR. LUIZ SALOMÃO - De recursos da Caixa Econômica para pagar obras. Eu vou ler um trecho aqui para que V. Exª possa acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ele tem um encontro com o Sr. Paulo César Farias e diz o seguinte:

> "Na mesma sala, o declarante foi apresentado ainda a Paulo César Farias. Este foi prontamente dizendo ao declarante que sabia que a sua empresa, SERVAZ, estava com um problema de recebimento de recursos. E Paulo César Farias afirmou que o Comandante Bandeira seria o homem indicado para solucionar o problema da empresa do declarante, tendo na oportunidade se despedido, posto que tinha outro compromisso. Que, com a saída de PC Farias, o declarante passou a conversar com Bandeira, o qual demonstrou ter todos os dados referentes às obras financiadas pela Caixa

Econômica Federal no que diz respeito à empresa SERVAZ. Ao que pôde observar, Bandeira possuía dados pertinentes à liberação de recursos que estavam arquivados em equipamentos de informática daquele escritório".

Salto essas páginas, diz:

"Bandeira diminuiu o valor da sua exigência - porque Bandeira queria "papar" tudo - a liberação de cento e cinqüenta milhões..."

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - "Papar" é no sentido...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ia receber todo o pagamento.

E aí o depoente Onofre Vaz alega que não pode, que tem contas a pagar. Então, negocia e chega a quarenta milhões.

"Quer dizer, Bandeira diminuiu o valor de sua exigência, vindo a estabelecer o pagamento de quarenta milhões, dizendo que era o montante de uma dívida junto ao Banco Rural que seria, portanto, saldada com recursos provenientes da SERVAZ. Que na conversa com Bandeira ficou claro que a liberação do financiamento da Caixa só seria feito caso houvesse cumprimento das exigências feitas por Bandeira. Que, ao informar Bandeira das dificuldades que estava tendo junto à presidência, pediu que deixasse com o mesmo a solução do problema que ele resolveria. Quem cumpre suas obrigações conosco fica tudo bem, mas, se deixar de cumprir, entra na lista negra. Que, assim, não teve outra alternativa senão pagar os quarenta milhões etc, etc. Procurou o Governo de Tocantins para que esse emitisse as faturas do serviço executado, o que foi feito. Em seguida ao contato com Bandeira, não se lembrando quantos dias após, ocorreu a liberação daquele montante de cento e cinqüenta a duzentos milhões devidos pela Caixa. Que com a entrada do dinheiro na conta da SERVAZ, o declarante autorizou o seu setor financeiro a efetuar o pagamento de quarenta milhões que foram enviados para a Empresa de Participações e Construções - EPC - através de ordem bancária do Banco Rural".

Portanto, Sr. Presidente, ainda que o declarante queira dizer que não conhece Jorge Bandeira etc, etc, o pagamento foi efetuado a EPC, que é uma sociedade limitada, controlada pelo Sr. Paulo César Cavalcante Farias.

Quero esclarecer também que em diversos momentos Paulo César Farias disse que fazia consultoria. Não vou entrar nos detalhes aqui. Mas essas consultorias são absurdas. Eu, como ex-dirigente da categoria dos engenheiros/economistas, quero repelir que a atividade consultoria tenha qualquer parentesco com a extorsão.

Com isso, espero ter demonstrado à Comissão que, efetivamente, valia a pena Paulo César Farias vir aqui para mostrar que recebeu recursos públicos, sim, não diretamente, mas através dos empreiteiros.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

V. Sª quer fazer alguma consideração?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sr. Presidente, as ilações do Deputado Luiz Salomão não são verdadeiras. No vídeo que foi gravado perante a Comissão que me interrogou há as respostas devidas. Eu gostaria de consignar apenas que as respostas estão devidas e corretas no vídeo que foi feito junto comigo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É evidente que eu tenho de dar uma satisfação ao Plenário, porque passamos uma hora e dez minutos nessa inquirição, que foi mais, ou quase, uma declaração unilateral, sem resposta, porque foi o Deputado Salomão quem primeiro entrou com requerimento solicitando a convocação.

E por isso, então, nós demos esse prazo maior, mas são 29 Senhores Parlamentares inscritos para inquirir. O segundo a usar da palavra é o nobre Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Depoente, eu queria concentrar a minha argüição numa outra perspectiva, qual seja, o Sr. Paulo César Farias está preso, ele tem um processo muito bem construído, a partir do trabalho da CPI, pelo Delegado Paulo Lacerda, a quem eu queria de público elogiar pela seriedade, pelo cuidado, pela precisão com que vem desenvolvendo esse trabalho ao longo de mais de um ano. Há uma vasta documentação e depoimentos que o incriminam, e eu acho que esse é um problema hoje do Poder Judiciário. Concordo com a preocupação de Mesa, que na realidade a nossa CPI não teria como tarefa prioritária qualquer contribuição nessa direção. Acho que isso nós já fizemos na outra CPI, os resultados foram importantes para a Nação, mas nós estamos diante de um outro desafio.

O meu ponto de vista é o seguinte: o esquema do Sr. Paulo César Cavalcante Farias foi desmontado. Eu vou tentar revelar do que eu entendia como sendo o esquema de operação.

Mas a pergunta que fica para a Nação é a seguinte: o problema foi resolvido? No meu ponto de vista não. O processo de privatização do Estado brasileiro continua. Os grandes interesses que se sobrepõem ao Orçamento da União estão aí presentes. Eles mudaram de forma de atuação, mas questão de fundo da sociedade está presente.

Eu vou fazer uma tentativa hoje, e basicamente por isso é que eu pedi o depoimento do senhor, que é uma tentativa de verificar se, de fato, pela experiência e pelo processo que o Sr. Paulo César Farias viveu, ele pode contribuir com essa CPI no sentido de ajudar a esclarecer esses processos, esses procedimentos, para que possamos atingir desta vez, quem sabe, não apenas corruptos que se envolveram com esse processo, mas os

corruptores, que na realidade são os grandes beneficiados de todo esse procedimento do Orçamento, que prejudica, a saúde, educação, o investimento, o saneamento, enfim, todo o gasto público de uma forma global.

Eu encaminharia à Mesa, em primeiro lugar, ao Relator e ao depoente uma síntese de um organograma, de um fluxograma que nós elaboramos - esse para o Relator - e que eu não sei, como são muito complexas as informações, eu não sei se valeria a pena, Sr. Presidente... eu tenho um painel com uma síntese desse organograma, desse fluxograma e talvez fosse interessante, em cinco minutos, expor de forma muito breve para poder fundamentar as minhas perguntas que não vão nessa direção. Isso aí é só a base que eu quero revelar, para poder fundamentar a argüição que é em relação, daqui para frente, como é que está a problemática orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª quer projetar?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, ele está ali, poderíamos abrir o painel. Posso expor de forma rápida. Mas o depoente teria uma cópia para ele poder acompanhar.

A leitura que a CPI fez no outro trabalho é que a conta fundamental era a conta da Ana Acioli, foi a conta que o Eriberto abriu. Nós verificamos o seguinte: que vários fantasmas de algumas empresas do esquema de Paulo César Farias depositaram 2 milhões 370 mil dólares na conta da Ana Acioli, que era a conta do Presidente, reconhecida por ele mesmo. Que além disso, membros da família, ou pessoas diretamente envolvidas no gasto pessoal da família do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, a sua esposa, Rosane, recebeu 463 mil dólares da EPC; José Carlos Bonfim; a D. Leda Collor; D. Maria Isabel Teixeira, que era uma espécie de secretária da D. Rosane; a D. Celi Elizabeth, ex-esposa; o mordomo da Casa da Dinda. Enfim, havia um outro fluxo que vinha dos fantasmas ou das empresas do Sr. Paulo César Farias para a família do Presidente. O montante geral desses recursos, somando ainda o caso da Brazil Garden, dá em torno de 6 milhões e meio de dólares. Em todo o processo de um ano na Justiça nunca foi questionado esse trabalho desenvolvido pela CPI.

O que nos interessa? Havia outras dimensões do esquema, que era a zona da Casa da Dinda; o caso OM - 9 milhões de dólares na compra da Rede OM; o caso da VASP, que são quase 4 milhões de dólares pagos pela empresa do Sr. Paulo César Farias; assessores indiretos que receberam; campanhas políticas; outros empreendimentos; gráficas; enfim, um conjunto de informações que hoje para nós não têm qualquer relevância. O que é importante, no meu ponto de vista, essa CPI discutir?

O Sr. Paulo César Farias montou um esquema que tinha várias contas fantasmas - os valores estão aqui: 6 milhões e 100 mil dólares, por exemplo; 3 milhões e 200 mil dólares; 650 mil dólares, que tinham relações. A Brasil-Jet era um esquema, através de **leasing**, de remeter recursos para o exterior, ou recebiam e mandavam através da contas fantasmas recursos para o exterior, como é o caso aqui da Central Financial Corporation - 40 mil dólares; Financial das Ilhas Virgens. E vários dos fantasmas remetiam, recebiam - da Financial Corporation: 4 milhões de dólares - e tiravam recursos do exterior. Como ele movimentava os recursos? O esquema poderia receber diretamente do exterior recursos - já chegamos a uma lista de empresas, uma lista de empresas cujos valores hoje são muito superiores aos que estavam aqui naquela ocasião. A primeira, por exemplo, a Construtora Norberto Odebrecht: 3 milhões e 200 mil dólares - hoje, o valor é muito superior; a Tratex, a Votorantin; enfim, um conjunto de empresas.

O que vou tentar argüir é se, com a contribuição do depoente, poderemos desvendar a relação entre as contribuições dessas empresas para o esquema do Sr. Paulo César Farias, que em última instância era o esquema do Sr. Fernando Collor de Mello - ele era o responsável, só por isso que essas operações se realizavam - e por que essas contribuições eram feitas e quais são os desdobramentos delas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Faço uma recomendação à Mesa para tentar reproduzir as palavras do Deputado Mercadante, porque foram proferidas fora do som. Vamos fazer um esforço para reproduzi-las todas.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Perfeito. E está em anexo o fluxograma para a relatoria. Podem fechá-lo, porque vamos direto às perguntas.

Do meu ponto de vista, Sr. Presidente, esse foi o esquema que operou no Brasil a partir de 1990. Nunca investigamos a campanha política do Sr. Fernando Collor de Mello. A CPI nunca investigou a campanha; ela investigou, a partir da posse do Presidente, a intermediação de recursos públicos e esse esquema que existiu paralelamente ao poder de Estado durante esse período.

A primeira pergunta que eu tenho é no sentido de pegar alguns casos concretos para ver se podemos, a partir deles, refletir e aprofundar o trabalho da CPI em relação ao futuro do País e do Estado brasileiro. É o seguinte: há um depoimento, nos autos do processo, do Sr. Tales Nunes Sarmento, que era sócio-gerente da SERVIA Construtora. Ele diz: "que na conversa com o Paulo César Farias este sugeriu a Construtora SERVIA investir em Angola uma das alternativas de financiamento, em função do fato de que a política econômica para o ano de 1990 deveria ter desdobramentos recessivos." O senhor confirma esta possibilidade?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Presidente Passarinho, eu gostaria de dizer a V. Exª que este assunto é inerente a mim pessoalmente e que por ele estou respondendo perante a Justiça e perante os Tribunais. Não vai ser este belo quadrinho que o Deputado fez aqui que vai me fazer falar sobre este assunto. V. Exª me desculpe.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Queria lembrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Só peço que qualquer laivo de ironia seja evitado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - "Belo quadrinho" é irônico.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Pois não, Sr. Presidente, desculpe-me!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu queria registrar que esse belo quadrinho é a síntese dos autos do relatório da CPI; que a defesa do senhor, ao longo de um ano, não conseguiu desmontar, e que esse quadrinho ajudou a colocá-lo atrás das grades para bem do serviço público e dos interesses da Nação.

De qualquer forma; eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Também eliminaremos considerações dessa natureza. Não se deixe polemizar, Deputado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito, mas eu queria voltar ao assunto.

Consta dos autos, num depoimento de Tales Nunes Sarmento, numa conversa com o Sr. Paulo César Farias, que ele teria sugerido investimentos em Angola.

O senhor não pode confirmar esta afirmação?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Já disse a V. Exª que não vou falar sobre isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Ele diz mais no depoimento: que o Sr. Paulo César Farias o recomendou e ele teve audiências na África, em Angola, com o Presidente da República, José Eduardo Santos, com o Chefe do Serviço de Inteligência, Antônio José Meirelles, com o Ministro José Leitão, com o Cel. Fernando Alves Simões, enfim, com uma série de personalidades importantes. Mas que para desenvolver estes contatos, a empresa Sérvia foi obrigada a abrir uma conta fantasma no BMC, que até o início do esquema, da posse do Governo Collor, era o banco prioritário do esquema do Sr. Paulo César Farias, durante a campanha de 89 e até mais ou menos meados de junho. E que esta empresa pagou, até outubro de 1991, para o PC e para a Mundial Aerotáxi, um conjunto de valores que constam dos autos da Polícia Federal.

O senhor poderia confirmar o recebimento desses recursos pela Construtora Sérvia, pagos através de conta fantasma que ela abriu em nome de Ricardo Pimentel, no BMC, no Banco Mercantil de Crédito?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Requeiro meu silêncio.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, vou tentar então um outro caminho.

O SR. ODACIR KLEIN - Pela ordem, Sr. Presidente, até para colaborar com a intervenção do Deputado Mercadante.

Na diligência que cumprimos, não perguntamos especificamente ao Dr. Paulo César Farias a respeito de cada uma das empresas, mas usamos o caso da Odebrecht como exemplo. E ele, na ocasião, respondeu que os pagamentos que recebeu da empresa corresponderam à orientação que deu principalmente no sentido de que direcionasse os seus investimentos para o exterior, já que aqui não haveria investumentos.

No início do depoimento que presta sob compromisso o Dr. Paulo César, ele disse que confirmava todas as informações que deu àquela subcomissão.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Perfeito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Então, vou tentar o caso da Odebrecht. Quem sabe, como já consta do outro depoimento, se seria possível tentarmos aprofundar.

De fato, no caso da Odebrecht, o Diretor Murilo Martins e Renato Baiarte, Diretor Regional de Recife-PE, dizem exatamente o que o Sr. Paulo César Farias disse à diligência da CPI:

> "A atuação de Paulo César Farias esteve direcionada no sentido de estudar os projetos da Odebrecht, de natureza estratégica, objetivando o desenvolvimento de forma harmônica com as prioridades do Governo Federal. E, entre essas prioridades, a recomendação de investimento no exterior".

O senhor confirma?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Perfeito, isso está no vídeo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito.

No entanto, foram pagas pela Odebrecht à EPC, no dia 24 de agosto de 90, 40 milhões e 500 mil cruzeiros; no dia 29 de agosto de 90, 41 mil 250 milhões de cruzeiros; no dia 10 de setembro de 90, 8 milhões de cruzeiros; 17 de setembro de 90...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço silêncio no plenário em atenção ao Deputado que está com a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Enfim, são 9 cheques que vão até o final do ano de 90, até outubro de 90; antes, uma parte, e a outra metade após setembro de 90.

Estes pagamentos tem relação simplesmente com essa recomendação?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Exatamente, foi um trabalho de consultoria.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - No entanto, Sr. Presidente - e acho que esse é o elo que interessa à nossa investigação -, na mesma data em que esses pagamentos são feitos, o Sr. Paulo César Farias fez 13 telefonemas para o Sr. Luiz Octávio da Motta Veiga, Presidente da PETROBRÁS na ocasião. Sendo que, do dia três ao dia 28, ele liga nos dias 3, 11, 14, 19, 20, 21, 22 e 26 de setembro.

Segundo o depoimento do ex-Presidente da PETROBRÁS, esses telefonemas tentariam, junto à PETROBRÁS, influenciar no resultado de uma licitação que diz respeito à plataforma submarina da Bacia de Campos, porque, na realidade, foi vencida pela TENENGE, subsidiária da Construtora Norberto Odebrecht.

V. Sª teve, de fato, contato com o Sr. Luiz Octávio, da PETROBRÁS, sobre esse assunto?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Presidente, esse assunto é público e notório que quando eu falei com o Presidente da PETROBRÁS foi exclusivamente na tentativa de ajudar um amigo meu, Wagner Canhedo, na VASP.

Nunca esse assunto de Odebrecht foi ventilado, desde aquela época. Então, V. Exª, Sr. Deputado, está querendo fazer uma ligação que não existe, inexistente, porque é público e notório, V. Exª tem conhecimento, a imprensa do Brasil todo tem conhecimento. Esse assunto nunca foi abordado. Nunca tratei com o Sr. Luiz Octávio da Motta Veiga sobre esse assunto, a não ser o assunto VASP.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Queria registrar, Sr. Presidente, que nos autos tanto o Sr. Luiz Octávio da Motta Veiga diz que foi procurado sobre este assunto, exatamente nesse período em que a EPC recebe os cheques, como o próprio Emílio Odebrecht reconhece, no seu depoimento, que foi procurado pelo Sr. Paulo César Farias também sobre este assunto.

Quer dizer, os dois, o interessado na licitação e o Presidente da PETROBRÁS, reconhecem, registram isso. E, de fato, o Sr. Luiz Octávio da Motta Veiga também menciona, no caso da privatização da VASP, uma tentativa do Sr. Paulo César Farias de transformar uma dívida que a empresa tinha, de 6 milhões de dólares, em relação à PETROBRÁS, para ampliar o crédito para 40 milhões de dólares.

De fato, essas dois episódios ocorreram.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pelo que eu depreendi, o depoente confirma a segunda parte e nega a primeira.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - É.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E o total de pagamentos feitos para a Odebrecht, nesse período, foi de 3 milhões de dólares e 199 mil, exatamente nesse momento da operação de uma concorrência que ela vence de 250 milhões de dólares na PETROBRÁS.

Mas, Sr. Presidente, eu queria ir além, queria perguntar ao Sr. Paulo César Farias por que algum tempo depois, no ano de 1992, início de 1992, existem cinco faturas da Mundial Aéreo Táxi para a Construtora Norberto Odebrecht e dois cheques que foram pagos para o fantasma Carlos Alberto da Nóbrega, em nome da Mundial Aéreo Táxi, e para Jurandir Castro Menezes e Rosalina Cristina Menezes, em 02/02/92 e 03/02/92, aproximadamente 400 mil dólares, que são dois cheques pagos pela Norberto Odebrecht a dois fantasmas nesse período.

Qual era o motivo desse pagamento?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sr. Presidente, eu não posso responder pela Mundial Táxi Aéreo, porque essa empresa não é de minha propriedade.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ... eu posso depois dar a estrutura de propriedade da Mundial Aéreo Táxi, mas é sabido que essa era uma das empresas que fazia parte, e não só as contas de Carlos Alberto da Nóbrega, Jurandir Castro Menezes e Rosalina Castro Menezes eram operadas por assessores diretos do Sr. Paulo César Farias. A Dª Rosinete já tem exame...

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Deputado, eu continuo insistindo que nem o senhor nem ninguém poderá provar que a empresa Mundial Táxi Aéreo seja minha. Essa empresa não é minha. Se V. Exª falar de Brasil Jet eu respondo. De Mundial, não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Agora, o Jurandir Castro Menezes e Rosalina Cristina Menezes eram uma conta-fantasma conjunta, assinada por Rosinete Melanias. O senhor sabe disso.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, eu não me lembro. Mas pode ser.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Pode ser. E Carlos Alberto da Nóbrega também era um fantasma, e assinava o Sr. Jorge Bandeiras.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu não chamo de fantasma, eu chamo de conta de campanha.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Conta de campanha?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - É.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quer dizer, então, no início de 1992 esses pagamentos estavam relacionados à campanha?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Saldos de campanha.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Saldos de campanha?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - É.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A Odebrecht estava pagando saldos de campanha?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não. A Odebrecht me pagou serviço profissional de consultoria. Se ela alugou os aviões da Mundial, é outro assunto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, mas ela não pagou para a Mundial; ela pagou para os fantasmas, que eram funcionários das empresas de V. Exª.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu desconheço, Deputado. Depois, sinceramente, acho que isso não tem nada que ver com Orçamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Essa é a relação que acho a mais importante.

Qual a relação com o Orçamento? Esse é o desafio: em que medida o alegado recurso de campanha tem a ver com o Orçamento da União? Quer dizer, qual é a relação entre os interesses das empreiteiras nesse tipo de operação e os recursos públicos que depois elas liberam?

Eu acho que esse é um caso exemplar, porque os autos, inclusive, a conclusão do inquérito da Polícia Federal vai exatamente nessa direção. Qual direção? Que a construtora Norberto Odebrecht, após pagar, exatamente, nos dias 02 e 03 de fevereiro de 92, ela consegue, no dia 19/02/92, a liberação de 68 milhões de dólares para dar continuidade a uma obra em Angola.

Aquela recomendação de 90 se concretiza em 92, com o pagamento de mais uma porcentagem dos recursos - já tinha pago 3,1 milhões de dólares - e dez dias após ela consegue liberar 68 milhões de dólares do PROEX, extinto FINEX, para a construção da hidroelétrica de Capanda. O senhor sabia dessa operação?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - A hidrelétrica de Capanda foi feita no Governo Sarney, não tem nada que ver com o Governo Collor.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Exatamente. Ela começou em 1983 e tinha um crédito vencido de 408 milhões de dólares, Angola com o Brasil, em relação a esse financiamento, e o Banco Central, inclusive, não recomenda o aumento do crédito em função de financiamentos para Angola, porque o débito já estava em 1 bilhão de dólares por parte desse país.

Ele retoma o pagamento; e, na época, os jornais dizem, quer dizer: há participação do senhor em apoio às campanhas eleitorais que se realizaram em Angola.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, eu nunca me envolvi com isso. Isso é notícia de jornal. Em absoluto.

Agora, se em 1990, eu disse à empresa Odebrecht, como disse a várias empresas, que não ia haver investimento no País, que não havia circulação de moeda, que tinha que se combater a inflação, V. Exª tem que convir que não sou um homem público, não tenho cargo público, eu sou um empresário. A empresa que deu essa consultoria foi constituída em 1985, ela não foi constituída agora.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu sei.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Agora, se a Odebrecht ouviu meu conselho e acelerou suas obras no exterior, foi bom para ela.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Presidente, veja o seguinte: um empresário que recomenda a uma grande empreiteira que invista em Angola no final de setembro, agosto-setembro. No dia 05 de outubro de 1990, com o decreto 99.560, o Presidente Fernando Collor de Mello decide retomar financiamentos e operações com Angola, dando prioridade em relação...

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Quando foi isso?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Decreto 99.590, de 05 de outubro de 1990, promulgado pelo Presidente Fernando Collor de Mello.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu desconheço esse decreto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas, na época, o senhor deveria saber porque foi exatamente após o pagamento das porcentagens de 3 milhões de dólares para as empresas do senhor que saiu um decreto sinalizando prioridade para financiamento em Angola.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu desconheço, Deputado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Consta nos autos do processo, inclusive o decreto-lei do Presidente Fernando Collor de Mello de 05 de outubro de 90.

Mas, Sr. Presidente, a construtora Norberto Odebrecht vai para Angola com mais 68 milhões de dólares, com uma dívida que já era de 408 milhões de dólares.

Eu queria incluir nos autos que, paralelamente, quer dizer, são quase 500 milhões de dólares que o Tesouro Nacional financiou para a construção de hidrelétricas em Angola para essa construtora, e parte desse interesse vai ser feito através de pagamentos para a empresa EPC ou para as contas fantasmas do Sr. Paulo César Farias, para retomar esse financiamento. E essa empresa em Angola - quero anexar aos autos a documentação -, ela vai também explorar diamantes.

É evidente: o Brasil libera 500 milhões de dólares de financiamentos, e ela vai explorar minas de diamantes em Angola, no entanto, com uma subsidiária da Odebrecht que é a **Odebrecht Maining Service Inc.**, localizada nas ilhas Cayman, um paraíso fiscal.

O contrato de trabalho com todos os funcionários que vão trabalhar nas minas de diamantes e todo o esquema de exploração dessas atividades econômicas em Luanda, cuja sub-sede dessa empresa das ilhas Cayman é Luanda, em Angola. Gostaria de anexar, está aqui o endereço - Fox Street, a caixa postal etc. - mostrando, quer dizer, que o Brasil financia investimentos, que para liberação desses recursos havia a orientação do Sr. Paulo César Farias antes do decreto ter sido promulgado para a empresa priorizar Angola. Quer dizer, um mês depois de ele receber 3 milhões de dólares, o Presidente assina a prioridade para Angola.

Dois anos depois, ele recebe mais 500 mil dólares nas contas de dois fantasmas e o programa de financiamento de exportações libera 68 milhões de dólares para um projeto que já tinha 400 milhões de dólares de dívida.

Gostaria de acrescentar aos autos, para mostrar a gravidade dessa operação e a forma de atuação dessa construtora, inclusive aqui consta toda a documentação em relação a essa empresa no paraíso fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao depoente.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sr. Presidente, os 500 milhões a que o Deputado se refere foram liberados no Governo Sarney.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - 408, exatamente. Mas é fundamental, e essa intervenção é importante, Sr. Paulo César Farias, porque o senhor reforça a minha tese inicial.

Existia o esquema antes do senhor. Existe o esquema após Paulo César Farias. O senhor foi parte de um processo, foi o intermediário de uma relação; mas esse esquema, que descrevi de forma breve, foi desmontado, mas o esquema de corrupção continua, antes e depois de Paulo César Farias.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Deputado, queria dizer a V. Exª que:

1 - nunca pratiquei nenhum ato de corrupção;

2 - nunca recebi um centavo do Tesouro Nacional;

3 - sou empresário, vendi a minha consultoria, se vendi caro e pagaram, esse problema não é meu. Então, eu me restringi a campanhas políticas e prestação de consultoria de uma companhia que existe desde 1985.

Agora, se V. Exª quer ouvir de mim, o que vou dizer aqui agora, é a verdade. Ou V. Exªs mudam o Estado brasileiro, onde a presença do Estado na economia é que redunda nisso tudo. Por que os empresários apóiam as campanhas políticas? E não apóiam só a campanha do Sr. Fernando Collor de Mello, não. Apóiam a campanha de todos os políticos, com raras exceções. Com raras exceções, todos os políticos brasileiros são financiados pelas empreiteiras e pelos empresários. Essa é a grande verdade. Não existe lei eleitoral, não existe dinheiro como existe nos Estados Unidos, destinados às campanhas políticas.

Então, se faz campanha política com brisa, meus senhores? Com conversa? Não faz, Deputado. Essa é a grande verdade. Com raras exceções! Essa é a grande verdade. Então, enquanto houver a presença do Estado brasileiro na economia deste país, continuará da mesma forma.

A CPI do PC foi em maio de 1992. Na campanha política para as prefeituras de 1992, agiu-se da mesma forma. Agiu-se da mesma forma. Então, essa é a grande realidade brasileira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Em primeiro lugar, acho que a resposta nos deixa, pelo menos uma margem de segurança quando S. Sª fala com raras exceções. Deixa uma margem de segurança.

Em segundo lugar, o que o Deputado tenta provar, Dr. Paulo César, no meu entender, foi até um apelo a V. Sª para que não se considerasse o bode expiatório de tudo isso e compreendesse que esse processo antecede a sua presença. Talvez até seja posterior a sua ausência.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - E contribuindo com a Mesa para que o depoente pudesse dar informações concretas sobre a relação dos empresários com o Estado, e não uma teoria geral sobre o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quando entrarmos em assuntos que extrapolem, evidentemente, os objetivos diretos, vamos permitir filosofia: filosofia do Direito, Teoria do Estado. Então, vamos ver se nós ficamos, por ora, apenas nas perguntas que o Deputado Aloizio Mercadante está conduzindo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Peço a palavra a V. Exª, como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pedi a palavra a V. Exª, como Relator, preocupado com o volume da prova produzida e com a sua objetividade, no sentido de apelar a todos que vão falar, inclusive ao ilustre e brilhante Deputado Aloizio Mercadante, que buscássemos direcionar um pouco as questões para aquilo que é essencial a nós, que é a experiência que tem o Sr. PC Farias, Paulo César Farias, independentemente da campanha de Collor, da campanha que ele tenha feito, a experiência que ele tem na captação, enfim, poderia trazer-nos alguns subsídios que nos trouxesse luz à interpretação dos papéis Odebrecht, que não estão ainda decodificados na sua inteireza.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Exatamente, Sr. Presidente. Estou tentando mostrar nesse depoimento que o Sr. Paulo César Farias, sob a orientação do Presidente Fernando Collor de Mello, montou uma estrutura de intermediação e de intervenção nesses processos, mas essa estrutura foi desmontada. O problema de fundo - e aí tenho uma concordância com o depoente - permanece, que é a relação desses grandes interesses com o Estado brasileiro.

Qual é a importância desta CPI? É que, além de estar revelando uma outra dimensão desse problema, dentro da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, de

vários Parlamentares envolvidos - e mais - é de ter uma dimensão deste esquema poderoso dessas empresas, dentro do Poder Executivo.

Estamos vendo o controle: só essa empresa colocava 620 milhões de dólares, por ano, no Orçamento da União. Ela controlava a Caixa Econômica Federal, o Ministério da Ação Social etc. Então, essa estrutura precisa ser desmontada.

Além de punir outras pessoas que estiveram envolvidas com esse processo, o desafio desta CPI é propor reformas estruturais que desmontem essa relação, sem o que nós continuaremos fazendo CPIs, a cada ano, e pegando a ponta do **iceberg**, sem conseguir desmontar essa estrutura de corrupção e de poder paralelo.

O que quero saber é se V. Sª não poderia falar mais sobre os mecanismos de atuação dessas empresas, num processo de liberação de recursos, dentro do Estado brasileiro. Como é que elas procedem, como é que elas intervêm, como é que elas agem nessa relação de controle do Estado?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sr. Deputado, já disse a V. Exª que me cingi a arrecadar fundos de campanha. Não entendo e não conheço nenhum mecanismo. A prova mais eloquente disso é que nesta CPI que está aqui funcionando até hoje não houve um cidadão sequer que aqui chegasse e que dissesse algo sobre mim, que citasse o meu nome. Em nenhum dos documentos que foram apreendidos na residência de um Diretor dessa Companhia, consta o meu nome. Então, estou aqui cumprindo um dever cívico - já que fui convocado - mas não posso acrescentar nada sobre o Orçamento porque não entendo desse assunto e não existe aqui quem diga que entendo, porque não há prova nenhuma contra mim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Paulo César Farias, vimos há pouco que não há indícios, durante a CPI, de que esse esquema de Paulo César Farias, tivesse uma presença atuante na Comissão de Orçamento. Não há.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Ainda bem que V. Exª reconhece.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não há indícios significativos disso.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não há indício nenhum.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Onde estava o esquema de Paulo César Farias? Estava dentro do Poder Executivo. Na hora em que aquela agenda é lida, cada verba substancial - apesar de V. Sª não querer reconhecer a documentação da VERAX - ela é o primor da sofisticação do controle que se assemelha à Odebrecht. Pela profundidade e pelo controle, diria que a da Odebrecht é muito mais completa, muito mais precisa e muito mais abrangente. Eles controlam o Executivo e o Legislativo. V. Sª teve uma presença muito grande dentro de alguns órgãos do Poder Executivo, na liberação de recursos. Essa operação da Odebrecht é completa, e não há conclusão do inquérito, quer dizer: como é que foi montado o esquema junto da EPC e das contas-fantasmas para intervir na liberação do financiamento que depois, contando com o outro Projeto da CNO-CEDERG e mais 115 milhões e 600 mil dólares e mais um Projeto da Via Férrea, no trecho Ola-Santa Marta e mais 74 milhões e 919 mil dólares? Só nessa operação, onde V. Sª recebeu como campanha não mais que 3 milhões e meio de dólares, essa empresa conseguiu liberar 250 milhões de dólares no Orçamento.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Mas não com a minha intermediação. Desconheço, inclusive, essas obras todas a que V. Exª se refere.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas como é que V. Sª pode explicar o seguinte: na véspera de o Presidente Collor assinar um Decreto, priorizando a ANGOLA, V. Sª recebe 3 milhões de dólares e dá uma consultoria, recomendando a ANGOLA. Um mês depois, tem o Decreto.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não. Eu não recomendei a ANGOLA, eu recomendei o exterior.

Gostaria de dizer a V. Exª que essa companhia tem presença em 19 países; em 19 países a Odebrecht trabalha.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É verdade.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu falei do exterior, não falei de Angola.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, mas aqui no texto da lei, eu posso ler se o V. Sª quiser, o depoimento do proprietário da SÉRVIA, dizendo que o senhor recomendou Angola. Ele foi para Angola.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sr. Presidente, o Deputado está fazendo apenas uma ligeira confusão entre Construtora SÉRVIA e Construtora Odebrecht.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nos dois casos.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, não. No caso da Odebrecht eu falei exterior, ela trabalha em 19 países, concorda?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Exterior, eu estou dando aqui, a liberação foi para Angola, Peru, essa via férrea é preciso ver qual é o país, essa hidrelétrica na Argentina. Foram 250 milhões de dólares para o exterior.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu falei exterior, perfeito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Ela teve exatamente essa orientação e participou com 250 milhões de dólares de financiamento.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Agora, SÉRVIA é diferente, esta eu orientei diretamente Angola.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Angola, exatamente; alguém pegou Angola mas não foi a Odebrecht.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - É algum crime uma companhia de consultoria orientar um empresário que vá trabalhar em outro país, Sr. Presidente? Isso não é crime nenhum. E Angola não é com recursos do Governo brasileiro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Paulo César Farias, o trabalho que fiz para incriminá-lo foi na outra CPI.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Perfeito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Agora a Justiça, o Sr. Paulo Lacerda, a Polícia Federal é que vai cuidar disso, junto com os seus advogados. A nossa tarefa está esgotada, foi muito bem cumprida, inclusive V. Sª está preso.

De qualquer forma, o trabalho que hoje estamos tentando fazer, e esse é o sentido dessa discussão, se não quisermos nesse País ficar repetindo CPIs e apurando esquemas semelhantes, temos que reformar o Estado brasileiro e desmontar essa lógica que está instituída. O que é que se verifica? Como é que essa empresa tem, hoje continua tendo, a documentação que foi apreendida é só 1992/93, esse controle do Poder Executivo? Como é que eles agem com tamanho enraizamento no setor dentro do Poder Executivo. Esse é um exemplo espetacular, porque ele é completo, desde a recomendação, os pagamentos, a liberação dos recursos, os benefícios que a empresa vai ter, e que é muito superior ao que o esquema do PC teve nesse episódio.

V. Sª não gostaria de falar mais sobre essa relação empreiteiras/Estado?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Mas por que vou falar de um assunto que não conheço? Eu não conheço esse mecanismo, V. Exª não insista.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Sª acabou de dizer que o financiamento de campanha estava relacionado à liberação de recursos.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, eu não disse isso. Eu disse que, enquanto o Estado tiver uma presença como tem na economia, os empresários irão sempre financiar os políticos para obterem alguma coisa do Governo. Foi isso que eu disse, eu não minto, isso é verdade. Se V. Exª quer insinuar que eu conheço esse mecanismo...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu não quero insinuar.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - ... eu não conheço o mecanismo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não há insinuação, ele está lhe fazendo um apelo para falar sobre o assunto. A resposta de V. Sª entra já no campo de sociologia política, de doutrina social contemporânea, Estado liberal ou Estado estatizante. Não é esse evidentemente o nosso objetivo aqui; mas sim saber dentro desse Estado o que é que pode ser dele obtido de maneira evidentemente irregular, mas inteligente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Exatamente. Sr. Presidente, durante o Governo Collor a SÉRVIA deu contribuições, que vamos chamar de políticas, eu particularmente não entendo assim, durante o exercício do Governo. A CETENCO Engenharia, a TRATEX, a Mercedes Benz, 1 milhão e 100 mil dólares, a COPERÇUCAR , a RODHIA, a White Martins, quer dizer, grandes empresas empreiteiras e industriais deram, exatamente como na frase que V. Sª acabou de dizer, para obter vantagens junto ao Governo. Se V. Sª recebia os recursos, como é que era assegurado o mecanismo de vantagens?

Se V. Sª não quer descrever o caso concreto, que é completo, da Odebrecht, como é que é feito esse processo de controle e de interferência dentro do Poder Executivo?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Deputado, quando eu obtinha uma ajuda de campanha nunca prometi fazer nada e nem nunca me pediram nada. Ajuda de campanha não significa balcão, dou se tu deres. Não, não foi feito assim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Aqui não é mais campanha, aqui é governo, quero insistir nisso. Não estamos discutindo o ano de 1989, estamos discutindo 1990 para a frente, é governo, cada vez que o senhor recebe nas suas empresas...

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Mas V. Exª há de convir que houve eleição em 90 e em 92. Ou não houve?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nós estamos falando de 90, 91 e 92, mas cada vez que V. Sª recebia um valor substancial de uma empresa, um favor era concedido.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Por mim não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Pelo Governo.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Nem pelo Governo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Como não pelo Governo! V. Sª recebeu 500 mil dólares, a Odebrecht libera 250 milhões de dólares de financiamento de exportação!

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - V. Exª é que está dizendo isso!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Os autos estão dizendo isso.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Que os autos? Os autos não dizem isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Então, vamos ler os autos.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Os autos não dizem isso. Isso são ilações. E se são ilações de relatório ou de delegado, isso pouco está me interessando. Eu quero saber na Justiça, porque isso é uma peça unilateral, Deputado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Vou ler um trecho para confirmar que essa interpretação, que está muito bem fundamentada, é a interpretação do inquérito. Vou ler só uma parte, Sr. Presidente: "Queremos salientar no interrogatório do Sr. Paulo César Farias, fls. 299 a 302, a afirmação: "Uma vez que o Governo seria bastante recessivo no tocante a obras públicas, sendo que essas informações foram obtidas durante a campanha de ter trocado idéias com as pessoas que colaboraram e que vieram depois a ocupar cargos relevantes", afirmação que também permite a seguinte indagação: Paulo César Farias era sabedor que o Governo Collor de Mello adotaria política recessiva? Na posse dessas informações acerca de política de Governo, tratou de manter contato com a empresa Odebrecht, responsável pelo Projeto Capanga, em Angola; ante a real possibilidade de paralisação das obras, a empresa Odebrecht passou a Paulo César Farias, que, de imediato, adotou medidas necessárias para que o Projeto Capanga, Angola, não sofresse interrupção; isto é, a assinatura, pelo Presidente Fernando Collor de Mello, do Decreto 99.560, de 05/10/90, exatamente após o recebimento de 3 milhões de dólares, dando continuidade ao acordo de cooperação econômica, científica e tecnológica entre essas Repúblicas, que estava paralisado até então. Notória a sua influência junto ao Sr. Presidente da República. E, mesmo diante do quadro recessivo anunciado, o Presidente viabilizou a continuidade do acordo, favorecendo a Construtora Odebrecht, única empresa beneficiada com o cumprimento integral do acordo de cooperação; inclusive vinculando os pagamentos, pelo governo de Angola, á conta petróleo, transação que representa garantias para pagamentos..."etc. "A Construtora Norberto Odebrecht, membro do consórcio Capanga, apresentou o contrato matriz..." etc e tal.

"...estando provada a infração penal, identificados os seus autores, o Sr. Escrivão, para que remeta os presentes autos ao Juiz Federal da 10º Vara Federal, desde que há aspectos de investigação policial que envolvem a figura do Sr. Presidente Fernando Collor de Mello, que goza de foro privilegiado, esclarecendo também que, tão logo seja concluído, o laudo grafotécnico será remetido a esse juiz."

O senhor recebe 3 milhões e 199 mil dólares, o Presidente assina um decreto que vai favorecer unicamente essa empresa. Dois anos depois, o senhor recebe 500 mil dólares e a empresa recebe 250 milhões de dólares de liberação de recursos. Não é esse o mecanismo que temos que quebrar?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não é esse estado que temos de superar?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - A ilação de V. Exª é decorrente de uma peça redigida por um delegado de polícia. Delegado diz o que quer. Essa é uma peça unilateral do processo. Somente no âmbito do Judiciário, do contraditório é que nós vamos responder a essas ilações e a essas demonstrações que estão nesses relatórios. Eu não tive acesso a nada disso. Eu não conheço sequer esses relatórios, até porque esses processos não foram instaurados.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, peço que pensemos no tempo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, eu tinha outras questões na mesma direção, envolvendo outros episódios semelhantes, mas vejo que nós não vamos prosperar nessa direção. Acho que as provas documentais são muito substanciais nesse sentido. Revelam que esse esquema do Sr. Paulo César Farias operou durante 2 anos, corrompendo toda a estrutura do Poder Executivo no que tinha de mais relevante na liberação de recursos públicos; que ele tinha contato exatamente com as pessoas-chave nos postos decisivos para liberação desses recursos; e que o pagamento de propinas, pagamento de recursos de campanha ou de outra natureza às contas fantasmas e às empresas do esquema de Paulo César Farias foi o que abriu o cofre do Tesouro Nacional para a liberação dos recursos; que esse esquema caiu, mas o mecanismo continua; e que na realidade, se esta CPI não chegar aos corruptores, não apurar a participação de empresas como a Norberto Odebrecht e não reformar o Estado brasileiro na lei de financiamento de campanha, na lei orçamentária, continuaremos vivendo episódios como esse, com tantos outros Paulos Césares Farias, que vão atuar à sombra da Comissão de Orçamento e à sombra do Poder Executivo, num processo monstruoso de desvio de recursos públicos que impede este País de se desenvolver e de assegurar a retomada do crescimento. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado. V. Exª sabe que já está constituída uma Comissão Parlamentar só para o problema de empreiteiras. Foi, se não me engano, iniciativa da Deputada Cibilis Viana, e temos entendimento com S. Exª, através do Relator desta Comissão, que só se iniciará o trabalho lá depois que o nosso terminar aqui; então a nossa pode ser o início do que vai ser desenvolvido a partir dessa tese.

Dentro do privilégio dos requerentes da CPI, tem a palavra o Senador Suplicy. Como já tomamos duas horas nos primeiros dois depoimentos, e como ambos os requerentes são dos mesmos partidos do Deputado Vivaldo e do Senador Suplicy, acho que agora poderíamos ter uma colaboração com o tempo.

V. Exª tem a palavra, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, em vista da observação de V. Exª, abro mão de argüir agora, para fazê-lo posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - No registro que V. Exª tem. Muito obrigado.

Deputado Vivaldo faz a mesma coisa?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, sem tomar muito tempo, gostaria de aprofundar apenas algumas questões que acho que merecem ser analisadas, com a colaboração do depoente.

Sr. Presidente, duas questões, a meu ver, entrelaçaram-se nas afirmações que ouvimos do depoente hoje; é que o depoente recebeu contribuições de campanha e prestou assessoria, sendo remunerado, até altamente, por essa assessoria prestada.

Estamos investigando - objeto desta CPI - a atividade de algumas empreiteiras, relacionada com o Orçamento da União.

Eu queria que o depoente pudesse nos fazer a distinção, aquilo que recebeu de contribuição de campanha dessas empreiteiras que estão sendo investigadas, e que quantia recebeu por prestar consultoria a essas empreiteiras.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sr. Presidente, sem querer ser deselegante com esta CPI e com o Congresso Nacional, pediria a V. Exª para afirmar o seguinte. Como isto se trata de peça de defesa, vou apresentar esses dados ao Supremo Tribunal Federal, na hora oportuna.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, temos um objetivo nesta Comissão. A presença do depoente aqui não é para incriminá-lo; esta CPI nada tem a ver com as suas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ele vem como testemunha.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Ele vem como testemunha para auxiliar a nossa investigação. Creio que esta é a razão de ser da sua presença aqui. O depoente jurou prestar a esta CPI todas as informações que sabe e que lhe forem perguntadas. De maneira que insisto que o depoente preste a esta CPI essa informação, porque estamos investigando a atividade de algumas empreiteiras; é o objeto. Delas, até quebramos sigilos bancário, telefônico, fiscal etc.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª há de convir que o depoente, no início da sua exposição, disse logo que não tem qualquer responsabilidade - foi afirmativa dele, depois do juramento que fez - com o problema de natureza orçamentária. Que fez, e responde por isso, em relação às campanhas eleitorais, e o seu direito de silenciar é garantido.

V. Exª pode insistir, mas ele pode insistir também em não...

O SR. VIVALDO BARBOSA - O direito de silenciar, Sr. Presidente, é depositado nas pessoas acusadas e processadas, para não se incriminarem. Não estamos processando o depoente, ele veio aqui como testemunha; ele não é o objeto da nossa investigação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas se a pergunta de V. Exª está levando a uma resposta que diz que ele vai apresentar razões de defesa finais onde é apropriado, é evidente que neste momento ele se incriminaria se respondesse, para nós e para o foro onde ele está sendo julgado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Fico com uma imensa dificuldade, Sr. Presidente, porque temos que avançar a nossa investigação, e é evidente que o depoente está aqui para, como ele jurou, prestar informações sobre as quais tem conhecimento. De maneira, Sr. Presidente, que acho relevante a esta CPI conhecer, relativamente às empreiteiras, qual foi a efetiva relação do depoente com estas; se foi de consultoria ou de contribuição à campanha. Esta distinção, realmente, que acho que o depoente poderia colaborar com esta CPI, com relação às empreiteiras aqui relacionadas, objeto de investigação, tais como SERVAZ, OAS, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Odebrecht; se a relação do depoente foi de consultoria ou apenas de arrecadação para campanha.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Deputado, V. Exª é inclusive advogado. Imagina se eu chegasse aqui, agora, e dissesse que empreiteira tal deu para campanha, que banco tal deu para campanha, que prestei consultoria à firma A ou firma B. Não sou computador e nem tenho isso na cabeça; isso é um montante 170 milhões de dólares. Tenho a responsabilidade de compilar esses dados. E, Deputado, infelizmente, V. Exª está indagando de uma pessoa que está **sub judice**. É diferente. Não estou aqui, simplesmente, como uma testemunha, se eu não tivesse nenhum problema com a justiça. Mas é público e notório que tenho problemas com a justiça e estou me defendendo na hora oportuna. Já afirmei no Supremo o montante que recebi. Resta agora dar ao Supremo os nomes. Os nomes serão dados. Mas isso é uma peça de defesa que gostaria que V. Exª se sensibilizasse com essa resposta e, depois, mesmo que não fosse uma tese de defesa, imagine se eu aqui citasse nome de "a" e não citasse de "b". Não seria justo, não seria correto.

O que posso dizer a V. Exª e a esta CPI é que, no momento que eu apresentar esses documentos ao Supremo Tribunal Federal, eu enviarei uma cópia a V. Exª, Senador Jarbas Passarinho.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, verifica-se que as dificuldades são grandes, especialmente talvez depois da inquirição feita pelo Deputado Luiz Salomão, que realmente trouxe muitos fatos pesados aqui, aí, sim, em relação ao depoente. Compreendo que a partir daí, daquela investigação, daquelas provas levantadas, ele realmente recue e se acautele ainda mais. Mas mesmo assim, Sr. Presidente, não podemos fugir do objeto da nossa atividade, senão não estaríamos com o depoente presente nesse dia de hoje aqui.

Gostaria que o depoente colaborasse com relação à elucidação da natureza do documento encontrado pela Receita Federal no computador da empresa VERAX.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sr. Presidente, eu já respondi e não falo sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aguarde...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Esse documento da empresa VERAX é um documento sumamente importante, porque há expressões no documento relativas e com referências ao Orçamento Geral da União. O Orçamento Geral da União é objeto da nossa investigação.

Há referências a empreiteiras; há referências a obras públicas decorrentes do Orçamento Geral da União e há referências a obras públicos de dispêndio exclusivo do Executivo, sem passar pela aprovação do Orçamento Geral da União, de maneira especifica emendada por parlamentares.

De maneira que eu queria ouvir do depoente algumas particularidades deste documento, que é da sua empresa, e evidente que, a menos que o depoente consiga nos provar aqui em contrário, não é um documento que seja gerado e produzido na própria empresa de que o depoente é titular e administrador e responsável pelos atos praticados pela empresa.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Deputado, desconheço totalmente o que está inserido neste computador; isto não foi feito por nossa empresa, isto pousou. V. Exª sabe o que é pousar. Este documento deste computador pousou em algum lugar e feito por alguém; não por nós. Então, não posso falar absolutamente nada sobre isso. Desculpe-me.

O SR. VIVALDO BARBOSA - O Depoente, Sr. Presidente, está dizendo que não pode falar de um documento que afirma desconhecer. Pediria que fosse exibido ao depoente o documento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Longe de mim, meu prezado colega e amigo, cercear qualquer parte do interrogatório de V. Exª, mas sabemos que quando o Deputado Luiz Salomão se referiu a esse documento da VERAX o depoente disse logo que não se responsabilizava de maneira nenhuma com o que tinha lá. Que tinha sido apreendido de maneira ilegal e ele não tinha nenhuma responsabilidade no que ali se continha. Vamos insistir nisso?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, mas ele afirma que desconhece. Se ele tomar conhecimento, pode ser que ele afirme que alguma coisa é de autoria ou não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não quero em nenhum momento ser deselegante com V. Exª. V. Exª sabe o apreço que lhe tenho.

O SR. VIVALDO BARBOSA - É recíproco.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, a segurança pode buscar o documento, e eu sei qual será a resposta.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Desconheço totalmente, Deputado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª viu apenas a primeira folha?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Desconheço totalmente, Deputado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Pode ver a segunda folha?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Esse documento eu já vi inúmeras vezes.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Então V. Sª tem conhecimento dele?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não. Eu vi inúmeras vezes. A Polícia Federal, em todo o inquérito que faz mostra-me essa papelada, que eu não sei quem foi que produziu.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pode-se dizer que o depoente conhece de vista.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - De vista.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Aqui, realmente, a afirmativa do depoente que não conhecia o documento nos traz dificuldades aqui na CPI, porque toda a notícia a respeito é que ele conhecia o documento. Sabe até os seus detalhes. É evidente que ele não quer se pronunciar sobre aquilo que ele sabe.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, não, não. Não é isso, Deputado. Não faça essa ilação. A expressão "conhecer" não é conhecer ver, é conhecer o que tem dentro dele. Isso eu não conheço porque não é de minha autoria. Agora, este papel já me foi apresentado "n", "n", "n", vezes.

O SR. VIVALDO BARBOSA - E V. Sª não quer se pronunciar sobre esse papel?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Como eu vou me pronunciar sobre algo que não fiz? Que não é de minha responsabilidade? Que não é de minha lavra? Que não é de responsabilidade da minha companhia? Que eu não sei quem produziu? Deputado, desculpe-me.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Neste documento, Sr. Presidente, há, como V. Exª ou qualquer pessoa da CPI, que o Deputado Salomão já fez referência, uma reiterada referência a uma empresa OAS Construção Ltdª

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - OS ou AS?

O SR. VIVALDO BARBOSA - OAS Construção Ltdª O documento parece que, pelo menos essa parte que está nesse papel, é muito colocado no ângulo das atividades empresariais na área de construção civil desta Construtora OAS.

O SR. PAULO CESAR CAVALCANTE FARIAS - OAS.

O SR. VIVALDO BARBOSA - OAS Construção Ltda é o nome que depreendi. São diversas obras, diversos recursos em diversas áreas do Poder Executivo que estão referidos como sendo parte integrante de um processo de ajuda na liberação de recursos, segundo se depreende na análise do documento que o depoente conhece, mas não quer comentar, não quer informar aquilo que sabe sobre o documento.

Nesse sentido, Sr. Presidente, sendo a OAS inclusive objeto de investigação, sendo o nosso processo de investigação reforçado por esse documento, requeiro a V. Exª que tome as medidas necessárias para trazer para depor nesta CPI, na forma até de Subcomissão. que V. Exª e a Mesa achar adequado, o Presidente da OAS. Confesso a V. Exª que eu não sei nem indicar a Mesa as indicações completas porque não sei o significado da firma OAS, apenas ouço o jargão das mazelas da vida administrativa deste País, que significaria Obras Arranjadas pelo Sogro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a V. Exª que não introduza isso na Comissão, porque vamos ter que saber quem é o sogro, e a partir daí, acho melhor, ao que a tomei conhecimento e também li de vista, mas só de ouvir, como V. Exª fala o jargão, que seriam três letras iniciais de três diretores. Mas V. Exª está requerendo que seja convocado?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Aí saberemos se existe do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ouviremos o nosso ilustre Relator e com a Mesa decidiremos esse problema com a minha inclinação de deferimento.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a V. Exª que conclua porque os seus 10 minutos já são 17.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Eu concluo, Sr. Presidente, porque o depoente, embora dissesse que não responderia a essa CPI perguntas sobre questões de campanha, permitiu-se uma longa digressão, talvez a frase mais longa, o pensamento mais longo e expresso aqui pelo depoente acerca da necessidade da reforma do processo político brasileiro, até do Estado brasileiro. Ele falou numa ênfase de reforma do Estado, que é um discurso que nós até estamos ouvindo aqui eu até concluo que o Sr. depoente é favorável à Revisão Constitucional.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Perfeito.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Contrasta com a minha posição, porque sou contrário à Revisão Constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª está abrindo uma questão polêmica, porque neste campo S. Sª tem correligionários que defendem também uma posição do Estado liberal. Com certeza, neste plenário há, mas aqui não é o campo de discutirmos isso.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito, mas, como o depoente realmente se permitiu essas afirmações doutrinárias, concluí que seria favorável à Revisão Constitucional, e manifesto minha posição antagônica e de luta em defesa da Constituição e contra a Revisão Constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como o depoente não será membro da Comissão de revisão, fica a palavra de V. Exª, colocada apenas como uma declaração enfática do que já conhecemos da posição de V. Exª e de seu partido.

Agora, começaremos pelos não privilegiados, por aqueles que assinaram a lista de inscrição, com o nobre Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quem pede pela ordem?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pela ordem, Sr.Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, V. Exª é Presidente da CPI não por privilégio, mas pelo seu mérito. Os que requereram a presença do Sr. Paulo César Farias tiveram o mérito de fazê-lo e, por isso, foram hoje os que primeiramente fizeram a indagação. Os que fizeram o primeiro requerimento da CPI de Paulo César Farias e depois da CPI do Orçamento, fizeram-no porque tiveram o mérito de chegar aqui e ser eleitos pelo povo. Inclusive, contra aqueles que foram altamente financiados pelo Sr. Paulo César Farias e que se estivessem aqui, por exemplo, em meu lugar talvez não tivessem requerido a CPI. Ter requerido a CPI, Sr. Presidente, não é privilégio; é um direito, assim como é direito de V. Exª ser Presidente. Em nenhum momento alguém da CPI disse que é privilégio de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Em primeiro lugar, estranho a reação emocional de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Porque não é a primeira vez, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E é privilégio, porque não está no Regimento da Casa de maneira alguma que V. Exª fosse o primeiro inquiridor. Como fui privilegiado exatamente no momento em que o PMDB me deu a condição de sentar nesta cadeira. Considero isso um privilégio, e não entendo que privilégio nesse sentido seja pejorativo ou ofensivo, como também não está em nenhum Regimento destas Casas, de ambas as Casas, que os dois requerentes de convocação tivessem precedência. Fizemos isso porque pensamos que eles os que tinham maior soma de considerações a apresentar. E, por isso, cada um falou. Um falou uma hora e dez minutos e o outro quase uma hora. Então, V. Exª não precisa se emocionar, Senador. V. Exª que é um homem cavalheiresco, surpreende-me agora com esse tipo de reação, uma reação em que há animosidade.

Concedo a palavra ao Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, para uma questão de ordem. Quero fazer um encaminhamento à Mesa, mas depende de V. Exª consultar os membros da CPI, particularmente os membros efetivos e suplentes. A questão de ordem que formulo é o seguinte: considerando que os autores dos dois requerimentos fizeram inquirições por um tempo relativamente longo, que era necessário neste momento, e considerando que o depoente na condição de testemunha, por uma razão ou por outra, que não cabe aqui avaliar, não está disposto a prestar, na condição de testemunha, os esclarecimentos necessários sobre o objeto desta CPI, que é a liberação de verbas do Orçamento da União, peço a que V. Exª consulte aos membros efetivos e suplentes se deveria, neste momento, passar a palavra ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não existe, só existe o Relator.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Ao Relator, porque tem o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Peço a V. Exª que tenha muito cuidado porque sou Relator. Relator-Geral é o que está citado nos papéis da Odebrecht. Não sou eu.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Peço desculpas, falei Relator para fazer a diferenciação com relação aos coordenadores das subcomissões.

Então, que o Relator da CPI fizesse agora, neste momento, todos os questionamentos referente àquilo que, a seu juízo, é importante para o esclarecimento. Se o depoente continuar, por razões, interiores ou não, entendo - faço o meu juízo -, que ele não quer esclarecer e tem esclarecimento. Porque é uma pessoa tão inteligente e não saber que tinha Orçamento e que as empreiteiras tinham Orçamento, que tinham emendas, que tinham essas liberações, mas não quer ajudar. E aí o Relator faz as perguntas e nós encerraremos para trabalharmos em outras questões da CPI, e o depoente retorna ao seu...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª fez uma questão de ordem e não me deu a oportunidade de citar sequer em que artigos V. Exª lembrou como questão de ordem. Pode ter sido o art. 412 do Regimento.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não, é artigo da Constituição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas eu aceito.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu vou citar: é o § 3º do art. 58 da Constituição, que fala sobre o papel da CPI. Como esse § 3º fala em autorização, ele cumpre o papel em relação às autoridades judiciais, em termos de inquérito; o objeto do inquérito é o Orçamento, e a testemunha está-se negando a falar sobre o Orçamento, que passemos a palavra ao Relator, que quando é o bom-senso, Sr. Presidente, o Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É claro. Está certo. A questão de ordem não foi nem fundamentada. É mais uma sugestão do nobre José Genoíno.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, em primeiro lugar, entendi também como uma sugestão, e não como questão de ordem. Em segundo lugar, são duas etapas dessa inquirição pública. São os autores, que se discutiu tanto o problema de privilégio - e V. Exª declarou que é um privilégio de V. Exª ser indicado pelo PMDB -, quero registrar que o privilégio é nosso em poder indicá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Exª.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - A segunda parte, é que quando os autores terminam, começam os titulares. Ora, uma questão de ordem, nesta oportunidade, interrompe naturalmente este procedimento. Após 2, 3 ou 4 titulares falarem, eu entendo que essa proposta, sugestão ou questão de ordem poderia surgir, mas é absolutamente ilegítima esta pretensão, porque o Deputado Genoíno, que é um homem competente, principalmente em relação a regimento, eu ia dizer alguma coisa que ele mesmo disse, sobre o depoente estava bloqueando, pela sua postura, uma série de perguntas.

Trata-se de 3 itens que eu iria dizer, vou dizer, que o depoente estava bloqueando e agora acrescento uma quarta, que é o bloqueio do Deputado José Genoíno nas interpelações que nós devemos fazer. De forma que eu insisto para que haja continuidade e no tempo mais oportuno isto seja questionado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. Eu dou a decisão sobre questão de ordem.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não há réplica, nem à Constituição nem ao Regimento.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, eu fui citado por estar fazendo um bloqueio, não estou fazendo bloqueio.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas uma citação pessoal, a palavra só tem cabimento para explicação pessoal quando é ofensiva ou quando implicar algum tipo de... Não o fez.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, eu considero...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu quero interpretar a posição de V. Exª.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não, Sr. Presidente, o Deputado Roberto Rollemberg citou que há 3 razões de bloqueio do depoente nessa CPI, e disse que há uma quarta que é a minha, portanto houve uma ofensa em me igualar nesse bloqueio aos bloqueios do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não haveria bloqueio, haveria, provavelmente embargo.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Concordo com V. Exª. Então retira o bloqueio

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Retirado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, eu vou decidir. Eu só ouço um e outro, não preciso de mais ninguém, de acordo com o Regimento da Casa.

Primeiro, tenho a impressão de interpretar bem o pensamento do Deputado José Genoíno, até por que eu leio com freqüência também. E sei que o que ele quis demonstrar, nessa questão de ordem levantada, foi exatamente o que ele poderia, fugindo dessa palavra da qual não fujo, da inutilidade do prosseguimento a partir do momento em que o depoente se recusa a dar respostas. Mas não poderia eu, sem violar o direito justamente daqueles que se inscreveram, fazer uma consulta ao Plenário a esse respeito. Eu acho que a solução é simples: quem achar, dentro do ponto de vista do Deputado Genoíno quando levantou questão de ordem, que vai ser inútil perguntar, deixa de perguntar e não se inscreve.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu já retiro a minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Exª. Dou a palavra ao Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Fica reiterado então a V. Exª que eu retiro a palavra "bloqueio", em homenagem ao Deputado José Genoíno.

Sr. Presidente, eu falava dos bloqueios porque uma testemunha que é convocada, ela é, no mínimo, informante e colaboradora. Eu excluo a segunda parte, porque não se pode exigir do Sr. Paulo César Farias que seja um colaborador desta CPI, no momento em que nós temos aqui uma relação enorme de processos em que ele está envolvido. E portanto poderia fazer aqui um grande mapa das contradições de depoimentos em diversos processos. Mas, como sou advogado, sei que posso pedir essa prova emprestada para conclusões que a CPI possa ter. Não preciso mostrar as contradições de outros processos, porque a defesa muito bem feita do Sr. Paulo César Farias não iria deixar que isso acontecesse.

Então, em primeiro lugar, eu queria me referir aos bloqueios. Sr. Paulo César Farias, eu o conheço hoje pela primeira vez, conhecia-o como todos os brasileiros o conhecem, dos problemas existentes.

Eu queria fazer três perguntas só, rápidas, mas não gostaria que fossem obstaculizadas pela afirmação de que contribuição de campanha é uma coisa superada porque a lei agora prevê contribuição de campanha. A lei veio corrigir a imoralidade e o abuso do poder econômico cometido durante esses anos todos. Então, a lei vem corrigir o errado e não legalizar os crimes cometidos. Isso precisa ficar bem claro.

O outro aspecto é exatamente que o depoente sempre diz que não manipulou e nunca teve nenhuma ligação direta com o dinheiro público. Nós Deputados, e este Congresso, defendemos o dinheiro do povo, o que não quer dizer que seja dinheiro público, porque, com a evolução da tecnologia da corrupção, hoje já não se tira dinheiro público, explora-se o prestígio e a conseqüência das obras públicas. Portanto, houve uma evolução desta forma de corrupção. O dinheiro público, dinheiro do povo, está sim envolvido em todos esses processos que V. Sª está respondendo e interessa à Comissão.

Outro bloqueio é estabelecer que o vídeo exposto limita o depoimento da testemunha. O vídeo foi feito em um depoimento que V. Sª prestou a uma Comissão especial, que foi ouvi-lo previamente. Isto não exclui que nós que não participamos desta Comissão estejamos bloqueados em perguntar alguma coisa sobre o esclarecimento até do próprio vídeo; senão estaríamos aqui, fora daquela comissão, inúteis no problema.

Agora, então, quero fazer as perguntas que V. Sª já se furtou a responder, porque disse que era uma atividade profissional o problema da consultoria e os régios honorários que V. Sª pagou para as consultorias. Estranho que essas consultorias tão caras sejam feitas por um cidadão que venha aqui dizer que não entende nada de Orçamento. Não sei como alguém pode dar alguma consultoria sem entender nada de Orçamento. Mas temos aqui três empresas fundamentalmente referidas: Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e TRATEX.

Como essas três empresas estão sendo investigadas de certa forma; serão especialmente na comissão própria para isso, mas estão referidas, houve depoimentos, existem documentos nesta Comissão, pergunto a V. Sª a primeira coisa: V. Sª deu consultoria para a Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e TRATEX?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Deputado, eu respondi a essa pergunta, que me foi feita pelo Deputado Vivaldo Barbosa. Não gostaria de nomear aqui as empresas a que prestei consultoria nem as empresas que ajudaram na campanha, porque não tenho uma relação na minha mão e não gostaria de cometer injustiças em citar um nome e não citar outro; em dizer que dei para uma e deixei de dar para outra. Então, esta resposta não posso dar a V. Exª. Não entenda como desrespeito a V. Exª nem falta de colaboração. Mas é preciso que V. Exª saiba que eu estou **sub judice** e que tenho os meus direitos como pessoa que está **sub judice.**

Não estou condenado em processo nenhum, mas estou, **sub judice,** respondendo a esses processos.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Realmente, eu não desejaria que V. Sª me desse as relações de todas as consultorias e de todas as empresas. Por isso mesmo, eu me referi a três.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - À construtora Norberto Odebrecht, eu prestei consultoria.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Acho que três V. Sª é capaz de recordar.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - À Norberto Odebrecht, eu prestei; e à TRATEX, não me lembro.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Porque na TRATEX, que está aqui sob investigação, sob relativa investigação, sabemos que nos documentos e na Polícia Federal está claro e evidente o favorecimento e recebimento de altas quantias por empreiteiras como a TRATEX; sabemos desse recebimento.

Sabemos que na TRATEX havia, na sua diretoria, um Deputado envolvido na questão do Orçamento.

Pôr acaso V. Sª se lembra de algum Deputado vinculado à TRATEX ou à Odebrecht?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - De forma alguma.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Outra pergunta: o serviço de consultoria - isto é um segredo profissional, não para a Receita Federal, mas V. Sª pode até se escusar -, esses contratos de consultoria atingiram aproximadamente que valor?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não tenho noção, Deputado.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Outra pergunta: V. Sª deu assessoria ou consultoria à CREDICARD na renovação do contrato com a Caixa Econômica?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Absolutamente não.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - V. Sª deu consultoria à SERVAZ?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Absolutamente não.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Nessas consultorias que V. Sª fez, em algumas delas essas empresas tinham questões a liquidar com o Banco do Brasil?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Nunca tratei desse assunto!

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - A última pergunta: essas consultorias pagas regiamente - não estamos aqui para avaliar a competência ou o valor profissional de honorários de ninguém -, V. Sª poderia dizer no que se constituíam e o que objetivavam?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Deputado, imagine: demos várias consultorias. Eu não posso lembrar agora exatamente que assunto foi tratado, que consultoria foi dita, a quem, a cicrano ou a beltrano.

V. Exª me desculpe, mas não posso cometer injustiça com ninguém, nem posso lhe dar dados que não tenho em mãos e que não posso conseguir neste momento.

Com as minhas desculpas, Deputado!

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - V. Sª não precisa se desculpar, V. Sª está no exercício do seu direito.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, mas V. Exª tem o direito perguntar e gostaria de ouvir uma resposta. Eu lhe peço desculpas por isso.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Uma pergunta de indício ou ilação, como V. Sª chamaria: consultorias nesse valor, que as suas empresas prestaram, coincidiram com o período do Governo Collor ou V. Sª tinha consultorias nesse padrão de honorários anteriormente ao período dessa atuação?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - A minha empresa foi fundada em 1985. E desde 85 para cá que presto consultoria.

Quanto à questão dos padrões de valores, também reconheço que não tenho esses dados aqui, de cabeça, para lhe responder.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Para terminar, Sr. Presidente, eu disse que não ia me referir aos longos processos e nem à comparação de eventuais contradições, porque eu poderia fazer aqui uma ampla demagogia. Mas nisso não há interesse.

Há um requerimento nesta Comissão a ser observado ainda, no sentido de pedir uma acareação entre V.Sª e especialmente essas três empresas referidas: Odebrecht, Andrade Gutierrez e Tratex. V.Sª se dispõe a uma acareação com essas empresas?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu sou um cidadão; tenho os meus direitos e tenho os meus deveres. Se esta CPI me convocar em qualquer ocasião, eu chegarei aqui.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, nobre Deputado Roberto Rollemberg.

Passo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, Deputada Jandira Feghali.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Apenas considerando que a caracterização dos documentos trazidos pelo Deputado Luiz Salomão contribuíram para esta CPI, diante da impossibilidade de avançar mais a partir da inquirição, eu também gostaria de retirar a minha inquirição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu não digo obrigado a V. Exª porque seria um insulto.

Tem a palavra o Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Jarbas Passarinho, parece-me que esta CPI foi estruturada para analisar atos de corrupção ocorridos no Orçamento da União. V. Exª confirma o que eu estou dizendo?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - É exatamente para isso que foi estruturada esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está na ementa da convocação.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - É a ementa da Comissão.

Esta semana alguns companheiros nossos decidiram ouvir o Sr. Paulo Farias, e V. Exª designou uma comissão que o fez com muita desenvoltura, com muito cuidado, com muito zelo, trazendo, para esta Comissão um vídeo de mais de duas horas gravadas. Lembro a V. Exª, Sr. Senador Jarbas Passarinho, que eu estava no gabinete de V. Exª, quando o Sr. Vice-Presidente, Odacir Klein, nos fez um breve relato do que ocorrera no depoimento do Sr. Paulo Farias. Ele nos disse o seguinte: o Sr. Paulo Farias está disposto a comparecer à Comissão a qualquer momento, mas nada dirá ou acrescentará além do que nos foi dito e que está gravado.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Exatamente.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - E que usaria o tempo disponível para fazer a defesa dos crimes, ou pretensos crimes, que lhe são imputados. Ora, naquela ocasião eu disse a V. Exª, Sr. Presidente, que acho despiciendo, desnecessário, então, que venha aqui o Sr. PC Farias. E V. Exª tinha me designado para outra função e eu disse: Nem vou ver o vídeo. A palavra do Vice-presidente Odacir Soares ...aliás, Klein me satisfaz. (risos)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nesta altura dos acontecimentos é bom não trocar de nomes.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Este preâmbulo, para que V. Exª confirme as minhas palavras, é para que eu faça algumas divagações. Eu sou um homem que, como V. Exª, gosta de ler. E quando se fazia essas interpelações aqui, eu me lembrei de Kafka, em "O Processo". Imaginei PC Farias, o Sr. Paulo Farias um periplaneta, um técnico, acachapado dentro daquele processo tumultuado que só Kafka pôde imaginar. Lembrei-me de William Faulkner, lembrei-me também de Shakespeare, de todas as suas obras; li quase tudo de Shakespeare, o que me ajudou muito na vida pública. Foi um conselho de um velho amigo, quando tomei posse na Câmara dos Deputados, que me disse: "Leie, estude Shakespeare. Leia seus poemas, leia as suas peças teatrais e você verá que utilidade imensa vai ter aqui na sua vida pública".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Naturalmente, V. Exª tem em mente o conselho de Polônia Laerte.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Li Steinbeck "Ratos e Homens", conheci alguma coisa do teatro de Ionesco. Li quase tudo, na época da minha juventude, do pornoteatrólogo Nelson Rodrigues. E veja V. Exª que eu vejo essas coisas tumultuadas de uma maneira tal que até fico pensando que eu tinha razão: eu deveria ter comparecido para votar contra a convocação do Sr. Paulo Farias aqui nesta Comissão, porque ele realmente não está acrescentando nada, haja vista que as perguntas que lhe foram feitas, excelentemente embasadas, monumentalmente documentadas, não dizem respeito à finalidade precípua desta Comissão. E aí me lembrei de outra coisa: será isso aquilo que Aldous Leonard Huxley disse **O Admirável Mundo Novo**, preconizado por ele? É nesse mundo novo que nós estamos vivendo e que vamos deixar para nossos filhos? Eu volto a Kafka. O Sr. Paulo César Cavalcante Farias disse: "Comparecerei, mas não acrescentarei nada. Vou usar desta Comissão para a minha defesa pessoal, todo o tempo que me for possível." Veja como é kafkiano isso. O eminente Deputado Aloizio Mercadante, eminente colega, conclui a sua argüição dizendo: "O esquema PC Farias não estava no Orçamento." As notas taquigráficas dirão isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Absolutamente, eu disse que ele não atuava no processo do Poder Legislativo, atuava no orçamento, no Poder Executivo, através da liberação dos recursos, que é a parte mais importante.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Não estou aqui para defender o Sr. PC Farias, a quem nem conheço.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, gostaria de fazer apenas breve comentário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Que V. Exª fale como aparte, senão perderemos a seqüência.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª trabalhou comigo no relatório da Odebrecht. A maior parte do Orçamento, por exemplo, que essa empresa coloca no Orçamento da União, já vem do Executivo. O Legislativo complementa. Depois, ela volta ao Executivo, porque é só lá que se liberam os recursos. O Orçamento que sai do Legislativo é autorizativo. É um erro da opinião pública, será um erro desta CPI se ela entender que o processo do Orçamento se inicia na Comissão do Orçamento. Esse é o momento menor do processo. A grande rede de corrupção está dentro do Executivo, que é exatamente onde operava o esquema do Sr. Paulo César Farias.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Eu entendi, mas as notas taquigráficas estão aí. Por isso anotei na hora em que V. Exª disse.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estou surpreendido porque não tinha completado as palavras.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Mas tive o cuidado de anotar imediatamente, para que não cometesse a indignidade de dizer que meu eminente colega, meu companheiro de algumas missões designados por V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Depois, se V. Exª cita autores de toda juventude, com tanta precisão, naturalmente, que, ao citar um autor do momento, maior seria a sua preocupação.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Então, a minha preocupação é a seguinte: não conheço o Sr. PC Farias, estou nesta Casa há 23 anos. Ele diz que tem 48. Devia ser um jovem de 25 anos, quando eu chegava aqui aos 35. E ele nunca me viu. N sabe quem sou eu.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, absolutamente.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Não tenho ligações nenhuma com ele. Em nenhuma anotação do Sr. PC Farias poderá ser encontrado qualquer referência ao nome de Francisco Guimarães Rollemberg, filho de Antonio Rollemberg de Laranjeiras.

Por isso, Sr. Presidente, queria terminar lembrando-me de um dos cantos de **Os Lusíadas**, de Camões, quando ele diz assim: "E por baixo, o veneno vem coberto". É preciso que esta Comissão não traga por baixo o veneno encoberto. Esta Comissão tem que trabalhar às claras, mas naquilo para a qual ela foi devidamente montada.

Sr. Paulo César Cavalcante Farias, já que tantos lhe fizeram perguntas, que V. Sª não respondeu, só por uma curiosidade, lhe faço duas perguntas.

Devo dizer que ontem à noite, li o depoimento de V. Sª no Supremo Tribunal Federal. Pedi à minha assessoria que providenciasse isso e, para minha surpresa, veio até um documento que era simulação de perguntas. Não li, evidentemente, porque não era do problema.

Mas, V. Sª foi interrogado a respeito de um cidadão e informou que ele era alagoana, chama-se Cláudio Dantas. Eu conheço Cláudio Dantas, do Banco do Brasil, sergipano.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS -É

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Um rapaz de origem modesta, que chegou a um dos mais altos postos do Banco do Brasil, independentemente de qualquer apoiamento político, e por seus méritos próprios. Ele e Camillo Calazans são figuras paradigmáticas, por seus comportamentos, no meu Estado.

Então, V. Exª corrige: Cláudio Dantas é esse sergipano digno a quem me refiro.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Senador, V. Exª tem razão. Disse Alagoas porque o Dr. Cláudio Dantas passou um período no Estado de Alagoas. Estudou Economia no Estado de Alagoas, chegou a ser professor no Estado de Alagoas. Foi essa razão porque o citei como alagoano. V. Exª tem razão, ele é de Sergipe.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Finalmente, uma pergunta que V. Sª não vai me responder, mas é apenas mera curiosidade: até onde V. Sª sabe, houve ou não houve a Operação Uruguai.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Tomei conhecimento, no início da campanha, por meio do Sr. Cláudio Vieira, de que o Presidente da República, o então candidato Fernando Collor, estava montando uma operação para a sua campanha. É a única coisa que eu sei, porque, naquele período, eu não era o Tesoureiro. O Secretário-Financeiro do então candidato era o Sr. Cláudio Vieira.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Meu ilustre e dileto amigo, Senador Francisco Rollemberg, V. Exª, nos 10 minutos que dispôs, brindou-nos, durante 8 minutos, com referência literária muito interessante mas me parece que o objetivo fundamental de V. Exª era chamar a CPI para o leito que lhe é próprio e apenas este. E as duas perguntas de V. Exª foram inteiramente fora desse leito.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Mas eu afirmei que sabia que seria fora - eu fiz um elogio aos que fizeram as perguntas, o embasamento e a documentação. Então, já que todos tinham fugido do leito eu me permiti as duas: uma, para salvaguardar o nome de um homem que conheço de longa data e sei que é um homem honrado e, outra, por uma curiosidade pessoal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu apenas concluiria com uma lembrança, também, de Montaigne, naquele capítulo em que ele diz da incoerência das nossas ações.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, eu só queria registrar que a intervenção baseada em torno da literatura kafkiana do Senador Francisco Rollemberg não procede em relação ao desempenho da CPI hoje.

Entendo que a intervenção do Deputado Luiz Alfredo Salomão foi extremamente importante, porque trouxe uma série de novas provas desconhecidas, inclusive, da opinião pública e que eu diria, talvez, de todo o trabalho anterior da CPI e que mostra o enraizamento do esquema do Sr. Paulo César Cavalcante Farias dentro da estrutura do Estado brasileiro. E mais: mostra partes do relacionamento dessa estrutura com operações de financiamento e de interesses das empreiteiras, que é um dos esquemas de corrupção dentro do processo orçamentário.

Agora, a parte mais importante de toda essa discussão e que eu gostaria de registrar - e que eu pediria a atenção do Senador Francisco Rollemberg, porque acho que este é um equívoco que vem se repetindo, insistentemente, no trajeto da CPI e que, ontem mesmo, a Mesa procurou corrigir e que é o seguinte: a parte mais importante do Orçamento não está no Legislativo. Nós podemos afastar todos os Parlamentares da Comissão de Orçamento que o programa de corrupção orçamentária continua, porque ele está dentro dos órgãos do Poder Executivo, seja no sentido de colocação das emendas e das verbas, na elaboração do Orçamento, seja na liberação das verbas.

E, hoje, eu diria que este depoimento, ainda que a tentativa de bloqueio foi muito bem identificada pelo Deputado Roberto Rollemberg, tenha sido desenvolvida como estratégia de defesa, fica evidente que este era um dos esquemas de parte de um processo *muito maior que continua, hoje, basicamente, relacionada ao Orçamento.*

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Eu protesto, Sr. Presidente. Eu não faço parte de bloqueio algum.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, não é isto. Agora, vou dar uma explicação ao Dr. Paulo César Cavalcante Farias

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Pois não, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Sª está vendo o que é o jogo parlamentar. Qualquer tipo de citação pessoal provoca, imediatamente, um debate, ainda que seja uma citação pessoal não necessariamente pejorativa ou ofensiva. De maneira que este tempo da sua presença, aqui, V. Sª vai nos consagrar - vai consagrar este tempo a nós porque estamos discutindo porque fomos citados nominalmente.

Já, quando o Deputado José Genoíno foi citado pelo Deputado Roberto Rollemberg, tivemos um diálogo, Agora, tivemos outro. Não há necessidade disto, porque eu mesmo me reservava ao direito final e, portanto, depois de ouvir o Relator, de achar que este tempo nosso, aqui, não foi perdido. Ainda que tenha virado um monólogo, em determinados momentos, houve coisas muito claras, muito colocadas, aqui, que servirão ao Relator e a nós no julgamento final que faremos.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Ney Maranhão, pede, também, a palavra pela ordem. Espero que V. Exª não cite nome de ninguém.

O SR. NEY MARANHÃO - Claro, Sr. Presidente.

Complementando o que disse o meu nobre colega, Senador Francisco Rollemberg, quando S. Exª falou, também, em Shakespeare. Shakespeare não entende de nada, não é verdade? Lembro-me de uma peça, pela boca de Naiana - uma peça chamada "Medida Sobre Medida" - Shakespeare dizia: "Todos os grandes homens têm os seus defeitos." Então, cumprimentando o Sr. Senador Francisco Rollemberg, se todos nós erramos em convocar o Dr. Paulo César Cavalcante Farias..

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Foi unânime.

O SR. NEY MARANHÃO - Foi unânime.. e nós temos que consertar, e V. Exª, que é o nosso Presidente, há de convir que, se houve erro também houve acerto. Esta Comissão está no caminho certo. A boa vontade é o que interessa.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra V. Exª, pela ordem.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Pretendo desistir da minha inscrição, mas gostaria, se V. Exª me permitisse, de transferir um simples esclarecimento ao Relator para ver se S. Exª pode ou deseja aproveitá-lo, antes da minha solicitação de cancelamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não, estou ouvindo.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É que ficou muito claro que o depoente arrecadou 170 milhões de dólares, ditos para campanhas políticas. E mais do que isso: no vídeo a que assistimos, o depoente disse que nenhum empresário cede ou faz doação de quantias dessa natureza pelos belos olhos dos políticos. E hoje reiterou aqui que ninguém faz esse tipo de doação sem pretender posteriormente um proveito pessoal para a sua empresa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - S. Sª fez uma ressalva: "Com raras exceções."

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu mantenho então essa ressalva.

Acontece que na agenda que o Deputado Luiz Salomão exibiu ficou muito claro que, inclusive após as eleições, o depoente, Sr. PC Farias, teve audiência - consta na sua agenda - com os principais empreiteiros que estão implicados e que são citados nessa CPI.

E mais do que isso, ele igualmente disse que os banqueiros auxiliam nas campanhas, o que também não seria pelos belos olhos dos políticos; e teve uma audiência com o Presidente da Federação Brasileira de Bancos, da FEBRABAN.

Gostaria que V. Exª, se pudesse, Sr. Relator, indagasse depois ao depoente se essas audiências não seriam para tratar da cobrança das doações efetuadas antes e após as campanhas.

É essa a minha colocação, e retiro a minha inscrição para propiciar que haja maior rapidez nesta reunião.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, como Relator, terei dificuldades em formular esta questão, porque me parece que ela não se contém dentro do objeto da nossa CPI.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Só para esclarecer...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O problema é estritamente eleitoral, me parece que não ...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Permita só esse esclarecimento, Sr. Relator. O Orçamento é dividido em duas partes: uma é a parte de verba geral do Executivo, como disse bem o nobre Deputado Aloizio Mercadante, e a outra parte contém as emendas dos parlamentares. É evidente que as empreiteiras se não estão de olho nas verbas de emendas de parlamentares, estão na parte geral do Orçamento. E aí está a correlação orçamentária que justifica a razão dessa indagação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) V. Exª pediu o cancelamento do tempo, e imediatamente a palavra será ao Deputado Pedro Pavão. Mas praticamente o tempo de cancelamento é aquele que já passou na consulta ao nobre Relator.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª pede a palavra pela ordem?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Apenas, Sr. Presidente, para uma ligeira lembrança ao Relator. A questão colocada pelo Deputado Maurício Najar invoca as empresas que são objeto da investigação desta CPI. Talvez seja elucidativo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso será considerado aqui.

Com a palavra, o Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO Será bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) Eu espero.

O SR. PEDRO PAVÃO Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Paulo César Farias, o senhor é um homem hoje, através de uma preventiva, preso.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Perfeito.

O SR. PEDRO PAVÃO O senhor tem aproximadamente 20 processos - diz a Polícia Federal; eu não sei. Mas, naturalmente, o senhor vai ter muito o que falar, muito o que provar; em todos eles o senhor vai ser inquirido. O senhor já foi bastante transparente na posição que assumiu de não contribuir, naturalmente, com a Comissão de Orçamento.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, permita-me V. Exª. Nunca disse que não queria contribuir, até porque isso é uma falta de dever cívico. Nunca quis dizer isso. Apenas eu gostaria de esclarecer, mais uma vez com a vênia de V. Exª, que há fatos que são inerentes a um processo de defesa e que tem hora própria para tal. Eu me referi exclusivamente a isso, o que não significa dizer que eu não queira contribuir.

V. Exª há de convir que em relação ao Orçamento, eu já expliquei mais de uma vez, não entendo nada, que não conheço nenhum dos pretensos Deputados citados. O Sr. José Carlos Alves dos Santos, quando depôs aqui, disse, de viva voz, que nunca viu o Dr. Paulo César Farias, não conheço nenhum dos Parlamentares. Então, que contribuição posso dar estritamente dentro do tema desta CPI? Quero dizer isso mais uma vez a V. Exª e a seus dignos Pares para que não saiam daqui V. Exªs pensando que eu, sentado aqui hoje, quis criar algum boicote ou não quis colaborar em nada. Eu colaboro. Agora, só posso colaborar com o que sei; com o que não sei, eu não posso.

O SR. PEDRO PAVÃO - Dr. Paulo César Farias, é o seguinte: cheguei aqui, no meu primeiro mandato, em 91, e bastante atuante, porque, correndo atrás, tentando ser útil à minha cidade, à minha região, cansei de ouvir, e isso aqui não é uma acusação, e o senhor também tem de confiar em mim, que em determinados ministérios só se conseguiria liberação de recursos para determinadas obras através de pessoas vinculadas ao senhor.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Deputado, houve neste País, uma época em que havia inúmeras pessoas que usavam o meu nome indevidamente. Quantas vezes liguei para o Dr. Tuma - o Dr. Robson, filho dele, está aqui e pode até confirmar essa assertiva -, dizendo-lhe: "Dr. Tuma, há um cidadão, no Rio Grande do Sul, falando em meu nome. Eu não posso ser responsável por isso, Deputado!"

O SR. PEDRO PAVÃO - Poderia até concordar com o senhor de que algumas pessoas até usaram esse mecanismo. Mas o senhor há de concordar comigo de que algumas tinham vínculo com o senhor na liberação de recursos.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não. Eu nunca tive ninguém trabalhando comigo com liberação de recursos, Deputado.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor se lembra quem era o secretário da habitação do Ministério do Bem-Estar Social, na época?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, não me lembro.

O SR. PEDRO PAVÃO - Ramon Arnus Filho.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sim.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor teve os laços de amizade próximo a ele?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Vou dizer a V. Exª o que já disse várias e várias vezes e o que, inclusive, já ficou comprovado: os Srs. Valter Annicchino e Ramon Arnus são paulistas, são ligados ao PRN de São Paulo e foram postos nestes cargos, no Ministério do Bem-Estar Social, através do PRN de São Paulo. Eu os conheci superficialmente nas campanhas políticas. Só na campanha de 1989, para Presidente da República, eu os conheci social e superficialmente.

O SR. PEDRO PAVÃO - Nessa época, quem seria o presidente do PRN em São Paulo?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - O Sr. Leopoldo Collor de Mello.

O SR. PEDRO PAVÃO - Então o senhor atribui a ele a indicação desses dois secretários?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu atribuo ao PRN de São Paulo.

O SR. PEDRO PAVÃO - Porque são duas pessoas envolvidas, naturalmente, na liberação de recursos, que constam nos autos desta nossa CPI e é por isso que eu lhe fiz a pergunta.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - E a resposta lhe foi dada.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor nunca participou de um jantar com o Sr. Arnus?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Absolutamente.

O SR. PEDRO PAVÃO - Em são Paulo?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não. Absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E por que não um almoço?

O SR. PEDRO PAVÃO - Um almoço, também?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Absolutamente, não.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, até para contribuir com a CPI, dispenso as demais perguntas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado ao meu nobre colega e correligionário.

Tem a palavra o nobre Deputado Nelson Trade.

O SR. NELSON TRADE - Sr. Presidente, V. Exª há de me permitir e aos meus companheiros de Bancada fazer um cumprimento e uma referência especial aos dois advogados que aqui se encontram.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não são promotores, não. Senão o Deputado Luiz Máximo teria a preferência.

O SR. NELSON TRADE - Um, meu companheiro de faculdade, o D'Alambert Jacou; e o Dr. Nabor Bulhões que se tem revelado um modelo exemplar a nossa classe pela verticalidade com que procede e tem procedido nesta - e a expressão é literal - sensacional demanda que ele enfrenta contra o Ministério Público Federal.

Eu gostaria, Sr. Presidente, e ontem li com cuidado o volume relacionado à comissão especial destinada a apurar sobre a denúncia contra o ex-Presidente Collor alguma coisa que dizia respeito à instauração desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Talvez eu não devesse nem fazer referência e nem alertar ou sugerir ao nobre Relator Geral passagens...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perdão, não tem geral.

O SR. NELSON TRADE - Por que V. Exª tem uma dimensão tão grande como parlamentar, pelo seu passado político também, que temos que estender e homenageá-lo.

Encontrei nas páginas 356 a 380 desse relatório, um capítulo relacionado e que o Relator deu o nome de Ciclo Orçamentário. É uma peça muito bem elaborada, com a participação, inclusive, do Deputado Aloizio Mercadante, que nos servirá de subsídios valiosos para a conclusão dos nossos trabalhos.

Dentro deste relatório, Sr. Presidente, encontrei referências expressas e provas materiais de que a TRATEX, como prestação de serviços com a Empresa de Participações e Construções, recebeu, pagou 293 mil dólares; que a Norberto Odebrecht pagou 3 milhões, 199 mil e 410 dólares; a SETENCO Engenharia, 200 mil dólares; e a OAS, 354 mil, 252 dólares.

Ouvi hoje o Dr. Paulo César Farias fazer uma declaração aqui,reafirmando aquilo que ele havia dito nesta Comissão, de que esta empresa foi constituída no ano de 1985. Não encontrei nenhuma referência de onde que ela se situa ou se situava à época da sua constituição, mas imagino que tenha sido em Alagoas.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - É verdade.

O SR. NELSON TRADE - Na terra do rei. Perguntaria se a TRATEX, porque existem alguns companheiros nossos já comprometidos por uma duvidosa intimidade com essas empresas, eu gostaria que o Dr. Paulo César me esclarecesse se a TRATEX, a Norberto Odebrecht, a SETENCO e a OAS eram clientes da EPC de 1985 a 1990.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Veja, as datas, assim, não tenho de cabeça; não lhe posso responder isso agora, porque estaria cometendo um engano.A única coisa que posso dizer a V. Exª é que e empresa foi realmente constituída em 1985, e se V. Exª assim o desejar, poderei mandar o ato constitutivo dela para entregar ao Sr. Relator. Está nos autos, muito obrigado, Deputado, pela sua interferência.

Para dizer especificamente em que ano foi prestado serviço a fulano, beltrano ou sicrano, eu poderia estar aqui cometendo erros e não dizendo a verdade.

Afirmo a V. Exª apenas que foi prestada consultoria à Norberto Odebrecht, foi prestado consultoria à TRATEX, foi prestado consultoria à SETENCO Engenharia, que são produtos, inclusive, das notas fiscais emitidas.

Quanto à OAS, tenho dúvida se foi ou não. É o que posso responder a V. Exª.

O SR. NELSON TRADE - Dr. Paulo César, pelo menos para mim V. Sª poderia, neste instante, se comprometer em nos enviar elementos positivos se a EPC de 1985 até 1990 prestou serviços a essas empresas nominadas por mim aqui?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Deputado, isso é produto de um documento que será, em breve, entregue ao Supremo Tribunal Federal.

Permita-me V. Exª que no momento de fazê-lo mandarei uma cópia a esta CPI.

O SR. NELSON TRADE - É o que me basta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES - Sr. Presidente, Sr. Relator, apenas complementado o que perguntou o Deputado Nelson Trad. Gostaria de saber do Sr. Paulo César Farias, pelo menos, se ele tem lembrança, nesse período de 85 a 90, de ser o faturamento da EPC um faturamento relevante, diante do que foi obtido depois desse período.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, Senador, não tenho memória disso.

O SR. GARIBALDI ALVES - Nem mesmo o quantitativo?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, não tenho.

O SR. GARIBALDI ALVES - V. Exª poderia admitir a esta CPI se a partir de 90 esse faturamento cresceu?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Diria que a partir de 1989.

O SR. GARIBALDI ALVES - A empresa de V. Sª prestou esse serviço apenas a empresas ou a outro tipo de organização?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - A várias organizações.

O SR. GARIBALDI ALVES - A organizações de que natureza?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Desde revendedoras de automóveis até empreiteiras.

O SR. GARIBALDI ALVES - Mas nunca com alguma ligação com o poder público?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, em absoluto. Nenhuma ligação com o poder público.

O SR. GARIBALDI ALVES - Obrigado.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Obrigado Senador.

O SR. ODACIR KLEIN - Gostaria de informar ao nobre Senador Garibaldi Alves, que tem contribuído tanto com essa CPI, que, no relatório final da CPI rotulada como PC Farias, há uma discriminação de notas fiscais emitidas pela EPC, inclusive para as empresas, especificamente.

O SR. GARIBALDI ALVES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, não vou fazer perguntas ao Sr. Paulo César Cavalcante Farias. Quando participamos da diligência encaminhada pela Mesa para fazer a primeira oitiva, tentamos sensibilizar o Dr. Paulo César para prestar esclarecimentos importantes a esta CPI. Na minha opinião, haveria dois tipos de esclarecimento necessários: um em relação à questão de percentagens - nós da CPI estamos envolvidos com a questão de percentagens; tentar decifrá-las.

Chama-me a atenção que em declaração, publicada pela **Folha de S. Paulo**, de um empresário da ECOBRÁS, fixa-se uma percentagem que deveria dar em colaboração ao chamado esquema de 13%. Nos documentos que chegaram às nossas mãos, através de um executivo da SERVAZ, é citado que em relação à Caixa Econômica Federal e ao Ministério da Ação Social a contribuição seria de 13%. Nos nossos documentos apreendidos na Odebrecht, as obras que dizem respeito ao DNR, somam percentuais equivalentes a 13%. Seria importante um esclarecimento sobre essa questão de percentagem.

A outra questão que seria importante esclarecer é a ação das empreiteiras, Sr. Presidente, que é objeto da nossa CPI. No nosso levantamento, o Dr. Paulo César teve contato com as empreiteiras através de campanhas e de consultorias.

Poderia esclarecer - para nós é importante - que depois, nos anos recentes, a contração do mercado de investimento do Estado brasileiro fez com que as empreiteiras, ao invés de conquistarem obras por seus méritos técnicos ou por sua competência administrativa, se voltassem para a influência política, influência política principalmente em algumas unidades do Estado brasileiro: na Caixa Econômica Federal e no Ministério da Ação Social. Nós temos já elementos que comprovam isso: este peso da influência política determinante para a conquista de determinadas verbas.

Dr. Paulo César não esclarece, não se dispõe a contribuir para esta CPI, que joga um papel importante na vida política do nosso País em relação a esses assuntos. Por isso, não tenho perguntas a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Exª

Com a palavra o Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, o depoente declarou-se empresário e advogado. Ele sabe perfeitamente que se encontra protegido pelo dispositivo constitucional de calar a respeito do que ele achar que não deva dizer. Por isso, o compromisso de S. Sª de dizer a verdade torna-se inócuo perante esta Comissão, porque, obviamente, ninguém é obrigado a se auto-incriminar. E todo o esforço que tem sido feito por esta CPI, pelos que já fizeram uso do direito de inquiri-lo, tem, de certo modo, se mostrado não diria inútil mas pouco produtivo, se comparado com aquilo que por ele já foi declarado perante aquela Comissão Especial. É uma avaliação que esta Comissão, no momento oportuno, terá que fazê-lo. Eu acho que esse não é o momento do libelo, esse não é o momento de se procurar dizer que se vai provar isto ou aquilo; é algo que fica reservado para a apreciação nossa final.

Portanto, Sr. Presidente, eu não vou usar o máximo do tempo que me é reservado, eu vou usar o mínimo possível.

Pergunto ao Sr. depoente, Dr. Paulo César Farias: na agenda que lhe foi exibida, com as anotações nela efetuadas, foram todas, algumas ou nenhuma de sua autoria, ou seja, escrituradas do seu próprio punho?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Algumas inscrições são do próprio punho; outras, são inscrições feitas por secretárias, por auxiliares.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor disse também que de vários nomes ali noticiados que não conhecia, ou não lembrava se conhecia vários deles.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Pois não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Outros o senhor conhecia.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Perfeito.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor tem lembrança dos assuntos tratados com as pessoas que o senhor conhece e que foram objeto do agendamento?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - De maneira nenhuma. Não tenho lembrança nenhuma, até porque imagine V. Exª que isso aconteceu em 1990, de janeiro a maio de 90. Como é que eu posso, hoje, praticamente quase quatro anos depois, ter essa lembrança?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Eu gostaria, se V. Exª pudesse, que me esclarecesse, porque ficou uma dúvida...

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Pois não.

O SR. LUIZ MÁXIMO -...a respeito do voto do Relator, no Supremo Tribunal Federal, que deu pela ilicitude do computador e demais documentos apreendidos em seu escritório em São Paulo. Esse voto do Relator foi um voto tão-somente de Relator, ou foi um voto vencedor, ou seja, objeto de decisão do Supremo Tribunal Federal?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - O voto do Relator foi acompanhado por sete Ministros do Supremo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Então, trata-se de uma decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Definitiva de que aquela peça não tem nenhum valor por ter sido apreendida ilegalmente, por ter sido inserido nela fatos, narrativas, inscrições que são desconhecidas totalmente da empresa e de mim.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O computador, que foi apreendido, era de sua propriedade para tocar a sua empresa?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, não era propriedade da minha empresa.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Quais os funcionários que eram encarregados do seu escritório em São Paulo?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Deputado, não tenho... o senhor quer chegar a saber quem é a pessoa que cuidava do computador?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Exato.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - O Sr. George Melanias.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Como é o nome?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sr. George Melanias.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Como é o nome?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - George Melanias.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Era o único responsável?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Exato.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E como o senhor afirma que esse computador não era seu? O senhor afirma isso por que, Sr. Paulo César?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Porque realmente não era meu!

O SR. LUIZ MÁXIMO - Como o senhor sabe que não era o seu computador? O senhor não tinha um computador no seu escritório?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sim, mas não para esse tipo de inscrição. Os computadores que nós tínhamos eram para tratar de assuntos exclusivos das nossas empresas.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E os computadores que eram realmente de suas empresas? Eles permaneceram no escritório, não foram apreendidos?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eles foram apreendidos sim.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Juntamente com esse outro que o senhor diz que não é seu?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Este não era meu.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E como é que o senhor pode afirmar que não era seu?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Porque não era!

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sim, mas com base em quê o senhor afirma? O senhor chegou a ter acesso a esse computador?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Deputado, eu já respondi a V. Exª. Não vou discutir com V. Exª agora se era ou não era; eu reafirmo que não era, ponto final!

O SR. LUIZ MÁXIMO - Não se trata aqui, Sr. Paulo César, de discutir ou não discutir, porque a gente não discute com testemunha; a gente pergunta e a testemunha responde.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Perfeito.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Portanto, não estou aqui para discutir com V. Sª.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Desculpe, eu não quis dizer assim, Deputado.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sim, estou apenas procurando colocar isso da maneira como entendo.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Está correto.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Deputado Luiz Máximo.

Nobre Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Paulo César Farias, em seu depoimento à Polícia Federal, em 20 de outubro de 1993, a Srª Rosinete Melanias descreveu como V. Sª a orientou no sentido da abertura e movimentação de contas correntes com nomes falsos. Eram contas que V. Sª qualificou como contas de campanha.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Perfeito.

O SR. EDUARDO SUPLICY - A primeira aberta em nome de Alberto Alves Miranda, no Banco SUDAMERIS de Maceió, e posteriormente transferida para o Banco BMC, em Brasília.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Verdade.

O SR. EDUARDO SUPLICY - As assinaturas da primeira conta foram feitas na presença do Gerente Elói, de V. Sª, e os autógrafos da segunda nas presenças de Jaime Pinheiro, Presidente do BMC, assim como na de V. Sª.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - É verdade sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Sª também confirma que se utilizou de mais de 10 outras contas de campanha, mais de 15, na verdade, dentre as quais uma denominada SQS 100, junto ao BMC de Brasília, que V. Sª movimentava juntamente com o Sr. Cláudio Vieira.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Essa eu desconheço. S...?

O SR. EDUARDO SUPLICY - SQS 100, junto ao BMC de Brasília.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Senador, me permita, não tenho lembrança disso. Dessa conta eu não tenho lembrança, mas é capaz de ter sido. Em que época foi, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Daqui a instantes eu digo ao senhor.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Em 1990.

A SQS 100 foi a conta que... Estas são as suas primeiras contas de campanha, segundo a sua denominação e que a CPI denominou de fantasma.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu lembro que eu tinha uma conta de campanha juntamente com o Sr. Cláudio Vieira para pagamento de despesas do Comitê aqui em Brasília.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Deve ser esta então. SQS 100, junto ao BMC.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não tenho certeza se era o BMC, mas pode ser.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pode ser!

Pois bem, o Deputado Luiz Salomão perguntou a V. Sª algo que avalio seja importante esclarecer. Vou insistir na questão: em seu depoimento, perante o Supremo Tribunal Federal, V. Sª afirmou que a arrecadação de fundos para a campanha presidencial atingiu 100 milhões de dólares, dos quais sobraram 28 milhões de dólares.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Perfeito.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Na campanha de 90, arrecadados mais cerca de 70 milhões - V. Sª confirma.

Como explicar então que diversos empresários que fizeram doações à campanha, segundo a explicação de V. Sª, afirmaram à Polícia Federal que o argumento utilizado por V. Sª para conseguir mais recursos era o de que estava restando dívidas ou rescaldos da campanha de 90?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu não conheço esses depoimentos, mas é preciso que V. Exª faça uma análise da Campanha de 1989, da campanha de 1990 e da campanha de 1992. É preciso que se verifique realmente a data, porque da campanha de 1989 houve saldo, mas nas outras campanhas faltou recurso. Daí por que houve algumas doações, que ultrapassaram - digamos - o período eleitoral. Há uma série de ajudas e contribuições que aconteceram em 1991.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Em 1991, para o quê que era?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Saldos. Saldos de campanha, quantas campanhas terminam e fica um montão de coisa para pagar.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Paulo César Farias, de acordo com o depoimento do Sr. Marcelo Flores, Diretor da OAS, à Polícia Federal, V. Sª procurou-o informando que a OAS possuía inimigos poderosos no meio empresarial, e citava como exemplo o Sr. Cecílio do Rêgo Almeida, dono da Construtora CR Almeida. E dizia que, em conseqüência, a OAS deveria contratar uma de suas empresas de assessoria para neutralizar a ação desses grupos, arrancando dessa empresa alguns milhares de dólares.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - A colocação não é bem essa.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Esta é a do Sr.Marcelo Flores.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - A briga entre a OAS e o Sr. Cecílio Almeida é pública e vem de anos e anos. Todo mundo sabe dessa briga, porque inclusive foi objeto de várias reportagens em jornais etc.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Gostaria de completar. O Sr. Cecílio Rêgo Almeida no depoimento prestado à Polícia Federal e à Subcomissão de Emendas desta Comissão Parlamentar de Inquérito declarou que pagou a V. Sª cerca de 700 mil dólares, principalmente no ano de 1991. Esse foi um desses que entraram no denominado saldo de campanha. O que pergunto é que tática V. Sª utilizava para obter enormes somas de recursos, até mesmo de dois notórios arquiinimigos.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Senador, veja bem: na campanha de 1989, no primeiro turno, realmente tivemos até dificuldade de receber ajuda. Mas, no segundo turno, com o candidato do seu partido, eu não precisava nem sair de casa. Havia uma fila - tinha de fazer um agendamento de fila - de sete da manhã à meia-noite, se eu tivesse condições físicas, para receberia ajuda de campanha, porque o País inteiro tinha medo do seu candidato. Não sei por quê. Muito bem. Na campanha de 1990, decidimos que deveríamos fazer uma bancada e ajudar alguns candidatos a governadores. E continuei trabalhando nesta missão, sem fila.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Paulo César Farias, V. Sª tem procurado caracterizar a sua atuação como tesoureiro de campanhas eleitorais.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - O que é verdade.

O SR. EDUARDO SUPLICY - No entanto, os depoimentos de inúmeros empresários caracterizam a sua ação como a de um cobrador de porcentagens, como se fosse um pedágio sobre os recursos referentes a projetos governamentais, sejam eles do Orçamento da União ou das instituições oficiais de crédito. Exemplo disto está nas palavras do Sr. Onofre Vaz, dono da empresa SERVAZ, perante a Polícia Federal, e o Deputado Luiz Salomão que já disse isso aqui hoje. Gostaria de citar outros exemplos antes de ouvir a resposta de V. Sª. Vamos pegar, por exemplo, o depoimento do Sr. Ernesto Luiz Mineiro Barbante, que...

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Senador, permita-me.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Preciso completar a pergunta.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Só queria lhe dizer que este cidadão, sequer o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dr. Paulo César, e Senador fará a pergunta e V. Sª a responderá.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Pois não, desculpe.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sim, mas ele disse que por intermédio - ele que foi Diretor-Presidente do CREDICARD - do Diretor Sérgio Dailton, da Caixa Econômica Federal, que este havia tido uma reunião em Brasília com o Sr. Paulo César Farias em um hotel, ocasião em que este teria feito exigências para que o novo contrato fosse celebrado com a Caixa Econômica Federal. Segundo Sérgio Dailton, Paulo César Farias estava impondo condições para que houvesse a celebração de aditamento sob pena mesmo da recisão do contrato original mantido entre o CREDICARD e a Caixa Econômica, que Paulo César Farias exigia que fossem contratados serviços pela CREDICARD a determinadas empresas, e que as empresas que Paulo César Farias indicava para a prestação de serviços à CREDICARD eram a **Matchpoint** Editora; NEXT Promoções Esportivas; Sagrada Família Editora e Gráfica; L - Informações e Sistemas e a Setembro Propaganda; que o declarante avaliou que a relação custo-benefício que a exigência iria acarretar, tendo entendido que era importante para o CREDICARD manter o contato com a Caixa Econômica Federal. E vai por aí. E informou Sérgio Dailton: "Paulo César Farias, no encontro que teve com o mesmo num hotel em Brasília demonstrara ter pleno conhecimento da existência de um contrato e até mesmo da possibilidade de assinatura de aditamento entre a CREDICARD e a Caixa Econômica Federal. Que poderia detalhar outros depoimentos aqui do Sr. Matias Machillin e de outros empresários, todos na mesma direção. ...Caixa Econômica Federal ao contratar uma prestação de serviços junto a CREDICARD são recursos da Caixa Econômica Federal, do Governo Federal, portanto, do Orçamento da União que estão se tornando mais caros para os cofres públicos. E aqui está o depoimento de quem disse: "Para que eu pudesse contratar, teria que pagar como que uma porcentagem, um pedágio ou contratar empresas indicadas pelo Sr. Paulo César Farias.

O senhor disse que jamais esteve envolvido em corrupção, talvez seja outro nome, talvez o nome disto seja advocacia administrativa, mas não há dúvida, por todos estes depoimentos, que o senhor exercia algo que na prática forense denomina-se advocacia administrativa, em função de seu poder junto ao Presidente, de quem era amigo pessoal e mais.

O que o Sr. Onofre Vaz descreveu, já dito hoje, assemelha-se ao de tantos outros que mostram esta prática em função da sua amizade com o Presidente Fernando Collor de Mello. O que eu pergunto é: Quais outros políticos importantes, membros do Congresso Nacional, foram parceiros de V. Sª neste esquema de levantamentos de recursos?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Vou responder a V. Exª um por um. Primeiro, o depoimento desse cidadão da CREDICARD é um depoimento mentiroso. Sabe V. Exª por que ele deu esse depoimento? Porque a CREDICARD pertence

ao CITIBANK, que é organização americana e não pode dar dinheiro para campanha política. Esta é a verdade.

Segundo, se V. Exª se detiver a ver as datas em que a CREDICARD deu dinheiro vai verificar que foram datas exatamente de véspera da eleição. Outra coisa, ela não deu dinheiro para mim diretamente, ela pagou contas de gráficas, contas da Setembro Propaganda, contas, eminentemente, de campanha, é aí que a mentira do Sr. Sérgio não vai colar.

Agora, Senador, V. Exª precisa convir que um simples depoimento na Polícia Federal não significa uma incriminação, porque eu sequer fora ouvido sobre isso. Quer dizer, V. Exª está tendo acesso aos depoimentos da Polícia Federal antes mesmo que a pessoa que está sendo pretensamente indiciada o tenha. Essa é a grande verdade. O Sr. Onofre é um mentiroso desqualificado. E essa insistência aqui para falar de Onofre, essa insistência tem algo no ar, basta que V. Exªs leiam a **Veja**, não sou eu quem disse, leiam a **Veja**. Qual foi o outro?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Que outros políticos, membros do Congresso Nacional, foram parceiros de V. Sª nesse esquema de levantamentos de recursos?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu nunca utilizei dos políticos para me ajudar nesse trabalho. Esse trabalho eu fazia pessoalmente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, gostaria de esclarecer agora um outro capítulo, já objeto das perguntas do Deputado Aloizio Mercadante.

O Sr. Paulo César Cavalcante Farias mencionou que a construção de Capanga, em Angola, iniciou-se no Governo José Sarney. É verdade.

Entretanto, foram desenvolvidos esforços significativos ao longo de 1990 - inclusive a visita do Presidente Fernando Collor de Mello a Angola - para que se restabelecesse a possibilidade da continuidade da construção. Aquela usina estava sendo objeto da administração por Furnas e a construção era de responsabilidade de um consórcio, administrado por Furnas, mas onde estava a Norberto Odebrecht e uma empresa da União Soviética; que então existia, ainda não era Rússia.

E, ao final de 1990, foi concluído um entendimento pelo qual o Brasil passava a obter fornecimento de petróleo de Angola. Com isso, o Brasil tinha até um fornecedor a mais; estrategicamente, isso era considerado positivo. Mas com os recursos decorrentes dessa compra de petróleo é que se viabilizou o financiamento da construção da Usina de Capanga, onde a Norberto Odebrecht, com a participação de Furnas como administradora, estava desenvolvendo.

Pergunto - e houve inclusive um acordo Angola/Brasil, ao final de 1990, com a assinatura dos Presidentes e representantes diplomáticos de ambos os países - a V. Sª se participou, de alguma forma, desse esforço, desse entendimento.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Senador, nunca participei e desconhecia até então esse decreto. Vim tomar conhecimento dele hoje, quando foi lido aqui pelo Deputado Mercadante. Eu sabia que essa obra foi financiada pelo Governo brasileiro em 1983 e que de 83 até agora, 90, foram 500 milhões de dólares do Governo passado; não é do Governo Fernando Collor.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas houve a possibilidade da continuidade da obra graças a esse acordo.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu desconheço o acordo, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, concluí.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. depoente, parto do raciocínio inicial, desenvolvido pelo Deputado Luiz Salomão, com o qual concordo, e que buscou,

Primeiro: provar que o Sr. depoente recebeu dinheiro público do Orçamento da União;

Segundo: provar que o Sr. depoente influía decisivamente na execução financeira do Orçamento Geral da União;

Terceiro: provar que o Sr. depoente tinha relação íntima com vários membros importantes do Executivo, que atuavam sob o seu comando e que ganhavam como sócios do assalto aos cofres públicos;

Quarto: provar que o depoente intermediava recursos públicos de vários órgãos para empresas;

Quinto: esclarecer a ação ilegal do Sr. depoente, interferindo no processo eleitoral com recursos obtidos através de venda de prestígio e de extorsão para eleger uma bancada capaz de "modernizar o Brasil e liberalizar a economia";

Sexto: provar o envolvimento do Sr. depoente com Parlamentares que defendem emendas orçamentárias do interesse dos seus Estados e também de empreiteiras.

Concluo dizendo que o interrogatório feito até agora mostrou claramente, e com abundância, a existência de tais fatos. É importante para a CPI e para a Nação brasileira estas evidências e conseqüentes conclusões.

Estou satisfeito e termino aqui minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Não houve pergunta.

Com a palavra o Senador Lavoisier Maia.

O SR. LAVOISIER MAIA - Com grande honra.

Não quero ser repetitivo, meu assunto é limitado sobre o Orçamento.

Eu também gostei da interpelação do Deputado Luiz Salomão. Estou satisfeito e não tenho nenhuma pergunta a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, Sr. depoente, também não tenho muita esperança sobre o que possa extrair do depoimento.

Parece-me que a testemunha neste momento está sendo processada e, portanto, se reserva o direito de não dizer certas coisas.

Mas quem sabe a gente pode esclarecer alguns pontos na medida em que desenvolver o raciocínio em face das coisas que estão escritas.

> Voando para o Brasil, vindo de Bangcoc, V. Sª deu uma entrevista ao **O Estado de S.Paulo**, onde se diz o seguinte: "Ele só não se apresentou antes "porque o momento político não era o melhor". Então, surgiu um novo escândalo de corrupção em Brasília, uma nova CPI, e enquanto estava retornando à Brasília ficou sabendo de mais um outro escândalo, o da lista Odebrecht. "Lista? Cem Deputados." - escandalizou-se. Abriu um sorriso que não requeria nenhuma palavra. Foi um visível prazer. Aí, ele voltou à conversa: "Não me apresentava porque não havia fatos novos e eu dominava a mídia."

V. Exª pode me explicar o que quer dizer isso?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - É muito simples, Senador: em junho, eu era o único homem acusado, neste País, acusado por uma histeria política que tirou um Presidente da República, em função de uma CPI que levou o meu próprio nome, eu tive uma prisão decretada de uma maneira ilegítima, tanto é que o Tribunal Federal de Recursos, por unanimidade, disse que ela era ilegítima; eu vivia um momento em que estava, inclusive, sendo ameaçado - eu não sei se as ameaças eram verdadeiras ou não eram verdadeiras, mas existiam ameaças -, então não era uma hora propícia para eu me apresentar.

Eu tinha decidido que, evidentemente, não compensa a ninguém sair perambulando pelo mundo. É muito mais importante enfrentar, discutir e tentar provar exatamente o inverso daquilo de que estou sendo acusado.

Há um outro fato, também, de uma importância muito grande: é que sem a presença do acusado é impossível apelar-se para os Tribunais Superiores.

Então, eu decidi, em janeiro, me apresentar espontaneamente às autoridades brasileiras. É essa a verdade.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas o senhor é um homem inteligente. O raciocínio que V. Sª faz vale para o primeiro dia da sua saída do Brasil.

V. Sª era o único cidadão acusado no País, com prisão preventiva decretada; o lógico seria que V. Sª se apresentasse o mais rápido possível, até para provar a sua inocência.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Perfeito.

O SR. MÁRIO COVAS - Eu não entendo como é que V. Sª só se de conta disso cinco meses depois.

Mas não era este o tom da pergunta. O tom da pergunta é esta afirmativa:

> "Não me apresentava porque não havia fatos novos e eu dominava a mídia."

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Dominar a mídia quer dizer o seguinte: quando falta notícia - aqui tem uns jornalistas todos presentes - quando falta notícia, vamos buscar o PC.

É a verdade. É a verdade, eles estão aqui, eles testemunham isso.

Quando falta notícia, vamos buscar o arquivo do PC, vamos perguntar ao Deputado Benito Gama o que é que ele acha, vamos perguntar ao Senador Covas, e assim sucessivamente.

O SR. MÁRIO COVAS - Senador Covas eles não perguntam mais. Eles já sabem a resposta.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Quando eu quis dizer Senador Covas é porque V. Sª também fez parte da Comissão. É isso que eu quis dizer.

O SR. MÁRIO COVAS - É verdade. É verdade.

Quando V. Exª, então, fala em dominar a mídia não significa nenhuma hegemonia em relação ao comportamento da mídia?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, não, é o contrário, o contrário.

Dominar é ser o produto do dia.

O SR. MÁRIO COVAS - V. EXª acha que a CPI ocorrida àquela época, a decisão da Câmara, a decisão do Senado, a participação dessa tremenda comoção nacional foi um ato de histeria política coletiva?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu considero. Permita-me; é uma opinião, eu também tenho o direito de ter a minha opinião, Senador.

O SR. MÁRIO COVAS - Sem dúvida.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Obrigado.

O SR. MÁRIO COVAS - É porque quero conhecer sua opinião que eu lhe perguntei.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Obrigado, Senador.

O SR. MÁRIO COVAS - O senhor reconhece estas palavras:

"A proximidade das empresas com o Estado é uma realidade, porque os empresários brasileiros, colaboradores de campanhas políticas, sempre almejaram ter um passaporte de acesso ao poder".

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Verdade total, límpida e cristalina.

O SR. MÁRIO COVAS - Portanto, o senhor reconhece isso como palavras suas?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Reconheço, sim.

O SR. MÁRIO COVAS - Logo, as pessoas que lhe ajudaram nas campanhas eleitorais tinham como objetivo o acesso ao poder?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Aí é que está. Eu, quando busquei e buscava ajuda política, nunca prometi nada, nem ninguém me pediu nada.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas sabia que era de interesse de quem dava...

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Mas, Senador, isso é o óbvio, isso é o óbvio, isso é o óbvio; isso, no Brasil, é o óbvio. É uma verdade nua e crua. Ou se modificam as leis, ou se modifica a presença do Estado na economia. Costumo dizer sempre o seguinte: um Presidente da República que com sua caneta nomeia os Presidentes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, da Vale do Rio Doce, da PETROBRÁS, sem falar das outras empresas, tem o poder imensurável, onisciente.

O SR. MÁRIO COVAS - Na sua opinião, quem lhe procurou como tesoureiro da campanha, o procurou porque pretendia ter no senhor o instrumento de acesso ao poder?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não sei se era assim, não posso fazer esse julgamento das pessoas, porque eu nunca tratei desse assunto com ninguém, porque nunca prometi nada nem ninguém me pediu nada. Mas a presença do Estado na economia, a presença do Estado na vida do sujeito, do empresário, que depende do Estado para trabalhar, para dar emprego, para receber suas faturas... é mais do que óbvio isso.

O SR. MÁRIO COVAS - Eu li outro dia no Relatório Geral da ONU, de 1991, que o total da participação do Estado na economia no Brasil é 21%. Nos Estados Unidos é 28%. Na Dinamarca é 51%. Na França é 41%. Por que isso acontece no Brasil e não acontece lá?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Vou dar um dado interessante a V. Exª. Oitenta por cento do produto bruto americano são empresas de serviço e empresas de comércio. A primeira empreiteira dos Estados Unidos está no 78º lugar. Na economia brasileira, as empreiteiras estão nos cinco primeiros lugares. Está explicado. Mas isso remonta a épocas, épocas, épocas.

O SR. MÁRIO COVAS - Perfeito. De qualquer maneira, V. Sª reafirma aquilo que disse no depoimento feito no Supremo Tribunal Federal que a proximidade das empresas com o Estado é uma realidade e que os empresários brasileiros colaboradores de campanhas políticas sempre almejaram ter um passaporte de acesso ao poder.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Verdade nua e crua, Senador.

O SR. MÁRIO COVAS - O senhor conta, nesse mesmo depoimento, que em 1989, tendo sido convidado para ser tesoureiro da campanha, embora houvesse outros percursos para ajuda na campanha, na sua atividade entraram 100 milhões de dólares.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Verdade.

O SR. MÁRIO COVAS - Dos quais foram gastos 72 e sobraram 28.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Perfeito.

O SR. MÁRIO COVAS - Foi o que aconteceu?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Exatamente.

O SR. MÁRIO COVAS - Vou ler algum as coisas aqui para verificar se o senhor se lembra disto:

"O Sr. Marcelo Barbiére - Sr. Paulo César, qual foi o saldo da campanha da qual o senhor foi tesoureiro?

O Sr. Paulo César Cavalcante Farias - O saldo da campanha que foi apresentado oficialmente ao Tribunal Superior Eleitoral."

Vou ler mais alguma coisa:

"O Sr. José Carlos Vasconcellos - Sr. Presidente, gostaria que o depoente informasse, pois não me pareceu que tenha ficado claro ainda, a respeito de sua função de coordenador financeiro da campanha. Existe alguma divergência entre os fundos arrecadados e a prestação de contas feita pelo tesoureiro oficial?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Os fundos dos quais tomei conhecimento e que passaram pela minha mão são os que foram demonstrados ao tesoureiro oficial da campanha. Os outros não passaram pela minha mão."

Vou um pouco mais adiante:

"O Sr. Odacir Klein - Pergunto mais: na condição de tesoureiro da campanha, V. Sª recebeu para campanha eleitoral recursos de pessoas jurídicas ou qualquer forma de ajuda de pessoas jurídicas?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTI FARIAS - Deputado, recurso de pessoa jurídica não pode usar dinheiro para campanha. É proibido pela lei.

O SR. ODACIR KLEIN - Não recebeu?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - O senhor foi Coordenador-Financeiro da Campanha. Eu perguntaria: qual o volume de recursos arrecadado por V. Sª para a campanha de 1989?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALÇANTE FARIAS - Senador, os recursos que passaram pelas minhas mãos são aqueles que estão declarados no Tribunal Superior Eleitoral."

O PRN declarou um recebimento de 100 milhões de dólares.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Senador, eu gostaria de dizer a V. Exª que na CPI do PC eu era o acusado e, como acusado, eu tenho o direito de calar, eu tenho o direito de dizer o que eu quero e na hora em que eu quero e na hora precisa, em função da minha defesa. Eu não poderia, naquele momento....

O SR. MÁRIO COVAS - V. Sª pode não falar. Mentir é que V. Exª não pode.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não. Mas eu não poderia, naquele momento, Senador, dizer que arrecadei 100 milhões de dólares e que sobraram 28 milhões de dólares da relação das empresas que fizeram doações e que tem um lado aí que V. Exª não classifique como mentiroso porque em 1989, todo mundo sabe que se trabalhava no título ao portador e do cheque ao portador. Se eu recebi a doação do cidadão - isto eu perguntei ao Deputado Luiz Salomão, que foi Coordenador de uma campanha no Rio de Janeiro, e ele concordou comigo - se se recebe uma doação de campanha de alguém não se vai perguntar a que empresa ele está debitando aquela ajuda ou se é dele, pessoa física. Eu estou falando em 1989, quando tudo era ao portador.

O SR. MÁRIO COVAS - No depoimento no Supremo Tribunal, o senhor foi além. O senhor disse que as empresas davam para o Caixa 2 e, logo, não era de pessoas físicas - era de empresas.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Mas ele diz, também, que era - mas eu estou reportando-me à CPI. V. Exª está falando do Supremo.

O SR. MÁRIO COVAS - Não. O senhor achou que tinha que contar e na CPI o senhor achou que não deveria contar.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sim, porque o momento não era aquele.

O SR. MÁRIO COVAS - Vou ler aqui para lembrar ao senhor:

> "O Sr. Paulo César Cavalcante Farias presta o seguinte juramento:
>
> "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada admitindo que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello, sobre as atividades do Sr. Paulo César Cavalcante Farias."

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Permite-me, Sr. Senador?

O SR. MÁRIO COVAS - Lógico.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Os meus direitos constitucionais são superiores a um juramento.

O SR. MÁRIO COVAS - Na tarefa de obter recursos, o Deputado Augusto Farias, então, não Deputado, ajudava-o?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Absolutamente, não.

O SR. MÁRIO COVAS - Não tinha conhecimento do que acontecia?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não.

O SR. MÁRIO COVAS - Nem nunca o senhor falou a ele?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Nunca.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas eu vejo uma entrevista dele num jornal em que ele diz que foram remetidos recursos para a figura do Vice-Presidente da República, hoje Presidente da República.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - A colocação que o Deputado fez é porque este assunto tornou-se público.

O SR. MÁRIO COVAS - Como tornou-se público? Por quem? Pelo senhor?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Tornou-se público.Todo mundo publicou que foi dado dinheiro ao Vice-Presidente. Claro que foi dado dinheiro para a campanha política de Minas Gerais, e o Vice-Presidente da República, que era Vice-Presidente da Chapa é quem comandava, coordenava a campanha política em Minas Gerais. Será que a campanha de Minas foi feita sem dinheiro? Não é verdade. Ela foi feita com dinheiro.

O SR. MÁRIO COVAS - Eu não sei, Sr. Relator. Eu só respondo pela minha.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perfeito.

O SR. MÁRIO COVAS - Eu vou ler uma notícia - eu não a estou subscrevendo. Eu, simplesmente, vou lê-la. O senhor confirma ou não.

> "Consta que, numa sexta-feira, em 1992, a documentação a Brasil Jet teria sido transferida por um apartamento em Brasília."

Procede isso?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Senador, esta resposta eu já dei, inclusive, à Comissão que me entrevistou, mas, em respeito a V. Exª, vou repetí-la.

O SR. MÁRIO COVAS - Pois não.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Nunca, em tempo algum, nenhum documento da Brasil Jet foi parar na casa de qualquer cidadão. Quero relembrar a V. Exª que, realmente, houve o seguinte episódio: certa ocasião, alguém delatou à Polícia Federal que estavam chegando várias caixas da Brasil Jet, com documentos para serem postos num avião nosso. No momento em que as caixas foram chegando à aeronave, a Polícia Federal já estava lá. E sabe o que é que comprovou? Eram os livros do avião. Essa que é a verdade.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas onde estavam?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Os livros estavam na BRASIL JET.

O SR. MÁRIO COVAS - Então não foram transferidos para um apartamento?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, os livros estavam indo para a aeronave. A história é que a imprensa confundiu livro que vai para a aeronave com papel que vai para a casa de deputado. Essa é a diferença.

O SR. MÁRIO COVAS - Pois não. Vou reler um texto, V. Sª vai me confirmar ou não.

> "Quem em função da dificuldade da maneira de operacionalizar uma campanha política com os entraves da legislação e orientado pela prática política que sempre norteou esta campanha - V.Sª. está fazendo referência, isto aqui é parte do depoimento feito perante o Supremo Tribunal Federal, que é oficial, leva a assinatura de V. Sª e dos seus patronos ...

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Perfeito.

O SR. MÁRIO COVAS - ... - criou-se uma conta fictícia, a qual denominou de conta de campanha...

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS Perfeito.

O SR. MÁRIO COVAS - ... em nome de Alberto Alves Miranda."

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Perfeito.

O SR. MÁRIO COVAS - Tudo isso é verdade?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Tudo isso é verdade.

O SR. MÁRIO COVAS - Em seguida V. Sª acrescenta que "Essa conta foi operada no Banco Mercantil de Crédito, BMC...

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS Exato.

O SR. MÁRIO COVAS ... por orientação que recebeu do Sr. Najum Turner...

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS Exato.

O SR. MÁRIO COVAS - ... que sempre orientou o depoente em matéria financeira."

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Exato.

O SR. MÁRIO COVAS - Que essa conta foi aberta no BMC, com a aquiescência, os encômios e os agradecimentos pela preferência do Sr. Presidente do Banco, Sr. Jaime Pinheiro".

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - É exatamente a verdade.

O SR. MÁRIO COVAS O que o senhor está dizendo aqui é que abriu uma conta em nome de uma pessoa inexistente, com a aquiescência do dono do banco.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não se pode abrir conta em lugar nenhum sem ser com a aquiescência dos bancos.

Gostaria de lembrar a V. Exª um episódio interessante.

O SR. MÁRIO COVAS As minhas nunca necessitaram da aquiescência do presidente do banco. As minhas foram no balcão mesmo, eu apresento meus documentos. Nunca exigiram a aquiescência do presidente do banco, nem nunca ele saudou com muita efusão a minha conta.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Senador, eu gostaria de dizer a V. Exª que uma conta que movimenta 100 milhões de dólares não pode ser aberta com um simples gerente, nem com um diretor, o presidente do banco tem que tomar conhecimento. E o presidente do banco sabia da grande movimentação financeira, essa é a verdade.

Gostaria de dizer também a V. Exª que a Procuradoria-Geral da República arrolou como testemunha de acusação o Diretor de Fiscalização do Banco Central, que, perante o Ministro do Supremo Tribunal Federal, afirmou que existe no Brasil cerca de 4 milhões de contas desse tipo. Não fui só eu autor disso.

Digo a V. Exª que, como a Lei Eleitoral não previa nessa ocasião estas coisas, foi o único artifício que encontrei para obter recursos de campanha. Porque, se eu ponho em meu nome pessoal, o Imposto de Renda vinha dizer que eu auferi lucros.

E outra coisa, o crime de falsidade ideológica só existe quando há prejuízos a terceiros, e nós nunca demos prejuízos a ninguém. Recebemos os recursos e pagamos as contas.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Exª vai me perdoar, se V. Exª sabia que era de caixa 2, de pessoa jurídica, necessariamente dava prejuízo a muita gente, porque o Fisco deixava de receber isso. Portanto dizer que não há prejuízo para ninguém, há, há prejuízo sim.

V. Exª diz que as empresas gostariam muito de um acesso ao poder. Aceito que V. Sª quando recebeu esses recursos nunca fez nenhuma transação pessoal, no que se refere à presença do poder. Dá até para entender o nível de risco na campanha de 1989. Nessa V. Sª salienta, arrecadou 100 milhões de dólares.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Perfeito.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Sª diz, no depoimento, que depois disso poucas vezes esteve com o Presidente. O que é que o credenciou perante os doadores para arrecadar na campanha de 1990? A campanha de 1989 dá para entender, V. Sª disse há pouco que havia temor que determinado candidato ganhasse e portanto fazia fila na porta do seu escritório espontânea.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Perfeito.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas em 1990, o candidato não era candidato, em 1990 havia eleições nos Estados. O que é que o credenciou novamente, foi a pedido de que candidato que o senhor fez esse papel?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Senador, procurei, praticamente, os mesmos doadores da campanha de 89 e disse a eles que o Presidente da República tinha interesse de fazer um congresso, uma bancada, que o Presidente tinha interesse em ajudar alguns candidatos a governador de Estado, a Senador da República e, assim, sucessivamente. E, como todo mundo sabia que eu era a pessoa autorizada na campanha de 89, isso continuou da mesma maneira.

O SR. MÁRIO COVAS - Logo, quem lhe deu na campanha de 90 lhe deu porque sabia que o senhor era a pessoa autorizada na de 89?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Perfeito.

O SR. MÁRIO COVAS - E, portanto, sabia que quando estava dando, dava em benefício, em favor de uma determinada política exercitada pelo Presidente da República. É isso?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não. Eu diria o seguinte: que estas pessoas também teriam o interesse de que se tivesse no Congresso Nacional uma bancada afinada com o sentimento político do Sr. Presidente da República.

O SR. MÁRIO COVAS - Desculpe-me, não tome isso como nada pessoal, tenho o maior respeito, sobretudo por familiares.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Perfeito, Senador. Estou muito à vontade com V. Exª.

O SR. MÁRIO COVAS - O senhor saberia me dizer, e fique à vontade se achar que não deve responder, o que a sua esposa quis dizer quando fez declarações lá de que o senhor deveria falar? Que não era justo que o senhor fosse o único que estivesse na cadeia?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - O que ela quis dizer foi o seguinte: essa tal relação com os doadores dos 170 milhões de dólares, que será entregue ao Supremo na hora precisa, foi isso que ela quis dizer. Agora, reconheço a V. Exª que ela estava sobre forte emoção.

O SR. MÁRIO COVAS - Perfeito. Reconheço totalmente. Não tenho a menor dúvida. Só queria saber ao que ela se referira.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Perfeito.

O SR. MÁRIO COVAS - O Sr. Najun Turner foi sempre um conselheiro financeiro de V. Sª?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Ele era o maior operador do mercado de ouro naquela ocasião, o maior operador da bolsa de mercadorias e futuros de São Paulo e eu, realmente, me aconselhei muito com ele; foi ele, realmente, quem orientou a abertura das contas e foi ele quem operou as sobras da campanha.

O SR. MÁRIO COVAS - O senhor tinha muito contato com essas pessoas, tendo em vista a relação da tesouraria da campanha. De tal maneira que depois disso uma das suas empresas, pelo menos a EPC, fez serviços para várias dessas empresas.

Em nenhum instante, a não ser os casos conhecidos, como a tentativa de obter, junto à PETROBRÁS, a possibilidade de fornecer combustível para a VASP, mas em nenhum instante essas pessoas ou essas empresas lhe falaram sobre o esquema de participação dentro do Governo ou dentro do Congresso a respeito do Orçamento?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Nunca. Nunca falaram.

O SR. MÁRIO COVAS - Esta não é uma prática da qual o senhor tivesse ouvido falar?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, eu não conhecia isso.

O SR. MÁRIO COVAS - Veja, no seu depoimento o senhor fala que, inclusive, na campanha de Tancredo Neves foram gastos 40 milhões de dólares.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, Senador, eu me referi a uma campanha política. V. Exª está se referindo ao Orçamento.

O SR. MÁRIO COVAS - É que isso mostra que V. Sª é uma pessoa bem informada.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Perfeito.

O SR. MÁRIO COVAS - Não consta que V. Sª tenha sido tesoureiro na campanha do Sr. Tancredo Neves.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não foi isso que eu quis dizer. Quis responder a V. Exª que quando falei sobre...

O SR. MARIO COVAS - Estou tentando mostrar que V. Sª, no campo do conhecimento econômico, é uma pessoa bem informada e, portanto, a tal ponto que sabe quanto foi gasto na campanha do Tancredo Neves, que foi uma eleição indireta inclusive.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Verdade.

O SR. MÁRIO COVAS - O desconhecimento total, a não oitiva de V. Sª a respeito desse problema, ainda que sem uma implicação direta, é uma coisa, para a dimensão do problema, pouco aceitável, pelo menos. A grande maioria dos brasileiros ouviu falar nisso, sobretudo os que viviam a intimidade desse problema ou na proximidade desse problema. E como as pessoas - isso é conceito de V. Sª - ou as empresas que se aproximam, que ajudam em campanha, querem é o acesso ao poder, nada mais razoável que supor que eventualmente isso tivesse sido conversado com V. Sª, ainda que para obter uma negativa de V. Sª.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não. Nunca ninguém conversou comigo sobre orçamento, como mecanismo de orçamento. Esse noticiário, tudo isso que estou vendo agora, estou vendo agora nos jornais. Mas eu não conhecia isso antes.

O SR. MÁRIO COVAS - O Sr. Cecílio do Rego Almeida, que é presidente de uma empresa...

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Da C.R. Almeida.

O SR. MÁRIO COVAS - ..., a C.R. Almeida, ele, vindo aqui na CPI, declarou que contribuiu, na campanha, com 700 mil dólares no primeiro turno e, depois da eleição, com mais 190 milhões de cruzados novos, totalizando um milhão de dólares. Essa contribuição foi feita por seu intermédio?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Foi.

O SR. MÁRIO COVAS - Foi feita por seu intermédio?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Foi feita por meu intermédio.

O SR. MÁRIO COVAS - E corresponde a um milhão de dólares?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu não tenho esse número bem preciso, mas, no momento em que eu apresentar essa relação, nós vamos apresentar o volume que foi dado.

O SR. MÁRIO COVAS - A quem V. Sª prestava conta dos recursos?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu simplesmente... aos... quando... muito temporariamente... sem muita normalidade, dizia ao Presidente: olha, eu arrecadei tanto e gastei tanto. Mais nada. Sem detalhamento, sem nada.

O SR. MÁRIO COVAS - E isso era feito a quem?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Durante a campanha, sim. Em 1990, depois de agosto de 1990, quando eu deixei de encontrar com ele, isso era feito através do Sr. Cláudio Vieira.

O SR. MÁRIO COVAS - Uma última pergunta. Não sei, acho que entendi mal.

Houve um instante em que entendi o Deputado Luiz Salomão falando do Sr. Luiz Calheiros Neto, e ao fazer referência o senhor já disse que não o conhecia, ou entendi errado?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não. Eu acho que não só foi V. Exª que entendeu errado.

Quando eu quis dizer que não conhecia, foram aqueles empresários que estavam ali falando que depuseram na Polícia Federal, invocando o meu nome; esses, eu não os conheço. O Sr. Luiz Calheiros, é claro que o conheço.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, eu agradeço.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Ao responder ao Senador Mário Covas, há instantes, o depoente mencionou que os seus direitos constitucionais estão acima do cumprimento do juramento de dizer a verdade na Comissão.

Sr. Presidente, o inciso II do art. 5º da Constituição, diz que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

Uma coisa é o Sr. Paulo César Farias, ou qualquer depoente, perante a CPI do Congresso, deixar de falar; uma coisa é silenciar, a outra coisa é, claramente, não dizer a verdade e dizer que isso é direito constitucional.

Sr. Presidente, eu avalio que é muito importante o esclarecimento, por parte da Mesa, sobre este ponto, porque senão qualquer futuro depoente poderá vir aqui e dizer que a Constituição garante que ele não diga a verdade, e eu não acho na Constituição qualquer ponto onde está explicitado que não é preciso cumprir o juramento prestado aqui por qualquer depoente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A Mesa vai resolver esse problema, para que não estabeleçamos um debate a respeito disto.

Há depoimentos em dupla situação: há depoimentos na situação de acusado e na situação de testemunha. Testemunha que presta compromisso de dizer a verdade tem que dizer a verdade a respeito de tudo aquilo que lhe tiver sido perguntado, porque senão estará cometendo um ilícito penal. Quem presta depoimento na condição de acusado, na verdade pode omitir, e não há, em nenhum local no Código Penal, a previsão de que possa dizer o que não é verdade, mas pode omitir no seu depoimento aquilo que entenda que possa prejudicá-lo.

Passo a palavra ao Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, Dr. Paulo César Farias, o meu desejo era apenas o de ensejar a V. Sª e família um Feliz Natal e um faustoso Ano Novo. Entretanto, formularei a V. Sª as seguintes perguntas. Se V. Sª se considera inocente com relação às irregularidades ocorridas no Governo do seu amigo Collor de Mello, inclusive com repercussão no Orçamento da União, para quem, incansavelmente, trabalhou na arrecadação de recurso.

Por que fugiu do Brasil?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Deputado, primeiro agradeço os votos.

Segundo, gostaria de explicar a V. Exª que nunca manuseei dinheiro público, não conheço nenhum mecanismo de como funcionava o Orçamento.

Fugi do País porque a hora era muito imprópria para me apresentar; segundo, à prisão que me foi efetuada, logo em seguida o Tribunal Federal de Brasília, por unanimidade, disse que ela não era apropriada.

O SR. COSTA FERREIRA - Se V. Sª sabe informar ou decifrar o que significam as palavras, até certo ponto carinhosas, de tio e pai, muito constantes nas petições dos relatórios apreendidos no escritório da Odebrechet, cujas menções eram de pessoas de extraordinários poderes decisórios, que gravitavam em torno do Presidente Collor, seu amigo de todas as horas, era V. Sª e o Sr. Presidente?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Desconheço totalmente a que se refere essas palavras, até porque V. Exª tem conhecimento de que meu nome jamais foi citado por alguma testemunha, ou nos computadores da empresa Odebrechet.

O SR. COSTA FERREIRA - Se V. Sª sabe informar porque os recursos oriundos de emendas aprovadas no Orçamento da União, quando contingenciados para serem liberados... Qual era a técnica, haja vista que eram autorizados apenas para parlamentares que apoiava o Governo do seu amigo Collor de Mello? Por que tão aberrante discriminação?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Já respondi a V. Exª que desconheço totalmente isso.

O SR. COSTA FERREIRA - V. Sª declarou que nenhum empresário ajuda políticos sem que vise auferir vantagens futuras. Considerando-se tal afirmativa, será que não estaria havendo um equívoco de V. Sª quando afirma que não trabalhou com dinheiro público e sim com o privado, quando é público e notório que as empresas que ajudaram, muitas delas foram contempladas com obras públicas de grande valor, até superfaturadas? Será que não estaria caracterizado o desvio de dinheiro público, em verdadeiro contraste com as declarações de V. Sª de que só usou dinheiro da iniciativa privada?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Deputado, uma coisa é receber dinheiro de uma empresa para uma campanha política. Isso é dinheiro privado, isso não é dinheiro da Nação. Segundo, nunca negociei com alguém que desse dinheiro para campanha a troca, o favor. Ninguém nunca me pediu nada, e nem eu nunca prometi nada.

O SR. COSTA FERREIRA - Agradeço a V. Sª.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O Senador José Paulo está inscrito, mas não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Paulo César Farias, V. Sª sempre falou que o dinheiro seria para eleger uma bancada. V. Sª elegeu uma bancada?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Alguns foram eleitos, outros não.

O SR. MORONI TORGAN - Os nomes, logicamente, V. Sª vai dizer no Supremo.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Perfeitamente.

O SR. MORONI TORGAN - Então seria a bancada de Paulo César Farias?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não. Bancada do Presidente Collor.

O SR. MORONI TORGAN - V. Sª falou que não conhece de orçamento, mas, no entanto, todas as suas consultorias eram no âmbito do orçamento.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Isso está afirmando V. Exª.

O SR. MORONI TORGAN - Estou lhe perguntando, não estou afirmando.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Então, me desculpe. E quero dizer a V. Exª que falar para uma empresa que ela deve desviar os seus trabalhos para o exterior, porque o mercado brasileiro não vai ter obra, não tem nada que ver com o Orçamento.

O SR. MORONI TORGAN - Não; mas segundo as declarações do empreiteiro, não é do exterior só, não; eram daqui.

Segundo o Sr. Pedro Collor, no depoimento que deu, suas atividades são diretamente ligadas à liberação de verbas, oriundas do Orçamento. Está certo nesse sentido?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - V. Exª sabe que o Sr. Pedro Collor é um irresponsável. Então, a palavra de irresponsável ninguém responde.

O SR. MORONI TORGAN - Mas V. Sª falou que os empreiteiros buscam apoiar políticos no sentido de se aproximarem do poder. É verdade isso?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu não disse os empreiteiros, eu disse os empresários.

O SR. MORONI TORGAN - De modo geral.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - De modo geral. No meio dos empresários estão os empreiteiros...

O SR. MORONI TORGAN - Estão os empreiteiros.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS -...como estão os banqueiros, como estão as multinacionais que não são americanas.

O SR. MORONI TORGAN - Quem era o intermediário entre esses empresários/empreiteiros e o poder, na sua época?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Desconheço, desconheço total intermediação.

O SR. MORONI TORGAN - Eles não iam a V. Sª nesse sentido?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Absolutamente, não.

O SR. MORONI TORGAN - V. Sª reconhece que algumas vezes usou fantasma, inclusive, colocou aqui essa hipótese. É verdade?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Contas de campanha, eu não chamaria de fantasma, não; contas de campanha.

O SR. MORONI TORGAN - Em nomes de pessoas que não existem?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Perfeitamente.

O SR. MORONI TORGAN - Está certo isso?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Está certo.

Na Inglaterra, por exemplo, isso é normal; é da lei inglesa.

O SR. MORONI TORGAN - Na nossa o uso de fantasma não é normal.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Na nossa, não. Mas há quatro milhões de contas no Brasil; não foram só as nossas.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor já fez os cálculos?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, isso foi dito pelo Diretor de Fiscalização do Banco Central, perante o Supremo Tribunal Federal.

O SR. MORONI TORGAN - Por favor, me diga uma coisa acerca desse problema de fantasmas.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sim.

O SR. MORONI TORGAN - Eu não sei...

Sr. Presidente, a agenda original, aquela que o Deputado Salomão apresentou, está aqui? Eu tirei uma xerocópia, mas gostaria de saber se temos a original. A agenda original que o Deputado Salomão apresentou, ela ainda está aqui na Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, porque ele tinha que devolver. Mas parece que se apressou em devolvê-la.

O SR. MORONI TORGAN - De qualquer jeito, deve estar lá com o delegado e eu tenho uma cópia que foi tirada. Eu gostaria que o Sr. Paulo César pudesse reconhecer para nós essa cópia. (Pausa)

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Isso eu já tinha visto. O que é que V. Exª quer saber?

O SR. MORONI TORGAN - Se essas são informações que o senhor colocou na agenda.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu vou silenciar, não vou responder a V. Exª.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor vai silenciar como testemunha?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Vou. Eu tenho esse direito também. Lembre-se que eu sou um acusado, que eu estou **sub judice**.

O SR. MORONI TORGAN - Aqui o senhor é testemunha.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ele tem o direito de silenciar.

O SR. MORONI TORGAN - Tem direito de silenciar?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem o direito de silenciar.

O SR. MORONI TORGAN - Poderiam me trazer de vota, por favor, já que o depoente silenciou?

De qualquer forma, V. Sª já não tinha silenciado anteriormente; já havia dito que a agenda era sua; só nesse momento dessas páginas o senhor resolveu silenciar. E, talvez, eu saiba por quê: Porque nos chegou uma informação por um cidadão brasileiro que mora nos Estados Unidos - informação essa que queremos depois checar, porque chegou por vias oficiosas - sobre uma inscrição que está nessa agenda: o nome John Burnet. O senhor conhece esse cidadão?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor não conhece esse cidadão?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não.

O SR. MORONI TORGAN - O interessante é que, junto com a informação que chegou a mim e ao Deputado Robson Tuma, chegou uma ficha de cadastro bancário onde o Sr. John Burner tem uma conta e essa conta é abonada pelo Sr. Paulo César Farias. Eu gostaria de saber se identifica esta assinatura.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Excelência, isso não é assunto da CPI. Não vou responder.

O SR. MORONI TORGAN - Sem dúvida nenhuma, é; sem dúvida nenhuma, porque o povo brasileiro quer saber quem participou dos ilícitos do Orçamento e principalmente onde foi parar esse dinheiro do Orçamento, e infelizmente nós temos poucas indicações nesse sentido. E nesse sentido isso se faz de vital importância. Por isso, eu gostaria que o senhor reconhecesse como sua ou não essa informação.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Já disse que vou silenciar, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A pergunta é pertinente. Está mantida. Se V.Sª quiser silenciar, é seu direito, mas no caso está apenas lhe perguntando se uma assinatura é sua ou não.

O SR. MORONI TORGAN - Exatamente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não, não é minha a assinatura. Essa foi fabricada.

O SR. MORONI TORGAN - Isso, a CPI, tenho certeza, investigará; porém a letra que nós vemos aqui é a mesma letra que está na sua agenda. Então, fica difícil dizer o contrário.

O senhor tem conta em quantos bancos no exterior? Ou teve conta em quantos bancos no exterior? E, se possível, gostaria que o senhor pudesse nominá-los, pois que é na mesma linha da pergunta.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Senador, isto é um assunto particular; eu gostaria de não informar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nós precisamos ter o cuidado, Deputado Moroni, de fazer com que as perguntas sejam muito claramente ligadas à questão do Orçamento; senão o depoente dirá sempre que é uma questão particular da qual ele não abre mão. Nós compreendemos que a sua pergunta não foi feita de graça; ela deve ter uma amarração lá adiante. V. Exª poderia explicar à Mesa a razão da pergunta sobre as contas no exterior?

O SR. MORONI TORGAN - Pois não, Sr. Presidente.

Nós temos várias denúncias de vários empresários que dizem que, ao ganhar verbas do Orçamento, davam uma porcentagem para o Sr. Paulo César Farias. E essa é uma denúncia que vincula as contas do Sr. Paulo César Farias ao dinheiro desviado do Orçamento. Nesse sentido e como nós não sabemos onde está este dinheiro, seria de vital importância que percorrêssemos esse caminho para que pudéssemos resgatar parte desse dinheiro de novo para ações sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, eu talvez eu possa dar uma sugestão para sairmos do impasse.

O SR. MORONI TORGAN - Sem dúvida nenhuma será acatada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Luiz Salomão fez uma proposta de, depois da convocação - só poderia ser depois desta convocação - haver uma acareação. E o Dr. Paulo César Farias, como depoente, respondeu - eu estava aqui na Presidência - que, convocado pela CPI, ele não teria dúvida nenhuma de ser acareado. Como V.Sª diz que dispõe de várias informações de empresários, então o momento oportuno provavelmente seria nessa acareação.

O SR. MORONI TORGAN - Apesar do fato de ser uma pergunta simples: em quais bancos tem conta no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas a pergunta é simples e respostas, comprometedoras.

O SR. MORONI TORGAN - Porque tem conta em banco no exterior?

É porque eu tenho um outro documento do Comercial Bank of New York, onde também aparece uma ficha cadastral com a sua assinatura - pelo menos supostamente sua assinatura -, seu nome também nesse sentido. Esse uso de fantasmas, o senhor só o fez aqui no Brasil ou também fazia no exterior?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu nunca tive conta no exterior, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor nunca teve contas no exterior?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Tenho somente uma conta, declarada no Imposto de Renda, em Paris. Pode pegar o Imposto de Renda.

O SR. MORONI TORGAN - Só em Paris e em lugar nenhum mais o senhor teve conta no exterior?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Em lugar nenhum mais. Está respondida a sua pergunta.

O SR. MORONI TORGAN - Eu agradeço a sua resposta. Os documentos são contrários à sua resposta; tenho certeza de que precisamos investigar nesse sentido e talvez possamos pegar, então, o fio da meada desse dinheiro que foi para fora do Brasil e que infelizmente não ficou aqui. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Presidente Passarinho, posso fazer uma colocação a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Gostaria de lembrar ao Deputado que foi contratada uma empresa internacional para verificar no mundo inteiro onde estavam os supostos recursos. E essa empresa não descobriu o nosso recurso, nossa conta em qualquer lugar do mundo. O Congresso Nacional gastou cem mil dólares com essa companhia - **Krall International** - para que dissesse exatamente isso.

O SR. MORONI TORGAN - Tenho certeza, Sr. Presidente, de que o Governo americano estará interessado em nos informar sobre este problema, porque constatar-se o uso de fantasmas nos Estados Unidos será crime de conspiração, que consideram de alta relevância e de alta periculosidade para a sociedade e a comunidade americana.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. Muito obrigado.

Tem a palavra a Deputada Maria Luíza.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, só nessa direção, quem sabe para economizar futuros gastos para a Justiça brasileira, gostaria de fazer uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª poderia talvez perguntar como, se o depoente não tem conta no exterior, os gastos que durante cinco meses foram feitos no exterior foram pagos. Por exemplo, a diária de 600 dólares do Hotel em Bangcoc, se ele poderia indicar a fonte desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. A pergunta está feita por solicitação. Mas não estou percebendo o escopo da nossa CPI com a pergunta; por isso falei com o Deputado Moroni. Mas se V. Sª quiser responder...

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sr. Presidente, recuso-me a responder, porque este é um assunto inteiramente privado meu; eu não gostaria de responder.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Maria Luíza Fontenelle, Deputado Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. membros da CPI, considero até agora muito esclarecedor o depoimento do Dr. Paulo César Farias. Diria ainda, Sr. Presidente, que o objetivo desta CPI é investigar, descobrir e constatar que, por trás dos anões do Orçamento, se encontram gigantes que agora começam a vir à luz. O depoente estudou em seminário e não é propriamente alheio à filosofia. Sabe que Hegel dizia que a verdade está no todo. Não se consegue compreender um fato sem circunstanciá-lo na conjuntura na qual ele se desenvolve.

V. Sª aqui se apresenta como financista de campanha, como tesoureiro de uma campanha vitoriosa: a campanha para a Presidência da República do ex-Presidente Fernando Collor. No entanto, Dr. Paulo César, a campanha encerrou-se em 1989. V. Exª era o tesoureiro da campanha daquele candidato à Presidência. Posteriormente, como mostra sua agenda, V. Sª teve contatos com empresários tais como Roberto Marinho, do Grupo Roma, ODEBRECHT, Olacyr de Moraes, José Safra, representantes da Mercedes Benz, da Autolatina, já participando de uma outra campanha de arrecadação de fundos. No segundo semestre de 1990, o senhor era um homem no seu apogeu. É notório, inclusive, a sua **performance** na festa de aniversário do ex-Presidente Fernando Collor em agosto de 1990, quando dançou a famosa valsa aplaudida pelo mais elevado círculo da República e aplaudida, inclusive, pelo próprio Presidente Fernando Collor de Mello.

Pois bem, segundo dados apurados pela CPI que levou o seu nome, reconhecidos agora pelas empresas como contribuições para campanhas eleitorais, no dia 16 de junho o senhor recebeu da Andrade Gutierrez 658 mil dólares; no dia 24 de agosto, 560 mil dólares da Odebrecht; no dia 29 de agosto, mais 570 mil dólares da Odebrecht; no dia 15 de setembro, 647 mil dólares da Andrade Gutierrez; no dia 17 de setembro, 1 milhão e 31 mil dólares da Odebrecht e assim por diante.

Esta era a quinta e a maior campanha de arrecadação de fundos - o senhor vem de campanhas anteriores - que o senhor fez para a campanha Collor.

Perguntamos: por que o senhor continuava? O objetivo não era apenas o de eleger o Presidente? Achamos que não. Era preciso eleger, como o senhor disse, Governadores; criar uma base parlamentar, tudo isso para levar adiante os propósitos, as bandeiras de modernização e de mudança do País, defendidas pelo então Presidente Collor.

Era preciso mudar, por exemplo, a Constituição do País, adaptando-a à chamada modernidade. Mas ocorrem problemas a esta altura. O esquema sólido, o esquema monolítico começa a rachar, começa a haver fissuras nele.

No final de 90, o prestígio de Collor e o de V. Sª começam a ser abalados por denúncias vindas de dentro do próprio esquema, como é o caso da denúncia que foi feita pelo então Líder do Governo e depois candidato a Governador de Alagoas, Renan Calheiros, que passou a atacar primeiro V. Sª e, depois, o próprio Presidente Collor.

Percebe-se que é necessário achar novas formas para vencer obstáculos e continuar prosseguindo em busca dos objetivos iniciais. É aí, Dr. Paulo César, que queremos entender como se unifica o que há de comum, qual o elo de ligação, qual o nexo e qual a sintonia entre esse esquema superior de contatos com grandes empresários que V. Sª recebia em jantares, em reuniões e em confraternização e o esquema que foi montado depois aqui pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos.

O Governo se articula para o novo Orçamento da União. Esse Orçamento tem que ser entregue no Congresso até agosto.

Em abril, é nomeado o Sr. José Carlos Alves dos Santos.

Quando a proposta orçamentária é fechada, realiza-se a famosa festa de homenagem a José Carlos Alves dos Santos, no dia 21 de agosto - é interessante observar que o dia de glória de V. Sª ocorreu em agosto do ano anterior, e o dia de glória do Sr. José Carlos Alves dos Santos ocorre no agosto imediatamente posterior, de 91.

Para desvendar os mistérios, manda a boa regra de investigação que se pergunte a quem interessa o benefício, quem está interessado no caso em que tais medidas foram tomadas, como, no caso, a nomeação do Sr. José Carlos Alves dos Santos, principal homem da execução do Orçamento. E o Orçamento no nosso País, V. Sª tem clareza sobre o que representa, é a radiografia, é a elaboração, é a execução do Poder Econômico do Estado brasileiro.

Pois bem, essa nomeação é feita pelo Sr. Marcílio Marques Moreira, que era Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, que não conhecia e, ao que consta, não tinha qualquer esquema de ligação política mais profunda aqui no País. Ele vem dos Estados Unidos, nomeia o Diretor do Orçamento e só poderia nomear para um cargo dessa importância naturalmente com a anuência do Presidente da República. E sabe-se que nesses casos e nessa esfera o Presidente da República não tomava nenhuma decisão sem ouvir os sábios conselhos de V. Sª.

Queremos saber: que diferença havia entre o seu trabalho e o de José Carlos Alves dos Santos? A impressão que temos, Dr. Paulo César, é que o senhor cuidava dos grandes negócios, dos grandes esquemas, com os grandes empresários; e o Sr. José Carlos Alves cuidava e administrava a realização dos negócios com as obras já acertadas.

Para o senhor entender melhor a pergunta, vou lhe dar um exemplo desses negócios futuros: o senhor se encontrou, por exemplo, com o Dr. Roberto Marinho, verdade?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Acredito que sim.

O SR. ALDO REBELO - Com os Diretores da Odebrecht, com um dos donos do Banco Safra e do Grupo Itamaraty. Todos esses quatro citados estão envolvidos atualmente no esforço para mudar a Constituição brasileira e estão apostando nos bilhões de dólares da privatização das telecomunicações. Desconfio que devem ter discutido esses temas com V. Sª, que eram temas da modernização.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Deputado, nunca tratei desse assunto. Uma coisa... posso falar?

O SR. ALDO REBELO - Perfeitamente, Dr. Paulo César.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Gostaria que dizer a V. Exª que não se pode fazer nenhuma alusão do Sr. José Carlos dos Santos comigo, até porque em depoimento aqui nesta CPI ele disse que nunca me viu na minha e eu também nunca ouvi falar nesse cidadão. Vi esse cidadão, depois, nos jornais.

Segundo, o Ministro Marcílio Marques Moreira, em depoimento no Supremo Tribunal Federal, disse, de viva voz, que eu jamais telefonei para ele para lhe pedir algo.

Então, respondo a V. Exª essas duas indagações.

O SR. ALDO REBELO - Perfeitamente. Eu também não disse que V. Sª teve conhecimento, ou que foi citado, ou que se envolveu com o Sr. José Carlos Alves, o que estou querendo dizer...

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Mas como V. Exª citou o nome, como eu cuidava das grandes coisas, e o Sr. José Carlos das menores coisas, fiz questão de dizer a V. Exª isso.

O SR. ALDO REBELO - Perfeitamente. O que eu estou querendo dizer e o que a realidade faz saltar aos olhos, com muita evidência, é que havia e funcionava um grande esquema político, que tinha como centro o programa do Presidente Fernando Collor de "modernizar" a sociedade brasileira, que esse esquema tinha um pé nos contatos realizados por V. Sª, mesmo que esses assuntos não fossem tratados, mas qual seria o interesse, por exemplo, desses grupos em eleger uma bancada parlamentar, simplesmente por amizade pessoal a um deputado ou a outro?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu não sei. Que interesse eles tinham, nunca discutiram comigo.

O SR. ALDO REBELO - Mas V. Sª admite que eles tinham esses interesses? Que eles tinham simpatia pela orientação econômica, política, pelas linhas gerais do programa do Presidente do Fernando Collor.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - E que era um excelente programa, Deputado.

O SR. ALDO REBELO - No entendimento de V. Sª, naturalmente.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Sim.

O SR. ALDO REBELO - Em um outro pé, Dr. Paulo César, desse esquema, que era o pé mais embaixo, diria o seguinte: V. Sª tratava com os "gigantes" e o Dr. José Carlos Alves tratava com os "anões".

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não gostaria que V. Exª fizesse esse tipo de comparação, porque não tem nada a ver uma coisa com a outra. Trabalhei em campanha política exclusivamente. Nunca mexi com Orçamento, não sei o que é isso, nunca tratei com ninguém, não conheço nenhum dos políticos pretensamente aqui acusados, só de nome. Então, essa é a verdade.

O SR. ALDO REBELO - Gostaria de perguntar ainda a V. Sª se no caso dessas campanhas de arrecadação de fundos, promovidas entre o grande empresariado, e V. Sª aqui citou, inclusive polemizou com o Deputado Mercadante a respeito da necessidade da liquidação do Estado, de que o Estado é gigantesco etc., ou seja, os "gigantes" devem existir apenas na esfera privada: os grandes bancos, com os quais V. Sª tratou e financiou, de maneira generosa, a campanha do Presidente Fernando Collor, as grandes empreiteiras, os grandes grupos privados internacionais, como as montadoras. Nesse caso, V. Sª haverá de admitir, até porque é um homem inteligente e também ainda dominado pelo bom senso, que esses grupos só poderiam, além de almejar, além de aspirar à realização do programa

econômico do Presidente Collor, que incluía mudança na Constituição, tanto é que ele mandou várias emendas, chamado "Emendão", para alterar a Constituição do País, esforço esse que procede naturalmente com esses Deputados que se beneficiaram desses recursos para fazer a atual Revisão da Constituição, é bom que V.Sª que aquilo que V. Sª defendeu e pelo que lutou para arrecadar dinheiro continua em curso. V. Sª pode ter saído do esquema, dos objetivos, do movimento, mas o movimento continua em curso, inclusive alimentado, naturalmente por meio dos mandatos dos que se beneficiaram desses recursos, com o trabalho que V. Sª promoveu, com o esforço que V. Sª promoveu, com os serviços que V. Sª prestou a esse esquema de alterar com esse dinheiro, Dr. Paulo César, a Constituição do nosso País.

E aqui o Dr. José Carlos Alves fez a outra parte, montou, quando guindado a assunção de Diretor do Orçamento da União, junto ao Poder Legislativo, com a participação do Poder Executivo, esse esquema. E V. Sª, naturalmente, poderia ajudar a esclarecer, mesmo que não tenha...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho. Faz soar a campainha)

O SR. ALDO REBELO - ... estou concluindo, Sr. Presidente, ... tenha sido tratado diretamente com V. Sª e mesmo que tivesse sido duvido que V. Sª fosse aqui admitir - como era que essas empresas - V. Sª pode falar isso como um observador que acompanhou tudo de maneira tão próxima -, como se montava a influência dessas empresas e desses grupos privados na elaboração e na retaliação do Orçamento da União?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Deputado, já respondi a V. Exª uma vez, vou responder novamente.

Eu desconheço totalmente esse assunto. Muito obrigado.

O SR. ALDO REBELO - É uma pena. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado.

Tem a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dr. Paulo César Farias, não usei da prerrogativa de falar ao início e faço-o agora para formular poucas perguntas, objetivas e que dizem respeito ao trabalho desta CPI, ao trabalho atual desta CPI e que até posso adiantar, para V. Sª entender melhor as perguntas, é o trabalho que nós estamos fazendo de interpretação, de decodificação de papéis de empresas onde há referências a empreiteiras, referências a obras, referências a percentuais, referências, inclusive, a percentuais que não se sabe ao certo, ainda, a que se referem.

Então, eu vou me dirigir principalmente ao empresário e ao homem que foi gerente, foi tesoureiro em duas campanhas políticas.

Creio que, partindo das inquirições do nobre Senador Mário Covas, parece que já ficou assente, aqui, que as empresas, antes da lei que proibiu o cheque ao portador, e antes, naturalmente, da lei que ainda não foi aplicada, mas que está em vigor, e que permite, legaliza as doações eleitorais, as empresas se utilizavam de cheque ao portador a fim de fazer suas doações, evidentemente que cheques ou dinheiro, não é? Não o fazia por nenhum meio que pudesse registrar e certificar aquela doação.

E eu perguntaria o seguinte: na prática, pelo que o senhor viu, pelo que V. Sª já viu, essas empresas faziam esses pagamentos e elas, internamente, faziam algum registro, algum controle?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Deputado, vou explicar a V. Exª com todos os detalhes.

Na eleição de 89, eu nunca recebi nada que não fosse ao portador: cheques ao portador, títulos ao portador ou dinheiro vivo, espécie.

Como é que funcionou isso em 90? Acabaram-se os títulos ao portador, cheques ao portador.

Em 90, nós fazíamos assim: nós tínhamos uma conta de avião, por exemplo, nós tínhamos uma conta da gráfica, nós tínhamos uma conta da locadora, nós tínhamos a conta da pesquisa, nós tínhamos a conta do acompanhamento político, de assessoria política e assim sucessivamente.

Nós levávamos a essas empresas essas contas e as empresas emitiam cheques nominais às empresas fornecedoras, não delas, empresas, mas fornecedoras de campanhas políticas.

Então, essa prática está errada. Isso será glosado pelo Imposto de Renda.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim, se o Imposto de Renda descobrir, evidentemente.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Se descobrir será glosado, porque aquela despesa não era inerente à companhia, era inerente a uma candidatura tal ou qual.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perfeito.

Mas o meu interesse maior, Dr. Paulo César, é saber internamente como essas empresas registravam essas saídas?

No caso que o senhor acabou de falar, ela ficava com a fatura.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - É evidente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Está certo?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - É evidente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas antes disso? Ou mesmo nos casos... porque V. Sª está falando de um processo que deve ter sido largamente usado, mas não foi o único, porque, às vezes, é preciso dinheiro, realmente, não é isso?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Veja, eu não acredito que eles registravam ou não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Falou o Senador Mário Covas no caixa 2. Ele esclarece que V. Sª assentiu.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - É verdade porque, se o pagamento era feito ao portador, realmente a atitude da Ministra Zélia em acabar com os títulos ao portador não foi outra coisa senão para evitar o caixa 2, para diminuir. Evitar não existe, todo mundo faz caixa 2 no Brasil. Só quem não faz caixa 2 são as empresas multinacionais, mas o resto todo o mundo faz. Isso é público e notório, é conhecidíssimo.

Acredito que na campanha de 89 esses recursos eram provenientes de caixa 2 porque eram em títulos ao portador e às vezes em dinheiro em espécie, quer cruzeiro, quer dólar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, esses registros V. Sª acha que ficavam por muito tempo, eles depois incineravam, ou mantinham nos seus estabelecimentos, ou passavam à residência de alguém de confiança?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Deputado, aí é difícil responder isso porque cada companhia tem o seu sentimento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Seria conjecturar?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Seria conjecturar. Tem sua maneira de operar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Vou fazer agora uma pergunta que também tem um pouco de conjectura, mas que acho que essa V. Sª vai responder por uma questão apenas de experiência.

Aqui veio um diretor de uma grande empreiteira e declarou que aqueles papéis que lhe foram exibidos pertenceram a um diretor, foram apreendidos, os percentuais que estavam ao lado de nomes de parlamentares, e também linearmente ligados a emendas e obras, não eram propinas, mas sim estudos para futuras doações a esses parlamentares, a esses políticos um ano na frente ainda.

Com toda sua experiência, o senhor viu alguma vez alguma empresa, algum empresário planejar com um ano de antecedência as pessoas que iriam doar, fazer doações eleitorais, inclusive, já cogitando de percentuais?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Nunca vi essa prática.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nunca viu e nem sabe que alguém jamais...?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Nunca.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Agora, Dr. Paulo César, não quero fazer nenhuma pergunta sobre suas empresas nem nada disso que já foi aqui dito, quero apenas sua experiência.

Quanto a esse inter-relacionamento entre o poder público, as grandes empresas, não somente as empreiteiras, os políticos, o senhor acha que isso vem de longe ou isso é uma prática mais recente no Brasil?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Digo até a V. Exª que acho que o período áureo disso foi o regime militar.

Se V. Exª verificar o crescimento dessas empresas, é uma coisa alucinante. É impressionante como essas companhias cresceram porque elas sempre receberam de mão beijada grandes obras do Governo. É uma verdade que existe há séculos, séculos e séculos. E enquanto houver a presença do Estado na economia, isso não vai acabar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Considerando que esta CPI tem a relevante missão de identificar e desarticular esquemas entre agentes políticos do Legislativo e do Executivo, empresas interessadas em contratos ou em fornecimentos ao Governo, V. Sª avalia que esse é um trabalho factível ou acha que essas estruturas são tão bem urdidas e tão bem colocadas na penumbra que, dificilmente, o Estado brasileiro vai conseguir desvendá-las?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Eu analiso o seguinte: quando se trata do relacionamento cliente/fornecedor, é eminentemente uma coisa difícil de se aproximar. Porque, o empreiteiro - vamos falar do empreiteiro -: o Estado é o cliente, a prefeitura é o cliente, a estatal é o cliente. Então, o cliente, para eles, é com quem eles têm que tratar. E este trato é um trato diário, diuturno, sempre, constante. E é nesse trato que eu acredito que as coisas acontecem. Esta é a grande verdade. Esta que é a grande verdade.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não. Vou fazer a última pergunta a V. Sª.

Nós sabemos que há muitas formas de o fornecer ou de o empreiteiro se insinuar e criar uma clientela e assegurar, vamos dizer assim, um monopólio ou um quase monopólio de serviços de obras. Pergunto o seguinte: na sua visão, além das chamadas concorrências programadas, fraudulentas, direcionadas para um só, de que outros meios, hoje, ainda se utilizam empreiteiros e agentes do Poder Público para fraudar a lei e direcionar recursos públicos?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - É difícil responder a V. Exª porque nunca tratei com eles desse assunto. Eu não sei como eles praticam isso.

Agora, fala-se muito nos preços, que os preços são superfaturados. Em compensação eles se defendem, dizendo que o Estado não paga, não paga em dia, essa é a razão por que os preços são muito caros, e assim sucessivamente... É um emaranhado muito profundo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dr. Paulo César, já tivemos algumas perguntas que V. Sª pôde esclarecer, pelo conhecimento que tem como empresário, do relacionamento das empresas. Temos visto algumas coisas aqui na CPI, alguns nomes, algumas siglas. Será que V. Sª poderia ajudar-me a identificar o que é que numa empresa em geral se escreve "caf"?

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Caf?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - C-A-F.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não sei, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não tem idéia.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Não tenho idéia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu lastimo ter tido a primeira oportunidade de encontrá-lo e não receber a sua lição.

O SR. PAULO CÉSAR CAVALCANTE FARIAS - Oh, Senador, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14hrs53min)

Depoimento do Sr. Deputado Messias Góis

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Srs. membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, iniciamos hoje a nossa reunião para ouvir o nobre Deputado Messias Góis.

O Sr. Vice-Presidente fará as perguntas de estilo.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

O SR. MESSIAS GÓIS - Manoel Messias Góis.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. MESSIAS GÓIS - Cinqüenta e dois anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. MESSIAS GÓIS - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. MESSIAS GÓIS - Em Brasília, na SQS 311, bloco B, apartº 601. Em Aracaju, Sergipe, na Rua Joaquim Góis, 88, apartº 802.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. MESSIAS GÓIS - Advogado.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar onde exerce atividades?

O SR. MESSIAS GÓIS - Atualmente não advogo, porque sou Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Fiquemos de pé para o compromisso.

Não começo o compromisso antes que estejamos todos de pé.

Por obséquio, Deputado.

O SR. MESSIAS GÓIS - "Juro dizer a verdade, somente a verdade do que sei e do que me for perguntado."

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Messias Góis, V. Exª terá à sua disposição o máximo de uma hora para uma exposição que deseje fazer. Fica inteiramente a seu critério.

O SR. MESSIAS GÓIS - Não farei exposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

Eu digo muito obrigado aqui e é só um agradecimento, não pelo fato de não fazer a exposição.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ilustre Deputado Messias Góis, V. Exª chegou à condição de Presidente da Comissão Mista de Orçamento no ano de 1991, quando da elaboração do Orçamento de 92.

Eu pergunto: V. Exª já tinha antes tido alguma experiência de integrante da Comissão de Orçamento?

O SR. MESSIAS GÓIS - Nobre Deputado Roberto Magalhães, eu acho que há um equívoco de V. Exª.

Em 91 eu era apenas membro da Comissão, não era Presidente. Eu fui Presidente da Comissão de Orçamento de 92 para 93.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quando o Senador Mansueto era Relator, então?

O SR. MESSIAS GÓIS - Quando o Senador Mansueto de Lavor foi Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perfeito.

O SR. MESSIAS GÓIS - Agora, quanto à experiência anterior de Orçamento, quero dizer à V. Exª e à Comissão que pelo fato de eu haver sido Secretário-Geral da Prefeitura de Aracaju, e, no caso, coordenava todo o processo da Prefeitura, eu tive e fui obrigado a conhecer sobre orçamentos, os da Prefeitura de Aracaju, e também, quando tive a honra de ser Líder do Governador João Alves na Assembléia Legislativa, comandei, durante dois anos, o processo orçamentário na Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe. E, posteriormente, como Vice-Presidente da Assembléia, também participei da elaboração orçamentária naquele Estado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, Deputado, como membro apenas integrante da Comissão, o senhor, sem funções específicas, por quantos anos participou da Comissão?

O SR. MESSIAS GÓIS - No ano de 1990, para o Orçamento de 91, eu, durante quinze dias, aproximadamente, fiz parte do Orçamento, por indicação, se não me engano, do Líder José Lourenço, à época. Já estava sendo votada a redação final do Orçamento de 90 para 91.

No Orçamento de 91 para 92, eu fui designado pelo Líder do meu Partido, Deputado Ricardo Fiúza, quando, naquela época, se discutia a elaboração do Regimento Interno da Comissão de Orçamento. Era Presidente o Senador Ronaldo Aragão.

Eu fui designado, naquela ocasião, Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias e, posteriormente, quando da elaboração do Orçamento, eu fui designado Relator da Receita.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, V. Exª chegou a conhecer o Deputado João Alves como membro da Comissão?

O SR. MESSIAS GÓIS - Conheci o Deputado. Conheço e conheci o Deputado João Alves como membro da Comissão, inclusive.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E V. Exª... que depoimento daria a respeito do trabalho do Deputado João Alves na Comissão de Orçamento, sobretudo considerando o que consta das denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, publicada na revista **Veja**, edição de 20 de outubro deste ano?

O SR. MESSIAS GÓIS - *Sr. Deputado Roberto Magalhães, eu conheci o* Deputado João Alves na Comissão, como conheci outros Deputados.

Era um Deputado que trabalhava pelo Orçamento, tão-só se destacava pelo fato de trabalhar dentro da Comissão de Orçamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nunca notou qualquer atitude suspeita, que ele estivesse priorizando emendas de empreiteiras ou estivesse influindo decisivamente na aprovação e liberação de verbas destinadas a subvenções sociais?

O SR. MESSIAS GÓIS - Não, Sr. Relator Roberto Magalhães, pelo seguinte: na elaboração, *propriamente dita, do Orçamento* de 91 para 92 a participação do Deputado João Alves foi quase que nula, porque quando ele iria fazer o relatório geral ele foi substituído. Então o que constava, na realidade, eram as peças autônomas de 62 ou 72 relatores parciais , então não havia acontecido ainda a sistematização que pudesse permitir que o Deputado João Alves trabalhasse o relatório geral.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então V. Exª, chamado a se pronunciar sobre as denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, em relação ao Deputado João Alves e aqueles que o cercavam, daria um depoimento a favor do Deputado João Alves?

O SR. MESSIAS GÓIS - Eu seria a favor a quanto desconheço qualquer atitude do Deputado João Alves em relação àquilo que o Sr. José Carlos Alves dos Santos denunciou.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então não era a favor do Deputado João Alves, mas seria contra as denúncias pela não procedência das mesmas.

O SR. MESSIAS GÓIS - Diria que só seria a favor das denúncias se me for provado , de modo bem consistente, a procedência delas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª, como Deputado, independentemente de participar da Comissão de Orçamento, encontrou dificuldades na obtenção de subvenções sociais?

O SR. MESSIAS GÓIS - Deputado Roberto Magalhães, quando o Deputado Ricardo Fiúza, assumiu o Ministério, levei a S. Exª um problema sério que Sergipe estava vivendo na época e que está vivendo hoje, o problema da seca. E em Sergipe, como em muitos Estados do Nordeste, as prefeituras são a grande guarida das populações mais pobres. Então mostrei a S. Exª que uma série de prefeituras do Estado de Sergipe estavam precisando de apoio. S. Exª então autorizou e algumas prefeituras do Estado de Sergipe receberam recursos a título de subvenção social. *Mas tão- somente prefeituras municipais.*

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Somente na área atingida pela seca?

O SR. MESSIAS GÓIS - Na área atingida pela seca do Estado de Sergipe.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª tem participação na Rádio Imperatriz dos Campos Ltdª, em Tobias Barreto, em Sergipe?

O SR. MESSIAS GÓIS - A Rádio Imperatriz dos Campos , em Tobias Barreto, foi solicitada por mim, como Deputado, mas não tenho qualquer participação nela. Ele pertence a um controle acionário, se não me engano, do Sr. Roberto Alves e outras pessoas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer, certamente V. Exª conseguiu o canal e um grupo particular...

O SR. MESSIAS GÓIS - Essa rádio foi uma solicitação do Sr. Roberto Alves que é irmão do Governador do Estado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Do atual Governador?

O SR. MESSIAS GÓIS - Sim.

Não sei se ele ainda mantém o controle acionário dessa rádio.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª, em algum tempo, solicitou serviços do Sr. Normando, da SERVAZ, para liberar verbas?

O SR. MESSIAS GÓIS - Quando era Ministra, a Srª Margarida Procópio, depois de umas oito ou nove audiências, fiz ver à S. Exª de que eu não havia conseguido nenhuma dotação para os municípios que eu representava aqui no Congresso Nacional.

Então a Ministra me autorizou a mandar elaborar projetos para umas quatro ou cinco prefeituras para a liberação de recursos na área de saneamento.

Como não sou engenheiro, sou advogado, solicitei a elaboração dos projetos técnicos e lá no meu escritório,que é a sede do PFL, em Sergipe, arrecadei uma série de papéis, documentos necessários à apreciação de projetos. E aqui, como não entendo de encaminhamento de projetos, encontrei, num determinado dia, o Sr.Normando, no restaurante do 10º, onde ele sempre almoça, e pedi que me fizesse uma revisão desses projetos para ver se estava tudo **ok.**

Ele fez a revisão, retirou o que era desnecessário, entregou-me o restante e eu encaminhei à Ministra Margarida Procópio. No entanto, quero dizer a V. Exª, Deputado Roberto Magalhães, que nenhuma dessas dotações foram liberadas porque fui informado pela Ministra e pelo Dr. Walter Anichino, se não me engano, que respondia pelo saneamento, que teve de atender a um pleito maior de Estado de Sergipe e foram canceladas todas as dotações solicitadas por mim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª tem conhecimento de uma matéria, uma reportagem publicada no **Jornal do Brasil** de 27 de outubro de 1993, que procura apresentá-lo como um homem de fortuna, um homem rico?

O SR. MESSIAS GÓIS - Li a reportagem. Uma primeira dizia que eu tinha um palacete construído numa fazenda que tenho, de trezentos e poucos hectares, e, no dia seguinte, dizia que eu tinha um rebanho, só de nelore, de duas mil cabeças de gado. Foi isso que li no **Jornal do Brasil.**

Quem me conhece em Sergipe, sabe que não sou um homem rico.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Isto é o que eu queria saber. V. Exª contesta?

O SR. MESSIAS GÓIS - Contesto.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Suplicy quer usar da palavra agora?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Deputado Messias Góis, dando continuidade a algumas das questões formuladas pelo Deputado Roberto Magalhães. V. Exª apresentou os ex-Prefeitos, de Capela, Manoel Cardoso Souza Filho, e Campo do Brito, José Carlos Ribeiro, ambos de Sergipe, ao Sr. Normando Leite Cavalcante, proprietário da SEVAL, para que este elaborasse os projetos de interesse daqueles Municípios e depois ficasse responsável pela liberação das respectivas verbas no Orçamento?

O SR. MESSIAS GÓIS - Senador Suplicy, eu não apresentei. O Sr. José Carlos é ex-Prefeito de Campo do Brito, e Manoel Cardoso Filho é ex-Prefeito da Capela. Foram esses projetos que eu falei com o Deputado Roberto Magalhães e tinha mais dois ou três projetos que foram elaborados e eu, pessoalmente, trouxe essas minutas de projeto para Brasília; o Sr. Normando examinou-as, devolveu-me; não houve nenhum contrato desses Prefeitos com o Sr. Normando, e fui que dei entrada diretamente nos projetos e as dotações não foram liberadas.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Exª mencionou há pouco que, não sendo especialista em projetos, teria procurado o Sr. Normando Leite Cavalcante, a quem houvera conhecido no restaurante da Câmara dos Deputados, para que ele ajudasse na elaboração de projetos. Correto?

O SR. MESSIAS GÓIS - Não foi isso que eu disse, Senador. Eu disse que elaborei, chamei alguém para mim, lá em Sergipe, para elaborar tecnicamente; sendo um projeto de saneamento, precisaria alguma parte de engenharia, e não entendo de engenharia. Na parte de documentação, posse do Prefeito, abertura de conta, esses negócios todos que precisam para formalizar o processo, essa eu fiz lá no meu escritório.

Agora, a participação do Sr. Normando foi apenas compulsar o processo para ver o que tinha a mais ou a menos, o que estava faltando, só isso, e ele me devolveu os projetos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Qual é o entendimento que havia entre V. Exª e o Sr. Normando Leite Cavalcante, precisamente?

O SR. MESSIAS GÓIS - Apenas eu sabia que o Sr. Normando tinha uma empresa que prestava assessoria; então, pedi a ele que me olhasse os projetos, sem nenhum compromisso financeiro, que não houve; não houve nenhum compromisso financeiro.

Então, ele examinou todos os projetos e, certamente, quando me devolveu, se tinha alguma coisa a mais, ficou no escritório dele.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas como V. Exª explica que no escritório da SEVAL, a mesma empresa que fazia as intermediações para o Deputado João Alves, foram apreendidos ofícios à Ministra Margarida Procópio, da Ação Social, de sete prefeituras de Sergipe, em procedimento semelhante ao que era feito por aquele parlamentar.

V. Exª não considera grave que um parlamentar apresente emendas indicando obras de infra-estrutura urbana e estradas vicinais para todas as cidades, para diversas cidades de Sergipe, para o Orçamento de 1992/1993, indicando para todos os Prefeitos destes Municípios a mesma SEVAL, para que esta se tornasse intermediária da liberação de verbas, sempre apresentando ofício ao respectivo Ministério, que ressaltava que "a Prefeitura, atendendo a orientação de seu representante no Congresso, Deputado Messias Góis" - este trecho está entre aspas - "vem muito respeitosamente requerer a V. Exª que se digne autorizar a concessão de cem milhões de cruzeiros para obras de esgotamento sanitário em nossa cidade".

Isto, por exemplo, num dos ofícios que era tipicamente.

Queria observar que o depoimento do ex-Prefeito, Manoel Cardoso Souza Filho, à Polícia Federal de Sergipe, informa que V. Exª o apresentou ao proprietário da SEVAL como autor do projeto e responsável pela liberação de verbas. Que V. Exª o orientou a pedir, em agosto de 91, cem milhões de cruzeiros para obras de saneamento básico. Semelhante depoimento foi dado pelo Prefeito José Carlos Ribeiro, que assinou uma série de papéis em branco dentro do Diretório do PFL, em Aracaju. Também os Prefeitos de Frei Paulo, Pinhão, Japoatã, Nossa Senhora das Dores, São Miguel do Aleixo e Carira prestaram depoimento de teor semelhante.

O SR. MESSIAS GÓIS - Senador Eduardo Suplicy, V. Exª confundiu alguma coisa aí. Porque V. Exª falou do Orçamento de 92 para 93 de estradas vicinais com dotações para saneamento. É o que eu disse ao Deputado Roberto Magalhães, eu pedi recursos para saneamento básico à Ministra Margarida Procópio. Ela então me autorizou a elaborar um projeto de lei de cento e vinte milhões de cruzeiros para saneamento básico em quatro ou cinco cidades. Em quatro ou cinco cidades. Eu me responsabilizei pela elaboração do projeto. Solicitei dos prefeitos a documentação necessária. Como eu não entendo da elaboração de projeto com aquelas exigências burocráticas, pedi ao Sr. Normando que visse esses projetos. Eventualmente um ou outro prefeito visita Brasília e procura o Deputado. E como quer a liberação dos seus recursos, quer saber em que estágio está o projeto. Devo ter encontrado, num dia qualquer aqui, em Brasília, o Sr. Normando, e estando acompanhado de alguns desses prefeitos, devo ter-lhes dito: "Esse é o rapaz que examinou o projeto".

Agora, o acompanhamento junto ao Ministério da Ação Social foi meu, pessoalmente. Acompanhei toda a tramitação, até o dia em que o Sr. Walter Anichino me disse que não poderia liberar nenhum dos recursos solicitados, porque precisava atender a um pleito maior, feito pelo Governador do meu Estado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O Delegado Aldo Lima de Nascimento, da Polícia Federal, assinalou que muitos ex-Prefeitos se confundiram ao explicar em que gastaram o dinheiro. Houve uma avalanche de verbas durante a gestão da Ministra Margarida Procópio. Visitamos as cidades e, em alguns casos, ruas que deveriam estar pavimentadas, contudo, suas obras não tinham sido realizadas, conforme declarou ao **O Globo**, em 7 de novembro passado.

Esses desvios tão comuns se agravaram, em boa parte graças à modificação feita na Lei de Diretrizes Orçamentárias, proposta por V. Exª, segundo a qual, através do art. 17, os artigos repassados para Estados, Distrito Federal e Municípios, seriam liberados apenas com a apresentação de requerimentos e plano de aplicação, dispensando-se todas as exigências técnicas, anteriormente requeridas. Obviamente, não veio isso facilitar o trabalho das empresas de intermediação, como a SEVAL? Qual foi o entendimento que V. Exª teve com o Deputado João Alves, em 1991, segundo o qual V. Exª tornou-se o Relator da LDO, enquanto ele permaneceu - porque já o era no ano anterior - Relator-Geral do Orçamento?

O SR. MESSIAS GÓIS - Senador, V. Exª me fez duas perguntas. Na primeira, é quanto a possíveis desvios de recursos feitos por prefeituras.

Eu queria dizer a V. Exª, e todo mundo sabe, que Deputado não gerencia os recursos quando eles chegam ao cofre da prefeitura. Necessariamente, o prefeito tem que fazer uma licitação, fazer o pagamento e a prestação de contas. Então, nesse caso, nenhum Parlamentar tem interferência quanto ao modo de gastar a dotação orçamentária.

Segundo, nada do que eu pedi à Ministra Margarida Procópio, foi liberado. E se V. Exª consultar o SIAFI, verificará que nenhum desses recursos para saneamento urbano, para saneamento básico, foi liberado. Nenhum, Senador.

Quanto ao art. 17 da LDO, seria bom que V. Exª - e V. Exª estava na Comissão - refrescasse a memória, porque pela primeira vez, por exigência minha junto ao Presidente da Comissão de então, Senador Ronaldo Aragão, nós nos sentamos durante umas cinco ou seis tardes lá, local que chamávamos de o "Tribunal de Nuremberg", e examinamos artigo por artigo da LDO. Não passou nenhum artigo da LDO que eu relatei que não tivesse sido aprovado, por unanimidade, por todos os representantes partidários que lá estavam para discutir. Portanto, a Lei - eu fui o Relator - mas ela já chegou ao plenário, previamente

aprovada, artigo por artigo - é bom frisar - por todas as Lideranças partidárias que se fizeram presentes, inclusive, o Partido de V. Exª lá se encontrava, através, se não me engano, do Deputado Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO SUPLICY - A última pergunta, Sr. Presidente: V. Exª mencionou, há pouco, a sua preocupação com a questão da irrigação, especialmente no Estado de Sergipe. Nos dois últimos anos, o custo de implantação do hectare irrigado no platô de Neópolis, passou de 6 mil dólares para 22 mil, sem justificação, segundo o parecer técnico da CODEVASF. O mesmo parecer demonstra ser tal projeto financeiramente inviável, tendo em vista o alto custo de energia para o bombeamento da água o que inviabilizaria, economicamente, a irrigação. Certamente, conhecedor de tais fatos, por ser representante do Estado de Sergipe, por que tem V. Exª insistido em destinar recursos para esta obra - o Platô de Neópolis - como na Emenda nº 004256/1, para o Orçamento de 1992?

O SR. MESSIAS GÓIS - Sr. Senador Eduardo Suplicy, se V. Exª conhecesse o Estado de Sergipe...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Conheço pouco, mas conheço.

O SR. MESSIAS GÓIS - ...mas se V. Exª conhecesse, profundamente, o Estado de Sergipe e se recordasse que a grande saída para o Nordeste brasileiro é a agricultura irrigada - porque nós temos tudo, Sr. Senador: nós temos um solo da melhor qualidade, nós temos sol e temos água. O que falta, Sr. Senador, é uma vontade política. Se em Sergipe, como no Nordeste, se houvesse um aproveitamento político do potencial do rio São Francisco, o Brasil não seria um produtor qualquer de alimentos. O Brasil seria o maior produtor mundial de alimentos. Dentro desta preocupação - e eu não falei, antes, em irrigação: V. Exª colocou em minha boca que eu tivesse falado em irrigação. Eu não falei de irrigação mas V. Exª chamou um assunto que empolga a todo e qualquer sergipano.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Exª havia mencionado a questão da falta de água. Foi por isto.

O SR. MESSIAS GÓIS - Eu falei foi da seca. Então, seriam dados esses fatos e V. Exª que é um homem universal sabe que a irrigação é a salvação para a agricultura e, também, para a fruticultura. O mundo está querendo frutas. Há, hoje, uma enorme briga com o mercado da Europa, com o mercado da Ásia, com o mercado da América, em busca de frutas tropicais. Então, o Governador de Sergipe, em boa hora, deu continuidade a um programa que ele tinha às margens da Adutora da Barragem do Xingó, onde já se irriga, hoje, com grande sucesso, 3 mil hectares. O Governador do Estado, então, bolou um Projeto para a irrigação de 7 mil hectares do Platô de Neópolis e que, antes, era um grande platô para produzir a monocultura da cana ou terras de herêu, terras sem nenhum uso. Então, S. Exª montou o Projeto, aprovado pelo BNDES e ele está em plena execução. Quanto ao problema de custo de hectare, Sr. Senador, eu não conheço, não sou engenheiro, não me debrucei sobre o custo da obra. Apenas, seguindo orientação do Governador do Estado - eu quero chamar a atenção de V. Exª - e o Senador Francisco Rollemberg também pode confirmar - quando da elaboração do Orçamento, o Governador se preocupa muito com o seu Estado. Então, chama aqueles parlamentares mais próximos a ele e pede que as grandes emendas para o Estado de Sergipe sejam aquelas indicadas pelo Governador do Estado e eu, no caso, que sigo a orientação do Governador João Alves, com muita honra, assino qualquer emenda que ele peça. No caso do Platô de Neópolis - eu assinei uma emenda - mas quero dizer a V. Exª que os recursos não foram utilizados um ano e meio depois e, com essa inflação, representaram zero.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Obrigado. Terminei.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Vivaldo prefere falar depois.

Com a palavra o Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, serei bastante breve. São poucas as perguntas para o Deputado Messias Góis, baseadas em notícias da imprensa. Uma delas, nobre Deputado, me leva a indagar se V. Exª conhece a Srª Hortência Carvalho, Prefeita de Canindé do São Francisco?

O SR. MESSIAS GÓIS - Conheço.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª patrocinou a emenda que resultou na liberação de 2 bilhões de cruzeiros, através do Ministério da Integração Regional, para ligar, por via rodoviária, a cidade de Canindé ao povoado de Capim Grosso.

O SR. MESSIAS GÓIS - Não fui eu, Deputado Luiz Salomão, que solicitou ao Ministério da Integração Regional esse recurso de 2 bilhões de cruzeiros; foi um expediente, dirigido ao Ministro Alexandre Costa, pelo Senador Lourival Baptista, que solicitou e o Ministro Alexandre Costa concedeu. E o convênio foi assinado exatamente no dia 31 de dezembro, na véspera do Prefeito de Canindé assumir. Foi assinado pelo ex-Prefeito de Canindé. E quero dizer a V. Exª ainda que quem recebeu os recursos foi o Prefeito Delmiro, que depois sofreu um acidente de carro e faleceu.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Deputado Messias Góis, o Promotor de Canindé, Dr. Alonso Campos, acusa a Prefeita e V. Exª de terem recebido ou de terem compartilhado os recursos liberados, através de dois cheques: um de 850 milhões e outro de 1 milhão e 150 mil, referentes a essa dotação. Como é que V. Exª reage a essa acusação?

O SR. MESSIAS GÓIS - Deputado Luiz Salomão, V. Exª é político igual a mim. Eu quero dizer a V. Exª e a toda a CPI que eu apoiava o candidato contrário na eleição, eu apoiava o candidato do ex-Prefeito Francisco Alberto Feitosa contra o Sr. Delmiro, que ganhou. Era vice-Prefeita do Sr. Delmiro a Srª Hortência. Quando houve o acidente no qual o Sr. Delmiro foi vítima, assumiu a Prefeitura a Srª Hortência, que também sou oposição à ela.

Lá, em Canindé de São Francisco, eu sou ligado ao ex-Prefeito que é oposição à Srª Hortência. E eu não tenho nenhum acesso à Prefeitura de Canindé de São Francisco e muito menos ao cofre da Prefeitura.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª é sócio do Sr. Roberto Alves ou do Governador João Alves na Rádio Imperatriz?

O SR. MESSIAS GÓIS - Deputado Luiz Salomão, quando o Deputado Roberto Magalhães me perguntou sobre a rádio, eu me recordo muito bem que fiz a solicitação: pedi ao Ministro das Comunicações na época; agora, na composição acionária eu nunca registrei minha participação. Eu tenho uma participação em outra rádio: a FM Aracaju. Tive uma participação de 10%, posteriormente eu vendi e tenho a participação de 1% nessa rádio.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Na Aracaju?

O SR. MESSIAS GÓIS - Na FM Aracaju.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nem V. Exª nem sua esposa tem participação...

O SR. MESSIAS GÓIS - Nenhuma participação.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, eminente Relator, estimados Colegas:

Dentro da avaliação que nós sempre fizemos da Subcomissão de Subvenções Sociais, hoje nós teríamos a pergunta a ser feita pelo Deputado Luiz Máximo, razão pela qual declino da palavra e o Deputado Luiz Máximo fará a pergunta em nome da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Senador.

Com a palavra o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, no decorrer dos trabalhos da CPI nós temos ouvido certas afirmações que merecem alguns comentários. Hoje mesmo acabei de ouvir o Deputado Messias Góis fazer referências a que a LDO foi aprovada com o apoio de todas as Bancadas que compunham a Comissão de Orçamento. É verdade isso, e demonstra apenas a omissão de muitos que compõem esta Comissão, como compõem o Plenário do Senado e da Câmara. Essas decisões vêm sendo tomadas por um pequeno grupo, que forma núcleos de poder e orienta as decisões das Comissões e dos Plenários.

Na Comissão de Orçamento, estamos vendo, no decorrer dos trabalhos, que existia um núcleo de poder. Um núcleo de poder composto por uns poucos Deputados, e talvez algum Senador. Mas esse núcleo de poder tomava todas as decisões a respeito das confecções da LDO e do próprio Orçamento.

Em 1991, em nome de alguns companheiros de Senado, procurei companheiros da Câmara para protestar contra os acordos que estavam sendo feitos naquela época, inclusive com o retorno do Deputado João Alves à Relatoria-Geral do Orçamento. Ele também pretendia ser o Relator da LDO, mas aí houve qualquer interferência e V. Exª, Deputado Messias Góis, foi indicado para ser o Relator da LDO. Compôs, então, aquele acordo que foi feito na época, segundo declaração do Deputado Genebaldo Correia a mim, para a eleição do Presidente Ibsen na Câmara e a entrega ao PFL das duas Relatorias da Comissão de Orçamento. Então, os Relatores foram os Deputado João Alves e V. Exª.

Não sei porque - e aí V. Exª vai me esclarecer -, em algumas das várias discussões que tive com o Deputado João Alves a respeito da Comissão de Orçamento - embora não participasse, era preocupado em tentar uma mudança daquele esquema que existia na Comissão -, S. Exª algumas vezes me declarou que, não tendo V. Exª conhecimento do que era o Orçamento, teria feito o relatório da LDO, que V. Exª subscreveu.

Então, perguntaria inicialmente a V. Exª: há alguma verdade naquela afirmação feita pelo Deputado João Alves, de que ele teria confeccionado o relatório da LDO do qual V. Exª era o Relator?

O SR. MESSIAS GÓIS - Não, Senador. Fiz a Relatoria da LDO ouvindo todas as Lideranças partidárias e calcado na lei anterior, que havia sido relatada pelo Deputado José Serra. Foi o que serviu de parâmetro. Com a discussão, algumas alterações foram feitas, mas o Deputado João Alves em momento algum foi o autor da Relatoria.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Quer dizer que era uma inverdade de S. Exª quando declarava aquilo? Porque ele fez várias vezes essa afirmativa. Não foi uma vez só. Várias vezes afirmou que ele era o responsável pela LDO.

O SR. MESSIAS GÓIS - Quem fez fui eu.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Exª, aqui, várias vezes também tem declarado que os Deputados apenas apresentam as propostas, fazem as emendas e a responsabilidade da liberação é do Executivo. Aqui apenas fazemos uma declaração de vontade, vamos dizer assim, e não fazemos a liberação dos recursos.

Logicamente que isso tem fundo de verdade, mas é preciso também buscarmos saber quem fez os acordos prévios para receber favores em torno das emendas apresentadas. Aí é que está a grande diferença na execução dessas emendas por parte do Executivo, que muitas vezes não tem conhecimento também dos acordos realizados entre empreiteiras e parlamentares, se isso tiver ocorrido.

Mas tivemos um contingenciamento, naquele ano de 1992, de todas as verbas, praticamente, de 90 a 95%. V. Exª, com a experiência que tem, poderia informar como são

feitos esses acordos lá na Comissão de Orçamento, para a votação dessas suplementações de recursos que, aí, sim, vêm dar margem à execução de obras, porque o Orçamento é contingenciado em 90, 95%?

Na realidade, a execução orçamentária foi feita, quase toda, na base da liberação desses recursos de suplementações de obras. Então, V. Exª, como participante ativo, porque foi Relator da LDO, foi Presidente da Comissão de Orçamento no ano seguinte, poderia informar como são feitos esses acordos para a liberação desses pedidos de suplementação? Isso já vem carimbado de lá, do Executivo, ou são feitas as modificações aqui no Legislativo?

O SR. MESSIAS GÓIS - Nobre Senador Jutahy Magalhães, quando tive responsabilidade pelo Orçamento, quando fui Presidente da Comissão de Orçamento, a primeira medida que tomei - e para isso ouvi o meu Líder, Deputado Luís Eduardo Magalhães - foi propor, o que foi acatado por unanimidade, o cancelamento de todas as dotações que vieram carimbadas do Poder Executivo. Todas, exatamente todas, não escapou nenhuma.

Então, o Orçamento voltou a ser uma peça sem nome e sem beneficiário algum. Todas as dotações voltaram a ter um valor global, sem identificação de beneficiário. Voltou a ser um Orçamento puro.

Por uma decisão da Comissão, estabelecemos um critério diretamente proporcional à população e inversamente proporcional à receita da renda de cada Estado, onde também foi fixado um limite para cada Estado da Federação. No caso específico de Sergipe, tínhamos um limite de 1.83. Para os que não conhecem, embora Sergipe seja o menor Estado da Federação, leva uma vantagem e uma desvantagem: a desvantagem de ter uma população pequena; então, diretamente proporcional, não tem um participação maior. No entanto, Sergipe é o Estado do Nordeste de melhor renda. Então, também não tem uma participação menor. Nós temos quase que metade da participação, por exemplo, do Estado de Alagoas.

Agora, quanto a acordos para liberação, Senador, não tenho conhecimento. O Deputado apresenta a sua emenda, e quando fui Presidente também fui muito procurado,

havia uma verdadeira romaria ao meu gabinete e ao gabinete do nobre Senador Mansueto de Lavor. Parlamentares, Deputados e Senadores, Presidentes de autarquias, Ministros de Estado, Presidentes de tribunais, todos querendo garantir a sua emenda.

Há um fato, Senador, que é preciso que o Deputado Roberto Magalhães anote para quando for propor qualquer modificação: que haja um critério no valor proposto na emenda, porque cada parlamentar coloca na emenda o valor que bem entende, seja para a construção de um hospital de cem leitos, seja para a construção de um simples posto de saúde. É preciso que haja um disciplinamento nesse sentido.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Exª fez uma afirmativa interessante porque acho importante termos conhecimento do que foi que realmente ocorreu. V. Exª afirmou que veio de lá do Executivo uma proposta de suplementação de recursos com verbas carimbadas. V. Exª, então, tomou a decisão para que retirassem esses carimbos e voltasse a ter uma verba global, para as solicitações de suplementação de recursos, segundo acredito que tenha sido uma suplementação dos recursos e não o Orçamento geral.

De qualquer maneira, V. Exª declarou textualmente que vieram recursos carimbados. Carimbados por quem? Em favor de quem?

O SR. MESSIAS GÓIS - Senador Jutahy Magalhães, V. Exª me perguntou uma coisa e eu já respondi antecipadamente. Não falei de crédito suplementar, falei do Orçamento que recebi...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então vamos dizer orçamento. Quais são as verbas carimbadas que V. Exª declarou que vieram em benefício de alguém; em benefício de quem foram essas verbas carimbadas?

O SR. MESSIAS GÓIS - Se V. Exª for procurar a proposta de orçamento feita pelo Governo Collor, V. Exª irá encontrar...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não sou eu que vou procurar. V. Exª fez uma afirmação. V. Exª era Presidente da Comissão, tomou a decisão baseada no fato concreto, então V. Exª tem conhecimento. Não preciso procurar nada.

O SR. MESSIAS GÓIS - Justamente isso, Senador Jutahy. Se alguém se der o luxo de procurar a proposta de orçamento ...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Exª se deu ao luxo de procurar?

O SR. MESSIAS GÓIS - Procurei Senador, quando assumi, assumi aquela Comissão com inteira responsabilidade.

Então toda aquela proposta, toda aquela dotação que já vinha com fins específicos carimbado, no caso: construção de escola no município tal, construção de hospital no município tal, saneamento básico em tal canto, infra-estrutura básica do município tal. Todas essas dotações, por determinação minha, e com apoio de todas as lideranças - eu discutia tudo com a liderança da Comissão - essas dotações foram carimbadas.

Quanto aos créditos suplementares, necessariamente ele já vem com a indicação com o fim a que se destina. É condição **sine qua non** que todo e qualquer crédito suplementar tenha já venho especificado para o que se destina, seja para pagamento de pessoal, seja para complementação de algum investimento, seja um crédito especial. Enfim, sendo crédito suplementar, necessariamente, e de origem só do Poder Executivo, porque os outros poderes quando querem encaminham através do poder civil, então os créditos suplementares vêm carimbado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Exª me permite,. mais uma aula de orçamento estamos tomando aqui CPI, mas gostaria mais dessa resposta específica. Porque foi um fato específico; estou me baseando na afirmação do próprio Depoente.

Então estou fazenda uma pergunta objetiva. Se estou enganado na solicitação que faço pronto, paciência.

Mas afirmação do Depoente foi essa: tinha verba carimbada. Se tinha verba carimbada, pelo menos no nosso jargão aqui, a verba carimbada é sempre em benefício de alguém, em benefício político, em benefício de qualquer razão, mas em benefício de algum interesse aqui do parlamento.

Por isso perguntei, se V. Exª examinou como disse que examinou e acredito que tenha examinado, o orçamento, encontrou esses recursos carimbados ele poderia esclarecer em benefício de quem eram feitas...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho a pergunta pertinente, Deputado Messias Góis. Neste universo, que seria difícil de saber quais seriam todas, talvez V. Exª pudesse pelo menos lembrar de algumas. Algumas caracterizariam esse sentido de verba carimbada.

O SR. MESSIAS GÓIS - Senador Jarbas Passarinho, Senador Jutahy Magalhães se alguém tiver aí um exemplar...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas V. Exª não guardou de memória nenhum exemplo.

O SR. MESSIAS GÓIS - Não, porque foi uma decisão tomada pela executiva da Comissão e por todas as lideranças. Quando se abriu o orçamento que veio proposto pelo Governo Collor, existia dotações disso aí para infra-estrutura urbana no município tal, infra-estrutura urbana no município qual, saneamento básico no município tal. Isso vinha em todos os orçamentos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É isso que V. Exª chama de verba carimbada?

O SR. MESSIAS GÓIS - É a verba carimbada que chamamos lá na Comissão. Já vem pronto do Poder Executivo. Então aí sim, tomamos uma decisão por unanimidade na Comissão, proposta por mim, e também da executiva da Comissão que era o Senador Chagas Rodrigues, o Deputado Clóvis Assis e o Senador Valmir Campelo, além de todas as lideranças, mostramos aquilo que era um costume que beneficiava alguns parlamentares e prejudicava a grande maioria. Na realidade dos fatos quem tinha acesso a alguma área do Executivo já conseguia vir com suas emendas prontas de lá do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Jutahy, vou propor...

O SR. MESSIAS GÓIS - Só queria aditar, Senador, que o Deputado Jutahy Magalhães Júnior, quando assumiu na nova proposta orçamentária, inovou e inovou para melhor. Como? Sabendo da decisão da Comissão, sabendo que havíamos estabelecido um parâmetro e um limite para cada Estado, S. Exª criou dotações globais tipo: infra-estrutura urbana no Estado do Amazonas, infra-estrutura urbana no Estado do Pará e, ali, alocou recursos dentro daquele percentual que cabia a cada Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Jutahy Magalhães, tenho a impressão de que a sua pergunta, em termos objetivos, fica sem resposta, a não ser em caráter geral. Proponho que o Deputado Messias Góis, depois, à vista do documento a que S. Exª faz referência, informe à Comissão posteriormente.

O SR. MESSIAS GÓIS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perdão, Deputado, tenha um pouco mais de paciência comigo. Então, poderia informar posteriormente, se V. Exª insistir na pergunta, que ele pudesse mandar informações posteriores, porque acaba de dizer que a verba carimbada era em benefício, inclusive, de alguns Parlamentares, que tinham o prestígio para ir ao Executivo e já vinham com essa verba carimbada. Eu também estou interessado na resposta.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Eu também estou. Depois poderíamos enviar para S. Exª, então, a cópia do Orçamento, na época.

O SR. MESSIAS GÓIS - Sr. Presidente, se V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. MESSIAS GÓIS - Vou tirar uma cópia dentro da proposta feita pelo Poder Executivo para o Orçamento 92/93, onde consta as dotações que foram canceladas pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, as que vieram carimbadas eram muitas!

O SR. MESSIAS GÓIS - Eram muitas, Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Desculpe-me. Senador, tem V. Exª a palavra.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, insistirei depois, conforme orientação de V. Exª. Agora, gostaria de fazer uma última pergunta ao Depoente que tem uma grande experiência na Comissão de Orçamento. Acho muito genérica essa afirmação de que "as Lideranças resolveram, as Lideranças concordaram..." Então, gostaria de ter uma idéia, porque não tive sorte ou azar, não sei, de participar da Comissão de Orçamento, mas gostaria de saber qual era esse núcleo de poder, qual era esse núcleo que tomava as decisões na Comissão de Orçamento, que existe, certo ou errado, existe no Congresso, tanto na

Comissão de Orçamento como nesse tal colégio de Líderes - porque acho isso um dos maiores absurdos que existe aqui no Congresso, esse chamado colégio de Líderes, que toma decisão em nome de todo mundo, por omissão da grande maioria, a responsabilidade é a omissão da grande maioria que não quer participar dessas grandes decisões -, então, queria saber, dentro da Comissão de Orçamento, qual foi esse núcleo de poder existente?

O SR. MESSIAS GÓIS - Senador Jutahy Magalhães, V. Exª disse-o muito bem: omissão.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Omissão, reconheço que é omissão.

O SR. MESSIAS GÓIS - É bem oportuna a palavra que V. Exª disse. Senadores e Deputados, a Comissão de Orçamento não funciona melhor, por omissão. Temos ou tínhamos um quadro de 120 titulares e 120 suplentes. Eu tomei uma decisão lá, que foi contestada e eu não abri mão, em hipótese alguma, em momento algum fiz reunião sem o **quorum** físico, não é **quorum** de livro não, **quorum** físico; só coloquei em votação projetos quando tinha **quorum** físico necessário e o Deputado Roberto, de Pernambuco, fazia parte da Comissão e pode testemunhar, como também o Deputado Pedro Pavão, em momento algum votei qualquer projeto sem o **quorum** físico. E mais, quando cheguei à Comissão, era voz corrente nesta Casa, de que já havia um pedido de uma CPI no Orçamento. Eu chamei a executiva e disse: -Vamos assumir em um momento grave. Só vamos fazer qualquer coisa aqui ouvindo todas as Lideranças. Recordo-me, Senador, que tive uma série de auxiliares muito bons.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Exª me permite?

O SR. MESSIAS GÓIS - Tive o Deputado Sérgio Machado, tive o Deputado Paulo Bernardes, do PT, tive o Deputado Fernando Diniz, de Minas Gerais, tive o Deputado Basílio Villani, do PDS, tive o Deputado Giovanni Queiroz e discutíamos, diariamente, todo e qualquer projeto. Não foi votado, Senador, um projeto sequer, um, um só que não tivesse sido discutido antes com toda a Liderança! E mais, quando alguns Deputados apresentavam emendas ao projeto - e a resolução diz como é que a emenda deve ser apresentada - eu encaminhei todas as emendas para a Assessoria Técnica da Câmara. E aquelas emendas que não diziam pertinência ao projeto, eu declarava imediatamente prejudicadas. E isso eu colocava na reunião com as Lideranças. Normalmente 20 a 30 pessoas; 15 a 18 discutiam os projetos antes da aprovação.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, estou, não digo satisfeito, porque não tive a capacidade de fazer perguntas mais objetivas, pois pensei que estava fazendo perguntas objetivas, mas as respostas sempre eram de caráter genérico e não atendiam àquilo que procurava saber. Como essa última pergunta que fiz e não obtive a resposta devida. Mas, de qualquer maneira, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pensei até que V. Exª já tinha abrandado um pouco, depois que ouviu a bela referência ao seu filho. (Risos)

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, as referências a ele, sempre elogiosas, são merecidas. (Risos)

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, gostaria de encaminhar ao Relator Roberto Magalhães, para melhor esclarecimento, a parte relativa à LDO de 1990, pois o Deputado Messias Góis mencionou que a LDO foi votada aproximadamente tal como antes havia sido proposto pelo Deputado José Serra. Ora, o art. 17 da LDO, de 1990, mencionava uma série de exigências constitucionais que obviamente dificultariam ou, pelo menos, cada Prefeitura ou Estado ou Distrito Federal teria que atender a todas essas exigências aqui listadas.

O art. 17 da LDO, de 1991, veio simplificar sobremaneira... O Deputado Messias Góis mencionou que tal artigo foi aprovado, na reunião dos Líderes, por consenso. Quero registrar que não o foi, houve pedido de destaque para isso, pelo menos houve objeção de alguns partidos, entre os quais o Partido dos Trabalhadores. Eu gostaria de passar porque se trata de documento e de esclarecimento importante.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, o Deputado Messias Góis pediu-me que verificasse, junto ao SIAF, se efetivamente foram ou não executadas as emendas por ele apresentadas. Tenho em mãos as diversas emendas relativas ao Ministério da Ação Social e aqui, Sr. Presidente, encaminho-as ao Sr. Relator. Foram liquidadas, executadas, emendas para Canindé de São Francisco, no montante de 101 milhões de cruzeiros; para Feira Nova, 2.250 milhões; para Nossa Senhora da Glória, 49.500 milhões; Gararu, 33.972 milhões; Nossa Senhora de Lourdes, 10 milhões e assim por diante... Frei Paulo e diversas outras que aqui estão assinaladas, só para registrar, pelo menos, o que o SIAF coloca o Deputado Messias Góis pode verificar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aí fica uma reinquirição, nobre Deputado. E na hora em que o Relator resolver aceitar a sugestão do Senador Eduardo Suplicy V. Exª responderá.

O SR. MESSIAS GÓIS - Sr. Presidente, o Senador Eduardo Suplicy já fez uma afirmação. Eu disse a S. Exª que nenhuma daquelas promessas que a Ministra Margarida Procópio me fez foram atendidas; eu não disse que emendas de minha autoria não foram liberadas. Há uma diferença, nobre Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu havia assim entendido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho. Fazendo soar a campainha) - Não, assim nós vamos fazer reinquirições próximas. Eu casso a palavra. Vou atender a

recomendação do Senador Pedro Simon. Vou ser mais autoritário. Na hora oportuna, se o Relator fizer a pergunta, o Deputado Messias Góis responderá e contraditará aquilo que disse o Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputado Messias Góis, a reputação de V. Exª, como também do Senador Almir Gabriel, era, na época, junto aos funcionários da Comissão, as melhores possíveis.

Então, sinto-me muito à vontade para perguntar a V. Exª até nomes de pessoas que deixou de citar. A primeira pergunta: Quem eram os Ministros do Governo passado que lhe ligavam - e ligavam muito -, pedindo a manutenção de dotações no Orçamento? O Sr. Paulo César, que não era Ministro, estava incluído entre essas pessoas que lhe procuravam?

O SR. MESSIAS GÓIS - Não conheço o senhor... Conheço o Sr. Paulo César... DEVE ser o Paulo César Farias...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Exato.

O SR. MESSIAS GÓIS - Conheço por televisão, por jornal e por revista. Nunca esse senhor telefonou para mim.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª diz que recebia ligações de Ministros. Quais eram os Ministros, que tipo de dotações pediam fossem mantidas e se já eram para obras carimbadas, obras já em execução?

O SR. MESSIAS GÓIS - Um deles o Ministro Fernando Henrique Cardoso, quando à época Ministro no Itamaraty, que solicitou não permitisse, em hipótese alguma, qualquer de dotações já do magro orçamento do Ministério das Relações Exteriores. Por exemplo, esteve no meu gabinete o Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro da Cultura à época, todos eles pedindo que não permitisse, solicitasse aos Relatores Parciais e ao Relator Final...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Esses são os Ministérios pobres. E os Ministérios mais ricos: Minas e Energia, Transporte...

O SR. MESSIAS GÓIS - Esses não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Nenhum?

O SR. MESSIAS GÓIS - Não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª nunca recebeu pedido?

O SR. MESSIAS GÓIS - Não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Alguma empreiteira lhe procurava, na época do orçamento, para V. Exª dar prioridade ou pedir aos Sub-relatores que dessem prioridade em obras já em execução?

O SR. MESSIAS GÓIS - Senador Gilberto Miranda, como Presidente da Comissão, devo ter recebido também empreiteiros e, em momento algum, comprometi-me com eles no sentido de encaminhar emendas ou solicitar aos Relatores. Minha conversa...

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª poderia citar o nome das empreiteiras que lhe procuraram?

O SR. MESSIAS GÓIS - Minha conversa...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, aguarde a resposta, por favor.

O SR. MESSIAS GÓIS - Minha conversa com todos eles era que conversassem com os Parlamentares ou com os Relatores, porque eu, como Presidente, não iria em momento algum intervir para aproximá-los dos Relatores.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O nome das empreiteiras que lhe procuraram na época, Deputado Messias Góis, fazendo o favor.

O SR. MESSIAS GÓIS - Senador, recordo-me de algumas. Diria assim, talvez, a ODEBRECHT me procurou; a PLANURB que tem... não sei, outras assim, não sei ao todo. Eu também fazia questão de atender todo mundo, todo mundo eu atendia em meu gabinete com as portas amplamente abertas. Em momento algum fechei a porta para atender alguém em particular.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Tenho várias perguntas e vou tentar ser mais objetivo e pediria de V. Exª também, porque senão não consigo.

Deputado Messias Góis, existia ou não, qual era o cheiro que V. Exª tinha quando chegou na Comissão de Orçamento? Existiam ou não os famosos acordos, complôs na madrugada? O que V. Exª poderia contar para nós do que V. Exª ouviu na época que foi Presidente da Comissão?

O SR. MESSIAS GÓIS - Senador Gilberto Miranda, tenho por norma da minha vida não condenar o passado de ninguém, pelo contrário, gosto de construir o futuro. Quando assumi a Presidência havia a questão de um pedido de uma solicitação de CPI. Então reuni os quatro que faziam a direção da Comissão e disse: "Vamos construir daqui para frente. O passado para mim não interessa, vamos construir o futuro." E assim fiz, Senador.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Exª era amigo do Deputado João Alves? Costumava freqüentar a casa de S. Exª ou de algum outro dos envolvidos citados por José Carlos dos Santos?

O SR. MESSIAS GÓIS - Senador, fui a casa do Deputado João Alves, se não me engano, uma ou duas vezes, acompanhando o Governador João Alves, naquela fase em que - ele disse aqui - esteve doente e era no tempo de apresentação de emendas. Acompanhei o meu Governador, como o acompanharia em qualquer canto que ele fosse, porque ele estava defendendo interesses do Estado de Sergipe. Quanto a freqüentar a casa de outros colegas, eu raramente saio de casa para freqüentar a casa de quem quer que seja.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Após V. Exª ter sido Relator, logo neste ano, no ano seguinte, V. Exª teve benefício por parte de algum Ministro, facilidade da liberação nas emendas de V. Exª?

O SR. MESSIAS GÓIS - Pelo contrário, Senador, até hoje, das emendas que apresentei, por exemplo, ao orçamento de 93, não liberei 5% do total.

O SR GILBERTO MIRANDA - V. Exª teve algum relacionamento financeiro, empréstimo, compra, venda, com alguma das pessoas citadas aqui na CPI ?

O SR. MESSIAS GÓIS - Não, Senador.

O SR GILBERTO MIRANDA - A participação de 10% na Rádio Aracaju estava declarada no seu Imposto de Renda.

O SR. MESSIAS GÓIS - A participação na Rádio FM de Aracaju, quando foi feita a concessão, imediatamente passei adiante, fiquei com 1% e nunca declarei essa participação no Imposto de Renda. Nunca declarei.

O SR GILBERTO MIRANDA - E quando V. Exª vendeu 10%, não declarou a diferença dos 9% que recebeu, para o 1% que ficou?

O SR. MESSIAS GÓIS - Não declarei, não, Senador.

O SR GILBERTO MIRANDA - Alguma vez, na época em que era Presidente da Comissão, alguma vez V. Exª foi abordado por algum deputado ou senador com algum tipo de proposta estranha para o senhor, como Presidente da Comissão ?

O SR. MESSIAS GÓIS - Não, Senador. Fui abordado, por muitos parlamentares, dizendo que essa ou aquela obra era importantíssima, necessária para o prestígio eleitoral dele na região. Fui muito abordado nesse sentido, houve muitas solicitações, e a todos eu disse que procurassem o Relator Geral ou o Relator Parcial, porque a minha função era apenas administrativa.

O SR GILBERTO MIRANDA - Última pergunta, Deputado Messias Góis: sempre que se passa por um cargo desses, ou qualquer tipo de cargo da administração, ou como Ministro, há algum fato muito bom e um muito ruim que marcam. O que foi mais marcante, na parte ruim da sua experiência, como Presidente da Comissão de Orçamento ?

O SR. MESSIAS GÓIS - Senador, a parte ruim é quando nós, querendo fazer cumprir a nossa missão do melhor modo possível, encontramos a incompreensão de colegas que querem, de qualquer forma e em qualquer momento, forçar a inclusão no Orçamento de emendas que eu não tinha nenhum poder de incluir. E como não conseguiram, junto aos Relatores, então, explodiam comigo, porque me tornei também um leão para defender todos aqueles que estavam trabalhando.

Em momento algum, permiti críticas mais acerbas a qualquer dos Srs. Relatores, porque todos eles, no meu entender, fizeram o trabalho com a maior seriedade e foram discutidos. Agora, Senador, causa tristeza ver que alguns parlamentares não seguem, em alguns momentos, talvez por exaltação, as menores regras de cordialidade.

O SR GILBERTO MIRANDA - V. Exª me dá margem para complementar a pergunta com relação a isso: como estamos trabalhando com nomes, e já falamos com vários Deputados, e há Senadores para serem ouvidos, empreiteiros e tudo o mais, V. Exª poderia citar meia dúzia de nomes desses que lhe procuravam para a inclusão desse tipo de emendas?

O SR. MESSIAS GÓIS - Senador, eu acho que não seria moralmente digno, da minha parte, dedurar qualquer colega. Perdoe-me, permita-me, mas eu acho que um desentendimento pessoal, momentâneo, no calor de uma discussão orçamentária, não poderia permitir-me, em hipótese alguma, dedurar qualquer colega, a não ser que eu não tivesse um sentido de ética maior.

O SR GILBERTO MIRANDA - Muito obrigado, Deputado Messias Góis.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Em relação à esta inquirição que fez agora, o Senador Gilberto Miranda, pergunto ao Deputado Messias Góis: o que poderia haver de censurável, do ponto de vista ético ou moral, um Deputado ou Senador procurar V. Exª e reclamar de não ter entrado uma emenda dele? E daí uma discussão se compreende, a partir do momento em que a pessoa percebe que sua emenda, por exemplo, não teria sido aproveitada. Haveria alguma coisa de ordem ética ?

O SR. MESSIAS GÓIS - Não, Senador, não digo ética, no sentido de que permitisse alguma chantagem, alguma corrupção. É de modo de tratamento, às vezes até acintoso, que nos deixa até nervosos e respondemos com grosserias, com palavrões. Então, eu quero abster-me de citar nomes.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, eu não me fiz entender. A partir do momento em que o Senador lhe fez solicitação de nomes é que surgiu esta questão. A minha pergunta é: onde está o erro de algum Deputado procurar o Presidente da Comissão para discutir alguma questão de Orçamento, onde ele tem o interesse em uma emenda? Está havendo um erro?

O SR. MESSIAS GÓIS - Não há nenhum erro. Acho que o Deputado e o Senador que não brigam pelas suas emendas, que não lutam pelos interesses do seu Estado ou do seu município, isso sim, são omissos, não estão cumprindo uma das missões por que vieram para cá.

Então, acho que o fato de brigar é válido. Às vezes, há um desentendimento porque o sujeito quer impor a vontade, colocar **modus in rebus**.

Mas, o fato de um parlamentar brigar para levar recursos para o seu Estado, acho a coisa mais saudável do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas pela sua exaltação de voz, parece que foi eu até que estive com o senhor discutindo isso.

O SR. MESSIAS GÓIS - Não, Senador. Infelizmente, nunca tive o prazer de receber um telefonema seu.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Deputado Roberto Franca.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, demais companheiros da Comissão:

Permita-me, Sr. Presidente, antes de fazer a primeira pergunta ao depoente, fazer uma rápida digressão a respeito da matéria que foi discutida - das emendas carimbadas - , porque estamos realizando essa CPI não apenas para apurar e punir responsabilidades, mas também para sugerir alterações na Lei Orçamentária.

Parece-me, Sr. Presidente, que aquilo que o depoente mencionou, com muita razão, de que verbas chegaram na Proposta Orçamentária, para 1992, ou seja, o Projeto da União chegou com verbas carimbadas, verbas que já indicavam obras e que a Comissão resolveu desconsiderá-las.

Naquele momento, apoiei a iniciativa, como Membro da Comissão, e me sentia no direito de fazê-lo, uma vez que havia uma suspeição de que aquelas verbas estavam beneficiando, antecipadamente, determinados municípios em detrimento de outros.

Todavia, parece-me que, a partir de agora, as obras definidas pela União, com a aprovação do Congresso Nacional, deveria ser considerada a possibilidade de elas terem a continuidade assegurada, independente de, a cada ano, os parlamentares terem que apresentar emendas para garantir a execução daquela obra. Aquela obra não é de interesse do parlamentar, é de interesse do povo em tê-la concluída.

De forma que eu gostaria de sugerir ao nobre Relator, Deputado Roberto Magalhães, a possibilidade de, na Reestruturação da Sistemática de Elaboração Orçamentária, o Poder Executivo encaminhar, nos anos sucessivos, aquelas obras da União que foram definidas e aprovadas politicamente pelo Congresso Nacional, para que não haja interrupção de sua execução.

Na verdade, a Comissão de Orçamento havia declarado como prioritárias as obras em andamento, como um fator a mais para os Relatores-Parciais e o Relator-Geral aprovarem as obras em andamento, para evitar a descontinuidade de obras que, infelizmente, ainda é a grande realidade trágica do nosso País.

De forma que, acredito que uma das sugestões que deveria sair dessa CPI seria que, na Elaboração Orçamentária, as obras que fossem aprovadas pelo Congresso Nacional deveriam ter, nos anos sucessivos, recursos garantidos para a sua conclusão, independente de um parlamentar apresentar ou não emenda, como se aquilo fosse de seu interesse particular.

Feita essa breve digressão, gostaria de perguntar ao depoente se - uma pergunta que o Relator Roberto Magalhães normalmente costuma fazer aos que aqui vêm depor -, S. Exª atribui a alguma razão especial o fato de o José Carlos Alves tê-lo citado entre aqueles que sabiam do esquema. Se S. Exª acha, por exemplo, que a sua condição de Presidente terá influído na determinação ou se outra razão tem para aquela inclusão.

O SR. MESSIAS GÓIS - Não tenho nenhuma explicação. Conheci o Sr. José Carlos Alves quando da elaboração do Orçamento de 1991 para 1992. Ele era assessor da Comissão. Tive um bom relacionamento com o José Carlos. Ele é um rapaz que, realmente, entende profundamente de confecção de Orçamento.

Não sei se pelo fato de eu ter pertencido à Comissão em 1991 para 1992 e depois tornar-me Presidente, ele me colocou no leque, na entrevista dele à revista **Veja**, dos que conheciam do esquema de Orçamento.

Parece-me que ele não tinha muita convicção do que disse, porque aqui, perante essa Comissão, meu nome não foi citado.

O SR. ROBERTO FRANÇA - Pergunto-lhe isso, nobre Deputado Messias Góis, porque no documento que foi encontrado na ODEBRECHT V. Exª é incluído como um Deputado-chave no Orçamento.

De forma que, na verdade, como Presidente da Comissão, acredito que V. Exª não deixa de ser, em qualquer circunstância, considerado uma homem-chave, por isso fiz essa pergunta.

O SR. MESSIAS GÓIS - Foi até bom V. Exª citar esse acontecimento. Eu queria chamar a atenção da Comissão para o fato de que no documento da ODEBRECHT, no primeiro que foi divulgado naquela correria, aparece um número ao lado do meu nome, e meus adversários em Sergipe vibraram, dizendo que eu teria recebido mais de três milhões.

Mas, depois, os ânimos se arrefeceram porque foi descoberto que o número que havia lá era do telefone de meu gabinete que é um número público; todo catálogo telefônico de Brasília tem: 318-5723. Quiseram transformar isso em cruzeiros, cruzados ou dólar, mas depois se convenceram que o número realmente é o número do meu gabinete.

O SR. ROBERTO FRANÇA - Deputado Messias Góis, V. Exª muito bem afirmou que quando pessoas o procuravam, sempre V. Exª indicava o relator-geral ou os relatores parciais; e sou testemunha, como membro da Comissão de Orçamento, que realmente a decisão de aprovação de emendas na primeira etapa cabia aos relatores parciais.

Mas V. Exª tem um papel muito importante e poderia contribuir um pouco mais com esta Comissão com relação à indicação dos relatores parciais. Por exemplo, sabemos que há alguns relatorias extremamente importantes e que, no ano em que V. Exª foi Presidente, não sei se tem conhecimento, mas alguns relatores, durante a fase de sua relatoria, simplesmente desapareceram do Congresso Nacional. Foi difícil encontrá-los até para fazer os pleitos relativos à emendas.

Então, essa indicação, por exemplo, como ela ocorre? É uma indicação partidária? Vários parlamentares falaram, e eu, pessoalmente, não tenho uma visão muito clara ainda. Pode ser que os meus companheiros tenham. Diga-me se a indicação é pelos partidos, pelas lideranças, pela proporcionalidade das bancadas. Que papel tem o Presidente na escolha dos relatores parciais?

O SR. MESSIAS GÓIS - Sr. Deputado Roberto França, de acordo com o Regimento a indicação dos relatores parciais cabe ao presidente.

A indicação do relator-geral cabe ao partido contrário ao partido que indica o presidente da Comissão. No entanto, abdiquei desse direito e, já sabendo do problema da CPI, solicitei, dentro da proporcionalidade, que os partidos indicassem os relatores para vagas que foram divididas também dentro do âmbito da discussão da Comissão.

Recebi, e apenas indiquei, os nomes que os partidos me apresentaram, exceto um. Somente fiz uma exceção por um pedido pessoal da Deputada Irma Passoni; conversando com S. Exª que, possivelmente, a área de Ciência e Tecnologia que é uma área-chave, ficaria para o PT, a Deputada Irma Passoni disse: "Pense no Deputado Alcides Modesto".

Respondi: "Vou nomeá-lo" e o fiz. Ele foi a única escolha minha para a área de Ciência e Tecnologia. O restante foi indicação dos partidos. Veja, por exemplo, que o Deputado Pedro Pavão foi indicado pelo PDS, na época, para a relatoria do Poder Legislativo, se não me engano, ou qualquer coisa nesse sentido.

Inclusive, como eu conhecia bem a Comissão e sabia que ela não tinha qualquer aparelhamento, solicitei ao Senador Mansueto de Lavor, e ele autorizou o Deputado Pedro Pavão a fazer uma proposta reservando para equipamentos da Comissão de Orçamento uma dotação no valor de 150 bilhões para a Câmara e 150 bilhões para o Senado Federal para que pudéssemos equipar a Comissão, porque quando cheguei à Comissão ela tinha um micro de pequena capacidade e uma máquina xerox - posteriormente, seria retirada pelo 2º ou 4º Secretário do Senado - e pedi que a máquina permanecesse.

O SR. ROBERTO FRANCA - Sr. Presidente, apenas para concluir, gostaria de dar o meu depoimento. Durante o período de 1992, quando fiz parte da Comissão presidida pelo Deputado Messias Góis, S. Exª durante inúmeras ocasiões exigiu, para início dos trabalhos e discussão de matéria, a presença do **quorum** físico das pessoas, dos membros da Comissão. Isso durante muitas sessões provocou certa animosidade, uma vez que o número exigido era grande para a presença, mas o Sr. Presidente manteve o seu entendimento, que foi objeto numa expressão.

De forma que, quero dar esse depoimento, embora considere que a sistemática adotada anteriormente, e que vem sendo mantida, inclusive este ano, e de se atribuir ao Relator-Geral e a Relatores Parciais um poder desmesurado, em que o Relator-Geral pode apresentar mil, duas mil emendas enquanto que a maioria dos parlamentares apresenta um número limitado de emendas, o que não tem nenhum poder de aprovação, é uma sistemática que, sem sombra de dúvida, favorece essa montagem de um esquema de privilégios e favorece distorções da elaboração orçamentária.

De forma que, sugiro ao Sr. Relator-Geral, também, que reflita no seu relatório, no sentido de que a alteração substancial dessa sistemática precisa ser mantida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, pediria a palavra para pedir melhor esclarecimento do que sugere o Deputado Roberto Franca.

V. Exª está fazendo uma sugestão ao Relator?

O SR. ROBERTO FRANCA - Estou. Eu fiz uma anteriormente, Sr. Relator, e essa agora é no sentido de que não se pode permitir que os relatores parciais ou relator-geral tenham tão amplo poderes. Na época em que fui membro, dispunham os relatores parciais da atribuição de propor até 25% dos recursos destinados aos investimentos, e o relator-geral com os restantes 75% de todos os recursos orçamentários. Então esse é um superpoder que se dá ao relator-geral em detrimento dos demais membros da Comissão, uma vez que sabemos que a aprovação de centenas, de milhares de emendas, era, na verdade, depois que o relator-geral define a sua relatoria, ela é praticamente aprovada. De forma que é uma estrutura de funcionamento que, sem sombra de dúvida, compromete o bom funcionamento do Orçamento.

Eu anteriormente havia feito a sugestão de que as obras aprovadas no Orçamento, pelo Congresso, propostas tanto pelo Poder Executivo como por iniciativa parlamentar, que essas verbas tenham a sua continuidade assegurada no Orçamento, nos exercícios subsequentes, para evitar que a cada ano os parlamentares precisem renovar as emendas como se isso fosse uma questão de interesse pessoal quando, na verdade, é de interesse público a continuidade da obra e a execução dos programas sem interrupção.

São duas sugestões que eu fiz para apreciação de V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não, Deputado. Em relação a essa segunda estou de pleno acordo. Quanto à primeira, a minha proposta é mais radical: sou pela extinção da Comissão de Orçamento e pela criação de um novo processo de elaboração do Orçamento, que possibilite a transparência, para que o próprio Congresso saiba o que vai votar e a sociedade possa saber o que nós estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado Messias Góis, por favor, receba as minhas perguntas não como qualquer tentativa de buscar envolvê-lo em irregularidades

orçamentárias, mas, sim, como um esforço no sentido de se esclarecer algumas dúvidas porque a permanência delas sempre acaba por deixar as pessoas sob suspeição. Entendo que essa é uma oportunidade que V. Exª tem para nos ajudar a espancar as dúvidas a respeito dos fatos que eu vou aqui, através das indagações, colocar perante V. Exª.

V. Exª conhece o Sr. José Américo de Almeida Filho?

O SR. MESSIAS GÓIS - Conheço.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Ele foi ou é prefeito de Nossa Senhora das Dores?

O SR. MESSIAS GÓIS - Ex-Prefeito de Nossa Senhora das Dores.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Alguma vez V. Exª foi portador de uma solicitação dele ao Ministério da Ação Social, de liberação de recursos da ordem de 300 milhões de cruzeiros, mais especificamente em 18 de maio de 92, recursos que seriam destinados para aquisição de medicamentos e limpeza de canais?

O SR. MESSIAS GÓIS - Deputado, fui com o ex-Prefeito ao Ministro Ricardo Fiúza e ele fez a solicitação, que foi concedida. Agora, limpeza de canais não, porque, se não me engano, saiu a conta de custeio essa votação, e canal em investimento.

O SR. LUIZ MÁXIMO - É porque na auditoria procedida pelo Tribunal de Contas da União foi encontrada, dentro do resultado da auditoria, a xerox de um ofício endereçado pelo ex-prefeito, a que nos referimos, solicitando esses 300 milhões de cruzeiros, e está aqui "no sentido de adquirirmos medicamentos e limpeza de canais para dar uma melhor assistência à nossa população carente".

O SR. MESSIAS GÓIS - Eu poderia adiantar a V. Exª. O prefeito, sem dúvida, no ofício, colocou onde ele poderia ter aplicação dos recursos, mas os 300 milhões, ao que me consta, foram liberados na verba de custeio em subvenção social.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Exª confirmou que esteve presente ao Ministério...

O SR. MESSIAS GÓIS - Com o prefeito.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Com o prefeito. A indagação que eu faria em seguida, mas V. Exª já deixou respondido, é porque ao pé desse ofício, manuscrito, tem o nome de V. Exª, Deputado Messias Góis. Então, V. Exª está realmente expressando a verdade.

Pergunto a V. Exª: conhece o Sr. Giderbal Vieira de Sousa?

O SR. MESSIAS GÓIS - Giderval?

O SR. LUIZ MÁXIMO - ...Vieira de Sousa. Foi secretário da Prefeitura de Nossa Senhora das Dores.

O SR. MESSIAS GÓIS - Giderval... Posso conhecer com outro nome, mas Giderval Vieira de Sousa, secretário..., com esse nome, não. Talvez possa conhecê-lo por um apelido ou qualquer coisa nesse sentido.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Ele foi secretário da Prefeitura.

Lá nesse Município de Nossa Senhora das Dores, V. Exª conhece uma firma com o nome Arimatéia Rosa Sociedade Ltdª.

O SR. MESSIAS GÓIS - Não, Deputado. Quero dizer a V. Exª que faço política em Nossa Senhora das Dores junto com o prefeito e os vereadores, mas não tenho maior conhecimento da vida comercial dessa cidade.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A respeito, nobre Deputado, da liberação desses recursos, V. Exª teve conhecimento de como eles foram aplicados no município?

O SR. MESSIAS GÓIS - Não, Deputado. Minha interferência foi até no Ministério. Solicitei, com o prefeito, ao ministro, e o ministro liberou os recursos. A partir daí, não tive qualquer ingerência.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor não teve conhecimento da execução orçamentária?

O SR. MESSIAS GÓIS - Qualquer ingerência, não participei de nada.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Eu pergunto isso a V. Exª, porque na prestação de contas foi constatado que houve adulteração de notas fiscais dessa firma Arimatéia Rosa Ltdª, e que houve uma transferência da titularidade de cheques emitidos, por conta desses recursos, para a conta do Sr. Giderbal Vieira de Sousa, no montante de 52.577 dólares. Então, desse recurso destinado à prefeitura, parte dele - o que foi até agora constatado, porque a auditoria do Tribunal continua - foi desviada para a conta desse ex-secretário da Prefeitura de Nossa Senhora das Dores, quando era prefeito o Sr. José Américo de Almeida Filho. O senhor tem conhecimento de alguma coisa a respeito disso.

O SR. MESSIAS GÓIS - Como eu disse antes, quando, em algumas vezes que consigo liberação de recursos junto aos ministérios, minha ação vai até a liberação; quanto à aplicação, não tomo qualquer conhecimento.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor nunca teve curiosidade, pelo menos curiosidade, nobre Deputado, de, quando consegue a canalização de recursos para uma entidade, para uma prefeitura, para uma finalidade social de qualquer natureza, saber se pelo menos os recursos foram aplicados para aquela finalidade? O senhor nunca teve essa preocupação?

O SR. MESSIAS GÓIS - Não, Deputado Luís Máximo. Nunca. Porque eu parto do pressuposto de que o prefeito irá aplicar bem os recursos. Como sei que os ministérios têm o acompanhamento, sei da ação do Tribunal de Contas da União, sei da ação do Tribunal de Contas do meu Estado, então, não vou assumir responsabilidade de fiscalização que cabe a outras esferas.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Quer dizer que V. Exª entende isso. É uma questão de ponto de vista; eu, por exemplo, já tenho um entendimento diferente. Acho que compete

ao Poder Legislativo, dentre as suas atribuições, e uma das principais delas é exatamente a fiscalização sobre os atos de gestão e execução orçamentária. Eu sempre tive essa preocupação, principalmente quando Deputado estadual, de sempre acompanhar a aplicação das verbas. Mas se trata de uma questão relativa ao procedimento de cada um, pois cada um entende isso de uma forma.

O que nós temos constatado, Deputado Messias Góis, é que há um desperdício imenso de dinheiro da União. O dinheiro é mal-aplicado, é desviado ou desaparece. Normalmente os Deputados que conseguem a liberação desses recursos entendem sempre que não lhes cabe acompanhar a aplicação dos mesmos. É por isso que faço questão de deixar registrada aqui minha posição com relação a esse assunto.

Nobre Deputado Messias Góis, V. Exª conhece o Município de nome Tomar do Jeru?

O SR. MESSIAS GÓIS - Conheço e digo a V. Exª que a última vez em que estive em Tomar do Jeru foi quando eu era candidato a meu segundo mandato como Deputado estadual. Não é um Município onde tenho base política, mas eu o conheço.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Para ajudar-nos a esclarecer a questão, nobre Deputado, nesse Município...

O SR. MESSIAS GÓIS - Por favor, Deputado, V. Exª poderia repetir a pergunta?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sim. Para ajudar a mim e a Subcomissão a que pertenço a esclarecer o assunto. V. Exª conhece nesse Município a entidade denominada Ação Social e Comunitária Pedro de Balbino?

O SR. MESSIAS GÓIS - Não conheço. Como disse a V. Exª, eu conheço o Município, mas a última vez em que estive por lá era ainda candidato a Deputado estadual. Não tenho nenhum conhecimento de qualquer outra coisa relativa a esse Município.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Eu fiz essa pergunta a V. Exª porque esse Município foi contemplado com 100 milhões de cruzeiros e esses recursos foram totalmente malversados, desviados para contas de pessoas físicas e jurídicas através de fraude fiscal e fraude na prestação de contas. Esses recursos desapareceram e essas pessoas estão fortemente implicadas nesses atos ilícitos. V. Exª, no que diz respeito a essa entidade...

O SR. MESSIAS GÓIS - Eu não tenho nenhuma ligação com o Município de Tomar do Jeru.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado, V. Exª teve alguma participação na obtenção e liberação de recursos no importe de 187 mil e 412 dólares, no decorrer dos anos de 1989, 1991, 1992, para o Município de Itabaiana?

O SR. MESSIAS GÓIS - Embora Itabaiana não seja minha região eleitoral, eu consegui, certa época, 500 milhões de cruzeiros, se não me engano, para a construção de uma escola. E a escola está construída. Outra participação, em Itabaiana, ao que me consta, não há.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado Messias Góis, dentro de uma relação de diversas entidades que receberam subvenções sociais, no decorrer dos exercícios de 1989 a 1992, para fins apenas de amostragem, pergunto a V. Exª se conhece ou não a Sociedade de Ensino e Reabilitação Rosa Azul.

O SR. MESSIAS GÓIS - Deputado, eu conheço essa sociedade cuja diretora me procurou há mais ou menos uns oito ou nove meses e me pediu que encaminhasse ao Ministro da Educação um pedido - parece-me que essa escola trabalha com excepcionais - relativo a transportes ou a qualquer coisa nesse sentido. Eu encaminhei o pedido, mas não houve nenhum atendimento nesse sentido.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E o Instituto Lourival Fontes?

O SR. MESSIAS GÓIS - O Instituto Lourival Fontes é uma das glórias de Sergipe e foi mantido graças ao amor da esposa - já falecida - do Senador Lourival Baptista. Trata-se de uma instituição que trabalha com menores abandonados, dá educação de primeira ordem, e foi a vida de Dª Hildete Falcão Baptista.

Se existe uma entidade de assistência social, em meu Estado, - existem outras - mas esta é um exemplo da boa aplicação dos recursos públicos. Deputado Luiz Máximo, quem visita o Instituto Lourival Fontes, que era mantido com um trabalho ingente, com o trabalho diário do Senador Lourival Baptista, e esse trabalho executado pela Dª Hildete Falcão Baptista, só pode sentir glórias, que em seu Estado haja uma instituição desse tipo.

O SR LUÍS MÁXIMO - Nobre Deputado, como falei a V. Exª, no início, as entidades foram pinçadas, através de amostragem, tendo em vista o valor dos recursos liberados no decorrer desses exercícios importâncias acima de cem mil dólares.

E, eu não conheço entidades, infelizmente, também não conheço o seu Estado, mas, eu queria, realmente, receber essas informações, para que toda e qualquer dúvida ficasse devidamente esclarecida.

E faço a V. Exª mais uma pergunta, que é exatamente para tirar dúvidas que tenho a respeito do que vou ler a V. Exª.

Na reunião do dia 24 de outubro, deste ano, essa subcomissão, através de membros seus, integrantes que foram designados para tal fim, tomara depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos.

E dentre as diversas perguntas que lhe foram feitas a respeito de documentos que tenham sido apreendidos, tem esta passagem: o envelope nº 06, documento 12, um cartão, Construtora OAS, José Nogueira Filho. Não me lembro quem seja, diz José Carlos, que acompanha uma relação de 03 entidades, onde está escrito, com a minha letra, Deputado

Messias Góes, aliás, a relação não é para mim, é para o Dr. Pedro Parente, e o cartão, então, deve ter sido encaminhado ao Dr. Pedro Parente, também, trata-se de relações de obras de interesse do Deputado Messias Góes, eu gostaria que V. Exª fizesse algum comentário a respeito desse trecho, do depoimento do Dr. José Carlos Alves dos Santos.

Porque, aqui, temos a versão dele. Então, é importante para esta Comissão que tenhamos sua palavra a respeito do que aqui ele colocou.

O SR. MESSIAS GOÉS - Por favor, V. Exª tem a relação das obras?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Não, ele não explicita.

O SR. MESSIAS GOÉS - Quero dizer a V. Exª, que onde havia recursos destinados ao Estado de Sergipe, eu pedi.

Encaminhei, onde tinha solicitação para o Estado de Sergipe encaminhei pedido, quando não podia ir pessoalmente eu encaminhava pessoas, que estavam à frente destas obras, talvez até em execução, ou em execução, tranqüilamente, para apressar recursos.

Esse Sr. José Nogueira, da OAS, ele é meu conhecido antes de ser da OAS, e ele foi para Sergipe trabalhar na OAS. Certamente, deve ser alguma obra de interesse do Estado de Sergipe, que eu pedi ao Dr. Pedro Parente para ver a viabilidade da liberação dos recursos. Deve ser nesse caso.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, tem a palavra o nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, o **Jornal do Brasil**, de hoje, na sua página 04, publica uma matéria dizendo: "Congresso pode impedir o fim da construção da Sede do STJ. É o que recomenda a Subcomissão de Subvenções Sociais."

A notícia diz mais, Sr. Presidente: a Subcomissão de Subvenções Sociais vai recomendar a não aprovação pelo Congresso Nacional do pedido de 54 milhões de dólares, feito pelo Superior Tribunal de Justiça, para o término da construção de sua nova sede.

A declaração é do Deputado Giovanni Queiroz, que acrescenta que não é, porque os três Ministros votaram contra Collor, o Congresso deverá aprovar mais verbas para essa obra.

Quero esclarecer, Sr. Presidente, que a Subcomissão de Subvenções Sociais jamais discutiu esse assunto em uma de duas reuniões. Deixo bem claro que inclusive essa matéria não é pertinente às atribuições da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sem dúvida. Agradeço o conhecimento de V. Exª e, aliás, aproveito também para dizer que, ainda há pouco, o nobre Senador Elcio Alvares me dizia que o ex-Ministro Henrique Hargreaves estava magoado com uma declaração que teria sido atribuída a mim e colocada hoje entre aspas no **Correio Braziliense**. Não falei com ninguém sobre isso. E se disse também - olha o disse-me-disse - que o Senador José Paulo Bisol teria dito a mim que o ex-Ministro Hargreaves e a ex-Ministra Margarida Procópio estavam criando dificuldades em apresentar documentos. Nunca isso me foi dito pelo Senador José Paulo Bisol, e jamais eu disse isso a quem quer que seja. No entanto, está irresponsavelmente colocado entre aspas num jornal respeitável da capital da República.

Com a palavra o Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Deputado Messias Góis, V. Exª pode informar a esta CPI quais eram os critérios usados na Comissão para acolher emendas e aprová-las, visto que uns Parlamentares tinham muitas emendas aprovadas e outros poucas? Se dependiam da vontade exclusiva dos sub-relatores, do Relator-geral ou por indicação do Presidente?

O SR. MESSIAS GÓIS - Deputado Costa Ferreira, informaria a V. Exª que há deputado e deputado, senador e senador, na questão de brigar por suas emendas. A aprovação cabe tão-só e exclusivamente aos relatores. O relator tem o poder supremo de acatar ou não qualquer emenda; evidentemente o relator parcial dentro dos limites impostos pelo parecer preliminar, e o relator-geral tem um limite mais amplo. Deveria haver um critério objetivo, mas, infelizmente, não tem; deveria ter, mas não tem.

Também há um fato, que eu já disse há pouco, quando respondi ao Senador Jutahy Magalhães, vamos convir, há muita ambição de muito Parlamentar. Portanto, não tem critério, é a vontade do Relator.

O SR. COSTA FERREIRA - Considerando-se a sua resposta, qual seria a sugestão de V. Exª para corrigir todas as irregularidades que vieram à tona com as investigações desta CPI, cujas irregularidades sangraram do Orçamento da União vultosos recursos com grandes prejuízos para a economia nacional?

O SR. MESSIAS GÓIS - Se V. Exª me permitisse, e o Deputado Roberto Magalhães, embora S. Exª tenha uma posição radical em relação a Comissão de Orçamento, eu poderia afirmar que estas inconseqüências poderiam ser sanadas. Por exemplo, poder-se-ia estabelecer relatorias sobre um mesmo assunto a serem desempenhadas por um grupo de parlamentares. Vamos a uma hipótese: uma relatoria-geral exercida por um trio indicado pelos partidos, numa votação dentro da comissão, o acolhimento da emenda só seria por voto majoritário dos três. No caso das sub-relatorias, reduziria ao máximo o número dos sub-relatores. Quando eu cheguei na Comissão, no último Orçamento, havia 62 ou 72 sub-relatores, eu reduzi para 25. Creio que podemos reduzir para um número menor ainda e, ao invés de deixar na mão de um só sub-relator, também poderia estabelecer um conselho de

relatores, o número não importa, para que não ficasse na vontade exclusiva de um, ou também que aquele um só não sofresse as pressões de tanta gente. Poderia - o que falta na Comissão de Orçamento é assessoria, e temos pessoas do melhor nível aqui na Câmara e no Senado -, se estruturar uma assessoria que acompanhasse o Orçamento desde a confecção no Executivo.

Esses erros poderiam ser sanados se ao invés de um relator individual - o nome não importa - houvesse um conselho de relatores que iria examinar emenda por emenda, proposta por proposta, e só por voto majoritário aquela emenda seria acatada.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra, já que o Deputado Messias Góis referiu-se ao Relator, para perguntar o seguinte: Deputado, por que invés de se falar em Comissão de Orçamento não se parte inicialmente da idéia de que as comissões técnicas do Senado e da Câmara poderiam opinar nas matérias que lhe fossem pertinentes a respeito do projeto de orçamento? Não seria muito mais democrático, não seria muito mais seguro em relação à corrupção, que medra muito melhor nos **petit comité**, nos recintos fechados, por que não?

Outra coisa: por que a Comissão de Orçamento é a única, no Congresso Nacional, que foi criada, constitucionalmente? Por que se deu esse **status** a essa Comissão? Quer dizer, é uma Comissão que não se pode sequer alterar a sua composição sem ter que fazer uma emenda constitucional.

Eu parto, Deputado, do princípio de que, primeiro, se debater a possibilidade do projeto de orçamento ser apreciado pelas comissões técnicas do Senado e da Câmara. E só, numa segunda etapa, se admitir um órgão, específico, colegiado, para cuidar do orçamento.

E mais, o que vou propor, e acho que é muito mais necessário do que se discutir poderes de relatoria ou de sub-relatorias, é que se tenham órgãos eficazes de controle interno e externo, no Congresso e no Poder Executivo.

O SR. MESSIAS GÓIS - Sr. Deputado, Roberto Magalhães, eu diria a V. Exª que, deixando a nível só das comissões técnicas, nós vamos encontrar um gargalo. Quem iria fazer essa sistematização? Porque se a Comissão de Transportes entender que transporte é altamente prioritário, vai colocar tudo em transportes. Vem o pessoal da área de ciência e tecnologia e também coloca em ciência e tecnologia. O pessoal de saúde, coloca em saúde; o pessoal de educação, coloca em educação. E se nós tivermos o Senador João Calmon à frente, aí a educação seria muito bem beneficiada, porque é um dos baluartes em defesa da educação.

Mas nós iríamos encontrar um momento onde todo o mundo colocaria muito recurso e o cobertor é muito pequeno para cobrir todo o mundo. Então, necessariamente, Deputado, nós vamos chegar a um ponto em que se precisa uma sistematização, precisa alguém, um grupo, uma Comissão, para sistematizar tudo aquilo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, V. Exª sabe que todo o projeto relevante, que vai a plenário, ele tem a designação de uma Comissão Especial, onde haverá um Relator. E aí será uma Comissão Especial transitória para relatar o projeto de orçamento, saído das comissões técnicas. E aí haveria o relator-geral no Congresso que iria prestar contas ao Plenário e não ficar até de madrugada, naquele corredor, resolvendo as coisas para depois nos empurrar papelório de doze, treze, quinze páginas, ou, perdão, volumes, ou, então, nos envergonhar perante a opinião pública, como ocorreu este ano, em que chegamos a fevereiro, sem que o orçamento estivesse promulgado e publicado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos retomar a palavra ao Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA - Eu agradeço, Sr. Presidente.

Eu gostaria de fazer ainda duas perguntas ao Deputado Messias Góis. Qual era o critério para a escolha do Presidente, do Relator-Geral e Sub-Relatores do Orçamento, se dependia de alguma indicação, quem era o titular desta?

O SR. MESSIAS GÓIS - Deputado Costa Ferreira, mais diante da consideração que eu tenho a V. Exª, houve um acordo entre os partidos no Senado e na Câmara, quando o Presidente era da Câmara, o Relator-Geral seria do Senado. E de partido contra dois partidos majoritários, no caso, PMDB e PFL. Quanto aos Relatores parciais, no meu caso, quando eu fui Presidente, coloquei a escolha a cargo das lideranças partidárias.

O SR. COSTA FERREIRA - E a última. Eu gostaria que não fosse interpretado pelo colega como uma pergunta capciosa, mas apenas para tirar uma dúvida: a liberação de 5% a que V. Exª se refere, que foi o que conseguiu liberar de suas emendas, tem a ver com os percentuais constatados ao lado dos nomes de parlamentares detectados no relatório da ODEBRECHT?

O SR. MESSIAS GÓIS - Deputado Costa Ferreira, acho que a ilação de V. Exª foi infeliz. Quando eu disse 5% das emendas que eu apresentei, se V. Exª se debruçar sobre as emendas apresentadas pelo Deputado Messias Góis verá que foram emendas destinadas a municípios sergipanos, exclusivamente para municípios sergipanos, municípios onde tenho a minha base eleitoral, municípios onde eu sou conhecido. Quanto a percentuais que aparecem, eventualmente, ao lado de nomes, felizmente, em relação a Messias Góis não aparecem percentuais, aparece o número do meu telefone, numa emenda do Pólo Cloroquímico de Sergipe. O Deputado José Luiz Maia já mostrou um ofício do Governador do Estado dizendo que foi solicitação do Governador do Estado. Se o Senador Jutahy Magalhães estivesse aqui eu daria dois exemplos de emendas carimbadas. E vou dar, Sr. Presidente, aproveito.

Quando do Orçamento de 91 para 92, o Governador do Estado de Sergipe conseguiu carimbar dotações. Está aqui, no nº 13040018311450247, seqüencial 001852-1, tem uma dotação específica já carimbada no Orçamento, já veio pronta do Poder Executivo, duplicação da adutora do São Francisco, em Sergipe. Como Sergipe é um Estado situado no semi-árido, e nós temos a grande riqueza do rio São Francisco, os governadores de Sergipe, desde o Governador Augusto Franco, Lourival Baptista, Celso de Carvalho, José Leite e João Alves - se eu me esqueci de algum, o Senador Francisco Rollemberg pode me ajudar -, Paulo Barreto de Menezes, Antônio Carlos Valadares, todos eles, sem exceção, lutaram para trazer água do São Francisco para outros municípios sergipanos. Hoje. pasmem Srs. Parlamentares, Sergipe tem 1.730 km de adutoras. Nós temos mais de um metro linear de adutora por habitante. Todos os municípios de Sergipe são servidos por água do rio São Francisco ou de algum outro rio sergipano.

Então, nesse caso, consta nos documentos da ODEBRECHT, ao lado dele, Messias Góis.

Outro também é o Projeto Jacarecica, que é uma barragem que fica perto do município onde nasci, perto do Município de Ribeirópolis, mas está no Município de Itabaiana, seqüencial 04054007712350030, seqüencial 001540-2. Valor proposto pelo Poder Executivo e veio já na proposta do Orçamento para 92: 2 milhões 150. O Projeto Jacarecica é uma adutora onde o governo do Estado, o atual governador, mas um projeto de quando ele foi governador pela primeira vez, é um projeto de irrigação por água de açude e um projeto que está sendo a redenção do Município de Itabaiana, que tem uma vocação agrícola muito grande. Então, cito, para quem talvez não soubesse o que é uma emenda carimbada, esses dois casos, e também me reportando, não tem qualquer ilação, Deputado Costa Ferreira, que os 5% que eu consegui liberar, dotações, friso, são pedidos para prefeituras municipais do Estado de Sergipe com eventuais percentuais que possam aparecer em qualquer documento.

O SR. COSTA FERREIRA - Quero dizer a V. Exª que a minha dúvida foi dissipada e eu estou muito grato pela gentileza de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço e tenho a impressão que quando V. Exª fez a ressalva de que a pergunta não seria capciosa, deixou claro que ela seria especiosa, pelo menos. (Risos)

Pela ordem, me pediu a palavra o Deputado Pedro Pavão. Mas está lendo o jornal?

O SR. PEDRO PAVÃO - Não, Sr. Presidente, desculpe-me!

Ilustre Deputado Messias Góis, V. Exª fez uma referência à minha participação como Relator parcial e eu queria aqui lembrar que, quando da confecção do relatório parcial do que me cabia de responsabilidade - que era a Câmara, o Senado e o Tribunal de Contas -, tomei a iniciativa de convidar os dois Diretores da Casa e o Ministro Carlos Átila para discutirmos os recursos que cabiam a mim a responsabilidade de distribuição e que naturalmente não atendiam às exigências das três.

Ficou definido que faríamos um relatório parcial de encaminhamento ao Relator-Geral e que caberia a ele, naturalmente, a responsabilidade de atender. Portanto, foi o primeiro relatório parcial aprovado com aplausos na Comissão de Orçamento. Outros se seguiram, mas foi aquele o primeiro relatório parcial que não acatou nenhuma emenda e que, portanto, não caracterizou nenhuma modificação.

E também assumir aquilo que foi dito pelo Deputado Roberto França, que, de fato, todas as reuniões, para que elas acontecessem, haveria a necessidade de número regimental físico; caso contrário, ela não aconteceria.

Aproveitando, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer apenas uma única pergunta ao depoente, ao...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Deputado Pedro Pavão...

O SR. PEDRO PAVÃO - Pois não!

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - V. Exª pediu a palavra pela ordem?

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, eu queria apenas me justificar: perdi o prazo de inscrição, que seria há meia hora, e solicito uma gentileza por parte da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Se o Vice-Presidente, no exercício eventual da Presidência, abrir esse precedente, vai ser destituído da Vice-Presidência.

O SR. PEDRO PAVÃO - Agradeço, Sr. Presidente, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, confesso que fiquei surpreso com a declaração do depoente quando disse que não veio aqui para "dedurar" ninguém.

Eu me pergunto qual o conceito que os Parlamentares estão tendo sobre esta CPI, porque, nobre depoente, queremos aqui obter informações e temos assistido a depoimentos que representam frustrações constantes.

Até agora, nenhum Parlamentar que participou da CPI do Orçamento teve a sinceridade de comentar, de forma aberta, como funcionava aquela CPI, como se articulava aquela Comissão, como se articulavam os interesses internos. Isso não é algo ilegal, algo ilegítimo, mas é fundamental essa informação para que possamos formar um juízo, para que o Relator possa inclusive ter segurança para fazer suas propostas. E essa frustração vem se repetindo; quero apenas salientar isso.

Acho que foi uma expressão infeliz, que não condiz com o objetivo real e com a expectativa da sociedade brasileira em relação a esta CPI.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra, como Relator, para dar um depoimento sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou há sessenta dias como Relator desta Comissão. Jamais, jamais fui procurado por qualquer membro desta Comissão, titular ou suplente, que me fizesse delação contra qualquer Colega. E mais: não senti, não pressenti, por parte de ninguém nesta Comissão, o desejo de utilizá-la como instrumento político para a destruição de adversários. Inclusive, não quero citar nomes, mas os senhores sabem que aqui se discutiu a possibilidade de convocação de políticos de renome nacional que têm adversários aqui e nos seus Estados, e esses adversários jamais, jamais, por palavras ou gestos, tiveram, em qualquer momento, revelado o desejo de atingir o seu adversário através desta Comissão.

Por isso, quero dizer que Messias Góis, que conheço bem, certamente usou o seu linguajar simples sem querer, acredito, atingir ninguém. E, se o quisesse, também não atingiria, porque acho que ninguém melhor do que o Relator pode dar este depoimento.

O SR. MESSIAS GÓIS - Sr. Presidente, pela ordem.

Para tirar a dúvida: Deputado Sérgio Miranda, quero pedir perdão, então. Quando falei foi dentro de um contexto. Quando o Senador, se não me engano, falou... Quero dizer que tive uma altercação com uma pessoa, com a qual tenho uma boa aproximação, na penúltima sessão, quando das discussões inclusive dos destaques, dos 6 mil destaques. Tive essa altercação com o Deputado Geddel Ferreira Lima, com quem me relaciono muito bem, mas muito bem mesmo, que me fez sair chorando de raiva. Chorando, Deputado! Chorando de correr lágrimas! Depois me recompus. Aí os Deputados Giovanni Queiroz, Freire Júnior e outros me acompanharam, eu me recompus e voltei a presidir os trabalhos na fase da discussão e quando eu disse "dedurado", Deputado, não o fiz com a intenção de ferir ninguém. Foi dentro daquele contexto. Empreguei a palavra errada e por isso peço perdão a todos. Não tive intenção de ferir ninguém. Apenas tive a intenção de dizer que eu queria omitir nomes, porque eram questões pessoais. Era questão de desentendimentos momentâneos que não implicavam, em hipótese alguma, nos trabalhos da Comissão de Orçamento. Foi esse o sentido das minhas palavras naquele momento.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Apesar das explicações, a frustração permanece, porque esclarecimentos sobre a Comissão de Orçamento têm sido muito poucos. Vou tentar aprofundar nessa linha para ver se obtenho alguma informação.

Nobre Deputado, ao verificar o relatório do Deputado José Luiz Maia - quando foi ele Relator do SDR para o Orçamento de 92, no seu relatório deparamo-nos na Sucomissão de emendas com a seguinte característica dos subprojetos apresentados, nas emendas aprovadas pelo Deputado José Luiz Maia, com a seguinte curiosidade: a concentração em três Estados da liberação dos recursos daquelas emendas. Foram liberados para Sergipe 22%, para Pernambuco, 38% e para o Piauí, 20%.

O que me chamou a atenção, estudando essas liberações, é que das 51 emendas liberadas, emendas feitas pelo Relator, Deputado José Luiz Maia, para o SDR, 24 foram para Sergipe. De 51, 24 foram Sergipe! E não foram emendas de grande porte. Eram a maior parte emendas pequenas, sob o título genérico. Por exemplo: ... do Desenvolvimento Municipal a cargo do Governo, emendas para Gararu, Pedra Mole, Propiá, São Domingos, Ribeirópolis, Nossa Senhora das Dores, Cariri, Itabaiana e tantas outras. A emenda mais expressiva era a do Pólo Cloroquímico de Sergipe. Pergunto a V. Exª há uma expressão usada aqui na Comissão de Orçamento, dentro do jargão da Comissão de Orçamento, a chamada **"troca de chumbo"**. V. Exª sabe o que é **"troca de chumbo"**? Ou não?

O SR. MESSIAS GÓIS - Devo entender.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - É um acordo entre parlamentares de um aprovar a emenda do outro. Houve alguma influência de V. Exª na elaboração desse relatório do Deputado José Luiz Maia?

O SR. MESSIAS GÓIS - Deputado Sérgio Miranda, infelizmente não poderia haver **"troca de chumbo"** porque eu não tinha espingarda também. Fui Relator da Receita ...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - E da Reserva de Contingência...

O SR. MESSIAS GÓIS - Da Reserva de Contingência, mas V. Exª leia a Constituição e saberá que Reserva de Contingência e 3% do montante. Da a própria Constituição que fixa esse montante.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Mas na Comissão de Orçamento está havendo alterações na Reserva de Contingência. Fazem-se projetos mexendo nas Reserva de Contingência.

O SR. MESSIAS GÓIS - Os parlamentares, por falta de um maior esclarecimento na elaboração das emendas, como não querem apresentar emendas por anulação parcial de projetos outros de outros Estados, fazem o mais simples por conta da Reserva de Contingência. Ora, essa Reserva não pode receber qualquer diminuição, tem que ser exatamente 3% da proposta. Então com o Deputado José Luiz Maia não houve nenhuma **"troca de chumbo"**.

E eu, Messias Góis, como integrante da Comissão, trabalhei duramente, Deputado Sérgio Miranda, na Comissão de Orçamento do ano de 91 para o Orçamento de 92, porque nós tivemos primeiro a parte do Regimento Interno da Comissão e depois na confecção do Orçamento. E como eu sabia que quem não pede não tem, eu encarnei naquelas

áreas onde poderia existir a liberação de recursos para o meu Estado. E consegui com o Deputado José Luiz Maia.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª atribui as liberações tão vultosas para Sergipe ao fato de V. Exª ser o Presidente da Comissão de Orçamento? De fato há um fenômeno estranho: três Estados concentram 80% da liberação de verbas do SDR, de emendas.

O SR. MESSIAS GÓIS - Eu não era presidente na época que eu...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Em 92, para o Orçamento de 93. Porque as liberações foram em 92.

O SR. MESSIAS GÓIS - Deputado Sérgio Miranda, ocorre o seguinte: quando eu pedi e consegui a aprovação pelo Relator, eu era um simples membro...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu estou falando da liberação.

O SR. MESSIAS GÓIS - Eu era um simples membro; quando eu fui Presidente, como qualquer outro parlamentar, eu não deixei de freqüentar, freqüentei gabinetes de ministros, solicitando a liberação dos recursos. Não sei se o ministro liberou pelo fato de o Deputado Messias ser Messias ou pelo fato de o Deputado Messias ser Presidente da Comissão de Orçamento. Em todo canto, até hoje, eu me apresento como Deputado Messias Góis, nunca me apresentei por outro título que eventualmente possa, por outra função, desempenhar. A liberação foi um trabalho pessoal meu, um trabalho suado que eu consegui junto às áreas onde tinham emendas.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Acho que também não ajuda esclarecer, Sr. Presidente, porque muitos outros Deputados também suam aqui nesta Casa. Muitos Deputados pedem, muitos Deputados se empenham e não têm os mesmos resultados. Seria uma oportunidade nós de esclarecermos como isso ocorre; isso pode ser algo legal, plenamente legal, não estamos alegando ilegitimidade de nada, mas também não sou esclarecido.

Deputado Messias Góis, V. Exª, em 90, apresentou 13 emendas, aprovou nenhuma. Em 91, apresentou 67, aprovou 24. Em 92, apresentou 202, aprovou 64. Em 93 apresentou 91, aprovou 85. Em relação ao Orçamento de 93, elaborado em 92, havia uma regra na Comissão de que cada parlamentar apresentaria 30 emendas preferenciais, para tentar limitar o número excessivo de emendas que tinham sido apresentadas em 91?

O SR. MESSIAS GÓIS - Havia.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Por quê?

O SR. MESSIAS GÓIS - No entanto a própria Comissão e o parecer preliminar permitiu..

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Que se apresentassem mais emendas...

O SR. MESSIAS GÓIS -...que pudessem os relatores usar e aprovar emendas ordinárias que eram em número ilimitado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim, mas o conjunto da Casa estava informado de que cada parlamentar apresentaria 30 emendas preferenciais e poderia apresentar outras emendas. Havia o comentário de que poderia apresentar as emendas até mesmo por uma questão política dos seus municípios, mas essas emendas nem seriam apreciadas para evitar o número excessivo; e, ao contrário, alguns parlamentares superaram as chamadas 30 emendas preferenciais e tiveram aprovadas um número expressivo de emendas, parlamentares que compunham, de certa forma, o núcleo de poder da Comissão de Orçamento. (Eu pediria ao Senador Pedro Teixeira que me permitisse fitar o depoente.) Então, essa questão para mim também é algo que precisava ser melhor esclarecido, V. Exª poderia nos ajudar a esclarecer mais sobre essas coisas.

O SR. MESSIAS GÓIS - Esclareço. Deputado Sérgio Miranda, como eu disse há pouco, quando da aprovação do relatório-geral, foram apresentados 6 mil, quase 7 mil destaques; quando da aprovação dos relatórios parciais também são apresentados destaques em número ilimitado. Todo e qualquer parlamentar, querendo, apresenta destaques de emendas que não foram acatadas inicialmente pelo relator e o relator tem que se debruçar sobre aqueles destaques e parte para a negociação política.

Quero dizer a V. Exª que parei a discussão dos relatórios do FNDE e do Ministério da Educação, a parte global, durante um dia e meio, para tentar chegar ao entendimento quanto aos destaques apresentados. E, posteriormente a esses destaques apresentados, os Deputado Ubiratan e Eraldo Tinoco trabalharam quase um dia inteiro ouvindo individualmente cada um dos Parlamentares.

Quando da apresentação do relatório feito pelo Deputado Paulo Mourão - relatório do Ministério da Ação Social -, Deputado Sérgio Miranda, um Deputado foi agredido, eu diria até que moralmente. Ele foi chamado de irresponsável porque seguiu o limite imposto pelo relatório preliminar. Por exemplo, o Estado de Alagoas, uma hipótese, só podia caber dentro do Relatório nº 2.135.

Então, alguns Deputados - não é o caso específico de Alagoas, citei-a como exemplo - foram agredidos moralmente, chamaram o Deputado de irresponsável! O relatório dele só foi aprovado depois que, num entendimento com as Lideranças, eu tirei.

É bom eu chamar a atenção: esse orçamento que está aqui, esse valor foi o Orçamento apresentado pelo Governo Collor de Mello. Depois, o Governo Itamar assumiu; por 40 dias o projeto foi retirado e voltou com um outro orçamento. Com isso, houve um atraso na apreciação do processo orçamentário.

Tínhamos três níveis de relatoria: tínhamos relatorias parciais, relatorias setoriais e relatoria geral. Os relatores parciais teriam direito de alterar até 15% da proposta orçamentária; os relatores setoriais teriam direito até 10% e o relator-geral não teria limite. Isso foi aprovado no relatório parcial.

No caso específico do relatório da Ação Social, para que houvesse uma acomodação, para que o relatório fosse aprovado depois de uma briga imensa - e o Deputado Giovani estava presente nessa discussão -, foi necessário que nos reuníssemos, as Lideranças, e chegássemos a uma conclusão. Como dentro do prazo não vai ser possível a apreciação do Relator setorial, vamos tirar 5% para que o Relator parcial possa atender esses destaques.

E, nesse caso, Deputado Sérgio Miranda, eu diria a V. Exª com a maior segurança: os Deputados e Senadores que estavam brigando por lá aprovaram muitas emendas ordinárias, porque havia quase briga de tapa para apreciar e aprovar emendas!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado!

Tenho mais algumas perguntas rápidas, Sr. Presidente.

V. Exª fez uma referência explícita que nunca apresentou emenda para nenhum outro Estado, apesar de que reconheci que isso não é nenhum problema, pois o Deputado Federal pode apresentar emendas para outros Estados. Mas, no nosso relatório, há uma emenda para Santa Catarina. V. Exª se recorda dessa emenda?

O SR. MESSIAS GÓIS - Nunca falei que não apresentei emenda para outro Estado. V. Exª talvez esteja equivocado!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, V. Exª falou ao responder num questionamento.

O SR. MESSIAS GÓIS - Emendas, emendas! Apresentei no Orçamento de 1990 para 1991, parece-me, por solicitação do Secretário, na época, do SDR, uma série de emendas institucionais globais. Se assinei alguma para Santa Catarina, não me recordo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não.

V. Exª participou do núcleo de Parlamentares que colaborou com o novo Relator do Orçamento de 1992, Deputado Ricardo Fiúza, que se reunia no PRODASEN? Pelas informações que temos, esse núcleo era composto pelos seguintes Parlamentares Deputados - e V. Exª está incluído entre eles. Se V. Exª pudesse esclarecer...

O SR. MESSIAS GÓIS - Nem precisa citar, eu participei.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sei, mas vou saber se V. Exª confirma a participação dos outros Parlamentares: Deputado Eraldo Tinoco, Deputado Felipe Mendes, Deputado Flávio Derzi, Deputado José Carlos Aleluia, Deputado José Luiz Maia, Deputado Manoel Castro, Senador Mansueto de Lavor, Deputado Messias Góis e Deputado Sérgio Guerra. V. Exª confirma?

O SR. MESSIAS GÓIS - O Senador Mansueto de Lavor e o Deputado Sérgio Guerra eu nunca vi no PRODASEN tratando desse assunto.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O Deputado Sérgio Guerra me confirmou que já participou.

O SR. MESSIAS GÓIS - Bem, eu nunca vi!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O Senador Mansueto de Lavor V. Exª nunca viu?

O SR. MESSIAS GÓIS - Não!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Deputado Messias Góis, a nossa Subcomissão, apesar da precariedade de informações, formalizou um raciocínio que está trabalhando nesta tese. Infelizmente é uma tese que, para a sua confirmação, será necessário a ajuda de vários Parlamentares, que se organizou em várias etapas na Comissão de Orçamento o "núcleo de poder". Diferenciamos três etapas da comissão de Orçamento até 88.

Até 88, havia um revezamento entre o Senador Rachid Saldanha Derzi e o Deputado João Alves. Em um ano, o Senador era o Presidente, o Deputado era o Relator. No ano seguinte, havia a troca: o Senador passava para Relator e o Deputado era o Presidente. Nesse período foi que se iniciou uma... para em função do prestígio dos membros da Comissão de Orçamento, que eles recebiam ou indicavam entidades de dotação global do Ministério.

A partir de 88, forma-se um outro núcleo de poder - de 88 até 91 - onde a surpresa de começar poder mexer no Orçamento, porque não poderia mexer com um grau de intensidade maior até a promulgação da Constituição, se forma um outro "núcleo de poder" que permanece, se fortalece nas questões das dotações globais.

A partir de 91, articula-se um outro núcleo de poder com características diferenciadas. A crise de 91, altera-se por causa da denúncia dos "sete anões" - matéria na **Veja**. Altera-se os sub-relatores das relatorias ou dos programas mais importantes, que concedem verbas.

V. Exª pode colaborar em alguma coisa para esta CPI em função desta tese? Esta tese está errada ou esta tese está certa? Que informações... V. Exª foi Presidente da Comissão de Orçamento tem condições de informar se existia ou não esse "núcleo de poder" que influenciava as principais sub-relatorias? Existia ou não um núcleo que, através das dotações globais de verbas de subvenções sociais, enviava listas para os Ministros correspondentes de entidades ligadas a esses Parlamentares? Como é que isso funcionava, Deputado Messias Góis? Porque essa é a pergunta, a informação mais precisa. Quando se discutiu a convocação de V. Exª eu fui um dos que insistiram; disse: "olha, nós não temos denúncias em relação ao Deputado Messias Góis. Mas achamos que ele pode ser um informante. Não um "dedo duro", não é, mas um colaborador desta CPI, para esclarecer o que ocorria na Comissão de Orçamento".

Nós temos ouvido aqui, através de depoimentos, Deputado Messias Góis, as expressões mais grosseiras em relação à Comissão de Orçamento, dizendo que ali havia um ambiente promíscuo de relação de empreiteiras e Parlamentares assediando os relatores para inclusão de emendas, reuniões... - isso foi dito por Parlamentares. Então, como V. Exª foi Presidente da Comissão de Orçamento, que colaboração V. Exª pode dar a esta CPI para decifrar esse enigma não para os membros da Comissão de Orçamento, mas para o povo brasileiro e para o Congresso Nacional?

O SR. MESSIAS GÓIS - Deputado Sérgio Miranda, eu respondo do dia que eu estive na Comissão. Quando eu fui para a Comissão de Orçamento trabalhar o Orçamento 91/92, eu era Vice-Líder do PFL na Câmara dos Deputados e, nessa condição, fui indicado para coordenar o trabalho do PFL dentro da Comissão. Como naquele tempo ainda havia um entendimento ou havia uma decisão, da qual não participei, que o Relator da LDO seria o Relator-Geral do Orçamento, mas houve uma discussão, um atrito com o Deputado João Alves, e o Senador Ronaldo Aragão, sem me consultar, de plenário nomeou-me relator. Não houve consulta prévia. Participei como membro ativo da Comissão, representando o meu Partido o tempo todo. Agora, não participei de qualquer manobra visando fortalecer esse ou aquele grupo ou esse ou aquele interesse.

No entanto, quando eu assumi a Comissão, assumi e dei outra dimensão. Em momento nenhum, Deputado Sérgio Miranda, eu tomei decisões solitárias. Sempre e sempre - e eu chamo testemunhas, por exemplo, o Deputado que está aqui quase a minha frente, o Deputado Giovanni Queiroz - sempre e em todo momento eu ouvi os outros três membros da Comissão e todas as lideranças. Recordo-me muito bem que, para indicar, por exemplo, os relatores da área que coube ao PDT, recebi a delegação do PDT, no meu gabinete, de nº 734, do Anexo IV, onde o PDT dizia: "Nós temos, dentro do Ministério da Agricultura..." - e outra parte que me parece que é parte de porte ou negócio desse tipo - "...o Deputado Élio Dalla-Vecchia será o Relator dessa área e o Deputado Valdomiro Lima," - se não me engano - "Relator daquela outra área." Como também ocorreu com o PSDB. Eu recebi a comunicação: "O Deputado Osmânio Pereira será Relator disto e o Deputado - não sei quem - do PSDB, Relator daquilo". Recebi a comunicação do PTB: "O Deputado Rodrigues Palmas será o Relator - se não me engano foi da FUNASA..." ou qualquer coisa neste sentido.

Portanto, Deputado Sérgio Miranda, em momento algum, tomei decisão solitária para beneficiar ou para fazer uma conjuração no sentido de formar um outro grupo. Seria a quarta etapa dessa tese que V. Exª está desenvolvendo - em momento algum. E digo mais Deputado Sérgio Miranda: quando V. Exª fala em dotação global, entendo que é aquela dotação que consta do Orçamento. E nesse Orçamento de 1991 parece-me que havia 120 bilhões de cruzeiros para subvenções sociais. Sabe o que eu fiz, Deputado Sérgio Miranda? Havia aqui um costume - não há nenhuma lei ou nada neste sentido - em que cada parlamentar, quando chegava o Orçamento, tinha uma pequena subvenção: bolsa de estudo para uma escola, qualquer coisa nesse sentido. E o que veio no Orçamento que eu presidi foram 3 milhões de cruzeiros. Então, eu reuni as Lideranças - tudo eu fazia com as Lideranças - e disse: "Pessoal, isto é um achincalhe. O Poder Executivo nos está impondo 3 milhões de cruzeiros. Vamos fazer o seguinte: vamos elevar essa dotação individual para 30 milhões de cruzeiros e anularemos, praticamente, a subvenção social". E isso foi feito. O parlamentar que quis apresentou pedidos de subvenções no valor de 30 milhões de cruzeiros. Só que quero dizer que estive recentemente com o Ministro Jutahy Magalhães e nenhuma dessas subvenções foram liberadas.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu não tenho mais perguntas, nobre Presidente, mas o Deputado Messias Góis se coloca apenas na sua defesa pessoal. Não estamos acusando o Deputado; queremos obter informações e não conseguimos obtê-las. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Deputado, V. Exª é proprietário do apartamento 402 no Edifício Parque Viladouro, em Aracaju?

O SR. MESSIAS GÓIS - Deputado Zaire Rezende, fui proprietário desse apartamento. Quero dizer a V. Exª: sou proprietário rural e me foi oferecida a compra de uma área de terras vizinhas à fazenda que herdei de meu sogro, uma área de terra que tem o nome, em escritura, de Fazenda Requeijão Três, em 1980. Então, como eu tinha recursos totais para pagar, vendi esse apartamento a um irmão meu, Elias José de Góis, de quem sou hoje, infelizmente - e digo com tristeza - inimigo pessoal. Eu vendi, mas ele não quis passar porque era um apartamento que estava em financiamento pelo BRADESCO. Então, eu passei uma procuração, lavrada no Cartório do 5º Ofício, em Aracaju, no livro 178, fls. 19, passando o apartamento para esse meu irmão. Eu não me recordo mais qual foi o valor que ele me deu. No entanto, hoje, o apartamento já foi vendido. Ele recebeu, e está aqui o recibo onde ele acusa o recebimento de 3 milhões e 400 mil, datado o recibo de 25 de julho de 1993 e a escritura, já de venda, desse apartamento, feita, já este ano, se não me engano, também no mesmo Cartório do 5º Ofício. (Pausa)

O SR. ZAIRE REZENDE - Esse imóvel está registrado em seu nome no Cartório do Registro de Imóvel da Segunda Circunscrição de Aracaju, em 30/09/81.

O SR. MESSIAS GÓIS - Certo. Está registrado.

O SR. ZAIRE REZENDE - Apenas um esclarecimento.

O SR. MESSIAS GÓIS - Só que não era meu mais; legal e juridicamente era meu, porque o registro imobiliário estava em meu nome; mas, na realidade, esse apartamento

deixou de ser meu no ano de 1980, quando eu entreguei a esse meu irmão. E, por sinal, quando fui eleito Deputado, como deixar uma casa fechada era ruim, aluguei a casa que era minha, lá em Aracaju, e vim morar nesse apartamento até que adquiri outro.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Deputado Messias Góis, no dia 02 de janeiro de 1991, constatamos em sua conta corrente a existência um depósito no valor de 3 milhões e 7 mil cruzeiros, correspondentes a 17 mil 241 dólares. Em sua declaração de rendas, ano-base 1990, em 31 de dezembro, dois dias antes da realização deste depósito referido, não consta disponibilidade correspondente a esse valor.

Em janeiro de 1991, conforme sua declaração de rendas, ano-base 1991, não consta declaração de resultados ganhos ou rendimentos. E eu pergunto: quais esclarecimentos presta V. Exª a respeito desses fatos?

O SR. MESSIAS GÓIS - Deputado, sinceramente eu não sei, não tive acesso nenhum às minhas contas, eu não fiz nenhuma auditoria nas minhas contas, mas, se me derem acesso, eu poderei explicar, porque eu não sei, em 91, de onde é, como é que se diz, qual a origem do depósito, eu não sei se foi em cheque ou em dinheiro, eu não sei de nada.

O SR. ZAIRE REZENDE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Vivaldo Barbosa. S. Exª não está presente.

Com a palavra o último inscrito, o nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, nobre Deputado Messias Góis, eu vou fazer uma pergunta referente não ao período em que V. Exª foi Presidente da Comissão de Orçamento, mas vou referir-me ao período anterior.

Eu, Deputado Messias Góis, tenho a avaliação de que existia um núcleo de poder na Comissão de Orçamento. E também quero dizer a V. Exª que talvez a maioria da Casa fosse omissa em relação ao núcleo de poder. Mas existia em relação a muitos Congressistas, de todos os partidos, uma atenção e uma preocupação em relação ao núcleo de poder.

Considerando que V. Exª foi Relator da LDO, em 91 para o Orçamento de 92, considerando que V. Exª foi um dos coordenadores das negociações que se desenvolveram no Orçamento de 92 feito em 91, porque V. Exª não era nem presidente, nem da Mesa, nem Relator, mas era um dos coordenadores, aqueles impasses V. Exª coordenava e participava ativamente. E como o Orçamento de 91 tem um problema que nós temos que esclarecer, que foi aquele famoso acordo do Orçamento carimbado que veio do Executivo. Acordo esse que passou por reuniões com o núcleo de poder do PMDB, na Comissão de Orçamento, com o Senador Ronaldo Aragão, Deputado Genebaldo Correia. Existem atas sobre isso?

Qual era a participação, o conhecimento de V. Exª em relação ao acordo para aprovar o Orçamento carimbado de 92, feito em 91? Esse fato existiu. E como V. Exª participava da Comissão de Orçamento, como um dos coordenadores das negociações, essa é uma questão política importante a ser esclarecida, antes que V. Exª fosse Presidente da Comissão de Orçamento.

O SR. MESSIAS GÓIS - Deputado José Genoíno, tive muita discussão com V. Exª sobre Orçamento.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Bastante.

O SR. MESSIAS GÓIS - Inclusive V. Exª dizia brincando ou com algum grau de seriedade, porque eu sei que V. Exª é um homem atuante nesta Casa: "Messias, vamos implodir aquela Comissão."

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Exatamente.

O SR. MESSIAS GÓIS - Não é isso?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Se V. Exª tivesse seguido o meu conselho...

O SR. MESSIAS GÓIS - V. Exª também sabe que eu era aliado seu, no célebre "Jumbão", onde eu tomei um belo carão do Senador Nelson Carneiro, quando eu disse lá qualquer coisa e o Senador disse: "Em 40 anos de parlamento, eu nunca fui desacatado por um deputado e fui por V. Exª. Depois, eu pedi perdão a ele. Agora, em momento algum, Deputado José Genoíno, eu ouvi dizer ou participei desse carimbo. Depois ouvi, em depoimentos aqui, em documentos que o Senador Suplicy, se não em engano, mostrou que houve. Em momento algum eu participei desse problema.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputado Messias Góis, quando V. Exª foi Presidente da Comissão de Orçamento teve um episódio que ficou conhecido na Casa, quando a Casa não encontrava o Relator-Geral, Senador Mansueto de Lavor, nem na Comissão, nem no seu gabinete, nem em lugar nenhum do Congresso (Inclusive V. Exª deve estar lembrado que para retratar isso nós fizemos um cartaz no plenário: "Procura-se o Relator-Geral da Comissão de Orçamento"), ninguém sabia onde ele estava fazendo o Orçamento. Isso é um fato notório, que está registrado inclusive com cartaz que foi exposto pelo líder do meu partido na época, Deputado Vladimir Palmeira.

A relação do Presidente com o Relator não era tão distante, nobre Deputado Messias Góis. Digo isso porque sei que V. Exª teve uma preocupação de ouvir todos os partidos na Comissão de Orçamento.

Considerando que houve esse problema e considerando que o nome de V. Exª consta na lista dos documentos da ODEBRECHT, mas não consta no sentido de propina nem de percentual, vou deixar bem claro, mas consta como uma pessoa importante, evidentemente porque era Presidente da Comissão de Orçamento, e como, Deputado Messias Góis, estamos hoje com documentos da ODEBRECHT, convencidos de que existia uma relação das

empreiteiras com a Comissão de Orçamento muito mais profunda que simplesmente um **lobby**, era uma relação muito próxima, muito direta, muito orgânica, quando V. Exª foi Presidente da Comissão de Orçamento, não estou acusando V. Exª, estou discutindo o problema da relação promíscua das empreiteiras com a Comissão de Orçamento, que isso eu afirmo que era uma relação promíscua, uma horizontalidade total, ninguém sabia quem era o assessor, quem era lobista, era uma coisa muito horizontal, o que V. Exª pode informar a esta CPI? Pois agora finalmente estamos implodindo a Comissão de Orçamento, finalmente, sobre os contatos que as empreiteiras tinham com V. Exª. V. Exª tinha contato com as empreiteiras, e era normal que tivesse.

O SR. MESSIAS GÓIS - Claro.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Como eram esses contatos? Quais eram as preocupações delas? Qual era a lista de prioridade das empreiteiras, uma por uma? Quais as emendas prioritárias delas? O que reivindicavam junto a V. Exª, como Presidente da Comissão? Isso é uma informação política importante, nobre Deputado Messias Góis.

O SR. MESSIAS GÓIS - Deputado José Genoíno, eu quero deixar bem claro, como V. Exª afirmou, e estou dizendo isso dirigindo-me ao meu Estado, Sergipe, eu soube que alguns adversários estão gravando esse depoimento para explorar em futuras campanhas eleitorais, dizendo que ao lado do meu nome tinha percentuais. V. Exª diz muito bem que efetivamente ao lado do meu nome não existe qualquer percentual.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Diz que V. Exª é uma pessoa importante.

O SR. MESSIAS GÓIS - Era uma pessoa importante no caso, porque estava como Presidente da Comissão.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Isso.

O SR. MESSIAS GÓIS - Agora, quanto ao relacionamento com o Senador Mansueto de Lavor, Deputado José Genoíno, eu digo isso com a maior satisfação, tive sorte. Tive sorte de ter um executivo da Comissão que me ajudou. Tive sorte de ter lideranças partidárias que estavam acordadas para qualquer problema maior dentro da Comissão de Orçamento. E tive sorte, também, de ter o Senador Mansueto de Lavor como relator. Desde o primeiro momento coloquei o seguinte: "Mansueto - e disse sem chamá-lo de Senador - em momento algum aceite que Messias dite qualquer norma para você, mas também em momento algum queira dirigir a Comissão de Orçamento. Eu lhe encaminharei todo e qualquer pleito que me for feito e vai ter muita gente me procurando, porque a cultura daqui é que o Presidente pode fazer tudo também." E dentro da cordialidade que tínhamos, falavam: "Messias, me ajude nisso, veja esta emenda, encaminhe-me, fale com o Relator, fale com aquele." Mas eu mantive com o Senador Mansueto, para que ele tivesse plena autonomia de vôo, o melhor nível de cordialidade e de entendimento. Agora o entendimento: eu não interferia na área dele, nem ele interferia na minha área.

Por que isso, Deputado José Genoíno?

Porque eu já tinha sabido do passado. Acusava-se o passado, tinha fatos que poderiam haver ilação com o futuro.

Então, tomei essa precaução. E, mais, Deputado José Genoíno, a tal ponto e já escaldado pelo problema levantado pelo Senador Eduardo Suplicy, eu determinei que nem o Presidente Messias Góis teria acesso ao PRODASEN. Só o Senador Mansueto teria acesso ao que já estava no PRODASEN.

E, mais ainda: todo e qualquer relatório só poderia ser visto depois, com o disquete na mão de todo mundo, de todos os líderes partidários. E mais: determinei, e foi cumprido, que só chegou ao Plenário da Comissão o Orçamento publicado, em volume publicado, para não ocorrer qualquer modificação futura.

Portanto, eu não quis saber do passado, Deputado José Genoíno, porque já estava alertado até pelas brincadeiras de V. Exª. Eu quis fazer o futuro, e o futuro eu fiz.

Dei plena liberdade aos relatores; dei plena liberdade ao Relator-Geral; coloquei-me na posição, apenas, de administrador do processo orçamentário, administrador do processo de tramitação do Orçamento, mas em momento algum eu ditei normas no sentido de acatamento ou não de emendas.

O relacionamento que tive com empresários, com empreiteiras, com Deputados, eu recebi todo mundo. Não perguntava quem era.

Quando perguntava se essa emenda pode ser aprovada ou não, qual o volume de recursos que tem para tal área, qualquer coisa nesse sentido, eu dirigia: "Procure o Relator da área tal ou da área qual e discuta com ele".

Em momento algum eu indiquei a quem quer que seja onde se poderia conseguir mais ou menos recursos. Eu sempre tive a cautela de, em toda e qualquer interrogação, todo e qualquer contato feito a portas abertas, encaminhar a solicitação para o Relator da área ou para o Relator-Geral.

E, mais ainda: o Relator-Geral - desculpe-me se eu estiver sendo longo na resposta -, fazendo jus ao que é que é padre, teve uma paciência de confessor. Ele discutiu com quem quis discutir com ele durante dois meses - dois meses! - para, depois, começar a apresentar o relatório geral.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nobre Deputado Messias Góis, eu insistiria na questão da natureza da relação das empreiteiras com o Orçamento. Eu acho que era uma relação muito mais profunda do que um Deputado pedir uma emenda, ou um assessor.

Todas as empreiteiras procuraram V. Exª, como Presidente da Comissão?

O SR. MESSIAS GÓIS - Eu não sei se todas, a abrangência de quando V. Exª diz todas.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - As mais importantes, as famosas sete irmãs. As sete irmãs, que são aquelas...

O SR. MESSIAS GÓIS - Será que as sete irmãs não são dez, quinze, vinte?

Eu tive, no meu gabinete, Deputado José Genoíno, muita gente acompanhando Deputado. Eu não perguntava, e também não estava escrito na testa, se quem acompanhava o Parlamentar era empreiteira que tinha aquela obra que a emenda iria beneficiar.

Eu nunca perguntei, apenas eu ouvia a questão e encaminhava ao setor competente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu continuo achando que está muito genérico, mas não vou insistir.

A última pergunta, nobre Deputado, é sobre uma questão que eu estou, inclusive, preocupado que não fique à margem desta investigação.

Estamos muito centrados no Orçamento. Existe uma outra veia, que é do Orçamento, que temos que ficar atentos a ela, colocar alguns holofotes: são os créditos suplementares.

Como V. Exª participou, e é verdade, em 89, do Jumbão, que denunciamos o Jumbão, e, lamentavelmente, fomos derrotados, mas como existiram outros créditos suplementares em 90, em 91, e a história dos créditos suplementares sempre existiu nesta Casa, e como nos créditos suplementares existiam duas partes - existia aquela parte absolutamente necessária, que são despesas e necessidades de funcionamento mínimo do Estado, do serviço público, e existia a parte dos créditos suplementares com obras -, como é que é o mecanismo da relação no crédito suplementar do projeto que vem do Executivo?

Algumas empreiteiras que atuavam no crédito suplementar, porque nós temos isso nos documentos, tanto da SERVAZ, como nos documentos da ODEBRECHT, em referência a crédito suplementar, que é mais tranqüilo do que no Orçamento, é muito mais rápido, inclusive porque a liberação é automática, mesmo fiscalizada, tanto que estamos muito centrados em orçamento e os créditos suplementares estão passando à margem.

Vamos discutir, Deputado Messias Góis, porque V. Exª foi Presidente da Comissão de Orçamento. Reconheço que no "jumbão" foi o primeiro, nós criamos um protesto razoável no plenário, e que V. Exª nos acompanhou, mas depois V. Exª como Presidente da Comissão.

O que acontece com os créditos suplementares? Vamos destrinchar essa história de crédito suplementar, porque estou convencido de que a questão aí é mais séria do que no orçamento.

O SR. MESSIAS GÓIS - Deputado José Genoíno, V. Exª faz uma pergunta, e aqui já havia escrito alguma coisa, como sugestão ao Relator, Deputado Roberto Magalhães.

Pediria, agora, a atenção do Deputado Roberto Magalhães. O Deputado José Genoíno me interroga sobre crédito suplementares. Vou ler, para depois comentar.

"Acompanhamento especial aos projetos de créditos suplementares que têm-se constituído em uma maneira de o Executivo não cumprir o orçamento, privilegiando ações que são eleitas como prioritárias pelos membros do Poder Executivo.

Normalmente, os créditos suplementares são propostos no fim do exercício - é uma característica - têm valores próximos ao montante do orçamento, e nestes momentos não são obedecidos os limites da LDO para cada Estado."

O crédito suplementar, Deputado José Genoíno, é a maneira encontrada pelo Poder Executivo, ou por interesses outros que são levados ao Poder Executivo, porque só o Poder Executivo é que pode apresentar, formalmente, ao Congresso pedido de crédito suplementar.

Então, é a maneira de escapar às amarras do orçamento. É preciso que esta Casa se instrumentalize, é preciso que esta Casa discuta por quê o crédito suplementar. E como é colocado aqui no fim do ano, naquele corre- corre, muita coisa passa, muito gato passa por lebre, muita coisa é aprovada, e se for ser examinado tem muita coisa escabrosa.

Tive experiência, no ano passado, de uma. O Governo cismou de anular todo o restante de dotação dos parlamentares. Criou-me, aqui, um "jumbão", sob a alegação de que precisava colocar em dia a folha de pagamento. Foram 3 trilhões de cruzeiros, e o Governo tinha duas fontes de recursos. Tinha a célebre "Fonte 188", que são as disponibilidades do Tesouro Nacional - não houve (falha na gravação) do Governo - que dava 4 trilhões, mas inventou-se que essa "Fonte 188" era altamente inflacionária, não podia pagar pessoal. Tese essa que, posteriormente, foi derrubada pelo Sr. Aurélio Nonô , quando foi Diretor do Orçamento, hoje assessor do PSDB.

Só podia pagar pessoal anulando dotações dos parlamentares. Foi uma negociação muito dura, mas, infelizmente, por falta de preparo nosso, do Poder Legislativo, o Governo venceu. As dotações parlamentares foram anuladas, o Governo ficou com 4 trilhões de remuneração das disponibilidades do Tesouro, e se pagou pessoal.

O Governo usa disso. É preciso que o Parlamento Nacional se conscientize que o crédito suplementar é muito mais perigoso do que o orçamento. Porque, aí, sim, Deputado José Genoíno é que V. Exª poderá encontrar alguma coisa no crédito suplementar. Se se for examinar a história de cada crédito suplementar, naturalmente, na grande maioria vai encontrar alguma obra em execução. Quem pediu aquele crédito? Qual o interesse para aprovação daquela obra?

Vou dizer uma coisa: não estou fazendo nenhuma ilação, foi uma obra necessária e altamente louvável. Vou dar um exemplo de um crédito suplementar, sobre o qual não resta a menor dúvida. Foi um crédito suplementar necessário, onde pairou toda a

honestidade: foi o crédito que demos para a construção daquele canal que o Governador do Ceará fez para levar água para Fortaleza. Foi um crédito suplementar, fora de Orçamento, se não me engano foi até extraordinário, para uma ação de Governo que era urgente, que era necessária, sob pena de a população de Fortaleza ficar sem água. Mas também têm créditos suplementares que a gente pode examinar e não existe tanta urgência ou poderia, apenas, serem colocados no Orçamento para o ano seguinte. Portanto, Deputado José Genoíno, acho que a Comissão de Orçamento, ou o que restar dela, deveria se debruçar com toda a garra, com uma lupa de aumento de 300 milhões de vezes para examinar, prioritariamente, créditos suplementares.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pois é. Mas, aí é uma questão concreta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, estamos com o dobro do tempo. Então, com respostas, 5 minutos cada uma.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Serei breve, Sr. Presidente.

V. Exª, então, concorda que, no crédito suplementar, já existe um acordo que vem do Executivo, que é uma maneira indireta de carimbar, que envolve Executivo, os executores das obras, interesses de Parlamentares em algum tipo de crédito suplementar?

Porque se temos essas coisas escabrosas do crédito suplementar... E eu me lembro, desde 89, que chamamos de "jumbão", e é interessante que no documento da SERVAZ o percentual de crédito suplementar é maior do que no Orçamento, porque o crédito suplementar é mais seguro. Com o quê que V. Exª poderia nos ajudar nessas coisas escabrosas que V. Exª afirmou sobre o crédito suplementar? Quando a gente fala "coisas escabrosas" numa CPI é aquilo que é objeto desta CPI, isto é, irregularidades no crédito suplementar que envolve o triângulo Congresso-Executivo-executor de obra.

O SR. MESSIAS GÓIS - Eu disse a V. Exª que poderia ouvir coisas escabrosas. Seria o caso de dissecar cada pedido de crédito suplementar, qual a origem, o que o motivou, qual o motivo real que originou aquela solicitação? Seja da área do Poder Legislativo, seja na área do Poder Judiciário, seja na área de uma autarquia, seja na área de uma empresa pública e seja na área da Administração Direta. Seria o caso, Deputado José Genoíno, em cada crédito suplementar, que a Comissão tivesse condições de examinar um a um e pedir ao Executivo que quando encaminhasse não fosse aquela "mensagenzinha" de uma ou duas linhas; fosse o pedido formal, porque detectamos até coisas absurdas e não votamos o crédito suplementar.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Tem um detalhe aí, Deputado, que V. Exª pode explicar nessa sua falação final. V. Exª dá a entender que, no crédito suplementar, como é para continuidade de obras, já vem a empreiteira responsável pela execução da obra, porque já sabe quem é a empreiteira no crédito suplementar.

O SR. MESSIAS GÓIS - Eu não dei a entender isso. Estou dizendo a V. Exª que cabe ao Poder Legislativo examinar.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - A obra não estaria em andamento? Já tem empreiteira.

O SR. MESSIAS GÓIS - Cabe ao Poder Legislativo examinar. E diria a V. Exª que tivemos um ou dois créditos suplementares para pagamento de despesas já realizadas irregularmente, sem empenho, e rejeitamos esses créditos suplementares.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Exª.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, citado, inicialmente, nesta reunião, pelo Senador Garibaldi Alves Filho, em resposta inclusive a uma matéria publicada no **Jornal Do Brasil**, de hoje, onde a manchete diz "Congresso pode impedir o fim da construção da sede do STJ", e, embaixo, como subtítulo "É o que recomenda a Subcomissão de Subvenções Sociais", tenho a esclarecer a este Plenário o seguinte:

No dia 16 de novembro encaminhei a V. Exª um requerimento onde, após algumas considerações de indícios e de superdimensionamentos dos valores da obra; considerando que a imprensa já noticiava emendas de alguns Parlamentares envolvidos nesta CPI, mediante emendas ao Orçamento da União para o prédio do STJ; considerando, ainda, que a OAS, uma das notórias empresas aqui citadas, era vencedora da licitação em que se estava realizando a obra; considerando, ainda, que não há no Legislativo, no Executivo e no Judiciário cidadãos acima de qualquer suspeita, requeri a V. Exª, respeitosamente, que a CPI mandasse pedir ao Ministro Presidente do STJ cópia integral do processo de licitação, inclusive a relação dos participantes e suas respectivas propostas, assim como cópia integral do contrato celebrado com a OAS, inclusive aditivos.

V. Exª imediatamente despachou à Subcomissão de Emendas e o Coordenador daquela Subcomissão, Deputado Sigmaringa Seixas, imediatamente solicitou essa informação ao STJ. Soube, ainda, pela imprensa, que o Senador José Paulo Bisol, também da Subcomissão do Patrimônio, o havia feito...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E anteriormente.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Anteriormente ainda.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É, foi até uma falha minha, porque foi uma duplicação daquilo que já tinha sido feito.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Perfeito. Foi reiterado, então, o apelo feito pela Subcomissão de Emendas ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E o STJ respondeu e mandei para o Senador Bisol.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Respondeu negativamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, respondeu com os dados de informação - todos, inclusive um que pensei que não responderia que era em relação a perguntar quantas pessoas tinham sido nomeadas sem concurso e me parece que não era o objetivo desta Comissão - e não mandou a licitação porque pediu uma inspeção extraordinária do Tribunal de Contas da União.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Sim, entendo que a licitação...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, decidimos, a partir daí, não sei se foi depois do requerimento de V. Exª, também pedir diretamente ao Tribunal de Contas da União os dados.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Tudo bem.

Ao mesmo tempo foi solicitado ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, o CREA, dados a respeito dessa obra.

Ontem, na tribuna, fiz um pronunciamento. Em nenhum momento logicamente me referi à Subcomissão de Subvenções Sociais - e passarei à Mesa cópia de meu pronunciamento -, mas posso dizer a V. Exª que o Congresso pode impedir o fim da construção da sede do STJ. Temos razões de sobra para isso, até porque, no meu pronunciamento de ontem, citava alguns dados que realmente convalidam a nossa afirmativa de que há um superfaturamento na obra. Como todo superfaturamento está atrelado ou à incompetência do órgão gestor ou à conivência do órgão gestor...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas Deputado isso está sem ser provado. Isso é opinião pessoal de V. Exª. Só podemos ter isso depois do documento do Tribunal de Contas.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - O pronunciamento é meu, basicamente opinião minha.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Ou está atrelado à incompetência ou à conivência ou à corrupção. Não podemos, nós, nos furtarmos de apurar isso, até para negarmos, como já negamos este ano, um crédito suplementar solicitado pelo STJ, em um consenso de todos os partidos, em um crédito suplementar, agora, recentemente, há 15 dias.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso aliás tem sido interpretado de um modo muito negativo, como se fosse uma disputa, hoje nítida, entre o Legislativo e o Judiciário e que, por isso, teria sido feito. É uma pena se se deu essa impressão, porque o caso do STJ é um...

V. Exª sabe que qualquer imóvel de natureza pública não é deferida a sua construção se não passar pelo crivo do arquiteto Oscar Niemeyer. Ele fez o projeto, pelo que estou informado, para setenta e tantos Ministros do Superior Tribunal de Justiça. Ele admitiu que chegará a setenta e tantos. Houve um superdimensionamento, isso é fora de qualquer dúvida, do Superior Tribunal de Justiça que está sendo construído.

Agora, eu, de minha parte, já que essa matéria é apenas tangencial à questão da CPI, essa matéria me parece que merece um exame de nossa parte, para não dar a impressão que estamos fazendo retaliações. Eu esperaria primeiro essas respostas. Se tivermos as respostas que foram pedidas por V. Exª, como foi pedida pelo Senador Bisol, com a convicção que há erros - e há como V. Exª antecipou aí, ou incompetência ou conivência ou corrupção -, então, cabe à Comissão uma atuação, mas não, desde logo, uma impressão que estamos em luta aberta com o Judiciário; não tem o menor sentido.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Senador, é nesse sentido que faço referência à matéria, até para dizer que é um posicionamento meu pessoal e que a CPI tem diligenciado no sentido de buscar informações. Lamentavelmente o Poder Judiciário - o STJ, no caso - tem se negado, tem demorado nas informações e, por isso, me senti a vontade para já denunciar. Apenas dizer mais uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª está fazendo uma exposição completa! Bastaria apenas V. Exª dizer que o que o Senador Garibaldi disse realmente tem razão, e não fazer agora um novo pronunciamento...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Em nenhum momento citei aqui a Subcomissão, até porque não poderia fazê-lo, foi um ato pessoal, unilateral. Mas pode haver um equívoco do jornal, em dizer que um prédio público, sem requintes, poderia ser construído por, no máximo, 800 dólares o metro quadrado. Eu quero dizer que não, um prédio com todos os requintes, muito mais do que o prédio do Banco Central em Brasília, poderia ser construído por 500 dólares mais barato. Este, aqui, por 800 dólares, é quando se joga dinheiro pela janela. Lamentavelmente, existe um superfaturamento confesso, nos valores já liberados para aquela obra.

Eram essas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª já usou a tribuna na Câmara e, agora, é uma repetição, aqui, sobre os pontos que, para nós, da CPI, em relação à questão de ordem levantada pelo Senador Garibaldi, fica claro o que V. Exª acabou de afirmar, não usou o nome de ...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Em nenhum momento. Eu passarei às mãos da Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu me preocupo um pouco sobre esta questão que estamos tomando. E lembro-me dos primeiros artigos dos federalistas, antes da Constituição americana ser feita. Que eram Hamilton, Adams, e eles diziam assim: o

Poder Executivo tem espada; o Poder Legislativo tem a bolsa; o Poder Judiciário não tem nem espada e nem a bolsa. É o mais desarmado possível, mas é uma garantia. Onde não houver Poder Judiciário funcionando, é uma garantia de que não existe também a liberdade. Por isso é que eu gostaria muito de que não tivéssemos, pelo menos lá, na Câmara, se deu esta idéia, se passou esta idéia, que eu não creio que fosse justa, e no Senado, quando o Senador Pedro Simon fez também suas críticas ao Supremo, eu faria um esforço para que essa questão não caminhasse foros de disputa entre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, que não foi o ponto de vista de V. Exª, foi apenas um caso.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, eu quero agradecer ... sacudir o Poder Judiciário é necessário, para que ele acorde e venha ao encontro dos anseios da sociedade e melhor garantia dos direitos do cidadão.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Maurício Najar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, eu gostaria, se fosse possível, primeiro, de conhecer o cronograma, tendo em vista que li na imprensa hoje que o Senador Ronaldo Aragão deixaria de depor amanhã. Então, eu gostaria de saber, se é possível sabermos o cronograma desta semana e da semana vindoura.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já leio para V. Exª.

Hoje, tivemos aqui o depoimento do Deputado Messias Góis, que deve concluir, depois que o Relator conseguir falar. À tarde, teremos o Sr. Walter Annichino, às 17 horas. Marquei uma reunião de trabalho às 10h30min para o Plenário da nossa CPI, amanhã, precedida de um encontro que terei com a Mesa e com os Coordenadores. No dia 22 está confirmado, também, às 17 horas, o Sr. Ramón Arnus Filho. No dia 23, confirmado, o Deputado Ibsen Pinheiro. Como possibilidade de, nessa reunião de trabalho amanhã, nós legitimaremos ou não a convocação do Deputado Paes Landim, o Deputado Aníbal Teixeira e o Deputado Carlos Benevides. Uma vez confirmada para amanhã a convocação, que deve ter maioria, nós teremos: 28, Paes Landim, 29, Aníbal Teixeira e 29, ainda, o Deputado Carlos Benevides, à tarde. E o Senador Ronaldo Aragão, que teve um drama familiar, V. Exª deve ter conhecimento, que teve um cunhado assassinado, e dirigiu-se para Santa Catarina, ele aceita voltar no dia 30. Então, aí está, até o fim do mês.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, e gostaria apenas de fazer uma sugestão ao nobre Relator, na linha de argumentação do depoente e do próprio inquiridor, ao Deputado José Genoíno, que o nosso Relator, se pudesse aprofundar um pouco mais a problemática dos inquéritos suplementares, que quer me parecer que talvez aí esteja o nó górdio de toda a Comissão. Porque, por se tratar de verba específica do Poder Executivo, com iniciativa privativa do Poder Executivo lá eles poderiam escolher as obras em andamento que bem lhes aprouvesse e remetessem pedidos de suplementação de verbas, na quantia que quisessem. Eu gostaria de deixar essa sugestão ao nobre Relator, e agradeço.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Ramos, pela ordem.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, pretendia fazer minha intervenção, imaginando que já estivesse terminado o depoimento do Deputado Messias Góis.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, ainda falta o Relator encerrar.

O SR. PAULO RAMOS - Reservo-me, **a posteriori,** para não interromper.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Agradeço a V. Exª.

Deputado Messias Góis, V. Exª, no curso da primeira inquirição, declarou que jamais conseguira, no Ministério da Ação Social, administração da Ministra Margarida Procópio, qualquer liberação, qualquer atendimento.

Veio então o Senador Suplicy e trouxe do PRODASEN uma relação de emendas, de autoria de V. Exª, que foram aprovadas e liberadas no ano de 92, num total de quinze, sendo que sete com recursos destinados ao Governo de Sergipe e oito destinadas a município do Governo de Sergipe, totalizando o valor de US$ 1.644.332,00.

Pergunto a V. Exª: quem estava no Ministério quando V. Exª conseguiu liberar os recursos dessas quinze emendas?

O SR. MESSIAS GÓIS - Deputado Roberto Magalhães, eu disse e confirmo ao Senador Eduardo Suplicy que o montante de recursos que pedi à Ministra Margarida Procópio, extra-orçamentários - não foram emendas colocadas por mim no Orçamento, foi um pedido específico para obras de saneamento básico - esse pedido não foi liberado. Não referi, em momento algum, que não tivessem sido liberadas outras emendas. Emendas devem ter sido liberadas e o foram.

Agora, os recursos específicos que foram objeto de confecção de projeto, eram recursos ditos extra-orçamentários, recursos não constantes de emendas, recursos que seriam tirados da dotação global do Ministério, estes, efetivamente, não foram liberados. Tenho a relação, Deputado Roberto Magalhães, dos recursos que foram liberados em 1992 pelo Ministério da Ação Social e não constam, em hipótese alguma, recursos para saneamento básico, os quais me foram negados posteriormente pela Ministra.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, V. Exª não sabe precisar, ao certo, quem era o Ministro da Ação Social quando os recursos foram liberados?

O SR. MESSIAS GÓIS - Quando foram liberados não sei, talvez até já o Ministro Ricardo Fiúza. Talvez; não sei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Bem, agora a pergunta, realmente, do Relator, já não mais provocação do Senador - é mais uma curiosidade: Desse total de US$1,644 milhões, metade se destinou ao Município de Nossa Senhora da Glória, em infra-estrutura, num total de US$784 mil 848. V. Exª sabe dizer qual foi a obra de infra-estrutura realmente financiada com esses recursos?

O SR. MESSIAS GÓIS - Primeiro, gostaria de saber se a emenda foi só minha ou se foram emendas de parlamentares sergipanos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não sei, porque está escrito "Parlamentar Messias Góis". Pode ser que haja outros, mas o PRODASEN não dá notícias de outros parlamentares.

O SR. MESSIAS GÓIS - É o seguinte, Deputado Roberto Magalhães, há vários parlamentares que têm interesse político no Município de Glória. Já fui até majoritário nesse Município. E existem algumas obras de infra-estrutura e saneamento básico lá, entendeu? Não sei se essas emendas se referem a exatamente essas obras.

Reafirmo a V. Exª o que já disse aqui: luto pela inclusão de dotações no Orçamento e luto pela liberação. Quanto à aplicação, lavo as mãos, porque parto do princípio de que o prefeito tem competência para trabalhar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª declarou, enfaticamente, que procurou, como Presidente da Comissão de Orçamento, esquecer o passado e corrigir o que havia de errado no passado. Do que V. Exª falou parece-me - ou me pareceu -, e talvez a todos aqui, que o que de pior teria ocorrido no passado, em termos de funcionamento, de administração dos negócios internos dessa Comissão, teria sido o aparecimento de emendas aditadas ao projeto depois que ele tinha passado pelo plenário do Congresso Nacional.

Tanto assim que V. Exª enfatizou que fez questão que somente o projeto fosse discutido pelo Plenário do Congresso Nacional depois que tivesse publicado o seu avulso, e esse avulso, inclusive, eu o vi, sábado de manhã, no Prodasen. E a Presidente do Prodasen, Dª Regina, dizia que aquilo era fruto de um extraordinário esforço e da capacidade de trabalho do Prodasen. E mostrava esse avulso. Então, como V. Exª tinha funcionado, na Comissão de Orçamento, no ano anterior, eu pergunto: por que foi que no ano anterior as coisas não ocorreram como naquele ano?

O SR. MESSIAS GÓIS - Deputado Roberto Magalhães, é a velha questão levantada pelo Senador Eduardo Suplicy. É bom ficar bem claro que não tenho nenhuma questão pessoal com o Senador Eduardo Suplicy. Muito pelo contrário: entendo que o Senador Eduardo Suplicy está querendo aperfeiçoar o trabalho do Congresso Nacional. Vejo por esse aspecto positivo. A minha admiração pelo Senador é no sentido de que quando S. Exª levantou a questão, não era querendo condenar A, B ou C. S. Exª está querendo fazer com que este Congresso seja claro e límpido.

No entanto, vamos à época. Nós havíamos saído daquela cultura do Orçamento enclausurado, o Orçamento que era peça encaminhada pelo Poder Executivo, onde ninguém tinha o direito de mexer. Era mais ou menos assim: "Prazer em conhecer, devolve, está aprovado". A linguagem praticamente era essa. Se havia acordos, eram feitos no Executivo e eram cumpridos pelo Executivo. Mas chegamos a um momento de conscientização. Tínhamos saído de uma Constituinte e ninguém aceitava mais alguém ser o dono da verdade. Ninguém aceitava mais. Então, houve aquela confusão, aquele problema político que surgiu e um relator foi expurgado do processo orçamentário. Nós colocamos outro dentro de um prazo muito apertado.

Tive boas discussões com o Senador Eduardo Suplicy na Comissão de Orçamento antiga, naquelas saletas, e com outros Deputados. E surgiu, pela primeira vez, a questão dos destaques.

Na realidade, Deputado Roberto Magalhães, desculpe-me ser mais longo, mas esta é uma questão que está sendo batida há muito tempo. Não estávamos preparados para 1.300 destaques naquela tarde. Não estávamos preparados.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nós da Comissão?

O SR. MESSIAS GÓIS - Nós da Comissão, e o Congresso Nacional não sabia o que era destaque ainda. Naquele momento, destaque no Orçamento foi a primeira vez que ocorreu.

Então, ficamos de pés e mãos atados sem saber qual a solução que teríamos que dar naquele momento. Foi encontrada, depois de uma reunião de Lideranças, pela voz, se não me engano, do Deputado Paulo Artung, hoje Prefeito, para dar uma espécie de delegação ao Relator.

Aí ocorreu um fato: houve uma contestação em relação ao trabalho do Senador Eduardo Suplicy. Consta que S. Exª, de posse do relatório gerencial do dia 17, comparou a redação final posteriormente publicada. No entanto, no relatório do dia 18, outro relatório gerencial, já conta uma série de mudanças que foram acatadas dentro da delegação dada ao Relator-Geral. Dentro do relatório do dia 18 consta uma série de emendas.

Na noite do dia 19, naquela célebre votação, quando eu estava presente, o Deputado Genoíno estava presente, o Senador Eduardo Suplicy, me apareceu o Relator-Geral para apresentar o seu trabalho, e tinha um metro de uma relação dos micros do Prodasen.

O que era aquela relação? Eram os destaques que foram objeto de negociação, Deputado Roberto Magalhães, e que estavam implantados no micro. Os destaques sem uma classificação maior quanto à receita, quanto à classificação orçamentária, se era despesa de custeio ou investimento. Enfim, aquelas dotações, e quanto à receita, porque a cada despesa corresponde um tipo específico de receita, uma fonte específica, Fonte 100, Fonte 188, Fonte 184, enfim, a cada despesa corresponde uma receita específica.

Então, com a aprovação feita, e foi pedida a dispensa da leitura daquela relação do micro, e consta da Ata do Congresso, foi pedida a dispensa da leitura daquela relação do micro, então, houve a implantação. Foi implantação posterior? Bem, no tempo físico, foi implantação posterior, mas foi autorizada pelo Plenário do Congresso Nacional.

Eu não tenho conhecimento, não tenho conhecimento; vim ter conhecimento agora, quando o Deputado Ricardo Fiúza, respondendo a esta Comissão, especificamente à Comissão de Emendas, constatou que, na redação final, no autógrafo que saiu do Congresso Nacional, aparece, salvo engano, cerca de 20 emendas que não foram votadas pelo Congresso Nacional. Isso consta no documento que o Dr. Ricardo Fiúza encaminhou para a Subcomissão de Emendas. Mas as demais, tenho certeza, estavam dentro daquele relatório do micro que foi proibido; proibido não, foi dispensado de ser lido na sessão de dia 19 para o dia 20 de dezembro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, este depoimento de V. Exª é muito importante. Esta é uma das questões mais polêmicas que temos aqui tratado. Eu queria que V. Exª tivesse um pouco mais de paciência para responder pelo menos mais duas perguntas.

Eu estava presente na votação desse projeto de Orçamento e recordo que foi votação simbólica. Então, em vez de V. Exª dizer: "autorizada pelo Plenário do Congresso", deveria ser: autorizada pelos Líderes dos partidos, e não pelo Plenário.

O SR. MESSIAS GÓIS - Eu diria, Deputado Roberto Magalhães, que V. Exª, em parte, tem razão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Aí é difícil, tenho ou não tenho!

O SR. MESSIAS GÓIS - Pelo seguinte: aqui, temos o célebre voto da Liderança. Muitas vezes, não concordamos com o que o Líder está expressando, mas não temos até número suficiente para contestar aquela votação. Então, quando há o silêncio do liderado, supõe-se - em todo Parlamento supõe-se - que o liderado está...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, não havia silêncio, havia ausência. Éramos 30 ou 40.

O SR. MESSIAS GÓIS - Sr. Relator Roberto Magalhães, infelizmente V. Exª diz corretamente: não houve presença física necessária para se votar, com seriedade, o Orçamento. E mais: muita votação é feita no Congresso Nacional, Relator Roberto Magalhães, sem **quorum**. Se formos levantar esse problema, muita votação poderia ser até anulada aqui dentro, porque não tem **quorum** real. Há um acordo de Lideranças, um acordo correto ou não, mas um acordo. No caso específico, as Lideranças concordaram e nós não tínhamos realmente número. Nós já estávamos avançando praticamente no recesso parlamentar, e o número era bem reduzido, de 20 a 30 pessoas. Mas, infelizmente, as normas regimentais dão como aprovado pelo Congresso Nacional.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, para terminar, perguntei a V. Exª sobre uma rádio e V. Exª respondeu que não tinha nada a ver com ela. E, mesmo sem ser perguntado, avançou dizendo que tinha 1% na Rádio FM de Aracaju Ltdª.

O SR. MESSIAS GÓIS - Deputado Roberto Magalhães, quero dizer a V. Exª que não sei hoje, porque nunca declarei Imposto de Renda; nunca desembolsei nada. Se eu sou sócio ou não dessa rádio...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Bom, era essa a contribuição que eu queria dar a V. Exª.

O SR. MESSIAS GÓIS - Nunca declarei no meu Imposto de Renda, nunca me considerei e nunca desembolsei nada! Se existe meu nome na composição acionária, nunca desembolsei um tostão. Fui acionista de 10% da FM Aracaju e até vendi com aquela tramitação toda da Junta Comercial...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Alteração do contrato.

O SR. MESSIAS GÓIS - Alteração do contrato; V. Exª possui Direito Comercial. Eu já fui...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Hoje sou apenas aluno.

O SR. MESSIAS GÓIS - Então, hoje me resta apenas 1% dessa.

Em relação ao Tobias Barreto, foi bom V. Exª me avivar a memória. Nunca desembolsei nada, pode ser até uma cortesia da composição da rádio, não tenho qualquer interferência nessa rádio. E tanto não tenho como patrimônio que nunca declarei no meu Imposto de Renda - posso até ser penalizado por isso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois é, como não duvido absolutamente da seriedade da sua resposta, porque V. Exª respondeu o que não perguntei, quero apenas dar uma contribuição da Subcomissão de Patrimônio para informar-lhe que, do Sistema de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, consta ainda V. Exª com 10% na Rádio FM de Aracaju.

O SR. MESSIAS GÓIS - Preciso dar baixa nisso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Como também consta como acionista - que não é o caso, é sócio, não é limitada - da Rádio Imperativo de Campos Ltdª. De modo, que é apenas para V. Exª atualizar seu cadastro.

O SR. MESSIAS GÓIS - Eu agradeço a contribuição de V. Exª, e vou providenciar para que eu saia deste negócio. Porque eu também não gosto, não tenho nenhum traquejo no ramo de comunicações.

Eu queria aditar, Sr. Presidente, eu fiquei de dar uma resposta, uma contribuição à interrogação do que era "projeto carimbado", feito pelo Senador Jutahy Magalhães. E até me recordo de que V. Exª, num dia desses, numa dessas citações de jornais

disse: "Então, havia muitos enganados que não tinham o direito de colocar, alocar dotações no Orçamento".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Depois, o repórter me procurou e como estava entre aspas, Deputado Messias, ele disse assim: "Olha, a matéria minha foi esquentada na redação". Esquentada, significa botar entre aspas aquilo que eu não disse. E, realmente, eu me surpreendi em dizer que fui enganado, disse: "Não, a minha observação foi um pouco diferente, em relação a isso aqui; o engano é a partir do momento em que, por exemplo, foi essa a minha expressão, se aqui se provasse que as empreiteiras comandam o Orçamento, então, nós todos seríamos enganados, aqui."

Foi neste sentido que eu afirmei, e não no sentido de emendas carimbadas. E se as empreiteiras, como aliás, o Ministro Adib Jatene disse, na presença do Presidente Collor, numa reunião de ministério, faziam o Orçamento, ele disse isso, digo, então, eu passei a vida aqui, enganado, porque, realmente, eu não tive nunca atribuição na Comissão de Orçamento e não me arrependo por isso.

O SR. MESSIAS GÓIS - Então, Senador, eu queria dizer à V. Exª que, no Projeto de Orçamento, encaminhado pelo Governo Collor, por exemplo, o Ministério da Ação Social, da página 464 à página 520, e o Deputado Roberto Magalhães, especialmente, vai ficar com este volume, só tem carimbo, vou dizer como exemplo: apoio à habitação popular em Conceição das Alagoas, em Minas Gerais; apoio à habitação popular, em Curvelo, Minas Gerais; vamos pegar outro, assim, aleatoriamente: infra-estrutura urbana em João Pessoa, Paraíba; infra-estrutura urbana em diversos municípios de Roraima, enfim, são recursos que vieram carimbados. Se V. Exª, Deputado Roberto Magalhães...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Permita-me uma interrupção, com a desculpa de interrompê-lo. Eram intocáveis, essas emendas? Elas não poderiam ser alteradas, no próprio Parlamento?

O SR. MESSIAS GÓIS - Não, Senador Jarbas Passarinho, pelo seguinte: quando o relatório parcial era aprovado, era aprovado nos seguintes termos: "Nos recursos livres poderia haver um corte de até X%. Vamos supor: 30%. Os recursos, nominalmente identificados, é um nome bonito para carimbo, poderiam ser cortados até em 10 ou 15%". Então, quem colocou lá dentro, já vinha com uma certeza: se colocou 100, pelo menos 70 estavam garantidos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ou 90.

O SR. MESSIAS GÓIS - Ou 90, ou qualquer coisa nesse sentido.

Se o Deputado Roberto Magalhães quisesse se dar ao luxo de ler, por exemplo, sobre a Fundação Nacional de Saúde, aí é que tem coisa. É quando o Ministro Adib Jatene disse que o Orçamento podia ser feito pelas empreiteiras, ... a parte de hospitais. Então, eu passaria aqui, então, o volume que me foi dado pelo Deputado Odacir, eu passaria ao Deputado Roberto Magalhães, e me coloco à disposição de S. Exª para qualquer explicação adicional sobre o processo orçamentário.

Eu estou à disposição, porque, também, com todos os senhores que estão aqui, com os senhores que estão nesta missão espinhosa de averiguar fatos que não são muito dignos para o Congresso Nacional, porque têm que ouvir até colegas, muitas vezes de modo constrangido, mas também me coloco, porque fui aqui convocado, chamado e agradeço à lhaneza do trato de todos os senhores; coloco-me à disposição da Mesa para a gente dissecar ainda mais fundo a questão do Orçamento. Tive a oportunidade, tive a chance de, quando Deputado estadual, trabalhar com o Orçamento pelo fato de ser Líder do governo, aqui, em duas ocasiões, quando foi aventado mesmo o despertar do Congresso para a importância do Orçamento e, depois, com o Presidente, onde, assumi, eu com inteira responsabilidade. Não fui, em momento nenhum, acho, para a vaidade minha, tenho honra em dizer isso: em momento algum fui omisso. Às vezes, até, fui duro com colegas, mas, em momento algum, fui omisso.

Portanto, dentro desse espírito de querer colaborar com V. Exªs, eu continuo à disposição da Comissão para, se for interessante para o Deputado Roberto Magalhães, ou para qualquer um dos integrantes desta CPI, prestar outros esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Sr. Vice-Presidente deseja fazer alguma pergunta?

Agradeço ao Deputado Messias Góis a sua presença. Devo dizer até que ele me criou problemas, porque queria vir antes, de qualquer maneira; queria antecipar de qualquer modo a sua presença aqui. Quando ele se coloca à disposição, especialmente no campo acadêmico, acho que o Relator naturalmente terá interesse em ouvi-lo, fora até de oitiva.

Estou absolutamente convencido de que o relatório do Dr. Roberto Magalhães não vai limitar-se apenas à questão que sugeri, sanções individuais, mas sim pensar em criar obstáculos para que as coisas erradas que foram feitas - e que V. Exª, ainda há pouco, me parece que correspondeu a esse pensamento, o ano passado, além dessa questão da votação, que V. Exª sempre exigiu - e fez muito bem - o **quorum** físico, a presença. Não podemos permitir que interesses escusos permeiem a tramitação da Lei de Meios ou do Orçamento. Seria muito bom que V. Exª nos oferecesse também a sua experiência.

O SR. MESSIAS GÓIS - Sr. Presidente, eu queria um favor de V. Exª, do Deputado Roberto Magalhães e do Deputado Zaire Rezende. Ele me fez uma pergunta sobre um depósito na minha conta. Eu queria, Sr. Presidente, que me fosse fornecida a documentação necessária para poder ver a origem desse depósito, uma vez que, confesso aos senhores, sou altamente desorganizado. Embora eu tenha sido bancário, em matéria de saldo e de conta corrente, sou um desastre!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª é um desastre com relação a essa matéria, mas é um homem que se elegeu várias vezes; logo, não é um desastre político!

V. Exª está dispensado se assim o desejar, porque ainda vou continuar a reunião ouvindo o nobre Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, tenho acompanhado atentamente os trabalhos desta Comissão e tenho tido uma participação através do representante do meu partido que aqui tem assento. Entretanto, estou movido por uma preocupação, na medida em que a própria imprensa, nos último dias, tem procurado - e acredito que seja uma forma de pressão - alertar a CPI ou os membros da CPI sobre as conseqüências, sobre o desenrolar, o desfecho dos trabalhos da CPI, inclusive manifestando a possível existência de corporativismo, o que sei, segundo o que acompanho dos trabalhos, não ser verdade.

Estou convencido de que a CPI deseja responsabilizar todos os envolvidos, não só aqueles que estão dentro do Parlamento como os que estão de fora.

Acompanhei o depoimento do Sr. PC Farias e, na agenda de S. Sª, vários nomes são citados, especialmente alguns já arrolados por esta CPI. Mas há um nome novo na agenda do PC Farias de uma pessoa extremamente importante, de um homem muito influente e que chamo de muito poderoso no Brasil - o Sr. Roberto Marinho. Inclusive, a Subcomissão das Subvenções Sociais já descobriu que verbas orçamentárias foram destinadas à Fundação Roberto Marinho.

Disponho - e vou anexá-los - de alguns contratos feitos por instituições ligadas à **holding** Globo Par como também à Fundação Roberto Marinho que receberam verbas orçamentárias, através não só do Ministério da Educação como também de instituições públicas de crédito. Temos o exemplo da Caixa Econômica Federal, que emprestou, contrariando normas da própria Caixa, à Fundação Roberto Marinho, 38 milhões de dólares na gestão do Sr. Álvaro Mendonça.

Estou convencido de que esta CPI está realmente disposta a enfrentar mesmo os mais poderosos.

Portanto, estou encaminhando, Sr. Presidente, a V. Exª um requerimento e vou juntar os documentos de que disponho, para ser convocado a depor, nesta CPI, o Sr. Roberto Marinho.

Digo a V. Exª e a todos os Membros desta Comissão que estou convencido de que o Sr. Roberto Marinho, além de imortal, já que vai ficar para a posteridade como imortal, superando qualquer um de nós mortais, precisa dar conhecimento à opinião pública do que faz do seu império, com a utilização de verbas públicas.

Estou convencido de que o Sr. Roberto Marinho, além de ser um homem influente, não só no Congresso Nacional, mas também na República, participa de atos corrupção, não só como corruptor ativo, mas como passivo.

Encaminho a V. Exª o requerimento. E tenho certeza absoluta de que a Comissão dará a necessária atenção, considerando, inclusive, os documentos que são a ele anexados.

O SR PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem muita razão quando expressa com sinceridade, quando reconhece que esta CPI não se dobra a poderes influentes, quaisquer que eles sejam.

Respondo pela Mesa e pela CPI. Não podemos é inventar culpas em quem não tem culpa. E V. Exª, que tem bom relacionamento pessoal comigo, fez aqui um projeto anterior de se trazer para esta CPI, naquela CPI da Corrupção, do Governo Sarney, e como percebi que ele não tinha cabimento fato determinado que a comissão obriga, e assim entendi, fiz um requerimento, V. Exª recorreu, e eu mesmo lhe disse: "recorra a Plenário". V. Exª recorreu, e por unanimidade, inclusive, do partido de V. Exª, foi mantido o indeferimento, o que me causou, Deputado Paulo Ramos, uma animosidade extraordinária do **O Jornal do Brasil.**

Então, recebo desde então agressões que têm sido continuadas em relação a mim porque eu não pus o Senador José Sarney ou a sua filha Deputada aqui dentro da CPI. E não teria a menor dúvida de atender o requerimento de V. Exª, se eu tivesse entendido que era pertinente exatamente a nossa questão do momento.

Como não tenho dúvidas de receber o requerimento de V. Exª, e depois colocar à consideração da Comissão.

O SR. PAULO RAMOS - Agradeço a V. Exª e tenho certeza absoluta que a Comissão há de posicionar de forma altaneira, como vem se posicionando em relação principalmente aos Parlamentares.

O SR PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Assim espero.

Hoje, às 17 horas teremos a oitiva do Sr. Anichino.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13hs11min.)

Depoimento do Sr. Walter Anichinno

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos dar início à reunião da tarde para ouvir o Dr. Walter Annichino. O Vice-Presidente fará as perguntas de estilo.

O SR. ODACIR KLEIN - Nome?

O SR. WALTER ANNICHINO - Walter Annichino.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. WALTER ANNICHINO - 42 ancs.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado Civil?

O SR. WALTER ANNICHINO - Separado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. WALTER ANNICHINO - QI 07 - Conj. 06 - Casa 01, Brasília (DF)

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. WALTER ANNICHINO - Engenheiro.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar onde exerce sua atividade?

O SR. WALTER ANNICHINO - Exerço a atividade em São Paulo e Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço que fiquemos de pé para ouvir o compromisso.

O SR. WALTER ANNICHINO - Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dr. Walter Annichino, pela regra aqui adotada, o depoente dispõe, no máximo, de 1 hora se quiser fazer uma explanação a respeito da razão da sua presença aqui. Pergunto se V. Sª deseja fazê-la.

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Presidente, no sentido de dar uma maior objetividade a esse depoimento, deixo de fazer a minha explanação e coloco-me à disposição de V. Exªs para qualquer questão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dr. Walter Annichino, V. Sª ocupou uma secretaria no Ministério da Ação Social, durante uma certa fase do Governo Collor. V. Sª poderia declarar qual a secretaria e qual o período que esteve no seu exercício?

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Relator, trata-se da Secretaria Nacional de Saneamento, do Ministério da Ação Social. Tomei posse junto com a ex-Ministra Margarida Procópio, no dia 16 de março de 1990, e deixei o cargo no dia 13 de fevereiro de 1992.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Sª poderia dizer, se possível, qual a razão principal de ter sido convocado para essa Secretaria.

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu pediria licença para ser um pouco mais extenso nesta resposta, porque exige uma série de explicações.

Desde a extinção do BNH, em 1985, o setor de saneamento ficou órfão. Tivemos nesse período, após 1985, a criação, por exemplo, do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que foi extinto. Após isso, foram criados e extintos o Ministério do Bem-Estar Social e o Ministério da Habitação e Urbanismo. Com isso, o setor de saneamento acabou ficando numa diretoria da Caixa Econômica Federal, um agente estritamente financeiro.

Diante disso, diversas entidades do setor de saneamento, entre elas a ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental -, a AESB - Associação de Empresas Estaduais de Saneamento -, a ASEMAE - Associação de Serviços Autônomos de Água e Esgoto - e outras, a partir de 1988, criaram um movimento que se chamou PVS - Plano de Valorização do Setor de Saneamento. Este movimento teve como objetivo fazer com que as questões de saneamento passassem a ter um tratamento diferente dispensado pelo Governo, pela sociedade e pelos políticos. Foram feitos e entregues diversos documentos às autoridades naquela época.

Quero destacar também o meu passado como representante da ABES: fui Vice-Presidente da seção São Paulo da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, Seção São Paulo, no período de 83/85 e 85/87; também fui eleito para o Conselho Diretor dessa entidade a nível nacional, no período de 1985 a 1987, e, posteriormente, eleito Secretário-Geral da ABES, Setor Nacional, para o período 88/90. Participei ativamente desse movimento junto com todas essas entidades, que culminaram, Sr. Relator, em uma proposta efetiva para o setor de saneamento, que foi apresentada a todos os candidatos à Presidência da República.

Posteriormente, após o primeiro turno, essas entidades fizeram publicar nos principais jornais do País - passo-lhe às mãos esse documento - uma carta aberta aos candidatos à Presidência da República, ao Sr. Fernando Collor de Mello e ao Sr. Luiz Inácio

Lula da Silva, fazendo um diagnóstico do setor, colocando todas as questões e os problemas, fazendo sugestões e cobrando dos candidatos que essas sugestões e os programas fossem colocados nos seus planos de governo. É um primeiro documento. Não sei se o senhor quer receber todos depois.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É melhor depois.

O SR. WALTER ANNICHINO - Após o segundo turno, já com o resultado das eleições, no dia 19 de janeiro, foi encaminhado ao Senhor Presidente eleito Fernando Collor de Mello, pelo PVS, com a assinatura de todas as associações, um documento propondo e apresentando ao Senhor Presidente um plano de saneamento básico, cujo sumário tinha diagnóstico, diretrizes, um programa nacional de saneamento, metas, orçamento, condições de acesso aos recursos, uma mobilização de recursos adicionais necessários ao setor e propunha, inclusive, Sr. Relator, pela primeira vez, uma estrutura; a esse movimento desse documento credito a criação da Secretaria Nacional de Saneamento, que, quero lembrar aos senhores, não existia.

Após esses documentos, a equipe de transição do Presidente Fernando Collor chamou diversos representantes desse movimento, inclusive eu, e preparamos outro documento para, fazendo parte já da equipe de transição, a equipe do Presidente Fernando Collor. O documento "Setor de Saneamento - Diagnósticos e Propostas" foi entregue no início dos primeiros dias de março de 1990 e era um aperfeiçoamento daquele da associação. Inclusive tem na sua última folha, Sr. Relator, uma relação das pessoas e das associações que participaram da sua elaboração. Então, esse documento tem a credibilidade de todas entidades que compõem o setor.

Cerca de uma semana ou dez dias antes da posse do Presidente Fernando Collor - não me lembro exatamente os dias -, procurou-nos na equipe de transição a Srª Margarida Procópio - não me lembro se já indicada Ministra ou não -, que fez diversas reuniões com essa equipe. Isso principalmente depois que ela foi indicada - umas duas ou três reuniões - querendo saber detalhes desse programa, dessas propostas. No dia 14 de março, após o almoço, a Ministra Margarida Procópio fez-me o convite para participar do Governo.

Não sei se respondi, dessa forma, a pergunta feita pelo senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer que, em nenhum momento, essa equipe ou esse movimento procurou o apoio do irmão do então Presidente eleito, Sr. Leopoldo Collor de Mello.

O SR. WALTER ANNICHINO - Posso afirmar com toda certeza de que não houve nenhuma interferência do Sr. Leopoldo Collor de Mello. Inclusive, eu não o conhecia; não conheci o Sr. Leopoldo Collor de Mello nesse período. Só vim a conhecê-lo já no segundo semestre de 1990, apresentado formalmente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Como o senhor avalia a criação dessa Secretaria Nacional? Ela funcionou bem ou mal? Ela, realmente, conseguiu reeditar o PLANASA, o bem sucedido Plano de Saneamento, o bem-sucedido plano de saneamento do antigo BNH, ou ficou, digamos assim, quase que imprensada num ministério que, pela sua finalidade básica, talvez não devesse abrigar um órgão técnico destinado ao saneamento.

O SR. WALTER ANNICHINO - Aqui, eu gostaria também de, se possível, se V. Exª me permitir, alongar-me um pouco mais na minha resposta, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Sª responda da melhor maneira possível; se houver algum excesso, o Presidente então interferirá, certo?

O SR. WALTER ANNICHINO - Obrigado.

Para responder, vou explicar então uma série de questões.

O saneamento básico estava, então, na Caixa Econômica Federal, numa diretoria. E todo o setor considerava que esse organismo, que esse agente financeiro não tinha as condições de ser o fórum de discussões das políticas setoriais, das questões do saneamento. Essa foi a razão da indicação da Secretaria Nacional de Saneamento no Executivo, num Ministério.

No início, foi muito difícil; tanto o Ministério quanto a Secretaria eram organismos novos. O Governo passava por uma reforma administrativa muito dura e que dificultava muito que fossem completados os quadros; tivemos muitas dificuldades iniciais, além da falta de uma legislação adequada. Somente em 14 de maio de 1990, com a Lei nº 8.036, estabeleceu-se a extensão do MA (?) no controle do saneamento, principalmente dos recursos do FGTS.

E somente em 8 de novembro de 1990, por intermédio do Decreto nº 99.684, foram regulamentadas essas atribuições.

Então, Sr. Relator, tivemos um começo difícil, mas assim mesmo contamos com a ajuda de todas essas associações a que me referi e que foram responsáveis pela criação da Secretaria Nacional de Saneamento. Todos ajudaram e foi possível, Sr. Relator, que estabelecêssemos programas. Desde a época do BNH, com o Planasa, nós não tínhamos programas. A Secretaria Nacional de Saneamento estabeleceu uma série de programas, que começaram a ser lançados no dia 31 de agosto de 1991, por meio do Plano de Ação Imediata de Saneamento.

Após esse lançamento, tivemos o PROSANEAR, o PRONURB, o PROSEGE, o Programa de Saneamento Rural, o Manual de ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito silêncio no plenário e atenção por obséquio.

O SR. WALTER ANNICHINO - ... o Manual de Limpeza Urbana, enfim, conseguimos resgatar muito daquilo que o BNH havia desenvolvido. E com certeza acredito

que conseguimos até dar um passo à frente: conseguimos desenvolver aquilo que a sociedade, naquele momento, gostaria que a Secretaria fizesse.

Sendo mais objetivo agora na sua pergunta: creio que a Secretaria, apesar de todas as dificuldades, conseguiu se impor, conseguiu se transformar num fórum para o setor de saneamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Como foi a gestão financeira desses programas, já que V. Sª confirmou que os recursos principais, senão os exclusivos, dos programas de saneamento eram custeados a partir do FGTS?

O SR. WALTER ANNICHINO - A Secretaria e o Saneamento dispunham de três fontes de recursos: recursos orçamentários, recursos do FGTS e recursos externos. E foi com esses três recursos que procuramos desenvolver os programas. O somatório desses recursos era insuficiente para fazer frente às necessidades que o setor de saneamento tinha. Então, procuramos desenvolver ao máximo cada um desses recursos. Então, havia programas, como, por exemplo, o PRONURB, que, com recursos do FGTS, procurava atender sistemas de abastecimento de águas, sistemas de esgotos e sistemas de drenagem; o PROSANEAR, com recursos do FGTS, e também do Banco Mundial; o PROSEGE, com recursos exclusivamente do Banco Interamericano, BID; o PROBAS, obras para infra-estrutura com recursos do FGTS; e o Programa de Saneamento Rural, com recursos orçamentários.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Como era a aplicação desses recursos? O Ministério contratou empreiteiras, alguma vez, mediante concorrência ou sem concorrência, ou era sempre feito mediante repasse a Estados e Municípios?

O SR. WALTER ANNICHINO - Aqui também dependendo da fonte de recursos, Sr. Relator. Os recursos orçamentários eram repassados, através do Ministério, para prefeituras e para os Estados, que eram os agentes que contratavam os serviços com as empresas privadas. No caso de recursos do FGTS é um pouco mais complicado. O Ministério da Ação Social era o agente gestor do FGTS; a Caixa Econômica Federal, o agente operador; os agentes promotores eram os Estados e Municípios, que, finalmente, eram aqueles que efetuavam as contratações dos serviços de obras. Tínhamos ainda, Sr. Relator, a presença do Conselho Curador do FGTS, que dava todos os orçamentos e as diretrizes para o agente gestor - Ministério da Ação Social.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas houve momento em que houve grande crise, porque os recursos do FGTS escassearam.

O SR. WALTER ANNICHINO - Os recursos do FGTS se escassearam num determinado momento muito em função das condições por que o País passava, Sr. Relator. Quem fazia o orçamento do FGTS... O agente operador, a Caixa Econômica Federal, era responsável por toda a centralização das contas, por toda a receita do FGTS, toda a movimentação financeira do FGTS; inclusive tinha como atribuição a formulação do orçamento desse mesmo FGTS, que era encaminhado ao Conselho Curador desse mesmo FGTS, que aprovava esse orçamento e, após a aprovação, o Ministério da Ação Social passava a gerir, e a Caixa Econômica a operar.

Essa crise no FGTS foi muito em função das condições econômicas pelas quais o País passou naquele determinado momento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Sª, antes de assumir essa Secretaria de Saneamento, exercia que atividade profissional?

WALTER ANNICHINO - Eu sempre fui empresário. Eu sou engenheiro civil formado há 19 anos, pós-graduado em engenharia sanitária hidráulica e saneamento, com programa de mestrado em hidráulica e saneamento. A partir de 1978, passei a exercer a atividade empresarial.

Nunca ocupei nenhum cargo público antes de vir a exercer esse cargo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Faço-lhe essa pergunta, Dr. Annichino, porque, como V. Sª sabe, esta é uma Comissão de investigação. As pessoas que são investigadas passam pelo crivo de diferentes subcomissões. É por isso que lhe faço a seguinte pergunta: pelos dados que temos das Subcomissões de Bancos e de Patrimônio, V. Sª, no ano de 1990, ano-base do Imposto de Renda, exercício de 1991, declarou rendimentos em torno de 36 mil dólares; todavia, o movimento bancário revela créditos, no mesmo ano, no valor de 497 mil e 25 dólares.

O SR. WALTER ANNICHINO - Perfeito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Como V. Sª poderia explicar diferença de valores?

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Relator, a Comissão deve ter levantado também que, em 1988 e 1989, a minha conta movimentou valores maiores que esse, inclusive. Em 1990, ao tomar posse, deixei as atividades empresariais, mas continuei com a minha empresa de administração de bens, a Vima Participações S/A. Nesse período, realizei algumas transações comerciais através dessa empresa, como venda de imóveis, por exemplo, cujos recursos podem ter entrado primeiro na minha conta antes de serem repassados para a conta da empresa.

Além disso, Sr. Relator, em 1989 até o início de março de 1990, eu realizava aplicações no Fundo ao Portador, sendo que, nesse período, vários resgates foram feitos na minha conta particular. Isso pode ser comprovado através da relação bancária.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não quero insistir, mas me parece que há uma defasagem muito grande entre créditos e rendimentos. De qualquer maneira, aqui estão Deputados que participam das Subcomissões e vão argüi-lo também, pois este assunto será desdobrado.

O SR. WALTER ANNICHINO - Posso completar?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não.

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu gostaria de deixar bem claro, para que não paire nenhuma dúvida com relação a uma afirmação que faço sob juramento, que todos os recursos depositados e retirados da minha conta são estritamente de atividades empresariais, nada tendo de relação com a minha passagem pela Secretária. Inclusive, eu gostaria de ressaltar que, antes de tomar posse, eu já me considerava um empresário bem sucedido, embora preferiria não ter colocado isso aqui.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quando se faz uma análise das contas bancárias de V. Sª, o que se verifica é uma persistência no uso do dinheiro moeda e não de dinheiro papel, seja cheque, seja ordem de pagamento. Por que V. Sª tem essa preferência pelo uso da moeda para depósitos e pagamentos e não cheques ou outros?

O SR. WALTER ANNICHINO - Como disse, tinha aplicações no fundo ao portador até o início do ano de 1990, que equivalem à moeda. Então, nesse período, realmente foram feitos depósitos na minha conta como moeda.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Sª é proprietário do Ed. Alameda Aicais, nº 149, Indianópolis, São Paulo, adquirido em 1989?

O SR. WALTER ANNICHINO - Perfeitamente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Sª vendeu esse prédio ou não?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não o vendi.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Porque não consta da Declaração de Renda de V. Sª de 1993.

O SR. WALTER ANNICHINO - Esse e outros imóveis, adquiridos em 87 ou anteriormente, todos passaram a fazer parte da minha empresa de administração de bens, a Vima Participações S/A.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Em que ano?

O SR. WALTER ANNICHINO - Alguns em 1988 e outros em 1989.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, nesse caso, estará, certamente, um Ed. Alameda Calcutá, 75, São Paulo?

O SR. WALTER ANNICHINO - Esse edifício, hoje, também está em nome da Vima. Vale ressaltar que, no ano de 1991, eu me separei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Em que ano?

O SR. WALTER ANNICHINO - Em 1991. E diversos bens que estavam em meu nome poderão ainda constar, em cartório, em meu nome; todavia, judicialmente, estão sendo transferidos para o nome da minha ex-esposa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito. Farei novas perguntas ao final, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

Tem a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Walter Annichino, em 1991, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, presidida pelo Senador Garibaldi Alves Filho, tive oportunidade de inquirir V. Sª a respeito de sobrepreço e de licitações dirigidas através da nota técnica em obras de saneamento financiadas com recursos do Orçamento e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Naquela ocasião, perguntei, por exemplo, sobre obras situadas em Campinas e em Jundiaí e executadas pela CBPO, do Grupo Norberto Odebrecht. Nessa CPI, esse mesmo tipo de obra foi, fartamente, mencionado em diversos depoimentos. Como exemplos, podemos citar os depoimentos dos Deputados Ricardo Fiúza e Sérgio Guerra, em que foi mencionada a obra do Sistema Pirapama de Abastecimento de Água em Pernambuco. Nesse caso, a construtora Queiroz Galvão debitou, como despesa dessa obra, as comissões pagas à EPC do Sr. Paulo César Farias, conforme depoimento do Diretor daquela empresa à Polícia Federal.

No depoimento do Deputado José Geraldo, foi discutida a canalização do Ribeirão Areias, iniciada em 1991, que acabou sendo executada pela empresa ENGEBRÁS e gerenciada pela empresa ENGESOLO, ambas com participação societária do Deputado José Geraldo. Uma auditoria nessa obra identificou sobrepreço no valor de 157%. No caso do depoimento do Deputado Manoel Moreira, foi citada a obra do sistema de esgoto na cidade de Valinhos, em São Paulo. Nos documentos da Odebrecht, uma das áreas de maior destaque é justamente a de Saneamento, inclusive colocando como objetivo da organização o total domínio nos programas de contratação e de desembolso da Caixa Econômica Federal, relacionados ao Ministério da Ação Social.

Sr. Walter Annichino, como V. Sª, engenheiro experiente em área de financiamento, formado pela USP, explica que as obras financiadas pelo Governo Federal, com participação importante de V. Sª no processo decisório, têm sido exemplos dramáticos de sobrepreço, de irregularidades, de inquéritos, como os do Canal da Maternidade, no Acre, relacionado, inclusive, ao problema que acabou resultando no assassinato do Governador Edmundo Pinto e os inquéritos relativos ao esquema PC Farias?

Novamente, nesta CPI, como V. Sª, identificado como um engenheiro de grande conhecimento na área de Saneamento, especializado, com excelente formação, sente em relação ao fato de que quase todas as obras - particularmente na área do saneamento básico, dentro do Ministério da Ação Social - estão, em enorme número, caracterizadas por sobrepreços, irregularidades e inquéritos?

O SR. WALTER ANNICHINO - Nobre Senador Eduardo Suplicy, vou procurar dar-lhe uma resposta mais convincente, aquela que mais possa agradar-lhe, aquela que possa, realmente, vir a elucidar todas essas dúvidas.

A partir de março 1990, o FGTS passou por uma grande revolução, no meu modo de ver. Até então, o Conselho Curador do FGTS não funcionava; não me lembro de uma reunião do Conselho Curador anteriormente a essa data. Justamente, em março de 1990, começou a funcionar o Conselho Curador do FGTS, que penso ser de suma importância e que tem trazido grandes resultados. Penso que esse Conselho conseguirá apurar todo o funcionamento do FGTS. Houve a inserção do Ministério da Ação Social e um novo funcionamento para a Caixa Econômica Federal, e, a partir daí, diante de uma série de políticas adotadas, procurou-se disseminar as obras de saneamento - isso como política. Então, o número de licitações, de contratações por parte de autorizações pelo Ministério da Ação Social e de contratações de financiamento por parte da Caixa Econômica aumentou muito para todo o Brasil, até porque o Conselho Curador estabeleceu para cada estado um limite - coisa que não existia anteriormente.

Com esse novo funcionamento, cada órgão - Ministério da Ação Social, Caixa Econômica Federal e Conselho Curador - tinha uma determinada função. Então, por exemplo, vou pegar aqui o Decreto nº 99.684, que estabeleceu as funções do Ministério da Ação Social, do Conselho Curador e da Caixa Econômica Federal; cabia, basicamente, ao Ministério da Ação Social eleger as operações, os projetos e as suplementações a serem financiadas com recursos do FGTS, de modo a assegurar que a alocação fosse feita de acordo com a política nacional de saneamento, de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação popular estabelecidas pelo Governo Federal. Ao agente operador Caixa Econômica Federal competia: definir os procedimentos operacionais necessários à execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana e ao cumprimento das resoluções do Conselho Curador e dos atos normativos do gestor na aplicação do FGTS; elaborar as análises jurídica, econômico-financeira dos projetos de habitação popular, infra-estrutura e saneamento básico a serem financiadas por recursos do FGTS; e, mais importante, conceder os créditos para as operações consideradas viáveis e eleitas, responsabilizando-se pelo acompanhamento da execução e zelando pela correta aplicação dos recursos.

Sr. Senador, também sou uma pessoa que, por ser do setor e por querer que um estado de coisas mude, também não concordo e sou solidário com o pensamento de que todas essas denúncias devem ser investigadas a fundo; que os responsáveis por todas essas obras onde há suspeita de superfaturamento devem ser punidos.

O Ministério da Ação Social tentou desenvolver um programa, Senador. Coloquei aqui, o senhor já ouviu, desenvolver ações. Agora, ele não tinha nem a competência e nem equipe para verificar esses custos e tudo mais; quem tinha era a Caixa Econômica Federal e mais os próprios agentes promotores, os estados e municípios tomadores; eles faziam o seu orçamento e davam entrada nas superintendências regionais da Caixa Econômica Federal. Na Superintendência da Caixa Econômica Federal, esses orçamentos eram avaliados, a obra era avaliada; isso vinha para Brasília, era refeito na Caixa Econômica Federal de Brasília, passava pelo Banco Central para ver o endividamento e ia para o Ministério da Ação Social, Sr. Senador, apenas um espelho do projeto, sem orçamento, sem desembolso - tenho aqui cópias que posso passar depois a V.Exª ou ao Sr. Relator, onde simplesmente a Caixa Econômica dizia que estava tudo de acordo, fazia um espelho do projeto e o Ministério da Ação Social fazia a eleição do projeto, daquela solicitação, olhando se estavam dentro dos programas, se estavam compatíveis com o orçamento do FGTS. Enfim, voltava à Caixa Econômica Federal, Sr. Senador, para que a Caixa Econômica, então, em reunião de diretoria, definisse o financiamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Walter Annichino, o relatório do Tribunal de Contas da União sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, feito no período de 29 de agosto a 13 de outubro de 1989, a partir de representação de autoria do Deputado Luiz Inácio Lula da Silva, colocou no item 29 o seguinte: "Anota a equipe de auditoria que o Ministério da Ação Social não dispõe de critérios normativos e parâmetros básicos para a escolha dos projetos a serem contratados, como determina o art. 66, IV, do Decreto nº 99.684. Ressalta que a Secretaria Nacional de Saneamento tem como praxe promover reuniões de autoridades, no plano de governadores grupados regionalmente, para que os mesmos apresentem as prioridades de seus Estados nas áreas de aplicação em saneamento e infra-estrutura.

Mais adiante diz, entretanto, que normalmente os próprios critérios adotados e que deveriam ser respeitados pela Secretaria de Saneamento e pelo Fundo de Garantia assim não o foram.

No setor de saneamento básico, por exemplo, o Estado da Bahia foi o mais beneficiado ao receber, ele só, 36,54% das verbas. Também não foi respeitado o critério segundo o qual 30% dos recursos líquidos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço deveriam ser destinados para o saneamento básico.

Aqui assinalo que havia falta de critérios e que mesmo o critério de reuniões com governadores acabava, depois, gerando distorções, tal como a aqui apontada.

Pode parecer uma pergunta pessoal, Sr. Walter Annichino, mas há aqui uma coincidência: como explica que a Srª Vivian de Melo, sua segunda esposa, bem como a sua secretária Adriane estavam incluídas na lista de pessoas que recebem brindes da construtora Norberto Odebrecht?

O SR. WALTER ANNICHINO - Vou responder por partes.

Respondendo primeiro à questão do FGTS, digo a V. Exª que a Secretaria talvez não tenha feito o melhor trabalho, mas discordo dessas colocações feitas por V. Exª, aliás, não por V. Exª, mas pelo Tribunal, se não me engano por uma denúncia, de que não havia critérios.

Na realidade, a Secretaria, o Ministério da Ação Social tinha critérios de priorização; todos os programas foram divulgados previamente, foram discutidos com a sociedade, foram amplamente colocados. As prioridades eram discutidas em reuniões regionais. Tenho aqui, se V. Exª quiser, as datas de todas essas reuniões públicas.

Portanto, todas as prioridades eram conhecidas de todos. Posso afirmar-lhe, sem nenhum erro, que, pelo menos quatro, cinco ou seis meses antes de as obras serem eleitas pelo Ministério da Ação Social, praticamente todos já sabiam quais seriam as obras prioritárias.

Nós perguntávamos aos governadores e aos prefeitos das principais cidades, convocávamos, aliás, todos, através da associação, para as reuniões. Cerca de 70 a 75% da população, hoje, Sr. Senador, vivem em cidades onde a concessão dos serviços públicos é das companhias estaduais. Nós tínhamos, obrigatoriamente, de ouvir esses governadores. Então, as prioridades - e tenho aqui as cartas encaminhadas ao Ministério da Ação Social estabelecendo as prioridades para cada contratação - foram instituídas pelos Srs. governadores.

V. Exª colocou que, por exemplo, na área de saneamento, obedecemos aos limites. Eu também discordo. O Ministério da Ação Social trabalhava com um limite de contratação; com o limite de desembolso, não. A questão do desembolso não era ligada ao Ministério da Ação Social, mas ao agente operador. Nós nunca demos autorização para nenhum desembolso, nem sabíamos do desembolso. Isso era uma questão do agente operador, que deveria compatibilizar o caixa do FGTS, que deveria compatibilizar o desenvolvimento das obras, que deveria fazer o acompanhamento dessas obras.

Então, tenho aqui, Sr. Senador, todos os limites. Por exemplo, em 1990, do limite estabelecido pelo Conselho Curador do FGTS, o Ministério da Ação Social conseguiu priorizar apenas 32% dos recursos para o saneamento básico e apenas 18% para a infra-estrutura urbana, considerando, inclusive, as contratações feitas anteriormente ao Governo Collor nos meses de janeiro e fevereiro de 1990.

Tenho aqui o Orçamento de 1991 aprovado pelo Conselho Curador em cada Estado. Em nenhum Estado foi extrapolado. Pode ter sido extrapolado a nível de desembolso. Mas é uma questão do agente operador, algo que o Conselho Curador precisa realmente corrigir, nada tendo a ver com o Ministério da Ação Social. Em 1991, na rubrica de saneamento, foram utilizados apenas 84% dos recursos - eu tenho a relação por Estado - e na rubrica de infra-estrutura apenas 72% dos recursos autorizados pelo FGTS. É uma mentira o tão falado rombo que o Ministério da Ação Social ocasionou no FGTS.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E a segunda parte?

O SR. WALTER ANNICHINO - A Srª Vivian Melo Suruagy é a minha esposa do segundo casamento. Eu não conheço a Srª Adriana, ela não é a minha secretária. Não posso explicar a V. Exª o motivo. Acho que, talvez, dando um brinde à esposa do Secretário de Saneamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Walter Annichino, vou lhe relatar a V. Sª um fato que chegou ao meu conhecimento através do Sr. Cecílio do Rego Almeida. O Deputado Ricardo Fiúza já era Ministro da Ação Social, quando certo dia veio ao meu gabinete para entregar-me a cópia de um documento que me pareceu extremamente sério. Referia-se ao PROSEGE. Antes mesmo que se concluísse todo o procedimento de licitação - foram setenta cidades contempladas com obras de saneamento básico - estavam lá as setenta cidades relacionadas, cada empresa que seria escolhida para fazer a obra, e ao lado, nessa listagem, havia o nome de um parlamentar. Disse-me o Sr. Cecílio do Rego Almeida que eu não poderia divulgar aquele relatório. Se o fizesse, alguém seria morto. Resolvi, então, tomar o seguinte procedimento: encaminhei um requerimento de informações ao Ministro Ricardo Fiúza, solicitando fosse explicada toda a sistemática - aliás, por orientação do Banco Mundial, que era rigoroso no procedimento licitatório. Acontece que o Ministro Ricardo Fiúza, tendo em vista até que por meu requerimento eu dava a entender que havia procedimentos que deveriam ser modificados, resolveu adotar uma nova sistemática rigorosa e iniciar, novamente, todo o processo de licitação relativa ao PROSEGE.

O que V. Sª conhece relativamente àqueles programas durante o tempo em que foi Secretário de Saneamento Básico? Houve qualquer procedimento que pudesse caracterizar cartas marcadas naquela licitação? Por que V. Sª avalia que o novo Ministro tivesse que adotar novo procedimento licitatório?

O SR. WALTER ANNICHINO - Nobre Senador, o PROSEGE é um dos programas que foram criados à época em que eu era Secretário e que me dá a maior satisfação. É um programa que hoje, eu diria, serviria de exemplo para, inclusive, outras áreas do Governo. Ele foi conseguido junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e com uma concepção muito interessante, uma concepção dupla de ao mesmo tempo oferecer um grande número de empregos e também vir a dar uma contribuição social, com a execução de redes de esgoto num país tão carente como o nosso. Teve como meta atingir um milhão e quinhentas mil pessoas, um número de empregos muito grande.

Tenho aqui, acho que o PROSEGE - e muita gente quis denegrir a imagem do PROSEGE, e, entre elas, talvez essa pessoa que o senhor mencionou, que costumava visitar gabinetes armado, colocando o revólver em cima da mesa. Nem vou aqui pronunciar o nome, porque acho que ele não merece.

Ocorre, Senador, que foram negociados quase 500 milhões de dólares com o Banco Interamericano. Isso normalmente seria um prato cheio para as grandes empresas. Certamente, o senhor vai pegar os empréstimos anteriores do Banco Interamericano, do Banco Mundial e verificar que foi dividido por poucas obras e poucas empresas, com grandes valores. O senhor verificará que o PROSEGE foi concebido para pequenas obras, para todo o país, abrindo oportunidade a agentes promotores, prefeituras e até estados que nunca haviam tido oportunidade de ter acesso a um empréstimo externo.

Havíamos concebido que seriam eleitos cerca de 300 agentes promotores, ou seja, 500 milhões de dólares ou 460, 470 milhões de dólares gerariam 300 obras; obras com valor médio de um milhão e seiscentos mil dólares. Muito a contragosto, Sr. Senador, de alguns grandes interesses. Então, vejo, com muita dificuldade, que seria possível direcionar obras - 300 obras, controlar 300 agentes promotores, 300 prefeituras. Sinceramente, acho que é uma vontade de denegrir o programa e talvez uma vontade de, eu diria até, peço desculpas pelo termo, "melar" o programa para que pudesse ser redirecionado. Quando deixei a secretaria, no dia 13 de fevereiro de 1992, nenhuma licitação havia sido autorizada, nenhum convênio havia sido firmado, nenhum recurso havia sido liberado ainda; tudo isso foi feito pelos meus antecessores. Apenas posso debitar isso tudo, Sr. Senador, a uma vontade de virar o jogo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, eu teria ainda uma pergunta a fazer, que considero bastante relevante, mas não quero abusar. Se puder fazê-la depois que todos argüirem, agradeço. Só uma pergunta mais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu preferiria que V. Exª completasse agora.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu pediria a V. Exª que estivesse bastante atento a qualquer procedimento aqui, porque a pergunta que vou fazer, Sr. Presidente, resvala, mas só por muita relevância, a um aspecto pessoal. Mas V. Exª vai compreender por que, na medida em que desejamos estabelecer a verdade, é que me permito, Sr. Walter Annichino, a colocar esta questão, a bem do interesse público.

V. Sª se lembra bem, acredito, do dia em que eu aqui o arguí, há dois anos, aproximadamente; a certa altura, V. Sª inclusive falou de forma muito severa comigo, porque eu estava perguntando se porventura teria ocorrido qualquer problema de irregularidades nos procedimentos da Secretaria de Saneamento. Acontece que quase no dia seguinte eu soube de um fato que agora trago à tona, mas acredito seja relevante. Não estou pedindo licença à pessoa que me relatou o fato para trazer o assunto aqui. Mas certo dia, no ano de 1991, sua primeira senhora - peço a atenção do Presidente - foi ao apartamento de um casal que, coincidentemente, são amigos meus. Armandes foi meu colega, contemporâneo na Fundação Getúlio Vargas, colega como Deputado Estadual na Assembléia Legislativa e hoje é presidente dos ex-alunos...

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Guroama.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Deputado Guroama. Não foi de iniciativa dele, foi por circunstância. Resolvi perguntar a ele se era verdade que a sua primeira esposa tinha ido ao apartamento do casal amigo para relatar que havia ficado muito impressionada quando achou uma quantia muito volumosa de dólares na gaveta de V. Sª. Tão impressionada ficou que, triste, após um diálogo com V. Sª, foi relatar o fato aos amigos.

Só trago isso, Sr. Presidente, porque me parece algo importante.

Eu gostaria que V. Sª revelasse exatamente o que aconteceu. De fato foi encontrada em sua residência uma quantia que a sua própria primeira esposa considerou indevida, como remuneração, e, em razão disso, inclusive, teriam tido esse desentendimento momentâneo?

Sei que se trata de situação difícil, até porque o seu primeiro sogro é inclusive sócio de V. Sª na empresa de engenharia, ou de consultoria. Tendo sabido dessa história, fui perguntar ao ex-Deputado, pessoa que conheço, se era verdadeira. Ele me disse: - "Olha, trata-se de uma situação muito delicada e foi-nos relatada como amigos que somos do casal."

Cito esse fato porque queremos - temos aqui esse propósito - estabelecer a inteira verdade.

(Soa a campainha)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O nobre Senador Suplicy - notei até que S. Exª está emocionado - sabia que se tratava de um assunto de ordem muito pessoal. É mais um caso em que uma ex-esposa faz uma revelação a respeito do seu ex-marido. A matéria ficará a critério de V. Sª para as respostas que quiser dar.

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Presidente, nobre Relator, acho que uma vez colocado esse assunto, aliás, antes de dar essa resposta, gostaria de lhe dizer que há cerca de quase dois anos, referi-me realmente de maneira inadequada a V. Exª. Devia-lhe essa revelação.

Esse assunto, como V. Exª mesmo disse, é um assunto muito delicado para mim. Foi a minha separação, minha única separação até hoje. Mas acho que não posso, uma vez colocado o assunto, deixá-lo sem resposta. Estamos aqui numa reunião pública, com a presença da televisão, fotógrafos, jornalistas e das maiores autoridades do País.

Vim de um processo de separação muito doloroso, Senador, um processo difícil. Posso afirmar, com toda certeza - não gostaria nem de citar, mas vou colocar aqui -,

que esse assunto não passou de uma grande intriga. Vou-lhe contar um detalhe: esse assunto foi-me levantado logo após essa data, realmente, pelo repórter Luís Costa Pinto, da **Veja**, que me procurou para falar desse assunto, que a minha esposa havia dito que havia encontrado em casa uma quantia - vou até dizer o valor - de 30 mil dólares.

Imediatamente, peguei o meu telefone celular, liguei para a minha ex-esposa e mandei que ela falasse com o jornalista. Ele pode testemunhar isso que eu estou dizendo. E ela negou esse assunto, porque é uma inverdade. Se ela disse isso ao Sr. Goro Hama foi, provavelmente, num momento de angústia, num momento de raiva, num momento de grande emoção. Acho que quem tem que responder é ela. Considero um grande absurdo essa história. Como eu vou provar aqui. Tenho que dar a minha palavra. Não havia dólares, nunca houve.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Poderia apenas citar o nome completo dela, por favor? Só para concluir, Sr. Presidente.

O SR. WALTER ANNICHINO - Marenir de Cico Annichino.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor depoente, V. Sª, em entrevista no dia 15 de novembro de 1993 à **Folha de S. Paulo,** afirmou possuir um arquivo com vários documentos dentre os quais os registros das audiências que concedeu a vários parlamentares. V. Sª afirma, demonstrando grande capacidade de organização, que foram 556 audiências com Deputados e ex-Deputados, 53 com Senadores e 357 com empresários. V. Sª pode informar quais eram os Deputados mais assíduos nessas audiências?

O SR. WALTER ANNICHINO - Caro Deputado Luiz Salomão, durante essa entrevista, realmente fiz essa afirmativa de que tenho um quadro demonstrativo sobre o ano de 1991 - esses números são de 1991, em 1990 nós não tínhamos esse controle -: foram mais de 550 Deputados e eu não me lembro exatamente quais, mas posso fazer aqui uma ilação de que uma grande maioria dos Deputados iam me procurar com prefeitos, querendo orientação. Aliás foi um grande aprendizado para mim, até porque nunca fui político, saber o que políticos iam fazer num setor eminentemente técnico.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª disse na mesma entrevista que vários desse parlamentares iam acompanhados de empreiteiros. Está na entrevista de V. Sª.

O SR. WALTER ANNICHINO - Perfeitamente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu gostaria que V. Sª fizesse um esforço de memória e detalhasse essas duplas de parlamentares e empreiteiros.

O SR. WALTER ANNICHINO - Isso ocorreu há cerca de três anos ou mais. Eu não gostaria de cometer aqui nenhuma injustiça, até porque não me lembro de alguns desses pares. Eu só me lembro do fato que ocorria.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem. Para evitar que nós precisemos promover um novo mandado de busca e apreensão, V. Sª poderia se comprometer, perante esta Comissão, de nos enviar as agendas respectivas.

O SR. WALTER ANNICHINO - Perfeitamente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, não quero interrompê-lo, sei que V. Exª está discutindo alguma coisa relevante, mas estou perguntando ao depoente - para evitarmos uma nova busca e apreensão - se ele pode assumir o compromisso de nos enviar suas agendas dos encontros mantidos entre Deputados e empreiteiros com ele no período de 1990/91.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª fez a pergunta?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ele assumiu o compromisso perante a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já assumiu. Agradeço, porque estou aqui com o documento do Supremo Tribunal Federal a respeito da busca e apreensão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ainda com relação a essa entrevista, V. Sª afirma que seu envolvimento com o esquema PC decorre de intrigas "de gente que estava interessada em que os recursos do Ministério da Ação Social fossem concentrados em poucas e grandes concorrências". O nome de V. Sª consta da agenda do Sr. Paulo César Farias. Eu pergunto: que gente é essa a que V. Sª se refere na sua entrevista?

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu não vou aqui citar nomes. Os senhores todos sabem quais são as maiores empresas do País, as dez, quinze ou vinte maiores empresas do País. Essas empresas, se os senhores pegarem o seu passado, verão que elas eram as que executavam as maiores obras de saneamento do País, elas que detinham o maior mercado de recursos, o maior mercado de obras.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª está se referindo à OAS, que era uma grande detentora de obras de seu Ministério?

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu estou dizendo de todas as...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Estou perguntando especificamente sobre a OAS...

O SR. WALTER ANNICHINO - Ela também faz parte da relação das maiores.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu gostaria que V. Sª afirmasse se a OAS faz parte dessa gente a que V.Sª se refere.

O SR. WALTER ANNICHINO - Olha, se V. Exª me desse aqui a lista dos maiores e melhores...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu vou enunciar aqui? Eu comecei pela OAS.

O SR. WALTER ANNICHINO - ...eu colocaria que realmente - deixe-me colocar aqui claramente esta questão para não ficar nenhuma dúvida: eu não sentia pressão das empresas diretamente, mas essas pressões ocorriam sob a forma - e aqui o Senador Eduardo Suplicy vai concordar - de denúncias anônimas. Inúmeras denúncias anônimas eram feitas.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª recebeu a visita de um cidadão empreiteiro que ia com um revólver e punha o revólver em cima da sua mesa...

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu não recebi a visita.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não? V. Sª disse isso.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não, afirmei que ele fazia visitas, mas não me fez a visita.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito bem. Essa pessoa acusa V.Sª de ter favorecido esta empresa - OAS, que tem muitas obras vinculadas à Secretaria Nacional de Saneamento. V. Sª inclui esta empresa - OAS - nesta entrevista, nesta frase da sua entrevista, nesse contexto de gente que queria concentrar-se em poucas e grandes concorrências?

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu não posso responder dessa forma. O que vou responder é que as grandes - não sei qual a empresa que fazia, mas eu sentia que eram pressões das grandes empresas do País.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Dr. Walter Annichino, V. Sª provém de uma indicação do setor de saneamento de São Paulo, da PEOP?. V. Sª era um preposto das grandes empreiteiras do País. Portanto, V. Sª precisa responder. Dizer que não conhece, que não sabe, isso não corresponde ao seu currículo profissional.

O SR. WALTER ANNICHINO - Nobre Deputado, posso afirmar-lhe o seguinte: aqui estou depondo sob juramento. Não posso inventar nem mentir. Só posso responder sobre aquilo que tenho certeza e conheço. Não fui indicado pela PEOPS??. Acho que há um engano. Expliquei aqui inclusive ao Sr. Relator quais as razões e a quem credito a minha indicação.

O SR. LUIZ SALOMÃO - OK. Muito bem. Já que V. Sª não quer desenvolver essa temática, passo para a análise das suas contas. O nobre Relator já lhe indagou algo perplexo sobre essa situação. Eu gostaria que tomasse nota dos números, se fosse possível, para poder acompanhar o raciocínio. Em 1989, sua movimentação bancária foi de quinhentos e sessenta e um mil dólares, e a sua renda declarada, paga em termos pecuniários, foi de 77 mil e 700 dólares. No ano de 1990, a sua movimentação bancária, todos os créditos efetuados na sua conta somaram 497 mil - e o Relator já abordou este ano de 1990 -, e sua renda declarada foi de 36 mil dólares. No ano de 1991, sua movimentação bancária foi de 120 mil dólares - caiu em 75%, e a sua renda declarada foi de 9 mil e 700 dólares, mais o resgate de uma operação financeira que V. Sª tinha de 4 mil dólares. Somaria 13 mil dólares de movimento financeiro. Em 1992, V. Sª teve uma movimentação bancária de 110 mil dólares, uma renda declarada tributável de 3 mil dólares e uma renda tributável exclusivamente na fonte de 700 mil dólares em números redondos.

Eu gostaria de dizer que, em primeiro lugar, a resposta que V. Sª deu ao Relator é inteiramente inconsistente. V. Sª não pode invocar o movimento financeiro da Vima para justificar suas próprias contas. Eu gostaria que V. Sª esclarecesse esse ponto inicial.

O SR. WALTER ANNICHINO - Ao longo dos anos, desde o início dos anos 80, fui amealhando recursos, fui acumulando recursos. Naquela época, tínhamos as aplicações ao portador. Não me lembro quando começaram a vigorar os fundos ao portador, mas antes disso tínhamos os títulos ao portador. Ao longo dos anos, fui tendo uma reserva de recursos. Então, por exemplo, no ano de 1989, essa movimentação bancária condiz com desaplicações e aplicações de aplicações diferentes daquela renda de 77 mil dólares, que foi colocada. Quando não foram aplicações, foram recursos oriundos das empresas das quais fazia parte.

Em mil novecentos e...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não... Perdoe-me interrompê-lo, mas gostaria de esclarecer à Comissão que V. Sª declarou na declaração de 1989, ano-base 1988, aplicações no Fundo BANESPA e City de 24 mil cruzeiros reais, que não dão para explicar, de forma nenhuma, essa movimentação de 560 mil dólares. V. Sª, porventura, sonegou ao Imposto de Renda as informações sobre suas aplicações financeiras? Essa é uma indagação.

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Deputado Luiz Salomão, não soneguei, e as informações que estão aí estão corretas. Não soneguei porque algumas das operações, como disse, eram ao portador, muitas dessas operações. O que está declarado aí é uma parcela das operações ao portador; a maior parte das operações ao portador...

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª não declarou?

O SR. WALTER ANNICHINO - ... não foram declaradas até porque elas...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então V. Sª sonegou?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não soneguei.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Claro.

O SR. WALTER ANNICHINO - Obrigatoriamente... eu não tinha obrigação, Sr. Deputado, de declarar fundos ao portador. Eles quiseram ao portador, inclusive...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não vou polemizar com V. Sª sobre essa matéria.

O SR. WALTER ANNICHINO - Veja bem, também não sou especialista, Deputado. Essa é a verdade. Se por acaso, repito, isso estiver contra a lei, é fácil, é só...

SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª vai explicar-se à Receita Federal. Não é o caso, aqui, de eu cobrar de V. Sª coisas que não declarou...

O SR. WALTER ANNICHINO - O que posso declarar com certeza, até porque isso está fora, e aqui eu gostaria de colocar, Sr. Presidente, Sr. Relator, o ano de 1989 está fora do ano, quer dizer, eu era empresário e acho que não tem nada a ver com...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não quero polemizar com V. Sª porque V. Sª não era funcionário do Governo; é um assunto privado seu com o leão da Receita Federal. Mas, para alertá-lo, V. Sª não declarou essas aplicações.

No ano de 1990, aí sim, V. Sª tem uma variação patrimonial decorrente basicamente do aumento de valor de suas quotas na STENGIL e na ESA, bem como do aumento de suas ações na Vilma Participações S.A.

O SR. WALTER ANNICHINO - Vima.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vima. É que na sua declaração está escrito Vilma, mas depois está escrito Vima.

A parte referente à STENGIL e à ESA decorre de mera correção monetária do valor das quotas. Dá perfeitamente para compreender aqui na declaração. Mas na subscrição de ações, na Vima está justificada com rendimentos tributários exclusivamente na fonte dessas aplicações não declaradas. É assim que V. Sª explica rendimentos de 190 mil dólares em títulos de renda fixa? É com títulos não declarados?

O SR. WALTER ANNICHINO - Tem uma parte em títulos de renda fixa e outra de fundos ao portador, no início do ano, e uma outra parcela de serviços prestados pela Vima - renda própria da Vima.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ah, isso não vale.

Pagos a V. Sª?

O SR. WALTER ANNICHINO - A mim, não; à Vima.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não. Na sua declaração de renda são os rendimentos que V. Sª percebe. Ah, sim, aquilo que foi colocado, aquilo que foi de aumento? É isso o que V. Sª quer dizer? V. Exª teve aumento na subscrição de ações da Vima?

O SR. WALTER ANNICHINO - É o que está declarado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeito. Que V. Sª financia, justifica com rendimentos de títulos de renda fixa e outros. V. Sª não declarou nenhuma recepção de rendimentos da Vima.

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Deputado, gostaria de só dizer a verdade e não inventar. Fui convocado e recebi essa convocação ontem à tarde. Não tenho todos os dados referentes às questões, até porque imaginei que estaríamos aqui discutindo coisas referentes ao Orçamento. Mas não me nego a nenhuma dessas respostas. A única coisa de que eu gostaria, Sr. Deputado, é que V. Exª me desse oportunidade de poder consultar, de falar com meu contador, porque senão vou acabar colocando aqui...

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª vai receber as notas taquigráficas e terá oportunidade de responder.

O SR. WALTER ANNICHINO - E faço questão, Sr. Presidente, Sr. Deputado, de colocar e posteriormente trazer todas e elucidar todas as questões.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mais duas questões para encerrar minha participação.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado Luiz Salomão, V. Exª me permite?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu gostaria, como Relator, já que haverá posterior aporte de informações, lembrar duas coisas. Primeiro: em algum momento V. Sª colocou na sua conta corrente recursos da Vima?

O SR. WALTER ANNICHINO - Em alguns momentos, vou dar um exemplo para o senhor, no dia - não me lembro bem - no início do mês de fevereiro, vendi um imóvel da Vima e esses recursos foram depositados na minha conta particular e no mesmo dia repassados à VIMA. Então, existe alguma coisa sob esse aspecto,

O SR. LUIZ SALOMÃO - Qual dia de fevereiro?

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu poderia depois lhe dar a data, eu não saberia dizer agora exatamente o dia, Sr. Deputado, mas faço questão de elucidar essa questão para o senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O segundo ponto, Dr. Annichino, é o seguinte: V. Sª justificou à mim, e está justificando agora ao Deputado Luiz Salomão, que o seu movimento bancário é sempre bem maior do que o seu rendimento em face de aplicações, e V. Sª sempre privilegia títulos ao portador, está certo?

O SR. WALTER ANNICHINO - É. E isso ocorre, se o V. Exª reparar, Sr. Relator, já ocorria nos anos de 1988, no ano de 1989 e ocorreu também no ano de 1990.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Acabaram os títulos ao portador em 1990.

O SR. WALTER ANNICHINO - Exatamente. Essa é uma explicação a grosso modo; depois, gostaria de trazer todos os detalhes, para todos os senhores.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Por isso quero deixar claro que quando coloquei para V. Sª a enorme discrepância entre o seu movimento bancário e os seus rendimentos declarados no ano-base de 1990, exercício de 1991, V. Sª argumentou com títulos ao portador, quero lembrar que títulos ao portador ficaram retidos, ficaram insuscetíveis de movimentação pelo Plano Collor.

O SR. WALTER ANNICHINO - Perfeito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Se pagasse 5%.

O SR. WALTER ANNICHINO - Isso. O que eu quero dizer, Sr. Relator, tentando só dar uma explicação, que não tenho aqui os dados efetivos - talvez V. Exª os tenha, Deputado - a minha maior movimentação bancária ocorreu nos primeiros meses, até o dia 4 ou 5 de março de 1990. Não sei se confere. V. Exª está dizendo que confere.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Dois de março.

O SR. WALTER ANNICHINO - E, então, anterior ao Plano Collor e, portanto, em plena vigência dos fundos ao portador e sem o pagamento dos 5% . Então é...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Em que houve uma certa premonição.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não houve premonição.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª poderia ver o mês de março e de abril como se comportaram.

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu tenho de cabeça. Não tenho aqui porque ficou com o Deputado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu tenho aqui.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu sei de cabeça. V. Sª recebeu um depósito de 194 mil dólares no dia 22 de fevereiro de 1990.

O SR. WALTER ANNICHINO - 22 de fevereiro de 1990?

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª se recorda do que se tratava?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não tenho esses dados aqui, como eu disse. Mas vou lhe dizer que ou foram resgates de fundos ao portador ou foram empréstimos ou aportes da própria empresa STENGIL ou alguma empresa minha ou foi, uma parte pelo menos, resultado da venda desse imóvel que coloquei há pouco no início do mês de fevereiro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - No mês de março e seguintes V. Sª teve uma movimentação de 99 mil dólares.

O SR. WALTER ANNICHINO - Mês de março de 1990?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Metade desse período V. Sª passou a ser um funcionário.

O SR. WALTER ANNICHINO - Mas tenho a impressão de que essa movimentação foi anterior...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vejo o Sr. Presidente consultando o seu cronômetro, acho que devo acelerar.

O SR. WALTER ANNICHINO - Deputado acho que essa movimentação do mês de março foi anterior à posse.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já estamos com 17 minutos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O Relator gostaria, Sr. Presidente, de encerrar a participação nessa matéria. No mês de março os créditos bancários na conta do Dr. Annichino não sofrem modificação após o Plano Collor. Apenas há, realmente, no dia 2 um depósito maior, no valor de 211 mil dólares; depois, entra na média normal. Não há alteração.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Walter Annichino, no ano de 1992, portanto ainda está abrangido pela investigação, V. Sª , na declaração de 1993, declara que teve uma renda muito modesta, da ordem de 3 mil dólares.

O SR. WALTER ANNICHINO - De quanto? Desculpa.

O SR. LUIZ SALOMÃO - De 3 mil dólares, no ano-base de 1992, uma renda tributável de 3 mil dólares, e uma renda tributável exclusivamente na fonte de 700 mil dólares de lucros que se supõe serem da STENGIL.

O SR. WALTER ANNICHINO - Exatamente, distribuição dos lucros da STENGIL.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª tem como comprovar a distribuição do lucro?

O SR. WALTER ANNICHINO - Perfeitamente. A distribuição do lucro não ...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Na maioria esse é lucro não entra na sua conta bancária.

O SR. WALTER ANNICHINO - Então, essa distribuição de lucro da empresa...eu percebi, realmente, não sei se foi de 700, mas com certeza mais de 500 mil dólares; pode-se ver que os números foram perfeitamente contabilizados e entraram sob a forma de depósitos da STENGIL, na minha empresa de participação: a VIMA S.A.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Só para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que da análise das contas bancárias do depoente há dezenas, quase uma centena de depósitos, todos feitos por V. Sª. Eu gostaria de saber se foram feitos por V. Sª.

O SR. WALTER ANNICHINO - Uma parte deles por mim, outra por pessoas que trabalhavam comigo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas sempre para Walter Annichino; crédito para Walter Annichino.

O SR. WALTER ANNICHINO - Perfeitamente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Todas as contas?

O SR. WALTER ANNICHINO - Como eu já disse, não tenho esses dados aqui.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Era V. Sª que os fazia?

O SR. WALTER ANNICHINO - Alguns depósitos eram feitos por mim; outros, por meus funcionários. Eu não poderia dizer, agora, quais foram feitos por mim e quais por meus funcionários. Como disse...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eram várias pessoas que movimentavam as suas contas?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não, era uma ou duas pessoas.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, tenho aqui, nessa coleção de guias de depósitos do Sr. Walter Annichino, pelo menos, seis caligrafias diferentes - verificamos isso com o auxílio do pessoal do Banco Central - realizando depósitos na conta do Sr. Walter Annichino, no período da investigação. Eu gostaria que o Sr. Walter...inclusive um...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Qual o período de investigação? O atual?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Do período em que ele era funcionário do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Há, inclusive, um depósito muito estranho, feito em cheque, cujo depositante não preencheu os campos que indicam o número do banco e o histórico do lançamento. Estamos investigando esse cheque - um cheque vultoso; no entanto, foi feito esse depósito estranho: um depósito em cheque, sem a discriminação do número da agência, do estabelecimento bancário, etc. De modo que, eu gostaria que V. Sª explicasse, Dr. Walter Annichino a respeito, já que vamos examinar as origens desses depósitos. Muitos deles são em dinheiro; não é possível ver, mas alguns são em cheques feitos por V. Sª e por mais dois funcionários - já vi que são mais do que isso. V. Sª conhece a origem desses depósitos.

O SR. WALTER ANNICHINO - Como eu já disse, não tenho esses elementos, aqui. O fato de ter mais de uma caligrafia... quantas vezes um boy vai até ao banco e pede para que...

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª disse que era o senhor e mais dois funcionários que os faziam.

O SR. WALTER ANNICHINO - V. Exª me perguntou...

O SR. LUIZ SALOMÃO - São seis caligrafias diferentes.

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Deputado, por favor, a verdade tem que ficar clara e sem jogos de palavra, por favor.

V. Exª me colocou quem movimentava a minha conta, se eu tinha feito alguns depósitos. Eu disse que fiz alguns depósitos, e outros foram feitos por outras pessoas. V. Exª, então, perguntou quantas pessoas movimentavam a conta, e eu disse várias pessoas.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Sª disse duas pessoas.

O SR. WALTER ANNICHINO - Movimentavam.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, faziam depósitos.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não, não, eu me lembro bem. De qualquer maneira...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - (Faz soar a campainha) A taquigrafia iria adorar isso.

O SR. WALTER ANNICHINO - Estou dizendo a V. Exª que a caligrafia pode ser do funcionário do banco, ou de qualquer pessoa. A movimentação não é de quem deposita, e sim de quem controla recursos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não discuti a movimentação.

O SR. WALTER ANNICHINO - Há outra coisa que quero deixar claro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Qual a sua caligrafia entre essas todas?

O SR. WALTER ANNICHINO - Nenhuma delas é minha.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Obrigado.

O SR. WALTER ANNICHINO - E outra coisa...não...acho que tenho o direito, posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. Pode, mas V. Sª disse, ainda há pouco, que gostaria de mandar as informações posteriores, que não as teria de pronto aqui. Não quero cercear-lhe a palavra, apenas pergunto se prefere mandá-las depois ou a sua explicação vai ser definitiva. Certamente, não o será.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não o será. Eu só gostaria de acrescentar que estamos em uma sessão pública que está sendo acompanhada por muita gente, pela imprensa. Quero deixar algumas posições, embora não definitivas, porque não tenho os dados aqui, pois, fui convocado, ontem, mas também pela questão seguinte: afirmo com toda a certeza que a origem de todos os depósitos, de todos os recursos colocados em minha conta, sem nenhuma dúvida, são advindos de negócios meus. Nenhuma relação... esta CPI não vai encontrar, com certeza, nenhuma alocação de recursos na minha conta que seja oriunda de algum negócio ou de alguma passagem pela Secretaria Nacional de Saneamento...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Walter Annichino, o senhor poderia me explicar...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, apenas uma última indagação...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quase 30min, Excelência?!...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Se. V. Sª diz que esses são negócios da sua autoria, que tipo de negócio V. Sª faz que gera tantos recursos em dinheiro - e são efetuados depósitos em dinheiro - porque é impossível saber-se a origem quando os depósitos são em

dinheiro: tanto pode ser um negócio que V. Sª fez; quanto pode ser uma consultoria para empreiteiras, como disse que fazia o Sr. Paulo César Farias; quanto pode ser propina do Sr. João Alves; quanto pode ser qualquer coisa. Por isso, V. Sª precisa nos explicar qual a sua atividade que gera tantos recursos em dinheiro. V. Sª tem - jogo do bicho é uma hipótese - empresas de ônibus, que geram dinheiro? Então...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por favor, vamos concluir.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Que tipo de atividade V. Sª tem que gera recursos em dinheiro e não em cheques?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Faça essa resposta como final, porque, em outra oportunidade S. Sª disse que mandará informações. E ainda lhe digo mais: depois de ter estado aqui, se houver dúvidas em relação a essa área de bancos ou área patrimonial, V. Sª pode nos procurar para oferecer elementos e subsídios posteriores.

O SR. WALTER ANNICHINO - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senão, ficaremos aqui muito tempo nisso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas S. Sª não respondeu à pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas S. Sª ficou de responder.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Walter Annichino, essa posição, pode ter certeza V. Sª, não é cômoda para nós. Foi criada uma CPI, fruto de denúncias, onde seu nome aparece como um dos envolvidos. Eu faria uma pergunta bem objetiva: V. Sª entende que seu nome foi envolvido nesta CPI, através dessa denúncia, por fazer parte de um Governo que foi deposto, foi cassado. Junto com ele, foi o Sr. PC Farias, o Sr. Cláudio Vieira, um grupo de pessoas que faziam parte desse Governo, do qual V. Sª também, na época, era Secretário. V. Sª atribui a isso esse envolvimento?

O SR. WALTER ANNICHINO - Caro Deputado, participei de um Governo que ficou **sub judice**, um Governo que foi julgado e que foi reprovado. Evidentemente, todos os membros desse Governo, todas as pessoas que dele fizeram parte, principalmente aquelas que estiveram em um escalão maior, acabaram sendo condenadas junto com o Governo. Então, cólOco que um dos motivos foi justamente esse, qual seja, o de ter participado de um Governo que foi julgado e condenado.

O SR. PEDRO PAVÃO - Quando da denúncia do Sr. José Carlos Alves dos Santos, S. Sª disse que existia um esquema que beneficiava as empreiteiras e que havia uma conexão com o Executivo.

V. Sª teve conhecimento de algum esquema? V. Sª fez parte do Executivo nessa...

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu fiz parte do Executivo, ocupava um cargo eminentemente técnico no Ministério. E eu não teria a dizer nada que pudesse elucidar, que pudesse colaborar nesse sentido. Também ouvi essas declarações do Sr. José Carlos, mas não consigo verificar, na ponta...ou seja, dentro do Ministério da Ação Social, na Secretaria Nacional de Saneamento, não havia nenhuma dessas ligações.

O SR. PEDRO PAVÃO - Quando assumi minha cadeira na Câmara dos Deputados, estive com V. Sª duas ou três vezes - não vou negar isso -...

O SR. WALTER ANNICHINO - Exatamente.

O SR. PEDRO PAVÃO - Acompanhado do Prefeito da cidade de Quintana, algumas das vezes. Quero confessar a V. Sª que, até hoje, não foram liberados aqueles recursos, que eram recursos do PROSEGE. V. Sª se lembra desse fato. Até essa semana não foram liberados. Luta-se para que isso ocorra. Mas, como ia dizendo, já tínhamos conhecimento, nos corredores, ou em contatos com outros Parlamentares que aqui conviviam há mais tempo que eu, que apenas havia chegado, em primeiro mandato, de que existia, em todas as Secretarias, em todos os Ministérios, um esquema PC, ou seja, havia pessoas vinculadas ao Sr. PC Farias em pontos estratégicos, que, naturalmente, contribuíam para a liberação de recursos. Vamos admitir que não fosse especificamente na Secretaria de Saneamento Básico, mas no Ministério do Bem-Estar Social.

O SR. WALTER ANNICHINO - No Ministério, não acredito. Na Secretaria, com certeza não existia e vou-lhe explicar o porquê disso.

V. Exª acompanhou aqui todas as minhas colocações com relação aos programas, às priorizações e, em nenhum momento, a Secretaria era o elo de represamento. Quando se quer estabelecer um controle sobre um curso...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço o benefício do silêncio.

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu ia solicitar isso a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Veja V. Exª que me antecipei.

O SR. WALTER ANNICHINO - Quando se quer estabelecer um controle sobre um curso d'água, estabelece-se uma barragem para controlar a vazão desse curso d'água. Nesse caso, alguém fica com o registro da comporta para poder liberar. Em nenhum momento, a Secretaria Nacional de Saneamento estabeleceu qualquer represamento; simplesmente, ele tinha um trâmite que era totalmente transparente e conhecido de todos.

O SR. PEDRO PAVÃO - Dr. Walter, V. Sª também é um empresário. Antes de assumir a Secretaria, ocupava um cargo de sócio na STENGIL. Nesse período de 1990, quando V. Sª assumiu o seu cargo de secretário, o senhor se afastou da empresa?

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu era acionista e diretor dessas empresas. Quando assumi o cargo, deixei a diretoria bem como de ser acionista durante esse período, para não constranger os meus sócios e também por uma questão de ética pessoal.

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Sª não recebeu nenhum benefício para se afastar da empresa?

O SR. WALTER ANNICHINO - Benefício acabei recebendo. Na realidade, afastei-me das empresas e transferi as minhas ações para os meus sócios. Quando deixei a Secretaria, depois de alguns meses, reassumi minha função na empresa, readquirindo essas ações. Não se tratou de uma estratégia, não. Naquele momento, movido por um idealismo, assumi a Secretaria.

Hoje, muitos empresários se recusam a assumir cargos no Executivo por motivos éticos. Eu tive a coragem de assumir e com razões éticas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estamos desviando o assunto; o assunto da CPI não é esse.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, existe um motivo forte. Em 1990, ele se desvinculou da empresa e eu lhe indaguei se isso ocorreu sem benefício financeiro...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas V. Exª perguntou se ele teria recebido algum benefício. Penso que estamos perdendo o nosso tempo.

O SR. PEDRO PAVÃO - Desejo saber se, nesse, período a empresa STENGIL foi beneficiada com a execução de obras para o Governo nesse período de 1990 a 1992, quando o V. Sª ocupou o cargo de Secretário de Governo.

O SR. WALTER ANNICHINO - A Secretaria não fazia licitações; apenas priorizava para que a Caixa Econômica contratasse os financiamentos com os agentes promotores. Esses agentes promotores é que elaboravam as suas licitações.

O SR. PEDRO PAVÃO - Até esse ponto, Dr. Walter, conheço. Quero saber se, nesse período, a STENGIL realizou alguma obra com recursos públicos - não quero dizer que foi beneficiada, pois naturalmente ela participou de um processo de licitação.

O SR. WALTER ANNICHINO - Nobre Deputado, a STENGIL participou e ainda participa de diversas licitações, cujos recursos desconhecemos a origem.

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu fiz a seguinte pergunta: ela realizou ou não obra nesse período?

O SR. WALTER ANNICHINO - Entendi a pergunta de V. Exª, não estou fugindo. A única coisa é que eu não sei lhe dizer, agora, a origem dos recursos e a participação. Na maioria das obras, não sabemos a origem dos recursos.

O SR. PEDRO PAVÃO - É porque ficou no ar uma expectativa...

O SR. WALTER ANNICHINO - Vou dar um exemplo aqui para V. Exª: o Ministério da Ação Social deu uma priorização para determinada obra de uma determinada companhia estadual ou municipal. A Caixa Econômica contratou esses recursos, aí seria designado um órgão, por exemplo, uma companhia estadual, que abriu uma licitação pública e a minha empresa participou da licitação pública. Isso ocorreu.

O SR. PEDRO PAVÃO - Nesse período de 90/91, V. Sª já não era mais sócio da empresa?

O SR. WALTER ANNICHINO - Já não era mais sócio.

O SR. PEDRO PAVÃO - E, logicamente, após sair da Secretaria, o senhor voltou a assumir...

O SR. WALTER ANNICHINO - E participou das licitações, Deputado, mas, ao que me consta, tenho a impressão de que não ganhou nenhuma obra.

O SR. PEDRO PAVÃO - Apenas uma última pergunta, Sr. Presidente. Eu estava fora, estava ao telefone, quando fizeram essa pergunta ao depoente, que agora repito: V. Sª assumiu esse cargo por indicação de quem? Trata-se de um cargo político.

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu respondi, mas terei imenso prazer em repetir a resposta, Sr. Deputado, mais ou menos com as mesmas palavras: na realidade, essa história vem desde a extinção do BNH, em 1985, quando o saneamento ficou órfão, passou por diversos ministérios que foram criados e extintos e acabou se fixando na Caixa Econômica Federal, em uma diretoria, em um agente financeiro.

Essa situação não agradava a uma série de associações, entre as quais a ABES, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Eu participei da ABES onde exerci diversos cargos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dr. Anichino, permita-me interrompê-lo, o senhor já deu uma resposta longa e apenas o Deputado Pavão não estava presente. Eu lhe faria a seguinte pergunta: quem convidou V. Sª?

O SR. WALTER ANNICHINO - A Ministra Margarida Procópio.

O SR. PEDRO PAVÃO - Apenas para complementar, Sr. Presidente, tem fundamento. V. Sª não assistiu ao depoimento do Sr. PC Farias aqui?

O SR. WALTER ANNICHINO - Mas eu ouvi o que ele disse.

O SR. PEDRO PAVÃO - Quero apenas que V. Sª confirme ou negue o seguinte: ele disse que V. Sª e o Dr. Ramon Arnus foram frutos de indicação do PRN de São Paulo. Tem fundamento?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não tem nenhum fundamento. Em momento algum alguém nos procurou, ninguém falou com a gente.

O SR. PEDRO PAVÃO - Na mesma época, perguntei quem seria o Presidente do Partido. E ele citou quem era o Presidente do Partido. Eu só queria essa confirmação para que ficasse registrada nos Anais da Casa.

O SR. WALTER ANNICHINO - Ficou gravada. Estou afirmando que eu nem conhecia o Sr. Leopoldo Collor de Mello nessa época.

O SR. PEDRO PAVÃO - V. Sª não o conhecia. E após...

O SR. WALTER ANNICHINO - Fui apresentado ao Sr. Leopoldo Collor no segundo semestre de 1990.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu completaria a pergunta de V. Exª. Quando perguntei: "Quem convidou V. Sª?" A sua resposta foi: "A Ministra Margarida". V. Sª já tinha relacionamento com a Ministra Margarida anteriormente? Já se conheciam?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ela o escolheu através do seu currículo?

O SR. WALTER ANNICHINO - A Ministra Margarida Procópio, eu a conheci no Bolo de Noiva uns 10 dias antes de ela tomar posse.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, V. Sª já estava no Bolo de Noiva...

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu já fazia parte da equipe de transição. Inclusive tem essa documentação...

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, apenas para complementar, gostaria de perguntar ao depoente o seguinte: V. Sª participou da campanha do Sr. Fernando Collor de Mello?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, V. Exª já se deu por satisfeito?

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, eu ia perguntar se a empresa STENGIL também teve participação na campanha do Sr. Fernando Collor de Mello, como declarou aqui o Sr. PC Farias.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não, não teve. Eu não sei se o Sr. PC declarou, mas a STENGIL não participou, eu não participei da campanha, não sou político

O SR. PEDRO PAVÃO - Financeiramente?

O SR. WALTER ANNICHINO - Nem financeiramente.

O SR. PEDRO PAVÃO - Ele não quis citar nomes, mas, naturalmente, ele disse que empresários tinham participado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Dr. Walter Annichino, tenho várias perguntas para fazer, se V. Sª pudesse ser o mais objetivo, íamos passando todas bem rápido.

Primeiramente, eu gostaria de perguntar se V. Sª poderia responder a pergunta do nobre Deputado Luiz Salomão, com respeito à entrada de dinheiro na sua conta. Entrava em dinheiro, sempre depósito em dinheiro, como os recibinhos em dinheiro que ele lhe mostrou. V. Sª poderia responder?

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu posso responder. A única coisa, ilustre Senador, é que coloquei aqui que, até por não ter os dados, eu deixaria de dar uma resposta concisa a V. Exª, uma resposta perfeita e daria essa posição depois, se for me concedido algum prazo, visto que, repito mais uma vez, recebi a convocação ontem por volta de 15 horas.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ok.

O SR. WALTER ANNICHINO - Então, não tive tempo. Agora, reafirmo: todos os recursos que deram entrada em minha conta nada tem a ver com minha passagem pelo Governo Federal.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não. Vamos esperar. Dou-me por contente e espero a resposta do depósito de dinheiro, igual ao Deputado Luiz Salomão.

O SR. WALTER ANNICHINO - Perfeito. Mas quero já, de antemão, deixar minha posição declarada.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Sª já deixou. Creio que V. Sª declarou, há pouco, que o que o levou a aceitar o cargo público foi um certo altruísmo. Entendi bem, é verdadeira essa afirmação de V. Sª?

O SR. WALTER ANNICHINO - O idealismo.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Idealismo.

O SR. WALTER ANNICHINO - Idealismo.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Qual era, mais ou menos, o valor dos seus rendimentos mensais quando V. Sª estava no setor privado, antes de vir para o setor público?

O SR. WALTER ANNICHINO - Posso dizer a V. Exª que eu recebia como pró-labore algo em torno de 10 a 15 mil dólares, ou mais, e tínhamos também os rendimentos, as distribuições de lucros.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Sª recebia 10 a 15 mil dólares por mês e era acionista de uma empresa lucrativa.

O SR. WALTER ANNICHINO - Lucrativa.

O SR. GILBERTO MIRANDA - De repente, V. Sª conhece Margarida Procópio, no Bolo de Noiva, e aceita vir trabalhar no Ministério por um DAS. Qual era o DAS e qual era o valor?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não tenho exatamente o valor do DAS, mas posso dizer que é muito pequeno. Não sei se chega a mil dólares.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não chega a mil dólares.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não sei se chega a mil dólares. Acontece, Sr. Senador, que houve, atrás disso tudo...não sei, talvez seja estranho que alguém faça isso hoje em dia: participei, como eu disse, sou um sujeito do saneamento, sou uma pessoa do saneamento. A minha formação é de engenheiro. Fiz pós-graduação em Engenharia Sanitária Ambiental...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Eu me dou por contente. Mas queria passar para frente. Sei qual é a sua formação, sei de tudo. Senão, não chegamos ao final, o tempo é rápido e o Presidente pega a palavra.

O SR. ODACIR KLEIN - Senador, não é mais necessária a minha intervenção. Eu ia perguntar a V. Exª se estava vendo o depoente porque eu não estava vendo V. Exª.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Então, V. Sª deixou um rendimento entre 10 e 15 mil dólares, vendeu as ações da sua Companhia, que era rentável, para vir trabalhar no setor público, para ganhar mais ou menos mil dólares. É isso?

O SR. WALTER ANNICHINO - Coisa parecida.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Sª, todo fim-de-semana, ia e vinha a São Paulo; ia na sexta e vinha na segunda?

O SR. WALTER ANNICHINO - Algumas vezes ia, eu diria que com uma freqüência talvez de uma semana sim, outra não.

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Sª pagava suas passagens, claro?

O SR. WALTER ANNICHINO - Quem pagava as minhas passagens era a empresa.

O SR. GILBERTO MIRANDA - A empresa pagava suas passagens?

O SR. WALTER ANNICHINO - A empresa pagava minhas passagens.

O SR. GILBERTO MIRANDA - E V. Sª não era mais sócio.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não era mais sócio.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não era mais sócio, e ela era boazinha e continuava pagando as suas despesas?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não era boazinha. Acredito que esse termo "boazinha" é um termo que não posso...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Desculpe, eu não queria que fosse depreciativo. Ela continuava pagando suas passagens?

O SR. WALTER ANNICHINO - *Continuava pagando as minhas passagens.*

O SR. GILBERTO MIRANDA - V. Sª morava em hotel ou em casa? Onde morava?

O SR. WALTER ANNICHINO - Inicialmente, morei em hotel. Posteriormente, fui morar em um apartamento funcional na SQS 311.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quanto tempo, quantos meses o senhor ficou nessa ida e vinda?

O SR. WALTER ANNICHINO - Creio que me mudei para o apartamento funcional, ao que me lembre, em janeiro de 1991. Os primeiros meses, aqui em Brasília, o Ministério...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Quantos meses V. Sª ficou em Brasília no cargo? Dez, quinze meses?

O SR. WALTER ANNICHINO - Fiquei 22 meses. Vou dizer aqui algumas datas aproximadas. Pode variar um ou dois meses.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Bom, nesses vinte e dois meses V. Sª perdeu mais de 300 mil dólares; com certeza, deixou de ganhar, para ficar nesse cargo.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não deixei...V. Exª não pode colocar as coisas nesse diapasão.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Dr. Walter Annichino, fica difícil de se acreditar que uma pessoa que tinha rendimento de 15 mil dólares por mês, de repente, vende as ações da companhia, que é lucrativa, tira os 15 mil dólares, a companhia ainda continua pagando as passagens dele; ele vem para Brasília, sacrifica-se, mora em apartamento, em hotel, volta todo fim-de-semana; isso para ajudar o Brasil. É meio complicado.

O SR. WALTER ANNICHINO - Olha, Senador, penso que aí há algumas colocações a serem feitas. Primeiro, o senhor está duvidando de um movimento que foi feito, no qual me engajei de corpo e alma, dizendo que ninguém neste País pode ter um pouco de idealismo. Em segundo lugar, o senhor fez uma afirmação de que se falava que no Ministério da Ação Social, nas Secretarias, se fazia; desafio, coloco aqui com toda tranqüilidade...

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor nunca ouviu falar?

O SR. WALTER ANNICHINO - Ouvi falar através de denúncias anônimas. Recebi...

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor, alguma vez, pesquisou essas denúncias anônimas?

O SR. WALTER ANNICHINO - *Pesquisei e não consegui chegar.*

O SR. GILBERTO MIRANDA - Nunca chegou a nada?

O SR. WALTER ANNICHINO - Nunca consegui chegar.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Walter Annichino, existia ou não existia a necessidade de se fazer uma sindicância na sua área, quando isso chegou a ser conversado na época do Ministro Ricardo Fiúza?

O SR. WALTER ANNICHINO - Isso foi feito. O Ministro Ricardo Fiúza e aqueles que me sucederam fizeram todo tipo de devassa que pudesse dizer respeito, na época; o Tribunal de Contas também fez. Todo mundo procurou em tudo que podia encontrar dentro do Ministério. E aqui digo mais uma vez: recebi, em audiência, mais de 550 Deputados, coisa desse tipo, eu diria que muitos repetiram várias vezes,...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Na época, 503 Deputados, acho que era o limite.

O SR. WALTER ANNICHINO - Então, mas eu disse que recebi em audiência...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Deputados Estaduais, deve ser.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não, Federais.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não tem 550.

O SR. WALTER ANNICHINO - Acontece que, se o senhor permitir que eu responda...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não vamos discutir por causa disso aí.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não, não, mas faço questão. Eu gostaria...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Meu tempo é limitado, desculpe-me.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não estou tendo condições de responder.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O Senador Gilberto Miranda faz as perguntas, e V. Sª responde. Consulto se o Senador fez essa pergunta específica.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Pode ser que V.Sª tenha atendido 550 Deputados diferentes, tendo em vista que alguns saíam para ir para Secretarias de Estados e vinham seus Suplentes. Mas não temos 550 Deputados Federais.

O SR. WALTER ANNICHINO - Atendi audiências de 550 Deputados, alguns repetidamente. Muitos Senadores, cerca de 60, alguns também repetidamente. Coloco muitos Prefeitos, tenho aqui mais de 300 Prefeitos. Governadores, também repetindo, cerca de 74. Sei que não há 74 Governadores, mas muitos foram várias vezes. Então, falava-se muito, dizia-se que a Secretaria tinha isso, tinha aquilo, só posso dizer o seguinte Sr Senador: quero que alguém chegue, publicamente, seja Deputado, Senador - e é muita gente - Prefeitos, Governadores, alguém diga que foi à Secretaria Nacional de Saneamento, à época, e alguém, dentro da Secretaria, disse que era necessário pagar alguma coisa, que era necessário procurar alguém para que houvesse alguns pagamentos, ou que alguma facilidade fosse exigida.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Dr. Annichino, podemos mudar para outra pergunta?

O SR. WALTER ANNICHINO - É que o senhor citou aí denúncias anônimas; acho que denúncias anônimas...

O SR. GILBERTO MIRANDA - Dr. Walter Annichino, não citei denúncia nenhuma, foi V.Sª quem falou que existiam denúncias anônimas.

O SR. WALTER ANNICHINO - Mas o senhor disse que ouviu falar. O senhor colocou.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ouvi falar, e V.Sª falou que recebia. Quem confirmou foi V.Sª.

O SR. WALTER ANNICHINO - Mas estou dizendo o seguinte: essas denúncias anônimas, acho que agora elas têm que se tornar públicas. Estou aqui desafiando a todos. Que se coloque aqui quem é que recebeu um pedido, quem é que recebeu uma orientação de pagamento, de propina ou facilidade dentro da Secretaria Nacional de Saneamento e, principalmente, com relação à minha pessoa. Coloco aqui, publicamente, um desafio.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não tem desafio, Sr. Walter Annichino. O senhor está aqui para responder às perguntas. Para nós é embaraçoso fazer esse tipo de pergunta; não é simpático, nem agradável perguntarmos-lhe essas coisas, mas temos de fazê-lo.

O SR. WALTER ANNICHINO - Perfeitamente, mas tenho de responder, o senhor concorda?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Claro, mas acho que o senhor está saindo muito pela tangente. Ninguém vai sentar no seu lugar, Sr. Walter Annichino, e dizer que realmente existia um esquema, que se faziam negócios.

O SR. WALTER ANNICHINO - Mas tem de ter o acusador.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Ninguém falará e ninguém falou. Se não aparecer cheque na conta, por exemplo, não se sabe nada.

Uma outra pergunta: o senhor sabia que as empreiteiras procuravam prefeitos e governadores, propunham-se a fazer projetos graciosamente para só receber depois que fossem liberados recursos? O senhor disse que recebia essas empreiteiras na companhia de prefeitos e de outras pessoas. O senhor sabia que isso era praxe?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não sabia.

O SR. GILBERTO MIRANDA - O senhor nunca soube?

O SR. WALTER ANNICHINO - Depois que saí da Secretaria, ouvi alguns comentários a respeito.

O SR. GILBERTO MIRANDA - A sua empresa nunca prestou serviço, no risco, para nenhuma prefeitura, para ninguém?

O SR. WALTER ANNICHINO - No período em que eu estava na Secretaria, posso afirmar, com absoluta certeza, que ela não fez isso.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Walter Annichino, o senhor poderia explicar o que faz a empresa Vima?

O SR. WALTER ANNICHINO - A Vima é uma empresa de participações, que administra meus bens e presta alguns serviços de assessoria na área de saneamento.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE - Presta assessoria para quem?

O SR. WALTER ANNICHINO - Prestou, até hoje, duas ou três assessorias na área de concessão de serviços públicos, presídios.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Para quem?

O SR. WALTER ANNICHINO - Para três empresas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quais?

O SR. WALTER ANNICHINO - Lembro-me o nome de uma, Construtora Monarfeler, que estava interessada em participar do programa de presídios privados, em conjunto com a Pires Segurança, se não me engano.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor só citou duas.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não me lembro, mas me parece que tem mais uma, Sr. Deputado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Prestação de serviços na área de concessão de saneamento... O senhor é especialista em saneamento?

O SR. WALTER ANNICHINO - Sou especialista, mas me desenvolvi e sou um adepto da questão das concessões de serviços públicos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor nunca prestou serviço a nenhuma empreiteira?

O SR. WALTER ANNICHINO - Que eu me lembre, a nenhuma.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O que é STENGIL?

O SR. WALTER ANNICHINO - STENGIL é uma empresa de engenharia, faz construções nas áreas de telecomunicações, eletricidade, saneamento, edificações.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Qual é o faturamento anual da STENGIL?

O SR. WALTER ANNICHINO - Faturou cerca de 30 milhões de dólares no ano passado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E em 1990?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não tenho esse dado aqui.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Aproximadamente.

O SR. WALTER ANNICHINO - Por volta de 15 a 20.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Portanto, é uma pequena empreiteira que trabalha na área de construção. Ela teve alguma parceria com a Odebrecht?

O SR. WALTER ANNICHINO - Nunca.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nem com a OAS?

O SR. WALTER ANNICHINO - Que eu saiba, nunca.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nunca foi subcontratada pela Odebrecht ou OAS em nenhuma obra pública?

O SR. WALTER ANNICHINO - Mesmo quando já estava na STENGIL, em 1988 e 1989, não tinha todas as informações da área operacional da empresa, principalmente, em 1990. Posso-lhe afirmar que até 1990, com certeza, nunca tivemos relacionamento com a OAS e com a Odebrecht. Depois, eu precisaria consultar, pois fiquei afastado da empresa e, hoje, não tenho nenhuma relação com essas empresas. Mas não me lembro disso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor não se lembra, não pode afirmar com certeza, que ela não foi subcontratada pela Odebrecht e pela OAS?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não posso afirmar-lhe com certeza, porque eu não estava na empresa durante um período. No período em que estive na empresa e agora, neste período em que estou na empresa, ela nunca teve nenhuma relação com a Odebrecht ou com a OAS.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Durante o período em que o senhor esteve no Governo, a STENGIL participou de algum dos programas da Secretaria Nacional de Saneamento?

O SR. WALTER ANNICHINO - Deve ter participado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Como eu já disse, quais programas?

O SR. WALTER ANNICHINO - Tenho impressão...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não é possível que, tratando-se de uma empresa de que o senhor era sócio, que pagava passagens para o senhor todo ano e da qual depois volta a ser sócio, o senhor não saiba qual a relação entre a empresa e o cargo que tinha no Poder Executivo. Não é possível.

O SR. WALTER ANNICHINO - Caro Deputado, vamos manter...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É fácil. Quero encaminhar à Mesa o pedido de quebra de sigilo fiscal e bancário da STENGIL e VIMA, para que possamos apurar as relações que esta empresa tinha com o poder público, com verbas públicas, as licitações de que participou, e se teve ou não relação com as empreiteiras, na medida em que o depoente não tem condições de informar qual a relação que a empresa tinha com o cargo que ele desempenhava no Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O pedido será apreciado na devida oportunidade.

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Peço apenas que me permita uma interrupção. Já recebemos, por duas vezes, comunicação da Mesa de que está em votação no Plenário o projeto de anistia de funcionários despedidos e que há necessidade de **quorum** em Plenário. Faço a comunicação para os Parlamentares que desejarem registrar seu nome no painel.

V.Sª tem a palavra para a resposta.

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer dois pedidos. Em primeiro lugar, acho que podemos manter nosso depoimento num clima que não precisa ser agressivo. Em segundo lugar, não deixei de responder a nenhuma pergunta que o senhor fez. Apenas estou respondendo o que sei. Não posso vir aqui e responder aquilo que não sei e de que não tenho certeza...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Walter Annichino...

O SR. WALTER ANNICHINO - O senhor pode fazer um jogo de palavras e dizer que não respondi, que eu não quis. Não é nada disso. Quero deixar isso muito claro. E outra, essa quebra de sigilo que o senhor está recomendando já foi feita há quatorze meses.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Walter Annichino...

O SR. WALTER ANNICHINO - Da minha pessoa física e das pessoas jurídicas todas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quatorze meses?

O SR. WALTER ANNICHINO - Quatorze meses.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E o senhor não sabe o que foi apurado? Há quatorze meses sua empresa foi devassada, e o senhor não sabe se ela tinha relações com a Secretaria Nacional de Saneamento, quais os programas de que participou, que verbas...

O SR. WALTER ANNICHINO - Não disse nada disso. Sei...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor disse que não sabia.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não. O senhor me perguntou se eu poderia afirmar quais os programas de que ela participou exatamente. A STENGIL participa de licitações...participava de licitações públicas durante o período em que eu era Secretário e participa de licitações públicas em todas as áreas que citei.

Na área de saneamento, ela nunca participou, nesse período, de obras federais; sempre participou de obras de cunho estadual e municipal. Por exemplo...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Walter Annichino, o grosso dos recursos que era repassado para a Caixa Econômica Federal era de âmbito estadual. O PROSEGE, por exemplo, os principais programas eram de âmbito estadual.

O SR. WALTER ANNICHINO - Pois não. Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É evidente que não precisava ser de âmbito nacional. É evidente.

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Deputado, a STENGIL participou de diversas licitações do PROSEGE. Ganhou uma, que me lembre, e esta licitação não foi adiante.

Vou lembrar programa por programa. Com relação ao PROSEGE foi isso. Com relação ao Programa PRÓ-SANEAR, a STENGIL nunca, que me lembre, participou com nenhuma - são informações que tenho aqui - nunca participou de nenhuma licitação. Deve ter participado de algumas licitações do PRONURB, que era o grande programa com recursos do FGTS; licitações públicas dos Estados e Municípios.

Nisso não tivemos nenhuma...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Qual o valor mais ou menos da participação dela nesse programa do PRONURB?

O SR. WALTER ANNICHINO - Diria que...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O faturamento de 30 milhões de dólares seria o equivalente a quê?

O SR. WALTER ANNICHINO - Faturamento de quanto?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Trinta milhões de dólares.

O SR. WALTER ANNICHINO - Acho que a STENGIL, nesse período todo do programa PRONURB, não faturou mais do que 1 ou 2 milhões de dólares.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Em relação às empreiteiras. Assim como o senhor lembrou-se dos programas com a participação dela - depois podemos apurar...

O SR. WALTER ANNICHINO - São informações, quero repetir, informações que tenho. O senhor me pediu para responder aquilo sobre que eu tinha informações.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Exatamente. Em relação às empreiteiras, com que empreiteiras a STENGIL manteve qualquer tipo de serviço ou atividade ou projeto conjunto ou subcontratatação? Quais as empreiteiras?

O SR. WALTER ANNICHINO - Aqui, mais uma vez, vou dar as informações que tenho, o que não significa que sejam todas as informações que a STENGIL tem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito.

O SR. WALTER ANNICHINO - Perfeito? A STENGIL teve relações com a RGM, que é um empresa de São Paulo; a STENGIL teve relações com a Araguaia, com a Expoente, com a AMAF (?), com a AHGuedes (?).

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Das grandes, nenhuma?

O SR. WALTER ANNICHINO - Nenhuma empreiteira grande.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nem subsidiárias das grandes empreiteiras?

O SR. WALTER ANNICHINO - Do meu conhecimento, não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quem é o responsável pela STENGIL durante todo esse período?

O SR. WALTER ANNICHINO - Na STENGIL, são três sócios: Mário de Cico?, Roberto Burim e Walter Annichino. O Walter Annichino deixou a sociedade, a gestão durante esse período do Governo, mas os outros dois continuaram.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E quem responde para poder esclarecer a CPI sobre todas essas informações?

O SR. WALTER ANNICHINO - Quem mais atesta a empresa é o Sr. Roberto Burim.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Sª disse que não se desfez da participação acionária; no entanto, disse que recebeu, como lucro da empresa, em 1992, 700 mil dólares. Como um cidadão, que deixou de ser acionista, recebe uma participação de 700 mil dólares?

O SR. WALTER ANNICHINO - Perfeito. Essa foi uma questão que não foi completada aqui; nessa ânsia de se querer perguntar e de se querer respostas, não houve oportunidade.

Tomei posse no Governo, deixei a diretoria das empresas, repassei as ações; V. Exª vai verificar, no Imposto de Renda, que as ações foram repassadas aos meus outros dois sócios. Não tínhamos idéia de quanto tempo o Sr. Walter Annichino ficaria no Governo. Eu poderia estar no Governo até hoje; poderia participar de campanhas políticas, poderia ser candidato. Eu não sabia naquele momento. Hoje, sei que não vou ser nada disso. Eu não sabia do meu futuro. Portanto, foram repassadas as minhas ações, esse quinhão de ações. Mas esses meus sócios não me pagaram; eles não tinham recursos, naquele momento, para me pagar. Todos os rendimentos advindos daquela parcela, daquele quinhão, os meus sócios recebiam e repassavam ao verdadeiro dono, porque a parcela ainda não havia sido paga.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Ou seja, o verdadeiro dono das ações da STENGIL era Walter Annichino.

O SR. WALTER ANNICHINO - Porque, no mais...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não. No mais, é um teatro, um cenário.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Sª entregou as ações e não recebeu nenhum cartão.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Espera um pouco, vamos falar as coisas com clareza, porque, senão, vamos perder tempo aqui, nesta reunião. V. Sª disse que entregou as ações para os dois sócios?

O SR. WALTER ANNICHINO - Perfeitamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Sª disse que não recebeu nada em troca; acabou de dizer que o verdadeiro dono das ações era Walter Annichino, portanto, toda bonificação das ações foi paga a V. Sª, ou seja, não houve nenhuma transferência acionária da empresa.

O SR. WALTER ANNICHINO - O que não tem nenhum problema.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Evidente. Não tem nenhum problema.

O SR. WALTER ANNICHINO - Veja que não tem nenhum problema e não tem nada a ver com essa questão da CPI.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Tem a ver e vou explicar por quê. Já vimos aqui vários dos esquemas de corrupção. Por exemplo, o Deputado José Geraldo tinha um conjunto de empresas que prestavam serviços para outras empreiteiras, que recebiam recursos do Orçame[illegible] nome dele, pessoa física, não aparece. O nome de V. Sª já é um pouco mais compli[illegible]ezes, confunde-se com a pessoa jurídica. Na medida em que a sua movimentação bancária, em 1990, foi de 497 mil dólares e a renda declarada é de 36 mil dólares, há uma confusão entre pessoa física e jurídica. Mais: V. Sª mesmo reconheceu que os depósitos feitos na sua conta, durante esse período, vinham dessa empresa.

O SR. WALTER ANNICHINO - Perfeito. Alguns dos depósitos. Outros - já coloquei - advinham de aplicações financeiras no fundo ao portador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Perfeito. E de onde vieram os recursos do fundo ao portador?

O SR. WALTER ANNICHINO - Vieram ao longo do tempo; foram recursos que foram sendo amealhados e...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Se vinham dessa empresa, o senhor recebia uma remuneração expressiva da empresa STENGIL. Mais do que isso: o seu capital acionário, durante a sua passagem pelo Governo, rendeu, declaradamente 700 mil dólares, além do valor patrimonial da empresa que deve ter crescido, porque pelo menos dobrou o faturamento dela durante a sua passagem pelo Governo.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não posso lhe afirmar com certeza esse dado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É que o senhor já disse isso: V. Sª falou que, de 15 mil dólares a 20 mil dólares, foi para 30 mil dólares; 15 mil dólares para 30 mil é o dobro.

O SR. WALTER ANNICHINO - Mas eu disse ao senhor: é esse o problema de eu não estar com os dados efetivos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Evidente; vamos mandar verificar.

O SR. WALTER ANNICHINO - Exato; devem mesmo ir, e coloco-me à disposição - e já o fiz - para discutir assunto por assunto e não deixar nada que possa ficar em dúvida para os senhores e para esta Comissão. É do meu maior interesse que isso seja colocado a fundo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Era o senhor que contratava com prefeituras e Governos de Estado? O senhor deu uma lista de pessoas que participaram, ou que passaram pelo seu gabinete.

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu não contratava. A Secretaria não contratava.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O termo foi contactava, não contratava.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Desculpe-me. Definia todos os programas como o PROSEGE, critérios de liberação, e evidentemente essas instâncias contratadas pela Caixa Econômica Federal como agente operador para realização dos programas, poderia contratar a empresa STENGIL, da qual o senhor formalmente não era proprietário, mas de fato era um dos sócios que continuava a receber as bonificações, que continuava sendo proprietário efetivo das ações e, mais do que isso, que recebia depósitos freqüentes em sua conta bancária, que eram mais de dez vezes aquilo que o senhor declarava no Imposto de Renda como renda, que aparecia na sua movimentação bancária, por exemplo, 490 mil dólares no ano de 1990.

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu já expliquei isso aqui, acho que outra vez estou esclarecendo: há uma renda em 1990, existe uma movimentação bancária, que são duas coisas totalmente distintas, e já expliquei o porquê disso. Penso que ficou bem claro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor não explicou. Setecentos mil dólares não é a rentabilidade que essa empresa teve?

O SR. WALTER ANNICHINO - O senhor está falando de que ano? Vamos colocar em ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Em 1989, a movimentação bancária era de 561 mil e 531 dólares.

O SR. WALTER ANNICHINO - Perfeitamente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A renda declarada 77 mil e 710 dólares.

O SR. WALTER ANNICHINO - Esse dado de 560 mil dólares e da renda...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Como é antes do Governo...

O SR. WALTER ANNICHINO - Foi antes do Governo, e foi dito aqui pelo nobre Deputado Luiz Salomão. Vou levantar esses números e verificar; mas a ordem de grandeza não foge disso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Então, no ano de 1990, 497 mil e 25 dólares; a renda declarada, 36 mil dólares.

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu já disse que aqui existem, e podem existir, inclusive, superposições de aplicações. Esse recurso aqui - e o Deputado Luiz Salomão acabou comprovando - dos 497 mil dólares de 1990 foi uma movimentação dos primeiros meses de 1990, antes de eu tomar posse; portanto, ainda durante a vigência dos fundos ao portador. Então, esses recursos - eu posso afirmar - são quase todos advindos do fundo ao portador, além de, não me lembro exatamente, mas houve uma venda de imóvel.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Está certo, mas vamos agora chegar ao ponto final: antes de o senhor estar no Governo, tinha aplicações no fundo ao portador, segundo seu depoimento, que foi sendo construído ao longo dos anos, que é dessas aplicações e de algumas vendas de imóvel que aparece a sua movimentação bancária.

O senhor fica 22 meses no Governo; sai do Governo e a sua empresa deposita para o senhor - conforme sua declaração de imposto de renda - 700 mil dólares!

O SR. WALTER ANNICHINO - Não sei se foram 700 mil dólares, mas foram valores expressivos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O senhor disse que eram mais de 500 mil dólares, e a conta de nossa assessoria é de 700 mil dólares.

O SR. WALTER ANNICHINO - Estou apenas tomando cuidado agora com essas afirmações de 700 mil dólares, porque isso depois é utilizado. O senhor falou que eram 700 mil dólares.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas o importante não é isso, o importante é que o senhor não era sócio. o senhor disse que não acompanhou a empresa, que não trabalhou na empresa durante esse período, e V. Sª sai do Governo e recebe 700 mil dólares.

O SR. WALTER ANNICHINO - Em 1992 eu era sócio da empresa, voltei a ser sócio da empresa. Esse quinhão de ações não foi pago, ele poderia ter sido pago, não foi pago pelos meus ex-sócios. Não sendo pagas, voltaram ao meu domínio.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Walter Annichino, eles devolveram as ações?

O SR. WALTER ANNICHINO - Como sócio, eu tive direito a uma distribuição de lucros. Todo acionista tem direito a uma distribuição de lucros; se a STENGIL distribuiu lucros aos seus sócios, eu, como sócio-proprietário de um quinhão e sócio - e aí já acionista efetivo, porque em 1992 voltei a ser acionista efetivo -, recebi esses recursos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Walter Annichino, por favor, vamos deixar as coisas bem claras.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O Parlamentar faz a pergunta e o depoente responde, se não nós...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Vamos responder o que está sendo perguntado. V. Sª disse que havia transferido as ações; que, por um problema ético, não

queria nenhum tipo de relação com a empresa. Em seguida, disse que a passagem era paga, que tinha depósito na sua conta da empresa; e mais, que V. Sª entregou as ações, mas não recebeu qualquer tostão por elas. Quando V. Sª sai do governo, volta a ser sócio efetivo e recebe 700 mil dólares de dividendos...

O SR. WALTER ANNICHINO - Como os outros sócios, também.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu não sei. Depois, vamos saber da vida da empresa. O que me interessa aqui é a sua participação durante 22 meses. V. Sª vai para uma empresa, depois de 22 meses em que não pôs qualquer contribuição, do ponto de vista do exercício profissional, da qual V. Sª não era proprietário das ações e ainda recebe 700 mil dólares.

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu só gostaria de colocar aqui - V. Exª é um economista - que eu tinha as ações da ESTENGIL. Elas foram transferidas por uma negociação entre os sócios. V. Exª, evidentemente, não sabe qual o conteúdo dessa negociação. Os meus sócios não me pagaram; comprometeram-se, diante do não pagamento, que, durante esse período em que eles procurariam arregimentar recursos - como uma forma de juros, correções, ou alguma coisa nesse sentido - todos os rendimentos relativos a esse quinhão seriam de Walter Annichino. Ao longo desse período, Walter Annichino, durante um prazo de dois, três anos, poderia retomar essas ações a seu critério. Existe uma formulação particular entre nós.

A respeito da questão das passagens, fico muito tranqüilo em saber que quem pagava as minhas passagens era a empresa STENGIL. Isso fez parte da nossa negociação. Houve um compromisso dos meus sócios de pagar as passagens, e eu fico muito tranqüilo que isso fique claro para todos. Eu gostaria que todo mundo pudesse chegar aqui e dizer o que estou dizendo. Quem pagou as minhas passagens foi a STENGIL.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Então, ela pagava a passagem, depositava na sua conta e lhe dava um pró-labore, depois de 22 meses, de 700 mil dólares.

O SR. WALTER ANNICHINO - V. Exª está fazendo um jogo de palavras.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O dividendo.

V. Sª, por favor, não repita isso; é a terceira vez que diz isso. Não estou utilizando nenhum jogo de palavra. V. Sª responda às perguntas. Não venha qualificar minhas intervenções. É a segunda vez que faz isso.

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Presidente, eu gostaria que fosse mantido o nível deste depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O Parlamentar pergunta e o depoente responde. O Deputado Aloizio Mercadante está perguntando já há 20 minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Estou tentando ver se ele consegue responder perguntas objetivas. Cada vez que se tenta uma explicação, ela é um pouco diferente daquilo que tinha sido anunciado. A primeira explicação é que o Sr. Walter Annichino tinha transferido as ações da empresa para os outros sócios, por problema ético. Ele não queria confundir a sua função pública com a sua situação de empresário. Em seguida, a explicação foi a de que as ações, na realidade, foram transferidas, mas os sócios não pagaram qualquer quantia pela transferência, e mais, comprometeram-se a prestar depósitos na conta bancária, a pagar passagens e alguns outros benefícios pela empresa STENGIL. Terceiro: ao concluir o seu período de passagem para o Executivo, há uma bonificação dessas ações, no valor, ou dividendos, de 700 mil dólares, o que me faz crer que, durante toda a passagem do Sr. Walter Annichino pela Secretaria Nacional de Saneamento, havia um vínculo oculto, que vai ficar explícito em 1992, entre ele e a empresa STENGIL. Portanto, como esta empresa recebia direta ou indiretamente recursos do Orçamento, por intermédio de subcontratação da Caixa Econômica Federal, é essa empresa e a VIMA que têm que ser investigadas por esta CPI para sabermos, de fato, qual era a participação, quanto cresceu no Orçamento, decorrente da participação de um dos sócios no Poder Executivo. Se ela aumentou o faturamento, em quanto aumentou; quanto de verba pública fazia parte do faturamento da empresa, qual a participação dela no volume total dos programas na Secretaria Nacional de Saneamento. A participação do Sr. Walter Annichino no produto dessas operações é claro: 700 mil dólares, só em bonificações, fora os outros depósitos em dinheiro, que é uma coisa estranha. Todos os depósitos são em dinheiro. Não há possibilidade de identificar a origem do depositante. Nós vamos ter que confrontar os depósitos da conta dele com as despesas da conta da STENGIL, para ver a origem dos recursos. Não posso entender que uma empresa, com a qual tinha um vínculo, que ele assume ser dele, não fizesse por ordem de pagamento por meio da conta bancária de um dos seus sócios. Mas, de qualquer forma, podemos confrontar todos os depósitos com as despesas da conta...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O que deve ser feito. São vinte e cinco minutos já...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Como sinto que o depoente não está esclarecendo, concluo solicitando a quebra do sigilo bancário e fiscal pela CPI para que possamos apurar essas duas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª formalizará isso,

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Será formalizado imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. WALTER ANNICHINO - Posso responder, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se desejar. Mas, será como resposta final.

O SR. WALTER ANNICHINO - Resposta final. Eu, com todo o respeito ao Deputado Aloizio Mercadante, não aceito a forma como S. Exª faz as suas colocações: aos gritos. Acho que isso não tem nada a ver...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª me desculpe, mas tanto o Deputado Odacir Klein com eu temos essa responsabilidade. Se V. Exª diz que não aceita porque está sendo dito aos gritos, não é o Deputado que V. Exª está criticando, e sim a Mesa. Então V. Sª tem essa responsabilidade.

O SR. WALTER ANNICHINO - Peço desculpas então.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se V. Sª tem alguma coisa a declarar, independentemente disso, eu...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, alertei o depoente, por duas vezes, que não cabe ao depoente avaliar ou qualificar a natureza das perguntas. Pela terceira vez, o depoente insiste nesse caminho, que não é seu papel nesta CPI.

O SR. WALTER ANNICHINO - Mas a forma...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Fui absolutamente cortês durante o depoimento, a não ser nos episódios em que V. Sª tentou analisar, qualificar ou desqualificar a natureza das minhas argüições, do tipo solicitar, fazendo jogo de palavras, como, por exemplo, quando perguntei se 700 mil dólares haviam sido pagos pela empresa a S. Sª ao final do período de vinte e dois meses no governo.

Então, como não aceitei esse tipo de manifestação, eu fiz entender que não cabia ao depoente... S. Sª deveria respeitar-me, como eu estava respeitando-o durante todo o processo de depoimento. Mais, quero concluir dizendo o seguinte: não fiz nenhuma pergunta final ao depoente; fiz uma avaliação do seu depoimento e o encaminhamento, porque entendo que a única forma de apurar a verdade é quebrar o sigilo bancário, fiscal, patrimonial dessas empresas, analisar a movimentação bancária, sua relação entre o depoente e a empresa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

O SR. WALTER ANNICHINO - Só gostaria de explicar o seguinte, Sr. Presidente, que essa solicitação do Deputado Aloizio Mercadante, acho-a da maior importância. Só que ela já foi feita há quatorze meses. Creio e espero que, realmente, ela venha a ser exaustivamente, intensamente, analisada pela CPI. Só vou pedir... Faço um pedido realmente muito grande, que o resultado dessa análise seja depois divulgado publicamente, porque é muito bom, é muito fácil ficar falando, dizer e depois fica só o ônus da acusação e não se tem o resultado dessas acusações.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pode V. Sª ficar certo de que a forma pela qual agimos nem é nem de algoz nem de conivente. De maneira que em relação à observação do se vai fazer haverá um resultado, seja a favor ou seja contra.

Minha dúvida é: V. Sª declara que há quatorze meses foi feito isso?

O SR. WALTER ANNICHINO - Há quatorze meses foi quebrado o sigilo bancário e o sigilo fiscal das empresas, todas, e da minha pessoa física.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, a mesa levará isso em consideração, mas vai receber o requerimento.

Com a palavra o nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, só uma pergunta: o sigilo foi quebrado há quatorze meses por outra CPI?

O SR. WALTER ANNICHINO - Foi quebrado, tenho a impressão, através de uma portaria do Ministério da Economia, através da Secretaria de Arrecadação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Verificaremos isso. Esse assunto vai ser verificado.

Senador, por favor. Vamos voltar ao leito normal do nosso tema.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Sr. Walter Annichino, o Presidente Passarinho, de quando em vez, sugere-me que coloque a discussão no leito normal, na bitola, no caso. Vou tentar fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aliás, V. Exª sempre tem feito.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Vou me ater ao cerne, à espinha dorsal, ao assunto central desta Comissão, que é a corrupção no Orçamento da União.

Começaria perguntando a V. Sª o seguinte: conheceu o Sr. José Carlos?

O SR. WALTER ANNICHINO - Conheci o Sr. José Carlos Alves.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Em quais condições?

O SR. WALTER ANNICHINO - Procurei o Deputado João Alves - na época, Relator da Comissão de Orçamento -, para discutir alguns assuntos relativos à questão de saneamento no Orçamento. Poderei apresentar aqui quais eram esses assuntos: eram assuntos relativos ao PROSEGE e a algumas sugestões sobre o modo como deveria ser o relacionamento entre o Executivo e a Comissão de Orçamento. O Deputado João Alves julgou conveniente que eu conversasse com o Sr. José Carlos Alves dos Santos. Foi S. Exª que me apresentou ao Sr. José Carlos Alves dos Santos; isso aconteceu num almoço em minha casa, e os assuntos tratados foram esses que mencionei.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Muito bem. Mas a **Folha de S. Paulo** de hoje tem uma pequena nota de rodapé de página, que diz o seguinte:

> "Annichino, ex-Secretário de Saneamento do Ministério da Ação Social do Governo Collor, foi acusado por José Carlos dos Santos de ser um dos braços do esquema dentro do Poder Executivo, juntamente com o ex-Secretário de Habitação, Ramon Arnus."

O que V. Sª me diz a respeito dessa acusação?

O SR. WALTER ANNICHINO - Essa é uma acusação totalmente infundada e posso lhe dizer até o porquê. Essa resposta que vou dar serve, de maneira geral, a todas as perguntas que já foram feitas e até a algumas acusações colocadas.

A Secretaria Nacional de Saneamento não tinha poder; o Walter Annichino não tinha poder de decisão. Em nenhum momento, tanto com recursos do FGTS - dentro dos programas estabelecidos com os recursos do FGTS -, tanto com recursos orçamentários, a Secretaria não estabeleceu nenhum represamento; a Secretaria não era o órgão que tinha o poder de decisão. Então, em momento algum, poderíamos ser o braço desse esquema - eu, pelo menos, com toda a certeza, posso dizer que não consistia no braço desse esquema.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Então, peço a V. Sª que me permita voltar a um assunto que já foi percutido pelo Deputado Pedro Pavão.

Aqui no Congresso, era público que V. Sª tinha uma influência muito grande na liberação de verbas; e que, por isso mesmo, seria portador de uma relação de parlamentares, Deputados e Senadores - na qual, para o meu pesar, parece-me que não estou incluído, porque nunca tive oportunidade de visitá-lo. E que esses parlamentares, que lá compareciam com seus prefeitos, se não fossem depois advogar a liberação das suas verbas pelo então Deputado João Alves - que recebeu, inclusive, uma delegação da Comissão para tratar desses assuntos nos Ministérios -, elas não eram liberadas. O Deputado Pedro Pavão testemunhou que, nas três vezes que lá compareceu, não conseguiu essa liberação. O que me diz V. Sª a esse respeito?

O SR. WALTER ANNICHINO - V. Exª me dá oportunidade de, inclusive, fazer algumas colocações e de dar uma explanação muito interessante.

Cerca de 90% do Orçamento - tenho os dados aqui comigo - foram contingenciados, foram especificados pelo Congresso. Tenho os dados de 1990 e de 1991. Em 1990, a Secretaria formulou uma proposta orçamentária; depois, essa proposta foi encaminhada ao Ministério da Economia, que encaminhou uma outra proposta à Comissão de Orçamento; esta especificou quase todos os recursos da área de saneamento. Cerca de 90% dos recursos foram especificados. Mais que isso: depois de aprovado o Orçamento, quase que totalmente especificado - penso que todos aqui sabem o que quer dizer "especificado": é "carimbado", já com destino certo -, o Governo Federal, o Executivo, através do Ministério da Economia, mais uma vez interferindo no processo orçamentário, contingenciou os recursos.

Tenho um documento aqui de um levantamento da Secretaria, que diz o seguinte: até o dia 20 de novembro de 1991, haviam sido descontingenciados, na área de saneamento, apenas 12% do orçamento aprovado. Desses 12%, cerca de 7% eram do Programa PROSEGE, que não foi levado a efeito em 1991, só depois de 1992. Então, efetivamente, até o dia 20 de novembro de 1991, repito, o orçamento de 1991 só havia sido descontingenciado em cerca de 5% e quase todo por processos especificados. Não tínhamos nenhuma gestão sobre os recursos - acho que essa é uma questão fundamental, V. Exª tocou na espinha dorsal -; quase todos os recursos eram descontingenciados a partir de uma portaria do Ministério da Economia, emenda por emenda, e nós, área técnica da Secretaria Nacional de Saneamento, do Ministério da Ação Social, ficávamos sabendo desses descontingenciamentos pelo Diário Oficial.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - V. Sª se refere a 1991?

O SR. WALTER ANNICHINO - Sim, 1991.

Ademais, dentro do Ministério da Ação Social, a Secretaria Nacional de Orçamento apenas analisava tecnicamente os processos, não decidia sobre qual processo deveria ir à frente.

Diante disso, fica provado que nenhuma gestão Walter Annichino, Secretaria Nacional de Orçamento, tinha qualquer poder de decisão sobre os recursos do FGTS, sobre os recursos orçamentários, sobre os recursos externos.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - V. Sª conhecia ou conhece o Sr. Murilo Martins e Otacílio Carvalho?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Diretores da Odebrecht?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Faço essa indagação porque, nesta mesma época, o Ministério da Ação Social fornece uma informação que, segundo dados que recebi, teria partido da área que V. Sª dirigia. Foi informado por Otacílio Carvalho que o compromisso da Adutora São Francisco é com a CNO. Murilo Martins informou que a obra Tabuleiro dos Martins não é de interesse da CNO. O que V. Sª tem a dizer sobre isso?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não posso afirmar nada; não conheço essas pessoas e essas informações nunca saíram da Secretaria, pelo menos partindo de mim.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, Dr. Walter Annichino, infelizmente, temos obrigações diversas aqui no Congresso que não nos permitem estar presentes em determinados momentos importantes da atividade da CPI. Hoje não me foi possível ouvir o depoimento de V. Exª quando argüido pelo Senador Eduardo Suplicy. Todavia, pelo que escutei de passagem por meu gabinete, o Senador Eduardo Suplicy estava abordando a questão do Fundo de Garantia baseado muito na CPI do Fundo de Garantia, na qual a ex-Ministra Margarida Procópio esteve presente para depor.

Gostaria de saber por que V. Sª, que ocupava a Diretoria de Saneamento, mesmo não sendo membro do Conselho Curador do FGTS, não adotou as medidas necessárias para evitar aquele excesso de contratações que houve, naquela época, em relação aos recursos do FGTS.

O SR. WALTER ANNICHINO - Ilustre Senador, eu não tinha assento no Conselho Curador; fazia parte de uma secretaria, como já disse, de cunho técnico. Mas queria ressaltar que esse orçamento aprovado pelo Conselho Curador do FGTS, nos anos de 1990 e 1991, não foi utilizado pelo Ministério da Ação Social no seu todo. E aqui gostaria de repetir esses números, que são de suma importância: No ano de 1990, na área de saneamento básico, foram utilizados 32% dos recursos autorizados pelo Conselho Curador do FGTS; na rubrica de infra-estrutura urbana, cerca de 18%. No ano de 1991, trabalhamos também com o orçamento aprovado pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia, e foram utilizados, foram priorizados 84% dos recursos da área de saneamento e 72% da área de infra-estrutura.

O que ocorreu, Sr. Senador, é que o desempenho do FGTS passou a não corresponder, passou a não ser aquele previsto no orçamento preparado pela Caixa Econômica Federal e encaminhado e aprovado pelo Conselho Curador do FGTS.

Mesmo assim, o Ministério da Ação Social, Senador, alertou o Conselho Curador no início do ano de 1991. Tenho aqui todos esses dados. Essa colocação que V.Exª fez, essas posições, foram objeto de uma análise do TCU - Tribunal de Contas da União.

Dei aqui uma resposta a uma indagação do Tribunal de Contas da União com relação a essa pretensa omissão de minha parte. Essa resposta está aqui, posso passá-la às suas mãos e às mãos do Relator. Mas posso afirmar: o Ministério da Ação Social alertou, no mês de maio de 1991, o Conselho Curador do FGTS sobre as dificuldades, para que fosse formada uma equipe que analisasse, com profundidade, as questões do orçamento, reanalisasse, com cuidado e profundidade, as questões do orçamento do FGTS.

Essa equipe, Sr. Senador - desculpe-me, só mais um minutinho -, acabou sendo criada apenas no final do ano, e o Conselho Curador do FGTS acabou mantendo o orçamento. Há uma resolução do Conselho Curador, uma nota de uma reunião do Conselho Curador que manteve o orçamento do Fundo de Garantia até o final do ano. Portanto, não extrapolamos em momento algum, nem podemos ser acusados de omissão com relação a essa questão do Fundo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Eu acredito que tenha ouvido bem a resposta de V.Sª, tanto agora quanto no momento em que V. Sª estava respondendo ao Senador Eduardo Suplicy. Apenas estranho, porque existe um relatório que fala que, do total de desembolso em UPF, 60% foram para a área de habitação, 31% para a área de saneamento e 9% para a área de infra-estrutura e que, na área de saneamento básico, houve extrapolação, com relação à previsão dos efetivos desembolsos do Estado Acre, de mais 71,3%; no Amapá, de 115,2%; em Minas Gerais, mais 6,7%; no Distrito Federal, mais 64%. Na área de infra-estrutura, excederam os desembolsos previstos no Estado do Amazonas em 123,94% a mais; Rondônia, 107,7%; Roraima, 48,7%; Ceará, 14,7%; Pernambuco, 80% a mais; Sergipe, 193% a mais; Alagoas, 398% a mais; na minha Bahia, 434% a mais; no Espírito Santo, 294% a mais; Minas Gerais, 74%; Santa Catarina, 4%; Mato Grosso, 168%; Distrito Federal, 30%.

V. Sª diz que foi o ofício do Dr. Josué Seta - V. Sª não citou, mas o ofício citado por V. Sª é do Dr. Josué Seta, que era o Secretário Executivo e estava no exercício do cargo quando anunciou a previsão de queda de receita do FGTS. No entanto, nenhuma medida foi tomada para evitar extrapolação desses recursos. V. Sª afirma que não houve extrapolação.

O SR. WALTER ANNICHINO - Desculpe. Qual seria?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Sª afirma que não houve extrapolação na aplicação de recursos do FGTS. Mas todos os dados levantados mostram que, até hoje, há dificuldade de aplicação dos recursos do FGTS - o Deputado Ricardo Fiúza fez essa declaração. Ainda, hoje, existe esse problema por causa das medidas tomadas na administração da Srª Margarida Procópio que levava a se gastar muito mais do FGTS do que havia possibilidade. V. Sª diz que houve uma previsão em maio, mas os dados que apresenta - de 74%, 84% - representam um orçamento inicial; V. Sª diz que foi aplicado o orçamento na sua inteireza. Todavia, houve diminuição de arrecadação pelos fatos que constam no ofício do Secretário Executivo, e não foi tomada nenhuma providência para evitar que isto ocorresse, como se deu depois, com prejuízo daqueles todos possíveis beneficiários das obras feitas principalmente na área de habitação e que estão até hoje com dificuldades. Quantas casas existem abandonadas por falta de condições de terminar a execução desses serviços! Na área de saneamento é a mesma coisa. V. Sª quer nos convencer de que não houve extrapolação dos recursos. Não entendo.

O SR. WALTER ANNICHINO - Caro Senador, o Conselho Curador do FGTS é o organismo maior do FGTS e define qual o Orçamento.

Cumpre ao Ministério da Ação Social - veja, aqui estou falando em nome do Ministério, embora a minha secretaria não tivesse nada a ver com essa questão; a Secretaria de Saneamento é secretaria técnica - alertar o Conselho Curador, organismo máximo do FGTS, que estava havendo quedas de arrecadação e que deveriam ser imediatamente tomadas as providências com relação a um estudo mais aprofundado do Orçamento.

O Conselho Curador se reuniu, por diversas vezes, discutiu esse assunto, criou uma comissão que deu um parecer e o Conselho Curador, na sua reunião de novembro, se não me engano - nesse meu relatório tem todas as datas, posso entregar ao Sr. Relator e a V. Exª também - manteve o Orçamento. Ao Ministério da Ação Social, como gestor, cabia

seguir as orientações do Conselho Curador, e à Secretaria de Saneamento, na minha figura, muito simplesmente seguir aquilo que o Conselho Curador passou ao Ministério e o Ministério repassou à Secretaria.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. Exª me permite... o Presidente já olhou o relógio; daqui a pouco vai dizer que meu tempo está esgotado.

O SR. WALTER ANNICHINO - Se V. Exª me permitisse, Senador, gostaria só de complementar. O nobre Senador fez referências a essas extrapolações e há um fato *importante: quando coloquei esses limites não alcançados, foram limites estabelecidos no* orçamento do Conselho Curador para contratação, que era o assunto que do qual tratava o Ministério da Ação Social. A questão dos desembolsos nunca foi assunto do Ministério da Ação Social. Portanto, a questão das contratações e da compatibilização com os desembolsos e com os recursos do caixa do FGTS era algo pertinente ao...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. depoente, permita-me fazer indagações, porque tenho tentado fazer perguntas objetivas; infelizmente, as respostas são sempre de caráter genérico.

O SR. WALTER ANNICHINO - Desculpe-me, Sr. Senador, penso que elas não estão sendo genéricas. A única coisa é que preciso dar algumas explicações para poder responder.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - *Da minha parte, ouço-as, tranqüilamente.* Agora, o Presidente já olhou duas vezes o relógio.

O SR. WALTER ANNICHINO - V. Exª me perguntou por que o Ministério; estou explicando que o Ministério não tinha nada a ver com desembolso; o desembolso era função - tenho a lei aqui e a resolução...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Aí, é que está o problema, Sr. Depoente. O que determina o Decreto nº 99.684, de novembro de 1990?

> "Cabe ao Ministério da Ação Social praticar todos os atos necessários à gestão da aplicação do Fundo, de acordo com as diretrizes e programas estabelecidos pelo Conselho Curador, definir as metas a serem alcançadas nos programas de habitação popular e... "

Se cabia ao Ministério a aplicação desses atos, como é que, sabendo que havia uma diminuição dos recursos que seriam alocados pelo FGTS, tenham apenas a desculpa: o Conselho manteve no Orçamento, sei que não tenho o dinheiro, mas eu vou manter? Não seria a pressão de alguém de fora para que continuassem a fazer a aplicação desses recursos, os gastos necessários para efetivar a aplicação de recursos que não existiam e que determinaram o início de várias obras e não a conclusão de muitas outras, e também, a daquelas que foram iniciadas? Não cabia ao Ministério elaborar a política dos projetos necessários e prioritários?

O SR. WALTER ANNICHINO - A Caixa Econômica elaborou um orçamento e encaminhou-o ao Conselho Curador, que o aprovou.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Objetivamente, quem é o gestor do *programa?*

O SR. WALTER ANNICHINO - O gestor dos recursos do FGTS é o Ministério da Ação Social, com as atribuições bem definidas nessa resolução.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Se é o gestor, V. Sª está querendo expor aqui que a Caixa Econômica teria que fazer isso, o Conselho Curador tinha que fazer isso e aquilo e o Ministério não tinha nenhuma responsabilidade. Se o Ministério sabia que iria ter a diminuição dos recursos, por que aplicou tanto?

O SR. WALTER ANNICHINO - V. Exª não está me permitindo responder.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Estou querendo basear-me no que V. Sª disse: a verdade clara, sem jogo de palavras. E estou querendo exatamente uma verdade clara, sem jogo de palavras.

O SR. WALTER ANNICHINO - *Totalmente sem jogo de palavras,* mas com os fatos e com a história de como a coisa funcionava, Sr. Senador. Como irei explicar para V. Exª, sem que eu possa citar todos os fatos e tudo o que acontecia? A Caixa Econômica elaborou um orçamento baseada nos recursos, nas projeções que ela tinha e encaminhou para o Conselho Curador, que o aprovou. O Ministério da Ação Social sentiu que aqueles dados previstos, aqueles números esperados não estavam acontecendo, e solicitou que o Conselho Curador fizesse a revisão. Essa revisão não foi feita. O Conselho Curador teve a oportunidade e manteve o orçamento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Permite V. Sª um aparte?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não completei. Eu nunca completo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - É apenas para um esclarecimento. Estou *observando a fisionomia do Presidente, que já sinaliza que aqui não é lugar de apartes.* V. Sª estava afirmando - e faço novamente essa pergunta - que o Ministério fez o programa. Se o Ministério sabia da redução desse orçamento, por que continuou fazendo aquele...?

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Senador, o Ministério apontou que havia indícios de uma diminuição da capacidade de financiamento do FGTS. O Conselho Curador formou uma equipe de técnicos para analisar. Depois dessa análise, manteve o orçamento. O órgão maior do FGTS era o Conselho Curador. O Ministério da Ação Social, assim mesmo, não utilizou todos os recursos na de contratação. Se não os utilizássemos, poderíamos ser punidos pelo Conselho Curador pela não utilização. Se utilizamos, somos acusados de que não previamos. Não tínhamos essa premissa. Foi alertado. Quero deixar claro que essa contratação não trouxe prejuízo algum porque - isso foi discutido diversas vezes - a simples autorização para a contratação, que era aquilo que a Secretaria fazia, era a

liberação de uma prioridade que o Ministério da Ação Social estabelecia. Uma autorização para a Caixa Econômica Federal conceder o crédito ao agente promotor, que poderia ser concedido se houvesse recursos no FGTS ou não, como aconteceu em alguns casos. Mais do que isso, uma obra, um empreendimento pode ter um prazo de cinco, seis, dez, vinte e quatro ou trinta e seis meses. Esse prazo de execução da obra, o seu desembolso tem de ser adequado às condições de existência de caixa no FGTS. E essas eram condições estritamente operacionais, Sr. Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, apenas uma pergunta. Pode ser respondida com "sim" ou "não". Se ele falar mais do que isso, a responsabilidade não é minha. No entendimento de V. Sª, houve ou não extrapolação dos recursos do FGTS?

O SR. WALTER ANNICHINO - Na minha opinião não houve extrapolação por parte da Secretaria e do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nós, para oito inquiridores, gastamos duas horas e quarenta minutos, o que dá uma média de vinte minutos para cada um, quando deveria ser uma média de dez para cada. Pergunto ao Dr. Walter Annichino se quer fazer algum intervalo ou se prefere prosseguir. (Pausa)

(Assentimento do depoente)

Então, faremos 5min. de intervalo para recomeçar a sessão.

(Intervalo)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos prosseguir com a nossa reunião, chamando agora a lista de suplentes. Tem a palavra o nobre Deputado Maurício Najar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, eu gostaria que o nobre depoente esclarecesse se a sua Secretaria lidava, como já foi dito por V. Sª, com três tipos de recursos: recursos orçamentários, recursos do Fundo de Garantia e recursos externos do BID, do Banco Mundial e outros; e se os recursos orçamentários já vinham, na sua maioria ou na quase totalidade, carimbados.

O SR. WALTER ANNICHINO - Com relação a recursos orçamentários, eu posso inclusive lhe dar números. Em 1991, do orçamento 90% foram carimbados e 10% não.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Sª tem idéia de quantos milhões de dólares correspondia a essa verba?

WALTER ANNICHINO - Na época - não tenho esses números corretos - eram quase 2 bilhões de dólares a valores de aprovação do Orçamento.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sim. Podemos dizer que V. Sª, tendo 10% disso, teria liberdade para priorizar recursos da ordem de 200 milhões de dólares?

O SR. WALTER ANNICHINO - Perfeitamente.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Muito bem. Os recursos do Fundo de Garantia não eram contingenciados?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não eram contingenciados.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Sª poderia nos dizer, em dólares aproximadamente, em 1991, quantos milhões foram colocados à sua disposição, apesar de utilizados 32%?

O SR. WALTER ANNICHINO - Em 1990 o senhor está dizendo?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Em 1990.

O SR. WALTER ANNICHINO - Em 1990, o senhor está colocando à minha disposição...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - À disposição da sua Secretaria.

O SR. WALTER ANNICHINO - À disposição dos organismos que geriam e operavam os recursos...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sim, que são a Caixa Econômica...

O SR. WALTER ANNICHINO - E o Ministério da Ação Social.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E o Ministério da Ação Social, através da sua Secretaria.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não só da minha Secretaria mas também de outras secretarias. Tenho os valores aqui em BTNs.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não, eu gostaria, se pudesse me fornecer...

O SR. WALTER ANNICHINO - Não tenho os valores em dólares, mas vou dar uma estimativa.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É, o valor aproximado.

O SR. WALTER ANNICHINO - Alguma coisa em torno de 800 mil dólares em 1990.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Oitocentos mil dólares para as duas Secretarias?

O SR. WALTER ANNICHINO - Para as duas. Para saneamento, acho até que esse valor aqui é maior. Eu sinceramente não teria esse valor em dólares.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Deve ser.

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu colocaria aqui - vamos estimar - 600 mil dólares para a Secretaria de Saneamento e assuntos relativos à Secretaria - acho até que esse valor aqui é maior; sinceramente, eu não teria esse valor em dólar -, eu colocaria em torno de 600 mil dólares.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Quanto aos recursos externos, nem é preciso dizer que não havia contingenciamento. É o caso do PROSEGE.

O SR. WALTER ANNICHINO - Contudo, apesar de não haver contingenciamento, caro Deputado, eles também não foram liberados nesse período em que estive na Secretaria. Criamos e desenvolvemos os programas, mas toda a liberação foi feita **a posteriori**.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - No caso desses recursos orçamentários, por volta de 200 milhões de dólares, quem fixava a prioridade era a sua Secretaria?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não, Excelência. Aí há dois fatos que temos que levar em consideração. Esses quase 2 bilhões de dólares foram aprovados pelo Congresso, no Orçamento. Isso em dezembro, janeiro de 1990 ou janeiro de 1991, não me lembro bem. Ocorre que esses recursos foram contingenciados pelo Ministério da Economia. E até o dia 20 de novembro de 1991, ou seja, onze meses após, apenas 12% do Orçamento havia sido descontingenciado. Desses 12%, cerca de 7% correspondiam ao PROSEGE, que não estava em vigência. Portanto, depois de onze meses, apenas 5% dos recursos do Orçamento estavam descontingenciados e desses 5% descontingenciados muito pouco dizia respeito aos recursos gerais. Então, se V. Exª quiser fazer um cálculo, esses 2 bilhões em novembro, não sei lhe dizer quanto, foram muito depreciados.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mas seria em torno de 100 milhões de dólares.

O SR. WALTER ANNICHINO - 5% seriam 5 milhões de dólares. Para responder à pergunta de V. Exª, a Secretaria Nacional de Saneamento nunca estabelecia prioridade alguma. Isso é muito fácil de verificar, Deputado, basta examinar os processos. Todas as liberações - que foram, em 1991, quase mil - têm um processo e, dentro do processo, há o encaminhamento. A Secretaria Nacional de Saneamento simplesmente fazia o parecer técnico, simplesmente cuidava das situações técnicas, nunca teve poder para priorizar, para fazer nada.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mas o nobre Senador Jutahy Magalhães chegou a apontar os vários Estados em que foram extrapoladas essas quantias, com dados e números também oficiais. Talvez em prejuízo de outros Estados - é verdade.

O SR. WALTER ANNICHINO - Caro Deputado, V. Exª está me concedendo inclusive a oportunidade de esclarecer fatos que o Senador colocou e que ou S. Exª não entendeu ou não ficaram bem claros aqui para o plenário, porque expliquei.

Com relação ao Orçamento do FGTS - e S.Exª se referiu ao FGTS -, não foi extrapolado nem o Orçamento geral nem o orçamento de nenhum Estado. Sobre isso tenho dados comprobatórios. O que S. Exª abordou foi que, na execução do Orçamento, de responsabilidade do agente operador do FGTS, a Caixa Econômica Federal, os desembolsos acabaram ultrapassando em alguns Estados. Então, o Ministério do Bem-Estar Social não tinha nada a ver com essa questão, muito menos a Secretaria Nacional de Saneamento.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mas o projeto era aprovado pela Secretaria.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não, o projeto não era aprovado pela Secretaria. Aí é importante colocar que o trâmite...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Então, qual era a função da Secretaria? Era a de não fazer nada? Porque ela não libera recursos, os recursos orçamentários vieram carimbados, os do Fundo de Garantia a responsabilidade era da Curadoria e da Caixa Econômica Federal. Então, eu gostaria de saber por que mais de 500 vezes Deputados foram até V. Sª acompanhados de prefeitos, de empreiteiras, se V. Sª não tinha poder sequer de priorizar uma obra?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não tinha mesmo esse poder e vou explicar...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Então, por que razão esses Deputados todos se dirigiam a V. Sª, acompanhados de prefeitos e empreiteiras? A opinião pública era voz corrente aqui nos corredores do Congresso de que, efetivamente, havia critérios políticos para a liberação desses recursos dentro do Ministério, dentro da sua Secretaria?

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Presidente, sei que essa é uma prerrogativa de V. Exª, mas acredito que a essas afirmações feitas com agressividade, também posso responder agressivamente. Estou procurando levar esse debate nos melhores termos. Estou aqui à disposição, por quanto tempo for necessário.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Exª pode também elevar a voz. O que eu estou demonstrando...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - (Fazendo soar a campainha) Estamos dialogando, não está certo. O Deputado Maurício Najar é apenas veemente, não se trata de qualquer tipo de agressão. Ele fala com veemência, como outros colegas aqui. Agora, peço realmente que não se dê essa impressão ao depoente de que está sendo agredido.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª que, inclusive, é um homem da lei.

O SR. WALTER ANNICHINO - Desculpe-me, Sr. Deputado, mas parece-me que é uma tentativa de me constranger. E tenho certeza de que V. Exª não está querendo fazer isso.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Exª constrangido?

O SR. WALTER ANNICHINO - Isso.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu duvido; sinceramente, eu duvido, porque V. Exª tem se saído de uma maneira muito evasiva; gostaríamos que fosse muito mais objetivo.

V. Exª admite - e V. Exª falou isso com ênfase - quinhentos e tantos Deputados. Quando disseram que nós não tínhamos 550 Deputados, V. Exª disse que alguns voltavam. Várias empreiteiras, talvez as maiores. V. Exª admite que prefeitos vinham acompanhados à sua Secretaria para falar com V. Sª. Quer dizer, V. Sª tenta nos passar a imagem de que todos os recursos à disposição da sua Secretaria não dependeriam, sequer para priorizar a obra, da sua própria Secretaria.

O SR. WALTER ANNICHINO - Perfeitamente.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Então, é isso que nos causa estranheza e que eu gostaria de ver explicado: por que tantos Deputados, centenas de Deputados atrás da sua Secretaria se V. Sª não tinha a menor condição? Nós já vimos aqui, numa análise muito superficial, que V. Sª teria pelo menos cem milhões orçamentários para distribuição da sua Secretaria, sem estar a verba carimbada. Dos dois bilhões que constavam do Orçamento, US$ 100 milhões V. Sª analisava os projetos que eram apresentados. Eu entendo que os projetos têm natureza técnica, têm interesse público, todos eles.

O que eu gostaria de saber é se caberia ou não à sua Secretaria a prioridade, quer dizer, se V. Sª tivesse duzentos, quinhentos projetos para US$ 600 milhões, se era a sua Secretaria que dizia: "Não, só tenho cem milhões. Vai para esse projeto uma parte, para aquele projeto, outra parte". Era isso que eu gostaria de saber.

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Deputado, V. Exª fez uma série de afirmações. Uma delas V. Exª já havia feito e eu já havia respondido, e eu vou voltar a responder. Nós poderíamos fazer por partes, porque, senão, vai ficar uma série de afirmações, com as quais eu não concordo. Então, nós poderíamos fazer por partes.

Primeiro, os recursos não eram para a Secretaria Nacional de Saneamento. Os recursos orçamentários para o Ministério da Ação Social, relativos à área de saneamento e do FGTS também não eram para a Secretaria. A Secretaria era um órgão eminentemente técnico. Os recursos orçamentários de US$ 100 milhões eu mostrei a V. Exª que foram contingenciados. Porque até 20 de novembro, V. Exª falou em US$ 100 milhões de recursos gerais, pudera a Secretaria Nacional de Saneamento pudesse contar com esses recursos.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não foi V. Sª...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sr. Deputado, peço que aguarde a resposta.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu aguardo. Eu só queria esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aguardamos sua resposta.

O SR. WALTER ANNICHINO - Esses recursos foram contingenciados, não tiveram nenhuma gestão do Ministério da Ação Social e da Secretaria, visto que o Ministério da Economia descontingenciava esses recursos sem nenhuma consulta. Nós sabíamos dos descontingenciamentos pelo Diário Oficial. Nós não tínhamos nenhuma gestão sobre os recursos orçamentários. É isso que eu quero deixar claro a V. Exª.

E dessa parcela dos 10% a que V. Sª se refere, muito pouco foi liberado, foi descontingenciado até o final do ano, até porque não só em percentual, mas com a depreciação dos recursos ao longo do ano. É assim mesmo, sobre esses recursos orçamentários, a Secretaria Nacional de Saneamento só tinha uma missão técnica. V. Exª pode pegar os processos, um por um, de todos os recursos que foram liberados, e vai verificar - isso está à disposição de V. Exªs lá no Ministério - que a Secretaria tinha um despacho técnico, não tomava decisão, não priorizava, simplesmente dava um despacho técnico. E muitos dos processos em que se dava despachos técnicos provavelmente não foram liberados.

É que o Sr. Deputado falou do FGTS, e não respondi a parte do FGTS. V.Exª colocou a parte dos reembolsos, e acho que ficou bem claro. Tentei ser o mais explícito. Não entendi o que ainda não ficou bem explicado aqui. A Secretaria não tinha gestão, e mais ainda: V. Exª afirmou o que fazia a Secretaria. Vou dizer a V. Exª o que fazia a Secretaria. A Secretaria Nacional de Saneamento era o fórum de debates do saneamento. Todos os Deputados e Senadores que me visitavam, e os Prefeitos, que iam às vezes acompanhados de empresários, iam lá tirar dúvidas técnicas. Quantas vezes recebi Deputados, Prefeitos, acompanhados até de empresários, querendo saber dos programas! Aí, passei a entender, inclusive, Srs. Senadores, Srs. Deputados, o que é a demanda política, coisa que eu não entendia. Muitas vezes o Deputado trazia os seus prefeitos dos lugares mais longínquos do País simplesmente para ir ao Secretário e o Secretário explicar os programas, tirar fotografia com o Secretário e entrar com o processo, para que o processo tivesse encaminhamento técnico. Muitas e muitas vezes!

O que a Secretaria fazia? Criou os programas, debateu com a sociedade todos esses programas, coisa que não tínhamos no País e que muita gente queria que continuasse do jeito que estava, com alocação de recursos, inclusive, Sr. Deputado...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Nobre depoente, só queria saber o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu pediria que concluísse, porque já se passaram 5 minutos, senão vamos para os mesmos 20 minutos cada um.

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu nunca consigo completar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, V.Exª permite que o Depoente continue respondendo, mas eu fico sem o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Permita-me falar. Há perguntas que induzem respostas dessa natureza. "O que fazia a Secretaria?" Ele vai ler o que a Secretaria fazia. Eu não posso cortar no meu do caminho.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Estou satisfeito com a resposta dele, e gostaria de fazer outras indagações. É por isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. Agora, peço a V.Exª e ao depoente que sejam mais breves, porque senão vamos exceder o tempo todo aqui.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Agora vou ser bastante objetivo e peço também que ele responda com bastante objetividade. Vou até alterar o meu critério. Eu só gostaria de dizer a V.Sª o seguinte: para todos os políticos que compareciam, para todos os empreiteiros, ficou claro que V.Sª apenas dava assistência técnica. Agora, V.Sª disse que não teve indicação política. V.Sª nega que um pouco antes de V.Sª sair, quando houve alteração no Ministério e entrou o Deputado Ricardo Fiúza, o Sr. Leopoldo Collor tentou mantê-lo junto com Ramon Arnus nessas duas Secretarias? Isso vazou pela imprensa.

O SR. WALTER ANNICHINO - O Sr. Leopoldo Collor não falou comigo, não pediu...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mas isso aí houve.

O SR. WALTER ANNICHINO - Li pela imprensa. Só queria afirmar e acho que esse é um ponto interessante a ser colocado: a Ministra Margarida Procópio deixou o cargo no dia 17 de janeiro. O dia 17 de janeiro foi uma sexta-feira. No dia 21, foi a posse do Ministro Ricardo Fiúza, ou coisa parecida, numa segunda-feira. Nesse mesmo dia, fiz uma carta de demissão e a entreguei ao Ministro Ricardo Fiúza, que pediu para que eu ficasse mais um tempo até que ele arrumasse um substituto. Tenho uma fita gravada - está aqui à disposição da CPI -, quando da minha saída, com todas as palavras do Ministro Ricardo Fiúza, todos os elogios e todos os comentários que ele fez.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mas V.Sª confirma que o Sr. Leopoldo Collor tentou mantê-lo no cargo?

O SR. WALTER ANNICHINO - O Sr. Leopoldo Collor não falou comigo e, se ele falou com o Sr. Ricardo Fiúza, não foi com minha autorização, não foi com a minha anuência. Soube que não somente o PRN e o Sr. Leopoldo Collor, mas também outras pessoas, tentaram dizer que o meu trabalho era eficiente, que o trabalho da Secretaria era bom e tentaram ficar. Só que fizeram isso sem me consultar, porque a carta deve estar protocolada até hoje no Ministério.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Agora, a última pergunta que eu faço é a seguinte: V.Sª ficou 22 meses na Secretaria. V.Sª ficou percebendo apenas a remuneração da Secretaria?

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu já expliquei isso aqui bastante.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Então, vou fazer uma pergunta, e V.Sª me explica. V.Sª vendeu o seu quinhão de ações para os dois sócios remanescentes. Por quanto V.Sª vendeu essas ações, em dólares?

O SR. WALTER ANNICHINO - Tenho isso na declaração, se V.Exª quiser. Não sei em valores de dólar e precisaria calcular, pegar uma tabela da época...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mais ou menos.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não tenho. Deputado, estou aqui - repito - para dizer verdades a V.Exªs, depor sobre verdades. Agora, V.Exª quer que eu chute um valor...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não; chute, não. V. Sª disse que, na saída, V. Sª recebeu US$700 mil mais ou menos. Não tem saída. Esse é o grande problema. O Deputado Aloizio Mercadante...

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu não tive recebimento. Isso aqui foi uma distribuição do lucro de qualquer empresa. A empresa chega, qualquer empresa, tem os seus lucros e os distribui. Aqui está contabilizado, está na minha declaração do Imposto de Renda...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Isso dava mais de US$30 mil por mês? Deu mais de US$30 mil por mês. Como estamos discutindo sobre a sua variação patrimonial, peço vênia ao Presidente, porque isso é extremamente relevante. V. Sª. vendeu as suas ações e não recebeu?

O SR. WALTER ANNICHINO - Isso.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Quando saiu, 22 meses depois, recebeu US$700 mil.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não foi assim. V. Exª está...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É uma colocação de palavras...

O SR. WALTER ANNICHINO - Vou explicar a V. Exª: vendi o meu quinhão, e esse quinhão foi repassado aos meus sócios e, houve um acordo entre nós, ou seja, que eu poderia voltar, não poderia voltar num determinado prazo - e eu já expliquei toda essa questão aqui. Nesse período, inclusive, a empresa se prontificou a pagar passagens, e eu recebia os dividendos advindos, quer dizer, provenientes desse quinhão,

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mês a mês?

O SR. WALTER ANNICHINO - ... não foi pago, quando das distribuições de lucro. Não tinha mais **pro labore**, tinha distribuição de lucro referente às ações. O número dessas ações, quando há uma distribuição de lucro, quem é acionista tem direito proporcionalmente...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Então V. Sª. não...

O SR. WALTER ANNICHINO - Essas ações haviam sido transferidas mas, por um acordo entre os sócios, aquele quinhão não pago era transferido a título de juros. Depois eu posso dar mil explicações aqui. No acordo de acionistas...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E isso era lançado na contabilidade da empresa?

O SR. WALTER ANNICHINO - Tudo isso foi lançado, tudo isso foi contabilizado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E, depois, quando V. Sª saiu, deixou o Ministério?

O SR. WALTER ANNICHINO - Deixei o Ministério alguns meses depois, não me lembro quantos, mas posso verificar...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Voltou em...

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu, de acordo com aquele acordo, retomei as ações. Voltei a ser acionista da empresa. Ao longo do ano - não foi imediatamente, talvez tenha sido até ao longo do ano ou no final do ano - durante o ano de 1992, a empresa distribuiu US$700 mil, os quais eu lancei na minha declaração do Imposto de Renda.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Uns US$30 mil, mais ou menos, por mês.

Agradeço e gostaria, na linha do Deputado Aloizio Mercadante, de verificar a contabilidade dessa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou fazer um apelo para ver se consigo algum eco, porque agora houve mais 22 minutos de inquirição. As respostas estão sendo muito longas, e as perguntas também, muitas vezes, porque ainda há 7 ou 8 pessoas inscritas fora o Relator.

Faço esse apelo, dando a palavra ao nobre Deputado Luiz Máximo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, estou disposto a não fazer nenhuma inquirição no final, porque entendo que já foram feitas todas as perguntas essenciais inclusive repetidamente. De modo que estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então restam seis.

Com a palavra o Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Pois é, Sr. Presidente, não sei se é por coincidência ou não, mas sempre que me é dada a palavra, ela é precedida de uma advertência. Por isso é que...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não é uma advertência; é um apelo. É que, de modo geral, V. Exª. está atrás de quem esgotou o prazo. Então eu sou obrigado a pedir isso.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Pois é, mas...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu disse ainda há pouco: para ouvirmos 8 pessoas, na primeira lista, levamos 2h40min. Eu fiz um apelo para que reduzíssemos o nosso prazo regulamentar, que é de 10min. E a primeira pergunta do suplente rendeu 22min. E toda a matéria é pertinente, toda matéria é importante.

Começo a contar o tempo de V. Exª a partir de agora.

O SR. LUIZ MÁXIMO - É o máximo mesmo, não é Presidente?

Serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quando eu presidi o Senado, eu tinha horror quando os Líderes, os oradores, de modo geral, diziam assim: "Sr. Presidente, serei breve." Eu dizia ao secretário: marca uma hora. Mas, vou confiar.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Dr. Walter Annichino, V. Sª conhece Luiz Arruda?

O SR. WALTER ANNICHINO - Conheci o Sr.Luiz Arruda. Ele trabalhou no Ministério da Ação Social.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Sª conhece o Sr. Onofre Vaz?

O SR. WALTER ANNICHINO - Poderia ter sido apresentado ao Sr. Onofre Vaz... Conheço-o de alguma relação, mas nunca troquei mais do que duas palavras com o Sr. Onofre Vaz.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Sª sabe que ele é o proprietário da empreiteira SERVAZ?

O SR. WALTER ANNICHINO - Perfeitamente.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Ele esteve em seu gabinete, acompanhado do Deputado ou não?

O SR. WALTER ANNICHINO - Deputado, não me lembro desse fato. Como disse recebi muita gente e não poderia lhe afirmar com certeza se ele esteve ou não esteve.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Dr. Walter, no mês de novembro, a imprensa divulgou com certa insistência o fac-símile de um documento que teria sido elaborado por um executivo da SERVAZ em 1991. E, segundo a imprensa, através de diversos órgãos de divulgação, esse documento diria respeito, através de algumas letras cifradas, a distribuição de propinas. Nessa listagem, sendo que um fac-símile que tenho aqui em mãos onde, consta pagamento, nome, identificação e complemento, há o seguinte: WA (WTAB) Walter Annichino/Vivian 2% CEF - Caixa Econômica Federal e MAS - Ministério de Ação Social.

O que V. Sª pode comentar a respeito desse documento? Tenho uma curiosidade muito grande: não é apenas o seu nome, é o nome de V. Sª, o nome de vários Parlamentares e de outras pessoas, sendo que Vivian, parece-me - se não me falha a memória - é o nome de sua ex-esposa.

O SR. WALTER ANNICHINO - Da minha esposa.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Da sua atual esposa. O que V. Sª tem a dizer a respeito...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Atual? Ele disse "ex".

O SR. LUIZ MÁXIMO - Não, atual esposa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Desculpe.

O SR. WALTER ANNICHINO - Mais uma vez eu já me referi aqui a denúncias anônimas. Eu queria que o Sr. Onofre Vaz ou quem quer que seja que fez viesse aqui e dissesse, contasse essa história, porque fica uma coisa de falar aqui o que bem entende e o que bem quer. A imprensa publicou...Isso aí é um verdadeiro absurdo. Não tem nada a ver. Até porque a Secretaria não tinha poder de decisão para - eu já expliquei diversas vezes - liberar nenhum recurso. E não sei a que obra... Isso é um verdadeiro absurdo. Não tem o menor sentido.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Acho importante perguntar, Dr. Walter, porque a imprensa noticiou - o senhor próprio leu. Queria, então, ter a sua palavra a respeito disso que está aqui.

O SR. WALTER ANNICHINO - A minha palavra é que isso é um absurdo. Até coloco que alguém da SERVAZ ou quem fez essa denúncia ou quem colocou, venha e coloque aqui, frente a frente, cara a cara. Isso aqui é uma maldade, é um jogo, é um jogo de querer desmoralizar alguém que fez um trabalho que, ao longo do tempo, as pessoas vão perceber que foi um trabalho de bastante eficácia.

O SR. LUIZ MÁXIMO - O senhor disse que teve um relacionamento muito rápido, breve com o Sr. Onofre Vaz. E com ele ou com algum executivo membro dessa empresa, V. Sª teve alguma ocasião qualquer desinteligência, qualquer desavença?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não me lembro disso. Desavença com certeza não tive porque dificilmente tenho desavença com alguém. Mas não me lembro de nenhum fato que pudesse gerar esse tipo de ação. Posso até aqui fazer algumas ilações, mas como eu me sinto injustiçado por muitas ilações, não seria correto da minha parte aqui fazer algumas ilações sobre esse assunto. Gostaria de continuar falando apenas sobre fatos reais, fatos com provas e não gostaria de fazer ilações sobre assuntos e querer deixar aqui um jogo de palavras.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Suas empresas, dentre elas a Estengil, alguma vez teve algum relacionamento de ordem profissional, em termos de prestação de serviço, de consultoria, seja lá o que for com a SERVAZ?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Absolutamente não?

O SR. WALTER ANNICHINO - Absolutamente não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Vou fazer agora um indagação, porque estou curioso, já foi discutido muito aqui, o senhor já falou inúmeras vezes e não vai precisar repetir. É a respeito de sua saída da sua empresa, depois o seu retorno e o ingresso desses recursos. Dr. Walter Annichino, essa saída sua da empresa não foi uma saída apenas de direito?

O SR. WALTER ANNICHINO - Deputado, V. Exª mais uma vez, me dá aqui a oportunidade de colocar que eu nunca tinha exercido um cargo público. Eu era empresário, fui convidado, fiz parte de associações, e a questão é a seguinte: posso até ter... Hoje, se tivesse de fazer novamente, talvez não saísse da empresa. Tomamos essa decisão, nós os acionistas, dizendo: "eticamente, o Walter deve ficar fora da empresa". Existe a questão acionária. "O Walter está fora da empresa". Só que eles não... O quinhão das minhas ações ficou metade com cada sócio. Isso está aí; está declarado, mas houve um acordo entre nós. Estou falando aqui claramente, de coração aberto, tentando elucidar as coisas. Poderia armar um jogo incrível sobre esse assunto; no entanto, está aqui aberto. Acho que alguns Deputados, alguns Parlamentares solicitaram que se abram as contas. Sou o primeiro a querer que isso aconteça. Essas contas já foram abertas. Então, só queria dizer a V. Exª que talvez tenha sido, na realidade, um amadorismo do Sr. Walter Annichino, uma falta de experiência política do Sr. Walter Annichino, que teria inúmeras outras saídas para fazer isso; no entanto, estou aqui desnudado, contando a realidade dos fatos.

Essa, a explicação que posso dar.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Dr. Walter Annichino, pelo quadro descrito aqui, como V. Sª o pinta, a conclusão a que chego - e não gosto de emitir opinião pessoal a respeito dos depoimentos aqui prestados ou a respeito de qualquer de suas circunstâncias ou fatos - é que houve uma saída de direito, através da formalização legal de V. Sª, da empresa, mas uma permanência de fato. Essa é a conclusão a que chego; é apenas esse o comentário que gostaria de fazer. Encerro aqui, com uma homenagem ao Presidente Jarbas Passarinho, pedindo a S. Exª que consigne nas atas de nossos trabalhos que observei rigorosamente o tempo e que fico com crédito para as futuras inquirições.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ao contrário, V. Exª não observou rigorosamente o tempo, ficou aquém; e, em homenagem a mim, deu-me dois minutos. É uma homenagem.

Há certas perguntas que são feitas - evidentemente isso é um defeito da minha capacidade menor de inteligência em relação aos inquiridores - que não consigo entender onde se encaixam com o objetivo da CPI; isso em termos gerais, não aproveitando a última oportunidade. Como algumas perguntas já foram respondidas pelo Dr. Annichino, S. Sª fica autorizado a não responder àquelas perguntas que já tiverem sido feitas. Não precisa constranger-se, ou coatar-se, segundo outro jurista da Casa.

Concedo a palavra ao nobre e tranqüilo Deputado Zaire Rezende

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, muito obrigado pela tranqüilidade. Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Sr. Depoente, Dr. Walter Annichino,

informações colhidas nas investigações da Subcomissão de Patrimônio e Fiscal e da Subcomissão de Bancos mostram a existência de grande número de cheques emitidos por V. Sª em favor de uma pessoa física de nome Maria Tereza Álvares Sanches.

Pergunto: qual o motivo da emissão desses cheques para essa pessoa física?

O SR. WALTER ANNICHINO - Maria Tereza Alvares Sanches é minha secretária. Com esses recursos, ela pagava diversas despesas, não de monta - V. Exª vai perceber que são de pequena monta -, tais como: energia elétrica, gás, condomínio, faxineira; enfim, uma série de despesas que poderão ser facilmente identificadas.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Depoente, em depoimento a esta CPI, o Deputado Ricardo Fiúza, em resposta à pergunta do Sr. Relator, Deputado Roberto Magalhães, declarou que a primeira providência que tomou ao assumir o Ministério da Ação Social foi demitir V. Sª da Secretaria de Saneamento e o Sr. Ramon Arnuz Filho(**) da Secretaria de Habitação. Disse também que achava que essas duas Secretarias estavam extremamente mal geridas, pelo menos uma aplicação do FGTS foi feita de forma exageradamente veloz. Dizem, esgotaram todo o saldo do FGTS, e essas pessoas eram polêmicas; estavam sob mira, sob investigação, sob notícia da imprensa. Pergunto: Qual foi o motivo de sua demissão? Que considerações faz V.Sª a respeito dessas declarações?

O SR. WALTER ANNICHINO - É o seguinte - inclusive já coloquei - não vi essa observação do ex-Ministro Ricardo Fiúza, mas tenho e ponho à disposição de V.Exª e de quem quiser, uma fita de vídeo gravada com palavras do Sr. Ricardo Fiúza elogiando todos os programas, elogiando a minha pessoa, elogiando tudo aquilo que a Secretaria havia feito. Está comigo, em casa. Mais que isso, ele não me demitiu, eu pedi demissão, e essa carta deve estar protocolada até hoje - eu já disse issó - lá no Ministério da Ação Social.

Se ele se referiu a mim dessa forma que o senhor colocou, desconheço. Se isso ocorreu, foi de uma injustiça e foi de uma forma totalmente sem necessidade, sem razão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está certo, Doutor e Deputado Zaire, essa referência do hoje Deputado Ricardo Fiúza foi feita em que oportunidade?

O SR. ZAIRE REZENDE - Foi feita no depoimento, à página 45.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Do depoimento dele aqui?

O SR. ZAIRE REZENDE - Do depoimento dele prestado aqui na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É triste tratar de certas matérias, mas devo também confirmar a V.Sª que ainda sendo eu Ministro, logo depois que o Ministro Fiúza assumiu, foi ao meu gabinete e disse que V.Sª não ficaria mais praticamente nenhum dia, mas não me disse porquê.

O SR. WALTER ANICHINO - Como eu disse, Sr. Presidente, Sr. Deputado, pedi demissão. Agora, tendo em vista essas colocações, digo que muita gente tinha motivo para reclamar realmente da Secretaria Nacional de Saneamento; e algumas das razões já coloquei aqui: o PROSEGE incomodou muita gente - 500 milhões de dólares, 300 projetos. Os recursos do PLANURB, o tão falado recurso do FGTS, nenhuma obra de grande vulto, foram mais de 300 obras, a maior parte delas de 1, 2, 3 milhões de dólares. Muito diferente daquilo que vinha ocorrendo anteriormente. Muitos interesses foram quebrados. E já vi muita gente, alguns filósofos, alguns políticos experientes me dizerem o seguinte: quando alguém sai, é necessário desmoralizá-lo, para que as palavras dele não tenham efeito, não surtam resultado.

Qualquer dúvida que os senhores venham a ter, tenho todos os documentos, e os fatos estão aí. Não tenho nada a esconder. A Secretaria, inclusive, não tinha o poder para se estabelecer, só que ela criou os programas transparentes e realmente acabou prejudicando negócios de muita gente.

No setor do orçamento, inclusive, Deputado, o que ocorreu é que a Secretaria tinha diversas propostas de como isso deveria ser encaminhado. Verificamos, na nossa Secretaria e na Fundação Nacional de Saúde, diversas coincidências que foram apontadas, mostrando a ineficiência da Comissão de Orçamento.

Fizemos um estudo também comparando os valores aprovados e a relação com o Fundo de Participação dos Municípios e a população. Tivemos resultados. Isso foi entregue à Comissão de Orçamento. Mais que isso, defendíamos - e foi um dos motivos da minha conversa com o Sr. João Alves e o Sr. José Carlos Alves dos Santos - que deveria haver uma mudança entre o comportamento, entre a relação do Executivo e da Comissão de Orçamento. Eu defendia que os programas deveriam ser discutidos na Comissão de Orçamento. Tenho a impressão de que os programas deveriam ser discutidos e que os parlamentares tivessem todo o direito de fazer as suas emendas, mas em cima de programas, com parâmetros, com custos estabelecidos, com uma discussão sobre esse assunto. Isso foi proposto. Provavelmente isso possa ter descontentado muita gente. Esse foi o trabalho da Secretaria Nacional de Saneamento.

Evidentemente, quem faz um trabalho desse tipo e depois sai, talvez seja necessário desmoralizar essa pessoa para que tudo que ela diga passe a não ter valor.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Depoente, V.Sª é proprietário do apartamento de nº 22 no Ed. Airosa, situado à Rua Palacete das Águias, nº 610, Vila Paulista, São Paulo?

O SR. WALTER ANNICHINO - Sou proprietário. Esse apartamento foi adquirido, se não me engano, em 1988.

O SR. ZAIRE REZENDE - Não consta de sua declaração de rendas essa propriedade, esse imóvel.

O SR. WALTER ANNICHINO - Nobre Deputado, também já expliquei aqui, mas vou repetir, porque acho que esta pergunta não pode ficar...isso já foi explicado: em 1988 houve a transferência dos meus bens de pessoa física para a minha empresa Vima Participações S/A. V. Exª vai perceber que ele foi incorporado à Vima.

O SR. ZAIRE REZENDE - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Exª.

O Deputado Carrion tem a palavra.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Presidente, Sr. Dr. Walter Annichino, em 16 de setembro de 1991, adentrou-se em meu gabinete um senhor que era dirigente de um órgão público federal baseado na cidade de Porto Alegre e disse-me assim: "Deputado, é impossível trabalhar com o Ministério de Ação Social. É impossível! Na área do saneamento é uma verdadeira barbaridade, uma verba lá só é liberada, se o empresário pagar 27% de pedágio."

Aí eu perguntei a esse homem: O que é pedágio? Eu, como engenheiro rodoviário, conhecia pedágio como aquele pagamento que se faz quando existem duas estradas paralelas e se opta pela de melhor rolagem, e se paga, então, uma taxa. Ele me disse: "Deputado, pedágio é um termo novo que está aí e significa comissão, "bola", ou seja lá o termo que for usado". E eu fiquei escandalizado.

No dia seguinte tínhamos uma reunião do meu Partido, em que cabia avaliar se o meu Partido devia ou não apoiar o Governo do Presidente Collor. Eu, veementemente, pedi que o meu Partido se afastasse do Governo, quando declinei aquela informação. Fui até aparteado por um colega do meu Partido, do Estado de São Paulo, que disse: "Carrion, ti equivocas, o pedágio não é 27, é 30%". Eu disse: "Olha, se for 30, ou 27, ou 2, ou 1, ou 0,5%, é uma barbaridade; fere-me isso como indivíduo, e eu acho uma vergonha e recomendo que o meu Partido, pois, se afaste de pensar num apoio ao Governo Collor.

Dr. Walter Annichino, isso foi dito por uma pessoa responsável, que na época dirigia um órgão do Governo baseado em Porto Alegre. Falava nesta história de pedágio. Eu lhe pergunto: o senhor ouvia comentários dessa natureza, como eu tive o desprazer de ouvi-lo?

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu tomei conhecimento de algumas - não sobre isso que V. Exª está dizendo - através de denúncias anônimas, mas já coloquei aqui as razões pelas quais essas denúncias foram feitas: interesses feridos, como acabei de explicar.

Mas acho que V. Exª colocou aqui um assunto de extrema importância. V. Exª tem o nome de uma pessoa - agora não é mais uma denúncia anônima - ele sabia disso; acho que ele tem de vir à CPI depor. Creio que essa pessoa tem de vir aqui; acho que é uma excelente oportunidade de colocarmos isso a limpo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Alguém subscreve logo esse requerimento?

O SR. FERNANDO CARRION - Quem sabe prestasse um enorme trabalho ou uma enorme colaboração?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª, meu prezado colega e correligionário, no seu preâmbulo, levou quatro minutos e meio para fazer as perguntas. A resposta foi essa. Aí, vamos saber do que se trata.

V. Sª referiu nome?

O SR. FERNANDO CARRION - Não referi nome. Eu falei uma autoridade até para resguardar a pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

O SR. FERNANDO CARRION - Uma autoridade que era titular de um cargo público federal, baseado em Porto Alegre. A autoridade me disse que aquilo era comum e falou num termo... Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu ouvi V. Exª. Então, por favor, continuemos.

O SR. WALTER ANNICHINO - Então, creio que não podemos perder essa oportunidade. Devemos ir a fundo nesse assunto, senão vamos ficar sempre aqui no "falou-se isso", "falou-se aquilo". E até agora tínhamos denúncias anônimas, mas agora não são mais anônimas. Então, insisto que esta CPI, se quiser ir fundo, se quiser realmente achar as correntes, tem que chamar essa pessoa aqui para depor e dar nomes aos bois.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dr. Annichino, acho que V. Sª está extrapolando ou se excedendo em relação a nos dar essa determinação.

O SR. WALTER ANNICHINO - V. Exª me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como se determinação fosse. Porque, em primeiro lugar, continua abstrato: é uma autoridade. Dependeria do Deputado Fernando Carrion declinar quem é. Perguntei-lhe e ele não quis declinar o nome. E a CPI concluirá se convém ou não a ela. O que peço é que as respostas sejam mais diretas em relação às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pode prosseguir.

O SR. FERNANDO CARRION - Continuo, Sr. Presidente.

Dr. Walter Annichino, segundo análise da Receita Federal, durante o ano de 1989, entre os valores recebidos das empresas ESTENGIL - Sociedade Técnica, Engenharia Ltda. e da ESA - Engenharia Ltda., para caracterizar que são duas empresas, e as disponibilidades vindas do dia 31 de dezembro de 1988, V. Sª - é análise da Receita Federal, reitero - somente poderia ter movimentado em suas contas bancárias o valor máximo de pouco mais de 136 mil dólares. A indagação que faço - se V. Sª puder responder, melhor: como explica V. Sª, então, os quinhentos e sessenta e um mil, quinhentos e trinta e um

dólares movimentados por V. Sª, durante o ano de 1989, sendo este valor quatro vezes maior do que as suas disponibilidades declaradas ao Imposto de Renda? É a Receita que subsidia essa pergunta.

O SR. WALTER ANNICHINO - Essa pergunta já me foi feita, V. Exª me desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Talvez na sua ausência, V. Exª não tenha ouvido, a pergunta foi feita aliás duas vezes.

O SR. FERNANDO CARRION - Pelo Sr. Relator, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pelo Relator não. Foi feita posteriormente, se não me engano aqui, pelo Deputado Aloizio Mercadante e pelo Deputado Luiz Salomão. Ele tem o direito de não responder porque já respondeu.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Presidente, eu posso ficar sem a resposta. Agora, para mim que indaguei e perquiri, se pudesse ter a fineza da resposta, sairia pelo menos mais elucidado. Se assim declinasse V. Exª e o inquirido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A regra parlamentar seria, evidentemente, pergunta feita, até a Mesa impediria que a resposta fosse dada.

O SR. FERNANDO CARRION - Eu ignorava.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ainda há pouco, o Dr. Annichino disse que já tinha respondido, mas que iria responder de novo. E, realmente, já por duas vezes, essa questão foi levantada. Começou pelo Relator, sob outro aspecto; depois, o Deputado Luiz Salomão e o Deputado Aloizio Mercadante. V. Exª obterá, naturalmente, a resposta, inclusive, se me permite e aceita, através das notas taquigráficas.

O SR. FERNANDO CARRION - Está certo.

Sr. Presidente, Sr. Walter Annichino, a última pergunta: no ano de 1992, verificaram-se alguns pagamentos feitos à Srª Maremir Elizabeth de Cico Annichino, sua ex-esposa, dentre os quais, citamos alguns. E aqui temos as cópias xerográficas dos cheques correspondentes do BANESPA. Em 30 de outubro de 1992, valor equivalente a 2.057 dólares; 15 de novembro do mesmo ano, valor correspondente a 560 dólares; 27 de novembro de 1992, valor correspondente a 337 dólares; e 1º de dezembro de 1992, valor correspondente a 3.253 dólares. Total das despesas dessa excelentíssima senhora: 6.207 dólares.

A pergunta que faço: V. Sª poderia esclarecer - sei que se separou dessa senhora -, se possível, a finalidade de tais pagamentos e por que motivo não foram informados em sua declaração de imposto de renda.

O SR. WALTER ANNICHINO - Creio que, mais uma vez, é um assunto que não tem nenhuma pertinência com a questão aqui das denúncias do Sr. José Carlos dos Santos relativas a esta CPI.

O SR. FERNANDO CARRION - Dr. Walter, perdoe-me, mas V. Sª se equivoca.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A pertinência existe, porque pode existir no momento em que se faz a avaliação de patrimônio e a avaliação de declarações.

O SR. FERNANDO CARRION - Exatamente. Então, a pertinência existe. Sou obrigado a cortar V. Exª porque o Presidente me acolhe também agora. Temos o hábito, Dr. Walter Annichino, de fazer avaliação dos patrimônios; por isso estamos fazendo a pergunta a V. Sª, não é por impertinência, pode estar certo.

O SR. WALTER ANNICHINO - Em 1992, Sr. Deputado, eu tive uma distribuição de lucros por parte da STENGIL, por parte das empresas, de US$ 700 mil. O senhor me aponta aqui despesas de US$ 6 mil.

O SR. FERNANDO CARRION - Com a sua senhora.

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu tive esse aporte de recursos de US$ 700 mil. V. Exª está perguntando a que se referem despesas que reembolsei ou paguei pensão. Não tenho esses dados agora, aqui. Separei-me e, nessa época, estava pagando despesas, tenho uma pensão a pagar. Em que mês foi, Deputado?

O SR. FERNANDO CARRION - Outubro, novembro e dezembro de 1992, centrado em 31 dias.

O SR. WALTER ANNICHINO - Isso. Havia uma pensão a ser paga, não sei se foi a pensão, ou se foi a pensão e mais algumas despesas que, judicialmente, tenho que reembolsar, como despesas médicas, despesas escolares, etc.

O SR. FERNANDO CARRION - Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Exª.

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de colocar que, quanto a essas questões pessoais, não havia uma seqüência; quer dizer, se houvesse uma seqüência, então, haveria isso ou aquilo. Mas é de conhecimento, isso foi repetido diversas vezes, que, em 1992, eu tive uma distribuição de rendimentos de US$ 700 mil e S. Exª me indaga sobre despesas pessoais para a minha ex-esposa, algo que diz respeito à minha vida pessoal com relação a US$ 6 mil. Portanto, só posso tomar isso como uma questão que não é pertinente e como uma afronta à minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, eu não tomaria como afronta. É natural que, quando V. Sª senta nessa cadeira, o seu humor fica modificado, como o de qualquer outra pessoa. E muitos sentam aí para exatamente provar a sua inocência, que fica provada, também, publicamente. De maneira que, quando fazem determinadas perguntas, não posso penetrar na inteligência do meu colega inquiridor, porque ele deve ter uma forma

de fechar na questão do patrimônio. Todavia, V. Sª respondeu uma pergunta muito mais íntima, que lhe foi feita pelo Senador Eduardo Suplicy. De sorte que V. Sª mesmo abriu oportunidade para discutirmos uma questão de ordem pessoal. Eu interporia a questão se ela não tivesse qualquer tipo de vinculação possível. Se não chega a ter, é entre a pergunta e a resposta.

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ressalto ainda que o Deputado Fernando Carrion é um dos homens mais cavalheirescos que conheço, e tenho a certeza de que S. Exª não teria a intenção de atingi-lo em questão de ordem pessoal para constrangê-lo.

O SR. WALTER ANNICHINO - Concordo com V. Exª, inclusive, tenho a mesma impressão com relação ao Deputado Fernando Carrion, por isso, estranhei.

Só quero colocar que respondi a pergunta do Senador Eduardo Suplicy porque, embora fosse muito constrangedora, talvez muito mais, envolvia uma questão de valores que alguém afirmou que eu tinha em casa. Então, penso que eu tinha obrigação de responder essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sobre os valores que alguém tem em casa em dólar, evidentemente, podem ser valores que, ou explicam ausência de declaração oportuna, ou, pelo menos, podem explicar também economias que foram feitas, viagens ao estrangeiro e voltas, etc. Nem todo valor que alguém tem em dólar em casa significa, desde logo, ter havido isso por forma ilegítima e inescrupulosa.

Por isso, estou sempre aqui atento - hoje fui menos atento, confesso -, no sentido de evitarmos questões que não sejam pertinentes ao nosso objetivo. Porém, há muitas que fazem com que o depoente se sinta na obrigação de dar uma palavra, como V.Sª disse ainda há pouco, porque já foi feita a pergunta de público.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Presidente, por favor, queria agradecer a importante manifestação de juízo que faz a nosso respeito e que me desvanece.

Meu caro Sr. Walter Annichino, até adjetivo o trato que lhe dou. Não tenha dúvida de que não temos nenhuma coisa contra quem quer que seja. Ainda que fosse verdade a alegação daquela autoridade de Porto Alegre, eu não teria motivo para ter raiva do senhor, ainda que ferido no meu brio de brasileiro, se isso fosse a expressão da verdade, quem sabe até seja. Mas lhe digo que, quando fazemos perguntas como essa que envolve a sua situação pessoal, a distinta Srª Maria Emília(?), isso é calcado pelos subsídios que recebemos da Receita Federal, que municia a Subcomissão de Patrimônio.

Isso é um dever de ofício, que fazemos para cumprir nossa função nesta sala e com o subsídio que recebemos. Estou sendo o veículo da indagação que faço a V.Sª, mas, quem sabe, um dia o senhor terá de responder para a Receita Federal. Esclareço isso para que não pense que é qualquer coisa pessoal contra a sua pessoa.

O SR. WALTER ANNICHINO - Tenho certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Fica mais uma vez recomendado isso e tenho certeza de que serei atendido: as perguntas não terão caráter de ordem pessoal, senão quando, com esse caráter, impliquem qualquer conclusão relativa a patrimônio ou dificuldades de representação quanto à Receita Federal.

Com a palavra o Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Membros desta CPI, caro Relator, Sr. Depoente: Gostaria que V.Sª explicasse qual a tramitação dos processos no Ministério da Ação Social até a liberação dos recursos da realização de obras e qual a participação de V.Sª na liberação dos recursos.

O SR. WALTER ANNICHINO - Como disse, tínhamos três fontes de recursos: externos - BID e BIRD, que acabaram não sendo liberados na nossa gestão, mas eu poderia explicar depois com detalhes; recursos do FGTS e recursos orçamentários. Com relação aos recursos orçamentários, utilizamos o Orçamento que é aprovado pelo Congresso. Fiz, aqui, referência, não sei se V.Exª estava presente, a como esse Orçamento é contingenciado, ou seja, como ele é especificado e carimbado e como é contingenciado.

O Ministério da Ação Social tem muito pouca gestão, pouca margem de manobra, vamos dizer assim, em cima desse Orçamento. Quem tem a manobra desse Orçamento é o Ministério da Economia, que libera, pelo menos liberava, em cima de descontingenciamento, emenda por emenda. A função da Secretaria era simplesmente técnica: o interessado fazia a entrada no Ministério da Ação Social pelo Setor de Protocolo, ia para o Gabinete da Ministra, que encaminhava à Secretaria Nacional de Saneamento para uma análise técnica, onde poderiam ser solicitadas plantas, complementos, enfim, uma montagem técnica do Orçamento e isso era reencaminhado aos diversos setores do Ministério da Ação Social, tais como Gabinete da Ministra, COFIE, Jurídico, CISET e alguma coisa a mais que não me lembro agora, para posteriormente ser assinado convênio - não com a minha assinatura -, publicado no **Diário Oficial** e liberados os recursos.

A Secretaria Nacional de Saneamento, volto a dizer, não tinha nenhuma gestão, nenhum poder de decisão sobre a questão dos recursos orçamentários.

Com relação aos recursos do FGTS, inclusive nos programas que foram distribuídos no País todo, aqui tem uma seqüência de como deve ser a operação e tem um fluxograma. Todos os programas têm...Este aqui é o PROSEGE, por isso que não tinha. O PROSANEAR, por exemplo, tem um fluxograma, o PLANURB, o PROBASE(?), um fluxograma com todo o encaminhamento do processo. O tomador, quer dizer, o agente promotor entrava na SUREG, que é a representação regional da Caixa Econômica Federal nos Estados. Nesse local, eram feitas as análises técnicas, jurídicas, financeiras, custos, tudo isso; era verificada a viabilidade do projeto. Isso vinha para a Caixa Econômica de Brasília,

que verificava novamente esses assuntos. Em seguida, o processo era enviado ao Banco Central, onde se analisava a capacidade de endividamento. Voltava à Caixa Econômica, que remetia através de um PTE. Tenho aqui um exemplo de PTE, que é simplesmente um espelho da operação, por meio do qual a Caixa Econômica solicitava autorização para poder conceder o empréstimo do FGTS.

O que a Secretaria fazia? Verificava se isso estava dentro das prioridades anteriormente definidas naquelas reuniões - não sei se V. Exª participou de alguma -, dentro dos limites orçamentários estabelecidos pelo Conselho Curador e de acordo com os programas. Se estavam, encaminhávamos o PTE ao Sr. Ministro. Se aprovado, era enviado à Caixa Econômica Federal, que, em reunião de Diretoria, definia o processo de financiamento.

Daí para frente, a questão passava a ser da responsabilidade da Caixa Econômica Federal, que opera o FGTS e passa, então, a desempenhar desembolsos, contratação e fiscalização da obra.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, quando da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou o Sistema Financeiro de Habitação, o Presidente da Caixa Econômica definiu esse trâmite exatamente discordando da parte final do depoimento do Dr. Walter Annichino, afirmando que a responsabilidade pela liberação de recursos e a própria fiscalização da obra cabiam ao Ministério.

Gostaria, então, de perguntar ao depoente como ele explica, por exemplo, o superfaturamento, já comprovado, em diversas obras de saneamento. A quem cabe a responsabilidade pelo superfaturamento?

O SR. WALTER ANNICHINO - Há duas responsabilidades: a responsabilidade do agente promotor, Estado e Prefeitura, que foi quem promoveu o evento, quem fez o orçamento inicial, gerou o empreendimento e fez a licitação. Posteriormente, a da Caixa Econômica Federal - SUREG -, que analisou, acompanhou e verificou custos, a viabilidade financeira e aspectos técnicos. isso retorna à Brasília, onde é verificado novamente. Eles comparam com outros custos, quer dizer, com obras assemelhadas. No setor social, não recebemos, Senador, nenhum orçamento. É um espelho do projeto.

O SR. PAULO RAMOS - Independente de se atribuir responsabilidades à A ou à B, é razoável admitir que somente através de uma espécie de acumpliciamento generalizado era possível o superfaturamento?

O SR. WALTER ANNICHINO - Creio que não. Só no ano de 1991, houve cerca de 350 autorizações. A nossa equipe, super diminuta, passava por uma dura reforma administrativa, sem a mínima condição nem atribuições para verificar essa condição.

Dessas 350 liberações, vamos supor que 10% tiveram problemas de superfaturamento. Não sei se tiveram. V. Exª está apontando algumas que não acompanhei, pois saí do Ministério. Mas, se houve, entendo que devam ser punidas exemplarmente para que o processo não venha a sofrer desgaste por culpa de 2, 3, 4 ou 10.

O SR. PAULO RAMOS - O senhor chegou a conviver com o Sr. Paulo César Farias?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não.

O SR. PAULO RAMOS - Teve algum contato com ele?

O SR. WALTER ANNICHINO - Devo ter sido apresentado ao Sr. Paulo César Farias na época do Governo de transição; e não troquei mais do que duas palavras com ele.

O SR. PAULO RAMOS - Em nenhum momento, o senhor recebeu qualquer remuneração que viesse através do Sr. PC Farias?

O SR. WALTER ANNICHINO - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com certeza sim ou não?

O SR. WALTER ANNICHINO - Com certeza não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois é. É preciso dizer.

O SR. WALTER ANNICHINO - Desculpe-me, Sr. Presidente.

O SR. PAULO RAMOS - Tudo bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS - Dr. Walter Annichino, para colaborar com o Presidente, vou pedir que V. Sª tente - sei que é difícil - sintetizar em trinta segundos essa resposta. V. Sª é capaz de dar-me um currículo da sua carreira?

O SR. WALTER ANNICHINO - Sou engenheiro civil; fiz pós-graduação em Engenharia Hidráulica e Saneamento; fiz mestrado na USP também em Hidráulica e Saneamento. Depois disso, trabalhei numa grande empresa.

O SR. MÁRIO COVAS - Qual?

O SR. WALTER ANNICHINO - A Copersucar, até 1977/78. De lá para cá, montamos a empresa ESA, uma empresa de projetos e consultoria na área; depois, a ESTENGIL. Desde então, sou empresário e desenvolvo ações empresariais, sempre acompanhando também de perto essa questão do saneamento, que sempre foi a minha paixão - a minha pinga, eu poderia dizer -, tendo ocupado cargos na Associação Brasileira de Engenharia Sanitária em 83/85; em 1985/87, a Vice-Presidência da Associação na Seção São Paulo; de 85 a 87, participei do Conselho Diretor da Seção Nacional da ABES; depois, de 1988 a 1990, como Secretário-Geral da ABES, na Seção Nacional.

O SR. MÁRIO COVAS - Portanto, o primeiro cargo público que V. Sª ocupou foi esse?

O SR. WALTER ANNICHINO - O primeiro cargo público.

O SR. MÁRIO COVAS - A sua seqüência de empresas é: Copersucar e depois as duas citadas, já como proprietário.

O SR. WALTER ANNICHINO - Eram empresas minhas. Eu não tinha nada; eu era funcionário da Copersucar.

O SR. MÁRIO COVAS - É um belo currículo.

V. Sª conhece, durante a passagem que teve no Ministério, algum projeto que tenha sido aprovado e feito o convênio contra o seu parecer técnico?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não conheço.

O SR. MÁRIO COVAS - Não conhece. Portanto, todos que foram aprovados têm o seu parecer técnico favorável?

O SR. WALTER ANNICHINO - Como disse a V. Exª, dependendo da fonte de recursos.

O SR. MÁRIO COVAS - Na sua área de competência.

O SR. WALTER ANNICHINO - Na minha área de competência. Expliquei a V. Exª rapidamente. Dos recursos orçamentários, a Secretaria dava o parecer técnico e não Walter Annichino; na Secretaria, havia um trâmite, havia técnicos que davam o seu parecer. Com recursos do FGTS, quem fazia o parecer técnico era a Caixa Econômica Federal.

O SR. MÁRIO COVAS - Perfeito. Mas, no que V. Sª fazia parecer técnico, havia duas vertentes possíveis. Nunca houve nenhum a que foi dado parecer contrário aprovado e todos que foram aprovados tinham parecer favorável? É verdade isso?

O SR. WALTER ANNICHINO - Dentro da nossa competência, quando dos recursos orçamentários, com a análise da Secretaria. Quando dos recursos do FGTS, através da Caixa Econômica Federal.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Sª trabalhou no Bolo de Noiva?

O SR. WALTER ANNICHINO - Trabalhei na equipe de transição, durante um período, até a entrega desse documento. Penso que V. Exª não estava presente.

O SR. MÁRIO COVAS - Não, não estava.

O SR. WALTER ANNICHINO - Mas faço questão de colocar toda a ... não devo repetir, Senador.

O SR. MÁRIO COVAS - Não ouvi, mas soube que V. Sª declinou que chegou a esse cargo por uma indicação consensual de várias áreas da sociedade. Procede isso?

O SR. WALTER ANNICHINO - O convite foi da Ministra Margarida Procópio. Nós, dessas áreas todas, trabalhamos, fizemos propostas a todos os presidenciáveis. Depois - aqui tem uma carta aberta, que foi publicada nos jornais - foi apresentada ao Presidente eleito uma carta com uma proposta...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ele está repetindo. Ele já disse isso antes.

O SR. MÁRIO COVAS - Perfeito. Não quero voltar ao assunto.

O SR. WALTER ANNICHINO - Desculpe-me.

O SR. MÁRIO COVAS - O que está feito já está feito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Aliás, Sr. Walter Annichino, V. Sª tem que passar, depois, para o Relator.

O SR. MÁRIO COVAS - As cartas que V. Sª exibe são cartas que as entidades de classe as quais V. Sª pertencia exararam.

O SR. WALTER ANNICHINO - Perfeitamente.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas não foi a sua entidade de classe que trabalhou no Bolo de Noiva, foi o engenheiro Walter Annichino.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não foi somente o engenheiro Walter Annichino. Participaram do Bolo de Noiva cerca de dez profissionais, de várias dessas entidades; e elas subscreveram o documento final que foi entregue - se quiser posso ler o nome de todas as entidades.

O SR. MÁRIO COVAS - Não. Eu só queria saber se essas entidades o indicaram para ocupar o cargo.

O SR. WALTER ANNICHINO - Todas elas. Não foram elas que me indicaram. Dentre esses que trabalharam, que fizeram o trabalho, eu fui o escolhido. Quem me convidou foi a Ministra Margarida Procópio. O que posso afirmar com certeza - tenho telegramas até hoje guardados de todas as entidades - é que fui parabenizado e saudado pela sociedade.

O SR. MÁRIO COVAS - Sem dúvida. Quem o convidou para ir ao Bolo de Noiva?

O SR. WALTER ANNICHINO - Por meio desses documentos que foram apresentados, a equipe de transição - não me lembro bem das pessoas, tenho assim o nome do Pedro Bara, o próprio Sr. Ramon Arnuz...

O SR. MÁRIO COVAS - Sim, mas quem convidou V. Sª?

O SR. WALTER ANNICHINO - Um desses dois recebeu não a mim, mas a essa comissão, chamaram essas pessoas para que desenvolvessem uma idéia inicial da carta que foi encaminhada ao Presidente Fernando Collor, já eleito àquela época, no dia 19 de janeiro de 1990.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Sª é amigo do Deputado João Alves?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não sou amigo; conversei com o Deputado João Alves por duas ou três vezes.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Sª é amigo do Sr. José Carlos Alves dos Santos?

O SR. WALTER ANNICHINO - Também não sou amigo; conversei com o Sr. José Carlos dos Santos uma vez, quando ele foi almoçar na minha casa em companhia do Deputado João Alves.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Sª então tomou a iniciativa de convidar o Deputado João Alves e o José Carlos Alves dos Santos para irem almoçar em sua casa?

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu também já expliquei esse assunto aqui, mas faço questão de dizer a V. Exª: o Deputado João Alves era Relator-Geral do Orçamento, o Sr. José Carlos Alves dos Santos, Diretor do DOU, e eu, como Secretário Nacional de Saneamento, tinha diversas sugestões e diversos assuntos para conversar com relação ao Orçamento que seria encaminhado. Então fui fazer diversas sugestões, coloquei isso ao Deputado João Alves, marquei uma audiência, vim até o gabinete dele e ele falou: "Isso aí nós precisamos conversar com o José Carlos" - questões do PROSEGE e outras questões que já foram levantadas aqui. Se V. Exª quiser, posso me alongar, mas vou tentar ser rápido.

O SR. MÁRIO COVAS - Não precisa.

O SR. WALTER ANNICHINO - Quanto a essas questões ele disse: "Precisamos conversar com o José Carlos"; ele me sugeriu um almoço, então eu o convidei para almoçar em casa. Eles foram almoçar na minha casa, conversamos sobre esses assuntos, e foi a última vez que conversei pessoalmente com o Sr. João Alves e com o Sr. José Carlos dos Santos.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas a iniciativa de procurar o Sr. João Alves foi sua?

O SR. WALTER ANNICHINO - Foi minha.

O SR. MÁRIO COVAS - Como membro do Ministério?

O SR. WALTER ANNICHINO - Como membro do Ministério.

O SR. MÁRIO COVAS - Eu gostaria de voltar num ponto: a empresa Estengil é uma S.A.?

O SR. WALTER ANNICHINO - Sim, é uma S.A.

O SR. MÁRIO COVAS - Que capital ela tem?

O SR. WALTER ANNICHINO - Ela deve ter hoje um capital - com essa questão da inflação, Senador, acabamos perdendo um pouco a noção, mas tenho a impressão de que deve ser um capital de cerca de 8 ou 10 milhões de dólares.

O SR. MÁRIO COVAS - Quanto?!

O SR. WALTER ANNICHINO - De 8 milhões a 10 milhões de dólares.

O SR. MÁRIO COVAS - Milhões?

O SR. WALTER ANNICHINO - Sim; veja bem: é muito perigosa a colocação de algum número aqui - já expliquei isso aqui também -, porque posteriormente alguém toma como lei. Eu não tenho esse dado aqui, então estou dando... eu nem deveria dizer.

O SR. MÁRIO COVAS - Peço uma estimativa; seriam 8 milhões de dólares?.

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu prefiro não dizer; são alguns milhões de dólares.

O SR. MÁRIO COVAS - São apenas três sócios?

O SR. WALTER ANNICHINO - Sim, três sócios.

O SR. MÁRIO COVAS - É uma S.A., mas tem três sócios?

O SR. WALTER ANNICHINO - Três sócios.

O SR. MÁRIO COVAS - Cada um tem um terço?

O SR. WALTER ANNICHINO - Um terço.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Sª conhece a sua participação na empresa; está escrito no seu imposto de renda.

O SR. WALTER ANNICHINO - Se V. Exª quiser, tenho o valor em cruzeiros; posso dizer, mas não vai ser de valia. Se V. Exª quiser posso pegar...

O SR. MÁRIO COVAS - Não; seria possível transformar rapidamente em dólar, mas vou tomar como referência o valor que V. Sª disse: 6 milhões de dólares - 2 milhões de dólares cada um; é isso?

O SR. WALTER ANNICHINO - Certo. Vamos supor que seja isso.

O SR. MÁRIO COVAS - V. Sª disse que em determinado instante, quando assumiu o Ministério, vendeu suas ações; essa operação foi realizada? Se foi realizada eu chamo: V. Sª tem na sua declaração de imposto de renda de um ano 2 milhões de dólares de ações da empresa Tal. No ano seguinte, a saída dos 2 milhões de dólares.

O SR. WALTER ANNICHINO - Foi realizada, consta nas minhas declarações de imposto de renda, que estão à disposição de V. Exª.

O SR. MÁRIO COVAS - Conforme a sua declaração de renda do ano seguinte, V. Sª vendeu suas ações para duas pessoas?

O SR. WALTER ANNICHINO - Houve a transferência das ações.

O SR. MÁRIO COVAS - Muito bem; devem ter entrado os recursos.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não entraram os recursos. Já expliquei que...

O SR. MÁRIO COVAS - Então não vendeu, a não ser que V. Sª tenha vendido a prazo.

O SR. WALTER ANNICHINO - Foi feito um acordo entre os acionistas, houve uma venda e não o recebimento. Esse recebimento seria efetuado - isso consta na declaração de renda - **a posteriori**, de uma maneira que combinamos.

O SR. MÁRIO COVAS - Então, consta no seu imposto de renda que o senhor vendeu e portanto o senhor tem crédito correspondente àquilo.

O SR. WALTER ANNICHINO - Fiquei com o crédito dos dois sócios.

O SR. MÁRIO COVAS - Houve algum documento escrito a respeito disso?

O SR. WALTER ANNICHINO - Existe, as declarações de imposto de renda colocam isso aí. Há um acordo entre nós, um acordo verbal entre nós.

O SR. MÁRIO COVAS - Um acordo que envolve dois milhões de dólares não se faz verbalmente.

O SR. WALTER ANNICHINO - É um acordo particular entre nós, Senador. Sinceramente, acho que isso não é pertinente.

O SR. MÁRIO COVAS - Não, não. Isso é pertinente, pela seguinte razão: o que se está tratando aqui é de vantagens adquiridas através do mal-uso do orçamento. Isso tanto se faz com a demonstração de uma coisa, como a demonstração de enriquecimento. Perdoe-me, não estou perguntando isso com o sentido de entrar na sua vida particular. Eu quero saber para quem o senhor depositou o dinheiro. Eu sei que despesas pessoais o senhor teve, mas não há como dissociar as duas coisas.

O SR. WALTER ANNICHINO - O senhor está partindo da premissa de que a Estengil auferiu vantagens.

O SR. MÁRIO COVAS - Eu não estou partindo dessa premissa; estou tentando provar que V.Sª não auferiu. É isso que estou tentando provar, e é por isso que estou perguntando.

O SR. WALTER ANNICHINO - Exato, eu fico até agradecido. Eu só gostaria de dizer a V.Exª o seguinte: Eu vim aqui e contei uma coisa aberta, sem mentira...

O SR. MÁRIO COVAS - Eu admito isso.

O SR. WALTER ANNICHINO - ... Isso só poderia configurar uma operação se a Estengil tivesse auferido vantagens e isso aí é muito fácil. Já pediram uma abertura, já foram abertas as contas à fiscalização e facilmente será verificado que a Estengil não teve nenhuma relação, nem auferiu vantagens com a minha presença.

O SR. MÁRIO COVAS - Pois é, mas V.Sª vai me permitir que eu forme a minha própria convicção. V.Sª vendeu, colocou na declaração de imposto de renda, remeteu para resgate futuro e, depois que saiu do cargo, simplesmente por uma operação inversa, feita ao mesmo preço, as ações voltaram para a sua propriedade.

O SR. WALTER ANNICHINO - Ao preço, evidentemente, com as correções monetárias existentes.

O SR. MÁRIO COVAS - Evidentemente. Que ela aumentou de valor, aumentou; todavia, o que o credenciou para receber os dividendos?

O SR. WALTER ANNICHINO - Um acordo existente entre os sócios.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas como é que o senhor chamaria uma venda na qual o senhor vende mas não recebe, e continua recebendo o resultado da propriedade das ações.

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Senador, esse é um assunto que diz respeito a um acordo entre os acionistas. O Sr. está querendo entrar num acordo de três acionistas.

O SR. MÁRIO COVAS - Eu preciso entender um acordo como esse.

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu expliquei o acordo dos acionistas. É um acordo entre nós. E outra, entre os acionistas - isso é importante que se coloque - existe uma relação muito importante: um dos sócios, o Sr. Roberto Moreira Amorim, é um amigo meu de 30 anos; o outro é meu ex-sogro, um sogro por parte da primeira mulher; então são pessoas com as quais eu não tinha só um relacionamento comercial, são pessoas com as quais eu mantinha e mantenho relações muito acima das relações puramente comerciais.

O SR. MÁRIO COVAS - Não é um problema de confiança, não é isso; a confiança eu posso entender, posso admitir que foi feita. Não posso entender é que o senhor tenha cedido a propriedade das suas ações e tenha garantido para si a permanência do resultado da existência dessas ações.

O SR. WALTER ANNICHINO - Isso fez parte de um acordo entre os acionistas, Senador. Isso é um acordo entre nós, acionistas, e foi aceito pelos outros dois.

O SR. MÁRIO COVAS - Vou lhe perguntar só mais uma coisa a respeito desse tema: V.Sª recebeu 500 mil dólares - ou coisa dessa ordem, 600 mil dólares - de dividendos, que, eu pressuponho, representam os dividendos dos anos-bases de 1989 e 1990, ou 1990 e 1991, só recebidos em 1992.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não há dividendos, não. No ano de 1992 foram feitas distribuições de lucros, ao longo do ano, no valor de 700 mil. Isso diz respeito ao resultado de caixa, resultado da empresa naquele período. É evidente que uma empresa não é o resultado daquilo que ocorreu ontem ou anteontem, ela é resultado de todo um trabalho de quinze anos de empresa.

O SR. MÁRIO COVAS - Não, para efeito de Distribuição de dividendos não é não, para efeito de distribuição de dividendos é o resultado do ano anterior.

O SR. WALTER ANNICHINO - Outra coisa, Senador, a questão de distribuição de dividendos é uma questão de competência exclusiva dos acionistas.

O SR. MÁRIO COVAS - Sem dúvida que é da competência exclusiva dos acionistas.

O SR. WALTER ANNICHINO - Então não vejo qual é o problema, até porque...

O SR. MÁRIO COVAS - Não, eu não estou vendo problema.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Relator, Deputado Roberto Magalhães.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tenho a responsabilidade de ter, a vida inteira, ensinado Direito Empresarial. Ouvi aqui dizer que dividendos são problemas estritamente de acionistas. Não são! A nova lei de S. A. estabelece limites.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obriga!

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Obriga, até 25%. Então, queria dizer o seguinte: existe um campo em que há ampla liberdade para pactuar, mas essa liberdade não é absoluta. Na realidade, o que está aqui colocado - pela quarta vez eu ouço isso - é o seguinte: porque o Sr. Annichino foi nomeado, resolveu retirar-se da sociedade, só que fez a retirada, pelo menos parece que formalizou a retirada, mas os que compraram as suas ações não lhe pagaram. Então o que aconteceu? Mais adiante, ele volta, e fica distratado o negócio. Não é isso?

O SR. WALTER ANNICHINO - Houve um acordo entre nós que eu deixaria a empresa, eles pagariam ao longo do tempo ou eu teria, dentro de um determinado prazo, a possibilidade de voltar e comprar pelo mesmo valor corrigido.

Durante esse período, eu receberia algumas vantagens advindas desse acordo, tais como custo de passagens, algumas estadias e também receberia um quinhão de distribuição proporcional. Isso foi um acordo de acionistas, um acordo particular de acionistas, que não fere, a meu ver, nenhuma legislação. Essa distribuição de lucros, quando quis dizer, Sr. Relator, que ela era de competência exclusiva, evidentemente respeitando todos os limites, respeitando toda a legislação sobre o assunto.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Na realidade, tenho a impressão de que o que está dificultando o entendimento entre o Plenário e V. Sª é que esse negócio, não fora a sua ascensão ao cargo de Secretário de Saneamento, seria um negócio como outro qualquer. No momento em que V. Sª sai, mas não sai e volta, criou-se uma suspeição de que, na verdade, houve um negócio simulado. Não estou acusando; estou dizendo a hipótese que se coloca, de que houve, na realidade, um...

Tenho a impressão de que é isso que, reiteradamente, os nobres Deputados e Senadores vêm tentando mostrar. Com a responsabilidade de quem ensinou isso a vida toda e trabalhou nisso como advogado, estou querendo dar uma pequena ajuda, se possível, para caminharmos.

O SR. WALTER ANNICHINO - Inclusive, se V. Sª permite, só para comunicar.

O SR. MÁRIO COVAS - Daqui a pouco sou eu que terei de perguntar se V. Sª me permite.

O SR. WALTER ANNICHINO - Desculpe.

O SR. MÁRIO COVAS - Quer acrescentar?

O SR. WALTER ANNICHINO - Até posso admitir e já disse isso aqui, vou repetir, talvez tenha sido a falta de experiência política, nunca tinha ocupado um cargo público.

O SR, MÁRIO COVAS - Ética não é problema político.

O SR. WALTER ANNICHINO - Talvez uma ingenuidade, mas foi a forma mais legal que achamos de resolver aquele assunto. E mais: isso só poderia ter trazido algum problema se a STENGIL tivesse auferido vantagens da minha permanência no Ministério da Ação Social, senão passa a ser, inclusive, um assunto particular. Não sei se isso é pertinente, V. Exª que conhece, Sr. Relator, mas, a meu ver, um assunto de total particularidade dos acionistas.

O SR. MÁRIO COVAS - Em nome do bom nome dos políticos, esse não é um tema político. Isso é rigorosamente um tema financeiro. É um tema da relação entre sócios de uma mesma empresa. Mas isso é secundário. V. Sª acaba de dizer que os US$700 mil correspondem ao resultado da empresa no ano de 1991. É isso?

O SR. WALTER ANNICHINO - Esses foram resultados, foram valores distribuídos durante o ano de 1992.

O SR. MÁRIO COVAS - Portanto, durante o ano de 1992, o que se distribui é o resultado do ano de 1991.

O SR. WALTER ANNICHINO - Nem sempre. Às vezes pode-se distribuir valores do ano de 1992 também, ao longo do ano.

O SR. MÁRIO COVAS - Por antecipação?

O SR. WALTER ANNICHINO - Por antecipação ou por balancetes parciais.

O SR. MÁRIO COVAS - Foi o que aconteceu?

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Senador, eu aqui tenho a obrigação de só dizer aquilo que sei e tenho certeza. Não tenho aqui esses dados, mas poderei depois informar a V. Sª.

O SR. MÁRIO COVAS - Admitindo-se que a taxa de distribuição foi de 30%, V. Sª tinha 1/3, recebeu 600 mil, quer dizer, foram distribuídos US$1 milhão e 800 mil?

O SR. WALTER ANNICHINO - Segundo os cálculos de quem me colocou US$600 ou 700 mil.

O SR. MÁRIO COVAS - Em outras palavras, isso corresponde a um lucro de US$6 milhões. A sua empresa teve nesse ano um lucro equivalente ao seu capital?

O SR. WALTER ANNICHINO - Nesse ano, a empresa teve um faturamento aproximado, não vou discutir em cima do capital...

O SR. MÁRIO COVAS - Estou discutindo em cima do resultado.

O SR. WALTER ANNICHINO - As empresas exercem isso em cima do faturamento. O faturamento aproximado - também não tenho o número exato - foi cerca de 30 milhões de dólares. A empresa distribuiu 1.800 dólares.

O SR. MÁRIO COVAS - De que é a empresa?

O SR. WALTER ANNICHINO - Trata-se de empresa de engenharia.

O SR. MÁRIO COVAS - Sim, mas do que é?

O SR. WALTER ANNICHINO - Empresa de construção, de projetos...

O SR. MÁRIO COVAS - Por curiosidade, para tentar fechar o esquema, vou fazer uma última pergunta.

Posso lhe perguntar o que foi feito do resultado de 600 mil dólares?

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu poderia dizer.

O SR. MÁRIO COVAS - Porque esse valor não foi depositado em banco.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não. Comprei alguns imóveis, isso está na minha declaração do Imposto de Renda.

O SR. MÁRIO COVAS - Sem passar pelo banco?

O SR. WALTER ANNICHINO - Simplesmente peguei o cheque da empresa e o utilizei diretamente na compra.

O SR. MÁRIO COVAS - Portanto, há um cheque da empresa de 600 mil dólares e o recibo de alguém.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não há o cheque de 600 mil dólares. Ao longo do ano, deve haver muitos cheques, porque, em quase todos os meses, há retiradas, saídas e distribuição de lucro, como, por exemplo, a antecipação do lucro e a distribuição antecipada. Quando se distribui, não é pago de uma vez.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas a empresa pagou diretamente a quem lhe vendeu?

O SR. WALTER ANNICHINO - Quando não foi diretamente, Senador; foi pago de uma forma indireta. Foi feito o saque; há uma ordem de pagamento.

O SR. MÁRIO COVAS - A sua empresa é uma empresa de engenheiros e não fará pagamentos para quem quer que seja, sem a emissão de cheque. É muito difícil imaginar que se faça...

O SR. WALTER ANNICHINO - Senador Mário Covas, desculpe-me.

O SR. MÁRIO COVAS - Portanto, se V. Sª tinha um crédito na empresa e, se esse crédito foi usado para pagamento de terceiros, de duas, uma: ou a empresa emitiu um cheque para V. Sª e V. Sª depositou no seu Banco e emitiu um cheque para o cidadão; ou a empresa fez isso diretamente para ele. Logo, existe um cheque da empresa para pagar uma compra que V. Sª fez. É isso?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não. Nobre Senador Mário Covas, estou colocando para V. Exª que tive diversos rendimentos ao longo do ano. Com esses rendimentos posso ter sacado ou comprado; posso ter pego um cheque. Há diversas formas. Se V. Exª me perguntar agora se foi um cheque, não terei condições de lhe responder neste momento.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas eu posso...

O SR. WALTER ANNICHINO - Só queria lembrar a V. Exª que fui convocado ontem à tarde para vir a esta CPI.

O SR. MÁRIO COVAS - Perdão.

O SR. WALTER ANNICHINO - Fui convocado para comparecer a esta CPI por volta das 15 horas de ontem. Não tenho todos os dados aqui. A maioria das perguntas está sendo feita - inclusive, gostaria de deixar registrado aqui - em função da minha desinformação. Se eu tivesse essas informações sobre a empresa, sobre conta bancária, as quais não tive tempo de reunir, provavelmente essas perguntas e muitas outras que foram colocadas já teriam sido esclarecidas, já teriam sido dirimidas todas essas dúvidas. Muito pouca gente perguntou sobre a questão realmente dos programas. Todos estão preocupados em saber se o Walter Annichino auferiu vantagens. Isso está sendo feito em cima de uma boa vontade minha, respeitando o trabalho de V. Exªs.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Depoente, tudo bem. Está bem. Essa é uma escolha nossa. Para mim, esgotei as perguntas sobre atividade, quando lhe perguntei se, alguma vez, um projeto, com parecer contrário seu, foi aprovado, e V. Sª me respondeu que não. Eu lhe perguntei se todos os projetos que foram aprovados tinham o seu parecer favorável e V. Sª me respondeu que sim. Não preciso mais perguntar nada a respeito da sua atuação lá.

V. Sª disse, ao longo do seu depoimento, que não tinha capacidade de decisão. Na hierarquia do Ministério, qual função era ocupada por V. Sª?

O SR. WALTER ANNICHINO - Secretário Nacional de Saneamento.

O SR. MÁRIO COVAS - No organograma, essa função representa a segunda figura da Ministério?

O SR. WALTER ANNICHINO - É a segunda figura, mas sem decisão...

O SR. MÁRIO COVAS - V. Sª está querendo me dizer que a segunda figura do Ministério não tinha poder de decisão?

O SR. WALTER ANNICHINO - Não tinha poder de decisão; tinha poder de...

O SR. MÁRIO COVAS - Ora, tanto tinha poder de decisão, que nada sobre o que V. Sª deu parecer contrário foi viabilizado, e nenhuma coisa que foi viabilizada deixou de ter o seu parecer favorável.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não. V. Exª está fazendo um jogo de palavras.

O SR. MÁRIO COVAS - Não estou fazendo nenhum jogo. Eu lhe perguntei e foi exatamente isso o que V. Sª me respondeu.

O SR. WALTER ANNICHINO - V. Exª não está me deixando falar.

O SR. MÁRIO COVAS - Não, não. V. Sª já falou.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O parlamentar fará as perguntas; o interpelado as responderá, e eu presidirei a reunião.

O SR. MÁRIO COVAS - O ano de 1992 chamou-me a atenção porque, nesse ano, os seus créditos bancários limitaram-se a 110 mil dólares. V. Sª recebeu 600 mil dólares; portanto, desses 600 mil dólares, ainda que uma parcela tivesse ido para a sua relação bancária, era uma quantia tão ínfima, que o raciocínio aqui elaborado de que esse pagamento foi feito é absolutamente indiscutível, a menos que V. Sª me dissesse que isso foi feito de maneira diferente; isso foi feito de tal maneira que todos esses 110 mil dólares correspondem a isso". Ainda assim, ficariam faltando quase 500 mil dólares. É muito possível que V. Sª tenha determinado à empresa que pague alguém por um imóvel que V. Sª comprou, mas nesta hipótese o senhor terá o recibo do imóvel e a empresa terá a emissão do cheque para pagamento disso.

Por isso, perguntei que destino V. Sª deu aos 500 mil dólares, aos 600 mil dólares. Se me disser "comprei isto, aquilo ou aquilo outro"... Ou até, eventualmente, poder provar-me que, simplesmente, deixou em conta corrente da empresa, é uma alternativa.

Mas não foi isso que foi dito até agora. De forma que, eu só queria deixar consignado esse aspecto, não tive nenhuma pretensão de disputar V. Sª ao comando da Comissão. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A referência não foi específica!

O SR. WALTER ANNICHINO - Mas V. Sª deixou essa pergunta ou...

O SR. MÁRIO COVAS - Não, isso era mais uma declaração do que uma pergunta.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. WALTER ANNICHINO - Só que eu considero que respondi e se não respondi, faço questão de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Penso que V. Exª já respondeu.

Com a palavra o Deputado Vivaldo Barbosa, último inscrito.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, infelizmente, vou fazer o Sr. Relator ouvir pela quinta vez esse assunto das ações.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O Relator e o Presidente também!

O SR. VIVALDO BARBOSA - O Presidente, talvez outros Congressistas aqui pela quinta vez, porque, realmente, quanto mais se mergulha nisso, mais confusão traz à nossa percepção a respeito do que efetivamente ocorreu.

O Senador Mário Covas tentou ser preciso em obter do depoente um esclarecimento sobre isso, mas o Relator, realmente, nos deu o diagnóstico mais correto sobre essa questão: é uma simulação. O depoente afirma que fez um entendimento, um acordo de acionistas pelo qual ele vendeu as ações; no entanto, não fez nenhum documento de vendas e, em conseqüência, não houve nenhuma transferência das ações no livro da empresa... Até lhe pergunto: houve transferência das ações no livro das ações nominativo e das compras?

O SR. WALTER ANNICHINO - Houve transferência das ações, e V. Exª está insinuando...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Como a empresa é Ltda, houve alteração contratual para a transferência das cotas?

O SR. WALTER ANNICHINO - A empresa é S. A. e houve a transferência no livro das ações; essa afirmação de que não houve um acordo escrito é de V. Exª.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Respondendo ao Senador Mário Covas, V. Sª afirmou que o acordo foi verbal.

O SR. WALTER ANNICHINO - Verbal, e eu me reservo ao direito de ter um acordo particular com os meus acionistas. A meu ver, essa afirmação... Eu disse que foi um acordo particular.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, então estamos ouvindo uma nova afirmação. O Depoente afirmou que o acordo não foi escrito, foi oral; ele agora revela que há um acordo escrito reservado.

O SR. WALTER ANNICHINO - Reservo-me essa particularidade e me reservo...

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Sª não quer responder?

O SR. WALTER ANNICHINO - Reservo-me essa particularidade.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, o Depoente, realmente, não está querendo responder, se o acordo que fez com os acionistas, foi escrito ou verbal.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço mais uma vez a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu gostaria que constasse da gravação que a expressão "acordo de acionistas" está aqui sendo utilizada não na sua acepção técnica, porque, tecnicamente, acordo de acionistas é um convênio para disciplinar o direito de voto, através do qual, muitas vezes, até a minoria pode se equipar à maioria ou pode até sobrepujá-la em determinadas matérias. Mas o que está sendo discutido realmente é uma negociação entre acionistas e não um acordo de acionistas.

O SR. VIVALDO BARBOSA - A segunda caracterização desse negócio de acionistas é uma simulação que o nobre Relator realmente já explicitou.

A declaração de renda do Depoente informa que a ESTENGIL é Ltda, e o Depoente acaba de dizer que a ESTENGIL é uma S. A.

O SR. WALTER ANNICHINO - A ESTENGIL é uma S. A., e nas declarações de renda, ela é uma S. A. Se está aí Ltda, deve ter havido algum engano.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Está na declaração de 1993.

O SR. WALTER ANNICHINO - Deve ter havido algum engano. Ela é uma S. A.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Ltda, na declaração de 91; Ltda, na declaração de 90; Ltda, na declaração de 89.

O SR. WALTER ANNICHINO - Então, acho que isso é um assunto que não tem... Estou afirmando que é S. A. e que se, por acaso, está Ltda na declaração, é um engano...

O SR. VIVALDO BARBOSA - É permanentemente Ltda. Sendo Ltda, ela teria que ter alteração contratual para significar uma transferência de cotas registrada na Junta Comercial.

O SR. WALTER ANNICHINO - Mas se é S. A. também, V. Exª há de concordar, tem a transferência no livro...

O SR. VIVALDO BARBOSA - No livro de ações se a ação é nominativa.

O SR. WALTER ANNICHINO - No fundo, vamos dizer, sob o aspecto legal, é a mesma coisa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Agora, V. Sª também revelou que, durante a sua estada no Ministério, além dos dividendos percebeu também passagens, remunerações e outras vantagens, como acionista da Estengil.

O SR. WALTER ANNICHINO - Não como acionista.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Objeto do acordo...

O SR. WALTER ANNICHINO - Objeto do acordo, não de acionistas, como ele colocou, mas objeto particular entre os acionistas. Acho que esse é o termo.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Sª considera normal uma empresa pagar passagens ao seu acionista?

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu considero normal. Não quero aqui...

O SR. VIVALDO BARBOSA - É normal para um dirigente, um administrador.

O SR. WALTER ANNICHINO - Isso fez parte de um acordo particular entre os acionistas e é uma questão particular entre os acionistas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, nesse caso, está coberto de razão o Deputado Vivaldo Barbosa. Se não é o administrador que obtém a passagem no exercício da administração, o Imposto de Renda vai glosar e considerar como lucro disfarçado, percepção de lucro disfarçado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perfeito.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Não há forma de remunerar acionista a não ser pela distribuição de lucros, de remunerar com qualquer vantagem o administrador, o empregado, um dirigente ou um gerente.

É evidente que essa confusão em torno desse entendimento de acionistas é também uma confusão visível na movimentação bancária do depoente. O depoente, à semelhança de PC e dos seus fantasmas, usa muito o depósito dele para ele próprio - depositante: o mesmo; favorecido: Walter Annichino -, com diversos cheques. O Deputado Luiz Salomão já teve oportunidade de exibir aqui diversos cheques.

Essa é uma prática que também não é comum e traz uma confusão na análise, na compreensão da vida financeira que está diante de nós agora e, evidentemente, foi uma forma praticada por PC e seus fantasmas bancários, segundo apuramos na outra CPI.

A confusão fica maior - quanto a isso realmente gostaria de tentar obter o esclarecimento do depoente - com relação a um depósito feito em 15 de fevereiro de 1992, ou melhor, em 22 de fevereiro de 1992, no valor de 194 mil dólares, que, na época, eram Cr$ 5.591.014,86. O depósito, que pode até ser exibido ao depoente, é em cheque, pela classificação do item III - depósito em cheque; só que não há identificação do cheque, não há indicação de que banco procedeu e do seu emitente, de maneira que hoje fica difícil ao BANESPA, que é o banco favorecido pelo depósito, identificá-lo.

Poderia V. Sª identificar-nos, pela sua lembrança de um valor...

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu coloquei para V. Exª que fui convocado ontem à tarde, às 15h. Aqui compareço...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Realmente, eu não esperava documento, esperava a memória sobre isso.

O SR. WALTER ANNICHINO - V. Exª mesmo disse que eu tive aqui uma série de depósitos, uma movimentação de cerca de 700 mil dólares. Eu não me lembro exatamente disso aqui. Então, o que quero dizer é que não me nego a apresentar qualquer...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Mas, realmente, eu até não esperava agora um documento, esperava a memória, porque, nesse mês de fevereiro, V. Sª depositou 207 mil dólares, um único depósito de 194.

O SR. WALTER ANNICHINO - Perfeito.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Isso talvez lhe traga à memória algum fato.

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu aqui devo dizer somente a verdade, nao devo inventar. Não sei neste momento; se eu tivesse tido tempo de me preparar com mais cuidado, tivesse aqui...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Esse fato é realmente um momento um pouco especial na sua vida, porque corresponde ao término ou ao meio dos trabalhos do Bolo de Noiva e às vésperas de V. Sª tomar posse, porque, talvez, um mês depois, V. Sª já era Secretário de Saneamento Nacional.

O SR. WALTER ANNICHINO - V. Exª está falando de 1992?

O SR. VIVALDO BARBOSA - De 1992, desculpe-me, de 1990.

O SR. WALTER ANNICHINO - De 1990, do dia 22?

O SR. VIVALDO BARBOSA - De fevereiro de 1990.

O SR. WALTER ANNICHINO - De fevereiro de 1990? Esse recurso deve ter sido uma desaplicação de quotas de fundo ao portador, mas não tenho esse dado aqui.

O SR. VIVALDO BARBOSA - É um depósito em cheque.

O SR. WALTER ANNICHINO - Ou foi um dividendo da empresa ou coisa parecida. Não tenho aqui agora esses dados. Em 1990, a empresa STENGIL distribuiu US$497 mil e quase que a maioria desses recursos nos primeiros meses do ano.

Então, não tenho condições neste momento de colocar assuntos tão específicos. O que coloquei...

O SR. VIVALDO BARBOSA - E assuntos tão confusos.

O SR. WALTER ANNICHINO - Desculpe. O senhor não está me deixando responder, por favor. Não acho confusos, acho até que - já disse - vim para cá com o objetivo de colaborar com esta Comissão, quando poderia alegar falta de preparo e tudo o mais. Vim para cá despreparado nesse aspecto e a grande maioria dos inquiridores estão - desculpe o termo, Sr. Presidente e Sr. Relator - aproveitando desse meu despreparo. Quero repetir aqui - se é esse o objetivo de V. Exª - estou afirmando, não estou aqui achando, que nenhum depósito na minha conta tem qualquer ligação com o Sr. PC Farias, nenhum depósito na minha conta tem qualquer relação com empreiteiras, tem relação com qualquer esquema ou com qualquer participação minha no Ministério da Ação Social. Isso é algo - está sendo gravado - que quero...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Depoente, realmente já estou satisfeito com a resposta dada a essa questão na forma como foi apresentada. Nosso propósito aqui seria realmente de obter informações. V. Sª, diante de nós, parlamentares, não é acusado; não precisava se defender e de fato não nos interessaria a não ser conhecimentos de V. Sª que pudessem elucidar fatos em que as pessoas investigadas, sobre as quais temos que tomar decisões, e não é V. Sª, a questão de V. Sª é diante do Judiciário, não temos como julgá-lo nem como aplicar pena. Estamos aqui investigando ações de parlamentares e outras ações que serão desenvolvidas e investigadas por outras instituições.

Nosso propósito aqui era tentar obter ajuda de V. Sª para esclarecimento. Mas, diante - é a análise que faço - de tanta confusão na movimentação financeira de V. Sª, na sua declaração de renda, nesse acordo de acionistas - também deve ter sido um período muito confuso a gestão na Secretaria de Saneamento.

V. Sª declarou aqui que recebia muitos parlamentares, prefeitos e empresários com atividade nessa área de saneamento. V. Sª recebia parlamentares junto com empresários?

O SR. WALTER ANNICHINO - Algumas vezes sim. Já respondi, inclusive, essa questão aqui, mas...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Podia nos dizer quais?

O SR. WALTER ANNICHINO - Também já respondi que não me lembrava. Se eu fizesse aqui essa relação, poderia estar incorrendo num erro. E considero injusta uma série de ilações, inclusive algumas que o senhor colocou aqui a meu respeito, tentando comparar com PC Farias e coisas desse tipo, e não seria eu que tentaria fazer alguma coisa de que não teria certeza, fazendo ilações...

O SR. VIVALDO BARBOSA - A minha indagação não era quanto à possibilidade de V. Sª cometer injustiça; era apenas a lembrança concreta de quem conversou com V. Sª. Os outros de quem não se lembrasse...

O SR. WALTER ANNICHINO - O senhor me perguntou se eu poderia fazer a relação de algum parlamentar com algum ...

O SR. VIVALDO BARBOSA - A sua lembrança.

O SR. WALTER ANNICHINO - Posso dizer que não, não tenho essa certeza, não tenho essa condição de lhe dizer exatamente quais as pessoas que se inter-relacionavam, vamos dizer assim. E com relação... - desculpa - o senhor fez uma comparação entre a minha vida bancária e a Secretaria. Acho que essa é uma coisa que não posso aceitar; o senhor me desculpe. A Secretaria tem todas as... E digo mais: a minha vida...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Eu apenas gostaria que V. Sª respondesse. Não fiz perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Vou ter que voltar a pedir que haja perguntas e respostas.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Não fiz perguntas a esse respeito. Seria oportuno que realmente o depoente, colaborando com esta CPI - como é de seu dever, e nosso dever que é arrancar essa colaboração -, respondesse às perguntas.

O SR. WALTER ANNICHINO - Mas o senhor faz uma afirmação, desculpe...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Fiz realmente afirmações...

O SR. WALTER ANNICHINO - ... e eu penso que tenho o direito de me defender. Não sei, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Deputado Vivaldo, permito-me, no exercício da Presidência - porque já tivemos diversos casos e todos os parlamentares desta CPI estão muito ocupados, inclusive com diligências e o trabalho das Subcomissões. Mesmo V. Exª, hoje, ajudou a complementar uma diligência importante.

Agora, as perguntas, porque eu já o ouvi responder umas cinco vezes as mesmas perguntas. As perguntas que ele já houver respondido, a Presidência dirá que já foram respondidas.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito. Não há dúvidas sobre isso. Acato qualquer indicação da Presidência a esse respeito. Eu gostaria de receber essa colaboração do depoente, nesse esforço de memória. Já que ele recebeu tantos parlamentares que se envolviam com as questões do trabalho do depoente: parlamentares que aprovavam o orçamento, que o depoente esperava ser aprovado aqui, porque ele participou da sua elaboração dentro do Executivo; parlamentares relatores até da área em que o depoente atuou durante dois anos, temos o dever de investigar especialmente esses parlamentares, não os quinhentos e tantos que V. Sª declarou ter recebido, mas tão-somente esses objeto dessa investigação.

Em que circunstância V. Sª os recebeu para qualquer despacho, qualquer conversa ou diálogo? Eles estavam acompanhados, nesse período, de empreiteiros? Quais os empreiteiros e empresários?

O SR. WALTER ANNICHINO - Quando fiz essa afirmação, baseei-me numa estatística feita na Secretaria, pelas secretarias, em que consta o número de deputados, senadores, governadores, secretários estaduais, prefeitos, presidentes de companhias e empresários, o número de audiências que foram feitas. Posso até comprometer-me com a Comissão de, através de uma documentação, tentar fazer essa relação, mas não tenho condições, neste momento, de colocar qualquer tipo de ligação entre empreiteira e deputado...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Mas o fato é que V. Sª recebeu parlamentares junto com empresários?

O SR. WALTER ANNICHINO - Algumas vezes, eles estavam junto com prefeitos, prefeitos junto com empresários, prefeitos junto com parlamentares e toda espécie de...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Mas nenhum fato lembra as figuras, as fisionomias, os nomes?

O SR. WALTER ANNICHINO - Eu talvez incorresse num erro, e eu não quero cometer erros porque ilações não trazem resultados à CPI. V. Exª fez aquela afirmação e tentei responder. V. Exª não me perguntou. Mas nós estamos conversando e V. Exª afirma algo e fico quieto, parece que estou concordando com a afirmação que V. Exª fez. Então, quero deixar claro que ele não fez afirmação, mas não concordo com as afirmações.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ZAIRE REZENDE - Peço a palavra para acrescentar uma informação. Quando perguntei ao senhor depoente a respeito da aquisição do apartamento nº 22 do Ed. Airosa, ele disse que foi adquirido em 1978. Tenho em mãos cópia da certidão do 15º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo, onde consta que esta aquisição foi no dia 13 de agosto de 1990.

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Deputado, eu disse aqui que foi adquirido em 1988. Esse imóvel está na minha declaração do Imposto de Renda. Tenho o contrato de compra e venda. É um processo em que a VIMA compra imóveis em construção. O que V. Exª tem em mãos é a escritura que foi passada em 1990.

O SR. ZAIRE REZENDE - Volto a dizer que não está na declaração de V. Sª.

O SR. WALTER ANNICHINO - Está na minha declaração. Se V. Exª quiser posso mostrar-lhe. Está à disposição de V.Exª

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Dr. Walter Annichino gostaria de fazer alguma consideração final, já que o Relator e o Vice-Presidente não querem fazer perguntas?

O SR. WALTER ANNICHINO - Sr. Presidente, vim disposto a colaborar com esta CPI. Na condição de cidadão compareci, querendo trazer subsídios, para que realmente toda essa questão seja posta a limpo. O que pude sentir foi que poucos parlamentares fizeram perguntas específicas sobre a questão das denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos. A grande maioria dos parlamentares veio aqui, tentando incriminar Walter Annichino.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Presidente, pela ordem. Esse julgamento sobre a nossa ação parlamentar aqui é inaceitável.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu não quero cortar a palavra dele e darei a resposta posteriormente.

O SR. FERNANDO CARRION - Temos a estratégia própria das nossas inquirições.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª o zelo com a Mesa. E ouvirei ainda o Dr. Annichino. Afinal de contas, facultei-lhe a palavra.

O SR. WALTER ANNICHINO - Mas uma das perguntas foi feita no sentido de tentar pegar o Sr. Walter Annichino para verificar se recebeu alguns recursos oriundos da

sua passagem pelo Ministério da Ação Social, na Secretaria Nacional de Saneamento. Eu afirmei por diversas vezes que não há nenhum recurso colocado em minha conta oriundo...que tenha alguma relação com a passagem pelo Ministério da Ação Social. Levantou-se aqui a minha declaração de imposto de renda de 1988, 1989. Não tinha nada a ver; eu era empresário. Levantou-se aqui 1992 - todo mundo pode dizer que foi posterior à passagem. Colocaram-se aqui questões pessoais, e ninguém se preocupou realmente com as questões mais profundas que realmente fazem parte desta CPI.

Quero só lembrar o seguinte: esses assuntos em que os senhores se detiveram com muito cuidado, ou seja, as questões pessoais em cima do Sr. Walter Annichino, da minha pessoa, eu não tive tempo de me preparar para eles. Fui convocado; a convocação ocorreu, através do secretário, se não me engano, o Sr. Augusto, ontem por volta de 15h. Depois disso, tentei falar com o Sr. Presidente. Falei com o Sr. Presidente, ele me falou que era importante a minha vinda porque eu tinha feito parte do Governo Margarida no Ministério da Ação Social, e eu poderia elucidar uma série de questões. Preparei-me, e muito, com relação às questões efetivas que o Sr. José Carlos e que outros depoentes já colocaram aqui. Todos se aproveitaram desse meu despreparo com relação às questões pessoais; e a maioria das perguntas foram feitas em cima dessa questão.

Repito: não fujo às perguntas. Todas elas, todas as questões podem e devem ser verificadas. Mas muitos quiseram deixar claro em frente às câmeras de TV, em frente aos jornalistas, numa reunião pública. Então, eu me considero mais uma vez injustiçado com relação a essas comissões.

Sr. Presidente, eu agradeço e continuo me colocando à disposição da CPI.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Presidente, pela ordem. Eu protesto contra a forma como o depoente está se portando. Eu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª me daria o direito de concluir? Eu agradeço, percebo o que está acontecendo. Mas acho que a Mesa ainda tem uma Presidência, que não foi destituída por incapacidade; e caberia à Mesa exatamente agora dizer: assim como o Dr. Annichino está fazendo, e teve a liberdade de fazer o que está fazendo também porque está aproveitando as câmeras de televisão, as publicidades que podem ser dadas. As palavras dele são palavras de protesto. É o direito de protestar.

Quanto à convocação de ontem, as dificuldades foram inclusive decorrentes de localizá-lo. Mas a imprensa toda publicou com antecipação, muito anterior. A menos que o Dr. Annichino não leia jornais. Ele estava convocado para vir falar conosco. Conversei com ele por telefone, quando um funcionário da Casa conseguiu falar com ele por telefone. E confirmei, até agradeci. Ele dizia que vinha falar. Antes encontramos o Sr. Ramon Arnus; esse foi mais fácil, confirmou desde logo. Mas a questão do despreparo teria uma saída natural cabível: seria exatamente, na medida em que o depoente se sentir vítima de injustiças como declarou, complementar a qualquer momento. A Comissão continua funcionando, o Relator está aí, como estão o Vice-Presidente, o Presidente, as subcomissões. A qualquer momento, pode apresentar documentos que sejam conseqüentes daquilo que foi considerado como insuficiente. E isto foi dito ao Dr. Annichino aqui: a qualquer momento ele pode apresentar em sua defesa; a qualquer momento, em sua defesa, ele pode obter tudo aquilo que as comissões têm, porque só o damos depois que o depoente fez o seu depoimento.

Considerar que foi objeto de armadilhas! As perguntas aqui são feitas não com intenção de armadilhas, mas com intenção de buscar a verdade, e ninguém felizmente vai ter dúvida aqui que perguntar: "Houve corrupção passiva ou ativa?" e "V. Sª" - ou V. Exª ou o que seja - "confirma?" é uma ingenuidade fazer essa pergunta. A pergunta procura tirar, através de testemunhas e respostas, uma conclusão. Essa conclusão caberá ao Relator, que depois colocará o seu relatório em discussão na Casa.

Quanto às questões de ordem pessoal...

O SR, EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, necessito de mais uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, quando relatei o fato concernente à Srª Marenir Elizabeth de Sico Annichino...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso o próprio depoente aceitou.

O SR. EDUARDO SUPLICY - ...mencionei que teria sido no vizinho de apartamento. Na verdade, era na Alameda Calcutá, 144, onde morava o casal Goro Hama. o Sr. Goro e a Srª Luiza Hama moram também na Alameda Calcutá, são vizinhos.

Quero acrescentar que foi por uma coincidência. Exatamente no dia em que o Sr. Walter Annichino havia feito a exposição aqui, o meu assessor estava indo para São Paulo e, comentando junto ao ex-Ministro Almir Pazzianotto, então relatou o fato que o ex-Deputado Goro Hama havia ouvido da Srª Marenir. Foi por esta razão que procurei pessoalmente o Sr. Goro Hama, para que ele me dissesse o fato que aqui relatei.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

Relativamente às questões de ordem pessoal, as únicas que acredito que merecem o reparo que o depoente está fazendo são aquelas que precedem ao seu tempo de serviço público. Isso já aconteceu aqui mais de uma vez, infelizmente.

Houve um momento aqui em que um depoente, no caso, um Deputado, que foi inquirido sobre sua atividade anterior ao seu mandato. Não tem nenhum cabimento.

Cabe claramente à percuciente inteligência do Relator separar o joio do trigo. Não se pode impedir que a pergunta seja feita, mas o depoente respondeu aqui sempre com absoluta liberdade de fazê-lo. Ou não foi?

O SR. WALTER ANNICHINO - Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, recebo o seu protesto e com ele não concordo, a não ser exatamente o ponto em que as perguntas foram feitas de natureza pessoal, quando não teriam qualquer tipo de implicação ou articulação com o objetivo da Comissão. Mas isso ficaria claro e definido a partir do momento em que se concluísse que não havia essa articulação e não havia, portanto, essa capacidade de acoplar a resposta com a pergunta, porque a pergunta não seria pertinente.

Estamos buscando a verdade, Dr. Annichino.

O SR. WALTER ANNICHINO - Tenho certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estamos buscando a verdade. Não somos Verdugos. Nenhum de nós aqui tem alegria de trazer um pessoa que prestou serviços ao País para tentar denegrir-lhe a reputação. Estamos, evidentemente, procurando ver se neste Congresso - pela primeira vez isso acontece conosco -, temos a capacidade de cortar na própria carne e, ao mesmo tempo, mostrar que a corrupção tem duas mãos e que ela jamais existe apenas passiva, porque ela é também uma corrupção ativa. No caso como este que estamos discutindo, que é o orçamento, é evidente que essas duas mãos são: uma, quem faz emendas ou projeta com interesses escusos; e outra, quem libera os recursos, porque é no Tesouro que se libera e é exatamente no Executivo que esta força existe.

Portanto, terminando esta reunião, faço mais uma vez um pedido de reflexão aos meus ilustres Colegas para que evitem perguntas que não tenham consequência com o objetivo da CPI.

Mais ainda: os que muitas vezes se retiram, quando voltam, repetem as perguntas. Precisamos corrigir isso, porque elas ficam repetitivas - como está salientando o nosso Vice-Presidente - e cansativas. Por exemplo, hoje eram apenas quinze inquiridores. Pensei que, começando às 17h20min, estaríamos encerrados, no máximo, às 20h30min. Entretanto, estamos aqui até agora.

Agradeço os que permaneceram até aqui neste momento. Agradeço ao Dr. Walter Annichino, a quem gostaria de salientar que esta CPI está também à sua disposição nos dois sentidos: na sua disposição de prestar esclarecimentos e no nosso desejo de pedir-lhe quando achar conveniente.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h.)